



# *Memória das notícias: estudos sobre história da receção em Portugal*

EDITORES: JORGE PEDRO SOUSA • JOSÉ RICARDO CARVALHEIRO  
JÚLIA LEITÃO DE BARROS • LÍDIA MARÔPO • PEDRO MARQUES GOMES



PUBLICAÇÕES FUNDAÇÃO FERNANDO PESSOA

#### FICHA TÉCNICA

Título: Memória das notícias: estudos sobre história da receção em Portugal

Editores: Jorge Pedro Sousa • José Ricardo Carvalheiro • Júlia Leitão de Barros  
• Lídia Marôpo • Pedro Marques Gomes

© FUNDAÇÃO FERNANDO PESSOA

Artigos: Marialva Barbosa • Alberto Pena-Rodríguez • Jorge Pedro Sousa • Pedro  
Marques Gomes • Júlia Leitão de Barros • José Ricardo Carvalheiro • Nuno  
Francisco • Celiana Azevedo • Sandra Tuna • Elsa Simões • Samanta Souza  
Fernandes • Samuel Mateus • Catarina Rodrigues • Ana Santos • Patrícia Weber  
• Renato Pinto Ferreira

Diagramação e Paginação: Oficina Gráfica da UFP

ISBN: 978-989-643-195-2

HANDLE: <http://hdl.handle.net/10284/15507>

---

Permitida a reprodução não comercial, para fins científicos e educativos, desde  
que seja mencionada a origem.

#### CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

---

#### MEMÓRIA DAS NOTÍCIAS

Memória das notícias : estudos sobre história da receção em Portugal /  
ed. Jorge Pedro Sousa ... [et al.]. – eBook. – Porto : Publicações Fundação  
Fernando Pessoa, 2026. – 376 p.

ISBN 978-989-643-195-2

Jornalismo / Ciências da comunicação / Sociologia da comunicação

CDU 070  
316.77

---

# *Memória das notícias: estudos sobre história da receção em Portugal*

EDITORES

Jorge Pedro Sousa  
José Ricardo Carvalheiro  
Júlia Leitão de Barros  
Lídia Marôpo  
Pedro Marques Gomes



# Índice

## 007 Prólogo

### PARTE I

## Reflexões teóricas: em torno do conceito do jornalismo como agente de memória

### 015 Memória, Comunicação e Jornalismo: inventário crítico e tramas conceituais

Marialva Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

### 029 Prensa, periodismo y memoria histórica: una mirada teórica, simbólica y cultural

Alberto Pena-Rodríguez (Universidade de Vigo • CEIS20/Universidade de Coimbra)

### PARTE II

## Estudos empíricos: em torno da memória da receção das notícias

### 049 Uma investigação exploratória sobre memórias do uso e receção de notícias e dos meios jornalísticos – testemunhos orais de portugueses e portuguesas 84+ da Área Metropolitana do Porto - Portugal

Jorge Pedro Sousa (Universidade Fernando Pessoa • ICNOVA – Instituto de Comunicação da NOVA)

### 113 “Está uma revolta instalada e não sei quê”: memória(s) da receção mediática do 25 de Abril

Pedro Marques Gomes (Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa • LIACOM - Laboratório de Investigação Aplicada em Comunicação e Média)

### 125 A problemática da memória, a memória como problemática: as notícias do passado

Júlia Leitão de Barros (Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa • LIACOM - Laboratório de Investigação Aplicada em Comunicação e Média)

### 163 O lugar dos jornais e as trajetórias sociais: Duas levadas de professores do ensino secundário

José Ricardo Carvalho (Universidade da Beira Interior • LabCom – Laboratório de Comunicação)

### 195 A era da televisão e o conceito de geração: as notícias como experiência comum

Nuno Francisco (Universidade da Beira Interior • LabCom – Laboratório de Comunicação) e  
José Ricardo Carvalho (Universidade da Beira Interior • LabCom – Laboratório de Comunicação)

- 219 **Dos jovens adultos aos idosos: hábitos de consumo noticioso e percepções sobre o jornalismo entre duas gerações**  
**Celiana Azevedo** (Instituto Politécnico de Setúbal – ESE/IPS • ICNOVA – Instituto de Comunicação da NOVA) e **Lidia Marôpo** (Instituto Politécnico de Setúbal – ESE/IPS • CICS.NOVA)
- 251 **Do telejornal ao TikTok: práticas e memórias de receção noticiosa de jovens portugueses (18-30) no âmbito do projeto MemNews**  
**Sandra Tuna** (Universidade Fernando Pessoa • LabCom – Laboratório de Comunicação) e **Elsa Simões** (Universidade Fernando Pessoa • LabCom – Laboratório de Comunicação)
- 273 **Consumo e receção de notícias entre jovens portuguesas: um estudo na Região Norte**  
**Samanta Souza Fernandes** (Universidade Fernando Pessoa • ICNOVA – Instituto de Comunicação da NOVA)
- 313 **Dinâmicas de socialização mediática: continuidades, ruturas e resistências no contexto insular madeirense**  
**Samuel Mateus** (Universidade da Madeira • LabCom – Laboratório de Comunicação)
- 335 **A relação com os *media* nos Açores: apontamentos e memórias**  
**Catarina Rodrigues** (Universidade dos Açores • LabCom – Laboratório de Comunicação)
- 355 **Um panorama da evolução do consumo de notícias em Portugal – Projeto MemNews e Serviço Público de *Media***  
**Ana Santos** (Universidade Fernando Pessoa • CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade), **Patrícia Weber** (Universidade Fernando Pessoa • LabCom – Laboratório de Comunicação) e **Renato Pinto Ferreira** (Universidade Fernando Pessoa)

# ***Prólogo***

O projeto “Para uma história do jornalismo em Portugal” (2017-2022) produziu, pela primeira vez, histórias gerais e segmentadas do jornalismo em Portugal, centradas nos produtores de notícias, nas mensagens e nos *media*, considerando o contexto cultural, legal, político e económico do país. Não se debruçou sobre a experiência histórica da receção das notícias, que merece ser considerada para uma visão mais completa da história do jornalismo português, já que os indivíduos recetores fazem parte do processo jornalístico, a vários níveis: atribuem significados às notícias; por vezes, reagem-lhes, por meio de comentários, partilhas, expressões de agrado, desagrado e outras e pelo envio de mensagens aos próprios meios jornalísticos e aos jornalistas; e são tidos em conta nas decisões editoriais, já que os meios jornalísticos necessitam de corresponder aos desejos, expectativas e necessidades dos indivíduos que os rececionam para construírem e manterem os seus públicos.

O projeto exploratório MemNews – *História oral e memória(s) das práticas e hábitos de consumo e receção noticiosa e da experiência das notícias em Portugal a partir dos testemunhos dos cidadãos – a parte que falta para uma história do jornalismo em Portugal* (<https://memnews.fundacaofernandopessoa.pt/>) – pretendeu, assim, contribuir para responder, principalmente, a duas questões: quais foram e como foram as experiências de receção de notícias e dos meios jornalísticos dos cidadãos portugueses ao longo do tempo?

Entre as abordagens possíveis para responder às questões equacionadas, o projeto MemNews inspirou-se na história oral, campo específico da história social e cultural que visa, como outras formas de produzir conhecimento histórico, reconstituir e compreender o passado. A sua particularidade é partir de fontes orais e valorizar cada indivíduo, a sua história de vida e as suas memórias, pelo que é uma opção polifónica e, assim, *democrática*, de produzir conhecimento histórico. Cada testemunho coletado pela equipa do projeto vale por si mesmo, independentemente das análises que proporcionou e possa proporcionar. Assim, o projeto teve por meta realizar e publicitar pelo menos cem entrevistas a portugueses e portuguesas residentes em Portugal e maiores de idade sobre as suas experiências de receção de notícias e de uso dos meios jornalísticos ao longo do tempo. Os indivíduos entrevistados foram considerados, para a presente pesquisa, fontes orais capazes de fornecer informações com valor histórico e pessoas cujas memórias têm valor histórico por si mesmas.

A equipa teve em conta que lidar com as memórias dos indivíduos é problemático. O ato de recordar e verbalizar recordações implica obrigar os sujeitos a tornarem presentes ocorrências do passado, ato que obriga a uma reinterpretação dessas ocorrências e das circunstâncias em que ocorreram, modificadas pela história de vida, pelas novas informações e conhecimento adquirido, pelo tempo decorrido e pelo contexto em que as memórias se formaram. Os testemunhos memoriais têm, pois, de ser considerados com cautela, até porque, no limite, as memórias podem não corresponder à realidade. Aliás,

nunca correspondem inteiramente à realidade, mas podem *indiciar* o *que* ocorreu e *como* ocorreu. A ação dos diferentes membros da equipa de investigação que entrevistaram os sujeitos para os levarem a relembrar e verbalizar as suas memórias também influenciou, certamente, os testemunhos recolhidos. Assim, foi tido em conta que embora as práticas historiográficas pressuponham que o historiador apenas produz *versões* da história, na história oral esta característica da prática historiográfica tem de ser relevada, já que as memórias constituem a matéria-prima da produção de conhecimento histórico.

Nesta obra, os investigadores e investigadoras da equipa do projeto apresentam os resultados das suas investigações, considerando as particularidades e circunstâncias que rodearam o projeto e a(s) metodologia(s) adotada(s). Foi um projeto curto na extensão temporal, mas ambicioso – quiçá, demasiado – nos seus objetivos mensuráveis, em particular nos indicadores materiais de resultados. Ainda assim, a equipa realizou 103 entrevistas, publicadas em canal próprio no YouTube (<https://www.youtube.com/@ProjetoMemNews/videos>). Essas entrevistas foram o objeto dos estudos aqui apresentados, mas também são fontes históricas que podem ser usadas em futuras investigações pela equipa do projeto ou outros investigadores e investigadoras, já que se tratam de testemunhos memoriais tornados públicos com o consentimento de entrevistados e entrevistadas para fins históricos e científicos.

As investigações publicadas neste livro contemplam uma pluralidade de abordagens, como é próprio das Humanidades e das Ciências Humanas e Sociais. Embora o pano de fundo contextual e unificador do projeto MemNews seja a relação de portugueses e portuguesas maiores de idade com os meios jornalísticos e as notícias, não é menos verdade que os dados dos testemunhos orais apresentados permitem análises diferenciadas, mesmo considerando a inspiração na história oral como fator unificador. A pluralidade de percursos científicos e especialidades metodológicas da equipa MemNews enriquece, aliás, o projeto, que tem, vinque-se, uma natureza *exploratória*. Ou seja, pretende, sobretudo, abrir horizontes e propor caminhos possíveis para lidar com um objeto de estudo tão rico, diversificado, mutável, complexo, mesmo *difícil*, como são as memórias que indivíduos de diferentes idades e géneros, com diferentes histórias de vida e habilitações literárias, residentes em locais diferentes, guardam das notícias e dos meios jornalísticos, considerando, ainda, a evolução histórica do país e do mundo, dos meios e das plataformas de comunicação e, especificamente, do jornalismo português.

A obra aqui apresentada estrutura-se em torno das memórias de indivíduos de diferentes faixas etárias<sup>1</sup> cujos testemunhos foram recolhidos pelas investigadoras e pelos investi-

---

<sup>1</sup> O conceito de faixas etárias é menos complexo do que o conceito de gerações, ainda que ambos possam estabelecer pontes. Uma geração seria o conjunto de indivíduos que vivem ou viveram no mesmo período de tempo e que experienciaram os mesmos acontecimentos e as mesmas transformações sociais, culturais e tecnológicas, pelo que cultivariam valores, atitudes e

gadores que integram a equipa do projeto MemNews, antecedida por uma parte dedicada aos contributos teóricos, da autoria de consultores/as internacionais do projeto. Considerou-se que essa opção é aquela que corresponde mais apropriada e logicamente a uma proposta de leitura diacrónica e histórica estruturada das memórias que os portugueses e portuguesas cujo testemunho foi registado guardam das notícias e dos meios jornalísticos, sem desconsiderar, contudo, estudos comparativos entre diferentes faixas etárias.

Assim, o leitor encontrará nesta obra uma primeira parte com contributos teóricos e uma segunda parte com estudos empíricos, baseados quer nas memórias de portugueses e portuguesas com mais idade, quer baseados nas memórias de jovens adultos. Os estudos abrangem, assim:

1. Cidadãos e cidadãs que eram adultos maturos por altura da Revolução de 25 de Abril de 1974, ponto de mudança de regime político. Guardam, por isso, memórias do Estado Novo e experienciaram um tempo em que as notícias circulavam, sobretudo, pela imprensa e pela rádio e, mais tarde, pela televisão, tendo-se adaptado, com mais ou menos dificuldades, ao digital já num momento avançado da sua vida.
2. Indivíduos que nasceram imediatamente depois do 25 de Abril ou alguns anos antes da Revolução, que ocorreu, nestes casos, na sua infância ou adolescência. Estas pessoas viveram, pois, a totalidade ou a maior parte da sua vida em Democracia, num tempo em que a televisão se tornou o meio de comunicação dominante. O digital chegou às suas vidas ainda na fase final da adolescência ou mesmo na infância.
3. Indivíduos entre 31 e 50 anos, adultos que viveram sempre em Democracia e numa sociedade em que o uso dos ecrãs se tornou omnipresente. Os mais novos deste grupo são contemporâneos do desenvolvimento do digital e os mais velhos adaptaram-se, normalmente, à transformação digital com alguma facilidade.
4. Indivíduos mais novos, entre 18 e 30 anos, nativos digitais que só conheceram Portugal como uma democracia consolidada, própria de um Estado-membro da União Europeia.

---

expectativas semelhantes. No mundo ocidental, as gerações mais antigas são definidas, normalmente, em torno de períodos de 20 a 30 anos, que corresponde, grosso modo, ao tempo médio entre o nascimento de um indivíduo e o nascimento dos seus filhos. Mais recentemente, o conceito de geração tem por base as mudanças culturais e outras transformações estruturantes da sociedade. Nesta pesquisa, entrevistaram-se indivíduos que se integram nas seguintes gerações: Geração Silenciosa (nascidos entre 1925 e 1945); *Baby Boomers* (nascidos entre 1946 e 1964); Geração X (1965-1980); Millenials ou Geração Y (nascidos entre 1981 e 1995); e Geração Z (nascidos entre 1996 e 2010).

PARTE I

# *Reflexões teóricas*



## **Reflexões teóricas: em torno do conceito do jornalismo como agente de memória**

Teorizar, criticamente, as questões relacionadas com a memória e as suas articulações com a história constituiu uma das preocupações que nortearam a equipa do projeto MemNews durante as pesquisas de que este livro dá conta. Os contributos dos consultores e das consultoras internacionais do projeto – desenvolvidas nesta primeira parte deste livro – foram fundamentais para orientar a pesquisa, balizando-a em torno de referências teóricas e conceituais.

Num primeiro texto, Marialva Barbosa reflete sobre a articulação entre memória, comunicação e história, com ênfase nos processos jornalísticos. O texto da autora tem duas partes. A primeira resume a reflexão já produzida sobre os estudos de memória; a segunda incide na epistemologia entre comunicação, memória e jornalismo. A autora enfatiza que os meios de comunicação e a comunicação em si mesma têm de ser considerados elementos centrais em análises que visem compreender a memória e a história na contemporaneidade, tempo em que a complexidade das tramas humanas incide, em grande medida, na dimensão comunicacional. Marialva Barbosa sublinha ainda, que a metodologia para desvelar a memória não pode endurecer em torno de ferramentas e modos de pesquisa que busquem evidência científica a partir de fórmulas algorítmicas, pois tem de contar com o olhar sensível do/a pesquisador(a) diante das ações humanas, plasmado nas narrativas que este/a seja capaz de construir.

Alberto Pena-Rodríguez, num segundo texto, desafiou-se a entrelaçar a imprensa, o jornalismo e a memória histórica a partir de um olhar teórico, simbólico e cultural. O autor defende que a memória deve ser concebida como uma construção social dinâmica, mediada por estruturas coletivas, práticas discursivas e dispositivos simbólicos, entre os quais o jornalismo, que não se limita a registar o passado, antes seleciona e interpreta os acontecimentos singulares de que dá conta e narrativiza-os, dando-lhes significado, mobilizando emoções e estabelecendo marcos normativos que influenciam a percepção social do passado. Por isso, sustenta Pena-Rodríguez, o jornalismo é um agente central na disputa simbólica sobre o passado nas sociedades contemporâneas. Assim, o jornalismo – e em concreto a imprensa, sobre a qual o autor se debruça com mais atenção – deve considerar-se um agente mediador entre a memória comunicativa e a memória cultural. É de destacar, inclusivamente, recorda o investigador, o papel do jornalismo na construção simbólica do que é lembrado e do que é esquecido. No entanto, Alberto Pena-Rodríguez relembra que as transformações resultantes da digitalização fragmentaram a autoridade narrativa do jornalismo e deram origem a novas ecologias da memória que devem ser consideradas na investigação científica coeva destes temas.



# Memória, Comunicação e Jornalismo: inventário crítico e tramas conceituais

Marialva Barbosa<sup>1</sup>

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
marialva153@gmail.com

**Resumo:** O texto faz um inventário dos Estudos de Memória, procurando mostrar algumas dimensões e relações conceituais entre memória e comunicação, com ênfase nos processos jornalísticos. Para isso, o texto foi dividido em duas partes: a primeira resume a longa tradição reflexiva dos estudos de memória; e a segunda enfatiza as articulações epistemológicas entre comunicação, jornalismo e memória, particularizando conceitos construídos em pesquisas realizadas há três décadas.

**Palavras-chave:** Jornalismo; memória; comunicação; pesquisas.

Desde a década de 1990, quando pela primeira vez publiquei um texto sobre a relação mídia e memória, venho me dedicando a compreender os múltiplos processos repletos de passado que envelopam (e, por vezes, determinam) as ações midiáticas<sup>2</sup>. Nestas reflexões, havia (e há) o objetivo de produzir articulações conceituais que aproximam (ou distanciam) comunicação e história. História entendida, sempre, na sua dimensão de historicidade<sup>3</sup>, ou seja, considerando que é a ação humana que produz trilhas de existência, em tempos vividos (ou expectativas de porvir), na articulação passado, presente e futuro.

Assim, a questão teórica da memória esteve presente em diversas pesquisas em que procurei articular memória e comunicação: a memória do público como inscrição narrativa dos eventos do passado; os usos do passado como estratégias narrativas dos meios de comunicação; a evocação do passado para intensificar o presente nas edições jornalísticas comemorativas; a eternização de idealizações deste mesmo passado; as políticas de esquecimento nas narrativas midiáticas, destacando como acontecimento símbolo o mundo dos escravizados brasileiros, entre outras (Barbosa, 2004, 2007, 2009, 2012, 2016a)<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Professora Titular de Jornalismo da Escola de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Doutora em História (Universidade Federal Fluminense, UFF, 1996). Pesquisadora do CNPq e Cientista do Nosso Estado da FAPERJ.

<sup>2</sup> Trata-se da tese para concurso de professor titular *Senhores da Memória*. Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil, 1993.

<sup>3</sup> Estamos considerando historicidade como a forma de nos compreendermos humanos na dimensão tempo/espaco e que se transforma no tempo. Essas transformações determinam épocas, períodos, personagens e estão diretamente ligadas ao grau de consciência histórica (Heller, 1993). Evidentemente, a maneira de se conceber no tempo também não é universal, nem determinada apenas pelas articulações epistemológicas européias. Essa universalidade é construída também como imposição de domínio (Barbosa e Rêgo, 2026).

<sup>4</sup> Para a revisão bibliográfica das pesquisas realizadas cf. Barbosa, 2016b.

O objetivo deste capítulo é, tal como o título indica, mostrar algumas dimensões e relações conceituais entre memória e comunicação, com ênfase nos processos jornalísticos. Para isso, o texto foi dividido em duas partes: a primeira resume a longa tradição reflexiva dos estudos de memória; e a segunda enfatiza as articulações epistemológicas entre comunicação, jornalismo e memória, particularizando conceitos construídos em pesquisas que já duram três décadas.

## Estudos de Memória: longa tradição

Antes de refletir sobre a complexa articulação entre memória e comunicação, tomando o jornalismo como foco do comunicacional, convém situar os estudos que fazem análises no interior de um campo transdisciplinar com estatuto próprio, redes internacionais de pesquisa, pesquisadores renomados e, sobretudo, uma longa tradição teórica: os Estudos de Memória.

Seja tomando com par articulador a história, seja se aproximando da perspectiva social, seja considerando a filosófica ou a psicológica e/ou psicanalítica, e, por fim, a comunicacional (incluindo o jornalismo) há que se reconhecer, inicialmente, a longa tradição da questão do memorável, inaugurada pelas reflexões de Freud<sup>5</sup>, ainda no século XIX, sobre a dimensão da lembrança, do esquecimento e do recalçamento na psicanálise. O ponto de partida na teoria freudiana é que a memória diz respeito ao indivíduo.

No início do século XX, com os estudos de Maurice Halbwachs (1990)<sup>6</sup>, inaugura-se a perspectiva da memória como social, coletiva e histórica. Para Halbwachs, o indivíduo lembra sempre a partir de um lugar em que se posiciona, ou seja, dos grupos dos quais faz parte, sendo sempre produzida no presente. A memória, portanto, é construída socialmente, numa perspectiva coletiva e histórica, e a partir do presente.

A partir dessas duas dimensões - a individual e a social - desenvolvem-se, ao longo do século XX, inúmeras reflexões sobre a questão, que não cabem no escopo deste capítulo, uma vez que o objetivo aqui é refletir teórica (e metodologicamente) sobre a questão em diálogo com o comunicacional e o jornalismo.

---

<sup>5</sup> As reflexões sobre a memória em Freud estão presentes desde seus textos iniciais: O mecanismo psíquico do esquecimento (1898); Lembranças encobridoras (1889); e em Recordar, repetir e elaborar, de 1914. Sobre a memória nos seus textos iniciais cf. Brito e Canavez. A memória nos textos iniciais de Freud. Est. Inter. Psicol. V. 7, n. 2, Londrina, dez. 2016, p. 101-122. DOI: 10.5433/2236-6407.2016v7n2p101

<sup>6</sup> O primeiro livro publicado por Halbwachs em que trata da dimensão social/coletiva da memória é **Les Cadres Sociaux de la Mémoire**, publicado originalmente em Les Travaux de L'Année Sociologique, Paris, F. Alcan, 1925.

A partir do diálogo com os estudos de Halbwachs inaugura-se o que é hoje reconhecido como a segunda onda dos estudos de memória, considerando que o fenômeno memorável existe a partir de grupos sociais preexistentes, como no trabalho monumental de Pierre Nora, que publica, em sete volumes, *Les Lieux de Mémoire*, divididos em três grandes tomos (La République, 1984; La Nation, 1986 e Le France, 1993).

A obra de Nora tornou-se síntese, a partir dos anos 1990, ganhando internacionalmente onipresença nos estudos de memória. No Brasil não seria diferente. Depois da tradução da introdução do volume que inaugurou a coleção (Nora, 1993), observa-se a explosão dos estudos sobre o tema em várias áreas de conhecimento e, também, no jornalismo.

Outra consequência da onipresença dos aportes conceituais de Pierre Nora e da explosão dos estudos em torno do memorável foi a utilização da história oral e do recurso aos depoimentos como maneira de operacionalizar metodologicamente as pesquisas, bem como a inclusão de outras dimensões reflexivas, tais como a identidade na sua articulação com o memorável ou a questão da memória posicionada, tal como aparece nos textos de Michel Pollak (1989 e 1992).

Nesta segunda onda situam-se também as reflexões de Jan Assmann, com o conceito de memória cultural, estabelecendo diálogo crítico com as proposições de Halbwachs, distinguindo três níveis operativos para a memória: o individual, o comunicativo e o cultural. O primeiro seria relacionado ao neuromental (individual), o segundo ao social, ou seja, a pessoa enquanto portadora de papéis sociais, e o terceiro e último atrelado a um tempo histórico, mítico e cultural. Assim, Assmann preserva a distinção de Halbwachs, ao particularizar o conceito de memória coletiva, mas introduz a esfera cultural, não considerada por ele. Para Jan Assmann, memória coletiva e memória cultural são diferentes modos de lembrar (Assmann, 2006)<sup>7</sup>.

A memória cultural pode ser transferida de uma situação a outra e de uma geração a outra. Assim, objetos da cultura material e eventos símbolos de uma trajetória produzem a conexão entre uma mente que lembra e um objeto que faz lembrar. As coisas podem nos fazer lembrar, “porque carregam as memórias de que as investimos”. Também no nível social, os símbolos externos tornam-se importantes, fazendo com que grupos reúnam e signifiquem “coisas que funcionam como lembranças”, sejam museus, arquivos, bibliotecas e outras instituições mnemônicas, como os meios de comunicação. Enquanto a memória cultural requer instituições de preservação, a memória comunicativa seria corporizada na sequência de gerações (Assmann, 2016, p. 119).

---

<sup>7</sup> A obra de Jan Wassmann em que sistematiza a distinção entre memória comunicativa e memória cultural é **Das Kulturelle Gedächtnis: Schrift, Erinnerung Und Politische Identität in Frühen Hochkulturen**. 7th ed., Verlag C.H.Beck, 1992.

Essa memória transmitida nas ações e gestos do cotidiano de uma geração a outra no período, segundo ele, de até três gerações seria a memória comunicativa, que não tem caráter institucional, já que é feita nas interações da vida comum. Tendo profundidade de tempo limitada, seria moldada pelas estruturas, tradições de comunicação e laços afetivos que ligam famílias, grupos e gerações (Assmann, 2016).

Não se pode pensar teoricamente a memória sem considerar a fenomenologia proposta na importante obra de Paul Ricoeur (2007), em que entrelaça memória, história e esquecimento<sup>8</sup>. Para ele, a memória é a abertura mais fundamental em direção ao passado: é pela memória que primeiro reconhecemos que houve um passado. E como enfatiza Roger Chartier, graças a seu “grande livro” de Ricoeur, “as diferenças entre história e memória podem ser tratadas com clareza” (2009, p. 21).

A primeira diz respeito à distinção entre testemunho e documento. Se o testemunho supõe declarações consideradas admissíveis, o documento permite que se considere como históricos acontecimentos “que nunca foram recordação de ninguém”. O testemunho se baseia “na confiança outorgada à testemunha”, opondo-se à natureza indiciária do documento. A segunda diferença refere-se à ordem temporal: enquanto a recordação é imediata, a explanação histórica é uma operação que demanda ações interpretativas numa operação historiográfica. E, por último, a terceira opõe a memória como reconhecimento do passado à história como representação do passado. A suposta fidelidade da memória distingue-se da intenção de verdade da história, baseada em documentos, mas que são, antes de tudo, vestígios do passado.

A partir desses estudos constitui-se o que pode ser identificado como terceira onda dos estudos de memória, que considera duas dimensões em todo ato de rememoração: uma de natureza sincrônica, inscrevendo o indivíduo que recorda em múltiplos quadros sociais, fazendo emergir uma polifonia que produz a simultaneidade de diversas interpretações contemporâneas sobre o passado; e outra de natureza diacrônica, destacando a dinâmica da recordação e os padrões de rememoração que se inscrevem no mundo cultural do qual fazemos parte. Estas compreensões levam a emergência do conceito de “*entangled memory*” frequentemente traduzido por “memória envolvida”, mas para o qual prefiro o termo “memória enredada” (Feindt, Gregor *et alli*, 2014).

Isso porque o ato de rememoração está encravado em ordens temporais, num enredo de uma história de vida que se atualiza na memória dos que ainda lembram das gerações passadas, construindo fluxos encadeados de memória que (re) atualizam permanentemente a narrativa vivida (Barbosa, 2020). Mas a maneira como se recuperam estes fios

---

<sup>8</sup> O livro foi publicado originalmente em 2000, pela Editions du Seuil, em Paris, França.

efêmeros se inscreve em modos de lembrança comuns a um lugar cultural, que aciona maneiras de valorizar ou encobrir o passado. Enredos narrativos que constituem uma memória enredada e entremeada por tramas temporais.

## Memória e Comunicação (e Jornalismo): tramas conceituais

Parece-nos pouco produtivo apartar o jornalismo das reflexões que interligam memória e comunicação, como se o jornalismo não fosse um processo e uma prática eminentemente comunicativa, mesmo reconhecendo suas especificidades. Assim, nas inúmeras reflexões sobre a questão do memorável na sua articulação com o comunicacional, evidentemente muitos dos processos jornalísticos são considerados. Articulações conceituais em torno da questão do biográfico; da relação mídia e enquadramentos da memória num mundo que desde o início do século XX era definido como veloz e fragmentando vinculam diretamente o comunicacional ao jornalismo.

Ana Paula Goulart Ribeiro, por exemplo, destaca em suas pesquisas mais longevas o enunciado jornalístico e, de modo geral, as narrativas e representações veiculadas pela mídia como determinantes no enquadramento do “fato histórico” nas sociedades contemporâneas. Na sua reflexão, já no início da primeira década do século XXI, enfatiza a perda de espaço ocupado pela história na construção da memória oficial para as mídias que ingressam no mundo digital infiltrando-se amplamente no tecido social. Com isso, os meios de comunicação passam a ser “o principal lugar de memória e/ou de história das sociedades contemporâneas” (Ribeiro, 2003, p. 97).

Ribeiro, que é uma das principais estudiosas brasileiras a pesquisar a articulação mídia e memória, passa também a estudar os relatos biográficos, de forma a perceber os meios de comunicação como um dos principais atores na realização do trabalho de enquadramentos dos acontecimentos do presente, mas também do passado, produzindo-se uma operação mnemônica sobre acontecimentos e interpretações que devem subsistir. Assim, o jornalismo enquadra não apenas os acontecimentos, mas controla a memória social como “testemunha autorizada”. E esse caráter testemunhal se refere também ao passado. Afirma ainda o caráter altamente mnemônico da cultura, já na primeira década do século XXI, ao contrário das proposições dos teóricos da pós-modernidade que enfatizam a perda da referencialidade histórica (Ribeiro, 2010). Ao colocar em relevo as especificidades da rememoração midiática, procura mostrar os usos do passado feitos pela mídia (e pelo jornalismo), os enquadramentos de memória realizados e a dimensão do esquecimento, já que sendo essencialmente mnemônica a cultura da mídia é também profundamente amnésica. “Nela, lembrar e esquecer se articulam numa lógica que vai além da dialética fundadora de toda memória e constitui o próprio princípio contraditório do seu funcionamento” (Ribeiro, 2010, p. 43).

Refletindo sobre a centralidade cultural e política do mundo contemporâneo, Ribeiro estuda materialidades e práticas midiáticas, procurando compreender os processos mnemônicos como resultado de diferentes formas de gestão sobre o passado (Halbwachs, 1990; Connerton, 1989; Pollak, 1989; Assmann, 2011), percebendo-os ora como inerente a disputas políticas (o *dever de memória*, como imperativo moral, por exemplo, ou os *usos e abusos da memória*)<sup>9</sup>, ora como “memória superabundante e hiperativada” e que pode se traduzir no bloqueio ao livre curso da vida dos indivíduos e coletividades, funcionando como mecanismos produtor de ódios e ressentimentos (Ribeiro, 2020).

Mais recentemente, a autora passa a se dedicar à intrínseca relação entre nostalgia, cultura da memória e cultura da mídia, incluindo a primeira como prática mnemônica importante na compreensão dos gestos comunicacionais do mundo contemporâneo, e, para isso, analisa, sobretudo, as emissões audiovisuais. A autora identifica a emergência de novas sensibilidades em relação ao passado que podem ser percebidas no culto nostálgico agenciado por essas narrativas (Ribeiro, 2018).

Assim, a nostalgia não expressa apenas saudosismo e escapismo em relação ao presente, mas inclui tensões e ambiguidades em relação ao futuro, com valor positivo, deixando antever a potência criativa e crítica da memória. A nostalgia contemporânea, portanto, mais do que se referir à falência de futuro e ser explicada por um regime de historicidade marcado pelo presentismo (Hartog, 2014), possui uma dimensão utópica, dando forma a um desejo de futuro, permitindo vivenciar outras temporalidades diferentes daquelas dominadas pela instantaneidade de um presente avassalador (Leal, Ribeiro, 2018).

A nostalgia como sentimento que correlaciona passado e futuro produz um salto temporal nas culturas ocidentais<sup>10</sup> em relação a um presente que precisa ser obliterado para que possa ser ultrapassado. Logo, o presentismo, tão aclamado como modo de vida e inscrição da própria existência num presente sem fim, obriga necessariamente o gesto de se olhar o passado, exacerbando a cultura da memória na qual estamos imersos. O passado (e não o presente) torna-se brecha para a percepção e construção de futuros possíveis.

Para muitos o presente torna-se dominante (Hartog, 2014), para outros também se contrai à medida que se expande (Huysen, 2000). Há ainda a percepção de que o futuro instaura uma permanente ameaça (Gumbrecht, 2015). Vive-se uma crise temporal, em que cada um desses lugares denominados por nomes símbolos – passado, presente e futuro – não

---

<sup>9</sup> Estamos nos referindo aqui a Ledoux, 2016 e Todorov, 1995.

<sup>10</sup> Insistimos que há muitas formas de perceber o tempo, e que esta perspectiva que aqui está sendo correlacionada ao memorável diz respeito às culturas ocidentais, dominadas pela epistemologia européia, mas que há outras formas de perceber e viver o tempo (e a memória). Sobre o tema cf. Barbosa e Rêgo (2026).

mais os definem, causando em nós, habitantes de um tempo em suspensão, desconforto permanente e a sensação de que estamos fora do tempo.

Por fim, há que considerar dois conceitos quando se reflete sobre a cultura da memória e da ação midiática em tempos contemporâneos, também destacados por Ribeiro (2018): utopia e imaginação. Ao considerar a utopia com sua qualidade metafórica, tal como faz Paul Ricoeur (1991), a imaginação torna-se produtora de mundos possíveis. O *nenhures* do mundo revelado pela utopia prepara caminho para que se reflita também sobre o que não existe. A utopia é um sonho permanentemente atualizado, com a intencionalidade de promover mudanças numa realidade em processo, no fluxo do tempo, no qual a imaginação instaura sistemas simbólicos dinâmicos.

Há que se considerar, ainda, que o caráter criativo em todo e qualquer processo mnemônico aproxima memória e imaginação. Existem nos processos memoráveis uma criatividade manifesta, que faz emergir das profundezas lembranças repletas de cores, sons, visualidades (processos sempre comunicativos) acionadas por imagens-lembranças imaginadas e prefiguradas como vida vivida. A vida imaginativa faz parte das fatias de lembranças, dos restos do passado que emergem, sempre, discursivamente (por palavras e ações) quando deles nos aproximamos.

Outro conceito importante ao se considerar a articulação memória e comunicação é o de memória midiática (Barbosa, 2025). Memória midiática como conceito parte do deslocamento da pergunta fundamental para refletir sobre a memória, indo do “o que” em direção ao “de quem”. Esse princípio, construído por Paul Ricoeur (2007) ao apresentar as relações, sobretudo, entre memória e história, se estrutura em torno de duas perguntas centrais: De que há lembrança? De quem é a memória?

Falar em memória midiática, portanto, é considerar, num primeiro nível, aproximações entre memória e mídia em duas principais direções: há uma memória das mídias; e há uma memória nas mídias. Num segundo nível, considera-se a ampliação das reflexões, resultando na construção de novos conceitos, entre os quais, na comunicação, o de memória midiática. E num terceiro nível percebe-se que, no século XXI, a memória cultural torna-se memória midiática, face às características do contemporâneo, governado pela virtualidade da vida, atravessado pelas tecnologias digitais numa complexidade cada vez mais crescente. Memória midiática seria, assim, a memória cultural no mundo contemporâneo.

Ao conceber as mídias como lugar estratégico onde o passado é monumentalizado, entre outras operações memoráveis, M. Neiger *et al* (2011) consideram a existência de uma memória midiática. As mídias são agentes hiperativos na intervenção dos processos de afirmação, discussão, negociação ou contestação da memória cultural, levando em conta particularidades dos meios e os contextos históricos nos quais estão inseridos.

Para diversos autores, portanto, não é possível pensar a memória coletiva sem considerar os meios de comunicação, uma vez que a memória como fenômeno cultural está intimamente relacionada aos fenômenos midiáticos. Isso leva A. Erll (2012) a afirmar a existência de uma produção midiática da memória: desde a oralidade das conversações até os meios analógicos e digitais, são produzidos esquemas e modelos de narrativas das experiências, transmitindo versões de um passado comum, amplificando-os. É através das mídias que a dimensão individual se conecta com a dimensão cultural da memória coletiva, transformando-a. A midiatização é, pois, intrínseca ao memorável.

(Re)apresentando o passado de diversas formas, os meios de comunicação produzem criações deste mesmo passado, versões atualizadas, valores e normas, identidades etc. São determinantes na forma como se percebe o mundo, como se recorda e como se exerce o ato comunicacional. Ampliam os testemunhos. São lugares onde as reminiscências se apresentam. Constituem-se em documentação do passado, sendo suportes e materialidades da memória. Produzem memórias comuns. Opera níveis declaratórios, exercendo esquecimentos. A memória midiática se constitui num campo privilegiado da memória do contemporâneo, sendo que as mídias apresentam coisas que nos fazem lembrar e, ao mesmo tempo, são instituições, dispositivos, mediações entre os indivíduos e o mundo. A memória está nas mídias e é das mídias.

Se acrescentarmos o fato de que vivemos hoje imersos na mídia, construindo uma forma própria de vida, a virtual, fica ainda mais evidente que a memória coletiva contemporânea é midiática. Os processos de assimilação e disponibilização da memória são articulados pela vida digital, no qual o ato de tudo armazenar faz parte do fascínio mnemônico. A midiatização da memória é marcada pela presentificação do passado, em meios que impõem o imediatismo, no acesso e nos conteúdos, e que têm como marca o excesso. Pensar a vida hoje é colocar em destaque o midiático e com ele a memória. Este é o último nível de reflexão para o que estamos denominando memória midiática: a memória no tempo, no nosso tempo.

### **Jornalismo: de senhores da memória à produtores de fluxos encadeados do tempo.**

Barbie Zelizer, reconhecida como a pesquisadora internacional de maior referência quando se coloca em relação jornalismo e memória, parte da proposição nas pesquisas em que evidencia esta correlação que o jornalismo atua como uma “comunidade interpretativa” definindo o que vai ser lembrado e como essas lembranças serão comunicadas (1993). A

ideia central é que os jornalistas vão além do relato dos fatos, formando uma comunidade que compartilha versões do passado para validar sua própria autoridade no presente<sup>11</sup>.

Outra base teórica extremamente utilizada nas pesquisas sobre a relação jornalismo e memória é aquela que o define (muitas vezes de maneira apriorística) como um lugar de memória. Uma das principais críticas que se pode fazer a essas pesquisas é a utilização indiscriminada do conceito de Pierre Nora. Lugar de memória tornou-se quase que obrigatório para pesquisas com alguma dimensão histórica e que correlacionam história, memória e jornalismo. Tudo passa a ser lugar de memória e o jornalismo de senhores da memória torna-se *locus* da mesma memória.

A pergunta que podemos fazer é até que ponto um conceito construído na década de 1980 e que foi submetido pelo próprio Pierre Nora há diversas revisões (o que é altamente salutar)<sup>12</sup> pode ainda dar conta dos jogos memoráveis existentes nas narrativas produzidas hoje pelo jornalismo num universo midiático que se transforma de maneira avassaladora?

No nosso entendimento pensar a questão teórica dos lugares de memória envolve considerar o conceito no momento de sua produção, os limites a que está submetido hoje e as dificuldades de o ampliar para reflexões sobre um tempo contemporâneo em que se vive a experiência de um presente estendido, como as que dominam o jornalismo. Desconsidera-se, a maioria das vezes, que cada meio está imerso num lugar antes de tudo histórico e num contexto espaço-temporal repleto de particularidades.

Nesses estudos, normalmente é uma mídia genérica que é nomeada lugar de memória, sem que se reflita mais profundamente sobre a visão processual que insere o jornalismo e os meios de comunicação na história. Há muitos problemas na adoção do pressuposto de que o jornalismo é lugar de memória. Mas talvez o maior deles seja o de considerar a categoria sem particularizar de que história se está falando. Há muitas formas de fazer história, de perceber a história. E ao se afirmar que a mídia genérica ou o jornalismo genérico é lugar de memória, não se procura distinguir memória e história, ação fundamental para

---

<sup>11</sup> Esta concepção é criticada por vários teóricos do jornalismo, inclusive, brasileiros, sobretudo, no que diz respeito à universalidade da questão, que, assim, não considera a dimensão histórica dos fenômenos no território cultural a ser observado. Ao lado do universalismo, também se critica a pretensa objetividade dos chamados "valores notícias" que não levam em conta os muitos jornalismo existentes em cada tempo e lugar. Sobre as críticas cf. Passos, M. Y. *Pluralidades epistêmicas: uma crítica da noção dos jornalistas como comunidade interpretativa*. (2025). Em SciELO Preprints. <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/12398/version/13054>

<sup>12</sup> Diversos autores produziram críticas ao conceito de Nora (Huyssen, 2014; Hartog, 2014; Ricoeur, 2007), localizando-o num tempo histórico preciso, identificado por muitos como um momento de perda de referência e das memórias coletivas (Jameson, 1995), em decorrência de movimentos como o de globalização e mundialização adensados por tecnologias de comunicação, como parte de um processo que deixava o século XX para trás e caminhava em direção a um novo milênio. Para François Hartog começava ali (com a queda do muro de Berlim e o fim da ideologia de que se vivia o ponto mais avançado da modernidade) um novo regime de historicidade, marcado pelo presentismo (Hartog, 2014). O próprio Pierre Nora (2008) critica a apropriação do conceito e sua aplicação a outros territórios que não a França.

incluir a problemática dos lugares, como o próprio Pierre Nora deixa claro no texto que abre a sua obra monumental (Nora, 1993).

Eu mesma em diversas pesquisas que realizei perseguindo a relação comunicação e, particularmente, o jornalismo (ou melhor, os jornalismos) e a memória, coloquei em destaque a questão dos lugares de memória. Num primeiro momento o objetivo foi identificar o jogo dialético entre lembranças e esquecimentos produzidos pela imprensa, que, assim, construía o acontecimento como algo que emerge na duração com a marca da anormalidade e da ruptura a partir também desses jogos memoráveis. Na pesquisa, considera-se o jornalismo uma espécie de “senhores da memória” da sociedade, numa expressão sempre entre aspas já que se trata de uma homenagem à proposição formulada pelo historiador Jacques Le Goff (1997). Neste texto, também a questão dos lugares de memória estava implicitamente considerada, embora a preocupação maior fosse relacionar a problemática da memória no jornalismo com a do poder (Barbosa, 1993 e 1996).

No momento seguinte privilegiava a análise das narrativas cerimoniais da TV (Dayan e Katz, 1996) como duplo lugar de memória. Os momentos programados para a interrupção da programação para as emissões ao vivo (ainda dominantes no final do século XX), por exemplo, evocavam o passado imemorial, ao mesmo tempo em que construía uma memória do presente permanentemente atualizado. Assim, as comemorações midiáticas/jornalísticas reatualizam o passado num jogo narrativo que inclui passado, presente e futuro (Barbosa, 2000 e 2002).

Na sequência, a questão da memória do público ocupa o lugar central. Esta memória, inscrição narrativa dos eventos passados, correlaciona diretamente história da mídia e gestos do público, nos quais são fundamentais operações de memória que mostram as posições e papéis ocupados por quem lembra. Assim, os eventos históricos, por exemplo, são lembrados pelo público a partir dos signos de representação encenados pela mídia, notadamente, a televisão. A memória do público é predominantemente comunicacional.

A obsessão pelo memorável em pesquisas que já duravam, naquele momento, mais de uma década (1993 a 2007) levou as reflexões em direção a outra perspectiva: os usos do passado como estratégias narrativas dos meios de comunicação e do jornalismo de maneira mais particular. A ideia central é que o passado é usado como capital simbólico e, neste sentido, empreendem lutas em torno do direito de falar não apenas do passado, mas do presente numa perspectiva futura, ou seja, como tempo passando (Barbosa, 2007). Neste caminho reflexivo passa-se também recuperar os usos do passado produzidos pelo próprio jornalismo para construir uma história dos meios de comunicação a partir de rastros e vestígios presentes nesta documentação do passado, incluindo as das emissões audiovisuais. A dimensão temporal, a partir deste momento, assume o centro

da análise, ao se estudar narrativas midiáticas que evocam o passado para intensificar o presente ou eternizar idealizações do próprio passado (Barbosa, 2010, 2012 e 2013).

As narrativas jornalísticas se constituem, portanto, em espécies de rascunho da história, com instituição organizadora de uma pretensa narrativa do real, a partir dos jogos memoráveis (lembranças, esquecimentos, encobrimentos), nos quais a questão do poder deve ser sempre considerada. É também através das escolhas jornalísticas que os eventos começam a ser arquivados na memória social e coletiva. Esse poder é manifesto, por exemplo, quando o jornalista se auto institui como historiador/escritor do tempo presente, selecionando o que julga importante de ser fixado, decidindo o que será ofertado no futuro para ser lembrado ou esquecido.

Como instituição de memória, o jornalismo reativa frequentemente o passado para explicar o agora, ao mesmo tempo, em que as narrativas jornalísticas carregam a carga simbólica de eventos anteriores similares, produzindo fluxos encadeados de memória em narrativas que se repetem e se constituem no tempo. Por outro lado, há que se considerar que a notícia, como narração do fato (Sodré, 2009), não é algo isolado: ela está sempre impregnada de memórias coletivas, de tradições que o jornalista e o público compartilham. Além disso, a narração do fato é lugar também de perpetuação das tradições e da memória do próprio jornalismo.

Assim, o passado como vestígio contido no documento midiático (e jornalístico) deve ser percebido na espessura do tempo. O tempo do evento ou do fato, ou seja, a notícia daquele dia; o tempo da técnica, as materialidades tecnológicas e culturais que permitem e/ou limitam as modalidades narrativas; e o tempo da memória, percebendo-se como aquele evento foi sendo recontado, ressignificado ao longo de um período, sempre a partir de múltiplas intencionalidades.

## Considerações finais

Os estudos sobre o campo memorável na sua relação com a comunicação como ação humana num tempo caracterizado pela abrangência dos processos comunicacionais em todas as instâncias da vida não apenas dialogam com os principais teóricos dos estudos de memória, como também trazem contribuições inovadoras e decisivas.

Detectando a centralidade da mídia para a compreensão desses processos e entrelaçamentos temporais característicos da contemporaneidade, as pesquisas refletem de um lugar – a comunicação – capaz de compreender e interpretar os fenômenos em toda a sua abrangência e complexidade. Desse lugar, o comunicacional – que produz uma visão

holística da vida –, é possível fornecer interpretações que revelam a complexidade das tramas humanas, regidas sempre por um mundo também eminentemente comunicacional.

Resta ainda uma palavra final sobre metodologia. Metodologia não é meramente o engessamento de ferramentas e modos de pesquisa como se, na comunicação e nas ciências humanas de maneira geral, estivéssemos diante de um laboratório que busca evidências científicas muitas vezes a partir de fórmulas algorítmicas (gráficos complexos, formulações matemáticas, entre uma gama de utilitários quantitativos) tão comuns ao nosso tempo, sem o olhar sensível diante das ações humanas, sempre narrativas, que são nosso material de análise.

Fluxos encadeados de memória expressos na vida e no tempo, de natureza histórica, pressupõe a percepção sensível, enxergar e interpretar o modo de estar no mundo, de perceber ações e sentimentos, maneiras de vivenciar o tempo próprios de cada lugar histórico e cultural e em permanente fluxos comunicacionais. O método é sempre decorrente de uma postura epistemológica. E no caso da relação comunicação e história, apesar da operação memorável oferecer muitas perspectivas como ferramenta metodológica, há que se considerar sempre que o passado é inalcançável, restando ao pesquisador apenas a interpretação ética e rigorosa de seus rastros. O que não é pouco.

## Referências bibliográficas

- Assmann, A. (2011). *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Ed.UNICAMP.
- Assmann, J. (2006). Form as a mnemonic device: cultural texts and cultural memory. In: Horsley, R.; Draper, J.; Foley, J. M. (dir.). *Performing the gospel. Orality, memory and mark. Essays dedicated to Werner Kelber*. Fortress.
- Barbosa, M. (1993). *Senhores da Memória*. Tese concurso público para Professor Titular, Universidade Federal Fluminense.
- Barbosa, M. (1996). *Imprensa poder e público. Os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*. Tese de doutorado em História. PPGH – UFF.
- Barbosa, M. (2000). Tempo, acontecimento e celebração: a construção dos 500 anos do Brasil nos gestos comemorativos da TV Globo. *Comunicação & Sociedade*, 33, 67-88.
- Barbosa, M. (2002). Medios de comunicación y conmemoraciones. Estrategias de reactualización y construcción de la memoria. *Signo y Pensamiento*, XX(104), pp. 112.
- Barbosa, M. (2004). Os gestos do público e a construção do modelo cerimonial da televisão brasileira. *Comunicação & Sociedade*, 41, pp.73- 93.
- Barbosa, M. (2007). Mídias e usos do passado: o esquecimento e o futuro. *Galáxia (PUCSP)*, 12, 13-26.

Barbosa, M. (2010). Imaginação televisual e os primórdios da televisão no Brasil. In: Ribeiro, A. P. G.; Sacramento, I.; Roxo, M. (org.). *História da televisão no Brasil: do início aos dias atuais*. Contexto.

Barbosa, M. (2012). O passado que nos afeta e nos consome: o esquecimento como ação memorável dos meios de comunicação. In: Herschmann, M.; Ribeiro, A. P. G. e Freire Filho, J. (org.). *Entretenimento, felicidade e memória: forças moventes do contemporâneo* (vol. 1, pp. 173-192). Anadarco.

Barbosa, M. (2013). *História da comunicação no Brasil*. Vozes.

Barbosa, M. (2016a). *Escravos e o mundo da comunicação*. Mauad-X.

Barbosa, M. (2016b). Meios de comunicação: lugar de memória ou na história? *Contracampo*, 35(01), 7-26. <http://dx.doi.org/10.20505/contracampo.v35i1.802>

Barbosa, M. (2020). Gripe espanhola: fluxos encadeados de memória e lapidação das lembranças. *RECIS*, 14(4). DOI: 10.29397/recis.v14i4.2105.

Barbosa, M. (2025). Memória midiática. In: Bruck, M. S (org.). *Dicionário da memória* (pp- 257-260). Editora PUC Minas.

Barbosa, M., Rêgo, A. R. (2026). *Dimensões do tempo. Diásporas africanas e tessituras históricas*. Mauad-X.

Brito, W. C., Canavez, F. (2016). A memória nos textos iniciais de Freud. *Estudos Internacionais de Psicologia* 7(2), 101-122. DOI: 10.5433/2236-6407.2016v7n2p101

Chartier, R. (2009). *A história ou a leitura do tempo*. Autêntica.

Connerton, P. (1989). *How societies remember*. Cambridge University Press.

Dayan, D., Katz, E. (1996). *La televisión ceremonial*. PUF.

Erll, A. (2012). *Memoria colectiva y culturas del recuerdo. Estudio introductorio*. Universidad de los Andes; Ediciones Uniandes.

Feindt, G., Krawatzek, F., Mehler, D., Pestel, F. & Trimçev, R. (2014). Entangled memory: toward a third wave in memory studies. *History and Theory*, 53, 24-44. feb. 2014.

Freud, S. (1899/1996). *Lembranças encobridoras. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 3, pp. 285-306). Imago.

Freud, S. (1914/1996). Recordar, repetir e elaborar. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 12, pp. 161-174). Imago.

Gumbrecht, H. U. (2015). *Nosso amplo presente: o tempo e a cultura contemporânea*. Editora Unesp.

Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. Vértice.

Hartog, F. (2014). *Regimes de historicidade. Presentismo e experiências do tempo*. Autêntica.

Heller, A. (1993). *Uma teoria da história*. Civilização Brasileira.

Huyssen, A. (2000). *Seduzidos pelo passado*. Aeroplano.

Huyssen, A. (2014). *Culturas do passado-presente. Modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Contraponto/Museu de Arte do Rio.

Jameson, F. (1995). *Posmodernismo o la logica cultural del capitalismo*. Paidós.

Le Goff, J. (1997). Memória. *Enciclopédia Einaudi*. Casa da Moeda.

Leal, B. S., Ribeiro, A. P. G (2018). Em busca do tempo e do espaço: memória, nostalgia e utopia em Westworld. *Contracampo*, 37, 65-80.

- Ledoux, S. (2016). *Le devoir de mémoire*. CNRS Editions.
- Neiger, M., Meyers, O. & Zandberg, E. (Eds.). (2011). *On Media Memory: Collective Memory in a New Media Age*. Palgrave Macmillan.
- Nora, P. (1984-1993). *Les lieux de mémoire* (La République, 1984; La Nation, 1986; La France, 1993). Gallimard.
- Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, 10, 7-28.
- Nora, P. (2008). *Pierre Nora en Les lieux de mémoire*. Trilce.
- Passos, M. Y. (2025). Pluralidades epistêmicas: uma crítica da noção dos jornalistas como comunidade interpretativa. (2025). *SciELO Preprints*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.12398>
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3), 3-15.
- Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, 5(10), 200-212.
- Ribeiro, A. P. G. (2018). Mercado da nostalgia e narrativas audiovisuais. *E-Compós*, 21(3). <https://doi.org/10.30962/ec.1491>
- Ribeiro, A. P. G. (2020). Pensar o tempo: breves notas sobre o presente, a história e os processos comunicacionais. In: Barbosa, M. & Sacramento, I. *Vozes consoantes: comunicação e cultura em tempos de pandemia* (pp. 155-163). Mauad-X.
- Ribeiro, A. P. G. (2023). A mídia e o lugar da história. In: Herschmann, M. & Messeder Pereira, C. A. (Org.). *Mídia, memória e celebridades: estratégias narrativas em contextos de alta visibilidade* (pp. 87-111). E-papers.
- Ribeiro, A. P. G. A mídia e a cultura da memória. In: Mattos, G., Jaguaribe, E. e Quesado, A. (Org.). *Nordeste, memórias e narrativas da mídia*. Fortaleza: Edições Iris / Expressão Gráfica Editora, 2010, v. 1, p. 32-45.
- Ricoeur, P. (1991). *Ideologia e utopia*. Edições 70.
- Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. Editora Unicamp.
- Sodré, M. (2009). *A narração do fato. Notas para uma teoria do acontecimento*. Editora Vozes.
- Todorov, T. (1995). *Les abus de mémoire*. Arléa.
- Zelizer, B. (1993). Journalists as interpretive communities. *Critical Studies in Mass Communication*, 10(3), pp. 219-237.

# Prensa, periodismo y memoria histórica: una mirada teórica, simbólica y cultural

Alberto Pena-Rodríguez

Universidade de Vigo • CEIS20/Universidade de Coimbra

[alberto@uvigo.es](mailto:alberto@uvigo.es)

**Resumen:** El presente ensayo analiza la relación entre prensa, periodismo y memoria histórica desde una perspectiva teórica, simbólica y cultural. Partiendo de los aportes de Halbwachs, Assmann, Ricoeur y otros pensadores o autores de referencia en la materia, se concibe la memoria como una construcción social dinámica, mediada por marcos colectivos, prácticas discursivas y dispositivos simbólicos. En este contexto, el periodismo no se limita a registrar acontecimientos del pasado, sino que participa activamente en su selección, interpretación y narrativización, contribuyendo a la configuración de la memoria colectiva. Bajo esta premisa, el texto se propone examinar el papel de la prensa como agente de mediación entre memoria comunicativa y memoria cultural, así como su función en la producción del imaginario simbólico. A través de narrativas periodísticas, los medios articulan significados, movilizan emociones y establecen marcos normativos que influyen en la percepción social del pasado. Asimismo, se analiza la dimensión política y persuasiva del discurso mediático, destacando su papel en la construcción de regímenes de visibilidad que determinan qué se recuerda y qué se olvida. Finalmente, se abordan las transformaciones derivadas de la digitalización, que han fragmentado la autoridad narrativa del periodismo y han dado lugar a nuevas ecologías de la memoria. En conjunto, este abordaje sostiene que la prensa constituye un actor central en la disputa simbólica por el pasado en las sociedades contemporáneas.

**Palabras-clave:** Prensa; periodismo; memoria histórica; discurso mediático.

## 1. Introducción

La memoria histórica constituye uno de los ejes fundamentales para comprender la relación entre pasado, presente y construcción social de la realidad. En las sociedades contemporáneas, caracterizadas por una intensa mediatización de la vida pública, esta relación se encuentra muy condicionada por los sistemas de comunicación. En este contexto, la prensa<sup>1</sup> y el periodismo adquieren una relevancia central como mediadores privilegiados en la construcción del pasado colectivo.

Tradicionalmente, el periodismo ha sido concebido como un instrumento de registro y difusión de acontecimientos. Sin embargo, esta concepción resulta insuficiente para dar cuenta de la complejidad de su función en relación con la memoria histórica. Como señala Halbwachs (2004, p. 38), la memoria no es un simple almacenamiento de hechos, sino un proceso de reconstrucción social que depende de los marcos colectivos en los que se

---

<sup>1</sup> En este abordaje el término “prensa” se utilizará en su sentido clásico, asociándolo a los medios de comunicación en su conjunto.

inscribe. Es decir, la memoria colectiva se construye dentro de marcos sociales que determinan qué puede ser recordado y cómo debe ser interpretado. Estos marcos, en las sociedades contemporáneas, están profundamente atravesados por las lógicas mediáticas, lo que sitúa al periodismo en una posición central en la configuración del recuerdo social y en la producción de memoria colectiva. En este sentido, como subraya Schudson (1993, p. 346), los medios de comunicación no solo transmiten información, sino que actúan como “instituciones de la memoria”, responsables de fijar versiones socialmente compartidas del pasado.

Desde esta perspectiva, la prensa no solo informa sobre el pasado, sino que lo interpreta, lo selecciona y lo organiza en narrativas que dotan de sentido a la experiencia histórica. Ricoeur (2010, p. 85) subraya que la memoria implica siempre una dimensión narrativa, en la que los acontecimientos son articulados en relatos que configuran la identidad individual y colectiva. De este modo, el periodismo puede entenderse como una práctica narrativa que contribuye decisivamente a la construcción de la memoria social.

Partiendo de estas ideas generales que emanan de la reflexión teórica en el marco del proyecto MemNews, el objetivo de este ensayo es analizar la relación entre prensa, periodismo y memoria histórica desde una perspectiva teórica, simbólica y cultural. Para ello, se articula un marco conceptual que integra aportes de la sociología, la filosofía y los estudios de comunicación, examinando el rol de los medios en la producción y circulación de narrativas sobre el pasado.

Fruto del interés científico por el estudio histórico de los medios de comunicación y la construcción de la memoria histórica, tanto en Europa como en América se ha ido consolidando en el último siglo, dentro del perímetro general de la historia cultural, el ámbito de especialización de la historia de la comunicación social, con una bibliografía cada vez más extensa y rigurosa y asociaciones académicas específicas que agrupan a cientos de investigadores.<sup>2</sup> Por tanto, como se viene observando a través de los diversos estudios académicos, la historia de la comunicación social, del periodismo o de los medios se han convertido en campos de investigación de gran relevancia no sólo para conocer el pasado y comprender el presente y sus representaciones mediáticas, sino también para proyectar tendencias y realidades futuras sobre la significación de la memoria histórica.

---

<sup>2</sup> Entre las publicaciones científicas de este campo, en el mundo anglosajón destacan títulos como *Media History*, *Journalism History* o *Historical Journal of Film, Radio and Television*, mientras en el entorno ibérico o lusófono se han consolidado revistas como *Historia y Comunicación Social*, la *Revista Internacional de Historia de la Comunicación* o la *Revista Brasileira de História da Mídia*. Aunque sin una edición regular por falta de financiación, el grupo de história de la Sociedade Portuguesa de Comunicação lanzó también la *Revista Portuguesa de História da Comunicação*. Asimismo, existen sociedades científicas consolidadas, como la American Journalism Historians Association, la Association for Education in Journalism and Mass Communication, la International Association for Media & History, la Asociación de Historiadores de la Comunicación, la Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia, la Red de Historiadores de la Prensa y el Periodismo o la Société pour l'Histoire des Médias.

## 2. Estado de la cuestión y planteamiento metodológico

Sin pretender realizar una revisión de los incontables trabajos académicos que analizan el fenómeno de la recepción de las narrativas mediáticas y su influencia en los imaginarios colectivos, es importante constatar que el estudio de la memoria histórica ha experimentado un notable desarrollo en las últimas décadas, consolidándose como un ámbito científico interdisciplinar. En una dimensión conceptual, Halbwachs (2004) sentó las bases del análisis al definir la memoria colectiva como una construcción social dependiente de diversas categorías de grupos sociales. Este enfoque ha sido ampliado por autores como Assmann (1995 y 2010), quien introdujo la distinción entre memoria comunicativa y memoria cultural, destacando el papel de los medios simbólicos en la transmisión del pasado.

Por su parte, Ricoeur (2010) ha aportado una reflexión filosófica sobre la relación entre memoria, historia y olvido, subrayando la dimensión ética y narrativa de la memoria. Nora (1989) introdujo el concepto de “lugares de memoria”, enfatizando la materialización simbólica del pasado en espacios, objetos y prácticas. Y, en el nicho específico de los estudios de comunicación, Erll (2011) ha desarrollado el concepto de “culturas de la memoria”, mientras que Hoskins (2018) ha analizado el impacto de la digitalización en la transformación de la memoria colectiva. Por su parte, Olick y Robbins (1998) han contribuido a sistematizar el campo, destacando la importancia de los procesos institucionales en la construcción de la memoria.

Sin embargo, para comprender plenamente la relación entre prensa y memoria histórica, resulta imprescindible integrar los estudios sobre historia del periodismo. En este sentido, en el contexto lusófono, las contribuciones de Jorge Pedro Sousa han sido fundamentales para analizar la evolución del periodismo como institución social, destacando su papel en la construcción de narrativas históricas y en la configuración de la esfera pública (Sousa, 2006). De manera complementaria, Marialva Barbosa ha subrayado la dimensión cultural del periodismo, enfatizando su papel como productor de sentidos y como espacio de articulación de memorias sociales (Barbosa, 2007). Pero también son remarcables otras aproximaciones historiográficas de autores como Sousa, Lima, Hohlfeldt y Barbosa (2014), Carvalheiro (2020) o Rêgo, Queiroz e Miranda (2014), que aportan una visión extensa y compleja sobre la evolución diacrónica y sincrónica de los medios de comunicación y su profundo impacto cognitivo, no sólo en la recepción, la percepción social y la construcción de la memoria histórica colectiva, sino también en la configuración de la estructura socio-económica, política, cultural y simbólica de las sociedades lusófonas a lo largo del tiempo. Así, como nos muestra Sousa (2010 y 2011), el pensamiento periodístico portugués ha influenciado de forma determinante la historia de Portugal, cuya evolución está jalonada de hitos periodísticos relevantes que dejaron una huella indeleble en la memoria histórica (Pena Rodríguez y Rocha, 1996 y Tengarrinha, 2013).

A pesar de estos avances, la relación entre prensa y memoria histórica sigue siendo un campo en expansión, que requiere una mayor integración teórica y un análisis más profundo de los mecanismos mediante los cuales los medios configuran el pasado. De hecho, en la historia contemporánea hay muchos acontecimientos que no se podrían explicar de forma completa sin prestar atención al rol fundamental jugado por los periódicos o los medios de comunicación en general en determinados momentos clave, tal y como analiza Mário Mesquita en *O Quarto Equívoco* (2006). La narración de los hechos que ofrecen los medios y la forma en que son percibidos sus mensajes, puede cambiar o alterar la realidad (Tuchman, 2006). En este sentido, la comunicación social se ha convertido en un agente de cambio histórico. Porque la historia, como es sabido, es un proceso de cambio permanente en el cual participan diversos agentes de carácter político, social, económico o cultural que condicionan la evolución de los acontecimientos que forman parte de la construcción y deconstrucción de las narrativas humanas, imprescindibles para crear y entender las señales identitarias de una sociedad (McQuail, Golding y De Bens, 2005).

Con la misma emoción que una ficción literaria, los relatos sobre la representación de la realidad histórica modulan y modelan la percepción cultural e intervienen en la idiosincrasia de los pueblos y su respuesta a los acontecimientos (Perloff 1998). En el último siglo y medio, la multiplicación de los medios y soportes de comunicación, así como la producción de narrativas transmediáticas complejas y todo tipo de relatos periodísticos sobre el acontecer público y sus consecuencias, convirtió a los medios de comunicación en un agente de cambio, con influencia suficiente para provocar sus propios procesos de históricos y cuya dimensión metahistórica es crítica para entender cómo se han ido forjando determinados imaginarios culturales, mitos o construcciones simbólicas referenciales.

Indudablemente, al servicio de determinando emisores, el discurso y el lenguaje de los medios es un instrumento enormemente poderoso, capaz de cambiar el rumbo de la historia (Phillips 2013). A partir de estos fundamentos teóricos, el presente texto es una aproximación crítica y conceptual que pretende ofrecer una visión teórica y subjetiva sobre la compleja comprensión de la relación entre prensa, periodismo y memoria. El análisis se estructura en torno a tres ejes principales: la conceptualización de la memoria histórica como construcción social, el papel del periodismo en la mediación del pasado, y la dimensión simbólica y cultural de las narrativas mediáticas.

### 3. Memoria colectiva y mediación periodística: entre la reconstrucción social, la institucionalización y la performatividad

La memoria colectiva, en la formulación clásica de Maurice Halbwachs, constituye un proceso social de reconstrucción del pasado que se realiza dentro de marcos colectivos específicos. Estos marcos no solo organizan los recuerdos, sino que también delimitan sus

condiciones de posibilidad, estableciendo qué puede ser recordado y bajo qué formas (Halbwachs, 2004, p. 38). En este sentido, la memoria no es una simple acumulación de hechos, sino una práctica social estructurada que responde a necesidades presentes. No obstante, en las sociedades contemporáneas, caracterizadas por la centralidad de los sistemas mediáticos, estos marcos sociales no pueden comprenderse sin atender a la mediación comunicativa. La prensa, en particular, se configura como una instancia privilegiada en la articulación entre memoria individual y memoria colectiva, al transformar experiencias dispersas en narrativas coherentes y socialmente compartidas. Como señalan Olick y Robbins (1998, p. 110), la memoria colectiva debe entenderse no solo como un fenómeno cultural, sino también como un proceso institucional en el que intervienen actores con capacidad de fijar relatos legítimos del pasado.

Desde esta perspectiva, el periodismo no se limita a reflejar la memoria social, sino que participa activamente en su producción. La selección de acontecimientos, la jerarquización de temas y la construcción de agendas informativas constituyen prácticas fundamentales en la configuración del recuerdo colectivo. Estas operaciones implican una dimensión performativa: al narrar el pasado, el periodismo no solo lo representa, sino que lo produce como objeto de conocimiento social. Esta dimensión performativa puede analizarse a partir de la teoría del discurso, en la medida en que las narrativas periodísticas no solo describen la realidad, sino que contribuyen a constituirla. En este sentido, el periodismo actúa como un espacio de producción simbólica donde se articulan significados, se asignan responsabilidades y se configuran interpretaciones del pasado. La memoria mediática, por tanto, no es un reflejo pasivo, sino un campo activo de construcción de sentido.

Asimismo, la mediación periodística introduce una temporalidad específica en la memoria. La lógica de la actualidad, propia del campo periodístico, tiende a reorganizar el pasado en función de su relevancia presente, generando lo que Hartog (2003, p. 62) denomina un “régimen de historicidad presentista”. En este marco, el pasado se reactiva selectivamente en función de coyunturas contemporáneas, lo que implica una constante reconfiguración de la memoria. Esta dinámica pone de manifiesto que la memoria colectiva no es un proceso lineal ni acumulativo, sino un fenómeno discontinuo y conflictivo, en el que intervienen múltiples actores y temporalidades. La prensa, en tanto mediadora central, desempeña un papel decisivo en la articulación de estas dinámicas.

#### **4. Memoria comunicativa, memoria cultural y archivo mediático: temporalidades, soportes y reconfiguración digital**

La distinción entre memoria comunicativa y memoria cultural propuesta por Jan Assmann (1995, p. 130) constituye una herramienta fundamental para comprender la temporalidad de la memoria y el papel de los medios en su transmisión. La memoria comunicativa se

basa en la experiencia vivida y en la interacción cotidiana, y se caracteriza por su carácter efímero y su alcance limitado a unas pocas generaciones. En contraste, la memoria cultural se institucionaliza en formas simbólicas - textos, monumentos, rituales - que permiten su transmisión a largo plazo.

En este tránsito entre memoria comunicativa y memoria cultural, los medios de comunicación desempeñan un papel central como dispositivos de fijación y transmisión del pasado. La prensa, particularmente, actúa como un mecanismo de estabilización simbólica, al registrar acontecimientos y convertirlos en documentos que pueden ser archivados, recuperados y reinterpretados. Como señala Assmann (2008, p. 54), la memoria cultural depende de “medios de almacenamiento” que garantizan la continuidad de las representaciones colectivas.

Sin embargo, el archivo mediático no puede entenderse como un depósito neutral. Al contrario, se trata de un espacio dinámico en el que los contenidos son constantemente recontextualizados. Cada reactivación mediática de un acontecimiento implica una reinterpretación que responde a las condiciones del presente. En este sentido, la prensa no solo conserva el pasado, sino que participa en su permanente reescritura. Este carácter dinámico del archivo mediático se ha intensificado con la digitalización. La transición hacia formatos digitales ha transformado radicalmente las condiciones de acceso, almacenamiento y circulación de la información. Los archivos periodísticos, que antes estaban restringidos a espacios institucionales, se han convertido en recursos accesibles y reutilizables en tiempo real. Esta transformación ha ampliado las posibilidades de reactivación de la memoria, pero también ha introducido nuevas formas de fragmentación y descontextualización.

En este contexto, la memoria mediática adquiere un carácter hipertextual y no lineal, en el que diferentes capas temporales coexisten y se interrelacionan. La posibilidad de acceder simultáneamente a múltiples registros del pasado genera una experiencia temporal compleja, en la que la distinción entre pasado y presente se vuelve cada vez más difusa. Asimismo, la digitalización ha favorecido la emergencia de nuevos actores en la construcción de la memoria, lo que plantea desafíos para la autoridad de los medios tradicionales. La prensa, en este nuevo entorno, debe redefinir su papel como mediadora entre memoria comunicativa y memoria cultural.

## 5. Imaginario simbólico y narrativa periodística

Dentro del análisis teórico sobre la memoria cultural del pasado, el concepto de imaginario simbólico constituye una herramienta analítica fundamental para comprender la relación entre memoria histórica y comunicación social. Tal como plantea Cornelius Castoriadis, el imaginario social no debe entenderse como un mero reflejo de la realidad, sino como un

sistema generativo de significaciones que hace posible la existencia misma de lo social (Castoriadis, 1987, p. 145). Así, el imaginario no solo organiza la percepción del mundo, sino que instituye las categorías a través de las cuales este es inteligible.

La prensa y el periodismo participan activamente en la producción y reproducción de este imaginario, en tanto configuran narrativas que dotan de sentido al pasado. Estas narrativas no son neutrales ni transparentes, sino que implican procesos complejos de selección, organización y valoración de los acontecimientos. Como afirma Paul Ricoeur, la narración constituye el mecanismo central mediante el cual se articula la experiencia temporal, permitiendo integrar eventos dispersos en estructuras coherentes de sentido (Ricoeur, 2010, p. 246). Desde esta perspectiva, el periodismo puede entenderse como una forma de mediación narrativa que contribuye a la construcción de la memoria colectiva.

No obstante, la dimensión narrativa del periodismo no se limita a la organización de hechos en secuencias temporales. Implica también la construcción de tramas (*emplotment*), en el sentido desarrollado por Hayden White (1987, p. 26), en las que los acontecimientos adquieren significado en función de esquemas narrativos preexistentes. Estos esquemas - trágicos, heroicos, redentores - influyen en la manera en que el pasado es interpretado y valorado. En consecuencia, la narrativa periodística no solo informa sobre el pasado, sino que lo configura simbólicamente por medio de la asignación de sentido.

Asimismo, el imaginario mediático opera a través de repertorios simbólicos que incluyen imágenes, metáforas, categorías morales y estructuras discursivas. Estos repertorios contribuyen a la estabilización de determinadas representaciones del pasado. Como señala Astrid Erll, las culturas de la memoria se configuran gracias a la interacción entre diferentes medios y formas de representación, que generan “marcos culturales de memoria” (Erll, 2011, p. 15). Así, la prensa no actúa de manera aislada, sino como parte de un ecosistema mediático más amplio.

Una dimensión particularmente relevante del imaginario simbólico es su componente afectivo. La memoria no es solo un proceso cognitivo, sino también emocional. Como argumenta Sara Ahmed (2004, p. 8), las emociones no son simplemente estados internos, sino prácticas sociales que circulan y configuran relaciones colectivas. En el ámbito del periodismo, la movilización de emociones - como la indignación, la compasión o el orgullo - desempeña un papel central en la construcción de la memoria histórica. Estas emociones contribuyen a generar identificación con determinados relatos y a reforzar su legitimidad.

Además, el imaginario mediático incorpora una dimensión normativa que orienta la interpretación del pasado. Las narrativas periodísticas no solo describen acontecimientos, sino que establecen juicios implícitos sobre su significado. Tal y como apunta Jeffrey Alexander (2004), los relatos sobre el pasado pueden estructurarse como “dramas culturales” en los

que se definen víctimas, perpetradores y audiencias morales. De este modo, el periodismo contribuye a la construcción de marcos normativos que orientan la memoria colectiva.

Por otra parte, el imaginario simbólico se alimenta de tensiones entre estabilidad y cambio. Aunque las narrativas mediáticas tienden a estabilizar ciertas representaciones del pasado, estas pueden ser reconfiguradas en función de nuevas interpretaciones o contextos históricos. De acuerdo con Huyssen (2003, p. 2), la memoria contemporánea se caracteriza por una constante oscilación entre recuerdo y olvido, en la que el pasado es objeto de continuas relecturas. En definitiva, el imaginario simbólico mediado por la prensa constituye un espacio complejo en el que se articulan dimensiones narrativas, emocionales y normativas. A través de este espacio, el periodismo no solo transmite información sobre el pasado, sino que contribuye a su construcción como realidad social.

## 6. Periodismo, poder, hegemonía y lucha por la memoria

El análisis del periodismo desde una perspectiva crítica permite también comprender su intervención en la construcción de la memoria histórica como un proceso profundamente atravesado por relaciones de poder. Tal y como teorizó Michel Foucault, el discurso no debe entenderse como un simple vehículo de comunicación, sino como un campo de prácticas que producen y regulan lo que puede ser dicho, pensado y recordado (Foucault, 1971, p. 11). En este marco, el periodismo actúa como un dispositivo que organiza la visibilidad del pasado. El concepto de “régimen de visibilidad” resulta especialmente útil para analizar esta función. Los medios de comunicación configuran un campo en el que ciertos acontecimientos adquieren centralidad mientras otros permanecen invisibilizados. Esta selección no es neutral, sino que responde a dinámicas estructurales relacionadas con el poder político, económico y cultural. Como señala Pierre Bourdieu (1998, p. 47), el campo periodístico está condicionado por relaciones de fuerza que influyen en la producción de información. La selección de contenidos constituye, en este sentido, un mecanismo fundamental de construcción de la memoria. Al decidir qué hechos son noticia, la prensa establece una jerarquía de relevancia que influye en la percepción social del pasado.

Esta jerarquización se refuerza con la repetición y la reiteración de determinados relatos, que adquieren visibilidad y legitimidad. Asimismo, el periodismo desempeña un papel clave en la legitimación de interpretaciones del pasado. A través de la construcción de marcos discursivos, los medios contribuyen a definir las categorías mediante las cuales los acontecimientos son interpretados. Como apunta Entman (1993, p. 52), el encuadre (*framing*) implica seleccionar aspectos de la realidad y hacerlos más destacables para promover una interpretación particular. En el ámbito de la memoria histórica, estos marcos influyen en la manera en que se atribuyen responsabilidades y se construyen significados.

Así, pues, la relación entre prensa y memoria histórica debe entenderse como un campo de lucha simbólica en el que se articulan diferentes narrativas sobre el pasado. En este plano, el periodismo no actúa como un mero intermediario, sino como un agente activo que contribuye a la producción, circulación y legitimación de significados. En primer lugar, la construcción mediática del pasado implica una serie de operaciones discursivas fundamentales. La selección de acontecimientos determina qué hechos adquieren relevancia pública; la jerarquización establece prioridades interpretativas; y el encuadre configura la manera en que estos hechos son comprendidos. Como apunta Entman (1993, p. 52), el encuadre implica seleccionar algunos aspectos de la realidad y hacerlos más visibles para promover una interpretación particular. Estas operaciones configuran lo que puede denominarse una “gramática mediática de la memoria”, es decir, un conjunto de reglas implícitas que orientan la construcción de relatos históricos en la esfera pública. Esta gramática no es estática, sino que evoluciona en función de cambios tecnológicos, culturales y políticos.

En segundo lugar, la prensa contribuye a la institucionalización de la memoria al fijar determinados relatos que adquieren legitimidad social. Tal y como ha teorizado Nora (1989, p. 12), los “lugares de memoria” no se limitan a espacios físicos, sino que incluyen también prácticas discursivas que cristalizan representaciones del pasado. En este sentido, el periodismo puede entenderse como un “lugar de memoria” en sí mismo, en tanto produce y reproduce narrativas que se integran en el imaginario colectivo. No obstante, esta institucionalización no implica estabilidad. Al contrario, la memoria mediática está sujeta a procesos constantes de revisión y contestación. Diferentes actores - periodistas, historiadores o movimientos sociales - compiten por imponer sus interpretaciones del pasado, generando un campo dinámico de confrontación simbólica.

En tercer lugar, la dimensión cultural de la prensa resulta fundamental para comprender su papel en la memoria histórica. El periodismo no solo informa, sino que también participa en la producción de significados culturales, contribuyendo a la construcción de identidades colectivas y a consolidar los valores democráticos (Pena Rodríguez, 2025). Las narrativas mediáticas articulan valores, emociones y representaciones que influyen en la manera en que las sociedades se relacionan con su pasado. Un fenómeno que se ha visto profundamente reconfigurado por la transformación digital. La multiplicación de plataformas y la aceleración de los flujos de información han intensificado la competencia por la atención y han favorecido la emergencia de nuevas formas de memoria, caracterizadas por su fragmentación y su inmediatez. En este contexto, la prensa se enfrenta al desafío de redefinir su papel como mediadora de la memoria histórica.

Por otra parte, la dimensión hegemónica de la memoria mediática podría analizarse también a partir de la teoría de Antonio Gramsci, quien entiende la hegemonía como la capacidad de un grupo para imponer su visión del mundo (Gramsci, 1971, p. 12). Así, la prensa

contribuye a la construcción de consensos narrativos que naturalizan determinadas interpretaciones del pasado. Sin embargo, esta hegemonía no es absoluta, sino que está sujeta a contestación. Por ello, la memoria mediática constituye un campo de lucha simbólica en el que diferentes actores compiten por imponer sus narrativas. Movimientos sociales, instituciones y actores políticos intervienen en este campo, generando dinámicas de conflicto y negociación. Como explican Olick y Levy (1997, p. 922), la memoria colectiva es el resultado de procesos de disputa en los que se enfrentan diferentes interpretaciones del pasado, sometidas frecuentemente a dinámicas de propaganda de diversos actores que buscan una legitimación histórica para su estrategia de acción política (Pena Rodríguez, 1999; Pizarroso, 1992). Además, la lógica mediática introduce dinámicas específicas en esta disputa. La necesidad de captar la atención del público puede favorecer la simplificación de los relatos, reduciendo la complejidad histórica a narrativas polarizadas.

Este proceso puede contribuir a la consolidación de memorias conflictivas, en las que diferentes grupos sostienen interpretaciones incompatibles del pasado. Por otra parte, la invisibilización constituye un elemento central del régimen de visibilidad. No solo importa lo que se recuerda, sino también lo que se olvida. El silencio es una dimensión fundamental de la producción histórica (Trouillot, 2015, p. 26). En el ámbito del periodismo, estos silencios pueden estar relacionados con la falta de cobertura de determinados temas o con su marginalización en la agenda mediática. En suma, el periodismo debe entenderse como un actor central en la configuración de la memoria histórica, en tanto participa en la selección, categorización y legitimación de relatos sobre los hechos del pasado. Este proceso está influido por relaciones de poder que configuran el régimen de visibilidad de la memoria.

## 7. Transformaciones digitales y crisis de la autoridad narrativa: fragmentación, algoritmización y nuevas ecologías de la memoria

La irrupción de la digitalización ha transformado de manera radical la relación entre periodismo y memoria histórica, dando lugar a un nuevo entorno mediático caracterizado por la descentralización, la interactividad y la aceleración temporal. La memoria digital se configura como un sistema “conectivo” en el que los recuerdos circulan de manera constante a través de redes digitales (Hoskins, 2018, p. 5). En este nuevo contexto, la prensa ha perdido su posición hegemónica como instancia de legitimación del pasado. La proliferación de plataformas digitales ha multiplicado los actores que participan en la construcción de la memoria, generando una “desintermediación” de los procesos comunicativos (Jenkins, 2006, p. 3). Este fenómeno ha ampliado la pluralidad de voces, pero también ha introducido nuevas formas de fragmentación.

La memoria digital se caracteriza por su estructura reticular y no lineal. A diferencia de los modelos tradicionales, en los que la memoria se organizaba en narrativas coherentes, el

entorno digital favorece la coexistencia de múltiples relatos fragmentarios. La memoria mediada por tecnologías digitales se configura como un proceso “mediado y moldeado por plataformas”, en el que la experiencia del pasado se articula a través de interfaces tecnológicas (Van Dijck, 2007, p. 21).

Un elemento clave en esta transformación es la algoritmización de la memoria. Los sistemas de recomendación y los algoritmos de las plataformas digitales influyen en la visibilidad de los contenidos, determinando qué relatos alcanzan mayor difusión. Los algoritmos no son neutrales, sino que incorporan criterios que afectan a la circulación de la información (Gillespie, 2014, p. 168). En el ámbito de la memoria histórica, esto implica que ciertos relatos pueden ser amplificados mientras otros permanecen invisibilizados. Asimismo, la digitalización ha favorecido la emergencia de nuevas formas de participación en la construcción de la memoria. Los usuarios no son meros receptores de información, sino que participan activamente en la producción y circulación de contenidos. Este proceso ha sido descrito como una “cultura participativa” (Jenkins, 2006, p. 3), en la que las fronteras entre productores y consumidores se difuminan.

Sin embargo, esta democratización de la memoria plantea desafíos importantes. La ausencia de mecanismos claros de validación puede favorecer la difusión de narrativas simplificadas o distorsionadas. Como señala Sunstein (2001, p. 9), la fragmentación del espacio público puede dar lugar a “cámaras de eco” en las que los individuos se exponen únicamente a información que confirma sus creencias. En este nuevo ecosistema comunicativo, la autoridad narrativa del periodismo se encuentra en crisis. La multiplicación de fuentes de información ha debilitado la capacidad de los medios tradicionales para establecer relatos dominantes. No obstante, esta crisis no implica la desaparición del periodismo, sino su transformación. El periodismo debe redefinir su legitimidad en un entorno caracterizado por la competencia y la desconfianza (Carlson, 2017, p. 14). De este modo, la digitalización ha dado lugar a una nueva ecología de la memoria en la que coexisten múltiples actores, plataformas y narrativas. Y en este complejo entorno, el periodismo se enfrenta al desafío de mantener su relevancia como mediador del pasado, articulando criterios de rigor, contextualización y responsabilidad.

## Conclusiones

Como reflexión general, se podría afirmar que la relación entre prensa, periodismo y memoria histórica constituye un campo complejo y dinámico que bascula entre diferentes dimensiones y tensiones simbólicas, culturales y políticas. Lejos de ser un mero canal de transmisión de información, el periodismo emerge como un actor central en la producción social del pasado. En primer lugar, se constata que la memoria histórica no puede entenderse como un reflejo objetivo de los acontecimientos, sino como un proceso de

reconstrucción mediado por marcos sociales y dispositivos discursivos. En este proceso, la prensa desempeña una función fundamental al seleccionar, organizar y narrativizar el pasado, contribuyendo a la configuración de la memoria colectiva.

En segundo lugar, el análisis teórico de este objeto de estudio evidencia la importancia del imaginario simbólico como espacio de articulación entre memoria y cultura. Las narrativas periodísticas no solo informan, sino que producen significados que influyen en la manera en que las sociedades comprenden su historia. En este sentido, el periodismo actúa como un agente de construcción simbólica que participa en la formación de identidades colectivas.

En tercer lugar, es destacable la dimensión política y propagandística de la memoria mediática. La capacidad de los medios para definir qué se recuerda y qué se olvida implica una relación estrecha con las estructuras de poder. La memoria histórica se configura así como un campo de disputa en el que diferentes actores compiten por imponer sus interpretaciones del pasado.

En cuarto lugar, la transformación digital ha introducido cambios significativos en este campo. La pérdida de centralidad de los medios tradicionales, la fragmentación del espacio público y la proliferación de nuevas formas de producción de memoria plantean desafíos importantes para el periodismo. En este contexto, resulta necesario repensar el papel de la prensa como mediadora de la memoria, así como desarrollar nuevas formas de articulación entre rigor informativo y pluralidad discursiva.

Y, en última instancia, el estudio de la relación entre prensa y memoria histórica permite comprender la manera en que las sociedades construyen su relación con el pasado. Este proceso no es meramente retrospectivo, sino que tiene implicaciones directas en la configuración del presente y en la proyección del futuro. Por ello, el análisis crítico del papel del periodismo en la construcción de la memoria se revela como una tarea fundamental para las ciencias sociales en el mundo contemporáneo. Y el desarrollo de proyectos de investigación como MemNews son de extraordinaria relevancia científica para comprender mejor las narrativas de la historia y su significación en la sociedad actual.

## Referencias bibliográficas

- Ahmed, S. (2004). *The cultural politics of emotion*. Edinburgh University Press.
- Alexander, J. C. (2004). Toward a theory of cultural trauma. In J. C. Alexander et al. (Eds.), *Cultural trauma and collective identity* (pp. 1-30). University of California Press.
- Assmann, A. (2010). *The future of memory: Cultural and historical perspectives*. Palgrave Macmillan.
- Assmann, J. (2008). *Religion and cultural memory: Ten studies*. Stanford University Press.
- Assmann, J. (1995). Collective memory and cultural identity. *New German Critique*, 65, 125-133. <https://doi.org/10.2307/488538>
- Barbosa, M. (2007). *História cultural da imprensa: Brasil, 1800–1900*. Mauad X.
- Bourdieu, P. (1998). *On television*. New Press.
- Carlson, M. (2017). *Journalistic authority: Legitimizing news in the digital era*. Columbia University Press.
- Carvalho, J. C. (2020). *As caixas que mudaram o mundo*. MinervaCoimbra.
- Castoriadis, C. (1987). *The imaginary institution of society*. MIT Press.
- Entman, R. M. (1993). Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 51-58. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>
- Erll, A. (2011). *Memory in culture*. Palgrave Macmillan.
- Foucault, M. (1971). *L'ordre du discours*. Gallimard.
- Gillespie, T. (2014). The relevance of algorithms. In T. Gillespie et al. (Eds.), *Media technologies: Essays on communication, materiality, and society* (pp. 167-194). MIT Press.
- Gramsci, A. (1971). *Selections from the prison notebooks*. International Publishers.
- Halbwachs, M. (2004). *La mémoire collective*. Albin Michel.
- Hartog, F. (2003). *Régimes d'historicité: Présentisme et expériences du temps*. Seuil.
- Hoskins, A. (Ed.). (2018). *Digital memory studies: Media pasts in transition*. Routledge.
- Huyssen, A. (2003). *Present pasts: Urban palimpsests and the politics of memory*. Stanford University Press.
- Jenkins, H. (2006). *Convergence culture: Where old and new media collide*. New York University Press.
- McQuail, D., Golding, P. y De Bens, E. (2005). *Communication. Teory & Research. An European Journal of Communication Antology*. Sage Publications.
- Mesquita, M. (2006). *O Quarto Equívoco. O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*. MinervaCoimbra.
- Nora, P. (1989). Between memory and history: Les lieux de mémoire. *Representations*, 26, 7-24. <https://doi.org/10.2307/2928520>
- Olick, J. K., & Levy, D. (1997). Collective memory and cultural constraint. *American Sociological Review*, 62(6), 921-936. <https://tinyurl.com/379ba9kw>
- Olick, J. K., & Robbins, J. (1998). Social memory studies: From “collective memory” to the historical sociology of mnemonic practices. *Annual Review of Sociology*, 24, 105-140. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.24.1.105>

Pena Rodríguez, A. (2025). Valores democráticos y medios de comunicación en la nueva esfera pública. In *El español en el mundo 2025. Anuario del Instituto Cervantes* (pp. 453-469). Instituto Cervantes. <https://tinyurl.com/2t2yd6nf>

Pena Rodríguez, A. y Rocha, N. (1996). “História do Jornalismo Português”. In A. Pizarroso Quintero (Coord), *História da imprensa* (pp. 351-377). Planeta.

Pena Rodríguez, A. (Coord.). (1999). *La publicidad política*. Diputación Provincial de Pontevedra.

Perloff, R. M. (1998). *Political Communication: Politics, Press and Public in America*. Lawrence Erlbaum Associates Editors.

Pizarroso, Quintero, A. (1992). *Historia de la propaganda*. Eudema.

Rêgo, A. R., Queiroz, T. y Miranda, M. (2014). *Narrativas do jornalismo & narrativas da história. Media XXI*.

Ricoeur, P. (2010). *La memoria, la historia, el olvido*. Trotta.

Schudson, M. (1992). *Watergate in American memory: How we remember, forget, and reconstruct the past*. Basic Books.

Sousa, J. P. (2006). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media* (2ª edición). Universidade Fernando Pessoa.

Sousa, J. P. (Coord.). (2011). *Achegas á Construção do Pensamento Jornalístico Português*. Livros LabCom-Universidade da Beira Interior.

Sousa, J. P. (Coord.). (2010). *O Pensamento Jornalístico Português: das origens a Abril de 1974*. (2 vols.). Livros LabCom-Universidade da Beira Interior

Sousa, J. P., Lima, H., Hohlfeld, A., Barbosa, M. (Orgs.). (2014). *Uma história da imprensa lusófona* (2 vols.). Media XXI.

Sunstein, C. R. (2001). *Republic.com*. Princeton University Press.

Tengarrinha, J. (2013). *Nova história da imprensa portuguesa. Das origens a 1865*. Temas & Debates.

Trouillot, M-R. (2015). *Silencing the past: Power and the production of history*. Beacon Press.

Tuchman, G. (1978) *Making News. A Study in the Construction of Reality*. The Free Press.

Van Dijck, J. (2007). *Mediated memories in the digital age*. Stanford University Press.

White, H. (1987). *The content of the form: Narrative discourse and historical representation*. The Johns Hopkins University Press.

PARTE II

# *Estudos empíricos*



## Introdução

### Estudos empíricos: em torno da memória da receção das notícias

No âmbito do projeto exploratório MemNews - *História oral e memória(s) das práticas e hábitos de consumo e receção noticiosa e da experiência das notícias em Portugal a partir dos testemunhos dos cidadãos*, – a parte que falta para uma história do jornalismo em Portugal”, foram registados por meios audiovisuais e disponibilizados ao público 103 testemunhos de homens e mulheres portugueses, de diferente formação e área geográfica, com idades entre os 18 e os 89 anos.

Uma equipa multidisciplinar oriunda de várias áreas das Ciências Sociais, da Comunicação, da Sociologia e da História, procedeu à construção deste acervo, obedecendo aos pressupostos teórico-metodológicos da História Oral na recolha dos testemunhos, apoiando-se em entrevistas semiestruturadas baseadas num guião pré-estabelecido, procurando contribuir para a reflexão sobre uma das mais ignoradas problemáticas da história do jornalismo em Portugal: “Que práticas e experiências de consumo os portugueses tiveram de notícias desde 1930, como reagiram a elas e que fatores afetaram a memória das notícias?”

O carácter exploratório da investigação dos estudos de receção, assente na recolha de memória oral, deve ser enfatizado, nas suas várias facetas: como terreno desconhecido, ainda por observar; como ensaio metodológico que desperta novas questões; como experiência epistemológica que requer análise crítica. Saliente-se, também, que uma pesquisa envolvendo um número considerável de investigadores-entrevistadores tem como trunfos permitir uma extensão considerável da amostra e ganhar potencial de comparabilidade entre vários segmentos socioculturais e especialmente entre várias e muito diferentes faixas etárias, abrangendo um período histórico considerável. Para isso precisou, naturalmente, de utilizar um guião comum bastante estruturado, apesar das adaptações para cada escalão de idade e das alterações introduzidas em cada entrevista pela especificidade da própria relação intersubjetiva entrevistador(a)-entrevistado/a.

Os textos aqui apresentados refletem que o objetivo foi cumprido, ao apresentar a riqueza e necessidade de olhar este terreno de conhecimento - a experiência de recepção mediática - através da sua diversidade temática, partindo de dimensões de análise muito diversas, sem, porém, esquecer de abrir possibilidades de outros contornos no conhecimento futuro.

No primeiro texto, Jorge Pedro de Sousa compara as memórias de cinco portugueses e portuguesas com mais de 84 anos, residentes na Área Metropolitana do Porto, Portugal, refletindo sobre a relação destes com as notícias e os meios de comunicação, ao longo das oito décadas da sua vida, desde o Estado Novo até à atualidade. O autor privilegia a

análise temporal alargada o que lhe permite refletir sobre as continuidades e as mudanças ocorridas nos contextos e nas práticas de receção, salientando, entre outras, as particularidades regionais e de género. Sem deixar de nos surpreender sobre a “adaptação ao digital que, com maior ou menor esforço” é feita por essa faixa etária de entrevistados. Isto é, “com exceção de uma entrevistada, todos/as os/as restantes acedem a notícias na Web pelos computadores, *tablets* e *smartphones*”.

Por contraste, Pedro Marques Gomes detém-se na micro-história, analisando as memórias do contexto da receção mediática do derrube da ditadura portuguesa, a 25 de Abril de 1974, partindo de 18 entrevistas de vida, realizadas a mulheres e homens, entre os 68 e os 89 anos (em 2025). “Como obtiveram a notícia do golpe militar? Como se informaram posteriormente? Que órgãos de informação consumiam? Como recordam tudo isso, passados 50 anos sobre os acontecimentos?”. A partir destas questões, destaca-se o relevo “da oralidade na partilha de informação sobre o dia 25 de Abril; a rádio como meio central da experiência de receção em contraste com a imprensa e a televisão; o papel dos média na compreensão dos acontecimentos daquele dia, após os rumores sobre a revolução”.

Júlia Leitão de Barros partindo da mesma temática, isto é, a memória das notícias, procurou responder à questão: “Que fatores afetaram a memória das notícias?”. Com esse objetivo analisou dezassete testemunhos e destacou algumas das condicionantes do processo de lembrar: a importância da condução da entrevista e a articulação entre o passado e o presente na construção da memória individual. Constatou a existência de um grande número de referências a acontecimentos-notícia, que se afastam das memórias da sua receção, constituindo, assim, uma oportunidade para refletir sobre o destaque dos *media* na construção da memória coletiva.

Elegendo os jornais como objeto privilegiado de atenção, José Ricardo Carvalheiro indaga as memórias de entrevistados de duas faixas etárias distintas (nascidos no pós-II Guerra Mundial e nascidos no final dos anos 1960), mas que têm em comum o campo profissional. São professores do ensino secundário que corporizaram duas grandes vagas de expansão da educação escolar no Portugal democrático, mas que partem de origens sociais muito diversas e em cujas trajetórias a análise procura descortinar o lugar e a importância da imprensa e da sua receção no âmbito das práticas culturais e políticas.

Em capítulo cuja circunscrição etária (nascidos entre 1960 e 1975) pretende interrogar o conceito de geração, Nuno Francisco e José Ricardo Carvalheiro debruçam-se especificamente sobre a relação destas audiências com as notícias na televisão. A análise explora as memórias de um conjunto de 26 entrevistados quer acerca de acontecimentos mediáticos quer sobre os rituais da receção televisiva, ponderando as possibilidades de se falar de uma “geração TV” no contexto português, ligada ao período em que ela foi o meio doméstico e familiar por excelência.

Celiana Azevedo e Lídia Marôpo apostam também na análise comparativa, de dois grupos etários, adultos com mais de 70 anos e jovens entre os 18 e os 30 anos, procurando entender “como diferentes gerações vivem, interpretam e atribuem significado às notícias”. Com base em 10 testemunhos dão-nos conta, entre outros aspetos, que a experiência noticiosa é heterogénea e não pode ser reduzida ao binómio que opõe meios tradicionais e digitais. Em particular, este estudo revela que, apesar da mudança “nos suportes, nos ritmos e nas mediações tecnológicas; persistem continuidades na valorização do jornalismo como bem social e na preocupação com a veracidade da informação”.

Como parte de um conjunto de três capítulos que abordam especificamente as experiências de consumo noticioso de jovens adultos (18-30 anos), Sandra Tuna e Elsa Simões analisam como este público acede, interpreta e recorda notícias num contexto em que a mediação tecnológica e a circulação intensiva de informação em rede desempenham um papel central na configuração das práticas comunicacionais. Com base em 25 entrevistas, apresentam a diversidade das práticas informativas desta geração que privilegia plataformas digitais (Instagram, TikTok e X) como fontes de conhecimento sobre a atualidade.

Samanta Souza Fernandes acrescenta uma perspetiva de género sobre a relação entre os jovens adultos e o discurso noticioso, analisando os modos de consumo e receção de notícias por 10 mulheres (18-35 anos) da região Norte de Portugal a partir do diálogo com estudos sobre usos femininos dos *media*. Atesta que persistem obstáculos estruturais na relação das mulheres com os *media* como, por exemplo, a sub-representação feminina na cobertura noticiosa e defende, assim, uma “literacia mediática crítica e sensível ao género”.

Debruçando-se sobre o contexto insular madeirense, Samuel Mateus debate sobre processos de socialização mediática familiar a partir de entrevistas a sete jovens universitários. Ancorado no debate teórico sobre transformações digitais e identidades territoriais, evidencia a persistência da identidade local e ao mesmo tempo transformações consideráveis nos hábitos de consumo noticioso marcados pelos desafios da desinformação na era digital, mas também por formas emergentes de resistência crítica.

Olhando para o consumo mediático no contexto açoriano, Catarina Rodrigues analisa duas entrevistas realizadas a homens e duas a mulheres, residentes na Ilha de S. Miguel, tendo entre 74 e 85 anos. Dos resultados obtidos, “destacam-se mais as circunstâncias em que as pessoas utilizaram os diferentes meios do que propriamente os processos de interpretação e construção de sentido associados a essas práticas”, notando-se ainda “uma valorização dos *media* regionais, com destaque para a televisão que deu a conhecer as ilhas aos próprios açorianos.”

Por fim, Ana Santos, Patrícia Weber e Renato Pinto Ferreira centram a sua atenção na experiência de receção de 15 entrevistados, com mais de 60 anos, relativamente a conteúdos

do Serviço Público de *Média*. Entre as conclusões deste estudo, sublinha-se o facto de a maioria dos entrevistados ter utilizado, na infância e juventude, “o rádio como primeiro meio de comunicação para o consumo de notícias”, de o consumo de *média* assumir, por vezes, “um carácter coletivo e ritualizado, principalmente no rádio e na televisão nos seus tempos iniciais” e de a confiança nos *média* ter aumentado na democracia, “impulsionada pela perceção de liberdade e de pluralismo”, ainda que, com o passar do tempo se tenha verificado “um olhar mais céptico e reflexivo” sobre os meios de comunicação social.

# Uma investigação exploratória sobre memórias do uso e receção de notícias e dos meios jornalísticos – testemunhos orais de portugueses e portuguesas 84+ da Área Metropolitana do Porto - Portugal<sup>1</sup>

Jorge Pedro Sousa

Universidade Fernando Pessoa • ICNOVA – Instituto de Comunicação da NOVA

[jpsousa@ufp.edu.pt](mailto:jpsousa@ufp.edu.pt)

**Resumo:** Uma história do jornalismo deve considerar os usos dos meios jornalísticos e das notícias e as práticas, hábitos e experiências de receção noticiosa dos indivíduos ao longo do tempo, não se restringindo à esfera da produção jornalística. Neste contexto, esta investigação aprofunda a compreensão da história do jornalismo em Portugal, adotando uma perspectiva centrada na receção noticiosa e nos usos dos meios jornalísticos. Inspirada na história oral, parte da premissa de que as memórias individuais constituem fontes históricas, pelo que procura recuperar, registar e comparar, valorizando-as, as memórias que cinco portugueses e portuguesas com mais de 84 anos, residentes na Área Metropolitana do Porto, Portugal, têm das notícias e dos meios jornalísticos que usaram ao longo do tempo. Acompanhou-se a sua relação com as notícias e os meios de comunicação ao longo das oito décadas da sua vida, desde o Estado Novo, caracterizado pelo autoritarismo e pela censura e propaganda e pelo uso de meios impressos, rádio e televisão, até à atualidade, caracterizada, após o período de transição para a democracia de 1974/1975, pela vivência num Estado Democrático de Direito e, depois dos anos Noventa, pelo digital. A metodologia, qualitativa e exploratória, baseou-se na realização de entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas em vídeo e disponibilizadas publicamente e, depois, textualizadas, depuradas e comparadas, permitindo a construção de uma narrativa temporalmente ordenada das experiências dos participantes. Reconhecendo a falibilidade e complexidade da memória, o estudo procurou contextualizar e contrastar os testemunhos com a evolução histórica e mediática do país. A análise revela que, na infância, juventude e início da idade adulta dos entrevistados, a imprensa diária do Porto e a rádio nacional eram os principais veículos de notícias, complementados por cinejornais propagandísticos e pelos placares informativos dos diários da cidade. Observou-se uma dicotomia de género na acessibilidade e decisão sobre os jornais e revistas usados no ambiente familiar, com o poder decisório a pertencer, principalmente, à figura paterna. A chegada da televisão (1957) alterou os padrões de consumo informativo e, especificamente, noticioso, embora a aquisição de um televisor fosse um luxo, restringindo, inicialmente, o acesso a este meio a cafés e coletividades e mesmo a lojas de eletrodomésticos e outros estabelecimentos comerciais especializados em televisão e rádio. Durante o Estado Novo, os entrevistados desenvolveram consciência da censura e da propaganda e alguns relatam o recurso a rádios estrangeiras, como a BBC ou a Rádio Moscovo, para obterem informações a que não tinham acesso pelos meios jornalísticos portugueses. O 25 de Abril de 1974 é unanimemente lembrado como um momento de transformação, com a rádio a desempenhar um papel crucial na difusão imediata da notícia sobre o acontecimento e os jornais a acompanharem a Revolução com edições múltiplas. No período pós-revolucionário, os participantes testemunharam e tomaram consciência de que estavam perante um jornalismo “de facção”, que refletia as tensões ideológicas do Processo Revolucionário em Curso (PREC). Eventos como o “caso República” ou o retorno dos portugueses das ex-colónias (“Retornados”) ficaram gravados nas suas memórias, muitas vezes moldadas pelas imagens da televisão. Os entrevistados e entrevistadas adaptaram-se, a partir do novo milénio, à transição digital, mas de forma diversa. Alguns e algumas utilizam a Internet, redes sociais e podcasts para acederem a notícias, mas a televisão permanece o meio mais presente para fins informativos. Entrevistadas e entrevistados têm, ademais, consciência da proliferação de desinformação pelas redes sociais e das potencialidades e perigos

<sup>1</sup> Investigação realizada no âmbito do projeto de investigação exploratório MemNews - História oral e memória(s) das práticas e hábitos de consumo e receção noticiosa e da experiência das notícias em Portugal a partir dos testemunhos dos cidadãos – a parte que falta para uma história do jornalismo em Portugal, com a referência 2023.15210.PEX, é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P, tendo a Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa como Instituição Proponente e a Universidade Fernando Pessoa como Instituição de Acolhimento. DOI: <https://doi.org/10.54499/2023.15210.PEX>

do recurso à Inteligência Artificial Generativa neste domínio. Por outro lado, entrevistados e entrevistadas manifestam, de forma geral, confiança nos/as jornalistas e no jornalismo português. As conclusões do estudo sublinham a persistência de hábitos de consumo mediático enraizados no passado, a integração sucessiva dos novos meios informativos nos hábitos de receção de notícias e a constante necessidade de adaptação às transformações tecnológicas. As limitações do estudo residem na sua natureza exploratória e na amostra não representativa, o que é, no entanto, comum na história oral, que não tem preocupações de representatividade estatística, valorizando, ao invés, cada testemunho memorial de cada pessoa singular. No entanto, a pesquisa abre caminhos para futuras investigações, como sejam: estudos com maior diversidade demográfica e geográfica, análises sobre a influência dos comentários em família e grupos na interpretação das notícias e comparações entre o impacto das notícias verbais e das notícias visuais na formação da memória, podendo os dados orais serem complementados com outras fontes históricas.

**Palavras-chave:** História oral; receção de notícias; Área Metropolitana do Porto; idade 84+.

## Introdução

Uma história do jornalismo deve considerar as práticas, hábitos e experiências de receção noticiosa dos indivíduos ao longo do tempo, não se restringindo à esfera da produção jornalística, dos meios jornalísticos e dos jornalistas, pois as audiências são uma força relevante no seio do sistema jornalístico (Picone, 2017; Meijer, 2019). No entanto, em Portugal, a geração de conhecimento sobre a história do jornalismo no país tem-se limitado à origem e evolução dos meios jornalísticos e aos protagonistas deste processo histórico (Sousa, 2021, 2020, 2022; Cabrera, Lima, eds., 2022; Cardoso, Azevedo, Sousa, eds., 2022; Ribeiro, Reis, eds., 2022; Lopes, Cardoso, Mata, Duarte, Coutinho, Godinho, orgs., 2022; Baptista, Camponez, orgs., 2022), mesmo quando os estudos referem, indiretamente, o desenvolvimento dos públicos e audiências dos meios jornalísticos (Sousa, 2021; 2022).

A presente pesquisa tem, assim, por justificativa introduzir na produção historiográfica do jornalismo português uma perspetiva que considere não apenas a evolução da esfera da produção das mensagens jornalísticas, mas também o desenvolvimento da receção noticiosa<sup>2</sup>. Tem, por outro lado, por objetivo geral construir uma narrativa histórica, temporalmente ordenada, sobre formas de receção de notícias e usos dos meios jornalísticos na Área Metropolitana do Porto, Portugal, articulada em torno das memórias de indivíduos seniores aqui residentes, considerados como fontes orais capazes de fornecer informações com valor histórico.

---

<sup>2</sup> Por informação noticiosa, ou notícia, entender-se-á, neste trabalho, grosso modo, a informação nova disponibilizada pelos meios jornalísticos e, de forma geral, as novas mensagens difundidas pelos meios jornalísticos, mesmo que não providenciem nova informação aos recetores.

Em concreto, esta investigação procura recuperar, registar e valorizar memórias que cinco portugueses e portuguesas com mais de 84 anos, residentes na Área Metropolitana do Porto, têm das notícias e dos meios jornalísticos ao longo do tempo das suas vidas, considerando que pode existir uma multiplicidade de práticas e de contextos de receção e de formas de apropriação dos *media* (Carvalho, 2014b), e caracterizar e comparar os seus padrões de receção noticiosa e recurso aos meios jornalísticos no passado e na atualidade, tendo por pano de fundo a história do jornalismo e dos meios de comunicação.

Para esta investigação, realizada no âmbito do projeto MemNews<sup>3</sup> e inspirada na história oral, entrevistaram-se cinco residentes da Área Metropolitana do Porto, Portugal. As entrevistas gravaram-se em vídeo<sup>4</sup> e cada vídeo foi publicado no YouTube, em canal próprio do projeto<sup>5</sup>, sendo, posteriormente, textualizadas, depuradas, analisadas e comparadas.

## Estado da questão e marco teórico

Ainda que diversas abordagens teórico-metodológicas possam contribuir para o estudo de públicos e audiências (Mihelj, Bourdon, 2015), a caracterização do recurso aos meios jornalísticos e de receção noticiosa dos indivíduos ao longo do tempo pode passar pela sua auscultação sobre as suas memórias, considerando, como pano de fundo, as suas histórias de vida e a evolução dos contextos de receção e ainda o impacto, por vezes duradouro, da mediatização dos acontecimentos (Couldry, Hepp, 2018). Ora, uma das maneiras de aceder às memórias “históricas” dos indivíduos alicerça-se na história oral, campo específico da história social e cultural.

A história oral visa, como outras práticas historiográficas, reconstituir e compreender o passado, sendo a sua especificidade partir de fontes orais (Correia, 1978; Thompson, 1978; Henige, 1982; Joutard, 1983, 2015; Dunaway, Baum, orgs., 1984; Vansina, 1985; Frisch, 1990; Tokin, 1992; Ritchie, 1995; Meihy, 1996; Candau, 1998; Caldas, 1999; Thomson, 2011 Meihy, Holanda, 2015) – algo que não é novo, pois os primeiros historiadores, como Tucídides, também o fizeram.

A história oral parte das histórias de vida e das biografias de cada pessoa. Centra-se nas memórias que cada indivíduo é capaz de presentificar e verbalizar. Não tendo preocupações de representatividade amostral, procura, ainda assim, assegurar a diversidade das fontes orais; e visa valorizar as história de vida e as memórias que cada pessoa guarda e das quais é capaz de dar testemunho verbal (Correia, 1978; Thompson, 1978; Henige, 1982;

---

<sup>3</sup> Ver: <https://memnews.fundacaofernandopessoa.pt/>

<sup>4</sup> Com exceção de uma entrevista, pois a entrevistada apenas acedeu à gravação da mesma em áudio.

<sup>5</sup> Ver: <https://www.youtube.com/@ProjetoMemNews>

Joutard, 1983, 2015; Dunaway, Baum, orgs., 1984; Vansina, 1985; Frisch, 1990; Tokin, 1992; Ritchie, 1995; Meihy, 1996; Candau, 1998; Caldas, 1999; Thomson, 2011; Meihy, Holanda, 2015). A história oral parte, portanto, do princípio de que as memórias podem ser conscientemente verbalizadas e de que as ações memorizadas podem ser explicadas, princípio que vai, aliás, ao encontro da perspectiva teórica dos usos e gratificações no estudo dos efeitos comunicativos (Katz, Blumler e Gurevitch, 1985).

A história oral sugere, portanto, que a vida de cada pessoa é significativa, pelo que aprecia as memórias e biografias individuais. Na história oral, os depoimentos testemunhais e memorialísticos dos indivíduos, enquanto atores sociais, são reconhecidos e valorizados como fontes históricas (Correia, 1978; Thompson, 1978; Henige, 1982; Joutard, 1983, 2015; Dunaway, Baum, orgs., 1984; Vansina, 1985; Frisch, 1990; Tokin, 1992; Ritchie, 1995; Meihy, 1996; Candau, 1998; Caldas, 1999; Thomson, 2011; Meihy, Holanda, 2015). É uma forma de, na história, tornar presentes os esquecidos e ignorados (Ricoeur, 2000) ou, conforme sublinha Thompson (2008, p. 26), uma maneira de “devolver um lugar central às pessoas que fizeram e viveram a história através das suas próprias palavras”. Carvalheiro (2014a, p. 11) assinala que se trata de “uma epistemologia valorizadora dos próprios sujeitos, das suas experiências, reflexividades e discursos enquanto vertentes indispensáveis à produção de conhecimento”.

Vários autores destacam as potencialidades da história oral nos estudos de jornalismo (Brennen, 1996; Ribeiro, 2015; Martinez, 2016; Barbosa, 2016, 2019; Tejada, 2018). Outros realçam as pontes entre o jornalismo e a história oral (Rouchou, 2003; José, 2003; Feldstein, 2004; Maia, 2006; Santos, 2009; Moreira, 2010; Zion, Dodd, Ricketson, 2020). Outros ainda sublinham que os protagonistas de ambas as atividades podem aprender uns com os outros (p. ex. Faulkenbury, 2020). A história oral forneceu, igualmente, a matriz teórica e metodológica a estudos sobre as memórias de acontecimentos noticiados no passado (Rice, 2000; Hoyt, Palattella, eds., 2007). Esses estudos relevam, efetivamente, as potencialidades da história oral para relembrar o esquecido e dar voz aos que raramente são ouvidos (Barbosa, 2020).

Fora de Portugal, a história oral inspirou estudos biográficos e histórias de vida de jornalistas (Giacopuzzi, 2007), investigações sobre a atuação de jornalistas em determinados contextos e períodos (MacKinnon, Friesen, 1987; Abreu, 1998, 2003, 2012), pesquisas sobre memórias de jornalistas (Mancera, 2019; Kneipp, 2021) e mesmo estudos de caso (Frazão, 2016; Anderson, 2017; Abib, Ventura, 2019). Em Portugal, pode ser citada, nesse âmbito, a investigação sobre os jornalistas dos anos Sessenta conduzida por Correia & Baptista (2007, 2010), a pesquisa de Isabel Ventura (2012) sobre as primeiras mulheres repórteres portuguesas, a investigação de Fátima Lopes Cardoso (2022) sobre a evolução do fotojornalismo e da fotografia documental portuguesa, pela visão dos fotógrafos e fotojornalistas, e o projeto “À frente da Revolução: os jornalistas na transição para a democracia

em Portugal (1974-1976)”<sup>6</sup>, que destaca a construção do perfil do jornalista português no pós-25 de Abril (Figueira, Gomes, 2021). Realce, ainda, para o Arquivo de Memória Oral de Profissões de Comunicação<sup>7</sup>, projeto de história oral que visa recuperar, registrar e publicar as memórias dos profissionais da comunicação, numa perspetiva histórica. Todas essas investigações são, todavia, centradas nos produtores e difusores profissionais de mensagens, não tocando na esfera das memórias dos recetores sobre as suas experiências de receção de notícias, usos dos meios jornalísticos e gratificações que destes obtiveram. Desenvolveram-se, no entanto, investigações sobre as experiências de receção mediática das operárias da Covilhã no tempo do Estado Novo (Carvalho, org, 2013; Carvalho, org., 2014; Carvalho, 2014d; Carvalho, Tomás, 2014; Carvalho, Tomás, Portovedo, 2014; Carvalho, Silveirinha, 2018), que têm a história oral como matriz, mas registam, principalmente, os usos dos meios de comunicação para fins de entretenimento e interação social. Não se centram nas memórias sobre obtenção de informação e, em concreto, sobre as notícias e o recurso aos meios jornalísticos, como a presente investigação.

A historiografia da receção jornalística pelo viés da história oral parte, pois, das memórias que os sujeitos verbalizam e tem por pano de fundo as suas histórias de vida, as escolhas que se lembram de ter feito, as experiências que são capazes de relembrar, os usos que se recordam de ter dado às notícias e aos meios jornalísticos e as gratificações que dizem que deles obtiveram (Bourdon, 2003, 2011; Reifová, 2009; 2015; Bardan, 2017; Ramírez, 2020; Kaluža, Prodnik, 2022). Embora comungue intenções com outros estudos de públicos e audiências, como os de Butsch, (2000) e os de Biltereyst, Lotze, Meers (2012) e, ainda, com os estudos coletados por Butsch e Livingstone (2013), fazer uma história oral da receção jornalística implica tentar observar como as mensagens jornalísticas e os *media*, num contexto evolutivo, impactaram no quotidiano dos indivíduos ao longo do tempo, considerando as memórias que estes guardam e verbalizam e as informações que, sobre estas memórias, são capazes de dar.

Lidar com a memória dos indivíduos é, no entanto, complexo. Embora as práticas historiográficas pressuponham que o historiador fabrique sempre versões da história, mesmo que alicerçadas num trabalho informado de reelaboração e interpretação do passado, na história oral esta característica da prática historiográfica é mais relevante, pois apela a memórias verbalizadas e filtradas pelas subjetividades dos sujeitos-fontes, mesmo quando os seus resultados são matizados por outras fontes, como os documentos escritos. Ora, por um lado, apelar às memórias dos sujeitos implica cobrar-lhes uma reinterpretação de práticas e circunstâncias do passado, temperada pelas suas histórias de vida e pelo tempo decorrido desde essas experiências; por outro lado, as memórias, ao envolverem o pro-

---

<sup>6</sup> Ver: <https://www.escs.ipl.pt/investigacao/a-frente-da-revolucao-os-jornalistas-na-transicao-para-a-democracia-em-portugal-1974-1976>

<sup>7</sup> Ver: <http://amopc.org/>

cessamento cognitivo de informações sensoriais e outros estímulos, são enviesadas pelo contexto em que se formaram, nomeadamente pelas influências sociais e culturais e pelas características individuais, podendo comprometer a confiabilidade dos testemunhos e, no limite, serem falsas, não tendo correspondência com a realidade (Radstone, 2008; Fiorelli, Mangini, 2024). Aliás, conforme relembram Fiorelli e Mangini (2024), a formação de novas memórias é influenciada pelas experiências passadas, que condicionam a interpretação de novas informações; pelas expectativas em relação ao que um indivíduo espera ver, ouvir ou sentir; e pelo contexto ambiental e situacional, que molda a percepção.

## Metodologia

A metodologia desta pesquisa é inspirada na história oral, pelo que o seu desenho é exploratório e qualitativo. Tem por base as recomendações e conceitos de Meihy (1996) e de Meihy e Holanda (2015) sobre a investigação em história oral. A comunidade de destino foi constituída pelos portugueses e portuguesas maiores de idade, a colónia pelos residentes na Área Metropolitana do Porto com 84 ou mais anos e a rede pelos cinco indivíduos que se voluntariaram para participar no estudo após contacto pessoal. A coleta de dados alicerçou-se na realização de entrevistas presenciais com guião semiestruturado, gravadas e divulgadas em vídeo<sup>8</sup>, em fevereiro, março e abril de 2025. A diferença de idade entre o entrevistado mais idoso e o mais novo é de cinco anos. As entrevistas foram realizadas por um entrevistador com 58 anos e duas entrevistadoras, com 54 anos e 45 anos, nascido/nascidas e residentes na Área Metropolitana do Porto.

Os entrevistados e as entrevistadas nesta pesquisa, nascidos entre 1936 e 1941, fazem parte da Geração Silenciosa (nascidos entre 1925 e 1945). Pertencem ao que, sociologicamente, se pode classificar como classe média, ainda que um dos entrevistados, o mais novo, realce a pobreza da sua família na infância e juventude, à qual conseguiu escapar pelo estudo e pelas oportunidades que a vida lhe ofereceu. Desempenharam profissões do setor terciário. Têm uma escolaridade formal acima do habitual para os portugueses e portuguesas da mesma faixa etária<sup>9</sup>, o que se ponderou na interpretação dos resultados. Nasceram imediatamente antes ou durante a Segunda Guerra Mundial, numa época que foi marcada pelo aumento da natalidade, pela melhoria das condições de vida e, em Portugal, a partir de 1960, pela constituição de grandes conglomerados económicos e financeiros e pela instalação de empresas multinacionais, que modernizaram o mercado

---

<sup>8</sup> <https://www.youtube.com/@ProjetoMemNews/videos>

<sup>9</sup> Segundo os censos de 1950, quando entrevistados e entrevistadas neste trabalho possuíam entre 9 e 14 anos, somente 48491 jovens portugueses frequentavam o ensino secundário, de um total de 8.510.240 residentes em Portugal. No mesmo ano, somente 1499 estudantes concluíram um curso superior. Fontes: EduLog/Fundação Belmiro de Azevedo e Pordata/Fundação Francisco Manuel dos Santos.

de trabalho e fizeram crescer a economia, apesar de o país ter assistido a um fenómeno emigratório relevante (Ramos, coord., Sousa, Monteiro, 2009). Entrevistados e entrevistadas vivenciaram a juventude e a entrada na idade adulta durante a década de 1950 e o início da década de 1960. Viveram, por isso, as transformações socioculturais do pós-guerra, mas também experienciaram o regime autoritário do Estado Novo, o condicionamento e repressão da Oposição ao regime (1926-1974) e a Guerra Colonial (1961-1974). Frequentaram escolas – em dois casos, seminários católicos – orientadas para formar indivíduos inseridos na ordem política vigente. Os meios de comunicação a que tiveram acesso – imprensa, rádio e, a partir de 1957<sup>10</sup>, televisão – eram controlados e censurados pelo regime, via Direção dos Serviços de Censura, posteriormente designada Exame Prévio. A partir de 25 de abril de 1974, usufruíram, em liberdade, da Democracia representativa, apesar das tensões políticas de 1974-1975 e do Processo Revolucionário em Curso. Acederam, a partir de então, a meios jornalísticos libertos da censura. Vivenciaram o processo de integração europeia. Viram chegar a Internet domiciliária e a World Wide Web a partir dos anos 1990. Assistiram à migração dos meios jornalísticos portugueses para a Web, a partir de 1995, e à massificação dos smartphones, a partir, sobretudo, de 2007, ano em que a Apple lançou o seu iPhone.

**Quadro 1. Entrevistados e entrevistadas.**

Fonte: elaboração do autor.

| Idade | Género    | Locais de residência                                                            | Profissão                           | Escolaridade      |
|-------|-----------|---------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|-------------------|
| 89    | Masculino | Área Metropolitana do Porto                                                     | Aposentado<br>(Funcionário Público) | Ensino secundário |
| 87    | Feminino  | Área Metropolitana do Porto                                                     | Aposentada<br>(Funcionária pública) | Ensino secundário |
| 87    | Feminino  | Área Metropolitana do Porto                                                     | Aposentada<br>(Funcionária pública) | Ensino secundário |
| 86    | Masculino | Área Metropolitana do Porto                                                     | Aposentado<br>(Professor)           | Ensino superior   |
| 84    | Masculino | Área Metropolitana do Porto, com passagens<br>por Viana, Lisboa e Guiné-Bissau. | Aposentado<br>(Bancário)            | Ensino superior   |

Fez-se uma aproximação prévia a cada entrevistado e entrevistada antes da realização da entrevista, por meio de uma conversa informal. Durante a conversa prévia, além de se tomar contacto com a biografia do entrevistado ou entrevistada, foram explicitados os objetivos da investigação, foi apresentado o guião da entrevista e foi solicitado o preenchimento e assinatura das declarações de consentimento informado e de cedência de dados,

<sup>10</sup> Não se consideraram as emissões experimentais da Feira Popular de Lisboa, em 1956, e no Palácio de Cristal, no Porto, em 1955 (estas em circuito fechado), mas somente as emissões regulares, iniciadas a 7 de março de 1957.

cujo teor foi explicado. Os direitos dos entrevistados e entrevistadas foram sublinhados, de acordo com as recomendações do Código Europeu para a Integridade da Pesquisa<sup>11</sup>, destacando-se a explicação do direito à imagem, devido à gravação e disponibilização pública dos vídeos das entrevistas. Entrevistados e entrevistadas validaram, posteriormente, as entrevistas na forma como foram publicitadas.

Ao invés de se proceder à realização de entrevistas orientadas por tópicos, mais comuns em história oral, por razões de eficácia optou-se pela adoção de um guião semiestruturado pré-estabelecido (em uso no projeto MemNews), ainda que o entrevistador e as entrevistadoras tenham tido liberdade para colocar outras questões pertinentes no contexto de cada entrevista. As entrevistas foram gravadas em vídeo e disponibilizadas no canal do projeto na rede social YouTube<sup>12</sup>.

Pediram-se a cada entrevistado ou entrevistada os elementos de identificação (nome, idade, profissão ou profissões que desempenhou, habilitações literárias) e que relembresse a sua história de vida, considerando elementos cronológicos comuns (a infância e juventude, a saída da casa paterna, a entrada no mundo do trabalho, o casamento...) e os lugares onde viveu, introduzindo-se, de seguida ou concomitantemente, as questões relativas à receção noticiosa e uso dos meios jornalísticos ao longo do tempo, colocadas de acordo com uma cronologia que respeitou quer os sucessivos regimes políticos (Estado Novo vs. Democracia), quer a introdução sucessiva de novos meios e plataformas de comunicação (imprensa, rádio, televisão, Internet e World Wide Web), quer ainda os acontecimentos com mais repercussão a nível nacional e internacional ao longo da história das últimas seis a oito décadas. No entanto, entrevistados e entrevistadas nem sempre respeitaram a ordem cronológica, antecipando, postergando ou conectando informações sobre diferentes épocas nas suas respostas, o que foi considerado na fase de textualização e depuração das entrevistas, no sentido de impor – por intervenção do investigador-autor – ordenação diacrónica e inteligibilidade ao discurso tendencialmente desorganizado dos entrevistados e entrevistadas, mas sempre considerando e respeitando a integridade da forma e do conteúdo das suas respostas a cada questão.

As entrevistas foram planificadas, ainda, de maneira a permitir entender eventuais vínculos entre o contexto histórico-temporal e mediático e as mudanças que os indivíduos entrevistados experienciaram ao longo das suas vidas.

Embora existam correntes da história oral que defendem que cada testemunho memorial vale por si em absoluto, não devendo ser alvo de depuração na fase de textualização,

---

<sup>11</sup> <https://allea.org/code-of-conduct/>

<sup>12</sup> <https://www.youtube.com/@ProjetoMemNews>

nesta pesquisa optou-se por depurar as respostas dos entrevistados e entrevistadas, para realçar os excertos mais significativos destas respostas, dar-lhes coerência diacrónica e narrativa e permitir o seu entrelaçamento e comparações.

Assim, seguindo, mais uma vez, Meihy (1996), numa primeira fase, as entrevistas foram transcritas integralmente em bruto, incluindo-se perguntas e respostas, repetições, erros, palavras irrelevantes e interjeições e as perguntas formuladas pelo entrevistador ou entrevistadoras; numa segunda fase, foi realizada a textualização e depuração das entrevistas, com a retirada das perguntas dos entrevistadores e entrevistadoras, repetições e interjeições. Também se procurou ordenar, cronologicamente, os elementos do discurso dos entrevistados e das entrevistadas, de acordo com os objetivos da investigação, mantendo, no entanto, a fidelidade à forma e conteúdo das respostas, às marcas da oralidade, às hesitações e aos elementos de contexto biográfico de cada entrevistado que funcionaram como agentes detonantes da evocação de memórias. Usaram-se excertos das entrevistas tão longos quanto possível para realçar o discurso oral de entrevistados e entrevistadas com fidelidade à forma e conteúdo e para que a “voz” dos entrevistados e entrevistadas fosse claramente distinguida da interpretação do pesquisador e da voz de entrevistador e entrevistadoras. Finalmente, foi realizada uma análise das entrevistas, de feição qualitativa, assente na coleta de segmentos discursivos significativos a partir das transcrições depuradas das entrevistas, considerando a cronologia adotada e as memórias verbalizadas pelos entrevistados e pelas entrevistadas.

Considerou-se, na análise, a advertência de Carvalheiro (2014b, p. 33):

Os modos de utilizar os *media* são ações subjetivas e sociais, e nessa medida possuem sentidos mais ou menos partilhados. Mas uma questão que esta abordagem suscita, para uma pesquisa de história oral, é o modo como as práticas devem ser abordadas enquanto significantes, em si, para os próprios atores. Se a sua descrição retrospectiva as torna significantes para o investigador nos contextos históricos que lhe são conhecidos e com o apoio de outras fontes, a própria significação atribuída pelos atores sociais às suas ações do passado pode ser mais ou menos explícita, refletida e consciente, e é sempre mediada pelo presente e pela memória (...).

Seguindo, ainda, Carvalheiro (2014c), ponderou-se que fazer uma história das práticas de receção noticiosa e de usos dos meios jornalísticos recorrendo, predominantemente, a fontes orais, deve considerar várias premissas, como sejam:

1. A receção deve ser encarada enquanto conjunto de práticas específicas de determinado tempo e espaço;
2. O enquadramento sociocultural e político-mediático das práticas de receção em cada momento e em cada espaço deve ser ponderado – nomeadamente, o sistema

- jornalístico e mediático ao tempo do regime autoritário do Estado Novo, verticalizado e capturado pelo Estado, é diferente do sistema jornalístico e mediático em democracia;
3. As memórias dos sujeitos entrevistados podem ser contrastadas com outras fontes, designadamente com documentos de cada época;
  4. Deve considerar-se que testemunhos orais registados no presente sobre práticas de receção jornalística do passado podem não refletir os modos como as audiências então encaravam os meios jornalísticos e as notícias.

Secundando Kneipp (2021, p. 40), esta pesquisa não buscou atingir uma verdade absoluta sobre o que se passou, mas sim expor a experiência de cada entrevistado e entrevistada com as notícias e os meios jornalísticos ao longo do tempo, valorizando cada testemunho memorial *per si* e em articulação com os restantes, conforme as memórias que entrevistados e entrevistadas foram capazes de evocar e verbalizar, mediadas pela ação do entrevistador e das entrevistadoras, considerando sempre que estas memórias foram reinterpretadas pelos sujeitos entrevistados em função da sua história de vida e do contexto da própria entrevista e que delas resultou a presente versão do que se passou, que já resulta do labor historiográfico e é moldada pela perspetiva e atuação do próprio pesquisador que interveio neste processo.

Os dados foram explanados e interpretados diacronicamente, tendo por base a construção de uma narrativa histórica que fosse consistentemente estruturada em torno das etapas biográficas da vida de entrevistados e entrevistadas: infância e juventude (grosso modo, até à saída da casa paterna); adultos jovens (normalmente, os primeiros tempos após a saída da casa paterna, coincidindo, normalmente, com os primeiros tempos do casamento); adultos maturos (considerou-se após 1974, ano da Revolução, momento em que os entrevistados e entrevistadas tinham já entre 33 e 38 anos); adultos seniores (o tempo após os anos Noventa, que coincidiu com a vulgarização do digital).

## Memórias

### *Infância e juventude*

Entrevistadas e entrevistados nesta pesquisa viveram a sua infância e juventude, grosso modo, nos anos 1936-1960, num tempo em que a imprensa e a rádio eram os principais meios de difusão de notícias em Portugal. Conforme se verificará a seguir, as suas recordações assim o evocam, mesmo quando, a partir de 1957, já tinham acesso à televisão, ainda que raramente em casa. Algo evidente é que, no Porto, liam-se, sobretudo, os diários da cidade – *O Comércio do Porto*, *O Primeiro de Janeiro*, *Jornal de Notícias*. A imprensa diária lisboeta não penetrava no público portuense. A imprensa dividia o país em dois: os diários do Porto circulavam a Norte e os de Lisboa a Sul. Mas revistas sedeadas em Lisboa, como *O Século Ilustrado*, tinham aceitação a Norte, tal como as revistas femininas – ainda

que não jornalísticas – e a imprensa desportiva, casos da *Bola* e do *Record*. Mais tarde, em 1973, também o semanário *Expresso* teve penetração nacional.

Outro traço preponderante que se nota nas memórias é a dicotomia de género. Por um lado, os entrevistados e entrevistadas, quando tinham acesso à imprensa nas suas casas, reconhecem que era a figura paterna a comprar e ler com mais assiduidade os jornais e revistas; por outro lado, os entrevistados, mais do que as entrevistadas, reconhecem terem tido interesse pelas notícias ainda na infância, por vezes a partir dos jornais e revistas que tinham em casa. As tiras cómicas foram referidas por um entrevistado – já influenciado pela leitura de revistas juvenis de banda desenhada, como *O Cavaleiro Andante* – como o motivo que, inicialmente, o levou a ter interesse pelos jornais. As notícias eram pouco comentadas nas suas casas, segundo as memórias dos entrevistados e entrevistadas.

A rádio estava presente nas casas de entrevistados e entrevistadas, servindo não apenas para entretenimento, mas também para aceder a notícias e relatos de futebol. Entrevistados e entrevistadas referem que escutavam as grandes emissoras nacionais – a Emissora Nacional, a Rádio Renascença, o Rádio Clube Português. Um dos entrevistados refere os Emissores do Norte Reunidos. Por vezes, como hoje, a rádio proporcionava no meio doméstico uma atmosfera sonora contínua em que as notícias iam surgindo, mas também se escutava em família, por exemplo, como refere uma entrevistada, à hora do jantar, quando a sua família ouvia o radiojornal da Emissora Nacional.

Entrevistados e entrevistadas guardam também memória das notícias no cinema e, em concreto, do Jornal Português, instrumento de infopropaganda produzido pelo Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação, entre 1938 e 1951.

Escalonando os entrevistados e entrevistadas por idade, o mais velho, com 89 anos no momento da entrevista, residente, desde o nascimento, no Porto, lembra-se de ter “entrado” na imprensa, ainda na infância, pelos *cartoons* e tiras cómicas, dando ao jornal que entrava na sua casa, *O Comércio do Porto*, um uso inicial pontuado pelo entretenimento. A rádio acompanhava o seu quotidiano – quer para ouvir música, quer para ouvir notícias, destacando-se a audição da Emissora Nacional. Tendo sido o único entrevistado que guarda memórias do tempo da II Guerra Mundial, recorda-se do seu pai – a quem pertencia o poder de decidir o jornal que entrava em casa – sair com os amigos para escutarem, em casa de um deles, a BBC, interpretando isso, posteriormente, como uma tentativa paterna de acompanhar notícias não censuradas do conflito em curso. Recorda-se, também, de assistir ao Jornal Português quando ia ao cinema, mas não o conota como instrumento de propaganda. As notícias eram, contudo, pouco comentadas na sua casa...

Eu cresci no Amial [Porto]... Sou tripeirinho de gema... O meu pai era operário, chefe de uma secção numa empresa de curtumes, e a minha mãe era doméstica... O meu

pai gostava de ler o jornal... Naquela época [anos 1940] havia *O Comércio do Porto*, o *Jornal de Notícias* e *O Primeiro de Janeiro*... e eu a partir da escola... quando comecei a soletrar... também me interessei por começar a ler os jornais... Tinha curiosidade em ver em especial aquela parte que tinham os bonequinhos, eram uma espécie de uma... banda desenhada... e era engraçado, ponto. Em casa normalmente era só *O Comércio do Porto*, que o meu pai comprava, mas de longe a longe calhava de ler os outros [jornais do Porto]... E havia também um contexto muito diferente que era as notícias pela rádio. Naquele tempo o meu pai tinha um Telefunken... e a gente ouvia lá as músicas da época... e as notícias também... Houve um período em que eu não tinha rádio, mas depois o meu pai comprou esse Telefunken, para ouvir as notícias da guerra... E eu também gostava de mexer nos botões... Eu sempre gostei de ouvir notícias mas o que me lembro mais da minha infância, aí com seis anitos [1943], era o meu pai ir às escondidas, com outros vizinhos, ouvir as notícias da BBC durante a guerra [Segunda Guerra Mundial]. Era o tempo da guerra e... em Portugal vivia-se o estado de guerra sem estar em guerra... porque eu recorro esse período crítico em que nós ensaiávamos por causa de estar em guerra, ensaiávamos exercícios militares aqui na Serra do Pilar... e dos holofotes dos aviões, do Spitfire e essas coisas assim... e portanto da minha memória lembro-me do meu pai ir ouvir [a BBC] com os amigos às escondidas não sei lá porquê mas penso que era por causa da censura... Também ouvíamos as notícias da Emissora Nacional, em família, no conforto da casa... mas eu às vezes apanhava-me sozinho em casa... e ligava a rádio... Gostava de ouvir a música e ouvia as notícias... e era essencialmente a Emissora Nacional... E havia as notícias no cinema... lá muito ao cinema... O Rivoli, depois o Batalha... Também havia notícias no cinema... Havia umas que era o *Jornal Português*... Víamos quando íamos ao cinema... Mas não me lembro de os meus pais comentarem muito as notícias... talvez só da guerra... Lembro-me vagamente de ouvir comentários entre o pai e a mãe e às vezes com os amigos dali sobre as notícias da guerra... Nós vivíamos no Amial, na Azenha... e portanto tenho a ideia dessas coisas de grupo, deles falarem entre eles, mas não era conversa para mim, criança... Ah, e o meu pai tinha uma assinatura do tempo da guerra que era uma revista que era dos Aliados que era *A Guerra Ilustrada*... eu gostava de ver aquelas coisas dos tanques, dos aviões... Se calhar porque andei numa escola pré-primária com 4 para 5 anos... e lembro-me da professora começar-nos a ensinar as primeiras letras... era muito engraçado... e de nos mostrar livros da época com desenhos da Primeira Guerra Mundial e uma revistas... sei que ela mostrava aquilo à miudagem toda... e tinha aquele ritual de mostrar essas coisas, falar alguma coisa e ensinar-nos as primeiras letras e as contas... [Entrevistado, 89 anos]

Na adolescência, o entrevistado mais idoso já cultivava mais interesse pelas notícias, estimulado por outras leituras, como a da revista juvenil *O Cavaleiro Andante*. Curiosamente, diz que lia jornais e revistas num seminário, que frequentava por motivos culturais, uma

experiência diferente de um antigo seminarista que veio a tornar-se sacerdote e que é o mais novo dos entrevistados neste trabalho. O seu pai teve um quiosque, o que lhe permitia aceder, cumulativamente, a vários jornais e revistas. Recorda-se do *Jornal de Notícias* estar disponível para os clientes nos cafés e, curiosamente, também no engraxador. Refere a revista semanal *O Século Ilustrado*, esta de Lisboa, conotando as fotografias, que via, com o termo algo depreciativo de “figurinhas”.

A partir do da adolescência evidente que tudo mudou... Já havia um outro interesse... Por exemplo lia e colecionei *O Cavaleiro Andante*, que era uma revista juvenil, e havia umas revistas da Mocidade Portuguesa também... O meu pai teve um quiosque onde tinha jornais, vendia tabaco, essa coisa toda, na rua do Amial, e eu ia para lá e podia ler os jornais... Mas depois mudámos de casa e toda essa coisa se esfumou... Mas quando já era jovem, a juventude da época frequentava os padres Capuchinhos... Eu e os meus amigos da época íamos para lá para o seminário e tínhamos acesso aos jornais e já nos interessava um bocadinho a cultura... Eu assistia a lições... Quem ia para padre estava lá no seminário... Cheguei a jogar à bola, por exemplo, com o bispo do Porto... E tinham então jornais e revistas, essas coisas todas. Era um seminário... Tinha que ter acesso aos jornais e revistas, embora eu também tivesse tido enquanto o meu pai teve o quiosque... E depois lia os jornais nos cafés, quando ia lá com os meus amigos... quando estudava no Alexandre [liceu Alexandre Herculano]... Também lia quando engraxava os sapatos... O engraxador tinha sempre um jornal... Normalmente nos cafés e no engraxador era o *Jornal de Notícias*, não sei lá porquê... Havia também uma revista, *O Século Ilustrado*, que saía ao sábado... e aquilo era para ser lido de fio a pavio como se costuma dizer... era ler aquilo tudo, as figurinhas e tal, ficava encantado, era assim na época... [Entrevistado, 89 anos]

As duas entrevistadas deste grupo, ambas com 87 anos, também residiam no Porto durante a sua infância, que tem elementos comuns (aliás, ambas foram funcionárias públicas). Ambas tinham acesso a um jornal diário do Porto nas suas casas, em ambos os casos *O Primeiro de Janeiro*, e a uma revista informativa ilustrada, esta com penetração nacional, ainda que editada em Lisboa – *O Século Ilustrado*. Reconhecem, ambas, que pertencia aos seus pais, e não às mães, o poder de decidir o diário que entrava nas suas casas, bem como a revista informativa semanal, no caso *O Século Ilustrado*, cuja leitura era comum às duas entrevistadas. Uma das entrevistadas releva o uso de revistas femininas, por influência da mãe, que as comprava. A rádio também estava presente no seu quotidiano. Uma das entrevistadas refere o Rádio Clube Português, para entretenimento, e a Emissora Nacional, para escutar notícias – no caso, em família. A outra refere-se apenas à Rádio Renascença, a Emissora Católica Portuguesa. Uma das entrevistadas refere-se à leitura de jornais e revistas na Biblioteca Municipal do Porto, perto da sua casa. A mesma entrevistada terá tido acesso cedo – para o que era comum – à televisão, ainda na casa dos seus progenitores (terá sido, pelo menos, depois de 1957, quando tinha 18 ou 19 anos).

Leia-se o primeiro testemunho:

Eu cresci no Bonfim [Porto]... O meu pai era funcionário nos vinhos do Porto e a minha mãe era doméstica... O meu pai gostava de ler jornais... Lembro-me de lá em casa o meu pai comprar o *Janeiro* [*O Primeiro de Janeiro*]... mas não costumavam comentar as notícias... os meus pais... quanto muito uma ou outra, um acidente, ou isso... pelo menos... não me lembro... Quando era criança não ligava muito às notícias... O meu pai tinha um rádio... Tínhamos um rádio, estava na sala... Eu era pequenita, não costumava ouvir... Mas lembro-me de o meu pai ouvir rádio... os relatos de futebol do Benfica... porque o meu pai era do Porto [cidade], mas o clube dele era o Benfica... Também me lembro de ouvirmos as notícias ao jantar... Só lá pelos meus 15 anos [1953] é que comecei a interessar-me por notícias, mas era mais notícias para mulheres e era mais revistas... Já andava no colégio [Luso-Francês]... Lembro-me da *Crónica Feminina*, mas isso foi mais tarde... Era a *Eva*, a *Menina e Moça*... A minha mãe comprava, também gostava... Na rádio ouvia músicas... no Rádio Clube Português... Não ligava às notícias, mas à noite ouvia [notícias] com o meu pai e a minha mãe... Aí era a Emissora Nacional... O meu pai é que escolhia... Os meus irmãos já tinham saído de casa... O meu pai também costumava comprar *O Século Ilustrado*... Mas [eu] só dava uma vista de olhos, via as fotografias... Quando ia ao cinema, via as notícias... Só tive televisão depois de casar, em 1961... Mas aí a vida também mudou toda, com os filhos, o trabalho e isso... [Entrevistada, 87 anos]

Leia-se, agora, o segundo testemunho, confluyente, da segunda entrevistada, que assinala que o pai comentava as notícias, até porque tinha mais tempo disponível para o consumo mediático, mas a mãe, devido aos afazeres domésticos, não o fazia (depreende-se que não comentava notícias mas que, na verdade, também não tinha o mesmo tempo do *pater familia* para consumir notícias). Dentro de casa, em cada família, segundo se intui, havia desigualdade de género no tempo disponível para as pessoas se dedicarem a ler jornais e revistas, escutarem rádio e, mais tarde, verem televisão.

Eu vivi em casa dos meus pais... Fiz a instrução primária e depois fiz um curso médio, na altura mais cinco anos... Trabalhei sempre a partir dos meus 18 anos em escritórios e depois fui para a Função Pública... Lembro-me que o meu pai comentava as notícias, a minha mãe nem tanto, tinha mais que fazer lá em casa e assim e não ouvia normalmente as notícias... Mas o meu pai ouvia, mais coisas relacionadas, se calhar, com desporto e, eventualmente, também outros assuntos da política internacional... sei lá... qualquer coisa que houvesse em qualquer localidade que ele achasse que seria interessante ver também... Em princípio era a rádio e depois passou a ser a televisão... O meu pai comprava o *Janeiro* [*O Primeiro de Janeiro*], que era na Rua de Santa Catarina, onde morávamos... Às vezes o meu pai comprava *O Século Ilustrado*... Eu às vezes lia na Biblioteca Municipal, que é ali em São Lázaro,

pertinho da minha casa, e lá lia gratuitamente... Ouvia a Rádio Renascença... Em casa tínhamos um rádio grande... [Entrevistada, 87 anos]

Um dos entrevistados, então estudante num seminário católico, recorda, por sua vez, uma atmosfera de afastamento do mundo e, consequentemente, das notícias, mesmo de notícias importantes, como as que foram produzidas no contexto da campanha de Humberto Delgado para a Presidência da República, em 1958, quebrada, sorrateiramente, pelo uso de um rádio de galena e, depois, pela televisão, neste caso quando ia à casa paterna. Só mais tarde se tornou um consumidor de jornais. Acentua o deserto informativo relativo em que se vivia numa aldeia relativamente próxima do Porto – os jornais não chegavam lá.

Nasci na Lomba, em Gondomar... A minha mãe era doméstica e meu pai era negociante de lenhas... Tinha dois barcos e trazia lenha para o Porto e para Gaia... Portanto tinha uma atividade muito ligada ao Porto... Vivia numa aldeia que, pronto, tinha algumas dificuldades... Não havia jornais... Fui para o seminário, com 10 anos [1949]... Nessa altura acompanhava o meu pai e a minha mãe... Mas a partir do momento em que fui para o seminário, esta atividade foi proibida pelo meu pai... O meu pai disse: “acabou tudo isto, tu só te vais dedicar à tua vida de estudante”... Só que no seminário não havia notícias do que se passava cá fora, nem rádio, nem nada... Nessa altura nós não tínhamos hipótese... de tal maneira que nós não soubemos [da campanha] do Humberto Delgado [1958]... E fomos quase que obrigados a votar naquilo que eles queriam... Porque nós não tínhamos conhecimento político... Durante o período em que estive mais ligado à Igreja [Católica], havia um certo afastamento em relação a tudo e havia até livros que eram proibidos... Mas nas férias tínhamos liberdade para fazermos o que o queríamos... passeávamos... íamos por qualquer sítio... Não havia realmente nada que nos proibisse de sermos jovens ativos, de termos uma vida normal... Eu, por exemplo, em minha casa tinha rádio e acompanhava as notícias pela rádio, mas a censura era muito forte... Não tinha televisão... A primeira televisão que vi era num tio que tinha uma loja e eu ia para lá ver televisão... e depois nós comprámos televisão... em casa também tivemos... ainda era a preto-e-branco... O que aconteceu foi que no seminário uma vez havia na altura uma espécie de rádio pequenino que era o rádio de galena e eu metia debaixo da roupa da cama e ouvia à noite quando me deitava... Ouvia a RDP, não era a RDP, tinha outro nome [Emissora Nacional]... Depois, mais tarde, os meus pais compraram uma televisão e eu via quando ia a casa, mas ainda era a preto-e-branco... Quando cheguei a padre, comecei a ler, sobretudo, o *Jornal de Notícias*... Portanto, o que me cativou para as notícias foi a rádio, primeiro, e depois a televisão, e depois é que foram os jornais... Eu cheguei a assinar o *Jornal de Notícias*, o *Janeiro*, o *Expresso*, a *Visão* e a *Sábado*... [Entrevistado, 86 anos]

O meio familiar, conforme se nota, moldava a relação com os meios jornalísticos e as notícias. Um dos entrevistados, o mais novo, com 84 anos no momento da entrevista, refere que a imprensa não entrava na sua casa paterna, sobretudo por razões económicas. Recorda-se da rádio e de cinejornais, como, provavelmente, o Jornal Português [1938-1951]. A rádio servia, nomeadamente, para ouvir relatos de futebol:

A minha mãe tinha alguma formação... Ela tinha vindo com 16 anos de Espanha... fugida das tropas de Franco... E o meu pai era pastor, mas era um homem inteligente... Não me recordo deles terem acesso a jornais nem nada disso... Saíam de manhã de casa para trabalhar e voltavam à noite... Não tinham tempo para leituras... Não fui criado num ambiente em que as pessoas andassem com jornais porque não tinham tempo nem dinheiro, portanto não se comentavam notícias em casa... Num caso ou outro que acontecesse... política... ou então uma tragédia qualquer... eu via os meus pais a falarem do que aconteceu... Mas tínhamos um radiozinho... Através do rádio tinham mais informação, com certeza... Ouvia lá os relatos de futebol... Os relatos quando já estava em Matosinhos com 10 anos [1951]... Era a Emissora Nacional... O meu pai gostava de ouvir o Porto, que era portista, mas eu fiquei ligado ao Benfica porque quando ainda vivia em Viana havia um moço mais velho que me levava ao cinema e ao futebol e que era do Benfica... Íamos ao cinema... e à porta havia adultos desconhecidos e nós dizíamos “ó senhor deixe-me ir consigo” ... e entrávamos ... o cinema mais popular deixava... “É meu sobrinho, deixa entrar e tal!”... E depois ficávamos nas coxias porque os cinemas estavam a abarrotar... Havia sempre dois, três filmes, normalmente de cowboys... e antes dos filmes começarem havia uma série de notícias que eles passavam... Não me lembro bem o nome, mas era Jornal Português... mas normalmente eram coisas patrióticas... eram notícias patrióticas de exaltação do próprio regime... Eu na altura não entendia bem isso, mas recordo-me... Eu ia ao cinema também em Matosinhos... Era preciso ir buscar as bobines à estação de Leixões e havia sempre os miúdos que ajudavam para entregar no Cine-Teatro Constantino Nery, que agora é o teatro municipal... e o patrão daquilo ... um baixinho, nem me recordo dele, que já lá está na Terra da Verdade, como se usa dizer-se... e ele dizia “quem foi, hoje foste tu, anda”... Entravam meia-dúzia de miúdos dos que tinham estado a ajudar e lembro-me perfeitamente disso que era as notícias no cinema... Não sei se me lembro como era o título, acho que era Jornal Português, mas aparecia sempre o escudo nacional e uma musicazinha e tal... E era assim... A rádio, desde o início, para os relatos, com a emissora Nacional, e as notícias no cinema. Era assim que sabia das notícias... [Entrevistado, 84 anos]

O entrevistado mais novo (84 anos), tal como o mais velho, atribuiu às revistas juvenis de banda desenhada, como o *Mosquito* e o *Cavaleiro Andante*, alguma responsabilidade no estímulo à leitura, que depois levaria à leitura da imprensa noticiosa. Para o entrevistado mais novo, outro agente estimulador da curiosidade pelas notícias foi, segundo conta, um

indivíduo mais velho, politizado, militante comunista clandestino, que, no seu esforço de cativar jovens para o partido, discutia as notícias políticas, que o entrevistado não hesitou em classificar como “áridas”, com alguns daqueles que procurava cativar – resguardado, no entanto, pela esfera de confidencialidade, bem evidente quando o entrevistado exclama: “mas tudo muito caladinho”. No entanto, foi o desporto – conforme reconhece – a constituir o motivo principal para a procura pelos meios jornalísticos, em especial a imprensa. O entrevistado lia *O Mundo Desportivo*, *A Bola*, o *Record* e o *Norte Desportivo*, bem como *O Comércio do Porto* e o *Jornal de Notícias* nas coletividades culturais que frequentava. Classificou *O Primeiro de Janeiro* como um diário “muito interessante”, mas não o lia com regularidade. Via televisão, vincando que era “a preto-e-branco”, tal como o fizeram outros entrevistados e entrevistadas, nos cafés, que queriam atrair clientes, e nas coletividades, inclusive porque as famílias não tinham capacidade económica para comprarem televisores. Conforme sublinha, nesse tempo possuir uma televisão era um “luxo” somente acessível a alguns. Com a rádio, a sua relação era de mais proximidade, já que, sendo ator de teatro amador, por vezes participava em radionovelas nos Emissores do Norte Reunidos<sup>13</sup>, emissora radiofónica do Porto, que também escutava.

Quando eu andava no colégio... uma coisa importante em miúdo... eu tive acesso a duas... não sei se lhe chamemos jornais, se revistas... uma era *O Mosquito*... da banda desenhada... e outra *O Mundo de Aventuras*... e *O Cavaleiro Andante*... e eu apanhei isso tudo... E lia... E nessa altura já estava mais envolvido na parte do conhecimento e gostava de acompanhar o que se passava a nível da política... que para nós era muito árida... Um grande amigo meu que era mais velho que eu quatro anos... à volta disso... que era o Professor Alfredo Barros... foi professor de Belas Artes... O Professor Alfredo Barros disse-me que eu tinha que ir estudar para um colégio... pois há dois alunos que vão para lá estudar de graça... já era uma forma de marketing... mas este marketing era simpático... e foi assim que eu que era pobre fui para o colégio... E esse Alfredo Barros era bastante do revirinho... Na altura ou se era do regime ou então contra o regime... A juventude, de uma forma geral, era contra o regime... E ele fazia parte daquelas células clandestinas do Partido Comunista, não é? E falava muito em política... Comecei a saber alguma coisa porque ele com 18 anos eu com 14... ele falava imenso nisto... e já estava a fazer a sua... a arrebanhar os companheiros para essa ideologia... para fazerem essa luta na clandestinidade... portanto, fundamentalmente, era política... mas tudo muito caladinho... normalmente comentava as notícias, mas olha, fizeram aquilo e tal, e portanto muito caladinho... Mas os jornais mostravam isto e aquilo e ele “Vejam lá isto!” e comentava de acordo lá com a ideologia dele e eu comecei também a ganhar um

---

<sup>13</sup> Os Emissores do Norte Reunidos surgiram, em 1953, da fusão das rádios ORSEC, Rádio Porto e Ideal Rádio. A estação foi nacionalizada em 1975, tendo sido integrada na RDP, com a designação Rádio Porto. Em 1987, foi integrada na Rádio Comercial, obtendo a designação Rádio Comercial Norte a partir de 1988. Em 1993, foi privatizada e, logo a seguir, extinta.

certo gosto e também comecei a ser um bocadinho ativista sim nos anos Sessenta de tal modo que quando foi o 25 de Abril eu era militante do Partido Comunista na clandestinidade... Mas fundamentalmente gostava do desporto... O desporto foi fundamental porque eu gostava de ler *O Mundo Desportivo*, que é um jornal antigo, tal como *A Bola*... e o *Record*... e o *Norte Desportivo*... E realmente era isso o que eu procurava, mas não comprava jornais, não tínhamos dinheiro para isso, mas eu procurava o futebol... Na altura não ia muito a cafés, ia mais ao Orfeão de Matosinhos e depois para o Aurora da Liberdade... e ainda hoje faço parte das duas instituições... e era aí que lia mais... Nas coletividades havia sempre pelo menos um jornal... Lia muito na altura *O Comércio do Porto*... Os jornais de Lisboa não, pois não tinha acesso. Depois foi o *Jornal de Notícias*. *O Primeiro de Janeiro* também era muito interessante... Já mais tarde veio a televisão... a preto-e-branco... Eu era já um homenzinho e aí já começava a acompanhar as notícias. Nós não tínhamos televisão em casa. Eu é que ia à coletividade ou a um cafezinho... Alguns cafés já tinham... E toda a sociedade que não tinha em casa esses meios, esses luxos, ia aos cafés e acabava por ver... Lembro-me perfeitamente dos noticiários da RTP... e dos locutores lembro-me do Artur Agostinho por causa do desporto... e mais tarde do José Manuel Freitas... Homens da Informação conheci vários... alguns já depois dos anos Sessenta... o Varela, o Carlos Silva, dos Emissores do Norte Reunidos, uma estação que era muito escutada, na altura ao fundo da rua da Alegria... Faziam muito rádio-teatro... Cheguei a ser convidado porque já tinha 17 ou 18 anos e também fazia teatro lá no Aurora da Liberdade... e então era chamado para fazer uns papeizinhos de radionovelas... Da televisão lembro-me do Sousa Veloso, que era o homem do programa sobre agricultura [TV Rural] e a minha falecida mãe que tinha alguma cultura e fugiu das tropas de Franco e perdeu tudo gostava de ouvir o engenheiro Sousa Veloso... Ia ver televisão a um cafezinho que chamavam Mata-Porcos ali na rua José Ventura... E depois também me recordo dos telejornais... quando os cafés começaram a ter mais espaço e a explorar esse filão da televisão para atraírem as gentes... [Entrevistado, 84 anos]

Os cinejornais – mais ou menos propagandísticos – estão, conforme se nota, enraizados nas memórias sobre o uso e receção de notícias deste grupo de entrevistados 84+, que viveram em ambiente urbano. Os entrevistados mais idoso e mais novo lembram-se deles, tal como uma das entrevistadas. O mais idoso dos entrevistados relembra, assim, o tempo em que ir ao cinema era mais do que ver somente um filme, assinalando uma certa monotonia – se visse vários filmes na semana, o cinejornal era sempre o mesmo:

Isso do cinema é muito castiço... porque o cinema sempre gostei e nunca mais me esqueço quando veio um certo hábito do cinema... A curiosidade nasceu, eu era criancinha, com 5, 6 anitos, era por aí, precisamente nos Capuchinhos do Amial e eu a história conto assim... essa coisa toda que era aqueles filmes 8 mm mudos...

tudo isto está relacionado com notícias e com a maneira de pensar da época... Ora bem, quando ia ao cinema já jovenzinho independente havia um chamado jornal de atualidades e havia assim vários tipos de jornal que apresentavam as notícias daquela semana na semana seguinte... era sempre assim, não saía da cepa torta, era sempre assim, pronto, o que ia para um filme, para um cinema, ia para os outros, eram sempre, sempre as mesmas notícias... Aí o mundo era assim... era o jornal da atualidade que era no cinema... o cinema começava por macacada, desenhos animados, depois o jornal de atualidades... às vezes mostravam uma paisagem disto ou daquilo ou um tema qualquer... intervalo... e depois é que começava o filme... [Entrevistado, 89 anos]

Um aspeto pouco explorado – na verdade, nem sequer ponderado no guião das entrevistas – relacionado com a receção e uso de notícias nos anos 1940 e 1950 relaciona-se com o placar de notícias que os jornais forneciam à população, e que só o entrevistado mais velho relembra:

E havia uma coisa engraçada que era quando eu ia à cidade [ao centro do Porto]... já na minha juventude... onde passavam as notícias do que houvesse de importante... por exemplo, um jogo de futebol, ou uma notícia importante, e chamavam eles a isso o Placar... E então *O Comércio do Porto* tinha um placar escrito à mão... o Porto ganhou ou perdeu, o general Craveiro Lopes [Presidente da República] foi aqui ou acolá... e outras coisas assim... as notícias importantes do dia... e ficava a multidão toda pateta a ler... e depois comentavam... e depois mais tarde começou o jornal de rodapé, o jornal luminoso... Também teve a sua evolução tecnológica, não é? [Entrevistado, 89 anos]

A experiência dos entrevistados e entrevistadas é convergente em vários aspetos nos usos dos meios de comunicação no Porto dos anos 1940 a 1960. Primeiro, os entrevistados e as entrevistadas tiveram acesso a meios jornalísticos na sua infância e juventude, ainda que em certas zonas da atual Área Metropolitana – mesmo próximo do Porto, como em localidades do concelho de Gondomar – a imprensa não só não existisse como também chegasse com dificuldades, constituindo-se como uma zona de deserto informativo (Abernathy, 2018). Segundo, na generalidade dos casos, entrevistados e entrevistadas acediam à imprensa jornalística, seja em casa, nos casos dos entrevistados e entrevistadas com mais poder económico, seja nos cafés e coletividades, na própria sede de um jornal e até no engraxador, como relembra o entrevistado mais velho. Este entrevistado teve um quiosque onde também podia ler jornais e revistas.

No que respeita à imprensa jornalística generalista, de acordo com os dados das entrevistas, liam-se os diários do Porto, mas os jornais desportivos da capital – *Bola* e *Record* – também tinham aceitação, tal como os do Porto, como *O Norte Desportivo*. É de destacar

que vários entrevistados e entrevistadas liam *O Século Ilustrado*, revista de fotojornalismo do Grupo do Jornal O Século, editada em Lisboa. As revistas – incluindo as femininas, evocadas por uma das entrevistadas – tinham um mercado nacional.

As revistas juvenis de banda desenhada, conforme reconhecem dois entrevistados, espoletaram, mais tarde, o interesse pelos jornais e revistas de informação geral, sendo que um dos entrevistados refere que o seu primeiro interesse nos jornais diários foram, precisamente, as tiras cómicas.

O acesso à rádio era comum, em casa, sendo de destacar, no entanto, o relato de um dos entrevistados que frequentava um seminário católico para vir a ser sacerdote. Conta ele que só podia ouvir rádio às escondidas, num aparelho de rádio de galena, no caso.

A rádio era usada para entretenimento (música), para audição – masculina – de relatos de futebol e para receção de notícias. O único entrevistado que guarda memórias do consumo de notícias na II Guerra Mundial relembra que o pai e os amigos escutavam, clandestinamente, a BBC, em grupo.

Entrevistados e entrevistadas tiveram acesso à televisão “a preto-e-branco”, conforme consideram importante sublinhar alguns dos entrevistados e entrevistadas, quando eram já jovens adultos, seja em cafés e coletividades, seja – mais raramente – nas próprias casas da família materna/paterna. Mas os aparelhos eram caros. Um dos entrevistados diz que comprou o primeiro televisor a prestações. O entrevistado mais idoso recorda-se do êxito das emissões experimentais da RTP, em circuito fechado, realizadas no Palácio de Cristal, em 1955 (as emissões experimentais da Feira Popular de Lisboa em 1956 já foram realizadas em sinal aberto) e da perplexidade que gerou nos cidadãos.

Embora uma das entrevistadas refira que a mãe comprava revistas femininas, o poder de decisão sobre os jornais e as revistas de informação geral que se compravam para casa era da figura paterna, conforme se atesta pelas afirmações.

Pode dizer-se, também, que as notícias eram pouco comentadas. Haveria algum desinteresse, mas, também, receio. Os comentários sobre assuntos que pudessem, de algum modo, comprometer o regime eram feitos dentro da família ou num círculo de confiança – como os círculos de confiança política entre militantes comunistas clandestinos.

Finalmente, deve destacar-se que alguns entrevistados recordam-se dos jornais cinematográficos de atualidades, provavelmente do Jornal Português, que o entrevistado mais novo enquadra como sendo um dispositivo de propaganda do regime.

## *Adultos jovens*

Entrevistados e entrevistadas nesta investigação experienciaram o final da juventude e o início da idade adulta em meados da década de Cinquenta. O Estado Novo já tinha cerca de vinte anos, mais alguns, se contarmos com o período da Ditadura Militar e da Ditadura Nacional. Em 1961, iniciou-se a Guerra Colonial, que foi um dos principais desafios ao regime. No panorama mediático, consolidou-se a televisão, cujas emissões regulares se iniciaram em 1957.

Acompanhando as memórias sobre o uso dos *media* jornalísticos e receção noticiosa dos cinco cidadãos entrevistados, observa-se que mantiveram hábitos desenvolvidos na sua juventude. Liam, sobretudo, os diários do Porto – *Jornal de Notícias*, *O Primeiro de Janeiro* e *O Comércio do Porto*, matutinos, e o *Diário do Norte*, vespertino –, mas escutavam rádios nacionais, quer programas de entretenimento, quer de informação. Os jornais eram, muitas vezes, lidos no café. Chamavam aos exemplares de jornais disponíveis nos cafés de jornais “de passa-mão”, conforme o testemunho do entrevistado mais idoso. As rádios locais são referidas, mas não para o acesso a notícias. O consumo de determinados programas, como *A Voz dos Ridículos*, constituiria o determinante fundamental para a audição de rádios locais, como a *Ideal Rádio*, que mais tarde integrou os Emissores do Norte Reunidos.

O entrevistado mais idoso confessou-se leitor regular e eclético dos três matutinos portugueses, *O Comércio do Porto* e *O Primeiro de Janeiro* pelo seu perfil “mais intelectual” e o *Jornal de Notícias* por ser um “jornal do povo” com conteúdos sensacionalistas ou, nas palavras do entrevistado, “espalhafatosos”. A leitura de jornais fazia-se, principalmente, em casa. Lia, igualmente, o vespertino *Diário do Norte*, também do Porto. Escutava a *Ideal Rádio*, local, mas refere que nesta emissora buscava, essencialmente, o programa humorístico *A Voz dos Ridículos*. Para obter informação, escutava os noticiários da Emissora Nacional e, mais tarde, também os do Rádio Clube Português, primeira emissora a introduzir noticiários curtos de cerca de três minutos, que constituiu, aliás, o motivo que levava o entrevistado mais novo a preferir esta emissora para consumir informação: “Ouvia o Rádio Clube Português mais tarde... porque tinha os noticiários mais curtos... Estamos a falar dos anos Sessenta...”. [Entrevistado, 84 anos]

Quando me vi como adulto continuei a ler e comprar jornais com regularidade. Gostava muito de ler *O Comércio do Porto*, gostava, era um jornal mais intelectual, assim como *O Primeiro de Janeiro*, mas o *Jornal de Notícias* também era agradável porque desenvolvia as notícias todas espalhafatosas... Pronto, já foi assim... portanto, é o chamado jornal do povo que hoje é o único que existe cá... Também existiram jornais da tarde, como é que se chamava aquilo... os vespertinos... e pronto... eu na minha à memória lembro-me que lia um jornal da tarde com as notícias da manhã, essa coisa, o *Diário do Norte*... E havia também *O Norte Desportivo*... Nos

cafés havia os jornais, eram chamados de jornais de passa-mão, pois passavam de cliente para cliente... Mas eu lia mais em casa... E também continuei a escutar os noticiários da rádio, essencialmente os noticiários da Emissora Nacional... mas depois também do Rádio Clube Português e ouvia também a Ideal Rádio... porque na época tinha uns concursos populares e passava lá A Voz dos Ridículos... Funcionava na rua Alferes Malheiro... e depois juntou-se aos Emissores do Norte Reunidos... [Entrevistado, 89 anos]

Outro dos entrevistados exerceu o sacerdócio quando entrou na idade adulta. Frequentava cafés onde estavam disponíveis jornais e era quando tomava café que os lia: “Quando eu era padre já frequentava o café Pereira no Marquês etc. portanto já frequentava os cafés e quando tomava um café lia os jornais disponíveis.” [Entrevistado, 86 anos]

O entrevistado mais novo também se revelou comprador e leitor de jornais matutinos e vespertinos. Entre os matutinos, comprava e lia o *Jornal de Notícias*, que descreve como “mais atual” do que *O Comércio do Porto*. Mas como, a partir de meados dos anos Sessenta, ia, frequentemente, a Lisboa, por motivos de trabalho, passou a ler, também, a imprensa lisboeta, destacando os vespertinos *Diário de Lisboa* e *A Capital* e o matutino *O Século*, o que demonstra a importância das condicionantes geográficas para a escolha e uso da imprensa. Fez questão de frisar que não comprava os jornais afetos ao regime – *Diário da Manhã* e, depois, *Época*. Curiosamente, era ele que escolhia as revistas que a esposa lia, o que revela o poder masculino no seio familiar. Algumas revistas, conforme revela, não comprava – aquelas que lhe soavam a “caridadezinha”:

Os jornais... comprava... quer matutinos quer vespertinos... Havia o *Diário de Lisboa*... Eu era um fã do *Diário de Lisboa*... Depois apareceu *A Capital*... isso eram vespertinos, não é? Os matutinos era o *Jornal de Notícias*... eu achava mais atual que *O Comércio do Porto*, que era mais antigo... e depois em Lisboa... já com 25, 26 anos [1966/1967], onde ia com frequência, porque trabalhava no banco e às vezes tinha que que lá ir... Nessa altura já comprava *O Século*... Havia outro que eu não comprava que era o *Diário da Manhã* que acabou depois da revolução de Abril... aguentou pouco tempo... não, era *A Época*... *A Época* é que foi a sucessora do *Diário da Manhã*, isso... e recordo os jornais que apareceram e desapareceram... Lia-os em casa ou nos transportes coletivos, quando viajava, nos cafés... Nessa altura nos transportes coletivos... naturalmente comprava e depois ia lendo no caminho, não é? E depois chegava a casa e dava à minha falecida mulher que também tinha uma grande curiosidade e gostava até que eu lhe levasse revistas... Mas eu francamente... havia várias revistas... nem todas me agradavam... Aquilo que tivesse a ver com caridadezinha e tal... eu não gostava daquilo... Mas havia revistas que eu comprava também, naturalmente... mas não me lembro agora de quais... Lembro-me mais dos jornais... Jornais é que comprava mais... [Entrevistado, 84 anos]

A ideia de que os homens, de algum modo, tinham o poder de decidir não somente o jornal que se comprava mas também as próprias revistas que as suas esposas liam é sublinhada por uma entrevistada, que lia o jornal “quando tinha tempo”:

O meu marido comprava o *Janeiro* e eu por vezes, quando tinha tempo, também lia... E comprava-me a *Crónica Feminina*, que eu gostava muito de ler... Mais tarde, a *Nova Gente*... Gostava das chamadas notícias femininas, chamemos-lhe assim... Não ligava muito às outras notícias... [Entrevistada, 87 anos]

O consumo da imprensa especializada também deve ser relevado das memórias dos entrevistados, pois propiciava o consumo de informação que não se encontrava nos diários. A revista informativa generalista de fotojornalismo *O Século Ilustrado* é referida por vários entrevistados e entrevistadas, mas um deles, o mais novo, com 84 anos no momento da entrevista, que, além da sua atividade profissional, era ator e músico, comprava, para receber informação especializada, a revista *Plateia*, que chegou a trazer na capa uma foto de Os Titãs, um grupo de música instrumental que teve êxito nos anos Sessenta, ao qual o entrevistado pertencia:

Lia muito o jornal... o desporto, a parte de política, a cultura... Como estava ligado ao teatro desde muito jovem... o próprio teatro me fez muito desenvolver o meu intelecto, não é? E nós tivemos nos anos Sessenta os concursos de arte dramática do SNI... Eu fazia parte do corpo cénico... Era um jovem que tinha jeito para aquilo... O Aurora da Liberdade concorria a nível nacional porque era o Secretariado Nacional da informação do tempo do anterior regime que organizava... e que promoveu... Foi muito interessante... Já tenho elogiado isso... Foi muito importante para o teatro amador em Portugal... Nem tudo era mau... Isso foi muito bom... E nós íamos a Lisboa... Eu ganhei prémios e não sei quê e portanto comecei a ter mais conhecimento... e esse conhecimento levou-me a abordar questões e ler publicações sobre teatro, sobre cultura geral, etc., portanto fundamentalmente nessa área... E também havia uma revista que era na nossa altura muito conhecida, chamada a *Plateia*... Falava de teatro, de cinema e de música... e curiosamente acabei mais tarde por ter um grupo musical que na altura foi muito importante em Portugal, foi considerado dos melhores grupos musicais em Portugal, modéstia à parte, mas é verdade, sem falsa modéstia, Os Titãs, e a *Plateia* chegou a trazer na capa Os Titãs e umas grandes parangonas lá por dentro e tal... mas já foi mais tarde... mas eu já conhecia a *Plateia* quando era mais jovem, para aí com 20 anos [1961]. [Entrevistado, 84 anos]

Os jornais eram onnipresentes nas vidas dos entrevistados e entrevistadas. A possibilidade de responder a anúncios de emprego encontrava-se entre as gratificações que se obtinham da sua leitura, conforme revela uma entrevistada. O diário, fosse comprado (por vezes só ao fim-de-semana), fosse lido noutros lugares, era uma ferramenta útil para

diversos fins. Curiosamente, a entrevistada, aparentemente, não lia jornais nos cafés e nas coletividades, como os homens, pois não o refere. Lia-os, possivelmente, na sua casa, sábados e domingos, e também na sede de um deles, *O Primeiro de Janeiro*, próxima da sua casa, e na Biblioteca Municipal do Porto, também relativamente próxima:

Jornais comprávamos ao fim-de-semana... Andava à procura de emprego... e comprava o [*Jornal de*] *Notícias* e o *Janeiro*... para ler os classificados... e para fazer concursos e para me empregar... Portanto, o jornal era útil porque tinha os anúncios... e se eu não quisesse comprar ia à Biblioteca [Municipal do Porto] e pedia os jornais ou até ia ao próprio [*O Primeiro de*] *Janeiro*, que era na rua de Santa Catarina... Eu ia lá, havia uma mesa com os jornais todos e eu lia e conseguia responder aos anúncios... escrevia a minha cartinha e depois no envelope punha “Carta ao *Jornal de Notícias* ao número tal” e as pessoas iam lá buscar as respostas e comunicavam muito bem... [Entrevistada, 87 anos]

Entrevistados e entrevistadas tinham consciência – ou dizem que a tinham – dos enviesamentos gerados pela censura na informação noticiosa a que tinham acesso. Um deles, antigo sacerdote, ainda que a uma distância temporal de dezenas de anos, sublinha que antes do 25 de Abril as pessoas “estavam na escuridão”, já que lhes era sonogada informação sobre acontecimentos relevantes, apontando, por contraste, as virtudes da liberdade de expressão. Por receio, só comentava as notícias com pessoas em quem confiava ou dentro da família. Salienta, por outro lado, o amadorismo que se vivia no jornalismo português, já que os jornalistas não tinham formação específica para exercerem a profissão. É curioso que o Estado Novo é conotado com a ideia de “Antigamente” na perceção do entrevistado.

Antigamente... antes do 25 de Abril as pessoas estavam numa escuridão, quer dizer, as grandes notícias quer internacionais, quer nacionais, eram escondidas, eram censuradas, e nós não tínhamos acesso sobretudo aos dramas que se viviam... Agora há liberdade e liberdade da expressão e profissionalismo... Antes muitos jornalistas eram amadores, eram alguns que tinham jeito, tinham isto e aquilo, não tinham formação, não havia escolas profissionais, não havia realmente o profissionalismo que há agora depois do 25 de Abril... Felizmente agora há outros conteúdos, outras atividades modernas e atualizadas e há investigação e há estudos etc. e há debates e há ciências e há outras coisas que realmente na altura não existiam... E hoje é um mundo totalmente diferente daquilo que se fazia naquela altura... O que era contra o Estado Novo, o Salazar, o Caetano, era tudo riscado... As notícias das cheias de Vila Franca de Xira, em 1967... Outra coisa que me chocou bastante foi a morte do Humberto Delgado... Nós discutíamos as notícias, mas só em família, ou com quem confiávamos... [Entrevistado, 86 anos]

O entrevistado mais idoso dos cinco diz que tinha consciência da censura. Apesar disso, relewa que as notícias eram, simplesmente, aceites, mas também sublinha que algumas pessoas usavam a rádio para, clandestinamente, escutarem as emissoras estrangeiras que emitiam para Portugal em português. De qualquer modo, “bico calado” é a expressão que usa para vincar que as notícias eram pouco ou nada comentadas.

Nós nem desconfiávamos nem confiávamos [nas notícias]... Tínhamos que aceitar aquilo que nos diziam porque só quem viveu a época do Salazar até começar a Guerra Colonial é que sabe... Aceitava-se, nada mais, não havia nem fum nem funeta... Por isso é que também as pessoas como o meu pai e outros iam ouvir as notícias clandestinas... Eu ouvia uma notícia ou outra... Bem, aceitava-se o que era, fossem verdadeiras ou falsas, aceitava-se, mas tinha consciência de que existia censura, isso sim, foi inculido logo numa determinada fase de idades que eu não posso precisar... Tínhamos respeito e medo... Respeito é uma coisa, medo é outra, mas havia as duas coisas... Pronto, aceitava-se o que era... Olhe, é preciso reparar numa coisa, até no próprio cinema, os filmes da época, era tudo era censurado, eram cortados... Por isso é que também a juventude ia segunda vez ao mesmo cinema para ver o mesmo filme à espera daquelas cenas mais interessantes... Pronto, fazia parte da cultura... Ouí as notícias como foi do Humberto Delgado e do Américo Tomás e dos anteriores e essas, mas para nós não nos ia muita coisa porque no tempo de Salazar era assim, bico calado, e a gente aprendia assim e a sociedade portuguesa obedecia e respeitava, portanto não costumava comentar [as notícias]... talvez uma ou outra... [Entrevistado, 89 anos]

No entanto, esse mesmo entrevistado recorda-se de comentar algumas notícias, mas não de política. A maioria das pessoas não seria politizada, embora esse entrevistado tivesse participado numa ação da campanha de Humberto Delgado, no Porto:

A gente comentava as notícias... Era aquela fase dos namoritos e de conhecer o mundo e essa coisa toda... mas não era propriamente a política... a política era tudo uma coisa muito estável... mas lembro-me das notícias da campanha do Humberto Delgado [1958]... e eu cheguei a participar nessa campanha... Um dia eu e os meus amigos fomos à campanha do Humberto Delgado no cinema Vale Formoso, mas eu disse aos meus amigos, “vamos mas é sair daqui que está aí a polícia” e fomos para a rua do Amial para apanhar o elétrico... mas naquele espaço de tempo começou uma correria do carago... ouvimos uns tiros.. foi quando atingiram um moço, dispararam sobre a multidão [a polícia], episódio triste, mas nós não assistimos... [Entrevistado, 89 anos]

Uma entrevistada, com 87 anos, explicita que as notícias a deixavam algo confusa na sua juventude, mas também vinca que tinha a clara consciência de que a censura impedia que

tivesse acesso a uma informação completa. Comentários às notícias, sim, fazia-os, mas apenas dentro do círculo de confiança, pois também tinha consciência dos riscos.

Eu lia [as notícias], mas não atingia bem onde eles queriam chegar... porque ainda não tinha discernimento para avaliar se era muito bom, se era muito mal... Mas tinha a percepção de que uma parte da notícia poderia não estar a ser dada, que não tínhamos conhecimento de coisas que estavam por detrás, essa noção existia e as pessoas comentavam e diziam mal deles depois... era um desabafo... As pessoas tinham a noção de que havia ali alguém com lápis a cortar certas coisas e que nós não sabíamos de tudo... Mas havia a noção de que poderia ser arriscado fazer comentários... porque muitas vezes até havia denúncias e as pessoas eram cautelosas nesses comentários... Tinham cuidado... Só faziam esses comentários com pessoas muito em privado... Nós sabíamos que havia censura e que não tínhamos acesso às notícias todas... [Entrevistada, 87 anos]

O entrevistado mais novo do grupo – e, recorde-se, o mais politizado – também sublinha a sua desconfiança das notícias por causa da censura. Aliás, confronta o “pseudo-ambiente” noticioso gerado pelos jornais com a sua experiência pessoal da realidade para o demonstrar. Comentava as notícias, mas, tal como outros entrevistados e entrevistadas, apenas dentro do seu círculo de confiança.

Eu antes do 25 de Abril já não confiava nas notícias de cá... porque quando comecei a ganhar consciência do que era a vida e do que era o regime, vendo a miséria que havia, vendo meu pai sem trabalho a ter que ir carregar toros no porto, que na altura não havia guindastes e era o corpo humano que tinha que aguentar... O meu pai era pouco maior do que o meu tamanho, assim franganito, como eu sou, e tinha que ir para a doca carregar troncos... Estiva... E havia um capataz que escolhia quem trabalhava... Se precisava de oito, olhava para eles e conforme conhecia ou não conhecia... tu tu tu... e os outros tinham que ir para casa... Quando o meu pai não ficava e chegava a casa triste porque naquele dia não ganhava e não havia nenhum tipo de subsídios nem para saúde nem para coisíssima nenhuma... Eu para ter calçado muitas vezes o calçado era de colegas meus que me davam, que tinham o pé maior, e a minha mãe tinha que me pôr à frente uma de jornais velhos para o pé e depois eu ia a qualquer lado e diziam-me: “lá vem lá vem o menino com a bota das Sete Léguas” porque era maior do que o meu pé. E o meu pai era legionário, era da Legião Portuguesa, porque quando era jovem em Viana do Castelo para ir trabalhar para uma fábrica de madeiras o dono disse: “tu vens para aqui trabalhar mas tens que ir para a Legião Portuguesa”... E ele foi logo, não é? E ficou. E eu fui da Mocidade Portuguesa... e não me fez mal, até havia coisas interessantes, como acampamentos na Serra da Estrela... Eu tenho orgulho... não do tempo em que vivi por culpa da miséria e da fome... mas do que sou. E tinha consciência de que as

notícias eram censuradas até porque mais tarde, com o teatro, as peças vinham da censura e eram cortadas com lápis... Eu tenho lá, por acaso, um original desse tempo... Portanto, como dizer, só há um caminho, não há mais isto, mas como é que podíamos ter essa credibilidade quando víamos a miséria e a fome? Por isso é que nós jovens nos juntávamos de noite para conversarmos nas portas da rua. Estávamos três ou quatro quando saíamos, por exemplo, do Orfeão [de Matosinhos], onde íamos ver televisão, por exemplo, e havia polícias na rua... Agora a gente não os vê e dizem que isso faz muita falta... Acredito que sim, mas naquela altura aparecia um polícia em cada canto... “Que estão aqui a fazer?”... “Estamos aqui a conversar, fumar um cigarrito”... “É circular, é circular, é circular”... E isto deixa marcas desconfiança e desejo de que se altere e que nós possamos fazer não aquilo que não devemos fazer, não é libertinagem, mas de liberdade... E durante essas conversas falava, ainda que fosse em segredo, digamos, “olha no jornal assim não sei quê”... Em altura de eleições então falávamos muito... e notícias de carácter social sabíamos que eram cortadas... por exemplo sobre indigência, sobre a fome, tudo isso desaparecia... E depois havia as notícias que mais nos irritavam... Eram aquelas ações do Movimento Nacional Feminino... aquelas jantaradas... e para os pobrezinhos, coitadinhos... nada... Pronto, é possível que isso favorecesse algumas pessoas, mas acho que favorecia muito mais a vaidade e a imagem de quem proporcionava isso e vivia lautamente, não passava frio, não passava fome, tinha bons carros... Isto é falar a verdade e eu tinha muitas dificuldades... Portanto como é que eu podia acreditar em tudo aquilo se sabia o que se passava... O regime não me dava credibilidade. Preferia ouvir o lado fora... Eu sentia que o que é censurado perde autenticidade ou conduz por um determinado caminho, quer dizer, só há um caminho, não há mais... Como é que podíamos ter credibilidade? Pois por isso é que nós depois acabávamos por nos juntar, enfim, para de noite conversarmos... [Entrevistado, 84 anos]

Os hábitos de receção de rádio – e de notícias na rádio – mantiveram-se, segundo os entrevistados e entrevistadas, no início da idade adulta. Mas um dos entrevistados, o mais politizado dos cinco, militante clandestino do PCP, escutava pouca rádio nacional e recorria, ocultamente e amedrontado, à Rádio Moscovo, para se inteirar da atualidade, pois, segundo ele, “era a única forma” de saber o que em Portugal não era noticiado. O seu uso da rádio para fins de gratificação informativa misturava-se, no entanto, com usos que se poderiam classificar entre o entretenimento e a ideologia – gravar músicas dos cantores de intervenção que prometiam, sub-repticiamente, nas suas músicas, a mudança do regime. Aliás, a adesão à Rádio Moscovo também teria por fim, em termos de gratificação, o reforço identitário do entrevistado com a ideologia comunista.

Olha eu vou contar uma coisa... eu, jovem adulto, escutava rádio na clandestinidade... porque eu estava em casa a ouvir e queria ouvir a rádio Moscovo... era “A rádio Moscovo fala a verdade”... Era assim uma coisa do género... E nós gostávamos

de ouvir o que vinha de lá de fora porque cá dentro nós queríamos saber mas não sabíamos se era verdade... E essa é que é essa, eu confiava na rádio Moscovo... Eu não sei se confiava... [mas] era a única forma de nós sabermos coisas que aqui não se sabíamos... Agora algumas delas podiam ser, como tudo na política... muitas vezes são preparadas para preparar determinado tipo de espíritos... é uma propaganda... não é bom... mas isso era da noite... Mas depois havia outras coisas... Recordo-me que eu gostava muito do Zeca Afonso... O Zeca Afonso já existia, claro, e gostava muito de ouvir o Zeca Afonso e os cantores revolucionários antes do 25 de Abril... E então à noite toca de sintonizar o rádio... ver se apanhamos alguma coisa do estrangeiro...mas quando isso não acontecia, eu tinha um gravadorzinho em simultâneo e eu gravava... e tal... o dia vai chegar... aurora não sei quê... e eu gravava... e quando será esse dia?... e tal... coisas minhas... E a minha mulher que tinha os filhos muito pequeninos dizia-me “Olha que não sei quê! Olha que eles têm uns aparelhos que captam tudo”... Mas eu ficava um bocado apavorado... Eu ia lá para o canto de um sítio qualquer... As rádios nacionais não escutava assim muito... e mais... passei a escutar muito mais o Rádio Clube Português... os noticiários... do que a Emissora Nacional... porque já tinha a noção de que a Emissora Nacional não era privada e estava muito mais sintonizada com o regime... e a outra estação era privada eu sentia que era diferente... Íamos sempre ver o que é que podíamos beber diferente mesmo que houvesse a censura... [Entrevistado, 84 anos]

A chegada da televisão, cujas emissões regulares em Portugal se iniciaram em 1957, enriqueceu a paisagem mediática e o uso e receção de notícias<sup>14</sup>. O entrevistado mais idoso recorda, nomeadamente, que os cafés compraram televisores para atrair público, até porque o custo de um televisor era proibitivo para a maioria das pessoas, apesar destas terem aderido à novidade: “Nas montras das casas que começaram a vender os equipamentos toda a gente parava”. Diz, aliás, que não se comprava um televisor “como agora, que é como quem compra um quilo de cerejas”. Como outros entrevistados e entrevistadas, frisa que as emissões eram a “preto-e-branco”. Vinca, assim, as transformações tecnológicas da televisão, que também fazem parte das suas memórias. A este propósito, relembra, nomeadamente, que os televisores não eram planos, como hoje.

Um dos aspetos mais interessantes das memórias do entrevistado mais idoso reside no facto de ter tido acesso à televisão por intermédio de um radioamador que era seu vizinho antes mesmo das primeiras experiências de televisão em circuito fechado, no Porto, no

---

<sup>14</sup> As emissões experimentais da RTP na Feira Popular, em 1956, em Lisboa, já incluíam documentários e noticiários. A RTP emitiu, designadamente, um noticiário internacional de 12 minutos, intitulado “Revista Mundial: Atualidades da RTP”. Seguiu-se um momento que se poderia classificar de jornalismo interpretativo ou opinativo, com Comentários à atualidade pelo jornalista Barradas de Oliveira, um homem do regime, diretor do jornal oficioso da União Nacional, *Diário da Manhã* e um dos fundadores e diretores da agência noticiosa portuguesa ANI – Agência de Notícias e Informações.

Palácio de Cristal, em 1955, ou das emissões experimentais da Feira Popular de Lisboa, em 1956. As emissões, conforme também releva, terminavam pela meia-noite. Recorda-se, também, de algumas das personagens da televisão portuguesa, aquelas que, possivelmente, mais impacto lhe causaram.

Já com 20 e poucos anos lembra-me completamente o início da televisão ali no Palácio de Cristal... e foi interessante... Lembro-me que fizeram essa campanha e deve haver fotografias da época em que a televisão começou a dar os primeiros passos... e fizeram ali uma pequena montagem, que toda a gente ficava espantada... Nas montras das casas que começaram a vender os equipamentos toda a gente parava... e a televisão só funcionava até à meia-noite... Era assim uma coisa e era só à noite que funcionava aqui nos primeiros tempos... Mas por acaso tive uma oportunidade de que pouca gente se pode gabar... É que no Amial havia um senhor que era radioamador que morava na Rua da Azenha e que já tinha esses conhecimentos tecnológicos... E então a miudagem da época, tinha já 12, 13, 14 anitos [por volta de 1950], ia lá, tinha uma antena enorme lá no quintal e tinha já uma televisão pequenina mas que eram coisas que ele captava lá fora e a gente ficava espantada a ver aquilo lá, obcecado com aquelas imagenzitas e tal... tenho essa essa ideia, mas ainda a televisão não tinha feito que eu saiba ou que me recorde aqui os ensaios para a demonstração, chamemos assim... Depois lá por 1957 havia um café na esquina da Rua do Amial com a Rua dos Capuchinhos... Toda a gente ia para lá para o café para ver certos programas... E então a televisão não é como é hoje, planas e essas coisas assim, era a preto-e-branco... mas já havia em todos os cafés, todos tinham uma televisão, e havia aqueles programas culturais... Era o Vitorino Nemésio e gente assim da cultura daquela época... Era o Artur Agostinho... Uma pessoa que foi célebre nos seus comentários era o Fernando Pessa que fazia um *sketch*... por exemplo estava uma rua esburacada ele lá ia... e esta rua senhor presidente da Câmara e tá esburacada... mas isso já foi posterior... Eu só tive televisão em casa mais tarde, quando o meu pai pôde comprar, porque não é como agora, que é como quem compra um quilo de cerejas... [Entrevistado, 89 anos]

As duas entrevistadas recordam-se, sobretudo, da televisão no contexto doméstico. Uma delas teve televisão depois de casar. A decisão de compra foi, conforme sublinha, do marido. Mas era a rádio que a acompanhava de manhã (nos primeiros tempos a televisão não emitia de manhã) e à tarde, quando ela chegava a casa, vinda do trabalho, certamente para gerar uma atmosfera auditiva que transmitisse a sensação de companhia. Via televisão em família, à noite: “Quando casei, o meu marido comprou logo uma televisão... mas só víamos à noite... Ouvia muito a Rádio Renascença... de manhã e à tarde, quando chegava a casa...” [Entrevistada, 87 anos]. A outra entrevistada, da mesma idade, explica que não teve televisão logo que as emissões começaram em Portugal, mas apenas algum tempo depois, no âmbito familiar. Frisa, como outros entrevistados e entrevistadas que a

televisão era “a preto-e-branco”, sinal de que a transformação tecnológica que a televisão sofreu impactou, efetivamente, os telespetadores e telespetadoras: “Já tinha televisão... não foi logo, mas pusemos... Havia televisão a preto-e-branco...” [Entrevistada, 87 anos].

O entrevistado mais novo comprou um televisor para a sua casa familiar a meio da década de 1960. Os televisores eram caros e o entrevistado tem bem presente o processo de compra – onde comprou e as prestações que pagou. Comprar um televisor exigia um esforço financeiro incompatível com os salários de então da generalidade dos portugueses e portuguesas.

Antes de casar eu já estava a trabalhar na Câmara... e só quando fui para o banco passados quase três anos... aí é que comecei a ganhar mais... Comecei a ganhar 2200 escudos por mês... e os outros só ganhavam 1000 e isso... Ora, pagava 700 de casa e quase que não ficava nada, não é? Aquilo era tudo contado... E havia o livro da mercearia... Eu e minha mulher, que aquilo era ao milímetro, porque se não depois não chegava, não é? E comprei uma televisãozinha quando fui para o banco... Pagava, salvo erro, 25 tostões na altura... Dois escudos e 50 centavos... Uma moedinha pequenina, assim prateada, por mês... Paguei qualquer coisa à entrada e depois era isso... Comprei essa televisão numa firma que já não existe que era a Electromar, em Matosinhos, cujo proprietário era um homem de grande relevância em Matosinhos, um homem muito conhecido, um homem bom que, enfim, faleceu há pouco tempo, que era o Zé Mota... Portanto, já havia televisão em casa quando eu casei... em 1965... Nessa altura já estávamos instalados... Eu e a minha mulher tínhamos uma casinha melhor... Eu já ganhava mais... E aí acompanhávamos, enfim, tudo aquilo que eram notícias, o Telejornal, etc. e levava o jornal para casa... [Entrevistado, 84 anos]

Os entrevistados e entrevistadas recordam-se de várias notícias que os impactaram antes do 25 de Abril. Algumas dessas notícias não se encontram na lista que investigadores e investigadoras considerariam mais prováveis – porque as mundivivências e mundividências de entrevistados e entrevistadas são fundamentais para explicar as razões pelas quais as pessoas se recordam de determinadas notícias e não de outras. Por exemplo, uma notícia impactante para o entrevistado que tinha sido padre foi a prisão dos opositores ao regime que se encontravam na vigília da capela do Rato<sup>15</sup>, em Lisboa, em 1972, até porque um deles era um dos seus colegas de seminário:

---

<sup>15</sup> A vigília da capela do Rato foi organizada por um grupo de católicos, a 30 de dezembro de 1972, para refletir sobre a guerra colonial e o regime. No dia seguinte, os participantes aprovaram uma moção em que condenavam a guerra colonial e o regime. Ao final do dia, a vigília foi interrompida pela polícia. Alguns dos detidos permaneceram presos duas semanas. Os funcionários públicos que participaram na vigília foram demitidos.

Uma notícia que me marcou muito na altura foi a notícia da prisão dos opositores ao regime que estavam na capela do Rato, um deles era um colega meu do seminário que também se tinha ordenado padre e que também tinha pedido dispensa do sacerdócio, tal como eu... [Entrevistado, 86 anos]

Outro entrevistado, o mais idoso, recorda-se das notícias da erupção do vulcão dos Capelinhos, nos Açores [1957], que a RTP cobriu<sup>16</sup>, pois lembra-se, segundo diz, sobretudo de notícias de catástrofes. Aliás, dando um salto no tempo, evoca o tsunami no Oceano Índico, em 2004. Faz, em acréscimo, uma comparação entre os diferentes meios jornalísticos que então usava, destacando que “a televisão é que mostrava”, pelo que terá sido a televisão o meio mais impactante na produção da memória pessoal sobre esse acontecimento. Salaria que os cinejornais “já estavam a cair um bocado em desuso”, ainda que tivessem perdurado nas salas de cinema portuguesas até aos anos 1970.

Outras [notícias] que me lembro... são catástrofes ou assim como foi o caso do vulcão dos Capelinhos e pronto... Toda a gente acompanhou o evoluir da situação... Ora bem aí já entra mais, além das notícias da rádio e da imprensa, a televisão, que é que mostrava mais... e no cinema os jornais de atualidades... mas os jornais de atualidades já estavam a cair um bocado em desuso, já estavam era mais tipo reportagem... Outra que me lembro foi o tsunami lá no Japão e outras coisas assim sobre os quais a gente tem uma certa, não é, curiosidade... Pronto, a gente gosta de ouvir como é que estão as coisas... [Entrevistado, 89 anos]

Uma das entrevistadas recorda, principalmente, acontecimentos que vivenciou: um terremoto, a visita da rainha de Inglaterra a Portugal, em 1957, cujas fotos depois reviu na revista de fotojornalismo *O Século Ilustrado*, mas também se lembra de notícias televisivas de um temporal – e aqui pode pressupor-se, sem certezas, de que a entrevistada se estará a lembrar das cheias de 1967 na região de Lisboa.

Notícias de antes do 25 de Abril... lembro-me que houve um temporal muito grande, que destruiu muita coisa, e eles fizeram menção de passar isso na televisão [provavelmente, a entrevistada refere-se às cheias de 1967 na região de Lisboa] e também por exemplo em 1969 houve um terremoto que chegou ao Porto... eu ouvia falar de ter sido muito noticiado, até porque muitas a maior parte das pessoas sentiu esse terramoto... E lembro-me da [visita da] rainha Isabel [1957]... Eu já estava a trabalhar no palácio da Bolsa e ela foi lá... Havia um movimento muito grande, muita vigilância, Guarda Republicana... Lembro-me das fotografias no *Século Ilustrado*... [Entrevistada, 87 anos]

---

<sup>16</sup> <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/vulcao-dos-capelinhos-nos-aco-16>

A mesma entrevistada lembra-se, igualmente, das notícias da inauguração da ponte sobre o Tejo, em Lisboa [1966], evento que o regime mediatizou. A RTP, por exemplo, fez uma extensa cobertura do acontecimento<sup>17</sup>.

Lembro-me só da inauguração da ponte [sobre o Tejo]... Há muitos acontecimentos nesse tempo que foram determinantes para o país e construiu-se aquela ponte que já não sei como se chama... onde passam comboios e o tráfico... autocarros, automóveis... Vi na televisão [1966]... [Entrevistada, 87 anos]

Entre as notícias de que o entrevistado mais novo do grupo se lembra encontra-se uma tragédia, mas também momentos promissores da história da humanidade: o primeiro humano no espaço, os primeiros humanos na Lua. E os êxitos europeus do Benfica no futebol. As expectativas pessoais certamente têm o seu papel na formação de memórias. No caso deste entrevistado, a paixão pelo futebol e pelo Benfica levaram-no a assistir aos jogos numa coletividade e na própria rua, num evento público promovido por um banco (no entanto, o afluxo de gente ao Banco Português do Atlântico levou-o a um “bufete” que certamente tinha televisão para atrair os clientes).

Houve muitas notícias que me deixaram chocado... Infelizmente são as de grandes desastres, grandes problemas, desastres em que muita gente desaparece, que mais me chocaram... e a que mais me chocou foi com um avião que já não me recordo... que caiu na neve num país distante... não me lembro agora qual... e as pessoas para sobreviver tiveram que canibalizar os mortos<sup>18</sup> [1972]... Essa foi a que mais me chocou, enfim, pela natureza do acontecimento, mas compreendendo perfeitamente que entre mortes e feridos alguém tem que escapar e se era preciso para sobreviver, por que não?... Mas lembro-me de outras notícias... a chegada do homem à Lua... na altura houve muita gente que não acreditou... e lembro-me do Gagarin... e de acompanhar os êxitos europeus do Benfica... fantásticos... Vi isso no salão de honra do Aurora da Liberdade e mais tarde foi no Banco Português do Atlântico... Fomos lá e como aquilo era muita gente... já não dava, e fomos para o bufete... Foi na sala, a televisãozinha, nós a vermos, recorda-me contra o Real Madrid, e depois ganhou novamente ao Barcelona<sup>19</sup>... [Entrevistado, 84 anos]

A Guerra Colonial, iniciada em 1961, marcou as vidas dos entrevistados e entrevistadas. Um deles cumpria o Serviço Militar Obrigatório. Embora não tenha prestado serviço nas ex-colónias portuguesas, trabalhava no secretariado das Forças Armadas, onde tinha um

---

17 Disponível na RTP Play: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/inauguracao-da-ponte-salazar/>

18 Acidente com um avião uruguaio que voava para o Chile, nos Andes, em 1972.

19 Na verdade, o Benfica conquistou a Taça dos Campeões Europeus, pela primeira vez, em 1961, derrotando o Barcelona. No ano seguinte, em 1962, manteve o título, derrotando o Real Madrid. O entrevistado trocou os acontecimentos.

jornal, que ele consultava, inteirando-se dos mortos. Ex-sacerdote, o entrevistado associa as notícias que a censura ia deixando passar ao avolumar do mal-estar entre os militares que haveria de conduzir ao 25 de Abril:

Na tropa, ainda antes da Revolução, estava na secretaria, tomava nota dos mortos, lembro-me perfeitamente tinha ali um jornal... e nessa altura podia-se ler o jornal... e mesmo com toda a censura às vezes passavam notícias de que tinha um batalhão que perdeu uma companhia em Moçambique e isso... portanto num cantinho vinha às vezes o número de mortos etc., de feridos... e isso foi gerando aquele clima de contestação que deu depois origem à Revolução dos Capitães... [Entrevistado, 86 anos]

São os entrevistados (do género masculino) que evocam as notícias da Guerra Colonial nas suas memórias. Nenhuma das duas entrevistadas o fez. Eventualmente, essa diferença de género surge porque os homens poderiam ser chamados a servir nas Forças Armadas, como sucedeu com o entrevistado com 86 anos, estando, por isso, mais atentos ao que se passava. O entrevistado mais idoso não apenas relembra o cansaço da guerra (“Já ninguém queria falar daquilo”), como também associa esse cansaço às deserções. Aponta, por outro lado, o dedo à censura, que escamoteava informações aos cidadãos e cidadãs. Mas destaca que em Portugal se ia sabendo da realidade da guerra, que as notícias não só não refletiam como também, na verdade, contradiziam. Realça, finalmente, as diferenças na política de mediatização do conflito nas colónias pelo regime, ao longo do tempo. Para comover os portugueses, o regime permitiu a exibição das atrocidades cometidas pelos guerrilheiros dos movimentos independentistas, conforme o entrevistado se lembra bem – “Houve até uma exposição fotográfica”, diz. Mas depois a censura atuou.

Começou a chegar ao conhecimento daqui o que lá se passava em África... Fizeram a publicidade... Houve até uma exposição fotográfica das atrocidades que se cometeram em Angola e essa coisa toda... Mas isso foi logo no início... Mais tarde é que foi o contrário... Acho que não contavam tudo tal na imprensa tal e qual como era... E depois as notícias diziam o contrário daquilo que constava aqui... que não era bem assim... pronto... porque abrangia muita coisa... Angola. Moçambique, Guiné... Já ninguém queria ouvir falar daquilo... Começou a deserção e essas coisas... Mas pronto, isto é outra história... [Entrevistado, 89 anos]

Outro entrevistado, o mais novo e mais envolvido politicamente, denuncia, ainda que anos depois, a propaganda de guerra embrenhada nas notícias sobre a Guerra Colonial, de que “tinha consciência”:

As notícias da Guerra Colonial eram só exaltação do patriotismo... Os soldados vão para a guerra, não sei quê, estão a defender a pátria e a bandeira... Até havia can-

tigas e poesia para a exaltação do nacionalismo... Portanto não eram notícias rigorosas, eram propaganda do regime... O regime precisava dessa propaganda. Tinha consciência disso. [Entrevistado, 84 anos]

Os entrevistados e entrevistadas viveram a fase final da sua juventude e o início da idade adulta (em alguns casos, o casamento foi a principal mudança na sua vida, ao tempo) entre meados dos anos 1950 e meados dos anos 1960. No panorama político, a principal novidade desse tempo foi a irrupção da Guerra Colonial e o descontentamento que o arrastar da situação provocou nos jovens que serviam o país nas Forças Armadas e na população em geral, uma das causas do 25 de Abril. No panorama mediático, a chegada da televisão constituiu a principal novidade e espoletou alterações nos hábitos de receção mediática e, especificamente, noticiosa. Numa primeira fase, conforme corroboram entrevistados e entrevistadas, a televisão via-se, sobretudo, em cafés e em algumas coletividades. Os televisores eram caros (nenhum dos entrevistados e entrevistadas fala de outros fatores, como a taxa de televisão) e só entraram na casa dos entrevistados algum tempo depois do início das emissões regulares, já que a sua compra tinha de ser ponderada no contexto familiar – pertencendo ao *pater família* a decisão da compra na maioria dos casos. No entanto, as casas comerciais propuseram compras de televisores a prestações, por exemplo, para facilitar a sua aquisição.

A entrada da televisão na casa dos portugueses e portuguesas urbanos alterou, conforme se depreende, os hábitos de consumo mediático. Algumas das memórias que os entrevistados e entrevistados guardam dos acontecimentos que vivenciaram deste período da sua vida já foram formadas a partir de acontecimentos mediatizados pela televisão, que “mostrava”, conforme assinala um dos entrevistados. No entanto, alguns dos padrões de receção noticiosa mantiveram-se: entrevistados e entrevistadas continuaram a ler jornais e a escutar rádio, mas, a partir da entrada em cena da televisão, deduz-se que à noite viam televisão (a rádio ouvia-se, principalmente, de manhã e ao final da tarde, até porque não havia, por norma, emissões televisivas de manhã). Manteve-se, também, em casos mais isolados, a audição clandestina de rádios estrangeiras, na busca de fontes alternativas às nacionais, controladas pela censura – um dos entrevistados, nomeadamente, escutava a Rádio Moscovo.

Entrevistados e entrevistadas reconhecem a influência da censura e da propaganda na criação de uma espécie de pseudoambiente simbólico favorável ao regime e, depois do início da Guerra Colonial, favorável, também, ao esforço de guerra, que contrastava com a realidade – por vezes com a realidade experienciada quotidianamente ou com as informações que se iam recolhendo de outras fontes (por exemplo, os soldados, quando regressavam à metrópole, iam espalhando notícias sobre o que se passava na Guerra Colonial).

## *Adultos maturos: o 25 de Abril*

Apenas quatro entrevistados, dois homens e duas mulheres, falaram, durante as entrevistas, sobre o uso dos meios jornalísticos no dia 25 de abril de 1974. A mudança de regime operada pela Revolução de 25 de abril foi, no entanto, o acontecimento transformador mais significativo que os indivíduos da faixa etária 84+ experimentaram na sua vida. A rádio, conforme destacam três dos entrevistados, foi o meio que lhes deu notícia inicial do que se passava. É interessante observar as diferenças de género: os homens foram para a rua (um deles porque também trabalhava na Cruz Vermelha Portuguesa e ficou de prevenção), assumindo uma presença física no espaço público; as mulheres ficaram em casa com os filhos.

O entrevistado mais idoso refere que “a comunicação foi instantânea”. A afirmação remete para a instantaneidade da mensagem radiofónica, mas também indicia que o entrevistado, ao tempo, tinha o hábito de escutar rádio logo pela manhã. Podendo o uso da rádio ter vários objetivos, entre estes também estará, em termos de gratificação, saber o que se passa. Escutar rádio logo de manhã satisfaz, portanto, essa necessidade informativa. O entrevistado, ainda que tivesse ficado de prevenção com a Cruz Vermelha no centro do Porto, ia acompanhando o que se passava ao seu redor, lembrando-se, nomeadamente, de que os diários foram tirando várias edições ao longo do dia.

A comunicação foi instantânea... pela rádio... Logo pela manhã se começou a ouvir que havia uma revolta instalada e não sei quê e pronto... e depois começaram a aparecer as tropas nos Aliados e essa coisa toda... pronto... isso lembro-me eu perfeitamente... Ah!... E os jornais tiveram várias edições... Começaram a sair essas edições... Essa coisa toda... Eu na altura [também] trabalhava na Cruz Vermelha e fiquei ocupado com aquelas prevenções... Essa coisa toda por causa do que viesse a acontecer... Pronto... Isto já no ramo da Saúde Militar, chamemos-lhe assim, e muito bem... [Entrevistado, 89 anos]

Uma entrevistada, com 87 anos, também soube pela rádio o que se passava. Embora tenha sido o marido que a avisou do que estava a acontecer em Lisboa, revela que tinham o hábito de escutar a Rádio Renascença logo pela manhã, certamente enquanto se preparavam para a jornada laboral (25 de abril de 1974 calhou numa quinta-feira) e tomavam o pequeno-almoço. Nem ela nem o marido foram trabalhar. É ela que revela que o marido foi para o centro da cidade ver o que se passava, trazendo, ao final do dia, um exemplar do *Primeiro de Janeiro* (possivelmente) para casa. Ela, amedrontada, ficou com os filhos em casa, pois não foram à escola.

Ouvi na rádio logo pela manhã... Foi o meu marido que me disse que havia uma revolta qualquer lá para Lisboa... Tínhamos o hábito de ouvir rádio logo de manhã...

enquanto nos arranjávamos... e ao pequeno-almoço... A Renascença... O meu marido não foi trabalhar no 25 de Abril, nem eu... Fiquei com os meus filhos em casa... Mas o meu marido foi para a Baixa... Só regressou à noite... Trouxe vários jornais... Já não me lembro quais eram, mas creio que era o [*Primeiro de*] *Janeiro*, que era o jornal que ele comprava sempre... Eu ouvi na rádio, em casa... Estava cheia de medo... [Entrevistada, 87 anos]

Outro entrevistado, o mais novo dos quatro que, durante a entrevista, desfilaram memórias sobre o 25 de Abril, residia, ao tempo, em Lisboa. O 25 de Abril, foi, certamente, uma data importante para ele, pois assegura que se recorda “perfeitamente” dos acontecimentos. Era, de qualquer modo, o mais politizado dos entrevistados e entrevistadas, pois militava, clandestinamente, no Partido Comunista no dia da Revolução. Também soube dos acontecimentos pela rádio, no caso pelo Rádio Clube Português, a emissora que acompanhava, mas tem uma história curiosa a contar. Foi uma vizinha que disse à sua esposa para ir escutar a rádio. Devido ao clima de medo que se abatera sob a população portuguesa durante o Estado Novo, a vizinha não teve coragem para dizer que havia uma revolução na rua. Inventou, na verdade, uma história sobre a queda do telhado do colégio, que estaria a ser noticiada na rádio.

Apesar dos acontecimentos, o entrevistado, bancário, conta que foi trabalhar. Fala da agitação popular nas ruas como uma “balbúrdia” mas “no bom sentido”, um “estouro fantástico”. E diz que se sentiu “feliz” com o sucedido. Assinala, também, que nesse dia comprou vários jornais que ainda hoje conserva, o que mostra que teve consciência da data histórica que estava a viver e quis preservar na memória, com dispositivos físicos, para o futuro. Os jornais são, de facto, valorizados nestas circunstâncias. Refere-se, também, às transformações no jornalismo que, em liberdade, sem censura, se fizeram sentir no próprio dia – um jornalismo vivo, longe do cinzentismo dos “homens do regime” que, segundo salienta, pontuavam o discurso jornalístico antes do 25 de Abril.

Recordo-me perfeitamente do 25 de Abril. Morava em Lisboa. Nessa altura os jornais eram fundamentais e eu tenho até alguns ainda guardados em casa. Era *O Século* e era a *Época* e os vespertinos... *O Diário de Lisboa*, que era muito importante... E portanto acompanhei isso completamente, aliás acompanhei a própria Revolução, andei lá feito coiso... Soube das notícias pela rádio... De manhã a minha mulher levantava-se cedo... com os filhos pequenos... e havia uma carrinha que vinha buscar os miúdos para ir para o colégio... E quando a minha mulher chegou à varanda, a vizinha disse, “Ó vizinha, ó Fatinha, hoje não há carrinha para a escola porque caiu o telhado da escola”... Ela não teve coragem, teve medo de dizer que houve uma revolução, portanto ela já tinha ouvido em casa o rádio... “Liga o rádio que está tudo a falar sobre isso da escola”... Ela foi logo ao rádio... e tal... e soubemos pelo Rádio Clube Português... Mais tarde meti-me no carro para

ir trabalhar e fui para Lisboa para o banco... O banco tinha as portas da frente, da Rua Augusta, já encerradas e tínhamos só a parte de trás aberta... E depois a seguir era a balburdia... Havia balburdia, no bom sentido... A Revolução... e ficámos ali... Houve logo gente a fazer piquetes de não sei quê, não sei que mais, e eu fiquei contente com aquilo, fiquei feliz. Comprei muitos jornais. Ainda tenho em minha casa guardados todos aqueles que comprei nesse dia e nos dias a seguir... Jornais e revistas... O jornalismo nessa altura foi jornalismo vivo porque ali não havia censura e portanto eles transmitiam e escreviam e fotografavam aquilo que queriam... portanto foi importantíssimo porque para nós foi uma realidade completamente desconhecida, pois antes só havia aquelas parangonazinhas... e os homens de fato e gravata... os homens do regime e tal... tudo muito rígido... tudo muito não sei quê... muito camuflado... Foi um estouro absoluto, uma coisa fantástica. [Entrevistado, 84 anos]

A única das entrevistadas que não se refere à rádio residia no Porto, à época. Recorda-se, sobretudo, das demonstrações de contentamento popular, por contraste com o medo que a polícia política do regime do Estado Novo, a Pide, suscitava. Realça uma imagem mediática que lhe ficou na memória: um militar em cima de um chaimite, com um cravo. Terá sido uma imagem que, na altura, foi “muito divulgado[a]”. Terá acompanhado a evolução da situação – no dia ou nos dias seguintes – pela televisão, mas as revistas ilustradas também tiveram o seu papel na construção das suas memórias sobre o 25 de Abril.

No 25 de Abril a população ficou eufórica... Tudo para a rua... “Somos livres, somos livres”... iam para a rua para dar largas ao contentamento... porque antes havia um local que se chamava Pide... Não sei desenvolver... Aquilo era um quem fosse apanhado pelos da Pide que andavam disfarçados, andavam com um fato normal, não tinham nenhum emblema, farda, não tinham nada disso... Eles eram apanhados e pronto para ali iam... eram presos... e muitos morreram, não é? Em muito mal estado ficavam lá... torturados... ou morriam mesmo, não é? E não dormiam... e lançavam-lhes luzes aos olhos... Sim, sim, tortura, todo tipo de tortura... E muita gente comprou muitos cravos... Distribuíram... E até há um carro que é da tropa, um chaimite, pronto, e havia um militar em cima do chaimite e isso viu-se... Na altura foi muito divulgado... um homem militar em cima do carro com um cravo assim atravessado... E fui acompanhando... dava na televisão... mas [também] nos jornais ilustrados... com fotografias... A situação melhorou muito depois do 25 de Abril... [Entrevistada, 87 anos]

Considerando os quatro testemunhos (um dos entrevistados não se refere ao 25 de Abril), é notório que a rádio teve um papel importante nas suas vivências do 25 de Abril. A rádio anunciou à população portuguesa o que se passava. Uma das entrevistadas disse que ficou em casa com os filhos e que acompanhou o que se passava pela rádio. Os entrevis-

tados homens foram para a rua, acompanhando *in loco* a situação, mas também souberam do acontecimento pela rádio. Uma das entrevistadas não diz claramente se foi para a rua, mas, vivendo no centro do Porto e referindo-se ao contentamento popular, é provável que o tivesse feito.

Os diários acompanharam a evolução dos acontecimentos com sucessivas edições, compradas por dois dos entrevistados e pelo marido de uma das entrevistadas. Um dos entrevistados, o mais novo e mais politizado, revelou conservar em casa alguns dos jornais que saíram nesse dia, valorizando não só a Revolução, o acontecimento em si, mas também o suporte de memória que os jornais materializam. Uma das entrevistadas realça o papel das imagens desse dia e, possivelmente, dos dias seguintes – salienta que acompanhou os dias da Revolução pela televisão e pelos “jornais ilustrados”, referindo-se, possivelmente, a revistas como *O Século Ilustrado* e *Flama*.

Uma das entrevistadas, a que ficou em casa, relata que o marido “trouxe vários jornais” para casa, à noite, quando regressou da rua. Não diz que os conserva nem que os leu, mas é provável que os tenha lido, pois lembra-se, vagamente, de um exemplar do *Primeiro de Janeiro*. Embora possa haver algum elemento de incerteza na identificação do jornal pelo facto de *O Primeiro de Janeiro* ser o diário que, por escolha do marido, entrava, rotineiramente, na sua casa, com alguma probabilidade, se o marido comprava habitualmente este diário portuense, é possível que também tenha optado pelo *Janeiro* no 25 de Abril.

Portanto, de acordo com os quatro testemunhos de portuenses aqui analisados, um dos quais vivia em Lisboa ao tempo, a rádio foi usada, no caso dos homens (que foram para a rua), essencialmente para serem alertados do que se passava. Mas a imprensa – vários jornais tiraram várias edições nesse dia – terá sido mais usada do que a rádio ao longo do dia pelos homens para se inteirarem do que se passava. A rádio – essa – serviu, essencialmente, de fonte informativa sobre a evolução dos acontecimentos a quem ficou em casa – havendo somente uma mulher que o relata. Destaque, finalmente, para a ausência de referências ao uso da televisão como fonte informativa no 25 de Abril, exceto no caso de uma entrevistada, cujas memórias, eventualmente, não se restringem à data de 25 de abril de 1974, mas sim aos primeiros dias da Revolução, nomeadamente ao período de 25 de abril a 1 de maio de 1974. É também a única entrevistada que se refere ao recurso a “jornais ilustrados”, querendo, possivelmente, referir-se às revistas de fotojornalismo então existentes, que publicaram algumas das fotografias icónicas da Revolução. Algumas das memórias visuais que os portugueses coevos terão do 25 de Abril não serão, na verdade, o resultado da experiência direta da situação que se vivia nas ruas, mas sim das suas manifestações discursivas mediatizadas.

## *Adultos maturos: após o 25 de Abril [1974]*

Após o 25 de Abril, os meios jornalísticos refletiram a luta ideológica sobre o rumo do país que a sociedade portuguesa vivenciava, no quadro de instabilidade política e da crise económica detonadas pela Revolução. A Guerra Colonial terminou com a independência das ex-colónias. Centenas de milhar de portugueses, muitos dos quais nunca tinham vivido em Portugal, retornaram ao país. Que memórias guardam os entrevistados e entrevistadas dos seus usos e impressões dos meios jornalísticos nesse tempo, quando as notícias, perante uma mudança acelerada na sociedade portuguesa, poderiam servir para saciar as suas necessidades informativas, para reforço identitário e ideológico ou até para municiá-los com argumentos necessários à interação social?

O entrevistado mais idoso reconhece que “havia mais liberdade” e explicita que confiava nas notícias, especialmente nas que lhe chegavam pela Rádio Renascença<sup>20</sup> e pelo diário *O Primeiro de Janeiro*, um dos raros que tinha permanecido em mãos privadas após o 11 de Março de 1975<sup>21</sup>, mas tinha consciência de que havia meios posicionados à esquerda e outros à direita. Explica que refletia e conversava com colegas ou no café sobre as notícias que lhe chegavam acerca do que se ia passando (não fala de comentários às notícias no contexto familiar), mas com a consciência de que não teria capacidade de “resolver a situação”. Se desconfiasse das notícias, pragmaticamente diz que “passava à frente”.

Eu confiava nas notícias porque parto do princípio de que o jornalista está a assistir à cena e tem... tem conhecimentos suficientes para saber o que está a escrever... Mas era na Rádio Renascença que eu confiava mais... Gostava e gosto de ouvir... E no *Janeiro*... Confiava de uma forma geral [nas notícias] e se desconfiasse, pronto, passava à frente... Sabia que uns eram de esquerda, outros de direita... Há aquele período em que a pessoa faz uma certa relexão... cada um... ou conversa de café ou entre colegas faz um apontamento... mas tudo no sentido positivo... Já havia mais liberdade, pronto... Mas não era eu que ia resolver a situação... [Entrevistado, 89 anos]

---

<sup>20</sup> Considerando que, entre junho e novembro de 1975, no contexto do Processo Revolucionário em Curso, a Renascença dividiu-se entre a emissão difundida a partir do Porto, para o Norte e Centro do país, alinhada com a Igreja Católica e com os setores políticos democráticos da sociedade portuguesa, e a emissão difundida a partir de Lisboa, alinhada com a esquerda radical, para a capital e para o Sul do país, o entrevistado, possivelmente, refere-se às emissões realizadas a partir do Porto, onde vivia.

<sup>21</sup> A nacionalização da banca após o 11 de Março de 1975, no contexto do Processo Revolucionário em Curso, levou, indiretamente, à estatização de vários jornais. O *Diário Popular*, o *Jornal do Comércio*, o *Comércio do Porto* e o *Record*, do Banco Borges & Irmão, passaram para o setor público; O *Século* e as restantes publicações do grupo, nomeadamente as revistas *Vida Mundial* e *Século Ilustrado*, pertencentes ao Banco Intercontinental Português, também passaram a ser empresas públicas; A *Capital* pertencia à Sociedade de Estudos e Gestão de Empresas, participada pelo Banco Espírito Santo, e passou, igualmente, para o setor público; o *Diário de Lisboa*, detido numa terça parte pelo Banco Nacional Ultramarino e endividado perante o Banco Pinto e Sotto Mayor, também foi nacionalizado; o *Diário de Notícias*, o *Jornal de Notícias* e o *Mundo Desportivo* já eram controlados do Estado, pois a Caixa Geral de Depósitos, banco público, detinha a maioria da propriedade da Companhia Portugal e Colónias, proprietária destes títulos.

Uma entrevistada considera que, na sua opinião, o 25 de Abril “não mudou muito isso das notícias”, ainda que sublinhe que “havia mais liberdade”, para logo acrescentar que também havia “muitos excessos”. Confessa que acompanhava as notícias pela Rádio Renascença e pela RTP, mencionando o Telejornal. Ainda hoje conserva as mesmas preferências de receção noticiosa, privilegiando o Telejornal da RTP e a Rádio Renascença.

Eu acho que o 25 de Abril não mudou muito isso das notícias... Havia mais liberdade, é certo, mas também, como hei de dizer, muitos excessos... Gostava de ouvir as notícias da Renascença... Nunca me interessei muito pelos jornais e isso nem pela política... Via também as notícias... na RTP, o Telejornal... Ainda hoje vejo... E ouço muito a Renascença... [Entrevistada, 87 anos]

Outro dos entrevistados realça, igualmente, a sua preferência pelo Telejornal e confessa que, nesse tempo, era “um sedento das notícias”, o que se pode associar à necessidade informativa sentida pelos indivíduos para orientarem a sua vida, quando estão sujeitos a fenómenos de instabilidade e mudança na sociedade. Pelas suas palavras, intui-se que lia uma grande diversidade de jornais e revistas. Ajuíza, ainda, sobre o contraste entre um jornalismo exercido em liberdade do pós-25 de Abril e o jornalismo censurado e controlado do Estado Novo, mas evoca o caso *República*<sup>22</sup> como uma “coisa má”. Entre as notícias de que tem memória estão a morte do primeiro-ministro Sá Carneiro na queda de um avião em Camarate, a 4 de dezembro de 1980, as mortes dos papas Paulo VI, a 6 de agosto de 1978, e de João Paulo I, a 28 de setembro do mesmo ano, cerca de um mês depois da sua eleição<sup>23</sup>, e o regresso dos portugueses residentes nas ex-colónias a Portugal (“retornados”), movimento que acompanhou com interesse por ter prestado serviço militar em Moçambique.

A seguir à Revolução via muito o Telejornal [RTP]... Foi sempre uma paixão minha... Era um sedento das notícias... da religião, porque isso estava no sangue e também era da formação, e claro a política, e o desporto, eu gostava imenso de desporto, e depois lia aqueles caderninhos de Economia por causa da minha carreira nos seguros... Também não dispensava a rádio... Nunca dispensei a rádio, não só no passado, mas também no presente... Gosto muito da TSF... Mas na altura era mais a Renascença e mais a RDP... e lia tudo quanto pudesse apanhar de revistas e jornais... Há uma diferença muito grande entre antes e depois do 25 de Abril... Antes

<sup>22</sup> Há várias versões sobre o que se passou no diário *República*. Pode, no entanto, dizer-se que conflitos entre jornalistas e outros trabalhadores radicalizados e outros moderados, alinhados com o Partido Socialista e os setores democráticos da sociedade portuguesa, levaram, no Verão Quente de 1975, a um conflito que provocou o fim do jornal. A situação foi aproveitada pelo Partido Socialista, acompanhado pelas forças democráticas, para acusar os comunistas de um projeto de tomada poder e de controlo da imprensa (fontes posteriores duvidam que tenha sido o PCP a provocar a situação). O PS organizou várias manifestações de protesto e o caso ecoou na imprensa internacional. O *República* acabou por ser extinto.

<sup>23</sup> O entrevistado foi sacerdote católico, mas já não exercia o sacerdócio em 1975.

era tudo censurado, nem podíamos estar em grupo nem nada... Mas a seguir ao 25 de Abril também houve coisas más, como o caso do jornal *República*... Uma notícia que me marcou muito depois do 25 de Abril foi a morte do Sá Carneiro... e outra foi o [António] Champalimaud ir à televisão dizer que iam investir 120 e tal milhões de contos na altura e haver uma contestação enorme porque ele era rico e então em vez de apoiar o homem diziam que queriam acabar com os ricos... Também me chocou muito a notícia da morte do [papa] Paulo VI e do [papa] João Paulo I... Acompanhei as notícias dos retornados, até porque tinha estado em Moçambique... [Entrevistado, 86 anos]

O mais novo – e politizado – dos entrevistados também diz que rapidamente deu conta da aparição do que denomina “jornalismo de façção” após o 25 de Abril, que, interpretando as suas palavras, conduziu a diferentes enquadramentos político-partidários para os mesmos acontecimentos, consoante o meio jornalístico, no contexto do “muito complicado” Processo Revolucionário em Curso (PREC), durante o qual, conforme recorda, ocorreram os casos *República* e, nas suas palavras, “da ocupação da Renascença”, “que foi uma coisa muito complicada”, até esta rádio voltar “a ter a sua força plena”.

Depois do 25 de Abril eu já estava na faculdade, em Lisboa... Acho que sim... Já tinha mais consciência das coisas... Naqueles dias... Não nos primeiros dias, mas depois começou a ver-se o jornalismo de façção... Não foi logo a seguir, foi passado pouco tempo... Por exemplo, apareceu a Vera Lagoa com *O Diabo* [1976]... Mas depois apareciam uns jornais que esclareciam mais umas coisas e outros esclareciam outras... Começava a haver algumas contradições de natureza político-partidária... Mas naquele período foi muito complicado, o Período Revolucionário em Curso, como é que chama, PREC, não é? PREC, isso... Aí começaram a ver a consciencialização do ponto de vista político, porque quando foi o 25 de Abril foi um dique... quando rebenta o dique, água por todo lado, e favorece muitos campos e estraga outros, não é? Lembro-me do *República* e da ocupação da Renascença e tal, que foi uma coisa muito complicada, mas depois voltou portanto a ter a sua força plena... Isso para as partes mais radicais da Revolução... porque, sabe... eu não sei se devo falar nisto, mas posso falar, porque eu já não tenho nada a ver com as minhas ideias antes do 25 de Abril... Estão muito mais reformuladas... Os anos também passam e sou mais moderado... Aliás, quando somos mais jovens, por um lado ou por outro somos mais revolucionários... Depois ficamos mais moderados, mais conscientes das coisas... Repare, um partido que está 50 anos na clandestinidade, que tem militantes mortos, que não sei quê, outros que fogem [das prisões do regime], que tem famílias separadas... Quando isto aconteceu, de certa forma, mesmo sendo uma minoria, acabaram por tomar conta de tudo nos primeiros tempos... Mas depois as coisas vão e o tempo vai corrigindo os exageros naturalmente, não é?... E acreditava nas notícias, pelo menos não me recordo assim de pensar que é mentira, mas

mais tarde as coisas começaram, enfim, a ser diferentes, não havia uma comissão de censura, mas havia talvez, possivelmente, nos próprios jornais, uma conformidade com aqueles que os possuíam, que comandavam... Havia possivelmente algumas influências no sentido de isto não sai, isto sai... E quando saía do banco, ia direto para o teatro, para os ensaios... e comíamos qualquer coisa entre as 7 e as 8:30 e era nessa altura que comentávamos mais as notícias. Ainda por cima esse grupo de teatro de Campolide era dirigido por um homem que tinha sido chefe de redação de *O Século*, um homem muito culto e mais jovem que eu uns dez anos, por aí, que era o Joaquim Benite<sup>24</sup>, que foi um homem fantástico no teatro, mas que era um homem do Partido Comunista... E nós passávamos a vida a falar sobre o que se passava e as notícias porque a maior parte daqueles meus companheiros eram todos do Partido Comunista e eu nessa altura ainda estava no PCP... [Entrevistado, 84 anos]

O fenómeno dos “retornados” e as notícias a que deu origem tiveram impacto em vários entrevistados, sendo um acontecimento que está nas suas memórias. Uma das entrevistadas vivenciou, de perto, o drama de familiares que se encontraram nessa situação. Talvez por isto, relembra que “tinha ideia” de “ver” notícias sobre o tema. Justifica a eleição do assunto como notícia por muitas pessoas se encontrarem nessa situação, o que revela, aliás, consciência de que o tópico adquiriu relevância noticiosa, devido ao número de pessoas afetadas, que é um dos fatores que dá valor noticioso a um facto social.

Quando vieram todos para cá, os retornados – era este o termo que me faltava, os retornados – veio o meu irmão que já estava lá há uns anos largos e a minha cunhada que até era professora primária e eles vieram recambiados para fugir... e trouxeram só a roupinha... Despacharam umas malas, mas as malas nunca apareceram... E eles vieram só com a roupinha que tinham no corpo. Eu até dei [roupa] à minha cunhada para ela vestir porque ela só trazia o que trazia no corpo... Ah, e com dois miúdos... Foram viver para uma casa de uma tia minha que estava desabitada... E tenho ideia de ver nas notícias, de isso ser falado, porque eram muitos nessa situação... [Entrevistada, 87 anos]

Também o entrevistado mais novo guarda memória de receber notícias sobre os retornados, nomeadamente sobre o que perderam e onde se alojavam, mas considera que algumas notícias talvez tenham sido enviesadas devido àquilo que designa por “não serem puras” e que, possivelmente, se pode interpretar como a consciência, por parte do entrevistado, de que os jornalistas coevos tiveram pudor de relatar a crise humanitária dos retornados com crueza.

---

<sup>24</sup> O jornalista Joaquim Benite nasceu em 1943, portanto é mais novo do que o entrevistado somente dois anos.

Entre os acontecimentos cujas notícias recorda encontra-se o 11 de Março [1975], a intenção golpista fracassada dos setores militares spinolistas que acabou por conduzir à radicalização da Revolução. As memórias das notícias na RTP, que cobriu os acontecimentos, e na imprensa, no dia seguinte, cruzam-se, no caso, com a sua experiência pessoal do que se passou. Consciente da polarização ideológica, que conduziu a uma polarização dos meios jornalísticos, relembra que, no dia seguinte, os jornais fizeram enquadramentos diferentes do que ocorrera.

Quando vieram para cá os retornados, havia notícias, ficaram sem isto, sem aquilo, e agora eram alojados em determinados sítios... e as câmaras municipais faziam casas de madeira para os receber... Muitas delas porque tinham perdido tudo e tiveram que fugir... Portanto as notícias procuravam retratar isso, mas aí já havia a tal... não digo censura, mas a tal, o tal cuidado de alguns jornais ou de algumas fontes de informação não serem tão puras... Depois houve outros acontecimentos... Acompanhei bem o 11 de Março [1975]... Acompanhei como se fosse um movimento contrarrevolucionário... uma facção do Exército que queria liquidar a Revolução... Na altura eu estava completamente pela Revolução e recordo-me disso... Eu saí de casa... A minha mulher não me queria deixar sair, mas eu escapei, disse, eu sou do Povo, tenho que participar, tenho que ir, e se morrer, morri! E recordo-me de ter ido para perto de Monsanto... Deixei o carro e andei naqueles montes, a rastejar e ouvir os tiros por um lado e por outro... Chegar a casa todo sujo e não sei quê... E recordo-me disso e de ouvir pela rádio... Mas depois no dia seguinte uns jornais inundavam isto... uns com umas tintas mais carregadas que outros... Claro, havia umas tintas mais carregadas a vermelho, outras não... A televisão estava em cima do acontecimento, em Lisboa... [Entrevistado, 84 anos]

Refletindo sobre a receção de notícias e uso dos meios jornalísticos desde o 25 de Abril ao tempo presente, um entrevistado, o mais novo, revela que foi sempre acompanhando o quotidiano. Lembra-se, por exemplo, do processo de adesão de Portugal às Comunidades Europeias. Acompanhou as notícias sobre o assunto pela rádio, escutada, principalmente no automóvel, e, sobretudo, pela televisão, vista, à noite, em casa e, eventualmente, noutros lugares, como restaurantes. Elege como protagonista Mário Soares, político que para ele era uma referência e que o levava a consumir notícias. Evoca, ainda, a propósito de acontecimentos que lhe despertam memórias, a queda do muro de Berlim, em 1989. Tão entusiasmado ficou com aquilo que viu na televisão que viajou para a Alemanha para vivenciar *in loco* o que estava a acontecer (as mensagens mediáticas têm efeitos comportamentais e não somente efeitos cognitivos e afetivos, conforme propuseram Ball-Rokeach e DeFleur, 1976). O 11 de Setembro e a Guerra do Golfo<sup>25</sup> são outros acontecimentos que

---

<sup>25</sup> Presume-se que a de 1990-1991.

tem na memória e que acompanhou pela televisão, que “tinha as imagens”. A imprensa foi perdendo relevância ao longo dos anos para o entrevistado, apesar deste confessar que “passava os olhos” pelos jornais, que tinha à disposição no banco onde trabalhava, e destaca como diário favorito o *Diário de Lisboa*, que classifica, enfaticamente, como “um jornal magnífico, um jornal magnífico”.

Fui acompanhando sempre o que se passava... Lembro-me da adesão de Portugal à Comunidade Europeia... Acompanhei, fundamentalmente, pela intervenção do Mário Soares, que era uma referência para mim, e pela televisão e pela rádio... Lembro-me da queda do muro de Berlim, que também acompanhei pela televisão e fiquei tão entusiasmado que acabei por lá ir ver *in loco*... A televisão despertou-me muita curiosidade... Andava muito de automóvel e ouvia a rádio... Mas era a televisão, em casa, à noite, ou, se estivesse a jantar em qualquer lado e tivesse uma televisão, eu via... Através de jornais e revistas não acompanhava tanto... Mas lia os jornais porque quando chegava ao banco eu tinha lá, no meu local de trabalho, um jornal ou outro e passava-lhe os olhos, não é? Gostava de alguns artigos de opinião do *Diário de Lisboa*... O *Diário de Lisboa* era o meu jornal favorito, era um jornal magnífico, um jornal magnífico... Lembro-me também do 11 de Setembro e da Guerra do Golfo... Acompanhei tudo isso sobretudo pela televisão... Portanto, televisão e depois rádio, mas só para as notícias no percurso do automóvel... A televisão tinha as imagens... [Entrevistado, 84 anos]

Uma das entrevistadas evoca um uso diferenciado da imprensa, que envolve o recorte e arquivamento de notícias. Os jornais noticiavam a atuação de um coro em que participava e ela recortava as notícias sobre o tema e arquivava-as, conservando-as até hoje. Outra notícia que conserva diz respeito a uma construção na areia feita por uma das suas filhas. Certamente conservou essas notícias para eternizarem memórias pessoais que a valorizam enquanto atora social, seja no papel social de atuante num coro de trabalhadores, seja no papel social de mãe.

Quando trabalhei na APDL, em Leixões, fiz parte de um coro treze anos... Íamos a vários lugares cantar... E isso era anunciado... Ainda lá tenho um álbum com os recortes das nossas atuações... Ah, e quando as minhas filhas [eram crianças], tinha de as inscrever para fazer construções na areia, em Leça... quando a areia estava húmida, para poder ser trabalhada... e a Dora uma vez fez um Topo Gigio e veio no jornal... Isso também foi recortado e guardado... Ainda tenho lá em casa... [Entrevistada, 87 anos]

O 25 de Abril trouxe a Portugal um Estado de Direito Democrático. A liberdade de expressão contagiou os meios jornalísticos. Mas, nos tempos tensos pós-revolucionários, o jornalismo converteu-se em ator político (Figueira, 2007).

Entrevistados e entrevistadas, segundo dizem, eram conscientes da extensão da luta ideológica pós-revolucionária ao palco mediático, escolhendo usar os meios preferidos neste quadro de pluralidade ideológica. Uma das entrevistadas realça que havia “excessos” na atuação dos meios jornalísticos. No mesmo enquadramento, o entrevistado mais idoso reconhece ter tido consciência da luta ideológica travada entre meios jornalísticos. Outro salienta, também com consciência do caso, que as lutas políticas que se travaram no palco mediático após o 25 de Abril por vezes trouxeram “coisas más”. Inclusivamente, aponta o caso do *República*, que lhe ficou na memória, como um destes exemplos negativos. Outro ainda aponta as “contradições” entre as interpretações dos meios jornalísticos para a mesma realidade, apelidando o jornalismo que experienciou nos anos seguintes ao 25 de Abril como um “jornalismo de fação”.

Outro aspeto relevante dos dados que se podem recolher nas entrevistas consiste no reconhecimento geral e consciente de que a liberdade mudou o jornalismo português, embora uma das entrevistadas refira que, na sua opinião, “o 25 de Abril não mudou muito isso das notícias”, apesar de reconhecer que “havia mais liberdade”.

Pode também dizer-se, a partir dos dados providenciados pelas entrevistas, que, de uma maneira geral, os hábitos de seleção e usos dos meios jornalísticos e receção noticiosa que vinham do passado mantiveram-se após o 25 de Abril.

### *Adultos seniores: o momento presente*

Que balanço fazem os jovens dos anos Quarenta e Cinquenta do século XX de tantas décadas de convívio com as notícias e os meios jornalísticos? Os seus hábitos de uso dos meios jornalísticos mantiveram-se? Como experienciaram a transição para o digital, que enfrentaram já numa fase avançada da vida – alguns na condição de aposentados?

O entrevistado mais idoso confessa acompanhar as notícias quotidianamente pela imprensa em papel, salientando o papel da fotografia; pela rádio – confessando a sua predileção pela Rádio Renascença, que o acompanha desde novo; e pela televisão, cuja especificidade, para ele, é “ver a imagem do que está a acontecer”. A escuta da rádio, no entanto, não tem uma finalidade exclusiva ou mesmo predominantemente informativa – as notícias, conforme sugere, são ouvidas no meio de conteúdos de entretenimento, nomeadamente de música, que conota com “alegria”. Portanto, recorre a uma diversidade de meios para obter informação noticiosa, conforme se intui, porque cada um o gratifica de maneiras diferentes, numa lógica de complementaridade. Compara, finalmente, fazendo a ponte com os seus tempos de criança e jovem, a instantaneidade da informação que tem ao seu alcance na atualidade aos tempos do “placar” que os jornais disponibilizavam nos seus edifícios-sede.

Sempre acompanhei as notícias porque fazem parte integrante da nossa vivência... para termos conhecimento de como vai o mundo... E é graças ao jornalismo e a toda a gente ligada aos diversos ramos do jornalismo... quer seja a parte da imprensa, a parte da rádio, a parte da televisão, essas coisas... E hoje em dia temos uma informação instantânea ... Mas tudo começou pelo noticiário e a notícia importante do dia era publicada cá em baixo, no portão dos jornais diários, o chamado placar, que era escrito à mão... Gosto de ler o jornal, escutar rádio para ouvir notícias... Eu gosto muito de ouvir a rádio, logo pela manhã, enquanto me estou a arranjar, a Rádio Renascença, e são informações diferentes, e a rádio transmite música... Alegria... um outro acompanhamento e dá a notícia... A televisão dá a notícia, a mesma coisa, mas estamos a ver a imagem do que está acontecer... A imprensa traz a fotografia e pronto... o jornalista faz o relato... já são três maneiras de ver diferentes... [Entrevistado, 89 anos]

Esse entrevistado realça, ainda, que, para ele, as notícias “são importantes”, por ser “importante acompanhar o que se passa pelos meios de comunicação”. Não houve aqui um esclarecimento das razões dessa importância, mas pode intuir-se que, desde a perspectiva do entrevistado, acompanhar a atualidade pelos meios jornalísticos e estar bem informado é uma espécie de obrigação social. Considera, também, que a interpretação das notícias é pessoal.

O entrevistado mais idoso não faz referência à utilização da Internet para consumir notícias, embora se possa presumir que o faça, considerando as suas declarações. É de destacar, a propósito, que esse entrevistado está consciente do potencial desinformativo das mensagens que recebe na Internet, agravado pelas possibilidades abertas pela Inteligência Artificial neste domínio. Alerta, inclusivamente, para as possibilidades de alteração de imagens pela Inteligência Artificial, das quais está consciente e que o levam a ser “atento”.

As notícias são importantes... e principalmente é importante acompanhar o que se passa pelos meios de comunicação... Umas [notícias] são verdadeiras, outras falsas, depois há a Inteligência Artificial... Já é tanta talhada que é preciso estar atento às coisas... Mas as pessoas com as notícias ficam com um conhecimento... e a parte da imagem influencia porque estamos a ver o visual... Podemos acreditar ou não acreditar se a imagem é alterada se não é, pronto, mas isso no mundo atual por causa da Inteligência Artificial que agora está-se a desenvolver, segundo o que dizem os entendidos, e a influência que cada notícia tem na pessoa depende da maneira como cada um interpreta o acontecimento ou notícia... [Entrevistado, 89 anos]

Uma das entrevistadas confessa que não usa a Internet. Para se informar, hoje como no passado, escolhe a Rádio Renascença e os jornais televisivos da RTP ao almoço e ao jan-

tar, pelo que se pressupõe que almoça e janta tendo a televisão como companhia, numa rotina que, eventualmente, não se terá alterado nas últimas décadas. Porém, a viuvez levou-a a deixar de ler jornais, possivelmente porque seria o marido a comprá-los e levá-los para casa.

Desde que o meu marido faleceu que deixei de ler jornais... Vou acompanhando o que se passa... as notícias... pela Rádio Renascença e pela televisão... Vejo sempre ao almoço e ao jantar... a RTP... Não uso a Internet. [Entrevistada, 87 anos]

A outra entrevistada também manteve o hábito de escutar a Rádio Renascença, depreende-se que para um uso informativo mas, também, provavelmente, de entretenimento, graças à capacidade que a rádio tem de providenciar um ambiente sonoro cativante ao ouvinte. No entanto, diz que usa pouco a rádio. Manteve, porém, o uso informativo da televisão, o meio de comunicação que mais a “marcou” na vida, pois com as imagens “fica mais ciente do que se passa”. Usa, em especial, a televisão quando precisa de “saber alguma coisa” (ou seja, o consumo noticioso da televisão, por parte desta entrevistada, é premeditado e consciente). Podendo escolher os meios preferidos na paisagem mediática, salienta a sua fidelidade à RTP, que a acompanha, como a outros portugueses de idade similar, desde que entrou na idade adulta, mas refere-se, igualmente, à SIC Notícias, canal especializado em jornalismo, o primeiro a ser criado em Portugal, de 2002. No entanto, confessa o seu desconforto com as imagens “dramáticas” de algumas notícias difundidas na televisão. Efetivamente, se as mensagens mediaticamente difundidas têm efeitos cognitivos, também os têm comportamentais e afetivos (Ball-Rokeach, DeFleur, 1976), sendo estes últimos os que são equacionados pela entrevistada. Essas notícias, confessa, vê-as por sentir que tem “obrigação de saber o que se passa”. Portanto, acompanhar determinadas notícias que pela sua dramaticidade a incomodam será algo que a entrevistada, conscientemente, faz por uma espécie de compleição social ou sociocultural.

Inversamente ao entrevistado mais idoso e à outra entrevistada, da mesma idade, a entrevistada assume que usa premeditadamente a Internet para aceder a notícia. Inclusivamente, para se adaptar à transição para o digital, foi forçada a encontrar quem a ajudasse. Diz que já seguiu notícias – presumivelmente nas redes sociais – que lhe eram enviadas por uma colega dos tempos da infância, justificando que o fazia porque se a colega lhe “encaminhou” uma notícia “é porque é interessante”. Aqui emerge a relação de confiança, cimentada pelo tempo de amizade, como justificação para ler notícias partilhadas por outrem. No entanto, como a amiga deixou de partilhar notícias com ela, perdeu esse hábito. Aliás, assevera estar consciente de que nas redes sociais abundam conteúdos desinformativos.

Se preciso de saber alguma coisa, ligo a televisão, a RTP, a SIC Notícias... Dá notícias o dia todo, mas eu vejo, principalmente, à noite, durante o dia ando ocupada com outras coisas... e à noite para me vir o sono sento-me encostada muito con-

fortável e ligo a televisão e vejo muitas vezes [a SIC Notícias]... e também [ouço] a Renascença... E vou à Internet... Tenho um amigo que me dá explicações... Vou ao computador e ponho o Google... e depois procuro a culinária ou qualquer coisa ou notícias... Portanto, continua a ser a televisão, já quase não ligo a rádio, mas ligo muitas vezes o computador, às vezes o tablet, para ver notícias, para ver receitas... Antes lia muitas notícias enviadas por uma colega minha que eu tenho desde a Instrução Primária, mas ela deixou de mandar e eu também perdi esse hábito que tínhamos, mas tinha alguma curiosidade em ler, porque se me encaminhou é porque é interessante... [Mas] há notícias que não interessam... e isso tem um nome, é fake news, são falsas, pronto, são fabricadas... e as redes sociais têm muita responsabilidade... Mas o meio de comunicação que mais me marcou foi a televisão... porque muitas vezes a gente vê imagens e fica mais ciente do que se está a passar, muito embora as imagens nem sempre sejam as melhores porque ferem muito, são muito dramáticas... Alguns [acontecimentos] são muito dolorosos... E nós, às vezes, parece que não nos sentimos muito bem... E olhamos para o que se passou com tristeza... Mas também temos obrigação de saber o que se passa... [Entrevistada, 87 anos]

Outro entrevistado, que foi sacerdote católico, confessa-se, igualmente, fã da televisão, sendo eclético nas suas escolhas. Aprecia os debates televisivos, mas manifesta a sua desilusão com a propagação de “falsidades”, com o excesso de comentário, com a repetição de notícias à exaustão e, tal como a entrevistada anterior, critica o destaque dado a “acidentes e violência” em detrimento dos “casos bons de amor, de desculpa, de tolerância”.

Acompanho sempre a TVI, a SIC, a CNN, não faço distinção... Procuro sempre acompanhar debates e vou mais pelos temas do que propriamente pelas pessoas... Eu sou muito apologista... sou... sou mesmo apaixonado pela comunicação social e devoro, até posso dizer que no fundo esqueci um pouco a leitura... Sou muito apaixonado pela televisão e portanto passo o meu tempo e deito-me às vezes muito tarde porque quero ver os debates e ver o que é que eles dizem e as contradições em que entram etc. e depois faço o meu raciocínio... Porque os debates muitas vezes são manipulados porque muitos dos comentadores procuram sempre defender a sua dama, defender a sua causa, defender a sua ideia... Ora o que falta é que haja diálogo, que haja a junção, que se aproveite o que de bom há em vez de falsidades, em vez de estarem a dizer mentiras que são claras, que só quem não lê, não ouve, não sente, não raciocina, é que não sabe que são falsas... Outra coisa, temos que respeitar os valores os princípios... As análises que outros fazem podem ser diferentes... Eu gosto muito de ouvir os debates, de senti-los, de ver as contradições... Gosto de ver análise de livros, às vezes na RTP... Então a televisão é o meio que mais me marcou porque me deu conhecimentos, é o meio que mais me domina, certo, mas sempre com um espírito crítico... Mas às vezes repetem tudo, repetem

a mesma notícia de manhã, ao meio-dia, à tarde e à noite, e os comentários e comentadores, e algumas televisões passam o dia a falar de acidentes e violência... e não apontam os casos bons de amor, de desculpa, de tolerância... [Entrevistado, 86 anos]

Como é que a transição para o digital afetou a maneira como os entrevistados usam os meios jornalísticos e acedem a informação noticiosa? O mais idoso do grupo de cinco entrevistados e entrevistadas responde salientando que não usa muito a Internet, mas reconhece que com ela começou “a ver outras notícias”. Está consciente que “é preciso estar atento” para não ser desinformado na Web. No entanto, mantém, grosso modo, os hábitos de acesso à informação que foi adquirindo ao longo da vida – jornais em papel, nomeadamente o *Jornal de Notícias*, do qual gosta de guardar as edições especiais; e jornais televisivos, sobretudo os da RTP e da SIC. Os canais especializados em jornalismo não lhe merecem grande atenção. Tem saudades do tempo em que ir ao café ler o jornal era um ato de sociabilidade que lhe permitia munir-se de informações para conversar com amigos e conhecidos.

Eu não sou muito afeiçoado à Internet... Quando eu comecei a aprender a mexer com isso, assim umas coisitas rudimentares, comecei a ver outras notícias... Por vezes podem ser falsas ou verdadeiras... É preciso estar atento... E tudo muda com o tempo... A evolução dos tempos a gente aceita, pronto... É tudo muito diferente do meu tempo... Eu reparo... nos transportes públicos vai tudo agarrado aos telemóveis... No meu tempo ia-se no transporte público... lia-se o jornal, ou falava-se com o vizinho de lado, ou com a rapaziada, ou com as raparigas... havia diálogo... Eu fui sempre habituado à conversa... A gente ia para o café, conversava, convivia, falava do que se passava, lia o jornal e comentava com os amigos... O café não é o tomar o café... é um centro de convívio... Ainda gosto de ler jornais no café e de estar à conversa com os amigos... Gosto de ler e comprar jornais em papel, agora o *Jornal de Notícias*, e quando há edições especiais gosto de as guardar... Gosto realmente de ler, desde pequenino... Quando vou à Internet é mais para ver coisas que não são notícias, como filmes antigos do meu tempo... E vejo os telejornais... na RTP ou na SIC, mas não sou muito de ir aos canais de notícias, gosto dos genéricos [canais generalistas]... Mas não ligo nada nem à novela nem nada, eu só quero ver as notícias e às vezes uma palestra ou outra sobre um determinado tema que me desperta a curiosidade... Gosto de palestras históricas... como as da Raquel Varela... [Entrevistado, 89 anos]

Outro entrevistado confessa que apesar de ter acesso à Internet em “todo o lado”, o que, segundo ele, mudou o mundo, continua a comprar dois jornais em papel, apesar de já não assinar nenhum dos que assinava: um diário, o *Jornal de Notícias*, do Porto; e um semanário, o *Expresso*, cuja edição em papel tem um código que dá acesso aos conteúdos

disponibilizados no website do jornal. É, ademais, um indivíduo pró-ativo na discussão das notícias: pertence a vários grupos de discussão nas redes sociais. Sintonizado com o seu tempo, revela-se, também, um fã de *podcasts*. Mas tem consciência de que a Internet é um palco fértil para a disseminação de falsidades, fenómeno potenciado pela Inteligência Artificial.

O que veio mudar ainda mais este mundo foi a Internet... Hoje temos a Internet, as redes sociais, portanto o que nós temos hoje antigamente não tínhamos... Temos os computadores, temos os telemóveis... Os telemóveis estão cada vez mais atuais... Hoje todos os meios estão à nossa disposição em todo o lado... Agora não assino jornais... Já assinei, mas agora não assino... Assinava o *Jornal de Notícias*, a *Visão*, o *Expresso*, a *Sábado* e também *O Primeiro de Janeiro*... Mas ainda compro o *Jornal de Notícias* todos os dias e todas as semanas compro o *Expresso*, que tem um código na revista e eu ponho e depois vejo as notícias todos os dias... Mas também através do Google, WhatsApp, Facebook, etc. Nós temos grupos em que vamos dialogando e eu entro em contacto, e respondo, e mando mensagens etc. Costumo ouvir *podcasts*... Mas algumas notícias sei que são falsas, manipuladas, forjadas, mas hoje a Inteligência Artificial é realmente um meio extraordinário para o desenvolvimento e temos que o aproveitar, mas não pode substituir o humano, nem manipular... [Entrevistado, 86 anos]

Outro entrevistado, com 84 anos no momento da entrevista, conta que acompanhou, ainda que com esforço pessoal, a transição digital e hoje usa proativamente a Web para aceder a notícias de Portugal e do estrangeiro e escuta *podcasts*. Subscrive, também, as *newsletters* diárias de vários meios jornalísticos. No entanto, mantém o hábito de aceder a notícias na televisão, sobretudo à noite, gostando, em especial, de acompanhar a política, pois foi autarca (a experiência fora dos *media* contribui, por vezes, para o interesse pelos *media*). Confessa, no entanto, que reduziu o consumo de notícias na rádio aos momentos passados no automóvel. A Antena 1 é, no caso, a estação da sua preferência.

Para mim, a Internet era uma matéria tão árida que eu, por exemplo, para poder mexer até com os e-mails e essas coisas e começar a fazer isso vi-me aflito... E procurei quem me ensinasse a fazer essas coisas todas e foi uma pessoa que estava comigo no teatro que me ensinou... Hoje em dia isto está completamente transformado, não é? Mas desde logo o maior veículo continua a ser a televisão... à noite... Perco várias horas, 3, 4 horas, à noite, a ver televisão... depois é os noticiários, um *zapping* também para ver quem é que me agrada mais, quem está a conversar, qual é o tema, etc. etc., por causa da política, porque eu também fiz política, mas a um nível local... E depois também, obviamente, o telemóvel... Este desenvolvimento todo cibernético que nos dá acesso a tudo em todo o mundo num instante... e depois interesse-me não só pelas coisas que se passam neste país mas também

pelo que vai por esse mundo fora... Estamos aliás agora num período bastante complicado que não sabemos o que é que vai dar... Portanto, acompanho isso... A quantidade de informação que recebemos através da Internet é de tal ordem que quase é impossível [acompanhar]... Vou aos *sites* dos jornais, não só de Portugal, mas também do Brasil, por exemplo, e isso... Também recebo as *newsletters* dos jornais no e-mail... Por vezes também vejo notícias que chegam pelas redes sociais, mas sempre com cuidado, por causa das *fake news*... Eu gosto do papel, de sentir o papel, os livros, principalmente, mais até do que os jornais, mas o acesso instantâneo que temos... Se tivermos Internet estamos sempre em contacto com tudo aquilo que se passa e em todo o mundo... Claro que isso tem vantagens e algumas desvantagens... A rádio quase que já não ouço... Só ouço notícias na rádio quando estou no carro... mais a Antena 1... ah, e *podcasts*... volta e meia recorro aos *podcasts*... [Entrevistado, 84 anos]

O mesmo entrevistado realça, noutro momento da entrevista, o papel das redes sociais na “democratização (...) do conhecimento” e no apelo à participação cívica no debate público, ainda que este, por vezes, ultrapasse limites de urbanidade de uma maneira que “não lembra ao diabo”. No entanto, revela-se bem ciente de que essas redes são um palco onde se dissemina desinformação e falsidade, pelo que adquiriu o hábito salutar de confirmar algumas notícias. Comparando os seus hábitos de uso dos meios jornalísticos com o dos netos realça que estes “seguem mais os influenciadores digitais do que os meios jornalísticos”, atitude que classifica como perigosa.

Nós agora temos muito mais acesso às notícias porque a evolução foi de tal ordem por causa da Internet, fundamentalmente da Internet, que veio abrir a possibilidade de todos nós recorrermos àquilo que quisermos... As redes sociais, com todos os defeitos que que lhe possam apontar, foram importantíssimas para a democratização do... enfim... do conhecimento das pessoas... e para ganharem força e coragem de serem capazes de dizer até, enfim, coisas que muitas vezes não lembra ao diabo... Isso é fundamental... Mas atravessamos um período onde a desconfiança tem que ser permanente devido a essas *fake news* e não sei agora o que é que vai acontecer com a Inteligência Artificial... Agora quase que pego no meu telemóvel, vejo uma coisa qualquer, e tenho que confirmar, porque não sei se realmente a fonte é aquela ou se aquilo é uma notícia falsa... Nas redes sociais há muita falsidade e fico triste por isso... Tenho cuidado de verificar as fontes e tenho preocupação com isso... Tenho agora muitíssimo mais cuidado que tinha há mais anos nas redes sociais... Mas é tudo muito perigoso... Os meus netos seguem mais os influenciadores digitais do que meios jornalísticos... É perigoso... Nós vemos agora o que acontece por exemplo com o Twitter e o que acontece com o próprio Facebook em que podem publicar e acham que isso que é que está certo, cada um pode dizer o que quiser, pode insultar, pode vilipendiar, pode fazer o que quiser... [Entrevistado, 84 anos]

Na fase final das entrevistas, entrevistados e entrevistadas foram convidados a refletir sobre a importância do jornalismo e a confiabilidade nos jornalistas e nos meios jornalísticos portugueses. Neste ponto, há quase unanimidade de entrevistados e entrevistadas na expressão de confiança aos jornalistas e aos meios jornalísticos portugueses. Aliás, há também uma espécie de partilha entre os ideais profissionais do jornalismo e a perspetiva que os entrevistados e entrevistadas têm da atividade jornalística de produção e mediação informativa no espaço social. É uma partilha de pontos de vista sobre o ideário e imaginário do jornalismo que demonstra, em acréscimo, a aceitação e legitimação do papel social dos jornalistas e do jornalismo enquanto instituição social por parte dos entrevistados e entrevistadas. O entrevistado mais idoso, por exemplo, salienta o papel de desvelamento do que é obscuro que têm os jornalistas e os meios jornalísticos.

Confio nos jornalistas que certamente fazem o seu trabalho o melhor que podem e o jornalista traz por vezes à baila coisas que estão esquecidas ou no segredo dos deuses e é aí que eu considero importante o trabalho jornalístico... seja na imprensa, seja na rádio, seja na televisão... Faz parte de uma nação ter jornalismo que traga chama ao povo... para estarem atualizados nas notícias... e pronto... é importantíssimo o jornalismo para o mundo... e nós sabemos que há um forte impacto do jornalismo nas suas diversas formas em todo o mundo... e o que eu digo aos jornalistas é o seguinte: continuem a fazer o trabalho... Merecem todos os jornalistas o meu aplauso porque de facto são divulgadores do mundo atual em que vivemos, com as suas coisas obscuras, que eles [jornalistas] põem cá fora... [Entrevistado, 89 anos]

No mesmo sentido, um entrevistado, com 86 anos, realça não apenas que confia nos jornalistas, “pessoas que não têm medo de dizer a verdade” e “ajudam a transformar o mundo”, mas também que o jornalismo – e em particular o jornalismo investigativo – é fundamental para apurar esta “verdade”. O imaginário e os ideais do jornalismo são, portanto, partilhados também por este entrevistado, que neles encontra o sedimento legitimador da ação jornalística.

Confio nos jornalistas... A comunicação social tem um papel central no campo da investigação daquilo que se passa, não é substituir o poder judicial, mas é dar notícias para que os organismos que têm essa responsabilidade possam caminhar e encontrar a verdade... O jornalismo de certa forma também tem um papel importante para ajudar a construir uma sociedade mais justa, mais igualitária... Os jornalistas são pessoas que não tem medo de dizer a verdade muitas vezes contra o poder instituído e contra interesses de a, b, c ou d, porque sentem que efetivamente a ação do jornalista é denunciar... São profissionais que realmente ajudam a transformar o mundo... O jornalismo em Portugal é diverso e na sua diversidade e é muito rico... [Entrevistado, 86 anos]

Uma das entrevistadas diz apenas, sem elaborar a resposta, que “confio nos jornalistas, por que é que não havia de confiar?” [Entrevistada, 87 anos], e a outra entrevistada acrescenta: “Temos bons profissionais [no jornalismo]. Eu acho que as notícias são mais sérias hoje, se calhar mais verdadeiras, calculo...” [Entrevistada, 87 anos].

O entrevistado mais novo dos cinco realça a relação entre jornalismo e conhecimento do mundo. Assim, aponta, também, para essa espécie de obrigação social de estar informado como um dos justificantes para a existência e legitimação do jornalismo. Realça, também, que a opinião sobre o que se passa, construída a partir dos enunciados jornalísticos, é pessoal.

O jornalismo é fundamental para o conhecimento e quando lemos os jornais, ouvimos na rádio os comentadores e os noticiários e depois na televisão, toda esta panóplia de dados, e se nós não tivermos isto, pensamos só pela nossa cabeça? Por isso as notícias são muito importantes e quem não acompanhar as notícias, ah não quero ler isso, não quero ver aquilo, ah não sei quê, não tem acesso ao conhecimento... Portanto, é fundamental acompanhar o que passa pelos meios de comunicação e depois nós próprios fazemos a nossa ideia e confrontamos as situações e os jornais... É preciso acompanhar o jornalismo e beber no jornalismo, beber das fontes corretas aquilo que se passa no mundo, mesmo no pequeno mundo, para isso temos o jornalismo de proximidade, que é importantíssimo... O jornalismo é fundamental, é um benefício para as pessoas e para a sociedade... [Entrevistado, 84 anos]

A nota dissonante entre os entrevistados e entrevistadas é, porém, emitida pelo mesmo entrevistado. Apesar de dizer que acredita no jornalismo português, queixa-se da falta de credibilidade que campeia, apontando a responsabilidade à existência de “pessoas (...) que não merecem nenhuma credibilidade”, sobretudo na televisão, o meio que mais usa para consumir notícias. Para ele, os interesses “exógenos e endógenos” das empresas jornalísticas levam o jornalismo a enveredar pela especulação e pela “mistificação”, apesar da diversidade de meios que o público tem ao seu dispor para escolher. Realce, finalmente, para uma das formas como se relaciona com o jornalismo, reconhecendo-lhe utilidade legitimadora: recebe, por vezes, informação jornalística pelos amigos, pelas redes sociais, e imprime-a, para poder lê-la em papel.

Eu acredito no jornalismo português... não na sua generalidade, porque vejo em alguns jornais e fundamentalmente na televisão pessoas que estão a comunicar que, francamente, não merecem nenhuma credibilidade... por isso... nos últimos tempos posso dizer que creio menos no jornalismo... não na generalidade, atenção, ainda há bons jornalistas e quando abrem a boca não é para mentir nem para mistificar... Mas nos últimos anos há uma evolução que me parece mais especulativa, que não

me parece autêntica, que me parece mais comercial, que me parece mais ligada a grupos económicos que dominam e colocam os seus órgãos de comunicação social, qualquer que ele seja, num determinado rumo, para defender, para alcançar os seus interesses... Ora, eu penso que exatamente por esse clima de fação e de interesses exógenos e endógenos das empresas que dominam o jornalismo acho que [o jornalismo] não cumpre tanto seu papel porque há uma mistificação e há, de certa forma, uma deriva, não digo total... Mesmo comparando com o jornalismo que se fazia no Estado Novo, que era aquilo e aquilo mesmo e tínhamos que comer aquela sopa todos os dias... agora as sopas têm várias nuances e pode haver uns aperitivos à volta, mas [o jornalismo português] está em deterioração... Mas continuo a consumir, principalmente televisão... Mas tenho até uma coisa engraçada... Muitas vezes recebo notícias e análises jornalísticas num *package* qualquer pelos amigos e pelas redes sociais e vou a uma gráfica, enfim, num desses *shoppings*, e pergunto quanto é que custam aquelas fotocópias de um lado e de outro e tal e depois já tenho algumas dessas notícias para depois ver com calma. [Entrevistado, 84 anos]

Pode dizer-se que, com maior ou menor esforço, entrevistados e entrevistadas adaptaram-se à transição digital, com a exceção de uma entrevistada. Usam, por isso, os meios jornalísticos e acedem a notícias na Web, nos computadores e, em alguns casos, em *tablets* e nos *smartphones*. Estão conscientes das mensagens desinformativas que circulam na Internet, em especial nas redes sociais, que alguns usam. Referem-se, na maioria dos casos, à possibilidade da Inteligência Artificial generativa ser usada para fins desinformativos e manipuladores. Ainda assim, alguns dos seus hábitos de uso dos meios jornalísticos e receção de informação mantiveram-se, embora alguns admitam recorrerem menos à rádio e à imprensa em papel do que no passado e uma entrevistada admita que deixou de ler jornais quando enviuvou (era o marido que os comprava). A televisão é, hoje em dia, o meio mais presente no quotidiano dos entrevistados e entrevistadas 84+ auscultados neste trabalho, para fins informativos.

Por outro lado, entrevistados e entrevistadas confiam no jornalismo e nos jornalistas em Portugal e reconhecem o seu papel social. Vários entrevistados, inclusivamente, interiorizaram de tal modo o imaginário e os ideais legitimadores do jornalismo que são verdadeiramente encomiásticos para com os meios jornalísticos e os jornalistas portugueses.

## Conclusões

O objetivo geral desta pesquisa limitou-se à construção de uma narrativa histórica, temporalmente ordenada, sobre formas de receção de notícias e usos dos meios jornalísticos na Área Metropolitana do Porto, Portugal, articulada em torno das memórias de cinco indivi-

duos seniores aqui residentes, com idades entre 84 e 89 anos, considerados como fontes orais capazes de fornecer informações testemunhais com valor histórico sobre factos do passado que para eles adquiriram significância (Carvalho, 2014b) no contexto das entrevistas. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa exploratória inspirada pela história oral que visa, dessa forma, contribuir para a construção de uma história do jornalismo em Portugal que considere a receção noticiosa e o recurso aos meios jornalísticos e não somente a esfera da produção e emissão jornalísticas.

Esta investigação trabalhou, em concreto, com as memórias – que podem ser falíveis e falsas (Radstone, 2008; Fiorelli, Mangini, 2024), são enviesadas pelo tempo (Carvalho, 2014b), pelas experiências vivenciadas que os indivíduos tiveram dos acontecimentos, pelo processamento cognitivo de novas informações e pela própria mediatização de acontecimentos (Couldry, Hepp, 2018) – que cinco portugueses entre 84 e 89 anos guardam do uso e receção de notícias e dos meios jornalísticos. Sendo um estudo inspirado pela história oral, valoriza as memórias individuais – que valem por si mesmas – acerca da relação desses indivíduos com os meios jornalísticos e as notícias, tendo por pano de fundo as suas histórias de vida e as mundivivências que foram edificando em correlação com as suas mundivivências, mas considerando, conforme adverte Carvalho (2014b), que os testemunhos orais registados no presente sobre práticas de receção noticiosa e uso dos meios jornalísticos no passado podem não refletir os modos como então se encaravam estes mesmos meios e as notícias.

Deve enfatizar-se que a história oral trabalha com o que poderíamos designar por *vidas significativas* e não com *amostras estatisticamente representativas*. A amostra de entrevistados e entrevistadas, constituída por indivíduos masculinos e femininos que se voluntariaram para participar na pesquisa, teve, portanto, preocupações de diversidade, ou da diversidade possível, mas não de representatividade da população portuguesa – nem portuguesa – da mesma faixa etária. Aliás, entrevistados e entrevistadas para esta pesquisa viveram em meios urbanos e atingiram níveis de escolaridade superiores ao que é comum entre os indivíduos da sua geração. Portanto, não pode haver generalização de resultados, ainda que, possivelmente, as experiências que os entrevistados e entrevistadas nesta pesquisa tiveram com as notícias e os meios jornalísticos sejam semelhantes às de outras pessoas da mesma faixa etária e da mesma área geográfica, com as mesmas habilitações e histórias de vida similares.

A primeira conclusão a tirar é que a presente pesquisa, confrontada com outras fontes da historiografia do jornalismo em Portugal (cf. Sousa, 2021, 2022), tal como sugere Carvalho (2014b), confirma, desde a esfera da receção noticiosa e do recurso aos meios jornalísticos para obtenção de informação, vários dados históricos, designadamente, e considerando que a receção é caracterizada pelas práticas e contextos de cada momento (Carvalho, 2014b):

- a) A preferência dos e das portugueses pelos diários do Porto, de algum modo transmitida, como *hábito cultivado*, de geração em geração, sobretudo pelas figuras paternas, o que contribuiu para que a cidade mantivesse três diários ativos até ao dealbar do século XXI, mas que se tratou de um hábito que não se expandiu para a imprensa semanal nacional, para a rádio e para a televisão;
- b) A importância dos cafés e coletividades locais para a leitura de jornais e para o acesso inicial à televisão, num tempo em que comprar o televisor era uma decisão que tinha de ser ponderada e não estava ao alcance de todas as bolsas;
- c) A integração dos sucessivos novos meios jornalísticos nas práticas quotidianas de receção de notícias. Os entrevistados e entrevistadas experienciaram um tempo, na sua infância e juventude, em que a imprensa era o principal meio noticioso, complementado pela rádio, pelos cinejornais e mesmo por dispositivos hoje relativamente esquecidos, como os placares noticiosos nos edifícios-sede dos jornais. Usaram a rádio para fins informativos no contexto domiciliário, um hábito que alguns mantiveram até hoje, mas a audição de rádio informativa foi-se, tendencialmente, reduzindo à esfera do automóvel, sobretudo nas deslocações pendulares casa-emprego. A televisão tornou-se, para essa geração, o principal provedor de notícias, tendo aderido aos canais por cabo especializados em notícias, embora alguns entrevistados e entrevistadas conservem hábitos do passado, como assistir ao Telejornal (RTP1), o programa noticioso mais antigo da televisão portuguesa. Com a digitalização, incorporaram, também, mas não unanimemente, novos hábitos de acesso a notícias pelo computador, *tablet* e *smartphone*, havendo casos em que deixaram de ler imprensa em papel;
- d) A identificação da propaganda e da censura na mediatização jornalística dos acontecimentos durante o regime autoritário do Estado Novo, período durante o qual o sistema jornalístico e mediático era verticalizado e se encontrava capturado pelo Estado (Carvalho, 2014b), que levou, inclusivamente, a práticas alternativas de acesso à rádio internacional – sendo referidas a BBC e a Rádio Moscovo;
- e) A interiorização de uma salutar desconfiança em relação às notícias recebidas pelas redes sociais e outras plataformas, face ao aumento da desinformação, em linha, aliás, com os estudos de opinião<sup>26</sup>;
- f) A confiança genérica, confirmada, aliás, pelos estudos de opinião<sup>27</sup>, que os entrevistados e entrevistadas têm do jornalismo e dos jornalistas em Portugal.

<sup>26</sup> Segundo o 3.º Relatório Global de Consumo 2024 da agência de comunicação Marco, realizado em parceria com a plataforma tecnológica Cint, 93% dos portugueses consideram o jornalismo fundamental para combater a desinformação, sendo de destacar que 83% dos inquiridos para este relatório declaram confiar mais em informações transmitidas por jornalistas do que em conteúdos partilhados por influenciadores digitais e outros agentes (<https://www.meiosepublicidade.pt/2025/01/30/93-dos-portugueses-valorizam-o-jornalismo-como-arma-contra-a-desinformacao>).

<sup>27</sup> De acordo com o *Digital News Report* de 2024 (<https://www.obercom.pt/digital-news-report-portugal-2025/>), apesar de a confiança nas notícias em Portugal ter atingido o seu valor mais baixo em 10 anos, 54% dos portugueses e portuguesas têm interesse por notícias e confiam nas notícias que recebem na maioria das vezes. A análise sociodemográfica dos resultados do inquérito que embasa o relatório demonstra que os mais velhos, como é o caso das pessoas entrevistadas para o presente estudo, as pes-

Uma segunda conclusão geral diz respeito à capacidade, denotada por entrevistados e entrevistadas, de recuperar e verbalizar, narrativa e conscientemente, memórias das experiências de recepção de notícias e usos dos meios jornalísticos, com vista a obterem gratificações imediatas (satisfação da saciedade informativa) ou retardadas (por exemplo, os meios jornalísticos serviram de intermediação para candidaturas a empregos e também serviram para fixar e valorizar memórias familiares e históricas, sobretudo por meio da conservação de jornais e revistas e de recortes de notícias).

Embora este não seja nem pretenda ser um estudo sobre literacia mediática, entrevistados e entrevistadas também dizem ter tido consciência dos usos propagandísticos dos meios jornalísticos – incluindo os cinejornais – no tempo do Estado Novo, da luta ideológica travada entre os meios jornalísticos durante o Processo Revolucionário em Curso, em linha com as tensões registadas na sociedade portuguesa, da desinformação que campeia no espaço digital, em especial nas redes sociais, e das potencialidades e perigos da Inteligência Artificial no domínio da comunicação digital. Embora as interpretações atuais de entrevistados e entrevistadas sobre as suas memórias do que se passou ou dos seus juízos sobre a atualidade sejam moldadas pelas informações sucessivamente recebidas e pelos conhecimentos construídos ao longo do tempo, entre outros fatores, como a própria ação de entrevistador e entrevistadoras durante as entrevistas, resultou notória a tentativa de formulação, por parte de entrevistados e entrevistadas, de um discurso coerente e consciente das opções feitas e dos juízos que fizeram e fazem sobre a recepção de notícias e usos dos meios jornalísticos ao longo da vida. Esta é uma terceira conclusão que pode ser extraída dos dados coletados nas entrevistas.

Uma quarta conclusão prende-se com os usos dos meios jornalísticos e o acesso aos mesmos. O cultivo da imprensa ocorreu, em todos os casos, desde a infância, normalmente por influência do progenitor, que decidia os jornais e revistas que eram comprados e lidos no contexto familiar, embora os homens lessem outros títulos nos cafés, coletividades e noutros espaços de sociabilidade com jornais disponíveis, enquanto uma entrevistada ia à Biblioteca Municipal ou mesmo à sede de um dos diários do Porto para ler, instrumentalmente, outros jornais, ainda que com o propósito consumatório de responder a anúncios de emprego. O hábito de ser o homem a escolher os jornais diários lidos em casa manteve-se, a ponto de uma das entrevistadas ter deixado de os ler depois da morte do marido.

---

soas com rendimentos e escolaridade mais elevados e as que se situam politicamente à esquerda e ao centro são as que mais confiam em notícias. São também os indivíduos mais velhos, como os entrevistados nesta investigação, os indivíduos com maior escolaridade, rendimentos mais elevados e aqueles que têm orientação política declarada os que manifestam um maior interesse por notícias. No segmento com mais de 65 anos o interesse por notícias chega a 62%. Destaque para que 38% dos portugueses e portuguesas recorre, sobretudo, a meios jornalísticos da sua confiança para se informar, num *ranking* liderado pela RTP, com 75% dos portugueses a afirmarem confiar na sua informação, seguida pelo *Jornal de Notícias* (74%), *Expresso* (73%), SIC (73%), Rádio Comercial (72%), *Público* (71%), Rádio Renascença (70%), TSF (69%) – a mesma percentagem obtida pela Agência Lusa, Antena 1 (68%), TVI (66%), *Observador* (65%), *Correio da Manhã* (52%). 63% dos inquiridos declararam confiar também em meios jornalísticos locais e regionais.

Um dos entrevistados conta que era ele que escolhia e comprava as revistas femininas que a falecida mulher lia. Ou seja, embora este estudo não seja nem pretenda ser um estudo de gênero, notam-se diferenças no uso dos meios jornalísticos por parte de homens e mulheres e reflexos de uma estrutura patriarcal da sociedade na recepção noticiosa e recurso aos meios jornalísticos ao longo do tempo, embora mais no passado do que na atualidade.

Como quinta conclusão, há, conforme se ressaltou, uma preferência consciente entre entrevistados e entrevistadas pela imprensa diária do Porto, devido à informação local que proporciona, o que já não sucede com revistas e semanários “nacionais”, como o *Expresso*, revistas como *O Século Ilustrado*, editada em Lisboa, e com a imprensa desportiva. Também se pode associar a aquisição de hábitos de leitura ao uso regular dos meios jornalísticos e vice-versa.

Igualmente se pode afirmar, como sexta conclusão, que os hábitos de seleção e usos dos meios jornalísticos e recepção noticiosa que vêm do passado influenciam, em certos casos, as escolhas no presente, apesar do aumento da diversidade da oferta jornalística. A preferência pela imprensa diária do Porto, mesmo no presente, resultará, em parte, do cultivo desse hábito, mesmo que outros fatores – como a disponibilização de informação local – sejam relevantes.

O recuo do uso da rádio para obtenção de informação, que também já se apontou, é uma sétima conclusão a extrair. A rádio era valorizada no contexto familiar e individual como dispositivo de entretenimento e informação, mas, com o tempo, foi sendo substituída pela televisão, que se tornou onnipresente na vida de entrevistados e entrevistadas, sendo de relevar o êxito que junto deles e delas tiveram os canais especializados em notícias, relativamente recentes no contexto das suas vidas. A rádio, se bem que ainda presente no quotidiano, é usada parcamente, sobretudo no carro, meio de transporte onde alguns entrevistados sintonizam, por defeito, a TSF, especializada em informação.

A oitava conclusão geral remete para a adaptação ao digital que, com maior ou menor esforço, os entrevistados e uma das entrevistadas desenvolveram. Com exceção de uma entrevistada, todos os/as restantes acedem a notícias na Web pelos computadores, *tablets* e *smartphones*.

Finalmente, como nona conclusão, entrevistados e entrevistadas confiam, genericamente, no jornalismo e nos jornalistas em Portugal e reconhecem e valorizam o seu papel social em democracia, conforme também já se assinalou.

Investigações posteriores poderão ir além da presente pesquisa exploratória, a qual, enfatize-se, teve justificativa, objetivo e âmbito definidos. Assim, embora a história oral não

vise representatividade estatística, aumentar a diversidade da amostra será benéfico para explorar variações nas experiências. Incluir participantes de diferentes regiões de Portugal (não apenas a Área Metropolitana do Porto), de diferentes classes socioeconômicas, com mais variedade etária e com diferentes níveis de escolaridade no estudo permitirá identificar como estes fatores moldaram a recepção de notícias e recurso aos meios jornalísticos ao longo do tempo em todo o país e por indivíduos de diferentes faixas etárias. Em acréscimo, a presente pesquisa poderá fornecer pistas para o desenvolvimento de estudos históricos e histórico-sociológicos e histórico-antropológicos com ênfase em questões de gênero ou de literacia mediática, âmbitos alheios, sublinhe-se, ao objeto e objetivos desta investigação. Adicionalmente, sendo objetivos de uma pesquisa exploratória apontar caminhos a seguir, considera-se que entrevistas futuras podem explorar mais profundamente questões como: a forma como os comentários às notícias na família e entre amigos e conhecidos influenciaram a interpretação/descodificação dos enunciados noticiosos por parte de entrevistados e entrevistadas; as formas usadas no passado e no presente para entrevistados e entrevistadas lidarem com a desconfiança para com as notícias e as maneiras de confirmarem a informação; e a maneira como as notícias verbais e verbais-visuais moldaram, comparativamente, a compreensão e memória dos acontecimentos.

Outras possibilidades para pesquisas futuras podem assentar no desenvolvimento de formas complementares de coleta de dados que permitam, por exemplo, a triangulação das memórias verbalizadas pelos participantes na pesquisa com o discurso noticioso e com dados sobre circulação de jornais, programação de rádio e televisão e atuação da censura, entre outros. Também pode ser equacionada uma análise temática sistemática por categorias para identificar com mais detalhe padrões recorrentes e temas emergentes nas entrevistas.

## Referências bibliográficas

- Abib, T. A., Ventura, M. S. (2019). Narrativa jornalística e história oral: diálogos possíveis na prática noticiosa de Eliane Brum, *Líbero*, 44, 137-148. <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/1028/1040>
- Abreu, A. A. (1998). Jornalistas: de românticos a profissionais. *Antropolítica*, 5, 7-19.
- Abreu, A. A. (2012). Um novo olhar sobre os jornalistas: os depoimentos orais. *Sur Le Journalisme, About Journalism, Sobre Jornalismo*, 1(1). <https://revue.surlejournalisme.com/slj/article/view/19>
- Abreu, A. A., (2003). Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática. In A. A. Abreu, F. Latmann-Weltman, F., M. Kornis (orgs.). *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*. Editora FGV.
- Abernathy, P. M. (2018). *The expanding news dessert*. Center for Innovation and Sustainability in Local Media/University of North Carolina.

- Anderson, F. (2017). Australians news photographers, safety, and trauma. In U. Carlsson, R. Pöyhtäri (eds.), *The assault on journalism. Building knowledge to protect freedom of expression* (pp. 231-234). NORDICOM.
- Ball-Rokeach, S. J.; DeFleur, M. L. (1976). A dependency model of mass media effects. *Communication Research*, 3(1), 3-21.
- Baptista, C., Camponez, C. (org.). (2022). *Contributos para uma história dos jornalistas*. Livros ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova. <https://coleccionova.fcsh.unl.pt/index.php/icnova/issue/view/15>
- Barbosa, M. (2016). Meios de comunicação: lugar de memória ou na história? *Contracampo*, 35(1), 7-26. <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17558>
- Barbosa, M. (2019). Comunicação, história e memória. *MATRIZES* 13( 1), 13-25. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v13i1p13-25>
- Barbosa, M. (2020). Gripe espanhola: fluxos encadeados de memória e lapidação das lembranças. *Reciis – Revista eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, 14(4), 821-830. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/45035>
- Bardan, A. (2017). Remembering socialist entertainment: Romanian television, gestures and intimacy. *European Journal of Cultural Studies*, 20(3), 341-358. <https://doi.org/10.1177%2F1367549416682246>
- Biltereyst, D., Lotze, K., Meers, P. (2012). Triangulation in historical audience research: experiences from a multi-methodological research project on cinema audiences in Flanders. *Participations: Journal of Audience and Reception Studies*, 9(2), 690–715. [https://www.participations.org/Volume%209/Issue%202/37%20Biltereyst\\_Lotze\\_Meers.pdf](https://www.participations.org/Volume%209/Issue%202/37%20Biltereyst_Lotze_Meers.pdf)
- Bourdon, J. (2003). Some sense of time: Remembering television. *History and Memory*, 15(2), 5-35. <https://doi.org/10.1353/ham.2003.0008>
- Bourdon, J. (2011). Media remembering: the contributions of life-story methodology to memory/media research”. In M. Neiger, O. Meyers, E. Zandberg (Eds.), *Media memory: collective memory in a new media age* (pp. 62-73). Palgrave Macmillan.
- Brennen, B. (1996). Toward a history of labor and news work: the use of oral sources in journalism history. *The Journal of American History*, 83(2), 571-579. <https://doi.org/10.2307/2944949>
- Butsch, R. (2000). *The making of American audiences: from stage to television, 1750–1990*. Cambridge University Press.
- Butsch, R., Livingstone, S. (eds.). (2013). *Meanings of audiences: comparative discourses*, Routledge.
- Cabrera, A., Lima, H. (eds.) (2022). *Imprensa em Portugal: uma história*. Livros ICNOVA. <https://doi.org/10.34619/gi8d-c84k>
- Caldas, A. L. (1999). *Oralidade, texto e história – Para ler história oral*. Loyola.
- Candau, J. (1998). *Memoire et identité*. Presses Universitaires de France.
- Cardoso, C. R., Azevedo, C., Sousa, J. P. (Eds.). (2022). *Para uma história das revistas de informação geral em Portugal*. Livros ICNOVA. <https://doi.org/10.34619/7wgf-1qry>
- Cardoso, F. L. (2022). *A fotografia documental na imprensa portuguesa – o real e o verosímil*. Instituto Politécnico de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.21/15108>
- Carvalho, J. R. (2014a). Introdução. In J. R. Carvalho (Org.), *As caixas mudaram o mundo? Usos femininos dos media no Estado Novo* (pp. 9-15). MinervaCoimbra.

Carvalho, J. R. (2014b). Sobre recepção e história dos media. In J. R. Carvalho (Org.), *As caixas mudaram o mundo? Usos femininos dos media no Estado Novo* (pp. 19-43). MinervaCoimbra.

Carvalho, J. R. (2014c). História oral, memória e recepção mediática. In J. R. Carvalho (Org.), *As caixas mudaram o mundo? Usos femininos dos media no Estado Novo* (pp. 45-65). MinervaCoimbra.

Carvalho, J. R. (2014d). Radio, reception and memory: Portuguese female audiences and housewife politics from the 1930's to the 1950's. *Rádio Leituras*, V(1), 141-163. <https://radioleituras.files.wordpress.com/2014/07/artigo7.pdf>

Carvalho, J. R. (org.). (2013). *Media, gender, and the past*, Livros LabCom. <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/livro/106>

Carvalho, J. R., Silveirinha, M. J. (2018). "Género e receção mediática no Estado Novo. *Mediapolis*, 7, 199-213. [https://doi.org/10.14195/2183-6019\\_7\\_13](https://doi.org/10.14195/2183-6019_7_13)

Carvalho, J. R., Tomás, D. G. (2014). "Receção mediática e história oral. Operárias da Covilhã no Estado Novo. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 2(1), 123-143. <https://doi.org/10.21814/rlec.59>

Carvalho, J. R., Tomás, R. G., Portovedo, S. F. F. (2014). "Ritual television. Religious beginnings for a female audience. *Media History*, 21(2), 150-161. <https://doi.org/10.1080/13688804.2014.977239>

Correia, C. H. P. (1978). *História oral: teoria e técnica*. Universidade Federal de Santa Catarina.

Correia, F., Baptista, C. (2007). *Jornalistas: do ofício à profissão. Mudanças no jornalismo português (1956-1968)*. Caminho.

Correia, F., Baptista, C. (2010). *Memórias vivas do jornalismo*. Caminho.

Couldry, N., Hepp, A. (2018). The continuing lure of the mediated centre in times of deep mediatization: Media events and its enduring legacy. *Media, Culture & Society*, 40(1), 114-117.

Dunaway, D. K., Baum, W. K. (orgs.). (1984). *Oral history: an interdisciplinary anthology*. American Association for State and Local History & Oral History Association.

Faulkenbury, E. (2020). Journalism, COVID-19, and the opportunity of oral history. *The Oral History Review*, 47(2), 253-259. <https://doi.org/10.1080/00940798.2020.1791723>

Feldstein, M. (2004). Kissing cousins: journalism and oral history. *The Oral History Review*, 31(1), 1-22. <https://doi.org/10.1525/ohr.2004.31.1>

Figueira, J. (2007). *Os jornais como atores políticos*. MinervaCoimbra.

Figueira, J., Gomes, P. M. (2021). O jornalista na Revolução de Abril: um profissional novo em construção. *Mediapolis – Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, 13, 91-107. [https://doi.org/10.14195/2183-6019\\_13\\_5](https://doi.org/10.14195/2183-6019_13_5)

Florelli, J. O., Mangini, R. C. R. (2024). *Psicologia Jurídica*. Atlas.

Frazão, S. M. (2016). Considerações sobre a entrevista em história oral e no jornalismo em abordagens a imigrantes e refugiados. *Vozes & Diálogo*, 15(1), 88-100. <https://doi.org/10.14210/vd.v15n01.p%25p>

Frisch, M. (1990). *A shared authority. Essays on the craft and meaning of oral and public history*, State University of New York Press.

Giacopuzzi, M. J. (2007). *The Los Angeles news photographer: an oral history of Boris Yaro*. State University. <https://scholarworks.csun.edu/handle/10211.3/157657>

Henige, D. (1982). *Oral historiography*. Longman.

- Hoyt, M., Palattella, J. (ed.). (2007). *Reporting Iraq: an oral history of the war by the journalists who covered it*. Melville House Publishing.
- José, C. L. (2003, setembro 2-6). *História oral e documentário radiofônico: distinções e convergências* [comunicação]. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte, Brasil. [http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003\\_NP06\\_jose.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP06_jose.pdf)
- Joutard, P. (1983). *Ces voix qui nous viennent du passé*. Hachette.
- Joutard, P. (2015). *Histoire et mémoires: conflits et alliance*. Éditions la Découverte.
- Kaluža, J., Prodnik, J. A. (2022). Remembering media and journalism in Socialist Yugoslavia. Oral History interviews with audiences. *Prispevki za Novejšo Zgodovino / Contributions to Contemporary History*, (62)1. <https://doi.org/10.51663/pnz.62.1.6>
- Katz, E.; Blumler, J. G., GUREVITCH, M. (1985). Usos y gratificaciones de la comunicación de masas. In M. de Moragas (Ed.), *Sociología de la comunicación de masas II: estructura, funciones y efectos* (pp. 127-171). Gustavo Gili.
- Kneip, V. (2021). *Voz e vez da redação: memórias da trajetória de formação do telejornalista brasileiro*. Ria Editorial. <https://www.riaeditorial.com/livro/voz-e-vez-da-redacao>
- Lopes, A. S., Cardoso, F. L., Mata, M. J., Duarte, A., Coutinho, M., Godinho, J. (org.). (2022). *O jornalismo visual em Portugal - Contributos para uma história*, Instituto Politécnico de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.21/15069>
- MacKinnon, S. R., Friesen, O. (1987). *China reporting: an oral history of American journalism in the 1930's and 1940's*. The University of California Press.
- Maia, M. R. (2006). A história oral como recurso metodológico. *Contracampo*, 15, 137-150. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v0i15.550>
- Mancera, M. P. S. (2019). El estudio de la historia del periodismo a través de la memoria oral de periodistas veteranos en los documentales biográficos e históricos. In C. Toural-Bran, Á. Vizoso, M. Rodríguez-Castro (Eds.), *La revolución tecnológica de la comunicación en perspectiva: historia de los nuevos medios digitales, los nuevos medios en la historia* (pp. 570-579). Universidad de Santiago de Compostela & AsHisCom – Asociación de Historiadores de la Comunicación. <https://zenodo.org/record/3784439#.Y5M3RH3P1aR>
- Martinez, M. (2016). Reflexões sobre jornalismo e história oral: um campo com mais convergências do que dissonâncias. *Revista Observatório*, 2(1), 76-91. <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/1869>
- Meihy, J. C. S. B. (1996). *Manual de história oral*. Loyola.
- Meihy, J. C. S. B., Holanda, F. (2015). *História oral: como fazer, como pensar*. Contexto.
- Meijer, I. C. (2019). Journalism, audiences, and news experience. In K. Wahl-Jorgensen, T. Hanitzsch (Eds.), *The Handbook of Journalism Studies* (2nd ed, pp. 389-405). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315167497-25>
- Mihelj, S., Bourdon, J. (2015). Doing audience history: questions, sources, methods. *European Journal of Communication*, 30(1), 3-6. <https://doi.org/10.1177/0267323114565743>
- Moreira, R. H. S. (2010, Maio 13-15). *Indiciarismo e história oral: ferramentas metodológicas interdisciplinares entre a história e o jornalismo* [comunicação]. XV

Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, Vitória, Brasil. <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2010/resumos/R19-0764-1.pdf>

Picone, I. (2017). Conceptualizing media users across media: The case for “media user/use” as analytical concepts. *Convergence*, 23(4), 378–390. <https://doi.org/10.1177/13548565177003>

Radstone, S. (2008). Memory studies: For and against. *Memory Studies*, 1(1), 31-39. <https://doi.org/10.1177/1750698007083886>

Ramírez, W. J. C. (2020). La historia oral como método y metodología para el estudio del periodismo radiofónico y la libertad de expresión en la región histórica de Managua 1936-1979. *Raíces: Revista Nicaraguense de Antropología*, 4(7), 110–122. <https://doi.org/10.5377/raices.v3i7.9701>

Ramos, R. (Coord.), Sousa, B. V., & Monteiro, N. G. (2009). *História de Portugal*. A Esfera dos Livros.

Reifová, I. (2009). Rerunning and ‘rewatching’ socialist TV drama serials: Post-socialist Czech television audiences between commodification and reclaiming the past. *Critical Studies in Television*, 4(2), 53–71.

Reifová, I. (2015). A study in the history of meaning-making: Watching socialist television serials in the former Czechoslovakia. *European Journal of Communication*, 30(1), 79-94. <https://doi.org/10.1177/0267323114565744>

Ribeiro, A. P. G. (2015). A história oral nos estudos de jornalismo: algumas considerações teórico-metodológicas. *Contracampo*, 32(2), p. 73-90. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v0i32.668>

Ribeiro, N., Reis, A. I. (eds.). (2022). *História do jornalismo radiofónico em Portugal: dos primeiros noticiários aos anos 90*, Livros ICNOVA. <https://doi.org/10.34619/vfxc-dqut>

Rice, G. (2000). War, journalism, and oral history. *The journal of American history*, (87)2, 610-613.

Ricoeur, P. (2000). *La mémoire, l’histoire, l’oubli*. Seuil.

Ritchie, D. (1995). *Doing oral history. Practical advice and reasonable explanations for anyone*. Twayne Publishers.

Rouchou, J. (2003, Setembro 2-6). Ouvir o outro: entrevista na história oral e no jornalismo [comunicação]. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte, Brasil. [http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003\\_NP02\\_rouchou.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP02_rouchou.pdf)

Santos, M. (2009). Histórias de vida na grande reportagem: um encontro entre jornalismo e história oral. *Comunicação & Informação*, (12)2, 21-32. <https://doi.org/10.5216/c&i.v12i2.12266>

Sousa, J. P. (2020). *Para uma história do jornalismo iconográfico em Portugal. Das Origens a 1926*. Livros ICNOVA. <https://www.icnova.fcsh.unl.pt/para-uma-historia-do-jornalismo-iconografico-em-portugal-das-origens-a-1926/>

Sousa, J. P. (2021). *Portugal. Pequena história de um grande jornalismo I. Da manufatura à indústria*. Livros ICNOVA. <https://doi.org/10.34619/hyc1-qblv>

Sousa, J. P. (2022). *Portugal. Pequena história de um grande jornalismo II*. Livros ICNOVA. <https://doi.org/10.34619/p27e-5jla>

Tejada, R. C. (2018). Comunicación social y historia oral: por un método integrador para la historia de la prensa. *Revista de historiografía*, 28, 301-322. <https://doi.org/10.20318/revhisto.2018.4218>

Thompson, P. (1978). *The voice of the past. Oral history*. Oxford University Press.

Thompson, P. (2008). The voice of the past: oral history. In R. Perks, A. Thomson (Eds.), *The oral history reader* (pp. 25-31). Routledge.

- Thomson, A. (2011). Memory and remembering in oral history. In D. A. Ritchie (ed.), *The Oxford handbook to Oral History* (pp. 75-95). Oxford University Press.
- Tokin, E. (1992). *Narrating our pasts. The social construction of oral history*. Cambridge University Press.
- Vansina, J. (1985). *Oral tradition as history*. The University of Wisconsin Press.
- Ventura, I. (2012). *As primeiras mulheres repórteres. Portugal nos anos 60 e 70*. Tinta-da-China.
- Zion, L., Dodd, A., Ricketson, M. (2020). Recording lives in journalism: Reflections on oral history and journalism methods in life histories. *Oral History Australia Journal*, 42, 56-80.

# “Está uma revolta instalada e não sei quê”: memória (s) da receção mediática do 25 de Abril

Pedro Marques Gomes

Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa

Laboratório de Investigação Aplicada em Comunicação e Média

[pgomes@escs.ipl.pt](mailto:pgomes@escs.ipl.pt)

**Resumo:** Inserido no projeto “MemNews – História oral e memória(s) das práticas e hábitos de consumo e receção noticiosa e da experiência das notícias em Portugal a partir dos testemunhos dos cidadãos – a parte que falta para uma história do jornalismo em Portugal”, a análise que aqui se apresenta tem como objetivo, através do estudo de 18 entrevistas de vida realizadas a cidadãos (o mais novo com 68 anos e o mais velho com 89), refletir sobre as suas memórias, no contexto da receção mediática do derrube da ditadura portuguesa, a 25 de Abril de 1974.

Como obtiveram a notícia do golpe militar? Como se informaram posteriormente? Que órgãos de informação consumiam? Como recordam tudo isso, passados 50 anos sobre os acontecimentos? Cruzando os estudos da comunicação, da história e da memória, estas são algumas das questões a que procuramos responder. A partir das memórias partilhadas por estas pessoas, destaca-se, desta análise, a relevância da oralidade na partilha de informação sobre o dia 25 de Abril; a rádio como meio central da experiência de receção em contraste com a imprensa e a televisão; o papel dos média na compreensão dos acontecimentos daquele dia, após os rumores sobre a revolução.

**Palavras-chave:** Memórias; 25 de Abril; receção mediática; Revolução.

## Introdução

Este estudo tem como ponto de partida a questão “que práticas e experiências de consumo os portugueses tiveram de notícias?”, aplicando-a a um acontecimento específico: o derrube da ditadura portuguesa, a 25 de Abril de 1974. Analisam-se dezoito testemunhos, recolhidos com base nos pressupostos teórico-metodológicos da História Oral, no âmbito do projeto MemNews - História oral e memória(s) das práticas e hábitos de consumo e receção noticiosa e da experiência das notícias em Portugal a partir dos testemunhos dos cidadãos<sup>1</sup>.

As experiências de consumo mediático são aqui tratadas a partir de memórias recolhidas, pelos investigadores do projeto, entre 2025 e 2026, recortando, das diversas histórias de vida partilhadas, aquelas que dizem respeito ao 25 de Abril. Daí decorre a pergunta “o que ficou na(s) memória(s)?” ou, melhor dizendo, o que encontramos nestas memórias agora partilhadas acerca de acontecimentos e notícias de há mais de 50 anos e como podemos refletir sobre elas.

---

<sup>1</sup> Projeto com a referência 2023.15210.PEX, financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. DOI: <https://doi.org/10.54499/2023.15210.PEX>.

## A memória, a escuta e a relação

No livro-entrevista *A Crítica e a Convicção*, o filósofo Paul Ricoeur reflete sobre o desafio que constitui a realização de uma série de conversas para posterior publicação. “Quero arriscar-me, por uma vez na vida, a fazer aquilo que, precisamente, o diálogo permite, quer dizer, uma palavra menos controlada”, esclarece na abertura do livro. E logo acrescenta: “O nível a que vamos ater-nos ficará justamente a meio caminho entre a autocensura e a confiança; é uma maneira de deixar escapar aquilo que, sozinho comigo mesmo e com a folha em branco, talvez tivesse rasurado, mas sobretudo não teria escrito” (Ricoeur, 1995, p. 11).

Ricoeur, num breve exercício de auto reflexão sobre um projeto distinto das obras que habitualmente publicara, aponta para uma questão central relativamente à fonte oral: o facto de lidar com um conteúdo sujeito a um menor controlo e, portanto, mais espontâneo. Até à divulgação do texto, a escrita confronta-se (ou apresenta, pelo menos, essa faculdade) com a reflexão prolongada e ponderada, com a correção, com o acrescento, com a revisão; permite apagar, eliminar o que se deseja ocultar, reescrever, alterar perspetivas, tomar o controlo do que é divulgado.

O discurso oral, possibilitando também o ato de retificar, não apaga o que antes foi dito, nem a forma como foi dito. Essa marca simbólica não deixará de existir por mais que dela o orador se procure distanciar. Como observa Alessandro Portelli, a “oralidade não é simplesmente um veículo de informação mas uma componente do seu significado”. Tal introduz aspetos necessariamente ausentes do texto escrito:

A forma dialógica e narrativa que caracteriza as fontes orais culmina na densidade e complexidade da linguagem, que exprime a história e a identidade de quem fala logo nos tons e nas inflexões, e entrelaça e acumula significados bem além das intenções e da consciência dos falantes (Portelli, 2013, pp. 93-94).

Além disso, sublinha também Portelli, a “fonte oral depende em grande medida do modo como o investigador intervém: perguntas, estímulos, diálogo, relacionamento, atitudes” (Portelli, 2013, p. 34). Coloca, por isso, vários desafios ao investigador que trabalha com este tipo de fontes. Desde logo, quanto ao modo como decorre a interação entre quem pergunta e quem responde, determinante para o resultado final. Não se trata apenas de uma recolha de testemunho, mas de um ato de construção que ocorre durante a entrevista que é realizada, uma vez que, por exemplo, certas perguntas podem originar lembranças mais esquecidas ou clarificar aspetos da experiência do entrevistado que este não pensou partilhar.

Na medida em que a “memória está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas” (Nora, 1993, p. 9), é possível que um entrevistado diga hoje o que recusou ou não se lembrou de dizer no passado, mas também que o diga de modo diferente. A este propósito, Vitorino Magalhães Godinho lembrou que os indivíduos “reconstituem, deformando-o, claro, esse seu passado e o passado dos seus, vão-no reconstituindo de cada vez segundo esquemas que nem sempre coincidem; tanta vez, sem o saberem, inventam o seu passado para comporem uma personagem que não chegaram a ser” (Godinho, 1973, p. 11).

“Aprender a ouvir é uma habilidade humana fundamental”, sustenta Paul Thompson (2009, p. 28), dando conta do potencial da história oral para a compreensão dos tempos passado e presente, de um modo coletivo. Portelli acentua a base relacional implícita neste tipo de entrevista, juntando à arte da escuta, a necessidade de uma arte da relação:

a história oral é uma arte, além da de escutar, de relação: da relação entre a pessoa entrevistada e a pessoa que entrevista (diálogo); a relação entre o presente sobre o qual se fala e o passado do qual se fala (memória); a relação entre o público e o privado, a autobiografia e a história; a relação entre oralidade (da fonte) e escrita (do historiador) (Portelli, 2017, p. 184).

Constitui outro desafio a forma de lidar com o erro, isto é, o uso ou a interpretação a fazer do equívoco, da lacuna, quando presentes no discurso do entrevistado. Dado que “a diminuição da memória é ininterrupta” e que “tende a tornar-se lacunar, incorreta, enganadora”, (Morin, 1981, p. 115) a sua credibilidade (e, por isso, a credibilidade de estudos que a tenham como fonte) é, não raras vezes, colocada em causa. Daí que autores como Portelli se refiram a uma “credibilidade diferente”, no que respeita às fontes orais:

O interesse do testemunho não reside apenas na sua concordância com os factos mas também na sua divergência, porque é precisamente nesse desvio que se insinua o desejo, a imaginação, o simbólico. É por isso mesmo que não existem fontes orais «falsas». Até aquelas fontes que se mostram «erradas» colocam sérios problemas (e oferecem sérias oportunidades) de interpretação histórica. Os «erros» numa fonte oral podem ser psicologicamente «verdadeiros» e essa verdade pode ser mais reveladora do que o registo factual (Portelli, 2013, pp. 29-30).

Diríamos então que tal como um possível erro não pode significar forçosamente a exclusão ou desvalorização de uma fonte oral, também não deve pressupor uma leitura única - uma interpretação única - do seu significado. Num exercício de análise de fontes orais, os erros, os equívocos, as lacunas, as ambiguidades, encerram uma pluralidade de leituras possíveis. Provavelmente tantas quantas as perspectivas ou os objetos de estudo que possam existir a partir delas.

Edgar Morin coloca uma outra questão, também bem presente quando se trabalha com fontes orais. A memória “sofre profundamente o efeito das forças de recalçamento, que expulsam a recordação incômoda, e das forças de transfiguração e mitologização, que legendarizam a recordação” (Morin, 1981, p. 115). Ao investigador, pede-se que tenha isso em consideração, que olhe para uma possível valorização - consciente ou inconsciente - da memória do que é confortável, estável, agradável para quem a está a partilhar e para um fechamento ao que possa significar o oposto. De igual modo, exige-se uma atenção não apenas ao acontecimento marcante, recordado com mais detalhe e atenção, mas igualmente ao que é simplesmente aflorado de modo mais subtil e discreto.

A memória remete essencialmente para o domínio subjetivo. Quem o afirma é o historiador Enzo Traverso, que justifica:

[A memória] fica ancorada aos fatos a que assistimos, dos quais fomos testemunhas, ou mesmo atores, e às impressões que deixaram no nosso espírito. A memória é qualitativa, singular, pouco preocupada com comparações, com a contextualização, ou com generalizações. Quem a transporta não necessita de apresentar provas. O relato do passado prestado por uma testemunha - sempre que não seja um mentiroso consciente - será sempre a sua verdade, ou seja, a imagem do passado em si deposto. Pelo seu carácter subjetivo, a memória nunca é cristalizada; mais se parece com um estaleiro aberto, em contínua operação (Traverso, 2012, pp. 22-23).

A memória é sempre seletiva, diz-nos Paul Ricoeur, forjando-se numa relação intrínseca com o esquecimento. Segundo este autor, “as recordações são, por assim dizer, narrativas” e “as narrativas são necessariamente seletivas”, pelo que, “se somos incapazes de nos lembrar de tudo, somos ainda mais incapazes de tudo narrar; a ideia de narrativa exaustiva é uma perfeita insensatez” (Ricoeur, 2003, p. 7).

A memória é, assim, construída e reconstruída num permanente diálogo entre passado e presente: o passado de que se fala, o presente em que se fala e todo o período entre ambos, constituído por outros, contextos, novas experiências e reflexões que influenciam a interpretação do vivido.

## Olhar para o “recetor ativo”

Como se disse, a necessidade de estudar a receção mediática e noticiosa, a partir de memórias, está na base do projeto MemNews. A sua proposta direciona o objeto de estudo para a audiência e para o modo como esta, sendo naturalmente muito diversa, lidou, ao longo do tempo, com os média noticiosos. Tal implica um afastamento de uma conceção de comunicação unidirecional, absolutamente redutora e ultrapassada, ancorada na ideia

de transmissão de mensagens de um emissor, que tem uma intencionalidade, para um recetor, o elemento passivo do processo comunicacional, que se pretende que haja de acordo com a intenção inicial do emissor.

A abordagem aqui presente implica o entendimento de que o recetor “interpreta a mensagem em função dos seus conhecimentos, dos seus interesses, daquilo que lhe dizem as pessoas em quem confia” (Breton & Proulx, 2000, p. 268). Assim, “insiste-se fortemente no papel do recetor, percebido como um indivíduo ativo na construção social dos significados das mensagens e profundamente inserido no tecido social da vida quotidiana” (Rieffel, 2003, p. 185). Envolve, como lembra José Ricardo Carvalheiro, “a passagem para uma conceção de interpretação mais lata do que a de leitura de um texto mediático” (2013, p. 81):

A actividade interpretativa que as audiências desenvolvem a partir de um acto de recepção não se limita à descodificação das formas simbólicas presentes e liga-se frequentemente quer a outros textos, quer a experiências da vida pessoal, quer a situações de comunicação face-a-face, seguindo dinâmicas de intertextualidade e de reflexividade, cujo conjunto é o que, na verdade, indica a relevância da recepção mediática (Carvalheiro, 2013, p. 81).

No mesmo sentido, Robert A. White sustenta que a análise da interpretação da audiência compreende um domínio coletivo, no qual se estabelecem diferentes inter-relações a ter em consideração:

Os indivíduos percebem, usufruem e interpretam a mídia em relação direta com outros ou influenciados por comunidades interpretativas preexistentes, com padrões de interação e com uma cultura que fornece critérios compartilhados, regras e códigos de interpretação (White, 1998, pp. 43-44).

É a partir destes pressupostos que se procura compreender as memórias partilhadas por estas 18 pessoas, a mais nova com 68 anos e a mais velha com 89 (6 mulheres e 12 homens), de áreas geográficas distintas dentro de Portugal continental, com habilitações académicas e profissões variadas (tabela 1). As entrevistas semiestruturadas foram realizadas por diferentes investigadores que integram a equipa do MemNews, encontrando-se disponíveis, na íntegra, no website do projeto<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> As entrevistas encontram-se disponíveis em <https://memnews.fundacaofernandopessoa.pt/entrevistas>.

**Tabela 1.** Caracterização dos entrevistados

| Nome          | Idade | Profissão                                                    | Localidade        |
|---------------|-------|--------------------------------------------------------------|-------------------|
| José C.       | 77    | Médico                                                       | Porto             |
| Maria Alfreda | 69    | Professora aposentada                                        | Lisboa            |
| Isabel        | 70    | Professora aposentada                                        | Lisboa            |
| Justino       | 86    | Professor aposentado                                         | Porto             |
| António A.    | 76    | Professor aposentado                                         | Covilhã           |
| Maria Jacinta | 74    | Empregada de balcão aposentada                               | Barreiro          |
| Amândio       | 78    | Pintor                                                       | Lisboa            |
| João          | 84    | Bancário aposentado                                          | Matosinhos        |
| José S.       | 89    | Funcionário público aposentado                               | Porto             |
| Salvato       | 77    | Professor aposentado                                         | Ponte de Lima     |
| Manuel        | 76    | Técnico de Prevenção, Higiene e Saúde no Trabalho Aposentado | Lisboa            |
| Filomena      | 68    | Educadora infantil aposentada                                | Porto             |
| Carlos        | 68    | Contínuo                                                     | Porto             |
| Arlindo       | 76    | Professor aposentado                                         | Lisboa            |
| Nuno          | 69    | Biólogo                                                      | Vila Nova de Gaia |
| Maria Cândida | 74    | Professora aposentada                                        | Fundão            |
| Estrela       | 77    | Professora aposentada                                        | Fundão            |
| António V.    | 80    | Mecânico aposentado                                          | Lisboa            |

Tendo em conta a quantidade e a heterogeneidade dos testemunhos presentes neste arquivo digital, este estudo concentra-se nas memórias que incidem sobre o 25 de Abril de 1974, dia em que o Movimento das Forças Armadas levou a cabo a “Operação Fim-Regime» e, em menos de 24 horas, derrubou a longa ditadura portuguesa. Naquele dia, os portugueses saíram à rua para celebrar o fim do Estado Novo, ao lado dos militares, num acontecimento amplamente mediatizado através da rádio, da televisão e dos jornais, que publicaram várias edições ao longo do dia, procurando atualizar a informação sobre o que estava a acontecer no país.

Assim, a análise foca-se em três aspetos concretos:

- A relevância da oralidade na partilha de notícias sobre o dia 25 de Abril;
- As experiências de receção dos entrevistados (e as diferenças de consumo relativamente à rádio, à imprensa e à televisão);
- O papel dos média na compreensão dos acontecimentos daquele dia.

## As memórias partilhadas: os média, o 25 de Abril e as dúvidas sobre o seu significado

Uma sondagem realizada em Portugal em 2024, concluiu que 65% dos inquiridos consideraram que o 25 de Abril de 1974 é o facto mais importante da História de Portugal<sup>3</sup>. No ano em que se celebrou o cinquentenário do derrube da ditadura, o estudo dá conta da importância que os portugueses continuam a dar a este acontecimento, verificando-se, aliás, um crescimento dessa valorização, em relação a estudos similares realizados no passado (em 2004 eram 52% e em 2014 passaram a 59%). Estes dados não podem ser ignorados quando procuramos analisar as memórias partilhadas sobre a Revolução de Abril, tal como não deve ser ignorado o facto de essa partilha acontecer num contexto em que se encontram a decorrer as comemorações oficiais dos 50 anos do 25 de Abril, iniciadas em 2023 e que se prolongam até ao final de 2026. Isto é, num momento em que este acontecimento volta a ser amplamente mediatizado.

Tenhamos presente que “as narrativas mediáticas - escritas, radiofónicas e televisivas - reescrevem, em sucessivas efemérides, a memória dos acontecimentos políticos e históricos”, sustenta Mário Mesquita (2024, p. 337). Neste sentido, o autor refere-se a um “gesto comemorativo” que apela ao consenso, para o qual os média são determinantes:

O sentido do «gesto comemorativo» consiste em «realigar» o mosaico difuso das representações do passado em circulação na sociedade com vista a impor, para além das «memórias difusas» na opinião pública ou da restrita memória académica, uma memória mais ampla, nacional ou oficial, que precisará forçosamente do impulso dos *média* para se tornar dominante (Mesquita, 2024, p. 338).

No capítulo de sua autoria publicado neste livro, a investigadora Júlia Leitão de Barros reflete, não apenas sobre o contexto em que as entrevistas do projeto MemNews foram desenvolvidas, mas também acerca de um aspeto que surge frequentemente nas memórias partilhadas pelos entrevistados: uma sobreposição entre o conceito de notícia e o de acontecimento. Foi precisamente essa reflexão que motivou o olhar mais específico que lançamos, neste texto, sobre as memórias do dia 25 de Abril, tentando identificar e compreender a forma como os média surgem nessas memórias.

Todas as pessoas entrevistadas recordam o dia 25 de Abril e recordam-no de forma positiva, utilizando, alguns deles, o mesmo advérbio de modo “perfeitamente”. Maria Alfreda, 69 anos, responde de imediato à pergunta “lembra-se do 25 de Abril?": “Perfeitamente. Não fomos ao liceu, ficámos a ouvir a televisão. O meu pai a fazer telefonemas...” (49:13min). No

---

<sup>3</sup> Cf. <https://www.dn.pt/sociedade/65-elegem-o-25-de-abril-como-a-data-mais-importante-da-historia-de-portugal>

mesmo sentido, diz Isabel, 70 anos: “O dia 25 de Abril... lembro-me perfeitamente. Levantei-me, porque era a que me levantava mais cedo lá em casa...” (21:18min). Justino, 86 anos, afirma: “Lembro-me, lembro-me perfeitamente... No dia 25 de Abril eu estava em casa, dei um grito enorme e depois vim para a companhia de seguros...” (1:14:40min). À mesma pergunta, António A., 76 anos, responde: “Estava no Ultramar. Foi uma alegria, foi uma alegria. A gente festejou...” (48:38min). Filomena, 68 anos, conta: “O meu pai reuniu-nos todos. O meu pai e a minha mãe reuniram-nos todos na sala. «Olhem, aconteceu, deu-se um golpe de Estado, está a acontecer isto assim e assim em Lisboa, no Porto também já há alguns distúrbios...” (43:30). Estrela, 77 anos, relembra também: “Estava o reitor à porta lívido, lívido. E perguntou-me assim: «Já sabe alguma coisa?». Eu disse: «Mas sei alguma coisa de quê? Não sei de nada. O que é que foi?». «Há uma grande revolução em Lisboa” (24:00min).

Quando questionados acerca da forma como souberam do que se passava naquele dia, vários entrevistados remetem para o facto de terem recebido a notícia através de uma ou de várias pessoas. A oralidade do ato de “partilhar uma novidade” está bem presente em algumas das memórias daquele dia. É um familiar, um amigo, um colega, um vizinho... quem lhes “dá a notícia”. José C., 77 anos, refere: “Eu lembro-me da minha mãe no dia 25 de Abril de manhã vir-me chamar «Zé, há uma revolução» e eu vim ouvir as notícias” (41:30min). Maria Jacinta, 74 anos, recorda: “Estava em casa, lá na minha terra, em Cuba, e depois quando me levantei soube-se. Eu ia para o trabalho, para o emprego, e logo ali na altura soube-se... Não sei como. Era a outra colega que trabalhava comigo que me deu a notícia” (26:50min). Amândio, 78 anos, também lembra “depois começam a chegar pessoas, começam a dar informações” (53:44). Já João, 84 anos, afirma: “Eu soube por uma vizinha...” (56:32).

Se há traço comum a estes testemunhos é o facto de os entrevistados destacarem, além dos média a que recorreram, as dúvidas existentes sobre o significado do que estava a acontecer no país. Mencionam, desde logo, a rádio, que surge claramente destacada como o meio de comunicação de que se recordam de ter utilizado naquele dia, enquadrando esse uso, no seu quotidiano daquele tempo. Note-se que foi precisamente a rádio o primeiro meio a noticiar o golpe militar, dirigindo-se à população através da leitura de comunicados do MFA (o primeiro transmitido pelo Rádio Clube Português, às 4h20), que, partilhando algumas informações, também apelavam à calma da população. Poucos são os que referem nomes de estações emissoras. Vejamos alguns exemplos:

- José S., 89 anos: “Ora o 25 de Abril de 1974, claro, a comunicação foi instantânea, não é? Logo a rádio de manhã, pronto. Está uma revolta instalada e não sei quê...” (50:04min);
- Salvato, 77 anos: “Eu estava em Luanda, na altura, quando se começa a constar, através da Emissora Nacional, que tinha havido, em Portugal um golpe de Estado, como se dizia” (57:32min);

- Maria Jacinta, 74 anos: “Depois a partir daí começava-se a ouvir as notícias na rádio... como é que estava a acontecer aqui em Lisboa” (27:13min);
- Manuel, 76 anos: “Estava na Lisnave a trabalhar à noite. Soube porque... para já comecei a ver assim... Eu estava no navio e comecei a ver muito movimento no Terreiro do Paço. Cinco, cinco e tal da manhã comecei a ver muito movimento. Depois comecei a ouvir na rádio eles a dizerem para as pessoas não saírem de casa, para as pessoas ficarem em casa...” (47:16min);
- Filomena, 68 anos: “Ficámos em casa, muito a ouvir o rádio... Estávamos muito a seguir pelo rádio. E depois, na televisão, entretanto começaram a aparecer imagens” (43:56min);
- Maria Cândida, 74 anos: “Decidimos ir para Lisboa. Então se houve uma revolução, vamos embora. Não sabemos o que é, mas vamos subindo. E fomos subindo pela Costa Alentejana e a primeira notícia que ouvi foi numa rádio espanhola. Eu fui sintonizando, sintonizando, sintonizando... até que apanhei uma rádio espanhola que dizia que houve uma revolução em Lisboa...” (24:49min);
- António A., 76 anos: “A rádio, a rádio... nós ouvimos todos e tal. Ficámos contentes, houve ali festa...” (48:53min).
- Estrela, 77 anos: “A rádio... Sim, sim... A rádio teve um papel muito importante. Importantíssimo” (24:20min).

Importa a este respeito particularizar o testemunho de Carlos, 68 anos, que, confrontado com a pergunta “os meios de comunicação foram importantes para se aperceber do que estava acontecer nesse dia?” diz não se recordar, o que não o impede de rapidamente avançar com uma suposição: “Se quer que lhe diga, eu já nem me lembro, mas, claro, deve ter sido porque não se falava noutra coisa... Não faço ideia, eu era novo...” (12:18min). O mesmo entrevistado também menciona a rádio, embora de um modo distinto dos restantes. Não se trata da memória da sua experiência enquanto ouvinte, mas sim como observador de outros: “lembro-me de haver pessoas que estavam agarradas aos rádios, às informações que iam surgindo, isso tudo...” (12:43min).

Embora, como se disse, com menos protagonismo do que a receção radiofónica, tanto a imprensa como a televisão também são recordadas. Nestes casos, parece mais difícil encontrar um padrão comum nos testemunhos recolhidos. Há quem, como Arlindo, 76 anos, mencione inclusivamente os títulos dos jornais que comprou: “No fim da tarde, é preciso pontaria, portanto saí para a rua para ir comprar a *República* e o *Diário de Lisboa*. A *República* que dizia em grandes letras «não foi visado pela censura». No próprio dia...” (49:13min). Mas há também quem mencione os nomes dos jornais de forma avulsa, sem especificar a sua experiência concreta enquanto seu leitor, como o faz João:

Nessa altura, os jornais fundamentais em Lisboa, eu tenho até alguns ainda guardados em casa, eram *O Século*... ainda existia o *Diário da Manhã*, não sei se ele se

pronunciou sobre isso. Era *O Século*, era o *Diário da Manhã*, já falei nos vespertinos, era o *Diário de Lisboa*, que era muito importante. E havia outro, de que não me recordo agora o nome... *A Época*... (55:34min).

Nuno menciona que “lia avidamente os jornais, as várias edições” (29:18), enquanto José C., 77 anos, afirma: “Recordo-me de ter comprado uma vez ou outra [jornais], mas logo nos acontecimentos iniciais” (42:36min). Relativamente à experiência de receção televisiva, Maria Jacinta, 74 anos, após falar da rádio, descreve as imagens que diz ter visto: “...e televisão, vi os blindados. Aqueles carros grandes, quando meteram lá o Marcelo [Caetano]. Ele não se viu entrar lá, mas via-se o blindado e as tropas sempre lá em movimento em Lisboa e muitas pessoas, tudo na rua...” (27:55min). Questionada sobre o principal meio de comunicação a partir do qual obteve informação sobre a queda da ditadura, responde sem certezas: “Talvez na televisão. Depois à noite, depois fui a casa da minha irmã e aí víamos as imagens todas... depois aquilo ainda durou assim uns dois dias e íamos vendo sempre as notícias que iam dando” (28:40min).

Se muitos dos entrevistados conferem, de forma direta e clara, à rádio um papel central na sua experiência de receção mediática no 25 de Abril, já não são tão específicos relativamente à memória dos conteúdos noticiosos radiofónicos ouvidos. Isabel, 70 anos, é das poucas exceções, recordando: “E depois comecei a ouvir... liguei a rádio, comecei a ouvir os boletins do MFA que pedia para as pessoas ficarem em casa, «daqui e tal posto de comando blá blá blá»...” (21:56min). Semelhante conclusão podemos tirar relativamente à imprensa, a que vários entrevistados se referem, como vimos, na medida em que dizem ter comprado e lido jornais, mas sem recordarem qualquer notícia.

Por outro lado, um outro aspeto merece atenção nestas fontes orais. As dúvidas, lembradas por vários entrevistados, sobre o que se passava no país e o significado dos acontecimentos de 25 de Abril, motivaram, segundo contam, a procura de notícias, influenciando claramente a sua experiência de recetores. Perante as muitas incógnitas e a surpresa que os acontecimentos suscitaram, foram procurar respostas nos média. Olhemos para alguns exemplos:

- Maria Cândida, 74 anos: “A primeira informação foi numa rádio espanhola, exatamente. Nós íamos naquela dúvida se tinha sido uma revolução... se tinha sido a direita ou a esquerda, quem é que tinha feito o tal assalto ao poder, não era? Havia essa grande dúvida e ficou esclarecida através da notícia que apanhámos numa rádio espanhola, ali na zona de Sines” (25:40min);
- Maria Alfreda, 69 anos: “Ninguém sabia se era um golpe de direita, do Káulza de Arriaga, ou se era um golpe de esquerda, mas que era um golpe, nitidamente, parecia ser e ficámos expectantes... e foi isso. O 25 de Abril foi colados à televisão, à telefonia, aos telefones... em casa” (49:36min);

- Manuel, 76 anos: “Fui ao departamento e fui ouvir a rádio para ver o que é que se estava a passar. Foi quando eles disseram que a rádio, que a Emissora Nacional já tinha sido ocupada, que a RTP já tinha sido ocupada e, pronto, depois fui acompanhando” (47:56min);

- António V., 80 anos: “Estava em casa, não houve notícias nenhuma. De manhã saio de casa, vou para a oficina e então aí é que eu comecei a perceber a situação... Através da rádio, sim” (28:30min);

- Amândio, 78 anos: “Não sabíamos bem o que é que ia acontecer. É claro que, quando chegámos a casa, havia a rádio, a televisão estava em cima dos acontecimentos e isso foi assim um abanão de cabeça muito grande para toda a gente. Eu acho que os neurónios todos trabalharam a 100% para tentar entender o que é que estava a acontecer e o que é que ia acontecer a seguir, porque nós estávamos habituados há 42 anos a ser assim. De repente há uma explosão, que é o 25 de Abril... e agora o que é que vai acontecer?” (53:55min);

- Salvato, 77 anos: “Ninguém sabia de nada. Nós soubemos verdadeiramente do dia 25 de Abril no dia 26. O dia 25 de Abril passou praticamente incólume para nós o acontecimento importante que, na época, tinha ocorrido aqui. Só no dia 26 é que percebemos o que é que teria acontecido porque, entretanto, o governador de Angola foi demitido...” (57:40min).

Independentemente das particularidades da experiência de cada um, a dúvida e a ausência de informação sobre o que de diferente se passava em Lisboa levaram todas estas pessoas ao consumo de órgãos de informação.

## Notas finais

Se, como diz Enzo Traverso, “não existe memória literal, original e não contaminada” e “as recordações são constantemente elaboradas por uma memória rescrita no espaço público” (2012, p. 37), interessou-nos olhar para as memórias partilhadas sobre um dos acontecimentos mais marcantes do Século XX português - o 25 de Abril de 1974 -, que foi extremamente noticiado quando ocorreu e que continuou, ao longo do tempo, a ter bastante atenção mediática.

Um dos aspetos mais curiosos deste estudo prende-se com o facto de, tendo, em muitos casos, obtido a notícia do golpe militar através de outras pessoas, os entrevistados contam que o consumo de média surge como uma reação imediata, da necessidade, de se informarem/esclarecerem sobre o que, efetivamente, se passava (sobre o que tinham ouvido dizer). Ouvir a notícia na rádio, ler o jornal ou assistir à televisão significava tentar saber mais, ainda que, nestas memórias, seja, muitas vezes, difícil precisar o momento do dia

em que procuraram a notícia. Daí decorre o papel importante que atribuem aos meios de comunicação social neste período.

O que, do estudo destes testemunhos, é possível observar é que, nas memórias destas pessoas, está o acontecimento, estão os meios de comunicação social que consumiram (a rádio com um papel destacado), mas não estão praticamente notícias. Resta saber se o mesmo se verifica relativamente aos exaltantes e exaltados meses que se seguiram ao dia 25 de Abril de 1974 e que marcaram a revolução portuguesa.

## Referências bibliográficas

- Breton, P. & Proulx, S. (2000). *A Explosão da Comunicação*. Bizâncio.
- Carvalho, J. R. (2013). Sobre Recepção, História e Memória: notas epistemológicas e metodológicas. *Media & Jornalismo*, 22, 71-100.
- Godinho, V. M. (1973). Do presente ao passado e ao porvir. In E. Labrousse (Coord.). *A História Social. Problemas, fontes e métodos* (9-16). Edições Cosmos.
- Mesquita, M. (2024). *25 de Abril: A Transformação nos Media*. Tinta-da-China.
- Morin, E. (1981). *As Grandes Questões do nosso Tempo*. Editorial Notícias.
- Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. Vol. 10, 7-28.
- Portelli, A. (2013). *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios. Ética, memória e acontecimento na História Oral*. Edições Unipop.
- Portelli, A. (2017). Um trabalho de relação: observações sobre a história oral. *Revista Trilhas da História*. V. 7, nº13, 182-195.
- Ricoeur, P. (1995). *A Crítica e a Convicção. Conversas com François Azouvi e Marc de Launay*. Edições 70.
- Ricoeur, P. (2003). Memória, história e esquecimento. Texto apresentado na conferência "Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism". Disponível em: [https://www.uc.pt/fluc/uidief/textos\\_ricoeur/memoria\\_historia](https://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia).
- Rieffel, R. (2003). *Sociologia dos Media*. Porto Editora.
- Thompson, P. (2009). História Oral e Contemporaneidade. *História Oral*, 5, 9-28. <https://doi.org/10.51880/ho.v5i0.47>
- Traverso, E. (2012). *O Passado, Modos de Usar. História, Memória e Política*. Edições Unipop.
- White, R. A. (1998). Tendências dos Estudos de Recepção. *Comunicação & Educação*, 13, 41-66. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i13p41-66>

# A problemática da memória, a memória como problemática: as notícias do passado

Júlia Leitão de Barros

Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa

Laboratório de Investigação Aplicada em Comunicação e Média

[jbarros@escs.ipl.pt](mailto:jbarros@escs.ipl.pt)

**Resumo:** A abordagem exploratória de recolha de memória oral para análise da receção mediática no passado, presente no projeto MemNews, pretende contribuir, entre outros aspetos, para a problemática que aqui procuro refletir: “Que fatores afetaram a memória das notícias?”. Com esse objetivo são analisados dezassete testemunhos recolhidos, no âmbito do projeto MemNews - História oral e memória(s) das práticas e hábitos de consumo e receção noticiosa e da experiência das notícias em Portugal a partir dos testemunhos dos cidadãos<sup>1</sup>, entre 2025 e 2026. Tratando-se de uma investigação inédita, assente na recolha de memória oral, o projeto apresenta-se como uma experiência epistemológica que requer análise crítica. Pretendo aqui contribuir para refletir sobre os limites e as oportunidades presentes na interpretação da memória recolhida sobre notícias do passado, destacando algumas das condicionantes do processo de relembrar: a importância da condução da entrevista e a articulação entre o passado e o presente na construção da memória individual.

**Palavras-chave:** Memória oral; memória coletiva; receção mediática; acontecimento; notícia.

## Introdução

A História dos *media*, sobre o século vinte, em Portugal, e em particular a que recai sobre o jornalismo, tem privilegiado a análise do enquadramento legislativo, económico e político dos meios de comunicação, a implementação institucional e empresarial de novas tecnologias, as práticas jornalísticas e, sobretudo, os conteúdos transmitidos pelos órgãos de comunicação social, em determinadas conjunturas ou face a acontecimentos específicos. Nestes estudos têm sido valorizados os órgãos que detinham o maior número de leitores, ouvintes e audiências, ou aqueles que integraram meios sociais, que embora restritos, se revelaram influentes, pela sua militância vanguardista ou conservadora.

No campo da história do jornalismo, a análise prevalecente tende a adotar o velho modelo de comunicação de transmissão, de um emissor para um recetor, como se o importante fosse apenas descortinar nos conteúdos as intenções do emissor e a sua capacidade de aliciar ou manipular o emissor.

---

<sup>1</sup> Projeto com a referência 2023.15210.PEX, financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. DOI: <https://doi.org/10.54499/2023.15210.PEX>.

Muito pouca atenção foi dada à forma como no espaço nacional, os portugueses, na sua pluralidade e desigualdade social, se relacionaram com os meios de comunicação, como os experienciaram no seu quotidiano e nas suas vivências sociais. Isto é, está por estudar o que ocorreu no campo comunicacional, com a consolidação de emissoras de rádio (sobretudo após II Guerra Mundial) e o surgimento da televisão em 1958, quando se introduzem, paulatinamente, novas dinâmicas de informação e entretenimento,

O projeto MemNews, que enquadra a abordagem exploratória ao campo da receção mediática no passado, entre outras questões, propõe-se responder à problemática que aqui pretendo refletir: “Que fatores afetaram a memória das notícias?”.

## 1. A problemática da memória

O projeto MemNews, inédito e exploratório, optou pela metodologia da História Oral, de recolha de memória de indivíduos com distintas experiências de receção, assegurando a diversidade de género, de meio social, formação, idade e localização geográfica.

O carácter exploratório da investigação dos estudos de receção do passado, assente na recolha de memória oral, deve ser enfatizado, nas suas várias facetas: como terreno desconhecido, ainda por observar; como ensaio metodológico que desperta novas questões; como experiência epistemológica que requer análise crítica.

Foi na área da comunicação que a receção mediática assumiu um lugar relevante, assente num precursor questionamento dos estudos que, alheios aos indivíduos, ao seu contexto e experiência social, se centravam apenas na produção de mensagens, seja pelo estudo dos efeitos nos recetores, seguindo o esquema estímulo- resposta, seja pela abordagem estruturalista de análise de conteúdo, de recolha de sentidos ideológicos oferecidos a recetores passivos. O recetor foi sendo problematizado, e destaco a teoria dos usos e gratificações, que abriu uma “segunda geração” do modelo dos efeitos limitados, ao procurar responder à questão sobre o que as audiências fazem com as mensagens dos *media*, concebendo-as como ativas e racionais, capazes de utilizar os conteúdos mediáticos para satisfazer as suas necessidades e objetivos. Mas estudos de receção só se afirmariam a partir da teoria dos mecanismos de codificação e decodificação do sociólogo da cultura Stuart Hall (1980), que alargou o campo de autonomia, de aceitação, negociação e rejeição do recetor face às mensagens. Como, refere Carvalheiro, o passo decisivo, dar-se-ia, porém, sob influência pós-estruturalista, quando “os estudos de receção vieram sustentar que não existe sentido fora da ação humana”, só, então, a “receção alcançou o estatuto de atividade generativa, sendo concebida como instância de produção de sentido” (Carvalheiro, 2013, p.82).

No entanto, o cruzamento da história dos *media* com os estudos de recepção não tem sido particularmente aprofundado, em grande medida por, na área da Comunicação, os Estudos de Jornalismo privilegiarem a análise dos meios de comunicação na atualidade, talvez devido às lógicas académicas de divisão de campos de investigação, e à dificuldade de colocar o passado como objeto de estudo de uma atividade vocacionada para a atualidade (Zelizer, 2008).

O certo é que a análise da dimensão individual e subjetiva da recepção, ao focar-se nas práticas de consumo, nos contextos de recepção e na produção de sentido, foi requerendo abordagens interdisciplinares, empíricas, indagadoras do ato de comunicar, acabando por favorecer o recente recuo temporal das investigações. Assim, o entrecruzar dos estudos de recepção do passado com um dos campos mais interdisciplinares e profícuos de análise das sociedades contemporâneas, a História Oral, constituiu-se como um terreno de interesse. E destaco aqui o pioneiro estudo de José Ricardo Carvalheiro e Diana Gonçalves Tomás (2014).

Porém, a aproximação à metodologia de recolha de memória oral deve ser entendida como um desafio acrescido para os estudos de recepção, só compreensível se nos detivermos no longo percurso de afirmação do valor da memória oral, na compreensão e problematização das dinâmicas sociais. Inicialmente muito contestada, a reabilitação da oralidade, obrigou à contínua reflexão das ciências sociais e humanas sobre a construção da memória, o esquecimento, a relação entre expressão escrita e a oralidade, as estratégias narrativas, o lugar da subjetividade na análise social, os sujeitos da história, entre outros. O descrédito da memória, sempre associada ao erro, à imaginação, à distorção e ao puro subjetivismo, foi sendo colocado em causa. Num primeiro momento, com os estudos pioneiros do sociólogo Maurice Halbwachs (2004), discípulo de Durkheim, que, desde a década de trinta, interpelou a conceção, cara à psicologia, da memória como um fenómeno estritamente individual, avançando com o conceito de memória coletiva, construída por via das interações sociais.

No entanto, só na década de 70, a História Oral recebe um impulso decisivo, constituindo-se como metodologia autónoma e suficiente, e mesmo como novo campo de estudos, em grande parte devido à criação, pelo sociólogo Paul Thompson, em 1971, da Oral History Society e da revista *Oral History*. Sustentando a sua pertinência epistemológica pela capacidade de dar voz a indivíduos e grupos marginalizados dos documentos oficiais, de reconstituir práticas e representações silenciadas pela historiografia convencional, esta história dos excluídos revelou-se um espaço de investigação particularmente inovador.

No campo da História a aposta em novos objetos e metodologias, a par da valorização da história-problema em contraposição à história “do que aconteceu”, levou à afirmação da recolha de memória oral. A história oral acolhia a experiência vivida de pessoas comuns,

indivíduos isolados, com trajetórias obscuras (operários, mulheres, indígenas, minorias étnicas, soldados, etc.), suscitando novas temáticas, que sem os testemunhos orais dificilmente poderiam ser objeto de análise, como das vivências da rua, dos veteranos de guerra, de resistência social e política. A recolha oral de histórias de vida também incentivou outras abordagens de temáticas clássicas, como as lutas sociais, organização do trabalho, ou vida quotidiana.

Como reação às críticas que lhe eram dirigidas surgiram vários manuais de História Oral, apoiados na psicologia social e na antropologia, que procuraram regras de verificação, definindo critérios para avaliar a fiabilidade das memórias recolhidas, tornando preponderante o lugar ocupado pelo entrevistador na condução da entrevista.

Na década de 80, a própria fraqueza da memória oral, o seu carácter acentuadamente subjetivo, foi elevado a objeto de estudo, passando alguns investigadores a conceber o erro como um meio único de recuperar a perceção do vivido (Portelli, 2013). Afinal “as *distorções*, embora, talvez representassem um problema, eram também um recurso” (Thomson, 1997, p.52).

Na década seguinte, a investigação em torno da memória oral juntou a história, a antropologia, a sociologia, a psicologia a outras abordagens que incluíam os estudos literários, a linguística e a comunicação. A história Oral ganhou relevância:

Newly emerging nations in Asia and Africa found that the written documents reflected the views of former colonial masters and used oral history to revive buried national identities. When the Soviet Union dissolved, Russian and central and eastern European oral historians began to reexamine and rewrite their discredited official histories by collecting personal testimony suppressed under Communist regimes. In Brazil and Argentina, oral history projects focused on periods of military dictatorship to record the experiences of those brutalized by state terrorism. South Africans similarly turned to oral history in their search for truth and healing in the post-Apartheid era (Ritchie, 2015, p.6).

A variedade de projetos ligados à recolha de memória oral perseguiu diferentes finalidades, desde a documentalista, que visa a constituição de arquivos que apoiem o historiador contemporâneo, passando pelo recurso à memória oral como fonte secundária, que complementa, mas não esgota, a análise, até aquela outra, mais singular, que toma a subjetividade da memória como seu objeto principal. Coube a esta, em grande medida, elevar a subjetividade da memória a recurso fecundo, capaz de complexificar a análise social, focando-se no contínuo aprimorar das metodologias da entrevista e de transcrição, conferindo um lugar de relevo à interpretação.

A reflexão teórico-prática em torno da História Oral, dos últimos 30 anos, tornou claro que a memória não é uma coisa em si mesma, um depósito de factos, que está disponível a quem deseja aceder-lhe, não é um saber, uma informação neutra, acima de conflitos, de divergências, de medos, de esperanças, que pautam o presente, individual e coletivo. A construção de memória do passado é um processo sempre atual, com “um elo vivido no eterno presente” (Nora,1993, p. 9).

Como refere Ritchie:

People regularly reevaluate and reexplain their past decisions and actions. Just as historians rewrite history to incorporate new evidence and fit different theories, individuals use the insights gained from current events to help reshape them and make new sense out of past experiences. There is nothing invalidating about this reflectivity, so long as interviewers and researchers understand what is occurring and take it into account (Ritchie, 2015, p.17).

Toda a interpretação da memória oral deve ter em consideração múltiplos tempos, presentes nos testemunhos recolhidos.

Por outro lado, a memória é um processo simultaneamente individual e de grupo. Enquanto experiência individual “ocorre num meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados” (Portelli,1997, p.16). Neste sentido, a interpretação da memória recolhida deve atender à relação dialética entre identidade e memória. Como bem lembra A. Thomson todos temos “necessidade de compor um passado com o qual possamos conviver” (Thomson,1997, p.57). Mas, apesar de modelado pelo meio social, “o ato de lembrar também é profundamente pessoal” (Portelli, 1997, p.17). A memória que cada um constrói da sua vida passada tem, inevitavelmente, muitos esquecimentos conscientes ou inconscientes, que seguem critérios subjetivos e objetivos, de valorização ou desvalorização de episódios e circunstâncias da vida. Assim, temos de ter presente:

Os depoimentos combinam dois tipos de conteúdo. De um lado, eles podem fornecer uma grande quantidade de informações factuais válidas, por exemplo, sobre onde a pessoa viveu, suas estruturas familiares, tipos de trabalho, etc. – informações que de vários modos pode-se provar como sendo amplamente confiáveis; mas ao lado disso, eles também sustentam a igualmente reveladora marca da moduladora força da memória, e também da consciência coletiva e individual (Thompson, 2009, p.22).

Para a História Oral o que de peculiar tem a construção destes *documentos* únicos e inéditos (entrevistas), são as memórias que os nutrem, já vimos como estas não podem ser remetidas apenas para a factualidade que “contam”, mas para a contemporaneidade vivida. No entanto, existe outra condicionante a ter em conta: o contexto da sua produção, isto é, a entrevista.

É vasta a literatura em torno dos procedimentos a seguir nas entrevistas de recolha de História Oral, mas uma preocupação parece atravessá-la: como suscitar recordações, vestígios da experiência vivida no passado?

O processo para desencadear memórias com testemunhos ricos, depende, em grande parte, da interação do entrevistado com o entrevistador. A entrevista, que A. Portelli (1997) prefere descrever como conversa, ou “arte de ouvir”, exige uma dinâmica colaborativa, empática, eticamente responsável e respeitosa dos indivíduos. O certo é que não se pode reduzir o ato de entrevistar a um conjunto de técnicas, em grande medida porque é difícil cobrir a amplitude de características individuais ou a panóplia de relações possíveis que se venham a estabelecer entre entrevistador e entrevistado. Nesse sentido, não existe uma técnica certa, mas uma adequação constante às circunstâncias do entrevistado, ou às dificuldades inerentes ao tema que se deseja abordar. E é exatamente este último aspeto que aqui irei aprofundar, tentando apresentar algumas propostas de interpretação sobre a memória de notícias recolhida no projeto MemNews, procurando responder à questão “Que fatores afetaram a memória das notícias?”. Não sendo possível aceitar uma visão acrítica dos testemunhos recolhidos, o desafio é questionar como interpretar a memória coligida, como melhorar a condução da entrevista.

## 2. As notícias como objeto de estudo na História Oral

A interpretação da memória oral requer que se contemplem na análise: as interações entre entrevistado-entrevistador; as articulações entre o presente e o passado; o individual e o coletivo; a identidade e a memória. Mas convém refletir sobre o objeto de estudo como condicionante de todo o processo de relembrar.

Analisámos uma amostra de entrevistas retirada do arquivo *on line* MemNews, constituída por 17 indivíduos, maiores de idade no 25 de Abril de 1974, com idades compreendidas entre os 68 e os 89 anos, com diferente formação, origem geográfica e género.

**Tabela 1.** Caracterização dos entrevistados<sup>2</sup>

| Nome       | Idade | Profissão                                                                | Local nascimento/atual                |
|------------|-------|--------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|
| Adelaide   | 87    | Secretária funcionária pública                                           | Porto                                 |
| Alfreda    | 69    | Professora aposentada                                                    | Lisboa                                |
| Amândio    | 78    | Marcenaria/taxista/Pintor da Nissan                                      | Serra da Estrela/Lisboa               |
| António A. | 76    | Professor aposentado                                                     | Santa Maria da Feira/Covilhã          |
| António V. | 80    | Mecânico aposentado                                                      | Valença do Minho/Lisboa               |
| Arlindo    | 76    | Professor aposentado                                                     | StºAleixo Restauração,Beja/<br>Lisboa |
| Cândida    | 74    | Professora aposentada                                                    | Tomar/Fundão                          |
| Carlos     | 68    | Contínuo                                                                 | Porto                                 |
| Isabel     | 70    | Professora aposentada                                                    | Lisboa                                |
| Jacinta    | 74    | Costureira/empregada balcão/doméstica                                    | Cuba,Beja/Barreiro                    |
| João       | 84    | Bancário aposentado                                                      | Matosinhos                            |
| José C.    | 77    | Médico                                                                   | Porto                                 |
| José S.    | 89    | Funcionário público aposentado                                           | Porto                                 |
| Justino    | 86    | Professor aposentado                                                     | Gondomar/Porto                        |
| Manuel     | 76    | Serralheiro/Técnico de Prevenção, Higiene e Saúde no Trabalho Aposentado | Barreiro/Lisboa                       |
| Nuno       | 69    | Biólogo                                                                  | Porto/Vila Nova de Gaia               |
| Salvato    | 77    | Professor aposentado                                                     | Ponte de Lima/Porto?                  |

Da análise das entrevistas constatamos um padrão: a dificuldade em recolher a memória de notícias com contexto de receção. Em contrapartida, as memórias sobre práticas de consumo, referências a órgãos de comunicação social, a figuras mediáticas, a programas de entretenimento, ou a temáticas genéricas de enquadramento de vivências pessoais são, a todos os títulos, mais ricas que as lembranças sobre o contexto de receção de notícias jornalísticas. Independentemente dos entrevistadores e também dos entrevistados, com trajetórias de vida e habilidades comunicacionais diversas, a verdade é que o esquecimento, o silêncio, a pausa, a dificuldade, instalavam-se na fluidez da conversa, quando se perguntava “e tem memórias de notícias marcantes na sua vida nesse período?”. A hesitação vinha, por vezes, com um “não me lembro”, “não me recordo” antes de começarem a falar, por exemplo: “já foi há 50 anos. Não me recordo assim de grandes acontecimentos que tenham... que me lembre. Pronto, naturalmente houve, houve com certeza, mas não

<sup>2</sup> As entrevistas encontram-se disponíveis em <https://memnews.fundacaofernandopessoa.pt/entrevistas>.

me lembro” (Amândio, 00:52). E algumas respostas emergiam, aparentemente contraditórias, como a de Nuno: “eh, há tantas, há tantas” (00:22), “eu não tenho é memória de nenhuma” (Nuno, 00:27).

No entanto, o esquecimento, os erros, as omissões e as mentiras constituem objeto de reflexão na História Oral:

Las fuentes orales debemos escucharlas en estéreo como la música, con registros diferentes para cada oído. Por un lado escuchamos lo que nos dicen y por otro oímos lo que no nos dicen, porque no lo quieren compartir, porque no lo saben decir, o porque no lo sabemos preguntar (Vilanova, 2009, p. 36).

O lugar ocupado pelo esquecimento merece reflexão. A teoria crítica em torno da História Oral tem chamado à atenção para a importância do objeto de estudo constituir assunto de relevo, não só por algumas experiências individuais tenderem a ser mais silenciadas, sobretudo aquelas que remetem para aspetos difíceis do passado, por exemplo, as “perguntas que fazem lembrar desigualdade, medo ou humilhação podem trazer à tona lembranças traumáticas e dolorosas” (Thomson, 1997, p.68), como pelo facto do processo de recordar ser muito condicionado pela vivência presente do entrevistado:

a memória gira em torno da relação passado e do presente e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas em função das lembranças dos relatos públicos sobre o passado. Que memórias escolhemos para relembrar e relatar (...) e como damos sentido a elas são coisas que mudam com o passar do tempo (Thomson, 1997, p.57).

Neste sentido, talvez seja prudente alargar o leque de possibilidades, sobre a dificuldade em relembrar notícias que impactaram os nossos entrevistados, aceitando que: “Not every perceived event is retained in memory” (Ritchie, 2015, p.18). Sem, porém, deixarmos de ponderar noutras condicionantes: “Have interviewees forgotten much of their past because it was no longer important to them or because the events were so routine that they were simply not memorable? Do interviewees feel differently now about the events they are recalling?” (Ritchie, 2015, p.18).

Verdadeiramente revelador desta forma de lidar com a experiência vivida foi o facto de cinco, dos dezassete entrevistados, que embora esqueçam ou desvalorizem, no seu testemunho, as notícias relevantes do seu passado, simultaneamente, relembram que, em determinada altura da sua vida, tiveram o hábito de guardar jornais, de receber ou recortar notícias, por as considerarem de interesse formativo, histórico ou de relevo mais pessoal. Mais uma vez Nuno refere: “tenho recortes ainda hoje e de alguns desses jornais, coisas que me chamaram a atenção, mas mais dos anos oitenta, setenta, coisas que me chama-

vam a atenção e que eu na altura recortei, pois na altura não havia, não havia *scanners*, recortei, guardei” (Nuno, 00:10). E destaca os desenhos do cartoonista António Miranda, do *Jornal de Notícias*. (Nuno, 00:27). Também Isabel, em certa altura da sua vida, teve o mesmo hábito: “Lembro-me de vez em quando eu guardava uns jornais. (...) Olhe, lembro-me do Nixon ter ido à China. Guardei, o jornal da ida do Nixon à China porque achei que aquilo era uma coisa. (...) tinha a noção que havia acontecimentos que iam ficar para o futuro” (Isabel, 00:55). Com a mesma consciência histórica João também guardou exemplares dos jornais do dia 25 de abril: “comprei muitos...eu penso que tenho em minha casa guardados os...todos aqueles que esse dia... e todos os dias a seguir... jornais e revistas” (João, 00:59).

Outros entrevistados, por diferentes razões, também têm a experiência do recorte das notícias dos jornais. Salvato lembra-se de receber recortes de jornais enviados nas cartas de amigos do Brasil (Salvato, 01:20). Adelaide, que pertenceu a um coro, refere: “ainda, ainda, tenho lá num, num álbum certo, os recortes das nossas atuações” (Adelaide, 00:34). E menciona que guarda um recorte-recordação, da participação das filhas num concurso de construções da areia, lançado por um jornal (Adelaide, 00:34). A forma como as notícias se inscrevem no quotidiano assume uma panóplia de possibilidades, por exemplo, Manuel a propósito das sondagens sobre intenção de voto, na atualidade, refere: “e depois aponto, aponto no meu papelinho que é para depois quando chegar no dia das eleições ver e... é pá de facto e era... e depois se eu conseguisse chegar ao pé deles com o papel” (Manuel, 01:12).

O esquecimento que se abateu sobre as notícias que recortaram dos jornais, poderá ter razões diversas, talvez se explique pelo contexto presente dos entrevistados, marcado quer por uma perda de intensidade da relação destes com os jornais impressos, quer pela desvalorização de um hábito que se tornou inútil, por os meios tecnológicos constituírem instrumentos eficazes de recuperação instantânea de notícias. O certo é que essa vivência face ao que foi noticiado não constitui um elemento identitário relevante para o indivíduo no momento da entrevista.

Entender o porquê da não integração, na narrativa da sua história de vida passada, do valor que as notícias tiveram (algumas), sintetiza o maior desafio interpretativo do projeto MemNews: uma recolha de memórias que implica questionar o porquê de certos esquecimentos do passado; e o porquê de certas lembranças pelos entrevistados. A. Thomson salientou como “as histórias que relembremos não são representações exatas do nosso passado, mas trazem aspetos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais” (Thomson, 1997, p.57), nesse sentido, “buscamos a afirmação de nossa identidade pessoal dentro da comunidade específica em que vivemos, buscamos também a afirmação de nossas reminiscências” (Thomson, 1997, p.58). A verda-

de é que, por vezes, os temas que a História Oral aborda não participam na composição do passado dos entrevistados, tornando-se mais difícil integrá-los na narrativa pessoal.

A inscrição das notícias na vida quotidiana afigura-se como uma hipótese de leitura da dificuldade em lembrá-las. A vocação da notícia para o atual, pode contribuir para que a remetam ao esquecimento, por constituir, na história de vida dos indivíduos, sinónimo do repetitivo, do banal, do fugaz, do efêmero, pouco suscetível de ser memorável.

Este obstáculo foi contornado, em parte, através da adoção, pelos entrevistadores da equipa, de duas formas de aproximação ao objeto de estudo: um questionamento genérico e aberto sobre notícias marcantes, em distintos momentos da vida do entrevistado; perguntas mais direcionadas, em que se sugeriam alguns acontecimentos históricos, procurando suscitar memórias em torno da receção da notícia. Neste último caso, as questões eram apresentadas como tópicos que visavam estimular a conversa, sem, contudo, a restringir.

Convém, referir que os manuais de boas práticas da História Oral referem condutas mínimas inerentes à recolha, como a preparação cuidadosa da entrevista, definindo claramente o que se deseja obter, estabelecendo um guião mínimo, com tópicos que permitam orientar a entrevista semidirigida. O entrevistador orientado por perguntas abertas e pouco numerosas, deve ouvir, não interromper, não corrigir, deixar falar, mesmo quando o assunto não é aquele que lhe interessa. O entrevistador deve respeitar os silêncios, as pausas e as hesitações, criando o ambiente para que as pessoas possam estabelecer os seus próprios limites sobre o que querem, ou não, dizer. O grau de intervenção do entrevistador, no entanto, tem sido alvo de debate, sobretudo por se considerar que este, ao evitar interpelar, pode empobrecer a entrevista, mas, por outro lado, uma grande interferência também pode induzir as respostas que se deseja, distorcendo a recolha de memória. Nesse sentido, o entrevistador não deve ser nem excessivamente passivo, nem demasiado ativo. Este é provavelmente o aspeto mais delicado desta metodologia.

O certo é que foi possível enriquecer a recolha de memória oral sobre contextos de receção das notícias no passado com a adoção das duas estratégias atrás referidas.

As ciências sociais têm apontado que “a temporalidade do quotidiano não se reduz a uma temporalidade cíclica, repetitiva, vivida exclusivamente no presente”, não havendo “motivo para que a análise da vida quotidiana tenha de ficar reduzida à análise de frações cronológicas tão efémeras como a «jornada» ou o «dia»” (Pais, 1984, p.507). O quotidiano não é só o repetitivo é também o extraordinário, o inesperado, o que perturba e quebra a rotina, o emotivo. Assim, alguns testemunhos referenciaram de forma espontânea certas notícias como tendo sido impactantes na sua vida, remetendo para a sua memória do passado do contexto de receção, normalmente vivenciadas no círculo familiar mais próximo. A reportagem da *Viagem do Homem à Lua* surge nestes testemunhos:

Lembro-me da chegada do homem à lua. Estava eu em casa dos meus pais, ainda jovem, perfeitamente...viemos mais cedo da praia, a família toda, para ver em direto, na altura, preto e branco, em direto, a aterragem na lua. Portanto, foi absolutamente marcante. Marcante. Lembra-me como se fosse hoje o fim de semana era para... foi para aí um sábado ou um domingo, tá imenso calor e lembro, lembro de estarmos todos ali na sala à espera porque era o acontecimento (Isabel, 00:54).

Lembro-me como se fosse hoje, como se fosse ontem a viagem do homem à lua. Foi em direto na televisão. Via-se eles a poisar na lua. Eu vi isso em direto, não é? Foi aí, por aí. Mas atenção, não foi em minha casa. Fomos ver a casa da vizinha que tinha televisão. (...) atravessávamos a rua e estávamos em casa da pessoa que tinha à televisão. Viemos lá de madrugada (António A., 00:08).

António A. recorda outro episódio, quando frequentava um seminário, ao assistir a uma das “Conversas de família”, programa televisivo do Presidente do Conselho Marcello Caetano:

... e houve aquele episódio, quando ele recebeu os líderes africanos, lembra-se disso, Paulo VI (...). O Caetano veio fazer uma comunicação ao país daquelas conversas em família que não era, porque era excecional, era por causa do conflito do Vaticano, por causa disso. (...). E então estávamos todos, os padres, o reitor e nós todos a assistir (...). E o Caetano disse, nunca mais me esqueço: «Fossem, fossem os serviços do Vaticano tão sérios e competentes isto nunca teria acontecido». E então ouvi o reitor, dizer assim: «Os teus serviços são muito piores que o Vaticano». Comentou como se ele estivesse a ouvir o outro. Foi verdade este episódio (António A, 00:47).

Já Alfreda recorda-se da receção da notícia do *25 de novembro* de 1974:

A minha avó, coitada, morreu na altura do *25 de novembro*. Portanto, foi uma, um momento muito inoportuno para morrer. (...) um bocadinho antes. Antes foi o casamento de uma das minhas primas, cujo pai tinha ficado sem herdade no Alentejo. E a minha avó teve um ataque cardíaco, no dia seguinte, ou dois dias depois (...) fomos ao enterro que era em Caminha (...). E depois quando voltamos o país estava cortado ao meio, portanto ficámos a dormir no carro os quatro. E depois em vez de vir para Lisboa, fomos para a Serra de Estrela, porque esse lado, não estava cortado. (...) mas naquele momento (...) estava tudo um bocadinho expectante (...) a situação familiar misturou-se de tal forma com a situação nacional, que, que foi um imbróglio. (...). Informámo-nos pela, pela rádio, rádio do carro (...) tivemos dormir no carro (Alfreda, 01:07).

A mesma entrevistada relembra, ainda, o contexto em que acompanhou a notícia da morte do fundador e líder do Partido Popular Democrático (PPD, atual PSD), Francisco Sá Carneiro:

Bom, eu lembro-me que estava numa reunião em Barcelona quando houve o acidente do Sá Carneiro e fui colar-me imediatamente à telefonia, que era o que havia e a televisão, creio... para ver, estava em Barcelona, estava longe de tudo, queria saber o que é que se passava e isso, lembro perfeitamente, foi no dia 4 de dezembro, de já não sei, de 80 e qualquer coisa, já não me lembro exatamente (...). E lembro-me que isso foi uma coisa que para mim... a comunicação social era importantíssima, porque eu estava a tentar que qualquer ... ter notícias de Portugal por qualquer lado, não é? Por, por... pelas, pelos espanhóis, pelos franceses, pelos belgas, pelos ingleses, pelos... por qualquer lado, por Portugal (...) que eu me lembro de pensar o que é que vai acontecer agora e... foi o acidente, foi terrorismo, foi o quê? (Alfreda, 01:26).

António V. salienta a memória do Campeonato Mundial de Futebol de 1966:

Ficamos em terceiro. Só, porra. Eh, pronto, mas isso já, é já, um bocadinho mais, mais, recente que já, já havia televisão nessa altura. Eu vi os jogos em 66 na televisão, no café, no café direto. Sim. A minha oficina era ao lado, havia uma tasquinha ao lado, tinha televisão e eu saí da oficina a correr e ia lá ver os jogos (António V., 00:27).

José C. descreve como acompanhou o *11 de setembro*, o ataque aéreo às Torres Gémeas, em Nova Iorque e ao Pentágono, de 2001:

estava a sair de um júri de mestrado e estão os televisores do átrio do Instituto de Ciências biomédicas e um colega meu a dizer-me, «começou a terceira guerra mundial» ... tinha sido ataque às Torres Gémeas e, e na realidade são imagens que uma pessoa nunca mais, nunca mais esquece (José C., 00:28).

Convém salientar que as questões mais direcionadas, colocadas pelos entrevistadores, também obtiveram respostas, por vezes, com o contexto de receção de notícias no passado e, significativamente, os acontecimentos referenciados são quase os mesmos: a *Viagem do Homem à Lua*, o *11 de setembro* e o Campeonato Mundial de Futebol, de 1966. Cândida à pergunta se tem memória da reportagem sobre a *Viagem do Homem à Lua*, responde:

De alguma forma marcou, estava eu, estava cá no Fundão em casa. E lembro-me que ficamos todos acordados pegados à televisão para ver a chegada do homem

ali. (...) foi, foi um momento em família e até recordamos sempre o comentário da minha mãe que dizia: «Isto é impossível. Estão a gozar connosco? Isto é impossível. Impossível. Isto é impossível». porque realmente marcou-nos. É verdade. A chegada do homem ali, é daqueles momentos que ficam sempre, ficam. Sim (Cândida, 00:18).

Também António V. indagado sobre a receção da notícia sobre o *11 de setembro* refere: “também me lembro. Vi e vi na televisão, estava a almoçar e pensava que aquilo fosse um filme qualquer que estava a dar... e os aviões a ir contra o edifício e não acreditei logo à partida, não acreditei, só depois mais tarde é que vieram confirmar” (António V., 00:40).

João à pergunta sobre a memória do Campeonato Mundial de futebol, de 1966, ou sobre outros êxitos do futebol, refere:

(...) recorda-me que, quando Portugal ganhou quando o... que do Benfica... eu vi isso na, no salão do Aurora de Liberdade (...) o fomos lá e víamos o futebol, como aquilo era muita gente já não dava para o bufete, foi na sala a televisãozinha... nós a vermos, recorda-me contra o Real Madrid ...que ganhou o primeiro e no ano seguinte, ou dois anos depois, ganhou novamente ao Barcelona, recordo-me disso perfeitamente muito bem (João, 00:54).

Das 17 entrevistas analisadas, apenas obtivemos estas 11 memórias de notícias do passado com referência ao contexto de receção. No entanto, os entrevistados referem um vasto conjunto de memórias sobre notícias do passado, socorrendo-se de outro tipo de referências, desde a recordação de imagens que retêm na memória, ao meio utilizado, passando pela exposição das suas opiniões e interpretações sobre factos, até à mera revelação de emoções sentidas, por vezes um conciso “marcou” ou “impressionou”. Todas estas respostas suscitam interrogações.

### 3. A memória: entre o passado e o presente

Entender a não integração, na narrativa da sua história de vida passada, do valor que as notícias tiveram, sintetiza o primeiro desafio interpretativo do projeto MemNews. O segundo é mais complexo: sabendo nós que as memórias são permanentemente reconstruídas, como nos podemos assegurar de que o testemunho recolhido se refere ao passado e não ao momento presente? Isto é, como podemos validar as referências ao passado quando está ausente qualquer elemento identificador circunstancial? Como Halbwachs identificou a memória individual não é “totalmente aislada y cerrada. Muchas veces, para evocar su propio pasado, un hombre necesita recurrir a los recuerdos de los demás. Se remite a puntos de referencia que existen fuera de él, fijados por la sociedad” (Halbwachs, 2004,

p.54). E qual será o contributo do jornalismo para a edificação destes pontos de referência? Voltaremos a este tópico.

O que aqui me interessa reter é o carácter dinâmico da memória: “La memoria es una construcción, está sempre “filtrada” por los conocimientos posteriormente adquiridos, por la reflexión que sigue al acontecimiento, o por otras experiencias que se superponen a la primera y modifican el recuerdo” (Traverso, 2007, p.73).

Assumir que os nossos testemunhos integram individualmente, pela sua trajetória de vida particular, um intrincado conjunto de memórias que resultam, quer da sobreposição de informações e conhecimentos, onde intervêm vários agentes (entre os quais se destaca o jornalismo), quer diferentes temporalidades, é assunto que importa ponderar. Alfreda tem consciência das limitações da sua memória, e quando interrogada sobre alguma notícia marcante do período revolucionário responde:

“Eu acho que não sei distinguir, claramente, o que é que foi visto na altura ou o que foi visto depois, quando voltam a passar essas coisas, não é? Mas, mas lembro-me do cerco da Assembleia da República. (...). Lembro-me é... coisas, eu lembro-me de o Vasco Gonçalves fazer aqueles discursos inflamados e não sei quê, que eu não levava muito a sério. Lembro-me, enfim, lembro-me do Costa Gomes, lembro-me do Spínola, do Costa Gomes, enfim, dos primeiros tempos” (Alfreda, 01:02).

E Alfreda enumera um conjunto vasto de episódios que relembra do período, como o primeiro dia em que a Junta de Salvação Nacional falou, a chegada de comboio, do exílio, de Mário Soares e Álvaro Cunhal, o cerco à Assembleia da República, o debate televisivo de Mário Soares e o Álvaro Cunhal, as ocupações de terras, os debates sobre a Reforma Agrária, e a atuação de Álvaro Barreto, todos, segundo refere, acompanhados na televisão em família (Alfreda, 01:06). Também Amândio tem a mesma percepção: “nós às vezes recordamos uma coisa e já não está tão clara quanto a notícia que vemos agora...e esta a notícia que nos dão agora tá clarinha...e a que nós temos já está um bocadinho obscura, então vai nos ampliar e vai nos ajudar a compreender melhor” (Amândio, 01:15). Isabel ao relembra algumas notícias referentes ao marcelismo é *assaltada* por dúvidas:

E lembro perfeitamente Marcelo Caetano ter ido a Londres e terem queimado a bandeira portuguesa e de ter ... agora já não me lembra, porque essas imagens, não, de certeza que não passavam, mas eu lembro-me de ver isso. Não sei porque via, não é? Foi à posteriori, mas eu lembro-me de a notícia do Marcelo Caetano ter sido recebido com a apupos e de queimarem bandeiras portuguesas, etc. em Londres. Lembro-me, isso, lembro-me, porque se falava em determinados meios e, lá está, em jornais semiclandestinos do Massacre de Wiriyamu (...) em Moçambique, dos Padres brancos que denunciaram o massacre (Isabel, 01:00).

Qualquer aproximação ao contexto de receção destas notícias no passado obriga a uma apurada contextualização que remete para o presente, isto é, procurar aprofundar como a notícia foi sendo, ou não, atualizada pelas instituições, pelos *media*, pelas experiências de vida. E estão nesta categoria notícias que ciclicamente são rememoradas na atualidade, contribuindo para a ressignificação dos acontecimentos, como a *Guerra do Vietname*, a *Queda do muro de Berlim*, o *11 de setembro*, ou, no caso da política nacional, o *25 de abril* ou a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE). Esta atualização ocorre, desde logo, nos vários *media*, tanto nos meios informativos, como pelo cinema, teatro, música, etc. A dificuldade de enumerar os agentes sociais encarregues da construção da memória coletiva obriga a que a análise das entrevistas realizadas tenha em atenção, ainda, aos vários eventos celebrativos que ocorrem. Por exemplo, não podemos deixar de ter em consideração as comemorações que estão a decorrer sobre os cinquenta anos do *25 de Abril*, ou as recentes exposições mais circunscritas, como a retrospectiva do fotógrafo Eduardo Gageiro, em Vila Franca de Xira, intitulada “Cheias de 67” (2019) e a exposição, no Porto, intitulada “Francisco Sá Carneiro e a Construção da Democracia” (2025). Por exemplo, José C. depois de afirmar que acompanhou as notícias das grandes cheias do distrito de Lisboa, em 1967 refere:

(...) foi aí uma das situações em que solidariedade dos próprios estudantes de medicina... foram um dos primeiros a ir para, para a zona e apoiar...e devo dizer que... e houve uma oportunidade em que eu tive a sorte de ir visitar a exposição que estava em Vila Franca de Xira e ter tido muitos minutos de conversa com o Eduardo Gageiro (José C., 00:34).

No mesmo sentido, Justino, a propósito das mesmas cheias, declara:

(...) aquela grande cheia de Vila Franca de Xira (...) uma pessoa fica chocado, mas eu não vi, vi agora, hoje, pode-se ver hoje, pode-se ver e sentir que realmente... porque era antes do *25 de abril*... e aquilo não era, não era transmitido não é (...) e hoje vesse, vesse a realidade essas pessoas aflitas com os seus negócios, com seus animais mortos, com as inundações, com as casas destruídas (Justino, 01:30).

Manuel especifica a propósito da mesma ocorrência:

Vi nos meios de comunicação e presenciei, porque depois fui lá, que era ao pé da minha terra. (...) e vê-se a imprensa que nós tínhamos. Só agora há pouco tempo é que se veio saber que morreram 1000 e tal pessoas e eles só diziam...que só morreram 50 ou 60 pessoas e morreram 1000 e tal pessoas. (...) e há pouco tempo é que eles disseram que houve um jornalista que começou a ir a fazer pesquisas e viu que morreram 1000 e tal pessoas, mas para eles só tinham morrido 100 (Manuel, 00:46).

A interferência na memória de outras experiências vivenciadas, em torno dos acontecimentos lembrados, tem frequentemente este cunho pessoal:

e outra coisa que me chocou, eu fui e tive o privilégio de ir (...) Hiroshima e Nagasaki ao Japão e a Tóquio (...) tive a possibilidade de estar, de estar (...) 50 anos do lançamento da primeira bomba em Hiroshima ...e tocar o sino, o sino da... naquela hora mesmo (...) emocionou-me muito que... e depois ir ver o museu (...) são de facto notícias que pronto que ninguém gosta (Justino, 01:11).

Enquanto Cândida, a propósito das notícias internacionais marcantes, antes do *25 de abril*, não hesita em interrogar o entrevistador: “a nível internacional marcou bastante guerra no Vietname, até porque havia filmes, não é? E havia acesso à história através de alguns filmes que ficaram icónicos” (Cândida, 00:13).

A dificuldade de abordar estes testemunhos decorre da complexidade de análise da construção da memória passada. Destaco aqui o cinema e o caso paradigmático do testemunho de Carlos que afirma, como notícia marcante da sua vida, a morte de J. F. Kennedy, que diz ter acompanhado no jornal *O Primeiro de Janeiro*: “essa fase aqueles primeiros dias da morte do Kennedy, eu se não tivesse dinheiro, nem que tivesse que pedir emprestado, mas eu comprava sempre o jornal para acompanhar” (Carlos, 00:19). No entanto, tinha 7 anos, o seu erro talvez advenha do seu interesse posterior, que ele também refere, a propósito de J. F. Kennedy: “e depois até passei a ver os filmes..., mas isso foi uns anos mais tarde” (Carlos, 00:19). Já Manuel refere ter acompanhado o desvio do pacote de Santa Maria, por Henrique Galvão, em 1961, por uma radio pirata, no entanto, teria apenas 12 anos, o que levanta dúvidas sobre a informação (Manuel, 01:02).

Neste sentido, não é só o lugar ocupado pelo esquecimento que merece reflexão, é também o da lembrança. Assim, devemos ser cuidadosos face ao “acompanhamento” de notícias pelos entrevistados, quando surgem apenas referências à recordação de imagens que retêm na memória ou às sensações que as notícias suscitaram. Provavelmente seria necessário acompanhar com nova entrevista, e maior contextualização das temáticas, as dúvidas que fossem suscitadas.

Detenhamo-nos nas imagens marcantes noticiadas, que recenseamos nesta amostra de entrevistas. É provável, neste caso, encontrar uma maior âncora no passado, nas notícias lembradas de forma espontânea, referentes a factos menos atualizados pelos *media*, é o caso de Isabel quando relembra os dois episódios seguintes:

“Lembro-me, lembro-me de outra notícia. Essa eu já tinha para aí sei lá 12, talvez que me marcou muito também, que foi aquele ataque em Munique aos, aos, israelitas. Lembro-me perfeitamente (...) os atletas israelitas, lembro perfeitamente e das

imagens do pessoal na... nas varandas (00:54) (...) e se for pensando, lembro perfeitamente da chegada do Aiatola Khomeini ao Irão, que foi outra importantíssima, não é? Os problemas do Xá e a revolta no Irão, etc. (...) Ah, e a chegada dele é apoteótica, a abrir os braços à saída do avião e não sei quê. Ah, lembro perfeitamente dessa (Isabel, 00:56).

Também a Alfreda guarda imagens sobre a guerra colonial portuguesa:

Ah, nós víamos a... uma coisa horrível que era a partida dos militares para a guerra. (...) na televisão, as despedidas no cais da Alcântara, os que partiam e não sei quê, que era realmente uma coisa de terrível, não é? Ver as pessoas a chorar, as pessoas, as famílias e, e, a gente pensava, será que eles vão voltar? Vão voltar vivos, vão voltar. Mas... não me, não me lembro assim de muito mais (...). Acho que a nossa guerra colonial era mais ou menos as partidas, as chegadas e os *adeus até ao meu regresso*, no Natal, das mensagens de Natal e as do movimento nacional feminino e... aquelas coisas (Alfreda, 00:46).

A mesma lembrança ocorre a Isabel: “Lembro perfeitamente das despedidas no cais da Rocha de Óbidos, acho eu, as pessoas que vinham da província vestidas de preto e não sei quê, a acenar com os lenços brancos, a ida das tropas naqueles barcos gigantescos. Isso era absolutamente dilacerante” (Isabel, 01:01).

Alfreda retém na memória outras imagens marcantes, relembra a saída do Nelson Mandela da prisão: “Impressionante. Há muitas coisas emocionantes, mas o facto é que o poder da imagem, e depois também na África do Sul, aquele, aquela passagem para... quando o Mandela se torna presidente da República naquele estádio enorme” (Alfreda, 01:54).

Já Nuno recorda:

aquele descarrilamento grande que houve de um comboio, aqui na linha perto de, Custóias, perto de Custóias, por exemplo lembro-me de estar com atenção (...). Esses grandes acidentes são de facto as que às vezes ficam mais na memória, como a queda da Ponte Entre-os-Rios e as Torres Gêmeas, pronto... e também ficam na memória (Nuno, 00:12).

Os entrevistados relembram espontaneamente algumas catástrofes naturais ou acidentes trágicos que foram notícia e retiveram na sua memória. Arlindo evoca a memória do “sismo dos Açores (...) aquele de que destruiu quase Angra do Heroísmo” (Arlindo, 02:02). E José S. recorda:

Ora bem notícias em especial, normalmente estão associadas a catástrofes, ou assim, não é? Como foi o caso do vulcão dos Capelinhos e pronto e toda a gente acompanhou o evoluir da situação. Quando foi tsunami lá no Japão e, e, outras coisas assim (...). Seria a televisão que é que mostrava mais” (José S., 00:41).

Estas notícias de interesse humano também surgem com elevado grau de inexatidão, sem contextualização, nem precisão temporal ou meios utilizados, não obstante, impressionaram os entrevistados, pois sobre elas retêm imagens. Salvato refere: “recordo-me quando foi, enfim há muitos anos, um crime numa praia lá para o lado da Figueira da Foz. Enfim uma coisa terrível aventou-se o folhetim durante dias e dias” (Salvato, 00:43). João relembra: “aquela que mais me chocou foi com um avião, que já não me recordo, caiu num...na neve, para um país distante, não me lembro agora (...) as pessoas para sobreviver tiveram que canibalizar” (João, 00:43). Adelaide também assinala:

lembro-me que houve (...) que houve um, um temporal muito grande, que destruiu muita coisa e eles fizeram menção de passar isso na, na televisão (...) houve um terramoto e que chegou ao Porto, eu lembro depois...eu ouvia falar...ter sido muito noticiado, até porque muitas, a maior parte, das pessoas sentiu (Adelaide, 00:13).

Contudo, as respostas com referências a imagens que remetem para acontecimentos muito atualizados, por instituições e pelos *media*, devem ser bem mais ponderadas. António A. surge como exceção ao responder à questão «se recorda a receção da notícia sobre o ataque às Torres Gémeas, o *11 de setembro*?», com uma imagem que não é muito reatualizada:

Eu aí, vou-lhe dizer, eu tive algumas dissensões na interpretação, com o presidente do conselho diretivo (...). Pus-me ao lado da América. Recentemente comecei a ver coisas, segundo as quais aquilo está ser preparado pelos próprios americanos (...). Sei é que eu na altura achei que o que eles fizeram foi de tal maneira bárbaro (...). Segui, impressionou-me aquilo. (...) lembro-me que Bush estava numa escola, com alunos, e há a cena em que lhe vão comunicar ao ouvido e ele levantou-se e saiu, mas não o achei muito alarmado (...) (António A., 01:06).

No entanto, a grande maioria destas recordações remetem para imagens muito reproduzidas após a ocorrência dos factos. Detenhamo-nos nelas por serem preponderantes.

Adelaide descreve as notícias do *25 de abril* com uma imagem: “Na altura foi muito divulgado um homem, um militar em cima no capô do carro com um cravo (...)” (Adelaide, 00:27). Isabel refere-se também a várias imagens que guarda de notícias: “lembro perfeitamente da chegada do Soares e do Cunhal, de comboio, não é...a Portugal. Essas também são e...ou da...e de facto das imagens dos presos a saírem de Caxias que é...são imagens muito, muito, comoventes” (Isabel, 00:57).

A mesma entrevistada lembra-se de acompanhar o *11 de março* de 1975:

O Adelino Gomes completamente a fazer em direto a reportagem e... agora os soldados abraçam-se... e aquilo foi uma um acontecimento. (...) e o 28 de setembro (...) também as barricadas. (...). Também em direto. Portanto, era muito, era muito imediato, era muito televisão (Isabel, 00:29).

Alfreda relembra o *11 de março*: “daquela célebre entrevista do... em direto do, no Terreiro do Paço... e daquela, daquela, emoção (...) se, se o tanque avançava, se não avançava, o Adelino Gomes foi fundamental aí nessa, nessa, fase toda” (Alfreda, 01:11).

Isabel refere outras imagens que guarda: “lembro-me por exemplo de terem cortado isso, a emissão ao Duran Clemente, que estava a falar..., portanto, no *25 de novembro* (...). Ele pertencia à quinta divisão...de estar a fazer um discurso...e dizer «estão a fazer sinais»” (Isabel, 00:33). E, ainda, relembra:

A queda do muro, então é absolutamente... e é o mundo novo (...) até tenho um bocadinho do muro que depois me trouxeram de lá (...). Depois fui posteriormente, claro, a Berlim (...) mas é uma notícia absolutamente transformadora, não é? Mudou tudo. Tudo. (...). E as imagens, lá está, na televisão, as imagens dos primeiros a atravessar a fronteira, daquela desorientação dos próprios polícia, sem saberem muito bem o que é que haviam de fazer, com as pessoas a dizer que tinham visto na televisão (...) as pessoas podem atravessar e, ...e, as pessoas levantaram-se e foram a correr para passar (Isabel, 01:03).

José S., também, refere sobre a queda do muro de Berlim: “Olha aí está, aí está, por exemplo, a queda de muro de Berlim foi um espetáculo, um espetáculo (...) a imagem do homem com a picareta e o outro lá coiso e a trepar e a deitar aquilo abaixo” (José S., 01:00). E viu pela televisão.

Já António A. afirma ter assistido à comunicação ao país do Presidente da República, Ramalho Eanes, depois do acidente aéreo que vitimou Sá Carneiro: “Sim. E ele aquilo foi dramático. Foi dramático porque morreram logo três ou quatro, não é?” (António A., 01:07). Salvato também guarda imagens sobre a notícia da morte de Sá Carneiro:

Quando houve o desastre de Camarate, por exemplo, recordo-me bem do impacto que teve no país a transmissão da notícia da morte do primeiro ministro, não é, sobretudo dele, não, não tanto dos seus companheiros de viagem, e em que a própria televisão na altura RTP1, o Fernando Balsinha, enfim, que foi no fundo o homem que foi o pivô da Notícia...o operador de câmara filmou o cadáver jazente enfim há coisas que são só para alimentar um conjunto de mentes um bocadinho mais patológicas (Salvato, 00:45).

O mesmo entrevistado questionado se acompanhou a notícia sobre a cerimónia da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE refere: “sim, sim isso via em direto pela televisão sim (...) nos Jerónimos” (Salvato, 01:11). Nuno a essa questão também responde: “acompanhei, acompanhei (...) fiz questão de ver na televisão a assinatura, assinatura de Portugal da adesão de Portugal e acompanhei-o até hoje” (Nuno, 00:33). E Carlos interpe-lado com a mesma pergunta recorda:

Agora na altura foi o que eu me fixei assim mais, foi de assistir, já em televisão, à adesão mesmo, o assinar o acordo, aí sim, aí estive a ver e ouvir com atenção (...) o ato da assinatura do acordo ainda com o Dr. Mário Soares... sim...,mas não, não pá (...) mas não era uma coisa que me agarrasse (Carlos, 00:16).

Também José S. responde de forma semelhante: “Ora bem tenho a ideia disso, era o Mário Soares e tenho ideia dessa cerimónia nos Jerónimos e da Adesão, esse ritual, todo esse cerimonial (...). Sim, claro, a gente acompanhava” (José S., 00:59).

Já António V à mesma questão refere:

Pronto, agora não, eu não sei o que é que dizer sobre isso. Hoje é bom. Claro, não é? Mas na altura a gente também não entendia muito bem porque o que é que... para que é que isso servia...só depois da moeda, só depois dessa coisa toda é que começámos a entender. (António V, 00:36).

Com alguma frequência a memória de uma notícia passada, que sabemos muito atualizada pelos *media* e instituições, é acompanhada, somente, pela referência, mais ou menos vaga, ao impacto emocional causado, ou reações partilhadas, com ou sem referência ao meio utilizado. De forma espontânea, mas parca em palavras, Jacinta refere: “o *11 de setembro* marcou, lembro muito do homem à lua...também assistia (...) marcante sim” (Jacinta, 00:18). Alfreda recorda, sem pormenorizar, as primeiras eleições democráticas de abril de 1974: “acompanhei como era possível acompanhar pela televisão. Acho que é porque a televisão deu. (...) Era uma, uma emoção a ver o que é que acontecia, o que, o que é que vai acontecer, o que é que vai acontecer a partir daqui” (Alfreda, 01:10).

Quer nas respostas obtidas de forma espontânea, quer nas que resultam da sugestão do entrevistador, encontramos referências curtas, sem menção a contextos, imagens ou sensações, apenas a sua enunciação e/ou enumeração de notícias de acontecimentos.

Arlindo lista por sua iniciativa referências vagas a acontecimentos noticiados:

a leitura, a leitura se podemos dizer, a leitura da notícia do *25 de novembro*, a história do fim do da queda do muro de Berlim, e depois a história da, da Rússia,

aquela sucessão de golpes estado... do Gorbachov (...) Quer dizer eu comprava eu comprava jornais e às vezes o jornal para mim era um, um alimento (Arlindo, 02:02).

Também José S. refere um contexto de conflito internacional de forma vaga: “a América e Cuba e lembro desses episódios e que o mundo esteve à beira do abismo (...) lia-se, ficava assim com conhecimento, mas não era eu que ia resolver a situação do mundo” (José S., 01:01).

Nas questões mais direcionadas colocadas pelo entrevistador, sobre notícias muito atualizadas pelos *media*, estas respostas ganham relevo. Questionados sobre se guardam a memória da notícia da *chegada* do homem à lua são várias as respostas lacônicas: “Lembro-me também da ida a lua, que eu tive, que eu tive a ver na televisão aquilo” (Manuel, 01:02); “Sim, recordo-me, recordo-me disso que houve muita gente, houve muita gente que não acreditou nisso” (Amândio, 00:51); “Ah isso, lembra-me disso ter acompanhado, sim, sim, sim disso... na altura houve muita gente que não acreditou” (João, 00:54); “isso foi muito, muito comentado, muito divulgado” (Adelaide, 00:25); “[lembro]das reações das pessoas de descrédito incrédulos etc. foi tudo montagem etc.” (José C., 00:37).

Na memória de notícias sobre a queda do muro de Berlim também deparamos com respostas vagas: “Lembro-me do da queda da queda de Berlim, não é? Do muro. Do muro também. Foi, foi, gostei muito disso. Lembro-me, lembro-me” (António V., 00:38); “acompanhei tanto, tanto, acompanhei, fiquei tão entusiasmado que acabei por lá ir, não é (...) despertou uma curiosidade. Lia tudo que, que havia sobre isso e disse... não eu não posso ficar aqui parado eu tenho que conhecer (...)” (João, 01:10); “já terei lido qualquer coisa, em revistas já, mas antigas” (Adelaide, 00:31); “Também. Também [acompanhei queda do Muro de Berlim]” (Jacinta, 00:33); “Achei muito bem” (Manuel, 01:02).

E as mesmas referências vagas ocorrem quando questionados diretamente sobre se recordam as notícias em torno da independência de Timor-Leste, que constituiu um dos acontecimentos que mais mobilizou a sociedade, as instituições e os *media* portugueses. Adelaide responde: “foi um processo que a maior parte da população viveu quase em direto sim...provavelmente na televisão. Provavelmente na televisão” (Adelaide, 00:31). Já Nuno limita-se a referir: “também marcaram muito, pronto” (Nuno, 00:34). E Jacinta apenas diz: “Também...recordo” (Jacinta, 00:32). António V. diz recordar-se, de forma sucinta e nebulosa: “lembro-me, lembro-me, sim senhora, também. Eh, foi, sim...era...como é que se chamava o outro país invasor?... (...) pronto, não sei, já não recordo (...) mas eu lembro perfeitamente disso, da... invasão e depois, não é, depois (...) a recuperação do, do país” (António V., 00:39).

Outros acontecimentos marcantes, muito atualizados pelos *media*, recebem respostas curtas. Manuel a propósito da Guerra do Golfo limita-se a referir: “Sim, também lembro de

ter visto informações sobre isso” (Manuel, 01:02). E sobre o *11 de setembro* resume: “acompanhei tudo isso tudo... televisão sobretudo pela televisão” (Manuel, 01:11).

Amândio questionado sobre se acompanhou a inauguração da ponte sobre o Tejo, em Lisboa aproveita para relembrar uma anedota: “Sim, recordo de ver e foi muito falado e a televisão mais... e tudo isso. (...) Cristo rei, o Cristo rei, falava-se na altura que ia ser o maior cinzeiro de Portugal, que iam lá as beatas todas” (Amândio, 00:50).

E Nuno, interrogado sobre se tem memória das notícias sobre os retornados das ex-colónias, após *25 de Abril*, sentencia: “acompanhei mal porque era um processo enfim, nós todos, nós somos egoístas, era um processo que não me dizia muito, não tinha familiares retornados envolvidos e, portanto, não me dizia muito, mas era só assim uma vaga sim” (Nuno, 00:33).

Jacinta interpelada “se assistiu às notícias referentes ao processo de entrada de Portugal com a CEE”, responde também de forma quase ausente: “Sim, sim, sim, sim. Mais ou menos, sim” (Jacinta, 00:32). E sobre a assinatura do Acordo: “Sim, tenho, tenho uma vaga ideia, tenho” (Jacinta, 00:32). E António V. sobre o mesmo tema, também resume: “Sim, sim. Foi, foi um momento muito importante. (...) acho que assisti mais tarde no telejornal da noite, acho que foi em casa até que eu que ouvi isso” (António V., 00:37).

E por duas vezes, os entrevistados, ao serem questionados sobre se têm memória da receção de notícias sobre a guerra colonial, ao invés de remeterem para notícias, referenciam a memória que guardam da propaganda política:

Eu lembro-me daquela coisa (...) se calhar inadequada, mas era aquele matraquear do *Angola é Nossa* e, e...que nós não percebíamos, nós mais pequenos não percebíamos, o que é que, o que é que queria dizer (...) os nossos primos, os nossos amigos a desaparecerem e irem para, para longe e deixarem de existir, e depois aquela coisa do *Angola é Nossa, Angola é Nossa*, era perturbador, muito perturbador” (José C., 00:38);

João também refere: “era sempre a exaltação do patriotismo, os soldados vão para a guerra (...) não sei quê, que estão a defender a pátria e a bandeira, até havia cantigas” (João, 00:51).

Estas respostas curtas constituem o núcleo de informações cujo conteúdo de memória passada se afigura altamente problemático, por remeterem todas elas para acontecimentos históricos permanentemente lembrados, por várias incitativas institucionais e mediáticas. Porém, todas elas apontam para a tendência que considero mais presente nos teste-

munhos recolhidos, a saber: a forte propensão para a identificação de notícias com factos históricos. Detenhamo-nos neste último ponto.

#### 4. Notícias- acontecimento e acontecimentos-notícia: memória individual e memória coletiva

O projeto MemNews, no que respeita à recolha de memórias de receção de notícias no passado, apresenta uma terceira e última dificuldade, que surge como uma oportunidade, como veremos, e que se prende com a constante sobreposição do conceito de notícia e acontecimento. Como há muito Pierre Nora chamou à atenção, nas sociedades contemporâneas “não há acontecimento sem os *mass media*” (Nora, 1984, pp. 46-47). Nesse sentido, e independentemente de serem ou não induzidas as questões, ou mesmo das diferenças sociais dos entrevistados (no género, formação, ou área geográfica, por exemplo), sem exceção, muitas das respostas obtidas fazem coincidir notícias com acontecimentos históricos, com ou sem narrativa histórica. Estas respostas, podemos afirmar, são as mais frequentes. Detenhamo-nos naquelas que recenseámos.

Amândio, à pergunta “se recorda de alguma vez ter assistido ou lido uma notícia (...) que lhe tenha feito impressão?”, responde: “Quer dizer, a notícia que para mim teve mais impacto e foi dada pessoalmente por um colega meu, no entreposto, foi o *25 de abril*” (Amândio, 00:40), descrevendo pormenorizadamente o episódio, sem referência aos meios de comunicação, ou ao contexto de receção mediático. Também José S. salienta: “o Primeiro de Maio foi a primeira grande enchente na cidade do Porto fabuloso...eh porque foram poucos dias após a revolução” (José S., 00:51). Já António A., sobre o que que lembra das notícias do pós *25 de abril* descreve: “Bem, aquilo era catadupa, não é? Não se falava outra coisa, havia as ocupações de terras no Alentejo, havia as nacionalizações, havia as manifestações e dentro do parlamento (...) os deputados lá ficavam dentro” (António A., 00:52). Cândida sobre as notícias marcantes do Estado Novo recorda: “E, e depois também as notícias da, da... sobre o governo de Marcelo Caetano, não é? Portanto, aquilo que ele dizia que iria fazer, a abertura” (Cândida, 00:14). João a propósito da entrada de Portugal na CEE, aponta: “acompanhei fundamentalmente pela intervenção do Mário Soares, que era uma referência” (João, 01:06).

Os entrevistados não só remetem as suas respostas sobre notícias para acontecimentos históricos, como comentam e/ou interpretam, revelando contrastantes visões do mundo.

António V. destaca a notícia mais marcante do período anterior ao *25 de abril*: “É, pá, a guerra, a guerra no Vietname, por exemplo, também foi, foi muito mal. Os americanos querem ser o dono do mundo, mas não conseguem. E não tenho assim mais nenhuma memória” (António V., 00:27).

Manuel responde à memória de notícias sobre a descolonização, desta forma:

“Lembro-me das reuniões que houve no Algarve, (...), quando fizeram, ainda era o Mário Soares (...) não sei se fizeram bem, se fizeram mal, mas pronto, eu acho que fizeram bem porque aquilo, aquilo não era nosso, só tínhamos era que entregar com algumas condições” (Manuel, 00:53).

Já António V. responde à mesma questão: “Acompanhei, sim acompanhei, fiquei todo feliz, embora, embora fizéssemos a coisa muito mal feitinha, porque podiam ter aproveitado melhor a situação, não é? Podiam ter aproveitado que aquela malta que morreu lá toda, ficou-se. Pronto, morreu por, por, porquê? Não é?” (António V. 00:34). A entrevistadora insiste: “E o que é que se lembra de notícias sobre a descolonização?”. António explica: “Mas isso, isso aí, essas notícias ainda eram...eram *poucochinhas*” (António, 00:34).

No mesmo sentido, a pergunta idêntica, Amândio esclarece:

Lembro-me, lembro-me e, e, pelo facto de lá ter passado 3 anos e... também eu me revoltei um pouco com isso no meu interior e nas conversas minhas com amigos. E porque Portugal sendo tão pequeno ficou tão prejudicado, tão prejudicado, tão prejudicado com a descolonização que isso chocou-nos, a nós como militares que lá passamos tantos anos, e milhares e milhares de homens que passaram por aquilo” (Amândio, 01:02).

Quando questionado sobre se recorda as notícias que cobriram os retornados, após o 25 de abril, João afirma:

Sim acompanhei (...) eu acho que eram notícias normais (...) tiveram que fugir de ...,portanto as notícias procuravam retratar isso, mas aí já havia a tal, a tal, não digo censura, mas o tal cuidado de alguns não... de alguns jornais ou de algumas fontes de informação... e não, não serem tão, tão puras (João, 01:03).

Sobre o mesmo tema António V. responde:

Eh pá, a gente acompanhámos, acompanhámos a notícia com, com ...não queríamos os que cá estavam... não gostei muito (...) depois houve um aproveitamento também, porque os melhores, melhores lugares que havia cá foi para essa malta que veio, não é? Não estávamos de acordo com isso. Isso tudo foi através da televisão. (...). E, portanto, pá, a malta que tinha lá sítios bons, vieram para cá, ainda, ainda tiveram sítios, lugares melhores, não é, na comunidade (António V, 00:35).

Também Manuel se refere ao assunto e não à notícia quando interpelado:

acompanhei esse processo e houve uma situação que eu não gostei. Não sou contra os retornados, as pessoas eram..., mas só era contra pessoas que estavam cá para ocupar certas posições...e os retornados vieram, foram todos postos aí...e em, em departamentos como as finanças, como nas câmaras, como isto, como aquilo. E os outros que cá estavam ficaram à espera de uma nova vaga (Manuel, 00:51).

A entrevistadora ainda pergunta: “Isso era tratado nos meios de comunicação ou o senhor Manuel sabia dessas coisas?”. À qual Manuel responde: “Sabia, porque eles não, não, não diziam nada. Só diziam que chegou mais tantas pessoas, que eles tinham o direito” (Manuel, 00:54).

Questionados sobre a receção de notícias, durante o período revolucionário, alguns entrevistados preferem a interpretação dos acontecimentos, que sobrepõem à questão levantada. João sobre o *11 de março* e o *28 de setembro*, de 1974, explica: “acompanhei bem isso, o *11 de março* (...) acompanhei como se fosse um movimento contrarrevolucionário (...) de uma facção do exército, que queria liquidar a revolução, e na altura eu estava completamente pela revolução” (João, 01:04). José S. recorda o *25 de novembro*: “depois que o país começou a entrar na linha direita” (José S., 00:52). António A. também refere vários episódios do passado:

Por exemplo, não gostei nada de alguns atos do falecido e Saramago. Não posso admitir isso, coisas que ele fez. E isso sem deixar de o reconhecer como um grande escritor, não é? Mas, mas não, mas não fez bem, não procedeu bem. Ele perseguiu, perseguiu, isso é minha opinião, claro, mas ele perseguiu alguns lá, lá do *Diário de Notícias*. (...). Houve excessos houve excessos, não é? Mas também houve excesso do lado da direita e da extrema-direita, por exemplo, nas sedes do PCP, por aí fora também o banditismo, não é? (...) Aquele em Braga, não é? Aquele, aquele padre (...). Pronto, eu ia acompanhando aquilo tudo (...) pela televisão, pelos jornais, não é? Ia tomando posição (António A., 00:53).

Justino, sobre notícia da morte de Sá Carneiro, explica: “chocou imenso e a morte dele foi um atentado, que não há dúvidas nenhuma” (Justino, 01:02).

Também António A. ao ser questionado “se acompanhou as notícias sobre a entrada de Portugal na CEE”, disserta sobre o assunto:

Eu segui isso mais ou menos. Acompanhei isso e achei que era uma mudança estratégica para Portugal, não é? (...). Portugal estava fechado, não é? (...). Achava-se

que, de facto, Portugal estava isolado (...). E aqui os lanifícios, por exemplo, nessa altura sofreram os efeitos (...). Na altura concordei com isso (António A., 00:57).

Já Manuel refere sobre mesma pergunta que lhe é colocada:

Acompanhei. (...). Não tive muito interesse, porque eu fui sempre contra a integração na CEE. Eu sou daqueles que acho que Portugal tava mal, mas acabou-se com muita coisa. Lembra-me do senhor Cavaco Silva dar dinheiro às pessoas para acabar (...) com a, com a pesca, para acabar com a agricultura (...). Somos um país de mar e tal, temos que aproveitar mais o mar e a pesca (Manuel, 00:55).

O entrevistador ainda insiste, se se lembra de ter visto a notícia da assinatura do Tratado, mas Manuel responde: “Lembro, lembro. Mas para mim foi, foi, o que eu disse no início, para mim gostava mais que nós, pá, trabalhássemos (...)” (Manuel, 00:57).

Também José C. à mesma pergunta responde:

[acompanhou] alguma coisa, mas (...). O processo foi anterior à tese de doutoramento (...) o que eu aprendi dessa época é uma frase do presidente Mário Soares que diz «a decisão tá tomada agora arranjem a justificação», o que eu acho fantástico, se é verdade, penso que é, acho que é brilhante porque esse aspeto é de um líder (José C., 00:46)

À mesma questão Amândio responde: “Sim, o Dr. Mário Soares foi o grande obreiro” (Amândio, 01:05). O entrevistador insiste em saber quais os meios de comunicação usados, ao que este responde:

Eh, foi a televisão. Sim, a televisão. Os jornais, eram paragonas de jornais que, que enchia todos os dias (...). Claro que isto deixou-nos a nós portugueses todos com, com... era um alerta assim... e agora o que é que vai ser a gente entrar, o que é que acontece? O que é que não acontece? E não sei quê. Depois de entrarmos, depois começamos a ver que o 1 € não era um escudo (...) e eu, e eu digo-lhe isto com conhecimento de causa, como sabe, eu tive um táxi e a malta pagava-me (...) demorou algum tempo a ter consciência que aquilo não eram escudos (Amândio, 01:05).

Também Cândida refere a propósito das notícias sobre o mesmo tema:

Recordo. Eu já sou velha. (...). Vi na televisão. Vi na televisão. Depois ainda acho que li o discurso do Dr. Mário Soares. (...). E lembro-me, sobretudo, das reações, também nos jornais, nos diferentes jornais, e das reações daqueles que eram contra, não é, e dos que achavam que era realmente a grande saída para nós, uma vez que

tínhamos estado sempre sozinhos e era a altura de entrarmos na Europa. Lembro-me disso (Cândida, 00:31).

Salvato a propósito de notícias marcantes elege o fim do *apartheid*, mas da seguinte forma:

A mudança de regime na África do Sul interessou-me muito (...) até porque eu tinha vivido lá e tinha percebido, enquanto lá vivia, o que era verdadeiramente o *apartheid* ali (...) foi de facto para mim uma enorme alegria ter verificado que apesar de tudo (...) o partido Nacional conseguiu entender-se com o Mandela e fazer uma transição de regime que foi exemplar na época e hoje (Salvato, 01:18).

Sobre as notícias respeitantes ao fim da União Soviética António V. prefere refletir: “lembro-me, sei lá, tanta coisa que aconteceu nesse, nesse...por exemplo, o fim da União Soviética (...) Pronto, porque isso era um mundo pá, que eles tinham, porque é que eles queriam isso, essa terra toda... agora tão, agora estão a querer recuperá-lo, não é?” (António V., 00:39).

E sobre a receção das notícias da queda do muro de Berlim António A. também faz um balanço histórico:

Bom, para já todos ficamos, eu fiquei muito contente, porque a divisão do país terminava e foi ao mesmo tempo um marco histórico, não é? Marco histórico da ordem, da ordem internacional vinda da Segunda Guerra Mundial, que agora ainda está a piorar mais. E, e, portanto, isso. (...). E na altura senti que podíamos estar à beira de uma era nova, não é... que acaba por ser histórico (António A., 01:01).

Cândida interrogada se acompanhou notícias sobre a queda do muro Berlim, a guerra do Golfo ou o referendo pela independência de Timor-Leste, respondeu: “posso dizer, quase com toda a certeza, que foram dos mais marcantes neste...no virar da década de 80 para 90, por isso sim” (Cândida, 00:34). Solicitada a explicar através de que meios se informou Cândida responde: “Via televisão e via o jornal, mas muito via televisão” (Cândida, 00:34). Explicando:

porque eram acontecimentos de tal ordem e como é que eu hei de dizer, surpreendentes, alguns, não é? (...). A queda do muro de Berlim foi, a queda... daqueles momentos de rotura histórica... absoluta (...) foi pensar o que é que virá daqui para a frente, o que é que acontecerá à União Soviética (...) e, portanto... com a noção perfeita de que através do que lia e do que via, de que não seria fácil ... a Europa Ocidental (...) Portanto, esse aí foi um momento de expectativa, foi um momento de alegria. (...). Porque eu sempre entendi que aquele muro realmente não devia existir. (...). E depois falou aí na Guerra do Golfo e isso aí incomodou-me muito, incomodou-me mesmo muito. Foi e se calhar aquilo que eu estou a sentir agora também em relação às guerras que estamos a viver. (...). Era, era, era... porque aquilo real-

mente mexia com toda a gente. Guerra efetivamente televisionada, quase direto (...). E nós praticamente víamos a guerra em direto (Cândida, 00:35).

À pergunta sobre a memória das notícias, desta guerra, José C. afirma:

Sim, sim, lembro-me da Guerra, Guerra do Golfo, que mais tarde se vem a compreender que de guerra e... como como se constrói as notícias que possam levar à guerra e que possam levar à hegemonia, não é... e a destruição de um património que existia e que rapidamente foi, foi roubado ou, ou foi destruído pelas forças invasoras, neste caso, não é? (José C., 00:49).

Não por acaso, um grande número de entrevistados quando questionados sobre notícias marcantes, remetem para a sua experiencia pessoal, ou mesmo proximidade, ou participação num acontecimento de cariz histórico e, mais uma vez, sem referência ao contexto de receção. Na lembrança desses factos evocam-se familiares e amigos. Isabel relembra o episódio marcante que acompanhou:

Ah, e lembro-me de uma coisa, mas isso foi antes do *25 de abril* ainda, que também foi muito interessante. Ah, como eu já disse, o meu pai tinha sido da JOC [Juventude Operária Católica]. Isso, ainda vivíamos na Amadora e, e houve uma altura que o Manuel Serra, que foi um líder da FSP, e que também era a JOCista, também foi da JOC, e era muito amigo do meu pai, e quando saiu da prisão de Peniche foi lá a casa almoçar porque eles eram amigos e lembro perfeitamente de estarmos todos à mesa e dele a contar. (...). Portanto, ele era preso político, teve imensos anos porque participou no ataque ao quartel de Beja e foi e, e foi preso. E, portanto, e isso não foi imagem na televisão (Isabel, 00:57).

Também João refere, sobre notícias com relevo na sua vida, no período do Estado Novo: “recorda-me bem, recorda-me bem, da inauguração do...tinha eu 11 anos, da inauguração do Mercado Municipal (...) estava na primeira fila e, e do outro lado estava o Craveiro Lopes” (João, 00:52). O mesmo entrevistado, sobre o período pós- *25 de Abril*, especifica: “recordo-me foi Monsanto, salvo... foi Monsanto, e eu saí de casa, a minha mulher não me queria deixar sair, eu escapei (...) disse, não, não, eu sou do Povo, eu tenho que participar, eu tenho, tenho que ir, se morrer, morri (João, 01:05).

Justino a propósito de notícias marcantes durante o Estado Novo relembra:

que me, que me chocou bastante foi a de... foi a do Humberto Delgado, a morte de Humberto Delgado também o assassinato dele (...) e pronto (...). A campanha de Humberto Delgado, a campanha do Humberto Delgado. (...) mas lembro-me do que era o ruído da praça de Carlos Alberto, completamente cheia, que vi depois por fo-

tografias o que era aquele (...) morávamos quase em frente e aquele, aquele, ruído era uma força (Justino, 00:36).

Amândio questionado sobre a memória de notícias sobre o candidato presidencial opositor Humberto Delgado descreve um episódio familiar:

Portanto, mas recordo-me perfeitamente disso. Recordo-me que fui com o meu avô a votar e lembro do meu avô, depois de votar, vir a falar com um senhor, não faço ideia já quem o senhor era, mas lembro perfeitamente dizer: «Ah, então nós vimos aqui só perder tempo, a gente já sabe quem é que vai ganhar». Porque quem ganhava era sempre o Salazar e o Américo Tomás eram sempre reeleitos. Sempre reeleitos (Amândio, 00:50).

Também José S. responde à mesma questão com episódio pessoal:

Eu lembro de um, de um episódio muito interessante (...). Um dia eu e os meus amigos fomos à campanha do Humberto Delgado no cinema Vale Formoso, mas eu disse aos meus amigos, «vamos mas é sair daqui que está aí a polícia» e fomos para a rua do Amial para apanhar o elétrico (...) mas naquele espaço de tempo começou uma correria do carago ouvimos uns tiros (...) foi quando atingiram um moço (...) dispararam sobre a multidão [a polícia], episódio triste, mas nós não assistimos (...) (José S., 00:23).

Justino a propósito de notícias que o marcaram, remete para outra vivência pessoal:

Tive uma, tive uma notícia que me chocou, que foi a prisão dos...dos manifestantes da oposição na Capela do Rato, em Lisboa... e era um deles, era um, um colega meu do seminário que tinha sido ordenado também padre e que tinha pedido dispensa... e também...e que estava lá, e era meu compadre...e eu chocou-me muito o saber que ele, que estava preso na capela do Rato. Eu telefonei à mulher e perguntei-lhe (...) (Justino, 01:00).

Manuel interrogado sobre se acompanhou as notícias das grandes inundações, de 1967, responde:

Vi nos meios de comunicação e presenciei, porque depois fui lá, que era ao pé da minha terra. Aquilo foi ao pé da Alenquer nas quintas, foi com a nova grande enxurrada que morreu muita gente e vê-se a imprensa que nós tínhamos. (...) veio tudo por água abaixo veio tudo com a água toda (...) (Manuel, 00:46).

Também Cândida responde no mesmo registo de experiência pessoal:

Sim, lembro-me muito bem. Lembro-me muito bem porque a minha irmã nessa altura vivia em Vila Franca de Xira e foi uma das zonas mais afetadas. E eu estava em Vila Franca de Xira e foi um pavor, foi um pavor. (...) e um grupo de ligado à igreja, ao padre Carlos Cruz, que era um padre revolucionário, que aliás foi expulso pelo cardeal e deixou de ser padre. (...). E ele mobilizou muita gente na altura, muitos universitários (...) mas vivi ali aquele, aquele momento trágico (Cândida, 00:21).

Manuel após pergunta insistente sobre notícias marcantes, antes e depois do *25 de abril*, descreve uma greve, em 1969, em que participou na Lisnave:

Nós fizemos greve na Lisnave antes, muito antes do *25 de abril*. E o que é que nos aconteceu é que fomos todos despedidos. Só que depois, como eles precisavam da gente, começaram a mandar cartas para a gente para retomarmos ao trabalho e não sei que mais. Por isso já conhecia. Olha, isso, pronto, isso foi uma coisa marcante, um acontecimento marcante que eu tive. Fiz parte na greve (Manuel, 00:50).

O mesmo entrevistado interrogado sobre se tem alguma lembrança de notícias sobre a inauguração da Ponte do Tejo, em 1966, responde: “Lembro (...). A ponte a ponte da minha terra, a ponte Marechal Carmona, que o meu pai ainda trabalhou lá nessa ponte, antes de ir trabalhar para a CUF” (Manuel, 00:45). Questionado se acompanhou através dos meios de comunicação Manuel explica: “não havia porque na altura...quando depois começámos a passar lá na ponte, o meu pai dizia: «Olha, o pai ainda trabalhou aqui nesta ponte»”(Manuel, 00:45). Também Cândida responde à mesma questão de forma pessoal: “tinha uma vantagem (...) era o facto da minha irmã ser 13 anos mais velha que eu. E, portanto, eu acompanhava muito e lembro-me de irmos, a minha irmã, meu cunhado, eu e mais uns familiares do meu cunhado, de irmos ver a inauguração da ponte” (Cândida, 00:21).

A mesma entrevistada ao ser questionada sobre se acompanhou pelos meios de comunicação o Campeonato Mundial de Futebol, de 1966, uma vez mais, remete para memória familiar:

Lembro-me do meu pai. Lembro-me, lembro-me, quer dizer, não tenho...eu não era um, um assunto que me interessasse muito, mas ao meu pai interessava e lembro-me do meu pai ... e depois mais tarde o meu cunhado... falarem sobre isso, é a memória que tenho. Eh, ele era um sportinguista e, portanto, claro que Sporting tinha lá assim preponderância em casa, mas também ... as taças do Benfica, que o Benfica (...) era o clube do meu padrinho de batismo. Portanto, eu tinha essa dicotomia ali (Cândida, 00:21).

Adelaide, interpelada sobre se acompanhou as notícias da visita da rainha Isabel II, responde:

tenho recordação destes momentos rainha não sei se era a rainha (...) eu até já estava a trabalhar no Palácio da Bolsa e ela foi lá. Um movimento muito grande muita vigilância, polícia republicana e eu estava já no edifício do Palácio da Bolsa (...) deve ter sido um dos sítios que ela visitou (Adelaide, 00:21).

José C. sobre a receção de notícias da guerra colonial explica: “lembro--me do que é que era a *Hora da Saudade*, na Emissora Nacional, em que se, se... ainda assisti à gravação (...) que era dor de alma de ver... e as pessoas que estavam em situação de guerra, afastados das suas famílias durante dois e três anos, não é?” (José C., 00:34).

À questão “se recorda notícias sobre o *Caso República*”, de 1975, João lá responde: “sim, sim, sei, o assalto à República, lembra-me disso tudo, e até cheguei a ir lá e tivemos cá em cima a ver, assim lá em cima, na, na, naquela não me lembro a zona” (João, 01:13).

Justino salienta sobre notícias que o marcaram: “eu gostava muito do Paulo VI, estava na tropa, na altura fui a Fátima, ele foi a Fátima, peguei no andor, gostava muito, a morte dele também me chocou um bocado também, mas mais a do João Paulo II que era extraordinário” (Justino, 01:08).

Já no que respeita a notícias sobre a guerra colonial, Adelaide responde com a experiência que teve de familiares retornados:

lembra-me dessa triste notícia, que o meu irmão e a minha cunhada estiveram lá muitos anos, já não sei o local, o local onde eles estiveram no...portanto, lá fora sim... e quando foi aquela (...) era esse o termo que me faltava, os retornados, veio o meu irmão que já estava lá uns anos largos e a minha cunhada, que até era professora lá, professora primária e eles vieram recambiados para a fugir, a fugir. E trouxeram só a roupinha despacharam umas malas, mas as malas nunca apareceram (Adelaide, 00:22).

Também Amândio à questão se recorda as notícias sobre retornados, responde com a memória da vivência pessoal: “E eu senti até na pele e familiares meus que vieram de lá com a mão à frente ou de atrás. (...)” (Amândio, 01:04). A entrevistadora ainda refere e “leu notícias nos jornais, viu na televisão, acompanhou, não é?”. Amândio responde: “Sim. Li jornais, convivi com eles e sei de muitas histórias” (Amândio, 01:04). Retoma as lembranças pessoais: “entre essas histórias todas havia um moço que tava lá, que veio, mas ia lá, ele ia e vinha, porque ele levava dinheiro português e chegava lá, comprava ouro. (...). Ele fazia

contrabando, era retornado” (Amândio, 01:04). Justino segue padrão semelhante no que respeita à mesma questão:

Recordo, recordo de (...) ter visto e de, e de intervir até um bocadinho nesse aspeto porque eu, eu tinha ido a Moçambique (...) senti que efetivamente havia, havia racismo e, e, eu fiquei chocado (...) a partir de junho de 1975 os retornados começaram a vir do, do ultramar para cá. E eu abri o caderno de desempregados, fui o primeiro, desculpe de dizer, mas fui o primeiro sindicato a abrir o caderno aos retornados e, e, admitimos 3.000 trabalhadores retornados que tinham vindo do ultramar alguns nunca tinham sido trabalhadores de seguros (Justino, 01:21).

Jacinta sobre a mesma pergunta do entrevistador refere:

Sim, sim (...) e recordo das pessoas...vir tudo nos, nos barcos e trazerem uns grandes caixotes com as, as coisas deles. Vi essas imagens na televisão. Sim. Mas inclusive até tive um, um cunhado e uma cunhada, que era a irmã do meu marido, que vieram de lá retornados. (...). E o meu cunhado, entretanto, teve ali uns tempos na minha casa, porque estava sempre à espera que os caixotes chegassem. Pois. E depois aquilo era uma loucura. (...). Depois, arranjaram lá um sítio fora do aeroporto para meter aquelas bagagens todas. (...) que eles coitados vinham sem nada nas mãos, vinham só com roupa no corpo, né? Não trouxeram nada. E então muitos tinham dificuldade em, em arranjar casa, outros iam para casa de familiares e assim também sofreram um bocado (Jacinta, 00:31).

José S. a propósito das notícias sobre descolonização responde:

A gente no nosso meio também tinha conhecimento do que se estava a passar, porque a instituição Cruz Vermelha também era um elemento militar não é (...) entretanto também os colegas que vinham do Ultramar, como o meu primo (...) e quando começou as pessoas os jovens a querer fugir da tropa e essas coisas assim (José S., 00:57).

José C. responde também com a sua experiência pessoal à questão sobre como acompanhou nos meios de comunicação o processo de descolonização: “A irmã mais velha do meu pai tinha uma propriedade importante em Angola e, e teve que voltar. E voltou com o os meus primos, instalaram-se na Madeira e, portanto, nós íamos sabendo” (00:44). Quando o entrevistador insiste se acompanhou a cobertura noticiosa ele retoma: “mas depois por uma intervenção (...) o Instituto Ricardo Jorge, já comigo no início das biomédicas (...) nós fomos fazer uma série de estudos da área da saúde num alojamento que foi disponibilizado à população que regressou das colónias (...)” (José C., 00:45).

Salvato interrogado sobre notícias rececionadas relativas ao processo de adesão de Portugal à CEE responde:

Acompanhei muito perto, muito perto e cheguei, e cheguei, a dizer, quando tive ocasião de o fazer, cheguei a dizer ao Dr. Mário Soares que tinha sido uma precipitação aquilo que foi feito, nós não tínhamos, não deveríamos ter aderido à comunidade económica europeia (Salvato, 01:10).

Salvato salienta outro acontecimento-notícia enquadrando-o na sua experiência pessoal:

O maior acontecimento que eu me recordo de ter acompanhado foi justamente a queda do muro de Berlim, portanto, foi uma data, em 1989, fundamental, porquê? Porque deu-se o caso de eu, no ano anterior, no ano 1988, no final do ano 88, estava eu na Hungria não é, num congresso e comecei a ver chegar (...) comboios e comboios e comboios, que despejavam gente de República Checa, na altura Checoslováquia (...). Porque, entretanto, o presidente Reagan fez todo o percurso (...). Portanto recordo-me bem, na altura inclusivamente de acompanhar pelos jornais, os próprios jornais de língua inglesa, de Budapeste, justamente este movimento (...) eu acompanhei com algum interesse relativamente de perto, quer nos jornais, depois aqui nacionais, quer em revistas que eu próprio comprava, o Time acompanhei muitas vezes pelo Time, muitas vezes pelos jornais franceses, também, sobretudo a revista do Fígaro (Salvato, 01:16).

José C. relembra como marcante um episódio de guerra com Israel e explica porquê: “Sim, lembro, lembro da primeira guerra do Israel e Egito e em que as bases da...e talvez por me dizer mais respeito...porque a base das Lajes estava a ser altamente utilizada para esse transbordo de combustível” (José C., 00:48).

E António A. a propósito do referendo pela independência de Timor Oeste refere:

Acompanhei, acompanhei, a Ana Gomes e não só, todo o envolvimento de apoio nacional de uma maneira massivo, não é? (...) e, portanto, foi de facto um acontecimento (...). Na escola (...) houve trabalhos dos alunos, exposições dos alunos. (...). E cantou-se e tal e (...) tenho bem presente esses acontecimentos que foram positivos para a nossa história, não é? (António A., 01:03).

Nos testemunhos recolhidos observa-se um grande número de referências a acontecimentos-notícia, que se afastam das memórias da sua receção, que nos obriga a dar ênfase ao lugar ocupado pelas visões do passado no presente, constituindo, assim, uma oportunidade para refletir sobre o destaque dos *media* na construção da memória coletiva. Não sendo este o local para problematizar diferentes conceitos como memória social, memória

popular, memória cultural, memória histórica, optamos aqui pelo mais consensual, o da memória coletiva. Halbwachs o primeiro a usar o conceito, salientou que não se pode distinguir a memória individual da memória coletiva, são interdependentes, ambas participam de uma mesma dinâmica de reconstrução permanente do passado. O mesmo autor não deixa de estabelecer o lugar da memória individual:

Por lo demás, si la memoria colectiva obtiene su fuerza y duración al apoyarse en un conjunto de hombres, son los individuos los que la recuerdan, como miembros del grupo. De este amasijo de recuerdos comunes, que se basan unos en otros, no todos tendrán la misma intensidad en cada uno de ellos (Halbwachs, 2004, p.50).

Nesse sentido, a memória coletiva expressa-se através das experiências vivenciadas e/ou relembradas por indivíduos. Mas como refere Halbwachs: “Existen, en efecto, varias memorias colectivas” (Halbwachs, 2004, p.84). E. Traverso dá conta da amplitude de meios que zelam por estas memórias coletivas:

desde los estudios profesionales hasta las emisiones televisivas, desde los testimonios en una sala de tribunal, hasta los archivos privados y los álbumes de fotos de familia. Institucionalizado, ordenado en los museos, transformado en espectáculo, ritualizado, reificado, el recuerdo del pasado se transforma en memoria colectiva una vez que há sido seleccionado y reinterpretado según las sensibilidades culturales, las interrogaciones éticas y las conveniencias políticas do presente (Traverso, 2007, p.67).

Para E.Traverso a memória deve ser entendida “como las representaciones colectivas del pasado tal como se forjen no presente, estrutura las identidades sociales, inscribiéndolas en una continuidad histórica y ortorgándoles un sentido, es decir, una significación y una dirección”, (Traverso, 2007, p.69). Chamando à atenção que se trata de “una memória no monolítica, plural e inevitablemente conflictiva que recorre el conjunto del cuerpo social” (Traverso, 2007, 78). Distinguindo as memórias fortes, mais visíveis, reconhecidas, oficiais, implementadas pelas instituições políticas, a que contrapõe as memórias fracas, mais furtivas, subterrâneas e obscuras.

Os testemunhos recolhidos pelo projeto MemNews que recaem sobre os acontecimentos-notícia do passado, suscitam uma questão de fundo: qual o espaço ocupado pelo jornalismo no processo de edificação e ressignificação das memórias coletivas? O assunto é tão relevante quanto, por exemplo, uma parte substancial da partilha de memórias sobre acontecimentos internacionais poder ser, em grande medida, atribuível aos *media*, colocando ênfase na possibilidade de construção de memórias transnacionais, ainda por estudar. Basta lembrar, no que respeita ao presente estudo, o destaque das memórias presentes sobre a *Viagem do homem à Lua*, a *Queda do muro de Berlim*, ou o *11 de setem-*

*bro*. Não obstante, também neste campo de análise convém seguir com precaução. Como vimos, muitas das respostas obtidas recaem sobre sugestões do entrevistador, com temáticas por ele selecionadas, que não são, nem poderiam ser, exaustivas, isto é, muitos fatos marcantes não são abordados: o massacre em Pequim, na China, na Praça de Tian'anmen, em 1989, não constou de nenhuma questão; os referendos, em Portugal, sobre a despenalização do Aborto, 1998 e 2007, também não, e os exemplos poderiam multiplicar-se.

Não obstante, interessa realçar que a relação entre jornalismo e memória deve ser tomada como objeto de análise valioso para entendermos a nossa atualidade. B. Zelizer (1995; 2008) tem tratado desta temática e refere a dificuldade académica em atribuir ao jornalismo um lugar de destaque na reconfiguração da memória coletiva, salientando que a mesma resistência se encontra também nos próprios jornalistas, que tendem a não reconhecer a ligação que mantêm com o passado no seu trabalho, seja com peças comemorativas ou na recorrente contextualização histórica de temas atuais.

É certo que o jornalismo não está só, ele participa, a par da evocação das memórias vividas, com outras instituições, nacionais e internacionais, na luta pela afirmação de memórias coletivas, o que exige um enquadramento mais complexo, desse rememorar, para cada um dos acontecimentos.

O projeto MemNews que, entre outros aspetos, pretende compreender a receção às notícias no passado, apresenta a meu ver a possibilidade de análise, do lugar das notícias no território das memórias coletivas partilhadas no presente.

Confirmando-se, uma vez mais, que os estudos de receção têm na História Oral um meio privilegiado para recuperar visões e pontos de vista diferenciados, do passado e do presente, contribuindo para uma análise mais plural, ajudando a combater simplificações, suscitando dúvidas, e matizando abordagens.

## Conclusões

Das dezassete entrevistas analisadas, apenas obtivemos onze memórias de notícias do passado que reportam o contexto de receção. No entanto, os entrevistados referem um vasto conjunto de memórias sobre notícias do passado, socorrendo-se de outro tipo de referências, desde a recordação de imagens que retêm na memória, ao meio utilizado, passando pela exposição das suas opiniões e interpretações sobre factos, até à revelação de emoções sentidas, por vezes um conciso “marcou” ou “impressionou”. Todas estas respostas suscitam interrogações.

Entender a dificuldade em integrar a experiência noticiosa na narrativa da sua história de vida sintetiza o primeiro desafio interpretativo do projeto MemNews. O segundo é mais complexo: sabendo nós que as memórias são permanentemente reconstruídas, como nos podemos assegurar de que o testemunho recolhido se refere ao passado e não ao momento presente? Isto é, como podemos validar as referências às notícias do passado quando está ausente qualquer elemento identificador circunstancial?

Na condução da entrevista ganham relevância as notícias que são lembradas espontaneamente, no entanto é necessário assumir que os nossos testemunhos integram, na sua trajetória de vida, um intrincado conjunto de memórias, com diferentes temporalidades, que resultam da sobreposição de informações e conhecimentos, onde intervêm vários agentes.

Neste sentido, não é só o lugar ocupado pelo esquecimento que merece reflexão, é também o da lembrança. Assim, devemos ser cuidadosos face ao “acompanhamento” de notícias pelos entrevistados, quando surgem apenas referências à recordação de imagens que retêm na memória ou às sensações que as notícias suscitaram. Provavelmente seria necessário acompanhar com nova entrevista, e maior contextualização das temáticas, as dúvidas que fossem suscitadas.

O projeto MemNews, no que respeita à recolha de memórias de receção de notícias no passado, apresenta uma terceira e última dificuldade, que surge como uma oportunidade, que se prende com a constante sobreposição do conceito de notícia e acontecimento.

Nos testemunhos recolhidos observa-se um grande número de referências a acontecimentos-notícia, que se afastam das memórias da sua receção, que nos obriga a dar ênfase ao lugar ocupado pelas visões do passado no presente, constituindo, assim, uma oportunidade para refletir sobre o destaque dos *media* na construção da memória coletiva.

Por último, os testemunhos recolhidos que recaem sobre os acontecimentos-notícia do passado, suscitam uma questão de fundo: qual o espaço ocupado pelo jornalismo no processo de edificação e ressignificação das memórias coletivas? É certo que o jornalismo não está só, ele participa com outras instituições, nacionais e internacionais, na luta pela afirmação de memórias coletivas, o que exige um enquadramento mais complexo, desse rememorar, para cada uma dessas notícias- acontecimento.

## Referências bibliográficas

- Carvalho, J.R. (2013). Sobre Recepção, História e Memória: notas epistemológicas e metodológicas. *Media & Jornalismo*, 22, 71-100.
- Carvalho, J. R.; Tomás, D. G. (2014). Recepção Mediática e História Oral: Operárias da Covilhã no Estado Novo. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*. <https://doi.org/10.21814/rlec.59>
- Halbwachs, M. (2004). *La Memoria Colectiva*. Pressas Universitarias de Zaragoza.
- Hall, S. (1980), Encoding/Decoding. In Stuart Hall et al.(Eds), *Culture, Media, Language* (pp. 128-139). Hutchinson.
- MemNews <https://memnews.fundacaofernandopessoa.pt/>
- Nora, P. (1984). O Acontecimento e o Historiador do Presente. In Jacques Le Goff & Le Roy Ladurie & Georges Duby and all (Eds.), *A Nova História* (pp. 45-55). Edições 70.
- Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História* 10, 7-28.
- Pais, J.M. (1984). Fontes documentais em sociologia da vida quotidiana. *Análise Social*, Terceira Série, 20(83), 507-519.
- Portelli, A. (1997). Tentando aprender um pouquinho, algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Revista Projeto História*, 15, 13-50.
- Portelli, A. (2013). *A Morte de Luigi Trastulli e Outros Ensaio. Ética, Memória e Acontecimento na História Oral*. Unipop.
- Ritchie, D.A. (2015). *Doing Oral History* (3rd Editions). Oxford University Press.
- Thomson, A. (1997). Reconstituindo a Memória: questões sobre a História Oral e as memórias. *Projeto História*, 15, 51-84.
- Thomson, A. (2007). Four Paradigm Transformations in Oral History. *The Oral History Review*. Winter - Spring, 34(1), 49-70.
- Thompson, P. (1978). *The voice of the past. Oral history*. Oxford University Press.
- Thompson, P. (2009). História Oral e contemporaneidade. *História Oral*, 5, 9-28. <https://doi.org/10.51880/ho.v5i0.47>
- Traverso, E. (2007). Historia y Memoria. Notas sobre un debate. In Marina Franco & Florencia Levín (Eds), *Historia Reciente, Perspectivas y Desafíos para un campo en construcción* (pp. 67-96). Paidós.
- Vilanova, M. (2009). La historia sin adjetivos con fuentes orales y la historia del presente. *História Oral*, 1. <https://doi.org/10.51880/ho.v1i0.91>
- Zelizer, B. (1995). Reading The past against the grain: the shape of memory studies. *Review and Criticism*, June, 214- 239.
- Zelizer, B. (2008). Journalism's memory work. In A. Erll & A. Nünning (Eds.), *A companion to cultural memory studies: An international and interdisciplinary handbook* (pp. 379–387). De Gruyter.



# O lugar dos jornais e as trajetórias sociais: Duas levas de professores do ensino secundário

José Ricardo Carvalho

Universidade da Beira Interior • LabCom – Laboratório de Comunicação

[jose.carvalho@labcom.ubi.pt](mailto:jose.carvalho@labcom.ubi.pt)

**Resumo:** A fugacidade atual do jornal em formato impresso promete torná-lo um objeto histórico sedutor, mas as mutações e as variedades e os matizes do seu consumo ao longo do século XX são algo que ainda está amplamente por estudar do lado da receção, no contexto português e não só, onde a televisão é o meio que tem recebido o grosso da atenção académica neste subcampo de estudos. Neste capítulo, procuramos captar algumas dimensões acerca da experiência com a imprensa nas biografias de dois grupos etários de entrevistados, um nascido no pós-II Guerra Mundial e o outro no final da década de 1960. Centramos o olhar nas primeiras fases da trajetória de vida de jovens de há 50 ou de há 30 anos, que viriam a tornar-se professores do ensino secundário, partindo de condições sociais muito díspares na origem para virem a dar corpo à grande expansão da oferta educativa consubstanciada pelo Portugal democrático. A análise limita-se a um pequeno conjunto de biografias, tentando encontrar regularidades e singularidades que, embora não representativas, nos ajudam a compreender o lugar dos jornais na vida quotidiana e nas práticas culturais e políticas ao longo da segunda metade do século passado.

**Palavras-chave:** Imprensa; biografia; receção; trajetórias sociais; professores.

A estreita ligação entre a educação escolar e a cultura escrita, conjugada com a tardia expansão do ensino pós-primário no século XX português e com a rápida prevalência dos meios audiovisuais, concita a uma sociologia histórica o curioso objeto de estudo que é a relação da profissão docente com a imprensa. Um prisma possível para abordá-la é o da leitura de jornais por parte de professores do ensino secundário, partindo do princípio que essa prática informativa se articula com a mundivisão destes e, indiretamente, se derrama sobre a formação cidadã de jovens a caminho da maioridade.

Neste texto, procuramos compreender essas práticas na sua dimensão diacrónica, fazendo-o de forma exploratória com base num conjunto de 9 entrevistas biográficas realizadas no âmbito do projeto de história oral MemNews. Para isso, selecionámos dois pequenos subgrupos de professores; um composto por cinco nascidos no segundo pós-guerra (1945-1955), que começam a lecionar na década de 1970; outro com quatro entrevistados nascidos no final do Estado Novo (1967-1971), cuja carreira no ensino se inicia na primeira metade dos anos 90. Estes entrevistados integraram duas levas de professores cruciais na expansão do ensino em Portugal: a primeira enquadrada no ímpeto dado pela implantação democrática (impulso patente no número de estudantes do secundário, que em 1970 eram 25 mil em todo o país, e em 1980 já haviam crescido para 134 mil); a segunda corresponde à fase da integração europeia (em 1990, o número de

alunos já voltara a subir para 309 mil e ainda aumentaria até um máximo de aproximadamente 470 mil em meados dessa década).<sup>1</sup>

Perante tais grupos etários, tentamos compreender quais as utilizações dadas aos jornais por parte destes professores nas suas vidas quotidianas e que funções desempenha o consumo de periódicos ao longo das suas biografias. É, para isso, necessário prestar suficiente atenção à história de cada entrevistado/a, tomando em conta a sua origem social e a trajetória biográfica, articular as vivências de cada fase da sua vida com o respetivo contexto histórico particular, e enfim interpretar o que representa a imprensa consumida em cada período sem ignorar a presença de outros meios de informação que com ela se combinam. Diferentes alinhamentos de fatores poderão favorecer ou inibir a importância dos jornais numa dada experiência de vida, mas essa relação é sempre bastante contingente dada a multiplicidade de variáveis e as refrações a que elas são submetidas pela ação de cada sujeito. As indicações que resultam da análise não são extrapoláveis, tratando-se de compreender algumas dinâmicas da receção dos jornais, sem pretensão de identificar tendências abrangentes no consumo da imprensa por parte de uma população mais vasta nem de explicar as causas e os processos daquilo que neste domínio se cristaliza como hábitos.

### *Media, memória social e história oral*

Na relação entre os *media* e a memória social há duas linhas distintas de investigação. Por um lado, há uma linha que aborda os *media* como meios retrospectivos de construção e reconstrução do passado através de efemérides, remissões, enquadramentos, ou seja, os *media* “como agentes da memória” (Neiger et al. 2011) cuja ação molda versões do passado que são aceites ou disputadas na sociedade. Por outro lado, há a linha que toma os próprios *media* como objeto de memórias, quando eles perduram como elementos de um passado que ainda pode ser alvo de reminiscências de indivíduos e grupos e em que se tenta por essa via reconstituir a sua história.

Este texto, cujo material empírico assenta em entrevistas de pendor biográfico, situa-se fundamentalmente na segunda linha e por isso também convoca as dilemáticas relações entre história e memória. Se quisermos reduzir a questão aos termos mais simples, encaramos a memória como uma ideia de passado e a história como conhecimento fundamentado sobre o passado. Mas, superada a hegemonia positivista no estudo da História,

---

<sup>1</sup> Números relativos apenas ao ensino diurno. O contingente de alunos do 3º ciclo foi um pouco menos impressionante: 217 mil (1970) para 259 mil (1980) e 438 mil (1990), um crescimento de 200% em duas décadas, comparado com um crescimento de 1200% no secundário. Fontes secundárias: A. Barreto (1996), *A Situação Social em Portugal 1960-1995* e INE (2010), *50 Anos de Estatísticas de Educação*.

esta passa a englobar a própria memória, tanto no plano dos métodos de pesquisa como no plano do objeto de estudo (Olick e Robbins, 1998). Significa isto que esta abordagem, ao incidir sobre a receção da imprensa no passado, confere valor de fontes históricas às memórias individuais sobre o uso dos jornais, mas não quer ignorar os processos de reminiscência nem deixar de articular o seu conteúdo com as identidades e narrativas de vida dos sujeitos.

O escasso campo das pesquisas sobre história da receção mediática divide-se, por sua vez, quanto à reflexividade sobre as reminiscências orais nas quais assentam. Alguns estudos pouco ou nada ponderam acerca das questões da memória e aceitam praticamente os testemunhos como dados históricos inquestionados (Podber, 2007; Bolin, 2017; Moores, 1988). Outros, não só refletem sobre a epistemologia deste tipo de investigação como também produzem teoria acerca dos tipos de memória mediática (Bourdon, 1992, 2003; Dhoest, 2015; Aroldi e Ponte, 2012). No nosso caso, sinalizamos a necessidade de se estar consciente das problemáticas da memória, mas neste texto não nos dedicamos a aprofundá-las, dando à análise sobretudo um pendor de história social e procurando entrever um fragmento dos processos de receção da imprensa em contextos específicos do Portugal do século XX.

Dizer que a abordagem se situa no campo da história oral significa, por sua vez, que procuramos, em primeiro lugar, apreender aspetos largamente ausentes de outras fontes históricas, nomeadamente das documentais. A história oral é encarada aqui como um método de exploração e recolha que pode contribuir para iluminar certas experiências sociais do passado pouco acessíveis por outras vias, mas não indica, em si mesma, um tipo especial de História (Caunce, 1994). Em segundo lugar, significa que a vemos como também tendo potencialidades próprias enquanto técnica, que resultam tanto melhor quanto mais se for capaz de imprimir um registo conversacional (sem perder o horizonte temático) ao encontro com os entrevistados. Tal como as conversas se desdobram em digressões e regressos, assim também cada um destes relatos biográficos se enriquece quando revela outras camadas de experiência que se articularam com os hábitos informativos, dando-lhe espessura sociocultural.

Qualquer opção por entrevistas mais livres ou mais estruturadas tem as suas próprias vantagens e os seus próprios inconvenientes (Thompson, 1988), sendo que a natureza de um projeto coletivo e com dimensões comparativas, como é o MemNews, conduziu a um tipo de entrevista com guião flexibilizável, seguindo mais ou menos a cronologia biográfica, adotada de modos relativamente diversos por distintos entrevistadores, mas mantendo em todo o caso os núcleos essenciais do objeto de estudo e, no que respeita a este artigo, especialmente as relações com a imprensa ao longo da vida.

## Jornais e receção em perspetiva histórica

A imprensa tem ocupado um lugar de parente pobre nos estudos que cruzam história oral com receção dos *media*. Os jornais tendem a ser ignorados na generalidade destas pesquisas, que preferem concentrar-se na televisão ou na rádio (Varela, 2010; Kortti e Mahonen, 2009; Dhoest, 2015; Moores, 1988; Podber, 2007; Bourdon, 1992, 2003) ou referem a imprensa apenas como background para o surgimento dos *media* mais recentes (Slade, 2001) ou como fontes complementares para história desses mesmos meios (Lozano, 2006; Penati, 2013).

Entre as razões para isso estará o impulso para investigar historicamente as transformações mais perceptíveis, onde avultam os advenços de cada novo meio e os impactos que eles acarretaram nas rotinas do quotidiano, nos espaços domésticos, nas formas de interação ou na mundivisão dos membros da audiência. O tempo em que tal se deu com os jornais, na maior parte dos contextos ocidentais, é demasiado remoto para que se possa recorrer à história oral, ao passo que as épocas mais recuadas da televisão têm uma história que ainda vem podendo ser contada pelo prisma de quem a viveu do lado da receção.

O facto de a rádio e a televisão se terem tornado meios de lazer e de espetáculo multifacetados, bem como a sua natureza audiovisual, também tornam expectável que os públicos tenham tido com elas experiências mais variadas, quicá mais emotivas, marcantes e memoráveis do que se espera da imprensa, tendencialmente mais reduzida à função informativa e conotada com uma vertente racional da receção.

No entanto, não só a fugacidade do jornal em formato impresso promete torná-lo um objeto histórico sedutor, como as mutações e as variedades e matizes do seu consumo ao longo do século XX são algo que está amplamente por estudar do lado da receção.

Acresce, de um ponto de vista histórico, que os jornais tiveram (e têm?) uma função estruturante justamente no sistema informativo, constituindo a sua matriz de base e influenciando em boa medida e de forma duradoura nos conteúdos noticiosos da rádio e da televisão. Menosprezar a sua presença na experiência quotidiana do público, mesmo nos períodos em que o sistema mediático já é repartido com a rádio e televisão, parece-nos um enviesamento. É certo que em contextos como o português e o dos países mediterrânicos a imprensa é historicamente dada como uma instituição mais própria dos mundos político e literário, pouco ligada ao mercado e ao consumo de massas, com uma base social e económica que se mantém muito estreita ao longo do século XX, especialmente constrangida no caso português pela iliteracia e pela ditadura, mantendo como principal alvo uma elite instruída e interessada na política, o que também excluía ainda mais fortemente a população feminina (Hallin e Mancini, 2010). Mas, na clássica abordagem da imprensa, há todo um espectro de publicações que frequentemente fica na sombra destas considerações,

como os jornais locais e regionais, a imprensa desportiva, os periódicos doutrinários ou confessionais, as revistas dirigidas ao público feminino, as publicações temáticas e especializadas, toda uma gama de publicações envolvida em preconceitos epistemológicos ou simplesmente menosprezada por via do seu menor estatuto simbólico naquilo que é tido como a esfera pública clássica.

Desde finais do século XIX, a leitura da imprensa e a sua importância na sociedade portuguesa podem inferir-se através de dados indiretos como aqueles que apontam o aumento do número de publicações, tiragens e anúncios, calculando-se que em inícios do século XX os jornais de Lisboa publicassem diariamente cerca de 300 mil exemplares, com as maiores fatias a cargo do *Diário de Notícias* e de *O Século*, precisamente aqueles que se haviam distanciado da predominante ligação entre periódicos e partidos, vulgarizando informação antes inacessível às massas e produzindo noticiário com acontecimentos banais do quotidiano, além de assumirem um papel de intervenção social através de campanhas de apoio a causas populares, como as habitações para pobres ou as escolas primárias (Ramos, 1994, pp. 48-54). Isto não impede a análise historiográfica de classificar os jornais da época que inclui a 1ª República como sinais de uma “nação intelectual”, vincando a ideia da imprensa portuguesa como um feudo das elites políticas e literárias, para a qual também contribui o argumento do baixo número de publicações periódicas na província, as suas pequenas tiragens e as percentagens de analfabetos superiores a 50% (Ramos, 1994).

E, no entanto, logo no alvorecer da ditadura do Estado Novo, o Secretariado de Propaganda Nacional salientava a importância da imprensa da província como meio de influência nas pequenas cidades, vilas e aldeias durante na década de 1930. Assim como três décadas depois, sob governo de Marcello Caetano, os serviços de censura registavam a existência de uma série de jornais da oposição com influência “muito nefasta” sobre a opinião pública das províncias, “altamente perigosos e agitando as pequenas aldeias” (in Tengarrinha, 2006, pp. 185, 197).

São indícios sobre a importância dos jornais, mas não propriamente sobre a leitura de jornais. Grande parte da história que se refere ao público leitor da imprensa noticiosa baseia-se apenas neste tipo de dados indiretos, mormente sobre as tiragens e a distribuição.

Dados diretos e sistemáticos sobre a leitura de jornais surgem só em finais do século XX e tendem a restringir-se à quantificação. Em 1995, apurou-se através de uma amostra representativa do país que 69% dos portugueses alfabetizados com mais 15 anos eram leitores de jornais, bastante acima dos leitores de livros (Freitas, Casanova e Alves, 1997). Um inquérito da década seguinte, verificou ainda um aumento na leitura de jornais e apurou que, comparado com a leitura de livros, o hábito de ler os periódicos era também mais inclusivo, abarcando leitores a partir do 3º ciclo do ensino básico, embora muito

masculinizado, em contraste com as revistas, onde pontificava o público feminino (Neves e Lima, 2008). Outros dados do início deste século, apontam para que os portugueses com hábitos diários de ler jornais seja, porém, de 25% (Horta, 2004). Note-se que, na década de 1990, quase metade dos adultos ainda detinha apenas um grau baixo de literacia e que era detetável uma forte correlação entre os níveis médios e altos desta e a frequência da leitura de jornais (Benavente, 1996). Mantinha-se uma correlação forte também com a classe social (mesmo num contexto metropolitano como o de Lisboa a maioria das classes altas declarava ler regularmente, ao passo que nas classes baixas a maioria dizia ler raramente ou nunca) e admitia-se, tendo em conta dados de outros países, a influência do fator económico na leitura diária (cf. Horta, 2004).

Estes dados, já com certo poder de indagação da leitura efetiva, ainda não são, porém, acerca da experiência do público com os jornais. É com vista a dar um mínimo de espessura às utilizações do jornal e às práticas em torno da sua leitura que se justifica um projeto como o MemNews, baseado em técnicas próximas da história oral e, neste caso particular, o exame de um pequeno conjunto de entrevistas com professores do secundário.

Como estudo exploratório a uma escala micro, tentaremos compreender quais os meios socioculturais de onde são originários estes professores no que respeita ao acesso e ao hábito de ler jornais, à capacidade económica de os adquirir regularmente, à proximidade ou distância face à cultura letrada e à inclusão numa esfera pública; quais os contextos de leitura, qual o pendor para a domesticidade e a individualização ou para a inserção em circuitos e espaços públicos de consumo da imprensa, conjugados com formas de interação e conversação; qual a (des)articulação com atitudes políticas e cívicas, na oposição ou apoio à ditadura, no grau de envolvimento no período revolucionário e nas formas de (des)politização em democracia; qual, por fim, a presença dos jornais no círculo profissional, dentro do espaço escolar e na sociabilidade entre colegas.

## História social e biografia

Numa pesquisa exploratória o que procuramos são indícios de ordem qualitativa, nexos e correlações que são identificáveis num pequeno corpus visto à lupa, mas que não podem de modo nenhum ser generalizados. O quadro de abordagem que adotamos é o das imbricações entre os ciclos de vida, por um lado, e os períodos históricos nos campos da política e dos meios de comunicação, por outro lado. Um estudo com este cariz significa também que a identificação de diferenças e de nuances pode ser tão ou mais produtiva do que a procura de regularidades cuja validade pode apenas ser indicativa.

Assim, as biografias mediáticas dos dois grupos de professores que aqui analisamos configuram articulações historicamente específicas dos três eixos temporais considerados (quadro 1):

| Períodos políticos         | Ditadura           |                                                           | Período revolucionário                                    | Estabilidade democrática | Integração europeia                                                  |
|----------------------------|--------------------|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|--------------------------|----------------------------------------------------------------------|
| Fases do sistema mediático | (imprensa + rádio) | (imprensa + rádio + televisão pública) <i>com censura</i> | (imprensa + rádio + televisão pública) <i>sem censura</i> |                          | (imprensa + rádio + pluralidade de canais de TV)                     |
| Fases do ciclo de vida     | Infância           |                                                           | Juventude                                                 |                          | Início da vida adulta (autonomização/meios próprios de subsistência) |

Quadro 1.

As articulações entre os dois primeiros eixos não se sobrepõem (o período ditatorial abrange mais do que uma configuração mediática e, por sua vez, uma mesma configuração mediática abarca mais do que um período político), mas têm uma face objetiva que é feita de combinações historicamente fixadas e universais na sociedade portuguesa. No entanto, essa universalidade desfaz-se ao nível da experiência dos sujeitos quando se tem em conta as suas origens sociais e trajetórias biográficas. Ou seja, o eixo do ciclo de vida, que introduz a componente vivencial da subjetividade, articula-se diversamente com o período político e com o panorama mediático, não só consoante a faixa etária dos entrevistados, mas também pelas experiências específicas de cada um no contacto, acesso e vivência ligados à política e aos *media*. A centralidade do aspeto vivencial numa história da receção significa que ela tem de ser matizada à luz de fatores como a classe social e o meio geográfico, para não mencionar aqui outros como o género.

O ponto de partida da pesquisa empírica foi a seleção de entrevistados/as de diferentes coortes ou faixas etárias, uma definição descritiva que se limita a agrupar pessoas nascidas em determinados períodos históricos específicos (quadro 2).

| Época de nascimento               | Entrevistado/a | Origem familiar / principais locais de vida | Início da profissão/ensino |
|-----------------------------------|----------------|---------------------------------------------|----------------------------|
| Pós-II guerra mundial (1945-1955) | Arlindo (1946) | Beja-Lisboa                                 | Início dos anos 70         |
|                                   | António (1949) | Feira-Porto-Covilhã                         | Início dos anos 70         |
|                                   | José (1952)    | V. F. Xira                                  | Pós-1974                   |
|                                   | Isabel (1955)  | Amadora-Lisboa                              | Pós-1974                   |
|                                   | Alfreda (1955) | Lisboa                                      | Pós-1974                   |
| Década de 1960/70                 | João (1967)    | Covilhã-Lisboa-Covilhã                      | Início dos anos 90         |
|                                   | Ana (1967)     | Castelo Branco                              | Início dos anos 90         |
|                                   | Rui (1967)     | Porto                                       | Início dos anos 90         |
|                                   | Susana (1970)  | Porto-Feira                                 | Anos 90                    |

Quadro 2.

Se elas constituem gerações, e particularmente “gerações mediáticas” (Bolin, 2017) marcadas pelo mesmo tipo de experiências com os *media*, é uma questão que se poderá discutir com base nos resultados da investigação e não um dado adquirido a priori. O conceito de geração, sociologicamente definido por Karl Mannheim, significa mais do que a localização num tempo, implicando também a concretização de um tipo de experiência comum marcada pelas mesmas circunstâncias diacrónicas e levando aqueles que as viveram à percepção de pertença coletiva a uma determinada época histórica (Longhurst, 1989). Assim, a pertença a uma mesma coorte etária contém um potencial de pertença geracional, mas não o garante por si só. Diferenças de índole geográfica, social ou cultural podem produzir uma falsa contemporaneidade, na qual pessoas que partilham um mesmo tempo cronológico não vivem sob as mesmas circunstâncias socio-históricas e têm, por isso, experiências disjuntivas apesar de simultâneas. Por isso, um cruzamento apriorístico da história dos *media* com o conceito de geração anteciparia indevidamente, a nosso ver, a relação concreta que os sujeitos sociais com os meios de comunicação em determinadas fases da história.

No caso das coortes que aqui observamos, essa possibilidade é ampliada pelo facto de as mudanças estruturais na sociedade portuguesa e o processo de expansão e democratização do ensino terem feito confluir para as escolas secundárias, num mesmo tempo histórico, jovens professores com origens sociais muito variadas. Assim, entre a coorte dos nascidos no pós-guerra encontramos Alfreda, que cresceu numa família da burguesia intelectual lisboeta; António, filho de operários-camponeses na zona de industrialização difusa do Centro-Norte; ou Arlindo, cujo pai era pequeno comerciante numa aldeia do Baixo Alentejo. A pequena coorte dos nascidos nos anos 60/70 é menos heterogénea socialmente, mas não deixa de incluir entrevistados de origens sociais díspares entre a alta burguesia local, os funcionários de ‘colarinho-branco’ e os trabalhadores manuais (quadro 3).

| Entrevistado/a | Origem social / profissão do pai | Jornais no contexto de origem-familiar | Local          |
|----------------|----------------------------------|----------------------------------------|----------------|
| Arlindo (1946) | Pequeno comerciante              | 1 diário, regionais                    | Beja (aldeia)  |
| António (1949) | Operário                         | 1 desportivo, 1 regional               | Feira (aldeia) |
| José (1952)    | Polícia de trânsito              | Sem hábito, ocasionais                 | VF Xira        |
| Isabel (1955)  | Delegado comercial               | 1 diário                               | Lisboa         |
| Alfreda (1955) | Jurista                          | Vários diários                         | Lisboa         |
| João (1967)    | Comerciante                      | Vários diários                         | Covilhã        |
| Ana (1967)     | Operário                         | Sem hábito, ocasionais                 | Castelo Branco |
| Rui (1967)     | Técnico têxtil                   | 1 diário, semanários                   | Porto          |
| Susana (1970)  | Pequeno funcionário              | 1 diário                               | Porto          |

Quadro 3

Abordámos cada uma das nove entrevistas biográficas através das mesmas dimensões de análise: qual o meio social e familiar (contexto); que pontos de contacto com jornais (acesso); quais os jornais (selecção); que contextos de leitura e que formas de articulação com outras interações (usos); que temas, acontecimentos ou notícias específicas (apropriação). Tivemos, ainda, em consideração a presença ou ausência de outros meios de comunicação (rádio e televisão). Desdobrámos a análise nas três fases da vida já referidas: infância, juventude e primeira etapa adulta (autonomização através de meios próprios de subsistência), sendo esta tida como a altura em que uma visão política própria costuma emergir (Schuman & Scott, 1989).

## Nascidos no pós-guerra: origens familiares e imprensa

O facto de o conjunto de entrevistados do pós-guerra terem nascido num país em que mais de 40% das pessoas eram analfabetas significa que, apesar das diversas origens sociais, todos eles, logo à partida, pertencem à parte do país que era escolarizada, pois nenhum é oriundo de família iletrada. Isso manifesta-se pela presença de algum tipo de jornais nas suas casas, salvo no caso de José, que na infância e adolescência se apercebia da imprensa principalmente nos cafés de Vila Franca de Xira.

O período que vai dos anos 50 a 1974 suscita a nomeação de um conjunto de jornais que eram lidos nas famílias ou que os próprios começaram a ler na juventude, designadamente diários editados em Lisboa (*O Século*, *Diário de Notícias*, *Diário Popular*, *Diário de Lisboa*) e no Porto (*Primeiro de Janeiro*, *Comércio do Porto*, *Jornal de Notícias*), os primeiros com difusão alargada no país (referem a sua presença em contexto familiar nas zonas de Beja, Penamacor, Seia), os segundos mais circunscritos geograficamente. Da então dita província, há referências à chegada dos diários no dia seguinte ou, para lisboetas em férias na aldeia, à necessidade de se ir comprá-los de carro à vila mais próxima. A presença de jornais locais é mencionada fora dos grandes centros (jornal da Feira, *Diário do Alentejo*, *Notícias de Beja*, *Jornal do Fundão*, *Notícias da Covilhã*), mas também na área de Lisboa, não pela informação local, mas pela circulação de ideias políticas em círculos oposicionistas (*Comércio do Funchal*, *Notícias da Amadora*, *Jornal do Fundão*). Os jornais nacionais mais propagandistas do regime salazarista – *A Voz*, *Novidades*, *Época* – são referidos praticamente sem associação às leituras, mas o trissemanário desportivo *A Bola* era presença assídua na casa de um entrevistado com origem popular e lido por ele desde muito novo.

O lugar dos jornais no ambiente estruturante da infância familiar tem, porém, de ser entendido também em função da sua inserção num habitat de presenças-ausências com os outros meios e num sistema de práticas concretas com cada um deles. Para estes entrevistados, nascidos antes de existir televisão em Portugal, a experiência com este meio de comunicação foi desde logo muito díspar e a imprensa teve uma importância relativa

bastante variável, mas ela não parece ter variado em função das modalidades de presença-ausência da televisão. Note-se que alguns, de origem rural, viveram parte da infância em casa sem eletricidade (António) ou numa aldeia aonde ela ainda não chegara (Arlindo), ao passo que outros, de meio urbano, tiveram contacto regular com a televisão logo na infância, na própria casa as de classe alta ou média (Alfreda, Isabel), em casa de vizinhos do prédio no caso de meio popular (José). É nítido que, para estes entrevistados, a presença conspícua da televisão ou da rádio nos seus meios domésticos durante os anos 60 não comprimiu o lugar dos jornais, mas o que condicionou claramente o seu acesso à imprensa e o âmbito desta foi o meio socioeconómico.

As memórias familiares das décadas de 1950 e 60 mostram um cenário claramente marcado pela classe social: diversidade e abundância de jornais numa casa da burguesia lisboeta (“O meu pai lia o *DN*... acho que ele lia mais ou menos tudo, lia o *Diário Popular*, lia o *Diário de Lisboa*, o meu pai era viciado em jornais”; Alfreda); um jornal diário nas famílias ligadas ao pequeno comércio (Isabel, Arlindo); ausência de jornais diários ou generalistas nas casas dos trabalhadores ou pequenos funcionários (António, José). Estes últimos passam até à adolescência sem contacto próximo com jornais (José) ou sem imprensa generalista (António apenas tinha contacto com *A Bola*, comprada pelo pai, e o jornal local oferecido pelo agente na freguesia).

Esta disparidade de origens aprofunda-se pelo facto de, em alguns usos familiares, os *media* serem adotados como extensões da literatura, não só no caso da imprensa, mas também da rádio. São os casos de Isabel (“a escuta de alguns programas de rádio era sagrada, por exemplo teatro radiofónico, era uma coisa de que a minha mãe gostava muito”) e Arlindo (“o meu pai gostava muito de ouvir os folhetins radiofónicos, que eram sempre coisas de literatura, romances e tal”). Isto sugere que, para certos segmentos da classe média, a imprensa e a rádio funcionavam também como meios de articulação com a cultura erudita ou legitimada, e eventualmente de aspiração à ascensão social através do status ligado ao capital cultural.

Associações entre jornais e literatura em certas passagens relativas à juventude são estabelecidas por vários entrevistados (e só não o são pelos que têm origem mais modesta):

Ela [uma colega] levava o *Comércio do Funchal* [para o liceu], acho que era, que era cor de rosa, enorme... em broadsheet... muito grande... e... nós líamos o *Comércio do Funchal* nas aulas chatas, discretamente... acho que o professor via, mas fazia de conta... e os poetas... Daniel Filipe, o Aragon, Manuel Alegre. (Alfreda, 69 anos)

[No 7º ano do liceu, em Beja] quando fazíamos encontros lá em casa, mais cultos, e sobre poesia, ele [amigo com quem partilhava quarto] escondia o jornal [desportivo]... e nessa altura já começávamos a comprar o *Diário de Lisboa*, sobretudo à

terça-feira, que era o Diário de Lisboa Juvenil. E eu, quando vou para [a aldeia de] Santo Aleixo esse tal ano, fiz uma assinatura do Diário de Lisboa, da terça-feira... só da terça-feira, para receber o Juvenil. Era uma coisa fantástica. (Arlindo, 76 anos)

A diferente relação de proximidade-distância que existe entre a imprensa e a cultura legítima para os vários entrevistados mostra que as “paisagens mediáticas objetivas” de um determinado período (Bolin, 2017) podem ser na realidade bastante subjetivas, pois os indivíduos não são todos filhos das mesmas condições nem das mesmas oportunidades. E, no caso destes jovens socialmente heterogêneos, mas que viriam todos a ser professores, o caminho fez-se por vias diversas e através de distintas articulações com a imprensa e a leitura.

O baixo rendimento familiar levou António a ter de deixar a escola industrial aos 13 anos e ir para a fábrica de máquinas de costura onde o pai era trabalhador manual – mas já não a integrou como operário e sim, escudado pela escolaridade, como empregado de escritório. O acesso à leitura na aldeia é então um fator referido enfaticamente neste percurso de adolescente:

Houve uma coisa muito importante, para mim foi... havia uma carrinha da Gulbenkian que passava mês a mês, e o condutor abria aquilo, a caixa da carrinha, e lá estava uma biblioteca, e não sei como é que ele percebeu e dizia-me, leva os que quiseres e trazes daqui a um mês, eu levava 5 e 6, foi assim que eu comecei, li as obras todas do Camilo, naquela altura, lia outras obras boas, foi formidável, acho que não há nada melhor, porque aquilo era tão espontâneo, tão próximo, a procura da cultura, o estímulo e tal (...) eu era o único que ia dentro da carrinha, mais ninguém lá ia (...) eu lia na cama à noite, como [já] havia luz [nessa casa], e depois adormecia, o livro caía pelas pernas abaixo, e a minha mãe lá vinha apagar a luz e aconchegava-me. (António, 76 anos)

A natureza da imprensa de que António dispunha em casa não lhe proporcionaria muitos pontos de confluência entre jornais e literatura. Mas o que parece ter unido o mundo dos livros e o dos jornais era o papel da leitura e há hoje uma similitude que é colocada no afã perante ambos:

*E havia um jornal da Feira<sup>2</sup> que saía semanalmente, e o homem que era agente na freguesia, que ia buscar um monte deles para trazer para a freguesia, dava-me sempre um, porque ele sabia que eu gostava de ler, então dava-me o jornal da Feira e eu folheava aquilo tudo, lia aquilo tudo. (António, 76 anos)*

---

2 Muito provavelmente o *Correio da Feira*,

Este envolvimento com a leitura, que abrange livros e jornais, é comum a outros entrevistados, mas evidencia também o peso da variável geográfica nestas biografias e, sobretudo, os constrangimentos do meio rural e as oportunidades a que nele se podia ter acesso. Se António acabou por ingressar num seminário aos 15 anos [c. 1964] e assim reencontrar a via escolar possível para um adolescente pobre, também Arlindo, que as modestas posses de um pai comerciante haviam obrigado a adiar a ida para o liceu em Beja, e que depois de feito o 7º ano regressara sem emprego à aldeia, um dia viu n'O *Século* (que se lia em sua casa todos os dias) um anúncio da Fundação Gulbenkian com bolsas para a faculdade [c. 1965].

Eu devo tudo à Gulbenkian. Não falei de grande parte da minha formação. Há uma coisa fundamental, para trás, que é a biblioteca itinerante, que começa a ir à minha terra, não sei que idade teria (...) isso para mim teve uma influência fantástica. Em minha casa havia livros, mas eram 10 ou 15 (...) em casa dos meus tios havia 6 ou 10 livros, eu já tinha lido todos. E isso para mim foi... (Arlindo, 76 anos)

Há nas experiências destes dois jovens da província semelhanças que aproximam classes sociais diferentes, separadas no que respeita ao contacto com os jornais e à literacia familiar, mas paralelas no aproveitamento das reduzidas trajetórias que no Estado Novo possibilitavam a rapazes de meios modestos o acesso a uma profissão intelectual, nestes casos o ensino eclesiástico e o apoio social de uma fundação privada.

É curioso notar como a biografia de juventude de Arlindo difere nesses aspetos da de uma jovem lisboeta em posição social análoga (Isabel, também filha de comerciantes), mas que não sofreu os mesmos constrangimentos. Apesar de ser idêntico o contacto com a imprensa diária em casa e de serem comuns as inclinações culturais de ambas as famílias, Isabel evoca um outro contexto juvenil: o acesso às coleções de livros que os pais compravam, a ida para a faculdade vista como natural e, antes disso, o início de uma relação politizada com a imprensa por volta dos 16 anos [1972], bastante mais precoce do que a de Arlindo, e que foi fruto de sociabilidades juvenis em meios liceais e associativos da capital.

## Consumo, interação e maioridade

O contexto em que a imprensa se articula com sociabilidades e interações fora do âmbito familiar constitui um ponto crucial nas biografias mediáticas destes entrevistados. Esse momento sinaliza a sua autonomização como leitores e uma maioridade cívica, e parece ter sido fundamental na ancoragem dos jornais como elemento dos seus quotidianos, mas fez-se em tempos e circunstâncias diferentes.

Para Arlindo, a mudança para Lisboa, aos 19 anos e com uma magra bolsa de estudos, significou a passagem de uma relação já familiar com a imprensa, mas desarticulada e longínqua com a política, para aquilo que descreve como a descoberta deslumbrada de interpretações do mundo e de formas de pensar em que os jornais eram um dos elementos centrais, a par do cinema e dos livros. Recorda, nesse quadro, que passou a comprar o *Diário de Lisboa* sempre que podia monetariamente, e às vezes o *República*, mas que havia sempre colegas a partilharem os jornais na cantina da universidade e o seu consumo também era alimentado por uma vivência próxima dos movimentos associativos, com amigos do PCP que lhe punham o *Avante* no bolso. Uma das coisas que sobressai nestas reminiscências é a presença da imprensa em variados ambientes de interação e a sua articulação com um conjunto de vivências em coletivo, em que se destacam os cafés, apesar dos riscos de vigilância.

O meu café durante muito tempo será o Monte Carlo. É um café enorme... [E que tinha uma parte de imprensa]. Tinha, à entrada. [Até se vendia a imprensa estrangeira, era um dos sítios onde se comprava...] Toda. Tinha um restaurante, atrás tinha bilhares, tinha uma barbearia que depois será a minha, até acabar. Será a minha barbearia, o Sr. Joaquim. Eu adorava esse café. Era um café que tinha setores. Tinha um setor de pegadores de toiros, tinha um setor de comunistas. [E qual era o seu setor?] Era o neorrealista. [Era onde se debatia e conversava ou tinham medo?] Não, debatia-se, levava-se o tempo todo a conversar, o tempo todo a olhar para trás. Este gesto, as pessoas não se lembram, não se podem lembrar, era uma coisa horrível, a gente levava o tempo com a cabeça... (...) Havia também o setor da PIDE! Estavam lá sempre! Havia sempre um... um tipo da PIDE lá. E que via com quem é que está a falar, com quem é que está a dar-se. Havia sempre... E nós levávamos o tempo todo a não ser ouvidos, mas sabíamos que eles lá estavam... (Arlindo, 76 anos)

As entrevistadas lisboetas, alguns anos mais novas, vivem ainda como estudantes de liceu experiências análogas de descoberta e emancipação política através de novos contactos, de livros, de música e em que os jornais são parte integrante. Estas duas biografias femininas englobam vivências e ambientes diversos, mas partilham um sentido comum de descoberta da contestação política e um certo sentido de desafio face a normas socialmente repressivas. Estas experiências situam-se no início da década de 1970, numa fase já adiantada do marcelismo e da guerra colonial.

Comecei a contactar e a conhecer outras pessoas, que andavam no Liceu da Amadora, nomeadamente. (...) o judo feminino estava a começar [na Académica da Amadora], não havia, era uma inovação, e então raparigas irem para o judo. Tanto que nós, as raparigas, que éramos para aí umas seis, cinco ou seis, não éramos mais do que isso, fazíamos a aula juntamente com as crianças e os rapazes depois

tinham uma aula à parte, não é? (...) e, portanto, aí conheci amigos que já tinham outra formação política, outra visão e foi daí a influência. A pessoa começa a conversar e começa a abrir horizontes para tudo, para música, para poesia, e para a política, nomeadamente. [E para a informação também, não?] Sim, foi a partir daí, dessa altura, 72, passei e a quê? A ler o *República*, o *Jornal do Fundão*, que era um jornal muito interessante na época... o *Notícias da Amadora*, em que havia muita gente do PC ou, na altura, do MDP, foi um jornal muito importante. (Isabel, 70 anos)

Aquele grupo de gente do liceu, (...) isso é uma coisa que marca, porque estamos numa fase em que todos nós estávamos à procura de perceber o mundo. E até, por exemplo, as aulas de moral eram aulas interessantíssimas porque se discutia e porque se lia e porque se discutia uma série de coisas que noutros contextos não se podiam discutir. (...) uma coisa que me impressionou também foi o irmão de uma das minhas amigas, de uma das minhas grandes amigas, ter sido preso por causa dos cadernos GEDOC [católicos progressistas]. E eu achar que era absurdo prenderem pessoas por causa da... Mas era absurdo ler um livro com uma capa coiso porque era proibido e, portanto... os massacres de Wiriamu e aquele... aquele livro dos... dos padres brancos sobre os massacres e não sei quê... clandestinamente, nessa altura no liceu, porque a informação circulava. [Essa curiosidade envolvia também os meios de comunicação, ou seja, a consulta de jornais?] Sim, eu acho que naquela altura eu lia tudo aquilo que me aparecesse, lia mais ou menos tudo, mas lia os jornais que tinha em casa, obviamente, como o meu pai comprava sempre o jornal da manhã e o jornal da tarde, tinha sempre esses jornais. Depois lembro-me de de ter havido o *Expresso* e do meu pai comprar o *Expresso* e depois o *Expresso* tinha cadernos e, portanto, permitia que várias pessoas lessem ao mesmo tempo o *Expresso* e discutia-se essas coisas todas. (Alfreda, 69 anos)

Os dois entrevistados com origens populares só mais tardiamente nos seus ciclos de vida situam um envolvimento forte com os jornais e, portanto, apesar de mais velhos, têm uma aproximação à imprensa que é contemporânea ou até posterior à das entrevistadas anteriores, que despertaram para a imprensa e a informação política ainda antes dos 18 anos de idade. Nas memórias de António, a sua biografia de leitor de jornais nacionais começa no ano de 1971, já com mais de 20 anos, quando ingressa na faculdade, no Porto.

Eu tinha vindo do seminário, estava muito ingénuo na política, e costumo dizer que nada fiz contra o regime, mas também não fiz nada a favor. (...) Comecei a conhecer ali gente que andava à volta da oposição estudantil (...) Lia jornais do Porto, que era o *Comércio do Porto*, o *Jornal de Notícias*, que ainda existe, e o *Primeiro de Janeiro*, ia muito para a biblioteca municipal. (António, 76 anos)

José, em cuja casa os jornais estavam ausentes e os recursos económicos eram escassos, ainda se tornou mais tardiamente leitor da imprensa, mantendo-se relativamente à margem nos tempos de estudante antes de 1974. No seu caso, a consciencialização política – gradualmente feita através de episódios ocorridos na escola técnica de Vila Franca, em situações em que se apercebia de repressão e censura, nos vizinhos que iam para a guerra colonial e que acontecia voltarem estropiados – foi algo que se forjou sobretudo na experiência direta do quotidiano, precedendo o interesse efetivo pela imprensa.

[Para comprar jornais] não havia dinheiro... lembro-me, por exemplo... não havia aulas, íamos para o café... e havia um que tinha dinheiro para beber um café, mais ninguém tinha dinheiro... estávamos ali porque naquele tempo era possível, porque se estudava muito em cafés... estudei muito em cafés... (...) Frequentava um que era A Lezíria, era muito frequentado por estudantes e já naquela altura havia ali uma demarcação política entre os cafés (...) era de gente oposicionista (...) os jornais circulavam pouco entre a malta porque não havia muito dinheiro... mas lembro-me de gente que comprava, e entravas em determinados sítios... *República*, o *Diário de Lisboa*... *O Século* e o *Diário Notícias* eram os principais, e *A Bola*... também gostava de futebol, *A Bola* era um jornal que ia muito para lá da bola. (José, 72 anos)

Consoante a inserção social de cada entrevistado, a consciência política foi sendo adquirida em várias gradações antes e depois do 25 de abril de 1974, mas sempre acabando por articular estreitamente a imprensa com determinados contextos e dinâmicas de interação. Tanto no despertar crítico e oposicionista à ditadura como na vivência do ápice revolucionário, os jornais tendem a funcionar nestas biografias como meios de conversação, elementos de ligação ao grupo, fatores de mobilização cívica. Os jornais levam ao coletivo e o coletivo leva aos jornais.

Alfreda evoca a sua via para um envolvimento ativo: “Havia o jornal *Encontro*, da JUC [Juventude Universitária Católica], e foi por causa do jornal *Encontro* que eu pensei ir para a JUC, porque era um jornal muito aberto, muito... interessante... e eu pensei que tinha de alargar horizontes para outros lados e foi um bocado por aí”.

José recorda o ambiente que considera ter sido a sua primeira escola política: “Pessoas que eu conhecia da escola [técnica de Vila Franca], e amigos... malta que tinha já outro andamento e outra experiência a esse nível. Eram reuniões clandestinas, lembro-me de ter participado numa em Alhandra, em que apareceu o Barata-Moura, e falava-se das questões da escola. Era a sala de convívio, era o muro que fazia uma divisória entre os rapazes e as raparigas. Era as refeições, era denunciar o diretor que era corrupto. (...) E depois começou-se a fazer um jornal, em stencil (...)”

## Encontros com a imprensa

O fazer e o participar corporizam outra vertente da experiência com jornais que é mais ou menos comum neste grupo de entrevistados: além de leitores, trata-se de pessoas que em algum momento das suas vidas se aproximam da imprensa, se envolvem, ou pelo menos entram em contacto com algum tipo de produção impressa.

Arlindo experimentou-o em vários contextos. Primeiro, como participante num suplemento juvenil, ganhou um concurso com um ensaio sobre Aquilino Ribeiro: “Fui ao *Diário de Lisboa* e conheci o Castrim. Foi fantástico, foi do mais simpático! Disse-me, agora vais lá à casa, vou dizer à Alice, que era a Alice Vieira, vou dizer à Alice que vais lá jantar conosco. (...) E ainda por cima, no momento seguinte, ele levou-me à tipografia, que estava a imprimir o jornal. E estava um coiso meu, que eu tinha escrito com pseudónimo”. Já após o 25 de abril, no exército português em Angola, participou na publicação de um jornal que circulava pelos quartéis: “O jornal era horrível, porque havia um gajo que lá apareceu (...) e dizia, o jornal deve parecer-se com o *Avante*. Então fizemos naquele papel... Chamava-se *Abertura*. Recebíamos devolvidos, cheios de ofensas, e de porcarias, uma série de exemplos, porque aquilo era distribuído por toda a Angola”.

Em 1974 e 75, Isabel também rememora o envolvimento com a imprensa revolucionária: “Militei numa organização trotskista. Com reuniões, com a venda de jornais, com tudo o que isso implica”. António, noutra fase, assinou uma coluna na imprensa regional em inícios dos anos 80, quando se radicou na Covilhã e tinha o diretor do semanário local como colega de escola. Alfreda levou a ligação à imprensa para dentro da sala de aula: “Há muitos anos já, fizemos um jornal de turma. Éramos três ou quatro professoras, e com os alunos fizemos um jornal de turma, foi muito giro. E depois há o jornal da escola”.

Esta variedade de contactos com a imprensa no lado da produção não é um mero acaso nem está desligada das atuações destes entrevistados no polo da receção. A leitura intensiva de jornais e a fina literacia que desenvolvem acerca do panorama jornalístico reflete também algum conhecimento das técnicas da imprensa, algum vislumbre dos seus bastidores, algum tipo de lente política a que as suas biografias vão dando forma como ferramenta interpretativa das notícias e dos seus processos de produção.

## Ápice revolucionário

Se havia uma espécie de literacia própria do tempo da censura, que alguns ligam ao hábito de ler nas entrelinhas, deduzindo o que tinha acontecido – “éramos especialistas nisso” (Arlindo) –, o período pós-1974 torna-se ainda mais instigante a respeito de uma receção ativa da imprensa e da forma de se orientarem como leitores. Dois traços parecem emanar

com saliência das memórias pessoais dessa fase acerca dos jornais: por um lado, uma avidez informativa; por outro, uma inédita sensação de pluralismo, que ao mesmo tempo marca territórios ideológicos e alarga as mundivisões como leitores para além das suas filiações doutrinárias.

Nessa altura fui um consumidor enorme de jornais. Todos e mais alguns, porque para além daqueles que já existiam, já com uma carga política, a partir de determinada altura passaram a ser todos politizados... (...) apareceram muitos jornais novos. O *Página Um*, a *Gazeta*... para além de jornais partidários... o *Grito do Povo*, a *Luta Popular*, o *Avante*, que circulava... líamos tudo. (...) comprava aquilo que era possível... até já não ter espaço para ter jornais (...) guardava os jornais... pelas notícias, pelos artigos, por aquilo tudo... pelas fotografias... pá, passei a seu consumidor compulsivo. (José, 72 anos)

Houve diversidade total. Para já, muito mais jornais, depois jornais que não se conseguia identificar ideologicamente. (...) O *DN*, na altura do Saramago estava muito alinhado com o PC, depois havia o *Diário* que era francamente PC, depois havia *A Luta* que era francamente PS... havia uma diversidade... havia o *Jornal*, que era um semanário, que eu lia cuidadosamente, e que até assinei. (...) Achei sempre interessante haver diferentes... como o meu pai comprava todos os jornais e mais alguns... coisas horríveis como *O Diabo*, da Vera Lagoa, que era ultra, extrema direita. (Alfreda, 69 anos)

Lia o *Diário de Lisboa*. Entretanto sai o *Jornal*, sai o *Expresso*. Os dois semanários. Acho que comprei todos os números d'O *Jornal*, até ao fim, e todos os do *Expresso*. Dizíamos sempre, este jornal está cada vez pior [risos]. E líamos sempre [risos]. (Arlindo, 76 anos)

[O *Expresso*] Era imprensa burguesa, para pôr as coisas de forma clara. Quem lia, lia. Eu lia, ia lendo, porque de vez em quando comprava-se lá em casa, e eu lia. (Isabel, 70 anos)

Havia várias correntes ali, claramente, na sala de professores. Discussões, entre os que eram mais para a esquerda, PC, UDP... mais para o centro, PS... mais para a direita, PSD e tal. (...) Já havia o *Expresso*, o *Expresso* era muito lido. E eram os jornais do Porto. Mas, apesar de tudo, havia companheirismo, amizade, fazíamos festas na escola, almoços, jantares... (António, 76 anos)

Outras memórias sobre acontecimentos que envolveram a imprensa no contexto revolucionário, desde “a esquerda mais radical querer apoderar-se do jornal *República*” (Isabel) até ao “saneamento do *Diário de Notícias* sob a direção do Saramago” (António), afloram breve mas significativamente no discurso dos entrevistados, emergindo hoje como

reinterpretações de antigas memórias pessoais dos *media* que não podem ter deixado de ser remediadas nos últimos 50 anos enquanto memória social retrabalhada e atualizada, dado o carácter destes episódios entretanto notabilizados pelos meios de comunicação e por um conjunto específico de agentes da memória, incluindo atores políticos, historiadores e jornalistas que viveram ou investigaram sobre estes casos.

Também do período pós-revolução emergem lembranças de uma íntima interpenetração entre o consumo da imprensa e a participação cívica e política. José associa o tempo da sua leitura compulsiva de jornais ao envolvimento em ações sociais e movimentos populares, com uma intensa vivência nas ruas:

Tive dias e dias sem ir a casa. Sempre, porque foi um período que todos os dias aconteciam coisas. E a gente queria ver, queria participar. (...) Organizações de moradores, de populações que se organizaram para fazer ruas, para fazer estradas, para fazer balneários, para fazer lavadouros, por aí fora. Tive envolvido. (...) Em Vila Franca e nas aldeias ali à volta. Tudo isso. Havia aquela confiança de que o futuro estava nas nossas mãos e que podíamos fazer coisas. (José, 72 anos)

Alguns entrevistados evocam, por outro lado, a cadência de acontecimentos durante o PREC como produtora de uma sensação de turbulência e desorientação que os levava a procurar nos meios de comunicação uma bússola. António diz que “ia acompanhando aquilo tudo pela televisão, ia tomando posição, às vezes ficava confuso”. Arlindo lembra-se, em particular, do Verão Quente de 1975, “de estar na praia, em Porto Covo, e ter comprado o jornal”, tentando perceber o que se poderia seguir; assim como no 25 de novembro, “ir comprar o jornal e dizer: o que é que se está a passar? Além da notícia, era a interpretação da notícia. E o jornal, em geral, dava isso. Mais do que a notícia, a leitura da notícia”.

## Da vida de leitores

É curioso detetar como, nestes entrevistados cujos contextos de interação e de envolvimento cívico estiveram tão estreitamente conectados com o uso da imprensa, as memórias também convocam, por outro lado, uma espécie de relação quase íntima e afetiva com os jornais. Fora dos períodos históricos excecionais foi-se arreigando uma experiência quotidiana que remete para lugares, hábitos ou aspetos sensoriais que põem a rememoração do usufruto dos periódicos sob uma luz pessoal, e também a cadência dessa periodicidade é um dado relevante, mostrando a leitura dos jornais como um marcador dos dias e das semanas.

Eu continuo a comprar o Expresso, para lê-lo fisicamente, e durante muitos anos comprava o Público sempre em papel, desde que o Público surgiu. Agora não o leio sempre e, quando o leio, leio online, mas não é a mesma coisa... Não dá o gozo que dá, depois de um dia de trabalho, chegar a casa e ler o jornal. (Alfreda, 69 anos)

Ir almoçar sozinho e levar o jornal era uma festa, mesmo, não me importava nada, antes pelo contrário, até se alguém se oferecesse não sei se eu queria. (...) À sexta-feira, por exemplo, saía *O Jornal* e levar *O Jornal* e estar ali a ler enquanto almoçava era um prazer fantástico. (Arlindo, 76 anos)

Jornais, comprava, lia num café, ainda hoje gosto disso. (...) Eu, no Porto, gostava muito de estar sozinho, ainda hoje tenho momentos em que quero estar sozinho e isso já veio daquele tempo. (António, 76 anos)

A minha normalidade continua a ser os jornais. (...) Independentemente de agora eu não me lembrar de reportagens... os jornais, epá, sempre tiveram uma importância muito grande. (José, 72 anos)

A dificuldade em rememorar conteúdos mediáticos concretos e em descrever acontecimentos noticiados contrasta com a evocação de práticas regulares ou mais ou menos constantes, cuja experiência de receção ressoa duradouramente na memória, ainda que a sua descrição também possa ser relativamente vaga. Mas, se estudos anteriores notaram menor carga emocional nas memórias deste tipo – a que Bourdon (2003) chamou memórias *wallpaper* – do que nas memórias *flashbulb* de notícias imprevistas e dramáticas, a verdade é que encontramos aqui ligações claras entre a rememoração da leitura dos jornais e o lado emotivo dessa experiência (“era um prazer”; “o gozo que dá”), e a memória pode mesmo ganhar tonalidades nostálgicas, em que, além de evocar uma prática, é também, ou sobretudo, a lembrança de um sentimento (Bolin, 2017, pp. 103-104). Pode, por vezes, tratar-se de uma “tecno-nostalgia” (ibidem) relacionada com um suporte mediático em rarefação, neste caso acerca do jornal impresso e do próprio manuseamento do papel, mas também se pode tratar de um sentimento que remanesce apesar dos conteúdos informativos que o originaram já se terem desvanecido da memória pessoal, como na evocação difusa de certos jornalistas e reportagens:

Lembro-me muito do Assis Pacheco n’*O Jornal*, uma coisa no Ribatejo, com trabalhadores e não sei quê, e uma coisa de vinhos em Espanha e tal. Não sou capaz de dizer conteúdo nenhum, mas lembro-me como aquilo me tocou. Tão bem feito! Tão bem-dito! (Arlindo, 76 anos)

Nesta evocação se vê também como o conteúdo e a forma das notícias parecem indissociáveis na reverberação que provocam na memória de um leitor.

## A sala dos professores (dos anos 70 a 90)

Neste conjunto de entrevistados, apenas um começou a lecionar como professor do ensino secundário ainda no final da ditadura (Arlindo), tendo a generalidade dos trajetos sido consolidada na fase pós-revolução e no período de estabilização do regime democrático. Mas, a memória do interior das escolas, e particularmente da relação entre colegas que se condensa na sala de professores, ocupa um lugar pouco relevante no que diz respeito à articulação entre imprensa e esfera pública.

Os testemunhos sugerem, apesar disso, uma variedade de situações consoante as zonas e as escolas concretas em que cada um lecionou. Por exemplo, Isabel, que foi delegada sindical logo desde a década de 1970, reporta-se ao início dos anos 80 numa antiga escola comercial em Lisboa para descrever a ausência da imprensa e de discussão em torno das notícias na sala de professores:

[Entravam jornais?] Não. [As pessoas falavam de política?] Não. [Nunca?] Não, muito raramente. Aliás, foi uma coisa que eu sempre achei, mesmo nos últimos anos, as pessoas, ou quem falava, falava à boca pequena com quem sabia que podia perceber alguns comentários. (...) Havia um comentário ou outro, mas como se percebia que as pessoas pensavam de um modo diferente... (...) E ainda agora. Mesmo quando eu saí. Ou então, é como eu dizia, fala-se com quem se sabe que tem algumas afinidades. (Isabel, 70 anos)

Também José, que no fim dos anos 70 e ao longo dos anos 80 lecionou em várias escolas da área metropolitana de Lisboa (Vila Franca, Oeiras, Chelas), e ainda em zonas rurais (Coruche, Benavente, Alentejo) – onde foi encontrando realidades “completamente diferentes” – resume as suas memórias, não obstante essas diferenças, à ideia constante de escassa presença dos jornais nos espaços comuns da escola e a uma concomitante debilidade de hábitos de debate entre colegas que fossem articulados com a esfera pública através da imprensa.

Sempre achei que se lia pouco. [Os colegas] Liam pouco, quer jornais, quer outra coisa. [Não havia assim conversas?] Havia conversas, mas era... lembro-me... a escola mais conservadora onde eu estive foi Oeiras, porque já tinha um corpo docente muito estabilizado, com muitos efetivos, havia muitas mulheres de militares... e olhavam para mim um bocado de modo diferente... (...) Em Coruche havia uma falta de professores terrível (...) já praticamente não havia efetivos (...) e com professores deslocados, que depois têm de viver em quartos, há uma maior aproximação (...). Eu, por onde andei, por onde andei até ao último dia em que dei aulas, tive sempre a sensação que eu pertencia a uma minoria que lia jornais e revistas. (José, 72 anos)

Uma experiência mais matizada em relação à presença de jornais entre colegas é evocada por Arlindo (que, após 1974, lecionou três anos em Almada e depois sempre no Liceu Camões, em zona central de Lisboa). A sua rememoração não coloca a imprensa num lugar axial da sala de professores nem a discussão das notícias como uma esfera comum ao conjunto de colegas, mas evoca claramente essa prática entre núcleos mais restritos, aparecendo ela com algum vigor em décadas mais recuadas da sua carreira.

[Jornais] nas salas de professores, não me lembro, em sítio nenhum... A não ser os que as pessoas levavam. As pessoas levavam! E até passavam. Já leste o jornal? Posso ficar com ele? Sim, isso existia muito. [Isso deixou de existir ou continuou a existir sempre?] Acho que ultimamente muito menos. (...) [E a presença, por exemplo, de notícias, de comentar notícias?] Isso havia muito, isso havia muito. Mas depende das pessoas (...). Tem-se um círculo mais próximo, aliás tem-se vários círculos (...). As pessoas que liam jornais eram também as que liam livros e com quem se falava. (...) Havia um círculo mais próximo em que se discutia tudo. Depois um maior com que se tinha boas relações, mas não se passava da graça. E um terceiro em que era só um cumprimento... Mas não me lembro que os jornais tivessem uma... não me lembro (...) e que a escola assinasse, não, de todo. (...) Na sala de professores havia sempre muitos papéis em cima das mesas, incluindo publicações, jornais de sindicatos e não sei quê, isso havia... (...) agora os jornais informativos, não me lembro. (Arlindo, 76 anos)

Já as memórias de Alfreda situam-se essencialmente numa escola do centro de Lisboa e remetem para uma fase mais tardia, na década de 1990 e depois. Neste caso, a presença da imprensa e o interesse dos professores nos jornais não surgem desvalorizados, mas o ângulo das rememorações dirige-se, em maior medida, para a questão da (falta de) leitura por parte dos alunos:

Havia jornais na sala de professores, mas depois havia na biblioteca e no centro de recursos educativos. Mas os jornais que havia na sala de professores eram basicamente jornais sindicais... e havia também... hum... o Público. Mas como a maioria dos professores comprava jornais, não era muito lido o jornal da escola. E tiveram a boa ideia, alguém teve a boa ideia de o pôr no centro de recursos para os alunos poderem consultar. [Mas os professores liam os jornais?] Os professores liam os jornais. Nessa altura liam os jornais. [Falavam sobre as notícias?] Sim, sim. Obviamente que estava toda a gente interessada na situação política. Mas... o que eu verifiquei foi que os jornais passavam a ir para o centro de recursos e ninguém os abria sequer, porque... ou quem os lia eram os professores que estavam de plantão, de serviço ao centro de recursos. (Alfreda, 69 anos)

## A sala dos professores (nos anos 90 e depois)

É justamente nos anos 90 que a segunda leva de entrevistados entra na profissão. Cerca de duas décadas mais novos, que visão têm eles sobre os jornais e a sua presença-ausência no quotidiano das escolas e particularmente na sala de professores?

Diga-se, como nota prévia, que será sempre tentador comparar este grupo com o mais velho, ponto de partida aliás subjacente a este capítulo. Porém, há muitos aspetos em que não se afigura apropriado fazê-lo, tendo em conta que as disparidades entre os dois grupos podem minar comparações. A despeito do seu baixo número, o grupo mais novo apresenta uma heterogeneidade geográfica e uma amplitude de inclinações políticas que o tornam bastante distinto do conjunto precedente, cuja diversidade interna residia quase só nas origens e trajetórias sociais até à entrada na profissão. Por isso, e como é comum em muitas pesquisas de história oral, torna-se mais fecundo explorar as singularidades de cada experiência do que procurar regularidades no todo.

Voltemos, então, à sala de professores, aspeto em que alguns destes entrevistados se detêm, sobretudo para descrever o momento atual e o período mais recente. Aqui encontramos, de novo, evocações que, a propósito de jornais e interesse cívico, sugerem uma diferença significativa de umas escolas para outras, mas também discursos em que os entrevistados se posicionam face ao tema, aspeto talvez mais significativo.

Na escola [Secundária Campos Melo, Covilhã], temos uma biblioteca, felizmente muito boa, que compra vários jornais, entre os quais o *Jornal de Letras*. (...) Discute-se muito na sala de professores. Muitos colegas, também atentos à vida do país, gostam de, à primeira hora da manhã, comentar: Olha, viste esta notícia? Olha, já viste o que está a acontecer? Olha, tive a ler isto, aquilo e não sei quê. Eh, pronto, e acabamos também por partilhar e trocar um bocadinho de informação. Temos sempre jornais, os jornais que estão na biblioteca estão também na sala de professores, *Jornal de Letras*, *Público*, [*Jornal do*] *Fundão*, [*Notícias da*] *Covilhã*, outros de desporto também. Eh, portanto, temos sempre jornais, ou num lado, a sala de professores, ou em frente, na biblioteca. (João, 58 anos)

Eu falho redondamente, porque em todas as escolas por onde eu já passei, já passei por várias, as escolas têm sempre jornais e revistas nas bibliotecas escolares e eu podia-me deslocar até lá e consultar (...). Este ano estou na Secundária da Granja [Vila Nova de Gaia] (...). Portanto falho, falho porque podia perfeitamente ir à minha biblioteca todos os dias, tenho colegas que ainda fazem isso, ainda vão à biblioteca no intervalo grande e aproveitam, o jornal está lá e folheiam o jornal. [Quais são os jornais que a biblioteca recebe?] Nem sei [risos]. Mas sei que as bibliotecas recebem os jornais. (Susana, 54 anos)

Acho que a minha classe é uma classe que não quer pensar muito na política. Na política, não é nos partidos. Vivemos muito assoberbados com o dia-a-dia, com a burocracia, com... qualquer coisa de mediático, mas não se discute profundamente aquilo que se passa (...) Por exemplo, o que está a acontecer agora em Gaza (...) não se querem meter nisso, porque é um conflito demasiado político (...) [Sente que esse tema, neste momento, nas salas de professores...] Não é debatido. (...) Penso que eles também se informam, também têm conhecimento, mas é um conhecimento da espuma dos dias, porque o conhecimento é mais do que nós ouvimos apenas o telejornal e lermos os jornais, onde vêm algumas notícias, alguns artigos de opinião, mas é o chamado *mainstream*. (Ana, 58 anos)

Esta panóplia de descrições, que também são avaliações acerca dos colegas e de si próprios – todas elas, de uma forma ou de outra, refletindo a noção do bom cidadão que se deve informar e que os entrevistados adotam numa entrevista académica –, fornece um quadro impressionista das escolas, mas o mais revelador será perceber como estas e outras evocações dos jornais se articulam com a trajetória de cada um e como também eles jogam um papel na estrutura das suas memórias.

A variedade interna deste grupo permite-nos elaborar um pouco sobre a relação entre origem social e presença da imprensa nas vidas e nas memórias de entrevistados de um tempo mais recente, formados em contexto democrático e numa fase em que a televisão se tornou o meio noticioso predominante na sociedade.

## A imprensa como memória familiar

Criado numa família abastada, ligada à burguesia industrial da Covilhã e onde figuraram dirigentes políticos, os jornais estiveram presentes na vida de João desde tenra infância, sobretudo através do avô com quem vivia a maior parte do tempo. Rememora com vivacidade e detalhe o momento quotidiano da sua infância em que o avô chegava a casa e “a primeira coisa que fazia era pegar no jornal (...) desligava (...) estava-se a falar com ele e ele absorvia as notícias”, e também a fase da sua juventude em que “havia um acontecimento nacional e o avô mandava logo comprar quatro ou cinco jornais”. Menciona, dessa altura, o *Expresso*, o *Semanário*, o *Diário de Notícias*, o *Diabo*, além dos jornais regionais, e também refere as interpelações habituais que o avô lhe fazia sobre os temas da atualidade. Guarda uma fotografia desse avô, ele próprio em criança, a ler o jornal *O Mundo* (publicado entre 1900 e 1936) e essa referência enquadra-se numa memória pessoal que valoriza especialmente o património cultural da família e a sua preservação. Nele se inclui uma biblioteca com edições valiosas pela antiguidade, pela qualidade gráfica, pelas encadernações, cuja menção manifesta a saliência que o entrevistado dá ao aspeto material, sensorial, e por vezes artístico, dos objetos impressos.

Do tempo da faculdade, em Lisboa, rememora que o avô lhe guardava os jornais locais, que João levava para se manter a par da atualidade da região. Nessa primeira fase da vida adulta, não passou a comprar jornais noticiosos por si mesmo: “O curso era muito trabalhoso e eu tinha o tempo muito controlado”. Lembra-se que passou, sim, a adquirir outro tipo de imprensa: “Muitas revistas ligadas à arquitetura, muitas também de automóveis (...) a *Auto-Motor*, a *L’Automobile*, a *Turbo*, tenho essas edições todas”. Regressado à Covilhã para iniciar a carreira docente, em 1990, evoca de novo o avô como mediador das notícias: “Ouvia aquilo que o meu avô ouvia, acompanhava aquilo que o meu avô acompanhava... mas sabe que... eu, em 90, tinha 23 anos... um jovem aos 23 anos, com interesse em marcar pontos na escola onde está, ser conhecido, trabalhar mais do que as oito horas, que vivia para a escola... ia à noite para a escola, estava ligado ao jornal da escola...”.

Recorda em pormenor essa atividade com o antigo jornal escolar *Fio Condutor* em que fazia as ilustrações, assim como também refere o recente envolvimento da escola nas iniciativas educativas do jornal *Público*, que aliás se relaciona com os seus atuais hábitos informativos. “Isso também nos obriga um pouco a consumir o jornal, só que, infelizmente, hoje não consumimos o jornal em papel. Eu todas as manhãs, quando me levanto, vou ao Público online e vou consultar as notícias. Penso que isto foi, lá está, a infância, os tais vícios que são bons (...) de procurar informação e de estar atento”. Nas memórias com que João estrutura a sua identidade de cidadão informado, o fundamento sempre convocado é a herança dos hábitos familiares: “Por essa influência, quase inconscientemente, eu vejo-me ainda hoje... vejo pouca televisão, mas gosto sempre de ouvir as notícias... à hora de do almoço ou à hora do jantar, na sala está a televisão a debitar a informação, nós estamos na cozinha, não estamos com a televisão diretamente, mas estou a ouvir as notícias”.

## Jornais e política, uma herança fugaz

Pertencente a uma família de classe média do Porto, que caracteriza como católica praticante, em que pai e mãe frequentaram o ensino secundário e tinham profissões técnicas e administrativas, Rui também evoca as primeiras memórias da imprensa por via masculina: “Era o meu pai que comprava os jornais, era um interesse genuíno. O meu pai era um curioso das notícias, muito pelo interesse que tinha pela área política, sobretudo. (...) Comprava o *Primeiro de Janeiro*, algumas vezes o *Diário Popular*, (...) cheguei a participar num concurso de desenhos infantis. (...) Ocasionalmente o *Expresso*, que já seria um jornal mais caro do que os diários, e depois, mais tarde, eu já estaria no 2º ciclo, aos domingos chegava lá a casa o *JN*, ia lá um estafeta”. Recorda-se que a mãe era leitora da revista *Nova Gente* e lembra outros títulos que, durante a sua adolescência, apareciam em casa: o *Diabo*, o *Dia*, o *Tal & Qual*.

O interesse próprio de Rui pela informação, de acordo com a sua memória, desenvolveu-se em inícios da década de 1980, entre os 14 e os 16 anos, altura em que o pai esteve envolvido em atividades políticas: “Isso levou-me também a ser arrastado para algumas ações de rua, algumas campanhas políticas, e depois comecei a ter alguma curiosidade nesta questão da política partidária (...). Aí já lia com mais atenção os jornais. Em vez de estar atento aos títulos ou às fotografias de capa, já lia notícias que eu achava que seriam mais importantes, mas influenciado também pelo meu pai”. A formação política e o interesse pela imprensa entrelaçam-se claramente nas memórias de juventude, tendendo a ser estruturadas pela ideia de os filhos interiorizarem e seguirem a posição dos pais – que se estende também à descrição do que era a cerimónia diária de assistir ao telejornal: “Encarávamos como sendo a posição sensata, o comentário dos pais a uma notícia era encarado por nós como a opinião do consenso”.

Evocando a entrada na fase adulta, Rui lembra o início da docência ainda antes de terminar a licenciatura em Geografia, no princípio dos anos 90, apesar de permanecer mais alguns anos em casa dos pais. Essa foi a fase em que também se recorda de ter tido uma relação própria, mas passageira, com o consumo da imprensa: “Eu a comprar jornais não fiz durante muito tempo. Lembro-me de comprar alguns exemplares do *Independente*. Tinha um bocadinho o fascínio pela figura do Miguel Esteves Cardoso, que fundou o jornal com o Paulo Portas, portanto comecei a comprar o jornal, na década de 90”. A televisão e os seus noticiários tornaram-se, na memória que hoje faz, o principal meio informativo, mantendo esse hábito diário atualmente. Os jornais, nas últimas décadas, passaram a ocupar um lugar praticamente marginal: “Agora quando estou de férias, e em momentos de fim de semana ou em férias de verão mais ou menos prolongadas, compro o *Jornal I*. É o que eu compro, é o único, porque acho que é um projeto diferente, um bocadinho irreverente, tem um grafismo interessantíssimo, porque é uma edição semanal, as peças são bem preparadas, tem artigos de fundo, tem opiniões várias”. Diz que mantém alguma sensibilidade ao papel, não abdicando dele na leitura de livros, mas folheia o jornal só ocasionalmente em algum café, onde por vezes se depara com o *JN* ou o *Correio da Manhã*. Nos meios digitais, não consulta websites de jornais, preferindo agregadores de notícias como Google News, MSN e Sapo, que usa quando está a trabalhar no computador e tem uma pausa, percorrendo os destaques durante “uns dez minutinhos”.

## Da imprensa popular como fruição à de referência como cultivação

Oriunda de uma família portuense de classe média baixa, pai funcionário de uma empresa de telecomunicações, mãe cabeleireira com salão em casa, ambos com pouca escolaridade, as primeiras memórias de Susana com a imprensa, relativas à década de 70, não se distinguem das dos anteriores entrevistados quanto ao padrão masculino que ligava a família aos jornais diários, mas distinguem-se no grau de exposição às notícias impressas,

aqui com menor espessura – uma única publicação – e maior intermitência – nem sempre havia um exemplar no domicílio: “Lembro-me desde muito pequenina, o meu pai ia ao café ler o jornal ou, quando não ia, adquiria e trazia o jornal para casa. (...) Era o *Jornal de Notícias*, nunca vi outro jornal entrar lá em casa”. Nas rememorações da infância e adolescência surgem também as revistas femininas que a mãe tinha no salão de cabeleireiro, das quais nomeia a *Maria* (lançada em 1978) e a *Nova Gente* (1976). A memória pessoal é, aliás, mais vívida ao evocar a sua experiência juvenil com esta imprensa: “Claro, lia sempre as revistas no salão, que a minha mãe trazia. Eu lia todas as semanas, de uma ponta à outra. (...) Havia muita conversa no salão entre as senhoras, das notícias, e eu andava sempre por lá a passaricar e acompanhava isso. (...). Se havia alguma situação dessas, então da socialite, das classes sociais mais na berlinda, isso era debatido no salão”. Mas aquilo de que mais se lembra como grande ligação quotidiana à informação era o telejornal, “as refeições com a televisão à frente, sempre com a televisão a ver as notícias”.

Na memória de Susana a relação com os jornais transformou-se no final da escola secundária e nos anos de ensino superior. “Eu tive que comprar o *Expresso* para entrar na universidade, porque fiz a PGA e na altura as instruções que nos deram na escola foi: vocês têm de ter muita cultura geral, ler todas as semanas o *Expresso* é a única forma de se prepararem. Eu acho que isso foi a diferença na minha vida (...) para mim foi, porque eu, até aí, era o que o meu pai trazia e para mim estava bem, nunca tive curiosidade, (...) foi a PGA que me obrigou. Depois, na faculdade, os professores, todos os professores da nossa faculdade, de uma forma ou de outra nos davam indicação de que era importante comprarmos o *Público*, lermos o *Público*”. Ao recordar os hábitos de leitura de jornais nessa fase, evoca sobretudo uma prática individual: “Nunca fui de frequentar o café para ir ler, não, não, era em casa, era em casa. [Mas se se ia a um café e havia um jornal?] Não pegava, não pegava, era em casa, em casa no sossego, no sossego, lá nas horas que eu entendia como as mais indicadas”.

Depois dessa fase da vida, sem que a memória consiga precisar exatamente quando, deixou de comprar e ler jornais impressos: “Já deixei há muitos anos. (...) Foi naquele período em que estive a investir a cem por cento na minha formação, foi esse o período da minha vida em que também investi na aquisição de jornais e fui-me mantendo informada por essa via. Depois comecei a trabalhar e deixei de comprar”. Atualmente a fonte básica de informação é o visionamento diário dos noticiários televisivos, à hora de jantar. Usa as redes sociais online apenas “como complemento”. Um hábito que também mudou foi ter deixado de ler as revistas que a mãe tinha no salão de cabeleireiro (“agora consumo de outra forma, agora consumo no Instagram, tenho-as lá no Instagram”). Quanto a *websites* de jornais, diz consultá-los só por motivos profissionais, se tiver de preparar uma aula sobre um determinado tema.

## Receção politizada na era da televisão

Filha de um operário e de uma doméstica, ambos com a quarta classe, o pai sindicalista numa unidade fabril, a mãe oriunda de uma família com algumas posses e conservadora, Ana foi criada numa casa, nos arrabaldes de Castelo Branco, em que se lembra de haver alguns jornais, mas não se recorda dos nomes. Na rememoração da sua infância e adolescência, o pai apenas trazia jornais para casa ocasionalmente, mas tinha outros tipos de leitura: revistas de mecânica para se atualizar profissionalmente e clássicos da literatura portuguesa cujas coleções comprava. A consciência política do pai e os correlatos temas de conversa articulavam-se com os noticiários da televisão e da rádio e com a música de intervenção em cassetes. Do tempo do liceu, Ana recorda um grupo de amigos em que “nunca ninguém tinha apetência para o que se passava no mundo e no país como eu tinha... isso para eles era uma coisa chata para adultos”. Situa aí já uma atenção pessoal às notícias e ao que saía nos jornais. Menciona, de forma difusa, alguns que se recorda de existirem na altura – o *Tal & Qual*, o *Crime*, o *Diário de Notícias* –, embora no seu discurso desvalorize hoje os dois primeiros. Mais vivas na memória são, porém, notícias chegadas por outras vias, como a morte de Zeca Afonso (em fevereiro de 1987): “Eu estava a estudar na cozinha, porque o meu quarto era pequenito e não tinha mesa, e eu estava a estudar na cozinha (...), e o meu pai vinha de uma reunião... e olhamos um para o outro... e dissemos, o Zeca morreu. Foi um momento, assim, marcante... [Lembra-se de como soube da notícia?] Eu estava a estudar, era de noite, deve ter sido pela rádio... ou pela televisão”.

Nas memórias suscitadas em Ana pela entrevista não há praticamente articulações entre meios de comunicação e assuntos públicos que se situem no contexto dos seus estudos superiores, que fez em Castelo Branco. O período de entrada na profissão já convoca mais lembranças noticiosas, por regra ligadas à televisão: a libertação de Nelson Mandela, em 1990, cuja notícia a apanhou num café com TV; a guerra do Iraque, no início da mesma década, que acompanhava quando já estava a viver sozinha e a dar aulas na Covilhã, altura em que também começou a ter funções sindicais. Tendo tido sempre um perfil de grande consumidora de notícias e de muita atenção à política nacional e internacional, Ana nunca concedeu à imprensa mais do que um lugar secundário, com a exceção, já enquanto professora, da revista *Visão*: “Comprei durante algum tempo. Porque o formato de jornal não me é agradável, nem ao toque, nem as dimensões. [E a *Visão* por algum motivo especial?] Porque normalmente tinha reportagens, mais profundas”.

Hoje, caracteriza-se como uma pessoa permanentemente muito atenta ao noticiário: “Tenho de saber sempre as notícias, porque sinto-me perdida se não sei o que se está a passar”. Vê intensivamente a informação em todos os canais noticiosos das televisões nacionais, de manhã, ao almoço e ao serão, dando também muita atenção a debates, entrevistas e comentário. A imprensa é usada como complemento, sobretudo a da área política em que é militante (o jornal *Avante*, impresso; o site *Abril Abril*), além do semaná-

rio *Expresso* e da imprensa regional. Justifica o menor consumo da imprensa com falta de tempo para mais leituras (em que dá prioridade a livros) e relaciona também o que considera um ambiente de certa demissão cívica por parte dos professores com o facto de terem passado a viver crescentemente asoberbados com a burocracia do dia-a-dia: “Eu apanhei [nos anos 90] a profissão num ascendente, graças a quem tinha lutado, os professores, os sindicatos (...) e, portanto, apanhei a profissão num bom momento, num momento em que os professores eram reconhecidos e valorizados. Depois, a partir daí, de facto, foi sempre a perder”.

## Para não concluir: algumas sugestões e hipóteses

Expusemos e abordámos de forma exploratória as trajetórias de professores de dois grupos etários, assinalando que não pode ser feita rigorosamente uma comparação entre os dois conjuntos e nesse sentido este capítulo não pode ter uma conclusão. Aliás, alguns fatores desta pequeníssima amostra devem ser tidos especialmente em conta para relativizar a variável etária na análise. Designadamente, o facto de todos os entrevistados nascidos no pós-guerra pertencerem a um espectro político do campo progressista (dos que frequentaram a esquerda revolucionária no PREC, aos que têm uma matriz católica), ao passo que os nascidos na década de 60 apresentam um leque ideológico mais variado, incluindo posições conservadoras e tradicionalistas. Também a inserção geográfica é divergente nos dois grupos, havendo um grande peso da zona de Lisboa e Sul no mais velho e uma maior presença do Interior e do Porto no mais novo. E, por fim, as próprias áreas disciplinares dos professores entrevistados (uma concentração em História e Filosofia no grupo mais velho; distribuição entre Português, Geografia e Artes Visuais no mais novo) também podem favorecer perfis tendencialmente mais ou menos ligados aos temas públicos e às atividades cívicas, que no primeiro grupo se revelaram aspetos axiais na relação com a imprensa.

Estas experiências de interação em que jornal e coletivo se articulam constituem, sem dúvida, um dos elementos mais fortemente sugeridos pela análise deste conjunto de entrevistados. Neste grupo dos mais velhos, em alguns casos os jornais precedem o envolvimento cívico, noutros sucedem a este, mas em algum ponto das suas biografias há uma forte confluência entre consumo de notícias, leitura da imprensa, contextos de interação coletiva e práticas de cariz social e político (em sentido amplo). A utilização dos jornais apresenta-se como parte integrante de espaços públicos (cafés, bibliotecas, cantinas) e também a experiência após 1974 reforça uma ideia de articulação com a esfera pública que tem na imprensa um eixo crucial.

Sendo esse ambiente interativo de jornais (talvez contrastável com o atual ambiente de jornais interativos) notável na nossa pequena amostra do pós-guerra, sublinhe-se, porém,

que isso não tem a ver apenas com o papel da imprensa e a sua procura no seio de dinâmicas de grupo, nem apenas com os contextos políticos ou com o predomínio dos jornais e a sua abrangente disseminação física numa determinada época. Trata-se de uma ecologia da receção favorecida por condições de vida que proporcionam essas vivências coletivas. Nas biografias destes entrevistados, a articulação da imprensa com experiências de interação é proporcionada, também, por condições muito concretas da vida quotidiana, sobretudo antes de 1974, como as privações que decorriam do alojamento em quartos por parte de rapazes, que assim procuravam sistematicamente espaços públicos para afazeres quotidianos como o estudo e as refeições, ou as estratégias das raparigas para integrarem círculos sociais e académicos de convívio que lhes possibilitassem ganhar autonomia em relação à família.

Na década de 90, e mesmo antes de a imprensa se estender aos meios online, o que estas entrevistas sugerem é uma tendência para uma privatização e uma retração do seu consumo para o espaço doméstico, uma rarefação de referências a contextos de interação em que os jornais estejam inseridos, tendências que afloram mesmo em casos de entrevistados com assinalável comprometimento político (fugaz ou prolongado) no grupo mais novo.

Sem que daqui se possa extrapolar o que quer que seja, é um facto assinalável que nenhum dos entrevistados nascidos nos anos 60 tenha consolidado verdadeiramente a compra ou a leitura de jornais no início da idade adulta (transição para a década de 90) ou mais tarde. Isto é tanto mais significativo pelo facto de a amostra, malgrado seja mínima, conter uma diversidade de perfis e trajetórias pessoais que incluem: a presença diária de jornais no seio da família durante a infância e a juventude; a aquisição de hábitos precoces de leitura de livros; a existência de articulações fortes com a política – tudo fatores que, noutros contextos, parecem ser potenciadores de uma relação estreita com as notícias e com a imprensa. Todos têm memórias mais ou menos vívidas da presença da imprensa na infância, mas nenhum referiu um claro apego aos jornais na transição para a idade adulta, mesmo que esse tenha sido também o momento de inserção num grupo profissional em que a cultura escrita é um vetor crucial. Hoje, apesar de não desvalorizarem os periódicos nem abandonarem a sua utilização, nomeadamente na versão digital a que recorrem predominantemente, os jornais tendem a assumir, para estes entrevistados, um lugar secundário face à informação televisiva.

Por outro lado, e ao arrepio de diferenças geracionais, diga-se que a nossa pequena amostra sugere a manutenção de correlações entre o consumo e leitura de jornais, por um lado, e o capital económico e cultural das famílias, ou seja, a origem social daqueles que foram futuros professores. São nítidos, em ambas as épocas, os casos de maior ou menor acesso à compra de periódicos consoante a posição económica dos agregados familiares e as distinções de intensidade, propósito e tipo de leitura conforme o grau de escolaridade dos pais.

Não obstante, também é claro, nos estreitos limites desta amostra, que nenhum caso se vislumbra entre os mais novos em que o consumo noticioso tenha alguma vez tido, ao menos num certo período da vida, a centralidade que ele assumiu para os entrevistados mais velhos. Além das particularidades biográficas, para isso também terão, eventualmente, contribuído tanto as transformações do trabalho nas escolas (mais burocratização) como nos *media* e na sociedade (mais meios com oferta noticiosa, competição com outros conteúdos e lazeres, tendência para a individualização do consumo).

A propensão mais ou menos individualizante ligar-se-ia hipoteticamente também com a própria memória da experiência com os jornais, se, como diz Assmann “a memória pode ser analisada como uma função da nossa vida social” (2008, p. 117), isto é, a sua densidade ou a sua rarefação refletem a espessura e o perímetro das relações em que nos envolvemos e que a vão, à memória, alimentando e (re)construindo como uma prática social. Entre os entrevistados, quem tem mais memória discursiva sobre a imprensa (títulos de órgãos, nomes de jornalistas, notícias e reportagens específicas) parecem ser não só aqueles e aquelas em quem mais se enraizaram os hábitos de leitura, mas também os que implicaram vivamente os jornais nos seus círculos de interação e na sua vivência cívica; aqueles e aquelas para quem a imprensa funcionou como um elemento indissociável das dinâmicas coletivas de conversa e ação.

Ao longo das décadas em apreço neste capítulo (dos anos 70 ao século XXI), o espaço escolar e as práticas dentro do campo profissional não deixaram de ser tocadas pela presença de jornais, assim como as ocasiões de troca e debate de ideias em articulação com as notícias não deixaram de se fazer sentir, mas na memória dos entrevistados, incluindo os mais velhos, as salas de professores não terão constituído, nem mesmo nas fases mais politizadas dos anos 70 e 80, lugares de uma esfera pública inclusiva e participada tão ativos como foram outros espaços da sociedade portuguesa.

Apesar de hoje poder haver uma presença mais organizada da imprensa nos espaços escolares (bibliotecas com um conjunto sistemático de periódicos), o que parece acontecer é que, se há mais jornais nas instituições, já os jornais não são a instituição que foram durante o século XX do lado da receção, no sentido sociológico de rotina social instituída e de práticas padronizadas que de alguma forma também penetravam o interior das escolas. No grupo de entrevistados mais velhos, vários deram conta dessa permeabilização, ainda que parcial ou minoritária, mas tendencialmente eivada de sentidos políticos. Vimos, por outro lado, no seio do grupo mais novo, casos de trajeto biográfico em que a formação e a profissionalização atuaram, pelo contrário, como dissuasores de uma relação mais próxima com a imprensa ou em que ela foi utilizada como um recurso instrumental onde prevalece o sucesso profissional como horizonte fundamental. Poderá, talvez, deixar-se a interrogação sobre se estes conjuntos de professores – nos seus perfis, práticas e ações – simbolizam o caminho dilemático entre uma escola orientada para o mercado

de trabalho numa sociedade centrada nas funções económico-profissionais e uma escola como projeto cultural numa sociedade permeada pelo envolvimento cívico. A mudança nas práticas de receção dos jornais serão, nessa hipótese, obviamente uma das facetas de transformações mais vastas.

## Referências bibliográficas

- Aroldi, P., & Ponte, C. (2012). Adolescents of the 1960s and 1970s: An Italian-Portuguese comparison between two generations of audiences. *Cyberpsychology: Journal of Psychosocial Research on Cyberspace*, 6 (2).
- Assmann, J. (2008). Communicative and Cultural Memory. In A. Erll & A. Nünning (eds.), *Cultural Memory Studies. An International and Interdisciplinary Handbook*. De Gruyter, pp. 109-118.
- Benavente, A. (coord.) (1996). *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bolin, G. (2017). *Media Generations. Experience, Identity and Mediatized Social Change*. Routledge.
- Bourdon, J. (1992). Television and Political Memory. *Media, Culture & Society*, vol. 14, 541-560.
- Bourdon, J. (2003). Some Sense of Time: Remembering Television. *History & Memory*, 15 (2), 5-35.
- Counce, S. (1994). *Oral History and the Local Historian*. Longman.
- Dhoest, A. (2015). Audience retrospection as a source of historiography: oral history interviews on early television experiences. *European Journal of Communication*, vol. 30 (1), 64-78.
- Freitas, E., Casanova, J. L., & Alves, N. A. (1997). *Hábitos de leitura: um inquérito à população portuguesa*. Dom Quixote.
- Hallin, D. & Mancini, P. (2010). *Sistemas de Media: Estudo Comparativo*. Livros Horizonte.
- Horta, A. (2004). Leitura de jornais: Aspectos de uma prática minoritária. In *Actas do V Congresso Português de Sociologia*.
- Korttti, J. & Mahonen, T. A. (2009). Reminiscing Television Media Ethnography, Oral History and Finnish Third Generation Media History. *European Journal of Communication*, vol. 4(1), 49-67.
- Longhurst, B. (1989). *Karl Mannheim and the contemporary sociology of knowledge*. Macmillan.
- Lozano, J. F. G. (2006). *La televisión en el recuerdo*. Universidad de Málaga.
- Moores, S. (1988). The Box on the Dresser: Memories of Early Radio and Everyday Life. *Media, Culture & Society*, 10, 23-40.
- Neiger, M., Meyers, O. & Zandberg, E. (2011). *On Media Memory: Collective memory in a new media age*. Palgrave-Macmillan.
- Neves, J. S., & Lima, M. J. (2008). A leitura em Portugal: Perfis e tipos de leitores. In *VI Congresso Português de Sociologia*.
- Olick, J. K. & Robbins, J. (1998). Social Memory Studies: From “Collective Memory” to the Historical Sociology of Mnemonic Practices. *Annual Review of sociology*, 24(1), 105-140
- Penati, C. (2013). Remembering Our First TV Set: Personal Memories as a Source for Television Audience History. *Journal of European Television History and Culture*, 3 (2), 4-12.

- Podber, J. (2007). *The Electronic Front Porch: An oral history of the arrival of modern media in rural Appalachian and the Melungeon community*. Mercer University Press.
- Ramos, R. (1994). A nação intelectual. In J. Mattoso (dir.), *História de Portugal – 6º volume*. Círculo de Leitores, pp. 43-67.
- Schuman, H., & Scott, J. (1989). Generations and collective memories. *American Sociological Review*, 359-381.
- Slade, C. (2001). Global media generation memories: Australia and Mexico. *Media International Australia*, 101(1), 111-125.
- Tengarrinha, J. (2006). *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. MinervaCoimbra.
- Thompson, P. (1988). *The Voice of the Past: Oral History*. Oxford University.
- Varela, M. (2010). El uso de fuentes y entrevistas en Historia de los medios: el caso de la televisión argentina. *Curitiba*, vol. 10, nº 2.

# A era da televisão e o conceito de geração: as notícias como experiência comum

Nuno Francisco

Universidade da Beira Interior • LabCom – Laboratório de Comunicação  
[nunofrancisco@ubi.pt](mailto:nunofrancisco@ubi.pt)

José Ricardo Carvalho

Universidade da Beira Interior • LabCom – Laboratório de Comunicação  
[jose.carvalho@labcom.ubi.pt](mailto:jose.carvalho@labcom.ubi.pt)

**Resumo:** O conceito de geração em função dos *media* tem sido aplicado quando pessoas de uma dada coorte etária convivem nos seus anos de formação com uma certa paisagem comunicacional e uma determinada tecnologia de uma forma que as faz partilharem um mesmo tipo de experiência mediática historicamente situada, a ponto de isso as levar a adquirirem uma consciência identitária da sua pertença geracional e de nelas eventualmente perdurarem marcas geracionalmente específicas em termos de práticas de consumo, hábitos culturais e memórias. Tendo em conta que na segunda metade do século XX a televisão emergiu como eixo crucial do sistema mediático e que em Portugal ela foi atravessada por circunstâncias históricas particulares, este texto centra-se num conjunto de entrevistas realizadas no âmbito do projeto MemNews com membros da audiência, visando perceber se é lícito falar-se de uma geração TV no que respeita ao consumo de notícias e informação, e que traços e fronteiras poderão defini-la. De forma exploratória, centramos a atenção em pessoas nascidas entre 1960 e 1975, cujo período de infância e adolescência se fez entre as décadas de 60 e meados dos anos 90, época balizada entre a implantação da televisão e o surgimento da internet. A amostra é composta por membros atuais das classes médias e altas, mas cujas origens e trajetórias são variadas. Para termo de comparação analisamos também indivíduos de outras coortes etárias, nomeadamente nascidos antes de 1945. A análise adota simultaneamente um enfoque histórico dirigido às práticas de receção e uma noção de memória que tem em conta os padrões de rememoração por parte da audiência.

**Palavras-chave:** Geração; televisão; notícias; receção; memória.

## Introdução

Todos os portugueses nascidos entre 1960 e 1975 vieram ao mundo num país em que havia muitíssimo menos aparelhos de televisão do que de rádio: no fim desse período, os rádios – a que muita gente se referia então como telefonias – ainda eram o dobro dos televisores. No ano da revolução estavam registados menos de 700 mil televisores em Portugal. Mas, nos quinze anos seguintes, até 1990, o número cresceu para 1 milhão e 700 mil (Barreto, 1996, p. 146) e o tempo de emissão também terá triplicado (embora a fiabilidade desses dados da RTP seja questionável). Portanto, se há algo a que se possa chamar uma paisagem mediática objetiva, em Portugal foi nas décadas de 1970 e 80 que a televisão se colocou no seu centro, popularizando-se como tecnologia quotidiana para a maioria da população e tornando-se verdadeiramente um meio de comunicação de massas.

Ao olhar para uma coorte etária como a que viveu nesse período a infância, a juventude e o início da vida adulta (até aos 15 anos de idade num extremo da coorte, até aos 30 no outro) torna-se, por isso, tentador averiguar as marcas específicas da televisão na sua experiência e, mais ainda, indagar se existe entre os seus membros um conjunto de traços comuns que se possam consubstanciar na ideia de uma pertença geracional por relação com os *media* – a hipótese de o primeiro grupo etário que em Portugal cresceu coletivamente com a televisão ter dado, de facto, forma a uma “geração TV”, tendo em conta que a teoria subjacente às abordagens geracionais toma os anos formativos como núcleo preponderante da experiência com os *media*.

Num outro ângulo de análise, esta faixa etária, hoje entre os 50 e os 65 anos de idade, insere a sua relação com a televisão (e os outros *media*) numa linha diacrónica mais longa, em que o tempo anterior, ao invés de desaparecer de súbito, ficou a pairar nos hábitos de pais e avós, derramando um legado sobre os mais novos; e em que as décadas mais recentes fazem parte da sua experiência posterior aos anos formativos e se acumulam com ela ou transformam a prévia configuração das suas relações com a TV.

Neste sentido, as periodizações da história da televisão oferecem um olhar sinóptico que ajuda a situar as categorias de idade na sequência de diferentes “eras” em que se reconfigura o binómio oferta-consumo. É possível, por exemplo, periodizá-la em três fases – a era da escassez, que vai da década de 1950 à de 80; a era da disponibilidade, até ao princípio dos anos 2000; e a era da abundância, que decorre desde o início do novo milénio –, como foi feito para o caso da televisão finlandesa (Kortti e Mahonen, 2009, p. 57).

Para o caso português também é possível, a partir da análise de Cintra Torres (2011), estabelecer uma periodização em três fases: numa primeira, que vai de 1957 até ao início da década de 1990, temos a televisão concentrada em canais estatais generalistas e de acesso universal assentando numa rede nacional de emissores terrestres, com a comunidade nacional como público-alvo idealizado e uma audiência predominantemente doméstica, geralmente com um televisor por casa (mas a consolidação deste modelo foi lenta, incluiu um amplo período inicial de reunião coletiva em espaços públicos e domésticos, e só gradualmente a generalidade das famílias se foi incorporando no público de forma permanente através do seu próprio aparelho); uma segunda fase, na década de 1990 e princípios do novo milénio, é caracterizada pela abertura de novos canais nacionais de operadores privados, mas também pela multiplicação da oferta com canais internacionais e temáticos e pelas transmissões por cabo e satélite com acesso pago, a que se associam tendências de segmentação do público, aumento do número de televisores por casa e individualização do consumo; no século XXI, a televisão, em Portugal como noutros contextos, aprofunda as tendências anteriores através da digitalização, passando a funcionar num sistema ainda mais abundante de canais e alargando o consumo a várias plataformas e a ecrãs móveis,

com lógicas de *view on demand*, mas em que os conteúdos circulam para além do controlo das estações e com aumento da individualização e do assincronismo das audiências.

Uma periodização com este teor coloca os anos formativos da nossa coorte etária no modelo doméstico-generalista (mais ou menos correspondente à era da escassez, na tipologia de Kortti e Mahonen), com a camada mais jovem a apanhar ainda na juventude a transição para o modelo de multiplicidade da oferta/individualização do consumo. Mas haverá uma periodização dicotómica e mais funda, que Cintra Torres também propõe, ao defender que a fase do pós-guerra até à década de 1990, por vezes denominada “época de ouro” da televisão, foi o período em que vigorou um modelo que pode ser classificado como “televisão para nós”, por contraposição com um modelo de “televisão do eu” (Torres, 2011, p. 15) que se impôs gradualmente a partir das últimas décadas do século XX. A esta luz, o nosso grupo etário terá sido socializado num contexto de consumo televisivo marcadamente grupal, o que suscita a questão de saber se essa marca se imprimiu no seu *habitus*, ou seja, se um sistema de disposições incorporado pelos seus membros enquanto público epocal se reflete na sua vivência das épocas seguintes e nos discursos e práticas atuais em relação ao meio televisivo.<sup>1</sup> Pesquisas como a de Dhoest encontraram indícios de que as audiências tendem a fazer julgamentos da televisão com base nos valores da época em que se formaram como espectadores (Dhoest, 2015, p. 70).

## O meio doméstico

Neste contexto convém realçar o papel que este meio em particular teve na construção da vivência no lar. A televisão ocupou, durante décadas – e sucedendo nessa função à rádio –, o papel de meio agregador no lar, instituindo a janela mediática pela qual se olhava o mundo, quer pelo prisma da informação, quer pela continuada partilha dos momentos de entretenimento, traduzidos, nomeadamente em concursos e, em Portugal, no fenómeno das telenovelas, a partir de 1977. Os intervenientes nesta amostra exploratória vivenciaram esse contexto de partilha, antes de a televisão se multiplicar pelas várias divisões do lar, permitindo consumos mais privados e individualizados.

Foi precisamente para dar conta desse fenómeno que Roger Silverstone cunhou a metáfora da “domesticação dos *media*”.<sup>2</sup> Como observa Anabela Sousa Lopes, na perspetiva de Silverstone “domesticação seria uma metáfora útil para dar conta do movimento bi-direcional que se desenvolve na relação homem-tecnologia, isto é, o Homem domesti-

---

<sup>1</sup> O conceito de *habitus* tem, em Bourdieu (2010), uma matriz acima de tudo classista, no sentido em que é a posição no espaço social que mais profunda e duradouramente produz o sistema de disposições e gostos dos indivíduos, pelo que as marcas de uma tecnologia na predisposição dos públicos terão de ser, pelo menos, matizadas pelas pertenças de classe.

<sup>2</sup> Sobre a revisão deste conceito ver Silverstone, 2010.

ca as tecnologias, mas estas também domesticam o Homem.” Deste modo, acrescenta, “o conceito é considerado adequado para enfatizar que tal como a introdução de um meio sempre provocou alterações na vida das pessoas, elas nunca deixaram de utilizar os meios de comunicação de acordo com os seus interesses e necessidades” (Lopes, 2006, p. 138). Neste particular é incontornável identificarmos nesta abordagem a teoria dos Usos e Gratificações, enquanto uso dos *mídia* para satisfação de necessidades específicas das audiências, ultrapassando uma redutora visão da passividade perante os estímulos do meio. E são esses usos continuados e tantas vezes partilhados, comentados, discutidos, que constroem as memórias da relação com um meio. Memórias que se alargam às da convivência partilhada nesses contactos primordiais com a televisão.

Algumas dessas memórias iniciais dos entrevistados nesta abordagem exploratória remetem-nos precisamente para esses momentos de partilha familiar, das emissões lineares e das horas certas em frente ao televisor; horas, essas, feitas de uma certa solenidade com que se acompanhavam alguns acontecimentos mostrados pela televisão. Tal como Silverstone refere:

A televisão é um meio doméstico. É vista em casa. Ignorada em casa. Discutida em casa. Vista em privado e com membros da família ou amigos. Mas é parte da nossa cultura doméstica também de outras formas, proporcionando com os seus programas e agendas modelos e estruturas da vida doméstica ou, pelo menos, de certas versões da vida doméstica. É também um meio para a nossa integração numa cultura de consumo através da qual a nossa domesticidade é, simultaneamente, construída e exibida. (Silverstone, 1994, p. 24)<sup>3</sup>

O lar, como modelo espacial de partilha e de afetividade, remete-nos para momentos marcantes. A televisão foi o centro do universo familiar, agregadora de uma memória coletiva. A chegada do Homem à Lua, em 1969, aparece como um momento áureo do espanto coletivo em torno da televisão que nos mostrava, com alguns minutos de desfazamento, o milagre da perseverança, sendo a televisão a janela para o deslumbramento. Foi através da televisão que nós “pisámos” a lua, que “derrubámos” o muro de Berlim, que “ganhámos” o Festival da Canção, que “conquistámos” o Campeonato da Europa de Futebol.

Dentro dos nossos lares desenvolvem-se processos tangíveis de comunicabilidade com os elementos que constituem o agregado e destes com o global, com o mundo que desfila

---

<sup>3</sup> “Television is a domestic medium. It is watched at home. Ignored at home. Discussed at home. Watched in private and with members of family or friends. But is part of our domestic culture in other ways too, providing in its programming and its schedules models and structures of domestic life, or at least of certain versions of domestic life. It is also a means for our integration into a consumer culture through which our domesticity is both constructed and displayed.”

dentro das quatro paredes e que nos cria memórias duradouras. Memórias desses momentos e memórias de quem os partilhou connosco.

Os *media* são parte integrante da construção física e emocional de lar. Domesticados pelos indivíduos consoante as suas rotinas, objectivos e relações interpessoais, se considerarmos a existência da unidade familiar, os *media* proporcionam, reciprocamente, uma ligação ao exterior de acordo com as suas escolhas. (Lopes, 2010, p. 38)

Mas, dentro e fora do espaço doméstico, o coletivo também pode formar-se ou cindir-se por referência ao tempo histórico e segundo eixos temporais simultaneamente agregadores e diferenciadores, nomeadamente aqueles para os quais costuma ser convocada a ideia de geração.

## Teoria das gerações

O conceito de geração, recuperado pelas ciências sociais após um longo interregno e adotado pelos estudos dos *media* desde o início deste século, tem como referência fundamental a teorização de Karl Mannheim em 1928, em que o sociólogo húngaro distingue as noções de geração potencial e geração real, esta última pressupondo, além de um contexto histórico comum, também uma experiência análoga efetivamente vivida e uma consciência identitária de pertença a um grupo em função da época (*apud* Bolin, 2017, pp. 9-10). Nesta aceção, só quando uma coorte etária se torna uma identidade cultural é que tem cabimento falar em geração.

A pertença geracional seria, neste caso, uma noção capaz de condensar uma multiplicidade de fatores relacionados com o tempo: a posição no ciclo de vida, a biografia de uso dos *media*, os ambientes do consumo coevo proporcionados pela família, os valores partilhados com os contemporâneos, a fase de desenvolvimento das tecnologias e das instituições mediáticas (Aroldi e Ponte, 2012). A experiência formativa adquirida na juventude traduzir-se-ia na permanência ao longo da vida de discursos, práticas, rituais e significados partilhados e performatizados entre os membros de um grupo etário que dispõe de uma autorreflexividade coletiva sobre essas condições de pertença.

Nos estudos de comunicação, os *media* – incluindo no conceito os dispositivos técnicos, as instituições e os textos que circulam – são vistos como “um conjunto de elementos que contribuem para moldar as identidades geracionais” (Aroldi e Ponte, 2012), contendo aliás um aspeto de naturalização dos recursos mediáticos de que uma dada coorte etária usufrui na sua etapa formativa, por contraste com a estranheza ou a resistência face a recursos mediáticos gerados em fases anteriores ou posteriores.

As transformações mais ou menos céleres nos sistemas de *media* desde, pelo menos, meados do século XX têm levado a notar que, por um lado, passaram a coexistir “grupos geracionais cujas experiências mediáticas são muito diferentes” e, por outro lado, que a transnacionalização dos *media* produziu uma cultura mediática global em que se coloca a hipótese de existirem gerações internacionais (Slade, 2001), sobretudo a partir das décadas de 1960 e 70 e mesmo em contextos culturais com distintas particularidades. Essa hipótese tem sido testada em diversos contextos, como Austrália e México (Slade, 2001), Itália e Portugal (Aroldi e Ponte, 2012), Suécia e Estónia (Bolin, 2017).

Um dos primeiros projetos internacionais a abordar o consumo mediático pelo prisma geracional terá sido um estudo justamente sobre as notícias coordenado por Ingrid Volkmer a partir de 1998. Estes investigadores propuseram-se ultrapassar a visão compartimentada das pesquisas dirigidas a um só meio, passando a abordar aquilo a que chamaram a “rede geracional” de *media* constituída por um conjunto de opções informativas usadas numa determinada época (Volkmer, 2006). A investigação cruzou então o conceito de geração com o estudo comparativo entre nove países e abrangeu três coortes etárias categorizadas por referência às mudanças no sistema mediático – a coorte da imprensa e rádio (n. 1924-1929), a da televisão a preto e branco (n. 1954-1959) e a da internet (n. 1979-1984). Os dados obtidos levaram a concluir pela existência de experiências geracionais similares através do globo, considerando-se que os *media* operaram internacionalmente sobre as classes médias emergentes ao longo do século XX (Volkmer, 2006, p. 6). Também aqui, “as memórias noticiosas formativas, em particular, parecem fornecer um quadro para a percepção do mundo atual” (ibidem, p. 13), sendo as diferenças mais notórias entre as várias coortes etárias (distinção geracional) do que entre as mesmas coortes de diferentes países (distinção cultural). Enquanto para a coorte mais antiga os acontecimentos noticiosos podem ser vistos como parte do “mundo da vida” e serem descritos em articulação com as memórias biográficas, para a geração mais nova as notícias inserem-se sobretudo num conjunto mais amplo de memórias dos *media* e numa “biografia mediática” que parece ter “colonizado o mundo da vida” (ibidem, p. 15).

Noutras pesquisas também se detetou um decréscimo de memórias coletivas nas gerações mais novas e uma presença significativamente menor daquilo que os investigadores predefiniram como grandes acontecimentos públicos da época (Slade, 2001, pp. 26-27). Outra indicação recolhida no estudo de uma coorte um pouco mais velha do que a nossa é que a rememoração de provas desportivas, séries ou festivais é mais efetiva do que a memória das notícias (Aroldi e Ponte, 2012).

A teoria fundada por Manheim salienta que o facto de uma população partilhar a mesma situação no tempo histórico não é suficiente para dar azo a uma geração efetiva como unidade sociológica. Mas este entendimento é subvertido quer pelo discurso de senso comum quer pela popularização (através dos *media*) de classificações geracionais pro-

duzidas pelo marketing da indústria tecnológica, cuja retórica em torno de “gerações” denominadas X, Y ou Z é um simplismo que não se sustenta em evidência empírica e visa essencialmente persuadir segmentos do mercado (Bolin, 2017, p. 129).

Se for adotado a priori, como epistemologia inquestionada de uma pesquisa, o conceito de geração tem automaticamente implícita a desvalorização de todo e qualquer fator de heterogeneidade social, económica ou cultural num plano sincrónico. É lícito que dois académicos façam a seguinte pergunta: “Quantas vezes já ouvimos ou repetimos a frase ‘a minha geração...’; ‘os da minha geração...’, numa tentativa de explicar ou descrever as características que nos tornam únicos, especiais, diferentes dos membros de outras gerações?” (Grossi e Mereu, 2019, p. 13). Mas também seria lúcido refletirmos acerca de quem, nessa pergunta, incluímos na nossa ‘geração imaginada’ e a quem, apesar de se situar na mesma coorte etária, nunca nos ocorreria incluir. Os camponeses, os estivadores, para não falar dos sem-abrigo ou dos mendigos da nossa idade, em que sentido fazem parte da mesma geração dos académicos que fazem a pergunta?

Na verdade, até a investigação empírica sobre a receção a nível internacional indicia que é mais provável os membros de uma coorte etária partilharem consumos culturais e mediáticos com os seus pares que vivem noutros países e têm um status social semelhante, do que com os seus pares que vivem no mesmo país e têm um status diferente (Aroldi e Ponte, 2012).

Mesmo uma abordagem que seleciona coortes etárias presumindo que elas correspondem a “paisagens mediáticas objetivas” – no sentido em que cada período se caracteriza pelo surgimento de determinadas tecnologias –, “independentemente de elas serem, ou não, mencionadas nas entrevistas” (Bolin, 2017, pp. 65-66), corre o risco de secundarizar a questão do acesso e as disparidades sociais que podem condicioná-lo historicamente. O processo da implantação da televisão em Portugal é um desses casos que potenciam descoincidências de acesso e de usufruto entre contemporâneos ao longo de todo um período. Com efeito, mais de uma década depois de a RTP começar a emitir, pode-se considerar que a televisão existia ‘objetivamente’, mas em 1969 o número de televisores ainda era apenas de 39 por cada mil habitantes (Carvalho, 2018). Mesmo tendo em conta os hábitos de visionamento coletivo então em voga, isso indica que boa parte da população teria um contacto difícil ou raro com o novo meio de comunicação. Aliás, algumas zonas do território, que só gradualmente foram abrangidas pelos transmissores, também mantiveram durante muitos anos uma má qualidade de receção que as dissuadia de ver a RTP.

Portanto, o conceito de geração mediática surge neste estudo como uma hipótese ou questão a averiguar e que, além de operar como um interconector entre idade, ciclo de vida e experiência histórica específica (Bolin, 2017), também não se pode abstrair de um conjunto de diferenças entre contemporâneos que não são subsumíveis nas suas sub-

jetividades e vivências individuais. O próprio Manheim aludiu a esse aspeto ao falar em distintos núcleos geracionais (*generation units*), isto é, grupos que se relacionam de modo diferente com os mesmos fenómenos; que dispõem de um material historicamente comum, mas desenvolvem experiências com sentidos diferentes e específicos.

Por todas estas razões, um autor como Goran Bolin, além de encarar as gerações conceptualmente como “potenciais”, também fala em gerações “provisórias” (*tentative generations*) de um ponto de vista metodológico, ou seja, em gerações hipotéticas que um estudo “baseado em coortes” etárias irá investigar se desenvolvem padrões específicos de uso (Bolin, 2017, pp. 65-66).

## Memória televisiva

Tentar reconstituir a experiência histórica de uma coorte etária com o consumo televisivo é, por outro lado, enfrentar a questão da rememoração que se coloca numa pesquisa baseada em testemunhos orais.

Sobre a relação entre televisão e memória, Steve Anderson aponta a equação, classicamente estabelecida por vários autores, entre a televisão e as ideias de fluxo, esquecimento ou amnésia, e a suposta adversidade para com a retenção e a memória, com destaque para a descrição de Fredric Jameson sobre uma sociedade dominada por *media* visuais e uma cultura pós-moderna, que já só seria capaz de canibalizar conjuntos aleatórios de imagens do passado. Mas o mesmo autor distancia-se dessas análises preconcebidas sobre a televisão e considera que ela tem um lugar, complexo e com muitas nuances, na construção da história e na formação da memória cultural (Anderson, 2001, pp. 19-20).

Sustentando-se em investigação empírica, Jérôme Bourdon desenvolveu uma tipologia específica para as memórias televisivas, sublinhando desde logo que as memórias sobre televisão não são sinónimo de memórias sobre ver programas televisivos, mas sim de uma variedade de interações com o mundo da televisão (Bourdon, 2003, p. 12). É essa amplitude que as quatro categorias propostas por Bourdon visam abarcar: memórias de hábitos e rotinas (*wallpapers*); memórias de acontecimentos cerimoniais ou planeados para a TV, por regra com tonalidade positiva (*media events*); memórias de acontecimentos imprevistos, em geral más notícias, que apresentam um carácter vívido, de tipo fotográfico (*flashbulbs*); memórias de experiências diretas com realizações ou figuras televisivas (*encounters*). Aroldi e Ponte (2012) conceptualizaram também diversos tipos de memórias onde englobam categorias análogas às de Bourdon, mas acrescentam-lhes a memória acerca do “clima geral da época”.

Por seu lado, Anderson sublinhou outro aspeto com incidência nos processos de rememoração: a receção de eventos pela televisão tem frequentemente um carácter ritualístico (no sentido de ritual coletivo por parte dos recetores e de performance cerimonial por parte dos produtores) e o meio/instituição que é a TV mostra uma grande capacidade de repetição (Anderson, 2001, p. 21). Esse aspeto levou Hoskins a chamar a atenção para o facto de os *media* – especialmente na atual ecologia mediática – alimentarem repetida e prolongadamente, por exemplo através das efemérides, muitos acontecimentos que originalmente são vistos como memórias *flashbulb* nas rememorações dos telespetadores; mais ainda, a despeito da vividez e da emotividade com que são evocadas as memórias *flashbulb*, as pesquisas têm demonstrado que essas recordações de tipo fotográfico estão longe de garantir fiabilidade histórica (Hoskins, 2009), mas não deixam de proporcionar uma invulgar memória acerca dos contextos de receção, ao contrário das notícias comuns (Larsen, 1992).

Foi igualmente notado por Bourdon (2003) que as memórias, especialmente as que dizem respeito a acontecimentos, extravasam ou contornam frequentemente a descrição do próprio evento televisionado para narrarem os processos e situações de receção, bem como os sentimentos que despertaram nos recetores. Este aspeto não nos parece uma desvantagem para um estudo sobre a história da receção televisiva, mas sim um enriquecimento daquilo que estas pesquisas históricas podem alcançar, e que deve ter em conta as próprias formas que as memórias assumem e as dinâmicas sociais que as enquadram. Assim, cremos que, além da categorização com que Bourdon liga os discursos da memória aos seus referentes reais (hábitos, acontecimentos, encontros), também é potencialmente relevante prestar atenção ao formato discursivo (ou modalidades de rememoração) que essas memórias da televisão adquirem, nomeadamente se a forma evocada corresponde a imagens/descrição, ações/narração, ideias/argumentos, emoções/sentimentos.

## Hábitos noticiosos na família

Neste texto centramo-nos, então, num conjunto de 26 entrevistados (16 mulheres, 10 homens) nascidos entre 1960 e 1975. A sua constituição é particular no panorama nacional: trata-se, muito maioritariamente, de pessoas da região do Porto e pertencentes às classes médias. Ter estes fatores em consideração é crucial para a análise.

A pertença às classes médias manifesta-se desde logo pelo facto de quase todos os entrevistados terem na infância um ambiente familiar em que já havia um contacto com as notícias previamente à televisão. Há uma assinalável presença de jornais diários através dos familiares (*Primeiro de Janeiro* e *Jornal de Notícias*), sendo essa ligação geralmente masculina (são mencionados os pais, avós e tios) e maioritariamente associada a profissões dos serviços: funcionários, técnicos, empregado de escritório, contabilista. As mães

e avós, por sua vez, raramente são ligadas às notícias e nunca aos jornais, mas, em alguns casos, a revistas não informativas.

Na evocação dos tempos de infância, a rádio não é mencionada com a mesma frequência dos jornais, mas tem presença significativa, tanto em meios mais escolarizados, como nos menos letrados. Nos primeiros parece haver uma escuta mais ativa de notícias que podia incluir elementos femininos (uma avó adormecia a ouvir a BBC). Os casos em que a rádio é importante, mas em que os jornais não marcam presença tendem, por sua vez, a estar ligados a meios rurais e semirurais ou a pais de classe trabalhadora. As mesmas origens sociais se verificam nos poucos casos em que não há alusões a jornais nem à rádio na componente noticiosa.

O facto de se tratar em geral de famílias de classe média, embora umas de segmento mais alto e outras de fração mais baixa, e maioritariamente de meio urbano (Porto ou arredores) proporcionou a quase todos os entrevistados terem televisão em casa praticamente desde sempre, mesmo os nascidos na década de 60. É, por isso um grupo etário maioritariamente nascido com a televisão como um dado adquirido, já sem aquela memória da TV como sendo, ela própria, um acontecimento novo, como o foi para escalões anteriores ou para contemporâneos mais pobres, uns e outros passando por práticas de visionamento coletivo fora de casa (Dhoest, 2015; Carvalheiro e Tomás, 2014).

O ambiente mediático predominante na infância e adolescência deste grupo era o de um tempo diurno em que podia haver jornais, revistas e/ou rádio, seguido do acender da televisão ao final da tarde, numa temporalidade quotidiana em que os meios de comunicação tinham um papel definido.

Nós chegávamos a casa, a minha mãe, o meu pai chegava bastante mais tarde, chegávamos a casa, ligava o rádio, havia sempre uma música, uma alegria de fundo e depois, conforme a hora do aproximar de jantar, ia começando a dar notícias e, entretanto, ali entre as 7 e meia, 8 menos vinte ligava-se a televisão. para quando fôssemos jantar víamos o telejornal da RTP. (Raquel, 50 anos)

Trata-se, portanto, de um grupo socializado com a TV essencialmente como meio noturno, mesmo quando já havia emissão em redor do meio-dia, mas que se implanta nestes espaços domésticos como um hábito diário.

## Acontecimentos memoráveis

As memórias *flashbulb* mais presentes nesta faixa etária e neste meio social são as da morte do primeiro-ministro Sá Carneiro, em 4 de dezembro de 1980, uma quinta-feira,

quando o avião em que descolava do aeroporto da Portela se despenhou em Camarate, arredores de Lisboa, às 20h18. A notícia foi dada na televisão pelo jornalista Raul Durão pouco depois das 20h30, interrompendo a emissão programada a seguir ao telejornal.

Onze dos 26 entrevistados referem espontaneamente este momento (8 mulheres e 3 homens). Seis das entrevistadas eram crianças com idades entre os 6 e os 10 anos; as restantes, bem como os três entrevistados, eram adolescentes de 12-13 anos. Em três casos não se especifica um meio de informação; nos outros, as referências são claras e sistemáticas à televisão. O que isto indica, desde logo, é o hábito de usar a TV como ambiente doméstico que envolvia adultos e crianças, dado que várias memórias se ligam a uma emoção coletiva, sobretudo no seio familiar.

Mas os discursos rememorativos desdobram-se em várias vertentes: emoções, contextos, imagens, ideias. A memória emotiva é talvez a mais saliente e surge tanto nos próprios termos convocados para recordar (“foi *um choque*”; “lembro-me perfeitamente de ter *sentido aquilo como uma tragédia*”; “foi *vivido de forma muito intensa lá em casa*”) como nas descrições do momento de receção, em que as crianças e adolescentes de então se apercebem de um invulgar sentimento coletivo na audiência doméstica e são penetrados por ele:

Deixou uma forte impressão (...) tar com a família toda e vem aquele comunicado assim do nada e nós... (...) abalou um bocado toda a gente ficar estática. (Olinda, 51 anos)

Estávamos entretidos lá numa brincadeira quando surgiram as notícias ao final do dia (...) e, portanto, tenho a perfeita noção que também a casa parou, vieram todos para a televisão. (Rui, 57 anos)

A memória emotiva pode até recordar efeitos da notícia que se prolongam em sentimentos derivados, para além do instante da receção:

Nessa noite a minha mãe, que me acompanhou ao quarto para quando eu ia dormir, lembro-me da manta, portanto, que já era inverno e de a minha mãe me aconchegar, e eu lembro-me perfeitamente de perguntar à minha mãe qualquer coisa do género: Ó mãe, mas vamos entrar em guerra? (Cristina, 53 anos)

Alusões a detalhes como a manta fazem parte da vividez deste tipo de memórias *flashbulb*, que tem propensão para guardar aspetos do contexto em que a notícia irrompeu, como o local onde estavam (na sala com os pais; em casa da tia ao pé da braseira; a brincar em casa de um amigo) ou o aparelho televisivo que possuíam na altura (“ainda vi esse momento nessa televisão portátil”).

Também a chamada receção secundária, que atualiza a interpretação de um conteúdo mediático em posteriores contextos de interação, é mencionada por alguns entrevistados:

Eu tinha 10 ou 11 anos, e isso sim foi muito comentado em casa e na escola. (Lúcia, 55 anos)

Eu na altura era estudante do ensino secundário, do liceu, e o impacto foi de tal ordem que durante cerca de uma semana não... não tivemos aulas. (Pedro, 57 anos)

Todas estas memórias têm uma dimensão social, desde o momento de comunhão emotiva na receção doméstica à sua imbricação no quotidiano de outras instituições. É possível que se trate também de uma memória por vezes evocada em família ou com outros membros da audiência, assim como é provável que tenha sido alimentada por mediações mais recentes da própria televisão sobre o acontecimento. Digamos que à vividez do seu carácter de ‘instantâneo fotográfico’ se juntam vários mecanismos sociais que contribuem para um recordar ativo até hoje.

Tais mecanismos da memória põem em equação outra modalidade rememorativa saliente neste acontecimento, que é o discurso assente em imagens:

Lembro-me muito bem (...) das imagens do avião em cima das casas, ou da rua ali em Camarate, lembro-me bem. (Cláudia, 53 anos)

A forma como a notícia foi dita, mostraram os destroços, ainda não se sabia muito bem, mas já se sabia quem era. (Anabela, 58 anos)

Depois [lembro-me de] todas as intervenções, entrevistas várias, etc. E depois os diretos aqui para o Porto, onde estavam a aguardá-lo no Palácio de Cristal. (Rui, 57 anos)

Trata-se de imagens televisivas que se tornaram imagens mentais de longo prazo no jovem público de então. Mas esta evocação imagética tem de ser encarada com cautelas: primeiro, a sua fiabilidade é frequentemente dúbia, imprecisa ou errónea do ponto de vista historiográfico; segundo, nada garante, também aqui, que não se trate de posteriores recomposições ou reconstruções da memória.

Efetivamente, embora durante breves minutos, a RTP transmitiu nessa noite imagens dos destroços, em reportagem do jornalista Henrique Garcia, bem como imagens da visita ao local do Presidente da República, Ramalho Eanes, e declarações de vários dirigentes

políticos, como Mário Soares e Pinto Balsemão.<sup>4</sup> Estes aspetos têm, portanto, correspondência nas imagens evocadas pelos entrevistados. Já o local do Porto onde se aguardava Sá Carneiro é uma imprecisão, e a memória da respetiva transmissão em direto talvez seja uma amálgama com outras recordações televisivas.<sup>5</sup>

A mesma hipótese de reconstrução se põe para as ideias elaboradas acerca da situação, como quando uma entrevistada (então com 8 anos) se refere a ter interpretado o caso como “algo que iria ou que poderia alterar o futuro do país” ou quando outra (da mesma idade) enquadra o impacto da notícia no ambiente de “efervescência política” do sítio onde vivia e no forte posicionamento partidário das pessoas à época. Trata-se de desenvolvimentos discursivos que provavelmente correspondem à racionalização de uma memória, em que podem entrar informações e reflexões adquiridas mais tarde. Neste sentido, também a memória é social porque a ideia de um passado vai sendo reelaborada nas várias instâncias de interação simbólica ao longo de sucessivos momentos.

É curiosa, por outro lado, a capacidade de mesclar os vários elementos discursivos da memória – imagens fixadas, sentimentos evocados, ideias racionalizadas –, todos numa só rememoração:

Lembro-me, portanto, eu tinha 9 anos, de ter olhado para a televisão e vi o Raul Durão. (...) E eu achei, miúda, (...) que ele vai dizer qualquer coisa esquisita porque o semblante (...) lembro-me perfeitamente do rosto dele, estou a vê-lo neste momento, eh, a comunicar, eh, realmente da morte do Francisco Sá Carneiro. (Cristina, 53 anos)

A alusão à força e à duração de uma imagem (“estou a vê-lo neste momento”), que neste caso nem é do acontecimento, mas sim do rosto do ‘mensageiro’, é articulada com a memória de uma intuição emotiva que detetou o inusitado numa expressão facial e que, por sua vez, se torna alvo de uma racionalização posterior, ao analisar-se enquanto “miúda” a partir do presente.

O que estas entrevistas indicam é que, se as memórias *flashbulb* são despoletadas por um acontecimento noticioso que irrompe no tempo de um modo muito preciso, já a reconstrução rememorativa desse passado não fica limitada ao conteúdo televisivo, nem ao tempo, nem ao local da receção. As memórias da receção estendem-se para depois e para mais

---

<sup>4</sup> Henrique Garcia: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/acidente-de-aviacao-em-camarate/> ; Ramalho Eanes: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/presidente-da-republica-visita-local-do-acidente-de-aviacao/> ; Mário Soares: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/mario-soares-presta-homenagem/>

<sup>5</sup> Na verdade, a comitiva de Sá Carneiro era esperada para um comício no Coliseu do Porto, que foi cancelado (Diário de Lisboa, 5/12/1980, p. 4). Não encontramos traço de transmissões diretas da RTP a partir do Porto.

além, até ao momento de ir para a cama, ou ao dia seguinte na escola, sendo esses desdobramentos que por vezes lhe conferem mais significado, e a sua realimentação pode prolongar-se de forma intermitente pela vida fora, eventualmente até a uma entrevista académica em que mais uma vez é rememorada (aqui num contexto especial).

Há também um contexto que julgamos potenciar a memória deste acontecimento: a situação portuense da maioria dos entrevistados e as particulares ligações politico-afetivas do Norte do país à figura de Sá Carneiro numa época ainda próxima do período pós-revolucionário e em momento de campanha eleitoral. Note-se, porém, que nenhum entrevistado elabora sobre causas ou investigações ao acidente de Camarate, que remeteriam para reconstruções da memória com um cariz marcadamente político.

Comparando, dentro do projeto MemNews, com um conjunto de 10 entrevistados nascidos entre 1938 e 1955 (3 mulheres, 7 homens; 5 do Porto, 5 de Lisboa), verificamos que apenas dois destes se referem de forma breve à morte de Sá Carneiro. Um homem, portuense, não evoca quaisquer memórias da receção, mas politiza o caso (“foi um atentado, não há dúvidas nenhuma”); uma mulher, lisboeta, recorda que estava em Espanha e procurou avidamente informação nos meios espanhóis. Neste grupo não há rememoração de imagens ou de emoções ligadas ao acontecimento na televisão.

Outra memória televisiva discursivamente saliente na coorte que analisamos diz respeito a situações de guerra ocorridas na década de 1990. Onze entrevistados recordam a guerra do Golfo ou a guerra dos Balcãs. A memória mais frequente e vívida é do ataque ao Iraque e, também neste caso, há quem se recorde do contexto em que viu o início da guerra na televisão.

Lembro-me de a minha mãe estava a ver televisão no quarto e de eu estar ao lado dela sentada na cama quando começou a dar, pronto já se sabia que tava iminente o ataque e lembro-me perfeitamente da imagem na televisão do José Rodrigues dos Santos a dar a notícia e da imagem na televisão a passarem os rockets lembro-me perfeitamente disso. (Cláudia, 53 anos)

Estava na associação de estudantes da faculdade quando os Estados Unidos invadiram o Iraque e a CNN mostrou em direto, isso foi chocante e impactante e assustador. (Lúcia, 55 anos)

O ataque aéreo, iniciado em janeiro de 1991, é de novo um acontecimento que irrompe, não de forma imprevista como o acidente de Camarate, mas com forte carga visual. O facto de os entrevistados serem jovens, na maioria estudantes, articula-se nas suas vidas de uma outra forma. Por um lado, leva-os a uma inusitada procura de informação:

Mudou a percepção das notícias, eu lembro-me de estar no recreio [do colégio] e todos queríamos saber o que é que aconteceu, o que é que era aquilo, queríamos ir todos para casa perceber o que era aquilo. (Adriana, 50 anos)

Lembro-me muito bem e nesta altura fiquei muito, muito, muito tempo, muitos dias à noite, até tarde da noite a ver guerra em direto, exatamente as imagens dos bombardeamentos. (Mário, 59 anos)

Por outro lado, uma mediação televisiva que dava a ver cenas da guerra a par e passo cria novos sentimentos. Algumas rememorações parecem evocar impressões inéditas, uma noção de simultaneidade que emerge como trágica e uma sensação de perplexidade pela distância próxima em que está o outro televisionado em situações limite.

Esse momento marcou-me porque deixou de ser na vida dos outros, passou a estar na nossa vida, na minha vida. É uma realidade. A guerra está longe, mas é real. Não está assim tão longe. (Raquel, 50 anos)

Lembro-me de estar em casa com o meu marido e achar algo absurdo, estarmos sentados a ver a guerra acontecer. Aquilo impactou-me. Eu chorei muito. Eu era assim, como é que é possível que nós estamos a fazer isto? E aquelas pessoas estão ali a morrer? (Margarita, 64 anos)

Uma coisa que nós nunca tínhamos visto, não é, a minha geração, até àquele momento. (Cláudia, 53 anos)

A morte do Sadam, que foi uma coisa que me chocou imenso. Eu nem queria acreditar que eu estava a ver alguém a ser enforcado em direto, saído de um buraco onde ele estava escondido, a saída dele de um túnel subterrâneo. (Ana, 58 anos)

Também estes acontecimentos estão praticamente ausentes das rememorações nas entrevistas do grupo mais velho (com uma única exceção). Em vez deles, são mencionados outros conflitos bélicos, nomeadamente a guerra do Vietname (mas de forma muito menos expressiva do que as evocações da guerra do Golfo pela coorte de 1960-75) e a própria guerra colonial, acerca da qual algumas imagens televisivas (as partidas dos soldados e as mensagens de Natal) subsistem a par de memórias da experiência direta que resultava das relações com familiares, amigos e vizinhos mobilizados para o exército.

Estas rememorações distintas indicam a relevância do ciclo de vida na construção da memória e sugerem uma efetiva impressão dos anos formativos também no campo dos *media* noticiosos, nomeadamente naquilo em que eles parecem contribuir para uma conceção do mundo que se alarga, nessa etapa biográfica, para lá dos confins da experiência

imediatamente. A impressão duradoura de acontecimentos televisionados nacionais e internacionais como o acidente de Camarate e a guerra do Golfo tem a ver com um meio que havia sido estreitamente incorporado nas rotinas quotidianas e com a potência das memórias visuais, mas também com o facto de, para a coorte em análise, se tratar de eventos iniciáticos enquanto audiência e de eles coincidirem com uma fase da vida que é, ela própria, uma experiência formativa a que o tempo histórico proporcionou um carácter de acrescida mediação.

## O fenómeno do Telejornal como memória inicial

O “Telejornal” é o programa informativo mais antigo da televisão portuguesa, tendo ido pela primeira vez para o ar na RTP a 18 de outubro de 1959, pouco mais de dois anos depois do início das emissões regulares da televisão em Portugal. É, hoje, o programa diário da televisão nacional com maior longevidade, marcando um padrão horário noturno que se estabeleceu entre as 20 horas e as 20h30 e que marcou o compasso de todos os canais generalistas privados que surgiram na década de 1990 e que adotaram igual *slot* horário para os seus jornais da noite.

Esta é a hora em que as famílias se reúnem após um dia ausentes nos empregos, nas escolas ou em outras atividades exteriores. A televisão, como meio essencialmente doméstico, opera segundo as rotinas das suas audiências, sendo que o chamado período nobre da emissão só se inicia precisamente no horário em que o Telejornal vai para o ar, dando início ao período noturno onde estão as maiores apostas em termos de programação e onde se obtêm maiores receitas publicitárias.

Este período em análise enquadra-se no já referenciado ecossistema mediático caracterizado pela escassez – por oposição às dinâmicas trazidas pelo universo digital –, onde a informação era veiculada por meios escassos e perfeitamente identificáveis pelo público: Os jornais impressos, os noticiários nas rádios nacionais (sempre com hora marcada) e os também rotineiros serviços informativos da televisão, sendo que até 1992, essa função era exclusiva, primeiro, da RTP1 e, depois, a partir de 1978, também da RTP2.

Uma das características fundamentais deste período de escassez informativa é que a informação estava dependente da ação de um conjunto limitado de meios que a disseminavam pelo espaço público de forma unidirecional, sendo que cabia ao público a disponibilidade e a vontade de aguardar por esses momentos previsíveis. Em tempo de escassez, a espera e a expectativa faziam sempre parte do processo de consumo da informação, sobretudo daquela que chegava através dos meios de difusão – a rádio e a televisão. O Telejornal é um desses momentos cruciais da história da televisão portuguesa, entrando na casa das famílias em pleno momento de reunião familiar para jantar ou imediatamente

após o jantar. Esperar pelas notícias do país e do mundo era um momento de relevo do dia e que tradicionalmente era partilhado em família. Como refere Manuel Pinto: “A televisão é um assunto de família. Desde logo porque é lá que ocorre o grosso do consumo, quer de adultos quer de crianças. Mas ela é uma questão da e na família porque se foi convertendo num factor de estruturação do tempo e até dos espaços familiares” (Pinto, 2004, p. 10). Daí que não seja, de todo, estranho que muitas das memórias iniciais da receção televisiva do grupo etário em análise passem precisamente pela citação do Telejornal como memória efetiva e afetiva, porque a essa memória se junta a dos momentos de partilha, nomeadamente com os pais. Não é só o programa em causa que tem relevância para a construção perene da memória, mas, sobretudo, com quem e onde esse momento era partilhado.

Via-se o telejornal sempre religiosamente (...) A sala partilhava a televisão com a mesa das refeições e, portanto, era o momento onde se escutava as notícias (...) À noite, a televisão era o foco das atenções. (Rui, 57 anos)

Neste período de escassez informativa, que dominou o contexto mediático até praticamente à última década do século passado, esta terminologia amplia-se também para a questão da localização e para o número de recetores televisivos que existiam nos lares. Pinto (2004) recorda-nos:

A multiplicação de aparelhos receptores conduz a uma perda progressiva da centralidade da sala de estar (e, em alguns meios, da cozinha), passando a ganhar realce outros espaços da casa, nomeadamente os quartos dos pais e das crianças. Esta modificação de fundo permitiu resolver porventura conflitos e tensões que inevitavelmente surgiam no tempo do aparelho único quanto a matérias como ligar ou não ligar o televisor, o programa ou canal a seguir, o volume do som e o controlo do telecomando (terrenos de expressão e gestão do “poder” face à televisão). Em contrapartida, perdeu-se a interação e a conversa que acabavam por acontecer quando a família ou parte dela se reunia para ver televisão (Pinto, 2004, p. 10).

A perda da centralidade da televisão nos lares começou a sentir-se com maior incidência a partir do momento em que se alargou a oferta televisiva disponível, nomeadamente com o surgimento dos operadores privados em Portugal, bem como dos serviços de televisão por subscrição, que disponibilizaram um maior número de canais e, por arrasto, uma mais ampla e variada oferta de conteúdos. A crescente individualização do processo de receção deu-se em função desses fatores. Foi nesse momento que a televisão passou a migrar dos espaços comuns da casa para os espaços mais marcados pela individualidade, como é o caso dos quartos. A isto soma-se um outro processo fundamental e também decisivo: o custo cada vez mais acessível dos aparelhos televisivos, nomeadamente os de dimensões mais modestas, muito utilizados nos quartos.

Mas até à consolidação desta mudança dentro dos lares, o processo de receção televisiva era fundamentalmente coletivo, na sala e na cozinha. E esses testemunhos de partilha estão bem presentes em algumas das memórias inaugurais dos entrevistados neste estudo:

O meu pai era completamente obstinado por notícias, fossem elas de política, desporto ou outras. E, então, nós víamos o telejornal religiosamente enquanto jantávamos; ou seja, algo que hoje incutimos nos nossos filhos que não se deve fazer. Pois, mas era isto e quase não se falava. É curioso. Toda a gente ouvia as notícias e eu aprendi de miúdo a gostar de notícias. (Carlos, 59 anos)

Um processo de influência que Pinto (2004, p. 10) bem identificou: “As práticas efectivas de consumo articulam-se de perto com os estilos de vida. Por estilos de vida podemos entender, na esteira de Bourdieu ou Giddens, os padrões que orientam e estruturam as nossas preferências e as nossas escolhas e que ficam a dever-se, em boa medida, ao ambiente em que crescemos”. Uma das características dessa centralidade que a televisão desempenhou para esta geração foi que aquele momento esperado – e que resulta do contexto de escassez já referenciado – tornava-o irrepetível, por ser escasso e único, mas também pela incapacidade tecnológica de o poder perpetuar ou repetir para além do momento efémero da emissão hertziana. Daí que não seja estranho o uso de termos como “religiosamente”, “quase não se falava” ou “sagrado” para definir os momentos-chave de consumo de informação através da emissão do Telejornal.

Eu tinha um avô para quem as notícias eram extraordinariamente importantes ao ponto de ninguém poder falar durante o telejornal. Portanto, ouvimos o telejornal calados, porque era um momento sagrado. (Nadine, 53 anos)

[Tenho memória] dos noticiários serem alguma coisa que era quase religiosa. Não podíamos falar, quase não nos podíamos mexer. Quando eu era muito miúda, aquilo às vezes custava-me um bocado. (Teresa, 63 anos)

Nesta amostra preliminar, que envolve 26 entrevistas, 70% (sete em dez entrevistados) dos homens assinalam esta memória primordial do visionamento do Telejornal ou através de uma referência equiparada. Nas mulheres, esse valor é também muito significativo, de 56% (9 em 16). No total da amostra analisada, o valor global é de 61,5%, sendo o conteúdo televisivo mais referenciado nas primeiras memórias dos entrevistados.

No grupo mais velho há escassas referências ao telejornal ou aos noticiários televisivos no passado, que não parecem constituir memória de uma rotina marcante. Algumas alusões superficiais relacionam-se com idas a cafés, sinal de que este grupo se confrontou com um grau de escassez literal, não só de canais, mas de aparelhos de televisão; outras menções aos noticiários referem-se a momentos posteriores, pontuais (no período do 25

de abril) ou na atualidade, como um método de alguns se informarem, mas não como um ritual interiorizado e com importância na sua biografia de espectadores.

## Memória-hábito das notícias na TV

Outro dos indicadores da existência de uma geração reside em eventuais padrões de práticas atuais e em discursos comparativos entre o presente e o passado. Podemos vislumbrar uma marca geracional na reação tensional que muitos membros da coorte entre os 50 e os 65 anos exprimem hoje face a uma televisão que, por um lado, está incorporada na longa duração das rotinas domésticas e da sua relação com o mundo, mas que, por outro, se tem transformado em vários aspetos que lhes são dificilmente reconhecíveis. Esta vertente presta-se a uma ancoragem teórica no conceito de memória-hábito, uma espécie de gramática interiorizada que permite reconhecer e classificar o que surge no dia-a-dia (incluindo o novo) por referência a quadros coletivos que se foram sedimentando no corpo e na mente (Connerton, 1999). Há uma série de vertentes em que pode ser detetada esta tensão entre as predisposições orientadas para a televisão, as transformações do atual panorama mediático e o desconforto que algumas delas provocam neste grupo etário.

No conjunto dos hábitos informativos, há uma transição para o online bastante expressiva, em que os jornais são quase completamente suplantados pelo digital e pelas redes sociais, mas em que a televisão não perde lugar de destaque, só tendo sido posta à margem por raros entrevistados:

A parte prática, chegar a casa, ligar a televisão para ter alguma companhia até chegar a família (...) e vou ouvindo aquele som de fundo, vai-me dando uma notícia ou outra. Em regra, ponho nas notícias. (Raquel, 50 anos)

É muito mais prático virmos no transporte público com o telemóvel a consumir as notícias (...) [A televisão] Pela disponibilidade, porque nós podemos estar a fazer outra coisa qualquer. Estamos a ouvir a notícia e se nos desperta algum interesse, nós olharmos e vemos a imagem, não é? Enquanto que quando estamos com o telemóvel, temos que estar sempre fixos. (Anabela, 58 anos)

A memória-hábito que impele para a televisão pode ainda impor-se, mesmo quando se exprime opiniões adversas:

Reduzi o meu consumo televisivo seriamente, (...) no elenco nacional, a oferta é, na minha experiência, tendencialmente desinteressante (...) ontem quando estava, recordo-me a fazer um pequeno zapping na televisão, que ainda tenho este vício, que eu sou homo sapiens sapiens, homo sapiens zapping, e ainda estou num desmame

desse zapping e, portanto, ainda o faço, mas depois assalta-me aquela assim, o que é que eu estou aqui a fazer? (Cristina, 53 anos)

Entre os motivos de crítica e de repulsa por uma televisão irreconhecível pelos seus padrões de memória, estão implícitas (e, por vezes, explícitas) as avaliações comparativas com o passado, em aspetos como a falta de segurança acerca do rigor informativo, a repetição exaustiva das mesmas notícias, o excesso de informação, a dramatização e a espetacularização. Em alguns casos, malgrado hábitos arreigados, declaram mesmo uma mudança efetiva no consumo televisivo:

Eu agora não consigo ver, é um bocadinho aflitivo a quantidade de coisas que aparecem ao mesmo tempo e nós temos que acompanhar os rodapés e o ecrã e o que tá o senhor a dizer, eu acho que é também demasiada informação ao mesmo tempo. (Lúcia, 55 anos)

Não tenho muita paciência. Pois, portanto, telejornais de três horas em que se comenta tudo à exaustão. Eh, confesso que já não vejo tantos telejornais. (Nadine, 53 anos)

Há canais que eu não vejo precisamente porque acho que espetacularizam o quotidiano, (...) são capazes de preencher um dia inteiro com notícias semelhantes a alguém que está a espreitar pela janela para ver o que se está a passar em casa do vizinho. (Teresa, 63 anos)

Não gosto de noticiários com... estão muito sensacionalistas ultimamente, confesso que tenho... às vezes não ouço as notícias de propósito, porque há alturas em que as coisas estão um bocadinho inquietantes demais. (Lúcia, 55 anos)

Comecei a perceber que ver as notícias da forma como elas são eh colocadas na televisão e nos *media* no geral, é para que se comecei a sentir que aquilo é feito para nos trazer medo (...) Então eu comecei há uns anos, há dois, três anos, a evitar, porque isso acabava por me trazer aquele desconforto. (Margarita, 64 anos)

Há alguns casos em que o visionamento das notícias na televisão se mantém forte, mas as rotinas alteraram-se num sentido mais eventual e menos coletivo, com novos usos que também corroem a velha faceta ritual do noticiário televisivo:

Vejo a televisão no jantar, pronto, que é sagrado, meia horita logo ao início, porque depois canso-me, e depois vejo muito a parte da internet (...) Os telejornais antigamente tinham meia hora e agora têm quase uma hora e meia e às vezes uma

pessoa tá a ver um telejornal e acaba por se cansar e passa para só ver as notícias principais e de resto já chega. (Paula, 53 anos)

Continuamos a consumir pelo menos o telejornal, muitas vezes já não em direto, que agora também temos essa facilidade de puxar atrás e conseguir ver. (Cláudia, 53 anos)

Vejo tudo, e os canais todos. Vejo as notícias nos quatro canais abertos. Depois vou para a Sic Notícias, depois vejo os programas Toda a Verdade, o Eixo do Mal. Nem tudo diz aquilo que eu acho que deve ser, mas gosto de ouvir também o contraditório (...) e outras vezes vou a outros canais e faço muito zapping, ninguém consegue ver televisão ao pé de mim. (Ana, 58 anos)

Entre a memória-hábito que, por um lado, enquadra o reconhecível e ainda estende usos longamente rotinizados e, por outro lado, as dificuldades de se adaptar ao transformado e a força dos novos contextos que incitam a outras formas de receção, muitos membros desta faixa etária parecem divididos na sua própria condição de público da televisão, divisão essa que pode ser um dilema interior e uma prática indecisa ou flutuante, mas também exterior, proporcionando separações antes inexistentes quer entre si e as notícias quer face aos outros membros da audiência doméstica.

## Notas conclusivas

Os dados desta observação exploratória, sugerem, por um lado, que o conceito de geração tem validade neste contexto, operando como noção que, na experiência e na memória de um grupo etário, se concretiza pela coincidência entre estádios estruturantes do seu ciclo de vida e marcas fortemente imprimidas por um período histórico específico. No caso, os anos formativos da infância e da juventude coincidiram com uma presença relativamente recente da televisão no espaço doméstico, mas já (ou talvez por isso) muito ritualizada na sua receção, coletivamente vivida no reduto privado e em grande sintonia com os ritmos quotidianos da família, esta ainda numa certa transição entre a família alargada (várias evocações recordam avós na sala da televisão dos anos 60) e a família nuclear que passa depois a caracterizar justamente as classes médias urbanas (e que é manifestamente distinta da de alguns entrevistados do projeto MemNews com origem rural). O contexto social e político do país terá também contribuído para a importância noticiosa do meio televisivo para esta faixa etária, que experimentou através dele acontecimentos memoráveis do período pós-revolucionário e do clima politizado que prosseguiu nos anos seguintes, mais vividamente rememorados como imagens televisivas no seu contexto de infância e adolescência do que são lembrados por entrevistados mais velhos então em idade adulta. Outra marca saliente é a sensação de *distância próxima* com que membros desta geração

parecem ter ficado marcados ao terem vivenciado ao longo da sua juventude o incremento da TV com informação global e das imagens em direto, que transtornou as suas noções de experiência e daquilo que afeta as suas próprias vidas e as liga às dos outros.

Mas, por outro lado, é uma geração, aquela que aqui observámos, de forma alguma equivalente à generalidade da população portuguesa nascida nos anos de 1960-1975, tratando-se, sim, de um *núcleo geracional* situado nos limites mais ou menos imprecisos das referidas classes médias urbanas. Os raros casos de classe popular presentes nesta amostra exploratória indiciam uma maior distância face às práticas informativas e à sua memória ou, pelo menos, a ausência de um discurso que as verbalize para além da tentativa de ir ao encontro das expectativas percebidas nos investigadores e da expressão geral de uma boa norma cívica em relação às notícias. Neste sentido, a análise empreendida neste capítulo mantém algumas reservas em relação ao conceito de geração, não enquanto ferramenta analítica, mas sim se usada como noção que tende a elidir a heterogeneidade social que a contemporaneidade não apaga e cuja manifestação é necessário procurar também na experiência mediática das audiências. Este é um ponto em que outros projetos, eventualmente na esteira do MemNews, poderão explorar com metodologias mais finas e dedicadas, dado que a amostra recolhida nesta investigação tem um pendor de homogeneidade social que não permite mais do que apontar leves pistas.

Há, no entanto, dois outros aspetos cuja exploração neste capítulo ficou em suspenso porque obrigaria a análise mais extensiva, mas que, ainda assim, merecem ser referidos de forma sucinta nestas notas conclusivas, pois apreendem aquilo que parecem ser, de facto, transformações geracionais. O primeiro resulta de dados que sugerem ter sido esta a última coorte etária em Portugal a sentir a experiência daquilo que era um relativo isolamento comunicacional vivido em vastas parcelas rurais do território português. Tratando-se de uma amostra de classe média urbana, este aspeto é reportado por aqueles entrevistados cujas origens familiares se situavam no interior e que na infância lá iam passar temporadas que lhes deixaram imprimido na memória o facto de à aldeia não chegarem jornais nem haver televisão, ou de o jornal apenas chegar lentamente pela mão do carteiro, ou de a palavra notícias ter um sentido prosaico, associado ao que se sabia por telefone ou às informações trazidas por pessoas de terras vizinhas. São memórias essencialmente da década de 1960, talvez também ainda de 1970, de um isolamento que foi rompido depois e cuja exploração junto de quem então habitava esses contextos rurais se afigura interessante empreender em pesquisas futuras.

O segundo aspeto relaciona-se com a condição feminina. Verifica-se na nossa amostra que a generalidade das entrevistadas nascidas entre 1960 e 1975 incorporaram a informação noticiosa nas suas vidas quotidianas e com isso fizeram um trajeto social que sugere a integração de um vasto número de mulheres portuguesas numa esfera pública da qual estavam anteriormente excluídas as suas mães (as mães a cujos hábitos cada uma das en-

trevistadas se refere nas suas memórias), que por sua vez viviam imersas no mundo da experiência direta, com toda a sua vividez e todas as suas limitações. Parece ter sido essencialmente através dos noticiários televisivos que esse trajeto se fez, abarcando as mulheres dos vários segmentos da classe média. É claro que esta trajetória é devedora de um conjunto de mudanças históricas que tenderam a tocar mulheres desta geração por comparação com as suas mães: mais escolarização, mais inserção em meios urbanos, mais permeabilidade com as práticas paternas e herança de padrões previamente masculinos de ligação às notícias. Mas a TV não deixa de estar incluída no lote de fatores implicados na mudança, relembrando o elogio feito por Dominique Wolton (1994) à televisão fundamentalmente como vínculo social e à sua histórica produção de um “grande público”.

## Referências bibliográficas

- Anderson, S. (2001). History TV and Popular Memory. In G. R. Edgerton e P. C. Rollins, *Television Histories: Shaping Collective memory in the Media Age*. pp. 19-36.
- Aroldi, P., & Ponte, C. (2012). Adolescents of the 1960s and 1970s: An Italian-Portuguese comparison between two generations of audiences. *Cyberpsychology: Journal of Psychosocial Research on Cyberspace*, 6(2)
- Aroldi, P. (2015). Ricezione televisiva ed esperienze generazionali. Il caso dei boomer italiani. *Televisione. Storia immaginario memoria*, 185-201.
- Barreto, A. (1996). *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Instituto de Ciências Sociais.
- Bolin, G. (2017). *Media Generations. Experience, Identity and Mediatized Social Change*. Routledge.
- Bourdieu, P. (2010). *A Distinção. Uma Crítica Social da Faculdade do Juízo*. Edições 70.
- Bourdon, J. (2003). Some Sense of Time: Remembering Television. *History & Memory*, 15 (2), 5-35.
- Carvalho, J. R. (2018). Elementos sobre a ideia de audiência nos inícios da TV portuguesa. *Observatorio (OBS\*)*, 12(1).
- Carvalho, J. R., & Tomás, D. G. (2014). Recepção mediática e história oral: Operárias da Covilhã no Estado Novo. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, Vol. 2, n.1, pp. 123-143
- Connerton, P. (1999). *Como as Sociedades Recordam*. Celta.
- Dhoest, A. (2015). Audience retrospection as a source of historiography: oral history interviews on early television experiences. *European Journal of Communication*, vol. 30 (1), 64-78.
- Grossi, G., & Mereu, M. (2019). Introduzione: Fenomeni di generazione e media nell'età contemporanea. *SCHERMI*, 3(6), 7-33.
- Hoskins, A. (2009). Flashbulb memories, psychology and media studies: Fertile ground for interdisciplinarity?. *Memory studies*, 2(2), 147-150.
- Korttti, J. & Mahonen, T. A. (2009). Reminiscing Television Media Ethnography, Oral History and Finnish Third Generation Media History. *European Journal of Communication*, vol. 4(1), 49-67.
- Larsen, S. F. (1992). Memories of ordinary news. *Affect and accuracy in recall: Studies of flashbulb memories*, 4, 32.
- Lopes, A. S. (2006). Roger Silverstone. *Media & Jornalismo*, 9, 137-139.

- Pinto, M. (2004). A televisão e a família: cruzamento de dois campos movediços. *Revista COMUNICAR*, nº 24.
- Silverstone, R. (1994). *Television and everyday life*. New York: Routledge.
- Silverstone, R. (2010). Domesticando a domesticação. Reflexões sobre a vida de um conceito. *Media & Jornalismo*, N.º 16, Vol. 9, N.º1, 9-29.
- Slade, C. (2001). Global media generation memories: Australia and Mexico. *Media International Australia*, 101(1), 111-125.
- Torres, E. C. (2011). *A Televisão e o Serviço Público*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Volkmer, I. (Ed.). (2006). *News in public memory: An international study of media memories across generations*. Peter Lang.
- Wolton, D. (1994). *Elogio do Grande Público: Uma Teoria crítica da televisão*. Edições Asa.

# Dos jovens adultos aos idosos: hábitos de consumo noticioso e percepções sobre o jornalismo entre duas gerações <sup>1</sup>

**Celiana Azevedo**

Instituto Politécnico de Setúbal – ESE/IPS • ICNOVA

[celiana.azevedo@ese.ips.pt](mailto:celiana.azevedo@ese.ips.pt)

**Lidia Marôpo**

Instituto Politécnico de Setúbal – ESE/IPS • CICS.NOVA

[lidia.maropo@ese.ips.pt](mailto:lidia.maropo@ese.ips.pt)

**Resumo:** A presente proposta integra uma investigação em curso no âmbito do projeto “História oral e memória(s) das práticas e hábitos de consumo e receção noticiosa e da experiência das notícias em Portugal a partir dos testemunhos dos cidadãos – a parte que falta para uma história do jornalismo em Portugal”, financiado pela FCT. Com base na premissa de que a história do jornalismo se constrói não apenas a partir dos profissionais e das instituições mediáticas, mas também das audiências, o estudo procura compreender como diferentes gerações vivem, interpretam e atribuem significado às notícias. Focamo-nos na comparação entre dois grupos etários distintos: idosos com mais de 70 anos e jovens adultos entre os 18 e os 30 anos. Enquanto o primeiro grupo desenvolveu os seus hábitos de consumo noticioso num contexto marcado pela escassez de informação e pela centralidade dos meios tradicionais como a rádio, a imprensa e a televisão pública, o segundo cresceu em ambientes digitais, demonstra menor disposição para pagar pela informação e não partilha os mesmos catalisadores históricos na formação de hábitos jornalísticos.

Foram realizadas 10 entrevistas semidiretivas, inspiradas na metodologia da história oral, ao longo de 2025, recorrendo ao sistema de bola de neve (5 idosos e 5 jovens que vivem atualmente nos concelhos de Setúbal e Lisboa). Os testemunhos recolhidos foram analisados através de análise temática, seguindo as etapas propostas por Braun e Clarke (2006): familiarização, codificação, identificação, revisão e definição de temas, culminando na produção interpretativa dos resultados. A investigação procura identificar semelhanças e diferenças entre as duas gerações no que respeita aos hábitos de consumo noticioso, às percepções sobre o papel social do jornalismo e à credibilidade atribuída às notícias no atual contexto de desinformação. Além disso, são examinadas as continuidades e as transformações na experiência noticiosa e na forma como o jornalismo é percecionado no país.

Ao valorizar os relatos dos cidadãos, o estudo pretende contribuir para uma compreensão mais ampla e plural da história do jornalismo em Portugal, revelando modos diversos de apropriação e significação da informação entre diferentes gerações.

**Palavras-chave:** História do jornalismo; consumo noticioso; história oral; audiências mediáticas.

## Introdução

A compreensão do lugar social do jornalismo exige um alargamento do olhar analítico para além das rotinas produtivas, das instituições mediáticas e dos seus protagonistas. Torna-se igualmente fundamental considerar as formas como os cidadãos contactam com as notícias,

---

<sup>1</sup> Os autores agradecem aos Professores Cátia Salgueiro e João Duarte pela captação e edição das imagens das entrevistas realizadas no âmbito deste estudo. Expressam igualmente o seu reconhecimento aos estudantes do curso de Licenciatura em Comunicação Social do Instituto Politécnico de Setúbal, Edmilson Tavares, Jéssica Mendes, Marta Miranda e Sofia Santos, pelo valioso apoio técnico prestado durante a realização das entrevistas.

as interpretam e as integram nas suas práticas quotidianas, reconhecendo-os como participantes ativos na construção de significado em torno da informação. Neste sentido, diferentes autores têm sublinhado a importância de analisar o jornalismo a partir da experiência das audiências e das práticas de uso dos *media* (Meijer, 2019; Picone, 2017; Carvalheiro, 2014b).

Neste enquadramento, as práticas de consumo noticioso e as perceções das audiências constituem uma dimensão central para pensar não apenas as transformações do ecossistema mediático, mas também a própria historicidade do jornalismo enquanto fenómeno social. Tal implica deslocar o foco exclusivo da produção para a experiência da receção, valorizando os públicos como sujeitos situados, portadores de memórias, critérios de credibilidade e formas diferenciadas de relação com a atualidade (Meijer, 2019; Picone, 2017).

No contexto português, apesar do desenvolvimento significativo dos estudos sobre *media* e jornalismo, a análise das audiências enquanto agentes de interpretação e apropriação das notícias permanece relativamente pouco explorada. A produção de conhecimento continua largamente centrada nos meios, nos profissionais e nas instituições, sendo as audiências frequentemente consideradas de forma indireta ou residual (Sousa, 2020, 2021, 2022; Cabrera & Lima, 2022; Cardoso et al., 2022; Baptista & Camponez, 2022; Carvalheiro, 2014). Este estudo inscreve-se precisamente nesse espaço, propondo uma abordagem centrada nas experiências dos cidadãos e nas suas narrativas sobre o consumo informativo. Dá, assim, continuidade a investigações anteriores sobre memória e receção noticiosa em Portugal, nomeadamente Sousa e Azevedo (2026), aprofundando a análise a partir de uma perspetiva comparativa entre gerações.

Num contexto marcado por profundas transformações tecnológicas e culturais, a digitalização, a plataformização e a centralidade das redes sociais alteraram significativamente as formas de acesso à informação, em especial entre os mais jovens, cujas práticas tendem a ser mais móveis, fragmentadas e integradas em ambientes digitais (Antunovic et al., 2018; Geers, 2020; Russmann & Hess, 2020; Vázquez-Herrero et al., 2022; Cardoso et al., 2025). Em contraste, as gerações mais velhas foram socializadas em ecossistemas mediáticos caracterizados por uma menor abundância de informação e por uma maior centralidade dos meios tradicionais, como a rádio, a imprensa e a televisão (Azevedo, 2013, 2015; Sousa & Azevedo, 2026).

É neste quadro que o presente artigo analisa os hábitos de consumo noticioso e as perceções sobre o jornalismo em duas gerações distintas, procurando identificar continuidades e ruturas nas formas de experienciar a informação em Portugal, bem como compreender como diferentes contextos mediáticos e trajetórias geracionais moldam a relação com as notícias (Meijer, 2019; Picone, 2017).

## 1. Enquadramento teórico

### *1.1. Consumo noticioso, geração e transformação do ecossistema mediático*

O consumo noticioso é uma prática social e culturalmente situada, moldada por contextos históricos, condições de acesso, níveis de literacia mediática e processos de socialização distintos. Mais do que uma escolha individual de plataformas ou formatos, exprime formas diferenciadas de relação com o espaço público, com os meios de comunicação e com a experiência quotidiana da atualidade (Meijer, 2019; Picone, 2017). Neste quadro, a variável geracional assume particular relevância, na medida em que diferentes grupos etários foram socializados em ecossistemas mediáticos distintos e desenvolveram, por isso, modos também diferentes de acesso, valorização e apropriação das notícias (Antunovic et al., 2018; Geers, 2020; Klopfenstein Frei et al., 2022).

A literatura académica mostra de forma consistente que os jovens adultos tendem a desenvolver práticas informativas mais móveis, fragmentadas e distribuídas por múltiplas plataformas (Antunovic et al., 2018; Russmann & Hess, 2020; Vázquez-Herrero et al., 2022). Em vez de dependerem prioritariamente de marcas jornalísticas específicas ou de rotinas fixas de consumo, muitos jovens encontram notícias através de redes sociais, motores de busca, plataformas de vídeo, notificações móveis e contactos interpessoais, num regime de acesso frequentemente incidental e integrado em usos mais amplos do ambiente digital (Antunovic et al., 2018; Russmann & Hess, 2020; Vázquez-Herrero et al., 2022). Neste contexto, a notícia deixa muitas vezes de constituir um destino autónomo de procura para passar a surgir no fluxo contínuo de conteúdos que organiza a experiência digital no dia a dia.

Esta transformação tem implicações relevantes. Por um lado, amplia as oportunidades de contacto com a informação e flexibiliza os percursos de acesso; por outro, favorece práticas mais dispersas, intermitentes e dependentes da arquitetura das plataformas, onde o jornalismo concorre com entretenimento, publicidade, influenciadores, conteúdo amador e sociabilidade em rede (Russmann & Hess, 2020; Vázquez-Herrero et al., 2022). A relação dos jovens com a informação tende, assim, a ser marcada por maior personalização, menor ritualização horária e maior permeabilidade entre esferas antes mais separadas, como a da notícia, a do lazer e a da interação social. Ainda assim, seria redutor associar estes públicos apenas a um consumo superficial ou descomprometido. Vários estudos sugerem que o afastamento relativo de formatos tradicionais não significa necessariamente desinteresse pela atualidade, mas antes uma reconfiguração dos modos de atenção e dos critérios de relevância atribuídos às notícias (Antunovic et al., 2018; Nazari et al., 2022). Muitos jovens valorizam conteúdos sintéticos, visualmente apelativos e contextualizados, alternando entre exposições ocasionais e momentos de procura deliberada, sobretudo em contextos de maior intensidade política ou social (Geers, 2020; Vázquez-Herrero et al., 2022).

No contexto português, esta tendência tem sido confirmada por estudos qualitativos e quantitativos. Silveira e Amaral (2018), num estudo com universitários portugueses, observaram que o acesso à informação é predominantemente online, sobretudo através das redes sociais, embora a televisão continue a ser associada à credibilidade e acompanhamento regular da atualidade. Mais recentemente, Moreira et al. (2026), estudando adolescentes portugueses, salientam que estes apreciam factualidade, veracidade e autoridade jornalística, mas preferem formas de apresentação mais próximas, conversacionais e afetivamente envolventes, o que ajuda a explicar a atratividade de *newsfluencers* e outros produtores de conteúdos informativos em redes sociais. Marôpo e Torres (2022) afirmam que crianças e adolescentes são mais voltados para a socialização e entretenimento quando estão online. Embora reconheçam o jornalismo como importante e credível, não procuram notícias de modo regular e ativo. Também o Digital News Report Portugal 2025 confirma que os públicos mais jovens recorrem mais intensamente à internet, às redes sociais e ao telemóvel como vias principais de acesso noticioso (Cardoso et al., 2025).

Em contraste, os públicos idosos tendem a apresentar práticas mais estáveis e mais fortemente ancoradas em meios de lógica linear, nomeadamente a televisão e, em muitos casos, a rádio. Tal padrão resulta não apenas de preferências atuais, mas também de trajetórias de socialização construídas em contextos mediáticos anteriores à digitalização. Para muitos seniores, a relação com as notícias foi historicamente moldada por horários fixos, grelhas de programação, maior centralidade editorial dos meios generalistas e rotinas domésticas estruturadas em torno do telejornal, do boletim radiofónico ou da leitura do jornal impresso. No caso português, esta experiência mediática foi ainda atravessada por um longo período ditatorial, em que a informação se encontrava marcada pela censura e pelo controlo político (Azevedo, 2013; Azevedo, 2015; Sousa & Azevedo, 2026).

Contudo, a presença mais forte da televisão e da rádio entre os seniores não deve ser interpretada em chave deficitária. Estudos sobre envelhecimento e tecnologias têm mostrado que as pessoas mais velhas se apropriam das tecnologias de informação e comunicação de forma seletiva, pragmática e situada, de acordo com as suas necessidades, recursos disponíveis, apoio familiar e utilidade percebida (Azevedo, 2016a, 2016b, 2017, 2019, 2020, 2022; Azevedo & Ponte, 2020). Neste quadro, os usos digitais coexistem frequentemente com hábitos mediáticos sedimentados, produzindo formas híbridas de relação com a informação. A televisão permanece, muitas vezes, como meio de confiança, familiaridade e rotina, enquanto o telemóvel, a internet ou as redes sociais podem ser incorporados de modo complementar e não substitutivo (Azevedo, 2019, 2020; Azevedo & Ponte, 2020).

A literatura sugere, por isso, cautela face a oposições simplistas entre “nativos digitais” e “utilizadores tradicionais”. Tanto entre jovens como entre idosos existe heterogeneidade. Há jovens que continuam a valorizar marcas jornalísticas clássicas, a consumir notícias

por via televisiva e a procurar aprofundamento analítico; e há idosos que incorporaram o telemóvel, a internet ou plataformas como Facebook, YouTube e WhatsApp nas suas rotinas informativas. O que a literatura mostra são tendências dominantes, e não perfis homogêneos e fechados (Antunovic et al., 2018; Azevedo, 2019; Geers, 2020). A geração influencia as práticas, mas articula-se sempre com escolaridade, contexto socioeconómico, literacia digital, trajetória profissional, capital cultural e contexto familiar (Azevedo, 2022; Azevedo & Ponte, 2020; Nazari et al., 2022).

Nesse sentido, a comparação geracional deve ser construída em torno de vários eixos: plataformas de acesso, ritmos de consumo, critérios de credibilidade, modalidades de atenção, integração da notícia no quotidiano e memória mediática. Os jovens tendem a experienciar as notícias num ambiente de conectividade permanente, sobreposição de estímulos e personalização algorítmica; os idosos, em muitos casos, mantêm formas mais ritualizadas de contacto com a atualidade, ancoradas em meios lineares e em marcas consolidadas. Ainda assim, ambos os grupos vivem hoje num ecossistema híbrido, em que os conteúdos circulam entre meios, dispositivos e temporalidades diferentes. Nessa medida, o consumo noticioso contemporâneo deve ser pensado como um espaço de coexistência entre culturas mediáticas geracionais, mais do que como uma oposição linear entre passado e futuro (Couldry & Hepp, 2018; Meijer, 2019; Picone, 2017).

### *1.2. Receção noticiosa, memória e história oral: jovens e idosos como sujeitos de uma história social do jornalismo*

Se a análise geracional do consumo noticioso requer atenção às plataformas e às rotinas de uso, exige igualmente uma abordagem que considere a receção como experiência social e histórica. As notícias não são apenas conteúdos produzidos por organizações jornalísticas, mas também objetos de apropriação em rotinas, incorporados em biografias, memórias, conversas, práticas domésticas e formas de pertença ao mundo social (Meijer, 2019; Picone, 2017). É neste sentido que os estudos de receção e a história oral oferecem um enquadramento particularmente fecundo para compreender diferenças e aproximações entre jovens e idosos.

Durante várias décadas, a investigação em jornalismo privilegiou uma abordagem centrada na produção, incidindo sobre redações, profissionais, géneros e estruturas organizacionais. Embora esta tradição tenha produzido contributos fundamentais, revelou-se limitada na compreensão das formas como as notícias são efetivamente vividas, interpretadas e incorporadas pelos públicos. A receção noticiosa deve, assim, ser entendida como uma prática social situada, atravessada por contextos culturais, rotinas quotidianas e trajetórias individuais (Carvalho, 2014b; Mihelj & Bourdon, 2015; Meijer, 2019).

Nesta perspetiva, as audiências deixam de ser concebidas como destinatários passivos para serem reconhecidas como sujeitos ativos, que atribuem sentido à informação a partir dos seus repertórios culturais, experiências e enquadramentos sociais. Tal deslocação analítica permite compreender o jornalismo não apenas enquanto produção discursiva, mas também enquanto experiência vivida (Picone, 2017; Meijer, 2019). A história oral constitui um enquadramento particularmente fecundo para aceder às dimensões subjetivas da experiência mediática. Ao trabalhar com narrativas de vida e memórias verbalizadas, esta abordagem permite compreender de que forma os indivíduos reconstróem, interpretam e atribuem significado às suas relações com os meios de comunicação ao longo do tempo (Thompson, 1978/2008; Ritchie, 1995; Meihy & Holanda, 2015).

Mais do que procurar uma reprodução fiel do passado, a história oral interessa-se pelas formas como esse passado é narrado e reinterpretado no presente. As memórias são, neste sentido, entendidas como construções situadas, influenciadas por trajetórias biográficas, contextos sociais e processos de significação que evoluem ao longo do tempo (Halbwachs, 1925/1992; Ricoeur, 2000; Radstone, 2008). Neste estudo, a história oral é mobilizada não apenas como técnica de recolha de dados, mas como perspetiva epistemológica que reconhece os participantes como portadores de saberes relevantes sobre a experiência das notícias e sobre as transformações do ecossistema mediático (Ribeiro, 2015; Mihelj & Bourdon, 2015).

Esta perspetiva é especialmente relevante no estudo dos idosos. Os seniores são portadores de uma memória longa das transformações mediáticas e políticas, podendo reconstituir a passagem da centralidade da imprensa e da rádio para a hegemonia da televisão e, mais recentemente, para a digitalização. No caso português, esta dimensão ganha particular densidade, já que muitos dos atuais idosos viveram parte da sua juventude sob o Estado Novo, num contexto de censura e forte controlo político da informação, e acompanharam depois a democratização do sistema mediático (Sousa, 2021, 2022; Ribeiro & Reis, 2022; Sousa & Azevedo, 2026). As suas memórias articulam, assim, usos dos meios, experiência política, transformações tecnológicas e mudanças nos regimes de liberdade de informação.

O estudo de Sousa e Azevedo (2026) sobre memórias da receção dos meios jornalísticos no início do Estado Novo evidencia o potencial desta abordagem. As entrevistas com pessoas com mais de 84 anos mostraram a centralidade da imprensa diária do Porto e da rádio na obtenção de notícias, bem como a importância de espaços de sociabilidade coletiva, desigualdades de género no acesso aos jornais e uma consciência retrospectiva da censura e da propaganda. Esse trabalho demonstra, assim, que a receção noticiosa constitui uma via legítima para alargar a história do jornalismo português à perspetiva dos públicos.

A utilidade da história oral, contudo, não se restringe aos idosos nem à reconstrução de passados longínquos. Também no estudo dos jovens as entrevistas aprofundadas e as abordagens qualitativas permitem compreender os sentidos atribuídos a práticas digitais muitas vezes difíceis de captar apenas por indicadores quantitativos. A exposição episódica a notícias nas redes sociais, a relação ambivalente com a credibilidade, a alternância entre saturação informativa e procura deliberada, ou a valorização de formatos explicativos são dimensões que beneficiam da escuta atenta das narrativas dos próprios sujeitos (Antunovic et al., 2018; Russmann & Hess, 2020; Nazari et al., 2022).

Assim, jovens e idosos podem ser pensados, de forma complementar, como sujeitos de uma história social do jornalismo. Nos jovens, importa perceber como se configuram novas formas de receção em contexto de plataformização, mobilidade e circulação em rede. Nos idosos, interessa compreender como as práticas atuais dialogam com memórias acumuladas de outros regimes mediáticos. Em ambos os casos, a receção é inseparável de trajetórias biográficas e de enquadramentos históricos; o que varia é a temporalidade em causa. Entre os jovens, predominam experiências formadas já no interior do ambiente digital; entre os idosos, as práticas presentes são frequentemente atravessadas por comparações com etapas mediáticas anteriores (Azevedo, 2015; Azevedo, 2020; Kaluža & Prodnik, 2022).

A teoria da memória coletiva ajuda a aprofundar esta leitura. Ao mostrar que a memória individual é socialmente enquadrada, Halbwachs (1925/1992) permite compreender que recordar práticas mediáticas é também recordar formas de vida, contextos familiares, ritmos domésticos e experiências históricas partilhadas. Quando um entrevistado idoso recorda o telejornal como ritual da noite ou a rádio como presença constante em casa, não está apenas a descrever um uso técnico de um meio; está a reconstituir um modo de organização da vida quotidiana. Do mesmo modo, quando um jovem descreve o contacto com notícias através de redes sociais, notificações ou vídeos curtos, remete para uma ecologia temporal marcada pela simultaneidade, pela velocidade e pela sobreposição entre informação e sociabilidade. As práticas de receção são, portanto, também práticas de memória e de inscrição geracional no tempo (Azevedo, 2013; Couldry & Hepp, 2018).

Em síntese, a presente investigação situa-se no cruzamento entre estudos do consumo noticioso, análise geracional, memória e história oral. O seu contributo reside em tratar jovens e idosos não apenas como categorias demográficas, mas como grupos socializados em diferentes ecologias mediáticas e portadores de diferentes experiências da notícia. Enquanto os jovens ajudam a compreender as recomposições do consumo informativo em ambiente digital e multiplataforma, os idosos permitem observar a persistência, a adaptação e a memória de formas anteriores de receção. A articulação entre ambos oferece, assim, uma via particularmente rica para pensar as continuidades e transformações do jornalismo a partir dos seus públicos (Azevedo, 2015; Meijer, 2019; Sousa & Azevedo, 2026).

## 2. Metodologia

A investigação adota uma abordagem qualitativa de natureza interpretativa, centrada na análise das narrativas dos participantes sobre os seus hábitos de consumo noticioso e as suas perceções acerca do jornalismo. O objetivo não reside na generalização estatística dos resultados, mas na compreensão aprofundada dos significados atribuídos às práticas informativas em diferentes contextos geracionais, valorizando a experiência vivida e a dimensão subjetiva da relação com as notícias (Meijer, 2019; Picone, 2017).

A opção por entrevistas semidiretivas permitiu conciliar comparabilidade entre os testemunhos e flexibilidade na exploração das trajetórias individuais, favorecendo a emergência de dimensões inesperadas e a expressão das experiências subjetivas dos participantes, em linha com abordagens inspiradas na história oral (Thompson, 1978/2008; Meihy & Holanda, 2015).

A análise dos dados foi realizada através de análise temática, seguindo uma lógica iterativa de identificação, organização e interpretação de padrões de significado, em articulação com os objetivos da investigação e o enquadramento teórico adotado (Braun & Clarke, 2006, 2013; Boyatzis, 1998).

A opção metodológica inscreve-se numa perspetiva inspirada pela história oral, entendida não apenas como técnica de recolha de testemunhos, mas como enquadramento epistemológico capaz de valorizar a memória, a experiência vivida e a narrativa subjetiva como fontes legítimas para a produção de conhecimento histórico e comunicacional. Como sublinham vários autores, a história oral funda-se no recurso a fontes orais e reconhece os sujeitos como portadores de testemunhos significativos sobre o seu tempo, os seus contextos e as suas práticas (Thompson, 1978, 2008; Ritchie, 1995; Meihy, 1996; Meihy & Holanda, 2015). Mais do que procurar representatividade estatística, esta abordagem valoriza a diversidade das vozes, a espessura biográfica dos relatos e o potencial interpretativo das memórias verbalizadas, o que a torna particularmente fecunda para estudar experiências de receção mediática e usos sociais das notícias.

No campo dos estudos de jornalismo e comunicação, vários autores têm assinalado as potencialidades da história oral para recuperar experiências esquecidas, iluminar atores pouco visíveis e complexificar o conhecimento sobre práticas mediáticas e culturas profissionais (Ribeiro, 2015; Martinez, 2016; Barbosa, 2016, 2019; Tejada, 2018; Zion et al., 2020). Embora uma parte importante dessas investigações se tenha concentrado em jornalistas, redações e trajetórias profissionais, a história oral tem também revelado utilidade no estudo das audiências, da receção e das memórias mediáticas, permitindo reconstituir a presença dos meios no quotidiano e a forma como os sujeitos se lembram de os usar, interpretar e avaliar ao longo do tempo (Butsch, 2000; Biltereyst et al., 2012; Butsch & Livingstone, 2013;

Mihelj & Bourdon, 2015; Reifová, 2009, 2015; Bardan, 2017; Kaluža & Prodnik, 2022). No contexto português, esta via permanece ainda relativamente pouco explorada no domínio específico da receção noticiosa, o que reforça a pertinência do presente estudo.

A escolha desta abordagem justifica-se também pelo próprio objeto de estudo. Compreender hábitos de consumo noticioso e perceções sobre o jornalismo entre jovens adultos e idosos implica ir além da identificação de meios preferidos ou frequências de uso. Exige aceder aos sentidos atribuídos às notícias, às memórias de contacto com diferentes meios, às mediações familiares e geracionais da receção, aos critérios de confiança e credibilidade e às formas como os indivíduos percecionam as transformações do ecossistema mediático. Tal como defendem Picone (2017) e Meijer (2019), o jornalismo deve ser analisado também a partir da experiência dos públicos, e não apenas da esfera da produção. Neste sentido, a recolha de testemunhos em profundidade permite observar como as notícias são incorporadas na vida, narradas retrospectivamente e articuladas com trajetórias biográficas mais amplas.

## *2.1. Recolha de dados*

A recolha de dados foi realizada por meio de entrevistas semidiretivas com guião flexível. Esta opção permitiu assegurar comparabilidade entre os testemunhos e, simultaneamente, abertura suficiente para acompanhar a singularidade das trajetórias, memórias e interpretações dos entrevistados. As entrevistas exploraram cinco dimensões principais: hábitos atuais de consumo noticioso; percursos e memórias de contacto com notícias ao longo da vida; perceções sobre o papel social do jornalismo; confiança, credibilidade e avaliação dos meios noticiosos; e perceções sobre desinformação, algoritmos, redes sociais e transformações recentes do ecossistema mediático.

Embora o guião tenha sido comum aos dois grupos, a condução das entrevistas atendeu às especificidades geracionais dos participantes. No caso dos idosos, foi concedido maior espaço à rememoração de mudanças ocorridas ao longo da vida, dada a possibilidade de articularem a experiência atual das notícias com contextos mediáticos e políticos anteriores. No caso dos jovens, privilegiou-se a caracterização das práticas atuais e das formas de integração da notícia no ambiente digital quotidiano.

As entrevistas decorreram em contexto individual, procurando-se garantir condições favoráveis de escuta, conforto, privacidade e desenvolvimento narrativo. Todos os participantes foram previamente informados sobre os objetivos da investigação, o carácter voluntário da participação, a possibilidade de interromperem a entrevista a qualquer momento e os procedimentos de confidencialidade. Mediante consentimento informado, as entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo e posteriormente transcritas para análise.

## *2.2. Procedimentos de análise*

A análise dos dados foi realizada através de análise temática, método amplamente utilizado em investigação qualitativa para identificar, organizar e interpretar padrões de significado em conjuntos de dados textuais (Boyatzis, 1998; Braun & Clarke, 2006, 2013). Esta opção revelou-se particularmente adequada aos objetivos do estudo, uma vez que permite articular descrição e interpretação sem perder a complexidade contextual das entrevistas. Além disso, a análise temática oferece flexibilidade suficiente para acolher tanto elementos diretamente comparáveis entre os dois grupos etários como dimensões inesperadas emergentes dos relatos.

O processo analítico seguiu as seis etapas propostas por Braun e Clarke (2006, 2013). Numa primeira fase, procedeu-se à familiarização com os dados, através da leitura e releitura integral das transcrições, acompanhada de anotações sobre ideias iniciais, regularidades, contrastes e passagens com especial relevância para as perguntas de investigação. Seguiu-se a codificação inicial dos segmentos considerados significativos, abrangendo, entre outros aspetos, meios preferidos, rotinas de consumo, influência familiar, papel da televisão, uso de redes sociais, confiança nas fontes, percepções sobre desinformação e importância atribuída ao jornalismo. Numa terceira etapa, os códigos foram agrupados em temas provisórios mais abrangentes, procurando captar padrões de sentido partilhados e diferenças entre jovens e idosos.

Posteriormente, esses temas foram revistos e refinados, avaliando-se a sua coerência interna, a sua distinção mútua e a sua capacidade de responder às perguntas de investigação em articulação com o conjunto do corpus. Seguiu-se a definição e nomeação dos temas, clarificando o que cada um revelava acerca da experiência noticiosa dos entrevistados e da comparação geracional. Por fim, os temas foram integrados numa produção interpretativa dos resultados, sustentada por excertos representativos das entrevistas e articulada com a literatura nacional e internacional sobre consumo noticioso, confiança, receção e memória.

A análise assumiu um carácter reflexivo e interpretativo, em linha com a perspetiva de Braun e Clarke (2006, 2013). Isto implica reconhecer que os temas não existem de forma neutra e automática nos dados, mas resultam da interação entre material empírico, questões de investigação, enquadramento teórico e trabalho analítico das investigadoras. Tal pressuposto é particularmente relevante em estudos inspirados pela história oral, uma vez que os testemunhos não são tomados como espelhos transparentes da realidade, mas como narrativas situadas, filtradas por trajetórias de vida, enquadramentos geracionais de memória e contextos de enunciação. Como sublinham Halbwachs (1925/1992, 1950/1997), Ricoeur (2000) e Radstone (2008), recordar implica sempre reinterpretar, reorganizar e atribuir sentido ao passado a partir do presente.

Deste modo, os relatos recolhidos foram analisados não apenas quanto ao seu conteúdo explícito, mas também enquanto construções narrativas sobre a experiência das notícias. Esta precaução é particularmente importante no caso dos participantes idosos, cujas memórias sobre práticas mediáticas podem ser atravessadas por reelaborações posteriores, conhecimentos adquiridos ao longo da vida e pela própria situação de entrevista. No entanto, esta dimensão não invalida o valor heurístico dos testemunhos; pelo contrário, constitui parte essencial do seu interesse analítico, na medida em que permite observar como os sujeitos constroem narrativamente os seus juízos sobre o jornalismo, a credibilidade e as mudanças dos meios ao longo do tempo.

### *2.3. Participantes e estratégia de amostragem*

O corpus empírico é constituído por 10 entrevistas semidiretivas, realizadas ao longo de 2025, com dois grupos etários distintos: cinco jovens adultos entre os 18 e os 30 anos e cinco idosos com mais de 70 anos, todos residentes nos distritos de Setúbal e Lisboa. O desenho comparativo assenta no contraste entre gerações socializadas em ecossistemas mediáticos profundamente diferentes, visando identificar continuidades, ruturas e recomposições nas formas de viver as notícias e de percecionar o jornalismo.

A seleção dos participantes foi realizada por amostragem não probabilística, em bola de neve, procedimento frequentemente utilizado em investigação qualitativa quando o objetivo é aceder a sujeitos disponíveis para partilhar experiências e narrativas aprofundadas sobre fenómenos específicos. Como em outros estudos de história oral e receção, o interesse residu menos na representatividade numérica do que na possibilidade de reunir testemunhos diversificados, densos e comparáveis, capazes de iluminar padrões de sentido e contrastes geracionais.

No grupo dos jovens adultos, foram entrevistados três homens e duas mulheres, com idades entre os 19 e os 21 anos. Todos frequentavam o ensino superior no momento da entrevista, em áreas distintas, nomeadamente Direito Internacional e Europeu, Contabilidade, Comunicação Social e Ciência Política e Relações Internacionais. Trata-se, portanto, de um segmento juvenil escolarizado, com níveis relativamente elevados de capital académico e exposição a contextos formais de reflexão sobre atualidade, política ou *media*, o que deve ser tido em conta na leitura analítica dos resultados.

No grupo dos idosos, os participantes apresentam trajetórias mais heterogéneas, tanto do ponto de vista biográfico como no que respeita à relação com a televisão, a rádio, a imprensa e as tecnologias digitais. Essa diversidade permite captar diferentes modalidades de apropriação do ecossistema informativo contemporâneo e observar como práticas atuais se articulam com percursos de vida e experiências mediáticas acumuladas ao longo do tempo.

Tabela 1. Idosos - Caracterização da amostragem

|                       |                     |                                                              |                                                      |                                              |                                                                                         |
|-----------------------|---------------------|--------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|----------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| Identificação         | António             | Manuel                                                       | Augusta                                              | Maria                                        | Amândio                                                                                 |
| Grupo geracional      | Idoso               | Idoso                                                        | Idosa                                                | Idosa                                        | Idoso                                                                                   |
| Idade                 | 80                  | 76                                                           | 77                                                   | 74                                           | 78                                                                                      |
| Género                | Masculino           | Masculino                                                    | Feminino                                             | Feminino                                     | Masculino                                                                               |
| Escolaridade          | 4.ª classe          | Curso industrial                                             | Curso geral do comércio com equivalência ao 12.º ano | 4.ª classe; ciclo preparatório incompleto    | 4.ª classe; estudos posteriores incompletos                                             |
| Situação profissional | Mecânico aposentado | Técnico de Prevenção, Higiene e Saúde no Trabalho aposentado | Funcionária Pública Aposentada                       | Empregada de balcão aposentada/ Dona de casa | Atualmente aposentado/ Comercial /Exerceu diversas ocupações ao longo de sua vida ativa |

Tabela 2. Jovens - Caracterização da amostragem

|                  |                                                          |                                                        |                                                 |                                                 |                                                                           |
|------------------|----------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|
| Identificação    | Baltazar                                                 | Ciro                                                   | Leonor                                          | Sofia                                           | Vasco                                                                     |
| Grupo geracional | Jovem                                                    | Jovem                                                  | Jovem                                           | Jovem                                           | Jovem                                                                     |
| Idade            | 21                                                       | 20                                                     | 19                                              | 20                                              | 20                                                                        |
| Género           | Masculino                                                | Masculino                                              | Feminino                                        | Feminino                                        | Masculino                                                                 |
| Ocupação         | Estudante de Mestrado em Direito Internacional e Europeu | Estudante concludente de Licenciatura em Contabilidade | Estudante de Licenciatura em Comunicação Social | Estudante de Licenciatura em Comunicação Social | Estudante de Licenciatura em Ciências Políticas e Relações Internacionais |

2.4. Considerações éticas e limitações do estudo

Importa, por fim, assinalar algumas limitações metodológicas. Em primeiro lugar, o número reduzido de entrevistas e a opção por amostragem em bola de neve não autorizam generalizações estatísticas ou representativas da população portuguesa ou mesmo dos grupos etários em análise. Em segundo lugar, o perfil dos jovens entrevistados - todos estudantes do ensino superior - poderá traduzir níveis de interesse informativo, literacia mediática e capital escolar acima da média do grupo etário. Em terceiro lugar, no caso dos idosos, a diversidade de trajetórias e competências digitais enriquece o corpus, mas dificulta leituras homogêneas do grupo. Por último, os testemunhos memoriais envolvem sempre seletividade, reconstrução e subjetividade, aspetos que devem ser entendidos não como falhas do método, mas como características constitutivas da produção de sentido em história oral e em estudos qualitativos da receção. Neste ponto, importa lembrar que as memórias são continuamente reconfiguradas à luz de experiências posteriores, o que influencia a interpretação de acontecimentos e informações (Fiorelli & Mangini, 2024).

Em síntese, a metodologia adotada combina entrevistas semidiretivas, inspiração na história oral e análise temática reflexiva para explorar comparativamente os hábitos de consumo noticioso e as percepções sobre o jornalismo entre jovens adultos e idosos. Esta estratégia permite captar tanto continuidades como transformações da experiência noticiosa em Portugal, valorizando as narrativas dos cidadãos como fonte legítima para compreender a história viva do jornalismo, das suas audiências e das suas formas de credibilização no presente.

### 3. Resultado e análise das entrevistas

#### 3.1. *Jovens*

##### 3.1.1. *Hábitos de consumo*

Os hábitos de consumo noticioso relatados pelos jovens comprovam mudanças em relação a padrões de gerações anteriores. Os cinco entrevistados afirmam aceder às notícias principalmente online e através do telemóvel. Para quatro deles (Ciro, Leonor, Sofia e Vasco), as redes sociais, especialmente o Instagram, são um meio central de acesso à informação jornalística. Neste sentido, destacam que seguem diversos meios de comunicação nesta plataforma. Os mais referidos foram os jornais Público, Expresso, Diário de Notícias, Observador e Jornal de Notícias, além de canais televisivos como a SIC Notícias, a RTP 1 e a CNN. Destaca-se um consumo principalmente passivo-incidental. Como afirma Sofia, o Instagram “é uma forma de consumir notícias sem estar à procura delas”. No entanto, todos dizem procurar aprofundar a informação quando se trata de assuntos do seu interesse, especialmente sobre as áreas que estudam.

Nenhum dos jovens compra regularmente ou têm assinatura de revistas ou jornais impressos, que são acessíveis apenas para dois dos entrevistados, esporadicamente em casa dos avós (Baltazar e Leonor). Três dos cinco entrevistados afirmaram acompanhar regularmente um meio de comunicação. Ciro afirma que lê o Expresso por meio da assinatura digital dos pais e Vasco diz que acompanha especialmente a CNN através da app instalada no telemóvel. Baltazar é o único que têm uma assinatura digital individual, do jornal Observador, que afirma ler diariamente. É também o único que decidiu sair das redes sociais. Na sua perspetiva, essa decisão permitiu que lesse mais as notícias que lhe interessam online, afirmando que antes apenas consumia de modo superficial os conteúdos noticiosos sugeridos nas redes sociais pelos algoritmos.

“Sentia que estava a ser controlado por um algoritmo ... Isso, de certa maneira, começou a ter um impacto na minha vida, comecei a sentir uma dependência das redes sociais. Um dos motivos que atrasou o meu corte com as redes sociais foi exa-

tamente as notícias, porque eu pensei, bom, vou ter um acesso e uma relação com o que se passa no mundo e à minha volta diferente porque todos os meus amigos, os meus pais, os meus professores estão nas redes sociais. O comentário político ou jornalístico que eu sou obrigado a seguir por causa da diplomacia também está nas redes sociais... Mas sinto exatamente o contrário, sinto-me muito mais livre, mais curioso para ir atrás de temas e obriga-me a ler muito mais notícias do que o fazia nas redes sociais porque me contentava com o título, com o *soundbyte*” (Baltazar).

Apesar deste predomínio de consumo noticioso online, todos referem que a televisão é ainda um meio importante e o primeiro que possibilitou o contacto com as notícias para quatro dos entrevistados (Baltazar, Ciro, Sofia e Vasco). Todos assistem a telejornais quando estão a jantar em família e conversam com os pais e irmãos sobre a atualidade noticiosa que estão a ver. Baltazar afirma que as notícias sempre tiveram presentes nos debates à mesa e a televisão está ligada nos momentos de maior instabilidade política ou económica. Ciro, Leonor, Sofia e Vasco afirmam que jantam sempre em família com a televisão ligada.

“Acabamos por também jantar com a televisão ligada, acompanhamos o noticiário e acabamos por aculturar-nos e ambientar-nos sobre o que se passou durante o dia” (Ciro).

A rádio parece ter também um papel relevante de diferentes maneiras para os entrevistados. Leonor diz que foi o primeiro meio através do qual acedeu às notícias porque está sempre ligado em casa. Apesar da preferência pelo consumo de música na Rádio Comercial e na RFM, diz que lembra de ouvir os noticiários curtos e resumidos da rádio desde pequena. Baltazar e Vasco são os únicos que ouvem regularmente podcasts, especialmente sobre política, devido à licenciatura que escolheram (Ciência Política e Relações Internacionais). Ciro e Sofia afirmam que ouvem rádio principalmente no carro, embora agora um bocado menos devido ao uso do Spotify (Sofia).

Os cinco entrevistados afirmam que começaram a se interessar pelas notícias na adolescência, por volta dos 15 ou 16 anos, indicando como momentos marcantes a passagem para o ensino secundário e a crise pandémica. “A pandemia que me fez acompanhar mais (as notícias) e de uma forma mais intensa também pelo medo do desconhecido” (Vasco). O covid 19 e a guerra da Ucrânia são os acontecimentos noticiosos mais referidos como marcantes pelos entrevistados.

A entrada no ensino superior também é vista como uma fase de transição importante para um consumo noticioso mais consciente. Baltazar afirma que a faculdade promoveu um espírito mais crítico sobre as notícias. Ciro diz que o curso superior ajudou a perceber melhor a informação noticiosa e os termos utilizados, especialmente na área económica. Leonor e Sofia afirmam que o curso de Comunicação Social possibilita um melhor conhecimento

sobre o processo de produção das notícias. Vasco, por sua vez, ressalta que estar bem informado é essencial para entender a política e as relações internacionais.

Nenhum dos cinco entrevistados afirma partilhar regularmente notícias nas redes sociais, mas todos dizem que conversam com os colegas sobre a atualidade noticiosa e que trocam informações especialmente com amigos mais próximos em grupos fechados no WhatsApp.

### *3.1.2. Percepções sobre o papel social do jornalismo*

De modo unânime, os entrevistados jovens reconhecem uma grande importância social ao discurso noticioso. Predomina em todas as entrevistas uma visão do jornalismo como fundamental para um melhor conhecimento do mundo, para se posicionarem diante dos acontecimentos e tomarem decisões mais conscientes. Ciro afirma que todos nós formamos opinião com base nas notícias que ouvimos. Sofia ressalta que as notícias definem o que está nas nossas discussões, fazem com que percebamos para além daquilo que conhecemos e guiam a visão que temos da realidade. No mesmo sentido, Leonor afirma que as notícias nos ajudam a “descobrir o mundo”.

O jornalismo também é valorizado pelos jovens entrevistados por ser mais “isento”, “imparcial” e “desinteressado” que outros discursos mediáticos. O depoimento de Ciro é representativo desta ideia presente em todas as entrevistas.

“O jornalismo transmite informação para depois as pessoas poderem formar uma opinião própria. O jornalismo tem de ser desinteressado... Digamos que é como um árbitro. Um árbitro não deve ter um clube. Esse é o papel do jornalismo, ser isento”

Nesta perspetiva, Baltazar (o único com assinatura digital individual de um jornal) valoriza a importância de assinar e acompanhar jornais de modo mais aprofundado. “Se não assinamos o jornal, ficamos pelo título, ou pela meia dúzia de parágrafos que tem a publicação”. O jovem alerta que consumir notícias apenas através das redes sociais nos deixa a mercê do que os algoritmos sugerem. Na sua perspetiva, isso impediria o desenvolvimento de ideias diferentes das nossas posições políticas, o que seria prejudicial ao nosso espírito crítico.

A relação entre jornalismo e democracia também aparece de modo mais explícito em três dos depoimentos. Leonor relembra que na ditadura havia muita censura e que agora podemos estar mais informados e atualizados. Ambos com formação em Ciência Política, Baltazar e Vasco são os que mais discutem o papel que o jornalismo desempenha nos sistemas democráticos.

Vasco exemplifica que o resultado das eleições é definido em grande parte pela cobertura noticiosa porque poucas pessoas leriam os programas eleitorais, mas acabam por definir o seu voto com base nas ideias que os políticos apresentam nos debates na televisão ou do que veem nos canais de informação noticiosa. Baltazar afirma que não é por acaso que o jornalismo é sempre um dos principais alvos das ditaduras. “Uma das primeiras decisões de um regime autocrático para controlar as mentes é controlar os jornais, a televisão, porque graças à imprensa as pessoas constroem as suas opiniões”. Para o jovem, é possível explicar muitas fenómenos políticos com base nas notícias que, na sua perspetiva, têm um papel “indissociável” da própria democracia. “Só podemos participar na vida política, social e económica, se soubermos o que se passa a nossa volta”.

No entanto, Baltazar reflete que o atual ecossistema mediático permite uma comunicação direta entre as fontes e o público através das redes sociais. Neste sentido, os jornalistas estariam perdendo o importante papel de filtrar, analisar e comentar, o que comprometeria a qualidade do debate público e alimentaria o populismo na sua visão.

“O jornalismo tinha um certo estatuto intocável e inquestionável, era a fonte primária e fundamental de transmissão de notícias. Sinto que isso hoje se perdeu, em parte porque começaram a criar canais secundários de acesso à informação, as próprias redes sociais permitiram o acesso e dar voz a certas opiniões que antes não se podiam ouvir” (Baltazar).

No mesmo sentido, Vasco demonstra preocupações com a perda de relevância do jornalismo e com as suas perspetivas de futuro. Para ele, o jornalismo teria hoje um papel menos importante do que há uns anos porque temos cada vez mais acesso à informação independentemente das fontes jornalísticas. “Acredito que com o passar dos anos o papel do jornalismo se torne cada vez menos importante e isso deve-se maioritariamente à internet, à evolução, à globalização, por surgirem outras fontes de informação além do jornalismo.

### *3.1.3. Credibilidade e desinformação*

Todos os entrevistados dizem-se familiarizados com o problema da desinformação e atentos às fontes de informação que consomem. Neste sentido, afirmam que procuram comprovar a veracidade dos factos quando têm dúvidas.

“As pessoas com mais de 65 anos têm mais tendência a divulgar *fake news* do que os jovens. Vou defender um bocado a minha faixa etária... Mas choca-me sobretudo a forma como o poder político pode servir-se das *fake news*. O exemplo mais recente que me lembro é a visita do presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa

(aos EUA), e a maneira como o presidente Trump enfrenta todos os jornalistas e o próprio presidente sul-africano para mostrar vídeos sobre um suposto genocídio branco na África do Sul. Depois descobriu-se que muitos desses vídeos eram falsos, que eram do Congo, não eram da África do Sul e, portanto, não é só nas redes sociais, as *fake news* estão na Sala Oval... O meu primeiro impulso foi ver, de facto, o que se passava, consultar diferentes jornais... e, depois, através de cruzamento de informações, construir a melhor opinião” (Baltazar).

“Quando me enviam alguma notícia de um *site* ou de uma página que eu não conheço tão bem tenho tendência a duvidar e geralmente quando isso acontece vou investigar e acabo por esclarecer as minhas dúvidas... Acompanho um número restrito de canais de comunicação. Portanto, quando eu efetivamente quero informação segura socorro-me dessas fontes porque sei que têm o cuidado de transmitir informações verdadeiras... São fontes jornalísticas de credibilidade que tem já uma história, uma tradição, não são canais de comunicação que apareceram ontem” (Ciro)

“Procuro sempre pesquisar. Estou a lembrar agora recentemente de uma notícia nas redes sociais e fui aos comentários e estava lá uma pessoa a dizer que não tinha fontes fidedignas e que poderia ser desinformação. Fui procurar saber mais e acabei por descobrir que estava a desinformar. Daí a importância de pesquisar, ajuda-nos bastante a não cair logo no primeiro erro que aparece ou na primeira fonte de desinformação” (Leonor)

“Quando as notícias não me parecem confiáveis, ou pelo menos o site de onde me enviam, tenho sempre muito cuidado com isso e tenho sempre pesquisado mais, principalmente com o conhecimento que ganhei pela licenciatura que estou a tirar. Há muita partilha de informação que, ou não é real ou está descontextualizada... Quantas vezes é que foi partilhada uma informação e depois apareceu no Polígrafo que era falsa, não é?” (Sofia).

“... O Polígrafo é também uma forma de combater essa desinformação e acho que é um serviço público. Sei que continua, que crescem as *fake news*, a desinformação... Mas acabo por ir à procura da verdade, daquilo que tá certo... Acredito que hoje há uma maior necessidade de mostrar a fonte da informação, de comprovar que aquilo que é noticiado é real” (Vasco).

Neste contexto, parecem reconhecer que o ecossistema mediático atual é muito mais complexo do que antigamente. O receio e a desconfiança do poder das redes sociais e dos algoritmos que promovem bolhas de informação estão presentes em todos os depoimentos. Baltazar afirma que no passado os avós dependiam dos jornais impressos para estarem informados, mas hoje temos que estar atentos para não sermos controlados

pelos algoritmos, por esta razão decidiu sair das redes sociais. Ciro aconselha os jovens a consumirem notícias em meios de comunicação tradicionais. Leonor afirma que as redes sociais têm um papel muito importante na desinformação porque dão oportunidade de todos os seus utilizadores publicarem qualquer tipo de conteúdo. Sofia reflete sobre a própria bolha informativa a partir dos resultados das últimas eleições americanas quando acreditava que Kamala Harris iria ganhar porque era isso que dizia o Instagram, o Google e a web dela e dos seus amigos. Afirma que sofreu “um choque de realidade” quando Trump ganhou. Vasco alerta para os perigos da inteligência artificial como instrumento da desinformação pela possibilidade de simular pessoas e acontecimentos.

Apesar de todos esses riscos, quando questionados sobre a confiança e credibilidade do jornalismo tradicional em Portugal, todos têm uma visão predominantemente positiva do trabalho desenvolvido pelos jornalistas.

“Existem jornalistas profissionais em Portugal que são reconhecidos e recebem inclusivamente prémios de excelência. São fontes perfeitamente seguras. Acredito que são profissionais éticos e que zelam precisamente pela ética profissional. Acho que é um jornalismo confiável” (Ciro)

“Os canais de comunicação (tradicionais) ajudam bastante para manter a credibilidade e a verdade sempre ao de cima” (Leonor).

“Confio no jornalismo português, não o questiono tanto como se calhar até devia” (Sofia)

“Assisto diariamente os telejornais e há também o Polígrafo que é uma forma de combater a desinformação” (Vasco).

Embora reafirme a sua confiança no jornalismo, Baltazar é o único que aponta mais diretamente limitações ao trabalho realizado pelos jornalistas, referindo problemas como erros ortográficos, a pressa em publicar em detrimento da qualidade, o sensacionalismo e algumas ligações promíscuas com o poder político.

## *3.2. Idosos*

### *3.2.1. Hábitos de consumo*

As entrevistas com os participantes idosos revelam hábitos de consumo noticioso marcados por uma combinação entre permanência e adaptação. Ao contrário do que se verifica entre os jovens, cujo acesso às notícias ocorre predominantemente em ambiente digital e através das redes sociais, entre os idosos entrevistados a televisão continua a ocupar um lugar central no acompanhamento da atualidade, embora em alguns casos coexistindo com o telemóvel, a internet e, mais pontualmente, a imprensa.

Em vários depoimentos, a televisão surge como o principal meio de acesso às notícias no presente. António formula essa centralidade de modo particularmente claro ao contrastar diferentes momentos da sua trajetória mediática: “No passado era rádio exclusiva, agora atualmente é televisão”. Em seguida, explicita como essa mudança se traduz no quotidiano: “Hoje em dia temos que estar a par da situação. Portanto, através da televisão é que eu tomo conta dos maiores acontecimentos. (...) embora com um jornal de vez em quando, (...) a televisão é que é o mais importante. (...) para mim”. A fala é significativa porque condensa, numa formulação simples, a passagem de um ecossistema mediático centrado na rádio para outro em que a televisão se torna o principal eixo de ligação à atualidade.

Também Maria associa a televisão ao meio de que menos prescindiria no presente. Embora recorde a rádio como o primeiro meio noticioso importante da sua vida, afirma de forma expressiva: “Foi o primeiro, a rádio (...) Hoje, aquele que não viveria sem [é a] televisão. (...) sinto gosto de estar a par das notícias do mundo também. E o que se passa”. Neste testemunho, a televisão não surge apenas como suporte técnico, mas como presença associada ao desejo de acompanhar o mundo e de não ficar à margem dos acontecimentos.

Ainda assim, os depoimentos mostram que esta centralidade televisiva não exclui outras formas de contacto com a informação. Em alguns casos, observa-se uma apropriação seletiva do digital. Augusta descreve uma rotina informativa híbrida, em que o telemóvel funciona como porta de entrada rápida para a atualidade e a televisão como espaço de acompanhamento mais continuado e comparativo. Como explica: “Logo de manhã, logo que acordo, vejo as notícias na Google do telemóvel (...) depois normalmente vejo um telejornal (...) entre o que vejo num e o que vejo noutro, tiro as minhas conclusões”. O seu caso é particularmente interessante porque mostra que o digital não substitui a televisão, antes se articula com ela. Mais adiante, Augusta sublinha que este hábito no telemóvel se consolidou com a evolução tecnológica: “Começou desde que os telemóveis começaram a ser mais evoluídos (...) A partir daí eu vejo sempre antes de me deitar, quando me levanto e às vezes ao meio do dia”. Trata-se, portanto, de uma incorporação pragmática do digital, ajustada ao ritmo do quotidiano.

Também Maria refere algum uso do telemóvel para ver notícias, ainda que de forma ocasional e sem grande centralidade. Quando questionada sobre o consumo de notícias na internet, responde: “Sim, mas mais na televisão, mais na televisão. Gosto mais (...) [pelas] imagens e isso tudo”. A formulação sugere uma relação funcional e moderada com o digital, distante da lógica de imersão contínua observada entre os jovens. Não se trata de rejeição tecnológica, mas de uma incorporação limitada, subordinada à preferência por suportes mais familiares e visualmente mais apelativos.

A imprensa mantém igualmente um lugar simbólico relevante, mesmo quando já não é o meio dominante. Augusta declara explicitamente a sua preferência pelo jornal impresso:

“Eu (...) gosto muito do jornal. (...) Impresso. Impresso”. O valor atribuído ao papel associa-se a uma leitura mais pausada e concentrada, distinta do ritmo rápido do telemóvel ou da fragmentação do fluxo televisivo.

Os percursos biográficos ajudam a compreender estes hábitos atuais. Em vários casos, a relação com as notícias foi construída ao longo da vida em diálogo com transformações históricas dos meios. Maria recorda que a rádio foi o primeiro meio relevante, mas assinala também que esse acesso não era imediato nem garantido no contexto familiar: “O rádio. Sim, apesar de começar a ouvir mais tarde, porque antes isso não existia em casa dos meus pais”. António, por sua vez, resume essa transição geracional de forma expressiva ao afirmar: “No passado era rádio exclusiva, agora atualmente é televisão”. Estas memórias permitem perceber que os hábitos presentes não resultam apenas de preferências atuais, mas de uma sedimentação longa de práticas mediáticas.

Outro aspeto importante é que, entre os idosos, o consumo noticioso tende a ser mais deliberado do que incidental. Em vez de encontrarem notícias “por acaso” no fluxo das redes sociais, os entrevistados descrevem rotinas mais intencionais: ver o telejornal, consultar notícias de manhã, alternar entre canais, escolher o que ler ou ouvir. António exprime essa postura ativa diante da oferta mediática: “Tenho [vários canais]. (...) Se estou a ver um filme que não gosto, mudo para o outro. Se estou a ver umas notícias que não gosto, mudo para o outro. (...) E consigo ver aquilo que eu quero. Não, não é o que eles me dão, é o que eu quero ver”. Esta fala é particularmente relevante porque mostra que o público idoso não se reduz a um consumo passivo dos meios tradicionais. Pelo contrário, emerge aqui um sujeito que seleciona, compara e decide, exercendo uma forma própria de agência sobre a dieta noticiosa.

A entrevista de Manuel acrescenta uma nuance importante a este quadro. Também no seu caso se observa uma perceção clara de que o consumo noticioso se transformou profundamente ao longo do tempo, sobretudo por efeito da digitalização. Ao comparar o presente com etapas anteriores da sua trajetória mediática, afirma: “Não tem comparação. (...) Onde é que tá a maior diferença nisto? Nos computadores, nos telemóveis”. A formulação é significativa porque identifica com clareza os dispositivos que, na sua perspetiva, reorganizaram a forma contemporânea de acesso à informação.

No entanto, esse reconhecimento da mudança tecnológica não corresponde a uma adesão acrítica ao novo ambiente mediático. Pelo contrário, Manuel associa os suportes digitais, sobretudo quando usados pelas gerações mais novas, a formas de consumo menos refletidas e mais vulneráveis à circulação de conteúdos duvidosos. Ao evocar a relação da neta com as notícias, observa: “pode estar a ver as mesmas notícias nas redes sociais (...) mentira e ela acredita que aquilo é que é verdade”. Este excerto é relevante porque mostra que, no seu entendimento, a transformação dos hábitos de consumo não se resume a uma mudança de suporte, mas envolve também uma alteração nos critérios de validação da informação.

As entrevistas mostram ainda que os idosos percecionam mudanças significativas no ecossistema mediático contemporâneo, sobretudo em termos de volume e ritmo da informação. Amândio formula essa ideia de modo particularmente desenvolvido: “As notícias hoje (...) são sempre mais amplas e mais informação, muita informação, o que às vezes é difícil de armazenar e gerir (...) Antigamente as notícias eram mais curtas (...) Hoje é tanta informação (...) O excesso de informação é negativo. É muita informação, muita desgraça junta para ser transmitida todos os dias”. Este depoimento introduz um dado analítico importante: os hábitos de consumo noticioso não mudaram apenas por causa dos suportes, mas também devido à transformação da temporalidade da informação. A experiência contemporânea é percecionada como mais abundante, mais acelerada e, por vezes, mais difícil de processar.

### *3.2.2. Perceções sobre o papel social do jornalismo*

Também entre os idosos entrevistados predomina uma visão claramente positiva sobre a importância social das notícias e do jornalismo. Contudo, essa valorização tende a ser expressa de forma mais pragmática e quotidiana do que entre os jovens. Em vez de sublinharem sobretudo conceitos como democracia, imparcialidade ou mediação pública, os idosos enfatizam a utilidade das notícias para acompanhar o que se passa, compreender mudanças e orientar decisões.

António formula esta ideia de modo particularmente direto: “Para mim, acompanhar as notícias é andar em cima do acontecimento, porque se a gente não tem notícias, não sabe o que é que se passa. (...) interessa-me saber o que é que está a passar no nosso país”. A importância do jornalismo é aqui descrita como condição de presença no mundo social. Não acompanhar notícias significa correr o risco de desligamento da realidade coletiva.

Na mesma linha, Maria afirma que as notícias são importantes porque ajudam a compreender o mundo em mudança: “A diferença, a mudança, né? As coisas vão mudando (...) preocupa-me ver as guerras e então gosto de ver as notícias e saber como é que as coisas se vão dando”. Logo a seguir, explicita a utilidade social da informação jornalística: “São [importantes], sim. (...) ajudam as pessoas a entender o que se passa nos outros países e não só também cá no nosso país, em Portugal”. O jornalismo aparece, assim, como mediação entre a experiência individual e uma realidade geopolítica mais ampla, incluindo também a dimensão emocional dessa exposição.

Amândio reforça essa perspetiva ao insistir na relevância prática das notícias: “Muito importantes, porque [permitem] estarmos atualizados com o que está a acontecer (...) Fazem-nos saber com o que é que podem contar em muitos casos”. Ao exemplificar com a descida do preço dos combustíveis - “em vez de meter 20€, meto 40€” - mostra de forma

concreta que o jornalismo não é valorizado apenas por informar em abstrato, mas também por interferir diretamente em decisões.

Também Augusta atribui às notícias uma função formativa e reflexiva. O facto de alternar entre diferentes canais para “tirar as [suas] conclusões” sugere uma relação ativa com a informação. Além disso, a sua entrevista revela uma consciência histórica das mudanças ocorridas entre o passado e o presente, nomeadamente no que toca à liberdade de informar. Ao recordar outros períodos, assinala a diferença de um tempo “quando eram proibidas as notícias”. Este ponto é analiticamente relevante porque, para esta geração, pensar o jornalismo implica também compará-lo com períodos de restrição, silêncio e censura.

A entrevista de Manuel acrescenta a esta discussão uma dimensão particularmente importante. Para esta geração, pensar o papel social do jornalismo implica igualmente recordar períodos em que a informação circulava sob fortes constrangimentos políticos. A memória da censura durante o Estado Novo torna mais nítida a associação entre jornalismo, liberdade e controlo do poder. Nesse sentido, o valor atribuído às notícias não decorre apenas da sua utilidade quotidiana, mas também da consciência histórica de que houve contextos em que aquilo que podia ou não ser publicado era objeto de vigilância e restrição. Esta memória da censura reforça a perceção de que o jornalismo tem uma função social decisiva precisamente porque a circulação pública da informação nunca pode ser tomada como algo garantido.

Para além disso, Manuel introduz um registo mais politizado do que o observado noutros depoimentos. A sua entrevista sugere que acompanhar notícias não significa apenas “estar informado”, mas também interpretar criticamente a vida pública, posicionar-se perante os atores políticos e avaliar os efeitos sociais da comunicação mediática. Esta componente é relevante porque complexifica a leitura desta faixa etária: os idosos entrevistados não surgem apenas como recetores interessados em “saber o que se passa”, mas, em certos casos, como sujeitos com referências ideológicas claras, memória histórica forte e leitura politicamente situada do presente.

### *3.2.3. Credibilidade e desinformação*

No que respeita à credibilidade e à desinformação, as entrevistas revelam um quadro igualmente expressivo. Longe de corresponderem a uma imagem de públicos passivos ou pouco atentos, os idosos demonstram reconhecer os riscos da circulação de informação falsa e associam-nos, de forma recorrente, às redes sociais. Em simultâneo, mantêm uma visão globalmente positiva do jornalismo profissional, ainda que não isenta de reservas.

António afirma já ter ouvido falar de desinformação e é muito claro quanto ao papel das redes sociais na sua propagação: “Sim, sim. (...) É mesmo. (...) E há muitos desastres so-

bre isso (...) Tenho um telemóvel (...) mas é para falarem, para ligarem (...) Não uso redes sociais”. Mesmo sem grande envolvimento direto com esse universo, reconhece-o como espaço problemático para a circulação de falsidades. Ainda assim, a sua avaliação do jornalismo profissional permanece positiva: “Confio. Confio. Não 100%, mas confio”. A nuance é importante: há confiança, mas não confiança cega.

Maria apresenta uma perspetiva semelhante, ainda que mais breve e moderada. Depois de reafirmar a preferência pela televisão, reconhece também os problemas do ambiente informativo contemporâneo: “Desinformação, sim. (...) também há muita desinformação, né? Nem tudo o que se diz é real, né?”. A formulação sugere uma consciência clara da existência de falsidades e exageros, sem que isso implique rejeição global das notícias.

Amândio é o entrevistado que formula de modo mais elaborado o problema da credibilidade. O seu discurso é especialmente interessante porque revela uma lógica de comparação entre versões e uma percepção muito aguda de ambientes informativos conflituosos, sobretudo em contexto de guerra: “na guerra não se deve acreditar em coisa nenhuma (...) nós temos que ouvir as notícias que nos dão e tentarmos entender o que é que está aqui de bom, o que é que está de mau, comparar com outras que vêm do outro lado”. Este excerto é particularmente valioso porque mostra uma prática de leitura crítica assente no cruzamento de perspetivas. Ainda que expressa em linguagem não académica, trata-se de uma forma de literacia mediática baseada na comparação de versões, no reconhecimento do conflito interpretativo e na recusa de adesão imediata.

O mesmo entrevistado apresenta ainda uma visão muito crítica das redes sociais: “as redes sociais (...) há casos em que só servem para complicar a vida a algumas pessoas”. A crítica recai menos sobre a tecnologia em si do que sobre os efeitos sociais que ela pode produzir na circulação desordenada da informação.

Manuel oferece um dos depoimentos mais incisivos sobre credibilidade, desinformação e disputa política no espaço mediático contemporâneo. Tal como os restantes entrevistados, reconhece sem hesitação o papel das redes sociais na disseminação de conteúdos enganosos: “Não acho, não tenho dúvidas. (...) Atrás disso é que se ganham agora eleições. Ganha-se eleições através das redes sociais”. O excerto é expressivo porque não se limita a identificar a existência de desinformação; associa diretamente a desinformação a efeitos concretos sobre a competição política e sobre a formação da opinião pública.

A sua crítica torna-se ainda mais interessante quando comenta a cobertura mediática de sondagens eleitorais. Ao comparar dados apresentados por diferentes canais televisivos, observa discrepâncias que lhe suscitam desconfiança: “na TVI tava atrás com quatro pontos. Na RTP o PS estava à frente com 2.5”. Este excerto mostra um trabalho ativo de verificação e comparação. O entrevistado refere inclusivamente que toma notas “no [seu]

papelinho” para mais tarde confrontar previsões e resultados. Trata-se de uma prática relevante de leitura crítica, fundada não na aceitação imediata da mensagem mediática, mas na observação comparativa das diferentes versões de um mesmo facto.

Também no plano da confiança no jornalismo, Manuel exprime uma posição prudente e diferenciada. Em vez de formular uma adesão global ou uma rejeição total, distingue entre profissionais e conteúdos que lhe merecem confiança e outros que lhe suscitam reservas: “em alguns jornalistas tenho (...) jornalistas em que eu confio. Há outros que me deixam dúvidas”. Esta formulação é analiticamente importante porque reforça um padrão já visível noutros depoimentos. Entre os idosos, a confiança no jornalismo tende a assumir a forma de uma confiança seletiva, sustentada por hábitos de comparação, experiência acumulada e atenção às diferenças entre fontes e enquadramentos.

Além disso, a sua leitura das práticas informativas dos mais novos volta a acentuar a clivagem entre jornalismo e redes sociais. Ao comentar a relação da neta com a informação, observa que ela pode acreditar em conteúdos falsos simplesmente por os encontrar nas plataformas digitais: “pode estar a ver as mesmas notícias nas redes sociais (...) mentira e ela acredita que aquilo é que é verdade”. Tal como noutros testemunhos desta geração, as redes sociais aparecem menos como espaço legítimo de informação e mais como circuito propenso ao erro, à manipulação e ao enfraquecimento dos critérios de credibilidade.

Também Augusta evidencia uma postura comparativa e vigilante. A própria rotina de alternar entre canais para “tirar as [suas] conclusões” aponta para um trabalho ativo de avaliação da informação recebida. Além disso, a sua consciência das diferenças entre presente e passado ajuda a compreender por que razão os meios tradicionais continuam a surgir, para ela, como referências de maior legitimidade.

#### 4. Discussão

Os resultados deste estudo mostram que a experiência noticiosa em Portugal é simultaneamente marcada por continuidades e transformações, particularmente visíveis quando se comparam duas gerações socializadas em ecossistemas mediáticos distintos. Se, por um lado, jovens adultos e idosos partilham o reconhecimento da importância social do jornalismo, por outro divergem nas rotinas de acesso à informação, nos critérios de credibilidade e nas formas de lidar com a abundância informativa e com a desinformação. Neste sentido, os dados confirmam que os hábitos de consumo noticioso não podem ser explicados apenas pela idade cronológica, devendo antes ser compreendidos à luz de trajetórias geracionais, processos de socialização mediática e contextos históricos de formação do olhar sobre as notícias, tal como sugerem Antunovic et al. (2018), Geers (2020) e Klopfenstein Frei et al. (2022).

Uma primeira dimensão que sobressai é a transformação dos modos de acesso às notícias. Entre os jovens entrevistados, o consumo decorre sobretudo em ambiente digital, através do telemóvel e das redes sociais, com destaque para o Instagram, num padrão frequentemente incidental, rápido e entrelaçado com outras práticas de sociabilidade e entretenimento. Este resultado converge com a literatura internacional sobre consumo noticioso entre jovens adultos, que aponta para práticas fragmentadas, multiplataforma e marcadas pela lógica do *news finds me* ou pelo consumo incidental em *feeds* algorítmicos (Russmann & Hess, 2020; Vázquez-Herrero et al., 2022). Em Portugal, estes achados dialogam também com Silveira e Amaral (2018) e com os dados do *Digital News Report Portugal 2025*, segundo os quais os jovens entre os 18 e os 24 anos apresentam maior propensão para usar a internet e as redes sociais como fontes principais de informação noticiosa.

Já entre os idosos, embora se observe algum contacto com o telemóvel, com a internet e com aplicações de comunicação, a televisão permanece como eixo estruturante da rotina informativa. A imprensa continua a deter valor simbólico e, em certos casos, prático, enquanto a rádio conserva uma presença sobretudo biográfica, associada a fases anteriores da vida. Esta persistência dos meios tradicionais não deve, contudo, ser interpretada como sinal de imobilismo. As entrevistas mostram que os idosos também se adaptaram às mudanças no sistema mediático, ainda que de forma seletiva, prudente e ancorada em hábitos sedimentados ao longo do tempo. Assim, a televisão surge menos como vestígio de um passado mediático do que como dispositivo de continuidade e atualização. Esta conclusão ecoa estudos portugueses sobre públicos *seniores* e *media*, bem como investigações que apontam para a permanência da televisão como principal fonte de notícias em Portugal, mesmo num contexto de expansão digital.

As diferenças geracionais observadas não configuram, porém, uma oposição simples entre “tradicional” e “digital”. Pelo contrário, os dados sugerem formas distintas de articulação com a informação, que combinam permanências, ruturas e adaptações. Entre os jovens, a centralidade do digital não elimina a importância da televisão, sobretudo no contexto familiar, nomeadamente durante o jantar, onde o telejornal ainda funciona como dispositivo de contacto comum com a atualidade. Entre os idosos, por sua vez, o predomínio da televisão não exclui práticas de comparação entre canais, consultas ocasionais em dispositivos móveis ou uma consciência crítica perante a sobrecarga informativa e os riscos associados à circulação de conteúdos em ambientes digitais. Em ambos os grupos, portanto, o consumo noticioso é relacional e situado, ainda que organizado por lógicas distintas. Esta constatação aproxima-se da perspectiva de Meijer (2019) e Picone (2017), ao sugerir que a experiência da notícia é profundamente moldada pelo quotidiano e pelas formas socialmente situadas de apropriação dos *media*.

Outra continuidade importante entre as duas gerações é a atribuição de relevância social ao jornalismo. Tanto jovens como idosos consideram as notícias fundamentais para saber

o que se passa, compreender o mundo e orientar posições ou decisões. Nos jovens, esta valorização aparece frequentemente articulada com noções como democracia, formação de opinião, espírito crítico e necessidade de mediação profissional num ambiente informativo saturado. Nos idosos, por seu lado, surge em formulações mais pragmáticas e quotidianas, ligadas à ideia de acompanhamento dos acontecimentos, compreensão das mudanças e orientação da vida diária. Ainda assim, em ambos os grupos, o jornalismo é percebido como uma instância relevante de construção de sentido social. Este dado é particularmente importante porque relativiza discursos simplificadores sobre uma alegada perda generalizada de valor das notícias no presente. Mais do que desaparecimento da relevância, o que se observa é uma reconfiguração dos modos de relação com o jornalismo.

Ao mesmo tempo, os resultados mostram que essa valorização convive com perceções ambivalentes sobre a credibilidade das notícias e sobre o estado atual do jornalismo. Os jovens entrevistados expressam, em geral, confiança no jornalismo profissional português, especialmente quando associado a marcas noticiosas reconhecidas. Porém, também revelam desconforto com o sensacionalismo, com a superficialidade de certos formatos e com a mediação algorítmica das redes sociais. De modo semelhante, os idosos tendem a distinguir com alguma nitidez entre jornalismo profissional e conteúdos que circulam em redes sociais ou canais informais, atribuindo maior legitimidade aos meios tradicionais, embora alguns assinalem diminuição da confiança ao longo do tempo. Este quadro é coerente com os debates contemporâneos sobre crise de confiança, nos quais a diminuição da credibilidade não significa necessariamente rejeição absoluta do jornalismo, mas antes aumento da vigilância, da comparação e da seletividade por parte dos públicos (Torres da Silva & Brites, 2021; Russmann & Hess, 2020).

Nesta matéria, os dados do *Digital News Report Portugal 2025* ajudam a contextualizar os testemunhos recolhidos. Embora Portugal continue entre os países com níveis relativamente elevados de confiança nas notícias, o relatório assinala uma descida para 54% em 2025, o valor mais baixo desde o início da série histórica nacional. Esta tendência ajuda a compreender por que razão, mesmo entre participantes que mantêm uma avaliação positiva do jornalismo, surgem reservas ligadas a interesses, pressa, sensacionalismo ou dificuldade em distinguir o que é fiável num ambiente comunicacional saturado. A confiança, portanto, não desaparece, mas torna-se mais condicionada, comparativa e reflexiva.

A questão da desinformação é talvez o ponto em que as duas gerações mais convergem. Jovens e idosos reconhecem a sua existência, associam-na sobretudo às redes sociais e referem a necessidade de confirmar informação, cruzar fontes ou recorrer a marcas reconhecidas. Este dado é particularmente relevante porque contraria leituras estereotipadas que colocam os jovens como naturalmente competentes no ambiente digital e os idosos como mais vulneráveis por definição. No corpus analisado, ambos os grupos demonstram formas de alerta e preocupação, embora fundadas em experiências distintas. Entre os

jovens, a crítica concentra-se nos algoritmos, nas bolhas informativas, na circulação rápida de conteúdos não verificados e no risco de superficialidade do consumo incidental. Entre os idosos, a ênfase recai sobre a falsidade deliberada, a confusão entre versões contraditórias e a percepção de que as redes sociais podem influenciar diretamente a vida política. Em ambos os casos, o problema não é apenas tecnológico, mas também social e político.

Estes resultados dialogam com Nazari et al. (2022), que identificam a desinformação como elemento estruturante da experiência noticiosa contemporânea, e com Russmann e Hess (2020), ao mostrarem que a literacia mediática não pode ser tomada como garantida apenas porque os sujeitos usam tecnologias digitais. No caso dos jovens do presente estudo, a familiaridade com redes sociais e plataformas não elimina a sensação de exposição a fluxos informativos pouco controláveis. Já entre os idosos, a menor adesão às redes sociais não impede uma leitura crítica do ambiente mediático contemporâneo. O que emerge, portanto, é a necessidade de pensar a literacia mediática em termos intergeracionais, reconhecendo que diferentes públicos mobilizam repertórios distintos de avaliação da credibilidade.

## 6. Conclusão

Este artigo partiu do pressuposto de que compreender o jornalismo implica ir além das suas dimensões institucionais, profissionais e tecnológicas, incorporando também a forma como as notícias são vividas, lembradas e interpretadas pelas audiências. A partir da comparação entre jovens adultos e idosos em Portugal, analisou-se a experiência da notícia como fenómeno simultaneamente mediático, social e geracional, mostrando que as práticas de consumo informativo, os critérios de credibilidade e as memórias associadas ao jornalismo se constroem em contextos históricos distintos e em articulação com transformações mais amplas da cultura mediática.

Os resultados evidenciam que a experiência noticiosa não é homogénea, nem pode ser reduzida a uma oposição simples entre meios tradicionais e digitais. Entre os jovens, sobressaem práticas marcadas pela mobilidade, conectividade permanente e centralidade do telemóvel, com as redes sociais como principal espaço de contacto com a atualidade. Entre os idosos, persistem hábitos ancorados na televisão, na regularidade das rotinas informativas e na valorização de formas mais estabilizadas de acompanhamento das notícias. Ainda assim, identificam-se zonas de continuidade e adaptação: os jovens reconhecem valor à mediação jornalística profissional e a marcas noticiosas consolidadas, enquanto os idosos integram, ainda que de forma seletiva, recursos digitais no seu quotidiano informativo.

Neste quadro, uma conclusão central é que a experiência da notícia deve ser entendida como parte de uma cultura mediática vivida, isto é, como um conjunto de práticas, memó-

rias, hábitos e significados que ligam os sujeitos aos meios e ao mundo social. As notícias não constituem apenas conteúdos informativos, mas também experiências quotidianas de contacto com o presente, dispositivos de orientação social e objetos de memória. Nesse sentido, reforça-se a importância de articular memória social, história oral e práticas mediáticas. Ao mobilizar testemunhos de diferentes gerações, tornou-se possível evidenciar que as memórias sobre notícias, meios e contextos de receção constituem uma via relevante para compreender tanto as transformações da experiência jornalística como os modos pelos quais o jornalismo se inscreve na vida social ao longo do tempo.

Deste modo, o estudo contribui para os estudos do jornalismo ao sublinhar a necessidade de o analisar também a partir da receção e da experiência vivida das audiências. Contribui igualmente para os estudos de receção, ao demonstrar que o consumo noticioso continua a ser uma prática socialmente significativa, ainda que hoje se manifeste de formas mais fragmentadas, híbridas e contextuais. Por fim, oferece um contributo para os estudos da memória social, ao evidenciar que recordar notícias, meios e rotinas informativas é também recordar formas de viver o tempo histórico, partilhar referências coletivas e interpretar mudanças sociais e tecnológicas.

A relevância do enfoque nas audiências para a história do jornalismo emerge, assim, com particular clareza. Considerar os públicos como parte constitutiva dessa história permite ampliar a compreensão do jornalismo em Portugal, incluindo não apenas a evolução dos meios, das empresas ou das tecnologias, mas também as formas como as notícias foram apropriadas, legitimadas, contestadas e integradas no quotidiano de diferentes gerações. As audiências surgem, neste sentido, não como recetores passivos, mas como sujeitos históricos que atribuem sentido ao jornalismo a partir das suas experiências, memórias e condições de vida, contribuindo para uma história viva do jornalismo construída também a partir das suas vozes.

A comparação entre gerações permite ainda refletir sobre as implicações destes dados para uma compreensão mais ampla dessa história. Um dos contributos centrais do estudo é mostrar que ela não se esgota na evolução dos meios, das empresas, das tecnologias ou das rotinas profissionais, fazendo-se também nas formas como as notícias são recebidas, lembradas e reinterpretadas ao longo do tempo. Neste ponto, os depoimentos dos idosos são particularmente elucidativos, ao trazerem para a análise a memória de contextos de escassez informativa, censura, centralidade da rádio e posterior consolidação da televisão, permitindo inscrever a experiência contemporânea das notícias numa duração histórica mais longa.

Por contraste, os jovens entrevistados tornam visível uma etapa distinta: a da socialização jornalística em ecossistemas digitais, em que a abundância informativa substitui a escassez, a personalização algorítmica substitui a escuta comum e a ubiquidade das notícias

convive com formas intermitentes de atenção. O confronto entre estas experiências mostra que as transformações do jornalismo em Portugal são inseparáveis das transformações das audiências, dos ritmos de vida e dos ambientes tecnológicos. Nesse sentido, o estudo confirma a pertinência de analisar o jornalismo a partir das práticas de receção, como propõem Picone (2017), Meijer (2019) e a investigação sobre receção e memória mediática desenvolvida em Portugal.

Os resultados abrem igualmente pistas para futuras investigações. Será relevante alargar o número e a diversidade dos participantes, incluindo outros grupos etários, contextos socioeconómicos e geografias, de modo a aprofundar a compreensão das desigualdades e continuidades intergeracionais na experiência noticiosa. Também será útil explorar de forma mais detalhada o papel dos algoritmos, das plataformas digitais e dos contextos familiares e comunitários na formação das rotinas de consumo e dos critérios de confiança. Do mesmo modo, novas investigações poderão desenvolver abordagens comparativas, quer entre contextos nacionais, quer entre diferentes momentos históricos, reforçando o diálogo entre estudos do jornalismo, receção, história oral e memória social.

Em síntese, a discussão dos resultados permite concluir que as diferenças entre jovens e idosos não configuram mundos incomunicáveis, mas modos geracionalmente situados de viver a notícia. Há ruturas evidentes nos suportes, nos ritmos e nas mediações tecnológicas; persistem continuidades na valorização do jornalismo como bem social e na preocupação com a veracidade da informação; e observam-se adaptações que revelam a capacidade dos públicos para negociar mudanças e construir critérios próprios de confiança. Ao articular memória, receção e práticas mediáticas contemporâneas, o estudo contribui para pensar o jornalismo português não apenas como instituição ou profissão, mas como experiência social partilhada, historicamente situada e vivida de forma plural. Em suma, procurámos mostrar que estudar o jornalismo a partir das audiências é também compreender como a sociedade se informa, se recorda e se reconhece no tempo, sendo a experiência da notícia um observatório privilegiado das relações entre *media*, memória e vida social em Portugal.

## Referências bibliográficas

- Antunovic, D., Parsons, P., & Cooke, T. R. (2018). "Checking" and googling: Stages of news consumption among young adults. *Journalism*, 19(5), 632–648. <https://doi.org/10.1177/1464884916663625>
- Azevedo, C. (2013). Tecnologias de informação e comunicação, media e memória na construção de identidade geracional de idosos portugueses. *Verso e Reverso*, 27(66), 227–235. <https://doi.org/10.4013/ver.2013.27.66.09>
- Azevedo, C. (2015). *Connecting media, generation and memory* [Comunicação apresentada]. III International Conference on Media Ethics, Sevilha.
- Azevedo, C. (2016a). Muito velho para a tecnologia? Como as novas tecnologias de informação e comunicação afetam as relações sociais de pessoas mais velhas em Portugal. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, 21(2), 27–46.
- Azevedo, C. (2016b). TIC e idosos na perspetiva teórica-social ligada ao processo de envelhecimento. *Comunicando*, 5(1), 125–143.
- Azevedo, C. (2017). TIC e sociedades cada vez mais envelhecidas: Uma contextualização de estudos no Brasil, em Portugal e em outros países. *Verso e Reverso*, 31(76), 14–25. <https://doi.org/10.4013/ver.2016.31.76.02>
- Azevedo, C. (2019). *Demasiado velho para o digital? Envelhecimento ativo e os usos das TIC por pessoas mais velhas no Brasil e em Portugal*. Livros ICNOVA.
- Azevedo, C. (2020). *Tecnologias digitais e envelhecimento: A importância das tecnologias de informação e comunicação para relações sociais de pessoas mais velhas em Portugal*. Novas Edições Acadêmicas.
- Azevedo, C. (2021). *Contexto social, envelhecimento e tecnologias digitais* [Comunicação apresentada]. XI Congresso Português de Sociologia, Lisboa.
- Azevedo, C. (2022). Idosos e tecnologias digitais: A relação entre inclusão social e digital no Brasil. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, 27(1), 60–79. <https://doi.org/10.22456/2316-2171.118082>
- Azevedo, C., & Ponte, C. (2020). Intergenerational solidarity or intergenerational gap? How elderly people experience ICT within their family context. *Observatorio (OBS\*)*, 14(3), 16–35.
- Boyatzis, R. (1998). *Transforming qualitative information: Thematic analysis and code development*. Sage.
- Braun, V., & Clarke, V. (2013). *Successful qualitative research: A practical guide for beginners*. Sage.
- Cardoso, G., Paisana, M., Pinto-Martinho, A., & Quinsaat, J. (2025). *Digital News Report Portugal 2025*. OberCom. <https://doi.org/10.5281/zenodo.15599071>
- Carvalho, J. R. (2014). Sobre receção e história dos media. In J. R. Carvalho (Org.), *As caixas mudaram o mundo? Usos femininos dos media no Estado Novo* (pp. 19–43). MinervaCoimbra.
- Couldry, N., & Hepp, A. (2018). The continuing lure of the mediated centre in times of deep mediatization: Media events and its enduring legacy. *Media, Culture & Society*, 40(1), 114–117.
- Geers, S. (2020). News consumption across media platforms and content: A typology of young news users. *Public Opinion Quarterly*, 84(S1), 332–354. <https://doi.org/10.1093/poq/nfaa010>

- Halbwachs, M. (1992). *On collective memory*. University of Chicago Press. (Obra original publicada em 1925/1950)
- Kaluža, J., & Prodnik, J. A. (2022). Remembering media and journalism in Socialist Yugoslavia: Oral history interviews with audiences. *Prispevki za Novejšo Zgodovino / Contributions to Contemporary History*, 62(1).
- Klopfenstein Frei, N., Wyss, V., Gnach, A., & Weber, W. (2022). “It’s a matter of age”: Four dimensions of youths’ news consumption. *Journalism*, 25(1), 100–121. <https://doi.org/10.1177/14648849221123385>
- Marôpo, L., & Torres, J. (2022, novembro). O papel das notícias nas culturas digitais de crianças e jovens: Um estudo em contexto português [Comunicação apresentada]. *20º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, Fortaleza, Brasil.
- Meihy, J. C. S. B., & Holanda, F. (2015). *História oral: Como fazer, como pensar*. Contexto.
- Meijer, I. C. (2019). Journalism, audiences, and news experience. In K. Wahl-Jorgensen & T. Hanitzsch (Eds.), *The handbook of journalism studies* (2nd ed., pp. 389–405). Routledge.
- Mihelj, S., & Bourdon, J. (2015). Doing audience history: Questions, sources, methods. *European Journal of Communication*, 30(1), 3–6.
- Moreira, V., Hendrickx, J., & Schapals, A. K. (2026). “Talk to me as a friend!”: How teenagers prefer their newsfluencers on social media. *Journalism and Media*, 7(1), 19. <https://doi.org/10.3390/journalmedia7010019>
- Nazari, Z., Oruji, M., & Jamali, H. R. (2022). News consumption and behavior of young adults and the issue of fake news. *Journal of Information Science Theory and Practice*, 10(2), 1–16. <https://doi.org/10.1633/JISTAP.2022.10.2.1>
- Picone, I. (2017). Conceptualizing media users across media: The case for “media user/use” as analytical concepts. *Convergence*, 23(4), 378–390.
- Radstone, S. (2008). Memory studies: For and against. *Memory Studies*, 1(1), 31–39.
- Ribeiro, A. P. G. (2015). A história oral nos estudos de jornalismo: Algumas considerações teórico-metodológicas. *Contracampo*, 32(2), 73–90.
- Ribeiro, N., & Reis, A. I. (Eds.). (2022). *História do jornalismo radiofônico em Portugal: Dos primeiros noticiários aos anos 90*. Livros ICNOVA.
- Ricoeur, P. (2000). *La mémoire, l’histoire, l’oubli*. Seuil.
- Ritchie, D. A. (1995). *Doing oral history: Practical advice and reasonable explanations for anyone*. Twayne Publishers.
- Rusmann, U., & Hess, A. (2020). News consumption and trust in online and social media: An in-depth qualitative study of young adults in Austria. *International Journal of Communication*, 14, 3184–3201.
- Silveira, P., & Amaral, I. (2018). Jovens e práticas de acesso e de consumo de notícias nos media sociais. *Estudos em Comunicação*, 26(1), 261–280. <https://doi.org/10.20287/ec.n26.v1.a1>
- Sousa, J. P. (2021). *Portugal: Pequena história de um grande jornalismo I. Da manufatura à indústria*. Livros ICNOVA.
- Sousa, J. P. (2022). *Portugal: Pequena história de um grande jornalismo II*. Livros ICNOVA.

- Sousa, J. P., & Azevedo, C. (2026). Memórias da recepção dos meios jornalísticos no início do Estado Novo português: Um estudo com cinco portugueses 84+. *Revista Brasileira de História da Mídia*. (Aceite para publicação)
- Thompson, P. (2008). The voice of the past. In R. Perks & A. Thomson (Eds.), *The oral history reader* (pp. 25–31). Routledge. (Obra original publicada em 1978)
- Torres da Silva, M., & Brites, M. J. (2021). Audiências e jornalismo, uma relação difícil? In J. C. Correia & I. Amaral (Orgs.), *De que falamos quando dizemos “jornalismo”? Temas emergentes de pesquisa*. LabCom.
- Vázquez-Herrero, J., Negreira-Rey, M.-C., & Sixto-García, J. (2022). Mind the gap! Journalism on social media and news consumption among young audiences. *International Journal of Communication*, 16, 3822–3842.

# Do telejornal ao TikTok: práticas e memórias de receção noticiosa de jovens portugueses (18–30) no âmbito do projeto MemNews

Sandra Tuna

Universidade Fernando Pessoa • LabCom

[stuna@ufp.edu.pt](mailto:stuna@ufp.edu.pt)

Elsa Simões

Universidade Fernando Pessoa • LabCom

[esimoes@ufp.edu.pt](mailto:esimoes@ufp.edu.pt)

**Resumo:** A experiência noticiosa das gerações mais jovens ocorre num ecossistema mediático híbrido, onde o jornalismo profissional coexiste com plataformas digitais, algoritmos, *influencers* e conteúdos não jornalísticos. No âmbito do projeto MemNews, este artigo analisa o modo como jovens portugueses (18-30) preferencialmente acedem, interpretam e recordam notícias num contexto marcado pela mediação tecnológica e pela circulação intensiva de informação em rede. Este estudo, qualitativo e exploratório, recorre à metodologia da história oral e da análise discursiva. Baseia-se em 25 entrevistas semiestruturadas gravadas em vídeo e disponibilizadas no canal do projeto. Os participantes, maioritariamente estudantes do ensino superior, bem como trabalhadores de diferentes setores, oferecem um retrato diversificado das práticas informativas desta geração. Os resultados preliminares indicam que o consumo noticioso é fortemente mediado por plataformas (Instagram, TikTok e X), que constituem fontes preferenciais de acesso à atualidade. Muitos entrevistados descrevem práticas onde as notícias surgem de forma não deliberada, através de algoritmos, tendências ou partilhas em rede, coexistindo com conteúdos de opinião e humorísticos. As memórias de acontecimentos marcantes (pandemia de COVID-19, guerras recentes ou episódios de grande visibilidade mediática) revelam uma forte influência da dimensão visual e emocional (proto)típica das plataformas digitais. Observa-se ainda uma percepção crítica quanto à desinformação e à opacidade algorítmica, acompanhada de algum grau de confiança no jornalismo tradicional, que é valorizado pelo rigor, mas raramente procurado de forma ativa. Nesta comunicação discutem-se estas tendências à luz da história oral e reflete-se sobre o impacto do ambiente de plataformas na formação das memórias noticiosas desta geração.

**Palavras-chave:** História oral; receção noticiosa; jovens; análise de discurso; ecossistema digital.

## Introdução

As transformações do panorama mediático, designadamente dos meios de transmissão de notícias, decorrentes das alterações tecnológicas profundas da digitalização, tiveram um impacto visível nas diferentes dimensões da atividade jornalística: o trabalho do jornalista, que é particularmente permeável às transformações tecnológicas; os conteúdos noticiosos, que adquiriram ubiquidade com as novas plataformas, com conteúdos em formatos multimodais e interativos; as estruturas da indústria jornalística; e as relações estabelecidas entre o jornalismo e os seus públicos, que transcendem limitações geográficas, e acessos a fontes de várias localizações (Pavlik, 1999). Uma das alterações fundamentais é a forma como as próprias fontes se convertem em produtores de conteúdos, que passam para os públicos, frequentemente, sem mediação dos jornalistas.

Este visível declínio da imprensa tradicional a favor dos meios eletrônicos, explicável, entre outros fatores, pela possibilidade de uma otimização de custos de produção e a propensão do consumidor para a mudança (Ahers, 2006), torna-se ainda mais evidente em populações mais jovens, que frequentemente apresentam padrões de consumo que assentam num acesso a diferentes fontes e plataformas, numa combinação de meios *online* e *offline*, mas com preferência por meios menos convencionais (Geers, 2020). Porém, os repertórios de consumo de notícias, ou seja, a forma como os jovens utilizam as diferentes plataformas neste ecossistema híbrido, relacionam-se igualmente com preferências a nível de conteúdos, com um eventual impacto nas notícias que passam a fazer parte da memória coletiva deste grupo.

É precisamente na memória do consumo de notícias que se debruça o Projeto MemNews, um projeto de história oral do jornalismo que, através de entrevistas de profundidade, semi-estruturadas, permite aferir as práticas de consumo de notícias e as respetivas memórias noticiosas. Com uma segmentação por grupos etários, permite igualmente analisar distinções geracionais não só nos repertórios e preferências noticiosas, mas também nas tendências dessas rotinas, no caso deste estudo, nas populações jovens. Assente nas premissas da história oral, em que a entrevista constitui o pilar da investigação e o próprio resultado, incluindo a transcrição e interpretação (Abrams, 2016), pretende-se realizar uma análise das entrevistas ao grupo 18-30 anos, de forma a identificar: a) os meios preferenciais de consumo de notícias; b) as alterações reconhecidas nas formas de receção das notícias; c) a relação entre confiança e credibilidade e veículos de notícias; d) memórias e ecossistemas noticiosos.

Assim, com base nas notícias reproduzidas com recurso a ferramentas de transcrição, como o Pinpoint e as ferramentas de transcrição do próprio YouTube, procurar-se-á responder às seguintes questões: i) quais os meios preferenciais no consumo de notícias e de que forma é que se manifestaram alterações neste consumo? ii) quais os meios que merecem a confiança e credibilidade dos jovens consumidores; iii) quais os meios que geraram as principais memórias de notícias?

## 1. Os Jovens e a experiência noticiosa no ecossistema mediático híbrido

O *Digital News Report Portugal 2025* refere o panorama híbrido de consumo de notícias apresentando dados que permitem expor a situação de forma mais objetiva: num cenário mais geral, a televisão mantém-se como o meio de consumo de notícias principal (67% dos portugueses). No entanto, a população mais jovem, que, neste estudo, vai dos 18 aos 24 anos, demonstra uma maior propensão para as fontes digitais, em que 26% utilizam a internet (sem redes sociais) e 24% usam as redes sociais como vias primordiais de acesso a notícias. A rádio e a imprensa revelam-se meios de menor procura de notí-

cias. Relativamente ao consumo de formatos em vídeo, o relatório refere as diferenças geracionais:

O consumo de vídeo noticioso, em particular, é marcado pela segmentação etária, com os mais jovens a preferirem plataformas como Instagram, TikTok e YouTube, enquanto os mais velhos tendem a preferir *websites* de notícias e o Facebook. (DIGITAL NEWS REPORT PORTUGAL 2025, p. 25)

O relativo decréscimo do consumo de notícias em meios tradicionais e a ascensão dos formatos e plataformas digitais, apresentado neste relatório, corrobora o já indicado em estudos anteriores, que apontam este cenário como uma substituição de produto, tendo em conta as mais-valias económicas referentes aos meios eletrónicos (Ahlers, 2006). Porém, os meios tradicionais subsistem e, mesmo reconhecendo a ascensão e surgimento de novas formas e origens no consumo de notícias, é relevante ter em consideração o argumento apresentado pelo European Audiovisual Observatory (2025, p. 9), que sublinha que existe uma diferença estrutural entre os meios tradicionais (como a imprensa, a rádio, a televisão ou os meios digitais nativos) e as plataformas digitais, como as redes sociais ou os serviços de partilha de vídeo. Enquanto as organizações de comunicação social produzem conteúdos e assumem responsabilidade editorial sobre eles, as plataformas *online* funcionam sobretudo como intermediárias, que distribuem conteúdos criados pelos seus utilizadores e que estão, de certa forma, isentas de responsabilidade pelo que é publicado. Assim, quando a informação é obtida principalmente através destas plataformas, não é possível identificar com clareza quais são, na prática, as fontes de informação a que recorrem. Além disso, a facilidade de utilização das novas plataforma e tecnologias, bem como o seu alcance, deu origem à proliferação de vozes e influenciadores no jornalismo, criando as condições para a sua imposição.

Ainda de acordo com este relatório, verifica-se um afastamento dos jovens dos meios tradicionais, e um recurso acentuado às redes sociais como fontes de notícias, apesar de esta não ser a função principal para a qual estas plataformas foram criadas.

### *1.1. Práticas de acesso e consumo de notícias em plataformas digitais e mediação algorítmica*

A transição de uma mediação puramente jornalística para uma personalização algorítmica dominada por plataformas digitais é particularmente visível entre os públicos mais jovens, cujas fontes e hábitos informativos são, como referido acima, predominantemente digitais e móveis (Couraceiro e Paisana, 2024). Isso significa que os jovens se movimentam e consomem notícias num ambiente em que há uma evidente erosão de um espaço de informação coletivo comum, que tem sido substituído por um ecossistema dominado por em-

presas tecnológicas, com espaços informativos mais fragmentados e personalizados, uma tendência amplificada pela inteligência artificial generativa ao permitir experiências altamente personalizadas e a produção de conteúdos únicos para cada utilizador (European Audiovisual Observatory, 2025). Significa também que esta forma de aceder a notícias tem necessariamente um impacto nas notícias que sobressaem e que captam a atenção, bem como as que, devido a essa prevalência, irão constituir memórias noticiosas. Strömbäck et al. (2017) desenvolveram um estudo em que estabeleceram uma relação entre os repertórios de consumo de notícias e a participação política. Neste estudo, estabeleceram categorias que visam caracterizar os diferentes consumidores: os “minimalistas”, utilizadores que consomem poucas notícias, normalmente mais jovens, mas que constituem um grupo alargado; o grupo dos “consumidores de notícias de interesse público”, um pequeno grupo constituído por pessoas mais velhas e que consomem imprensa de qualidade; o grupo dos “consumidores de notícias locais”, também constituído por pessoas mais velhas; o grupo dos “consumidores de notícias de redes sociais”, novamente um grupo mais jovem; e os “omnívoros”, ou seja os consumidores de notícias *online* populares, que consomem notícias de meios comerciais, de interesse público e *online*, ou seja, com consumos de notícias provenientes de uma combinação de meios.

Estas categorias são recuperadas, mas simplificadas por Geers (2020), que explora o consumo dos públicos mais jovens nas várias plataformas, tendo em consideração que este grupo passa mais tempo com notícias que obtém das formas menos convencionais, frequentemente com recurso a um conjunto de plataformas, mais ou menos institucionais. Assim, distingue quatro categorias principais de utilizadores de notícias: os minimalistas, os omnívoros, os tradicionalistas e os utilizadores *online*, concluindo que, apesar de os minimalistas constituírem um grupo que manifesta pouco (ou nenhum) interesse por conteúdos específicos, esta especificidade também é pouco evidente nos omnívoros, que manifestam apetência por todos os conteúdos, sem particularizar. Os tradicionalistas, que ainda recorrem a meios mais convencionais, têm um interesse particular em política (nacional e internacional), sendo que os que consomem notícias exclusivamente *online* demonstram um interesse particular por conteúdos noticiosos mais leves e de entretenimento.

Os resultados evidenciados reforçam a existência de ambientes mediáticos híbridos, em que os jovens são confrontados com diferentes formas de disseminação de notícias, com prevalência dos meios *online*, e que este panorama afeta os seus interesses. Mesmo o acesso *online* direto (*websites* de jornais, aplicações de marcas de notícias) tem sofrido um decréscimo em relação ao consumo indireto (redes sociais, motores de busca) que, em Portugal, se situa nos 85%, o que revela uma tendência para uma dependência algorítmica acentuada, ainda mais significativa entre os jovens (Couraceiro e Paisana, 2024). Estes autores sublinham as alterações no consumo de notícias, referindo-se a novos hábitos de consumo, mais fragmentado e passivo: *news snacking*, ou seja, o uso intensivo de telemóveis favorece o consumo de pequenos fragmentos de notícias ao longo do dia,

muitas vezes como passatempo em momentos de espera; e a atitude *news-finds-me*, em que muitos jovens acreditam que não precisam de procurar as notícias ativamente, pois estas “irão ao seu encontro” através das redes sociais ou partilhas de amigos. Prevalece uma atitude de desinteresse, uma vez que apenas 34% dos jovens portugueses revela um interesse elevado ou extremo em notícias. As notícias são frequentemente vistas como repetitivas, negativas ou desligadas da realidade. Por outro lado, tem-se verificado uma valorização da curadoria editorial, o que inica uma eventual alteração desta situação e/ou uma preocupação com a fidedignidade dos conteúdos consumidos nas redes sociais.

## 2. História oral e estudos da receção mediática

As transformações nos modos de consumo de notícias colocam novos desafios à sua compreensão, exigindo abordagens que permitam captar as práticas, interpretações e significados atribuídos pelos próprios públicos. Neste contexto, a história oral e os estudos da receção mediática assumem particular relevância enquanto perspectivas que privilegiam a experiência dos indivíduos na relação com os *media*. Como referem Carvalheiro e Tomás (2014), as entrevistas possibilitam aceder à teia de memórias das audiências, considerando-se duas dimensões fundamentais: os usos, ou seja, as ações e circunstâncias em que as pessoas utilizam os meios e que permite encarar essas práticas como parte de contextos históricos:

Nesta base, é possível mapear historicamente a atividade das várias audiências em termos de usos individuais, contextos familiares ou reuniões coletivas, assim como em termos de espaços domésticos ou espaços públicos, e ainda considerar o conjunto de interações sociais em que os sujeitos se envolvem enquanto usam os *media*. (Carvalheiro e Tomás, 2014, p. 124)

Por outro lado, referem-se à dimensão da apropriação (simbólica), que contempla a componente interpretativa dos entrevistados relativamente aos textos noticiosos que consomem: “processos reinterpretaivos em que intervêm dados biográficos e simbólicos que são posteriores à receção” (Carvalheiro e Tomás, 2014, p. 125). Não obstante reconhecidos desafios relativamente à metodologia de história oral (Oliveira, 2010), designadamente a influência do conhecimento posterior na reconstrução das memórias, a interferência da relação entre entrevistador e entrevistado na produção do discurso e o facto de a fonte oral ser construída no presente, exigindo o seu cruzamento com outras fontes para validação e contextualização, estes conceitos irão permitir uma análise da forma como o grupo em estudo utiliza os meios noticiosos. Irão também possibilitar uma análise das respetivas circunstâncias de utilização, que contemplam a dimensão social dessa utilização, e o domínio interpretativo não só desses meios, como também das interpretações das memórias criadas.

## *2.1. Memória noticiosa e acontecimentos marcantes*

A memória noticiosa constitui uma dimensão relevante na relação entre públicos e jornalismo. Para além da sua função de retenção de conteúdos, envolve processos de seleção, interpretação e reconstrução do passado a partir do presente. Como sublinha Palacios (2016), a memória não corresponde a um registo neutro dos acontecimentos: há sempre lugar a uma construção dinâmica, condicionada pelas formas de produção e circulação da informação no contexto mediático. Esta perspetiva articula-se com abordagens da história oral, que entendem a memória como uma prática interpretativa situada, marcada pelas experiências e contextos dos sujeitos (Abrams, 2016).

Neste contexto, o jornalismo assume um papel central enquanto produtor de “lugares de memória” (Palacios, 2016), na medida em que seleciona, hierarquiza e reitera acontecimentos, contribuindo, deste modo, para a sua fixação no espaço público. Trata-se, aqui, de uma memória que se apresenta como fragmentada e plural, e que resulta de narrativas concorrentes e da constante reinterpretação dos eventos.

A memória desempenha igualmente uma função narrativa no discurso jornalístico. Ela é mobilizada para contextualizar a atualidade, para estabelecer analogias e reforçar a inteligibilidade dos acontecimentos. Neste sentido, não apenas regista o passado, mas participa ativamente na construção de sentido (Palacios, 2016).

Num contexto digital estas dinâmicas tornam-se ainda mais intensas. A digitalização e os fluxos contínuos de informação potenciam simultaneamente a acumulação e a volatilidade dos registos. Este facto faz com que a memória se torne mais acessível. No entanto, ela fica também mais dependente de lógicas de visibilidade, de repetição e das dinâmicas de circulação em rede. Assim, a identificação de acontecimentos marcantes deve ser entendida à luz destes processos, que condicionam aquilo que é lembrado e a forma como é lembrado.

## **3. Metodologia**

### *3.1. Natureza qualitativa e exploratória do estudo no âmbito da história oral*

Este estudo assenta numa abordagem qualitativa, de natureza exploratória, orientada para a compreensão das memórias associadas ao consumo de notícias em jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos. A opção por uma metodologia qualitativa justifica-se pela necessidade de aceder às experiências subjetivas dos participantes, privilegiando os significados, interpretações e narrativas construídas em torno das suas práticas

de consumo mediático. Esta metodologia permite captar a complexidade dos repertórios de consumo de notícias, bem como as formas como os participantes recordam, selecionam e atribuem relevância a determinados eventos mediáticos, através de entrevistas realizadas e na sistematização dos dados obtidos.

O carácter exploratório do estudo decorre, por sua vez, da ainda limitada investigação centrada nas memórias do consumo noticioso em populações jovens adultas, especialmente num contexto mediático marcado pela fragmentação e pela multiplicidade de plataformas. Pretende-se identificar tendências de consumo de notícias, categorias de eventos noticiosos mais marcantes, critérios de credibilidade e, eventualmente, padrões emergentes, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento neste domínio.

Por fim, o estudo assume um objetivo eminentemente interpretativo, centrando-se na análise dos discursos dos participantes enquanto construções situadas e mediadas pelas suas experiências individuais e contextos socioculturais, ou seja, os usos e apropriações (Carvalho e Tomás, 2014). Esta perspetiva implica reconhecer os desafios inerentes à produção de dados qualitativos, como o carácter retrospectivo das narrativas e a influência do contexto de entrevista, uma circunstância característica dos estudos de história oral. Esta inscreve-se numa abordagem que privilegia a subjetividade, a narrativa e a construção social da memória, reconhecendo que os relatos são produzidos a partir do presente e influenciados por contextos individuais e coletivos.

O recurso à história oral, enquanto abordagem metodológica centrada na recolha de testemunhos individuais, tem como principal instrumento as entrevistas semiestruturadas realizadas aos participantes. Este enquadramento permite aceder às memórias, experiências e significados atribuídos ao consumo de notícias, valorizando a perspetiva dos sujeitos enquanto produtores de sentido.

Assim, entre as principais vantagens desta abordagem, destaca-se a possibilidade de aprofundar dimensões interpretativas e captar experiências dificilmente acessíveis por métodos quantitativos. Por outro lado, existem limitações, já descritas acima, tais como o carácter retrospectivo das narrativas, a influência da relação entrevistador/entrevistado e a necessidade de cruzamento com outras fontes para reforço da validade analítica (Oliveira, 2010).

### *3.2. Caracterização do corpus e dos participantes*

Muito embora inserido num projeto mais amplo, o MemNews, que comporta mais de 100 entrevistas a diferentes grupos etários, este estudo, em particular, centra-se no grupo de jovens dos 18 aos 30 anos, sendo constituído por 25 entrevistas. Relativamente ao perfil dos entrevistados, ele caracteriza-se da seguinte forma:

De uma forma geral, este grupo é composto maioritariamente por jovens adultos nativos digitais, com uma forte ligação ao ensino superior e uma matriz socioeconómica estável.

No que respeita às características demográficas, as idades situam-se entre os 18 e os 26 anos. Esta é uma geração que cresceu durante a democratização da internet e a transição do telemóvel de teclas para o smartphone. No que respeita ao género, existe uma predominância feminina (com o rácio de 18 mulheres para 7 homens).

No que concerne ao percurso académico e profissional, verificou-se que existe uma preponderância de estudantes de Comunicação: cerca de metade dos entrevistados (12 em 25) estuda ou estudou Comunicação Social ou Ciências da Comunicação, frequentemente com especialização em Jornalismo. Há também alguma diversidade de áreas, uma vez que o grupo inclui estudantes e profissionais de áreas como Psicologia, Ciência Política e Relações Internacionais, Gestão, Banca e Contabilidade, História da Arte, Educação Básica e Auxiliar de Veterinária. Em termos de situação profissional, a maioria são estudantes a tempo inteiro, mas o perfil inclui profissionais já inseridos no mercado, como uma jornalista, um bancário e uma técnica de recursos humanos.

Sobre a origem geográfica, salienta-se que os entrevistados se dividem principalmente entre a Região Autónoma da Madeira (7 jovens) e Portugal Continental, principalmente do Porto, Lisboa, Setúbal e Gaia. Alguns possuem experiências internacionais relevantes, que moldaram a sua visão crítica sobre o jornalismo, quer por terem residido noutros países, como Brasil, Suíça e China (Macau), quer através de programas Erasmus e intercâmbios, em locais como Paris, Praga, Toronto e Bulgária.

No que se refere ao contexto socioeconómico e familiar, trata-se de um grupo que, na sua maioria, descreve o seu ambiente familiar como privilegiado ou de classe média, com acesso facilitado a recursos educativos e culturais. Os pais desempenham um papel de “modelos informativos”, com profissões que variam entre professores, gestores, engenheiros, funcionários públicos e carpinteiros.

Em suma, o perfil médio do entrevistado é um jovem de 20 anos, universitário, com estabilidade económica, que respeita o jornalismo tradicional herdado da família, mas que utiliza as redes sociais como a sua ferramenta diária de monitorização do mundo.

### *3.3. Recolha, transcrição e tratamento do material*

As entrevistas foram realizadas maioritariamente num ambiente controlado, o estúdio de Televisão da UFP e de outras universidades envolvida no projeto, e, em alguns casos, em locais preparados para o efeito pelos entrevistadores por questões de conveniência.

Os inquiridos foram informados dos procedimentos, assinaram o respetivo consentimento informado e as entrevistas foram posteriormente editadas e disponibilizadas no *website* do projeto MemNews.

Para efeitos deste estudo, utilizaram-se as transcrições, realizadas, como descrito acima, com recurso ao Pinpoint e às ferramentas de transcrição do YouTube. Depois de estabelecidos os objetivos e as questões de investigação referentes a este estudo, criaram-se categorias de análise, designadamente: meios de consumo de notícias, eventos noticiosos marcantes e respetivas fontes de informação, e fatores de confiança e credibilidade. Estas categorias permitiram uma identificação destes três critérios de análise com recurso à ferramenta de IA do NotebookLM. A partir dessa identificação, criaram-se tabelas, a partir das quais se realizou uma análise com vista à extração de informação e inferências que nos permitiram apresentar algumas conclusões preliminares.

### *3.4. Análise das entrevistas*

A análise das entrevistas baseou-se numa abordagem de natureza discursiva, orientada para a identificação de padrões de sentido nos relatos dos participantes. Inspirada nos estudos do discurso, designadamente, de análise textual do discurso (ATD), esta análise privilegiou não apenas o conteúdo das respostas, mas também as formas como os participantes constroem e organizam as suas narrativas em torno do consumo de notícias. Através de um ciclo que envolve a unitarização (desconstrução do texto em unidades de sentido) e a categorização do conteúdo das entrevistas (Moraes e Galiuzzi, 2006), procedeu-se à respetiva análise por forma a extrair informação sobre os hábitos e memórias do consumo de notícias do grupo em estudo.

Com o intento de responder às perguntas de partida:

- 1) quais os meios preferenciais no consumo de notícias e de que forma é que se manifestaram alterações neste consumo?;
- 2) quais os meios que merecem a confiança e credibilidade dos jovens consumidores;
- 3) quais os meios que geraram as principais memórias de notícias?

foram definidas categorias de análise a partir de dimensões recorrentes nos discursos, nomeadamente a menção a fontes de consumo noticioso, a recordação de eventos mediáticos impactantes e as perceções de credibilidade e confiança na informação. Estas categorias permitiram estruturar a sistematização dos dados, incluindo a construção de tabelas e gráficos que evidenciam padrões de ocorrência e recorrência.

O foco analítico centrou-se, assim, nas práticas narradas e nas representações construídas pelos participantes, procurando compreender de que forma os indivíduos atribuem significado às suas experiências mediáticas e como articulam memória, consumo e avaliação da informação.

## 4. Análise das entrevistas e discussão

### 4.1. As diferentes plataformas

#### 4.1.1. Plataformas digitais como fontes preferenciais de informação

Esta tabela apresenta a forma como os jovens portugueses entrevistados transitaram da televisão e do jornal em papel para o telemóvel e as redes sociais. Destaca o papel das memórias familiares (como o telejornal ao jantar) como base do interesse informativo e a forma como a vida académica e profissional refinou o seu sentido crítico em relação a fenómenos como as *fake news* e os algoritmos das redes sociais.

**Tabela 1.** Meios de Consumo de Notícias: Panorama Geral (25 Entrevistados)

| Entrevistado(a) | Consumo Atual (Foco Digital e Híbrido)                               | Hábitos e Memórias de Infância/Juventude                       |
|-----------------|----------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|
| Entrevistado 1  | Telemóvel, Redes Sociais, YouTube (G1), Streaming.                   | Televisão (Jornal Nacional ao almoço).                         |
| Entrevistado 2  | Instagram (Ocorrências da Madeira), Canal Now online.                | Jornal físico (pai), TV (zapping), Globo News.                 |
| Entrevistado 3  | Assinatura digital (Observador), Podcasts, Jornal papel (em Paris).  | Televisão, Rádio (TSF no carro do avô).                        |
| Entrevistado 4  | Internet, Instagram, TV (SIC por hábito).                            | Televisão ao jantar, revistas em locais públicos.              |
| Entrevistado 5  | TikTok, Instagram, Newsletters (Substack), YouTube.                  | TV (SIC Notícias), rádio (avó), jornais em cafés.              |
| Entrevistado 6  | Instagram (Jornal da Madeira), Newsletter Público, TV (RTP Madeira). | TV (casa dos tios), rádio no carro, jornais regionais no café. |
| Entrevistado 7  | TikTok, Instagram, WhatsApp (status), Podcasts, TV (TVI).            | TV em família (refeições), rádio, jornais físicos.             |
| Entrevistado 8  | App Expresso (assinatura), Instagram, Rádio (RFM), TV (SIC).         | TV (pós-desenhos animados), jornal Expresso (pai).             |
| Entrevistado 9  | Apps (Expresso, Público, DN), Instagram, RTP1.                       | TV, Rádio (Comercial/TSF), Expresso papel (avó).               |
| Entrevistado 10 | Podcasts (Expresso da Manhã), Financial Times online, TV.            | TV (com avós/pais), JN e O Jogo (papel), Antena 1.             |
| Entrevistado 11 | Instagram, Facebook, Jornal da Madeira online.                       | Rádio (carro/fazenda), TV (barulho de fundo), Jornais (pai).   |
| Entrevistado 12 | Influenciadores (TikTok/Instagram), Jornal da Madeira online.        | TV (jantar), jornais no café.                                  |

| Entrevistado(a) | Consumo Atual (Foco Digital e Híbrido)                           | Hábitos e Memórias de Infância/Juventude                        |
|-----------------|------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|
| Entrevistado 13 | Internet, Revistas (viagem), Público online, TV (RTP Madeira).   | TV (RTP Madeira), Diário de Notícias (pai), jornais gratuitos.  |
| Entrevistado 14 | Financial Times, Zap online, LinkedIn, Podcasts.                 | TV (SIC na cozinha), jornais (JN/Expresso), rádio (mãe).        |
| Entrevistado 15 | Instagram (principal), Rádio (RFM/Comercial), TV (SIC Notícias). | Rádio (casa/carro), TV às refeições, jornal do avô.             |
| Entrevistado 16 | Sites de jornais, Instagram, Twitter (passado), Google.          | TV (casa dos avós), rádio (segmentos), revistas (Sábado/Caras). |
| Entrevistado 17 | Podcasts (Observador/Eixo do Mal), Instagram, SIC Notícias.      | TV (minuto verde/caso Sócrates), Público (pai), revistas.       |
| Entrevistado 18 | Instagram (feeds), TV (SIC ao fim de semana).                    | TV (canais nacionais), rádio (carro), jornais na café.          |
| Entrevistado 19 | Google News (aba telemóvel), Instagram, Rádio.                   | TV (SIC/RTP1 nas refeições), jornal de domingo (avô).           |
| Entrevistado 20 | Profissional (SIC), Online (The Guardian, Público, NYT).         | TV (avós), Jornais (JN/O Jogo), rádio (conveniência).           |
| Entrevistado 21 | Instagram (principal), TV (TVI no jantar), Rádio.                | TV sempre ligada, RFM, jornais na praia (avô).                  |
| Entrevistado 22 | Instagram (RTP/jornalistas), Computador (Sport TV/Eleven).       | TV (comentar no telejornal), rádio no carro.                    |
| Entrevistado 23 | Sites diretos, Instagram, Facebook, TV ao jantar.                | TV (telejornal vs desenhos animados), Expresso papel (pai).     |
| Entrevistado 24 | Instagram (TVI, SIC, Observador), TV (RTP, SIC, TVI).            | Telejornal (momento de família), Rádio comercial.               |
| Entrevistado 25 | App CNN, Podcasts (FFMS, Despolariza), TV (SIC, RTP1).           | TV (sempre ligada), Rádio (M80, Comercial), jornal férias.      |

O consumo de notícias é dominado por plataformas digitais, caracterizadas pela rapidez e portabilidade:

- I. O smartphone/telemóvel é um dispositivo central, pois é o principal portal de acesso à informação para quase todos os participantes. A sua conveniência permite o acompanhamento “minuto a minuto” da atualidade. Como refere Entrevistado 1: “hoje em dia eu já consumo mais no celular, nas redes sociais, ao invés de assistir na TV mesmo”.
- II. O Instagram e o TikTok refletem um imediatismo visual. O Instagram surge como a rede social mais citada para o consumo de notícias, sendo utilizado tanto para seguir órgãos oficiais como para ver títulos rápidos no *feed*. O TikTok capta um interesse crescente pela capacidade de transmitir notícias através de vídeos curtos e apelativos, embora muitas vezes consumidos via influenciadores. Nas palavras de Entrevistado 5, que utiliza o TikTok pela rapidez e estratégia de vídeos curtos: “acho que o mais rápido de acessar as notícias é, sem dúvida, o TikTok... vídeos curtos e chamativos... acaba por me prender mais”.

- III. As aplicações e *sites* diretos têm maiores índices de credibilidade, sendo que vários entrevistados utilizam aplicações específicas de jornais de referência, tais como o *Expresso*, *Público* ou *CNN*, para obter informação mais aprofundada e notificações de “última hora”. O Google News também é uma ferramenta frequente de agregação de conteúdos. Como refere Entrevistado 25, que valoriza o acesso instantâneo via App, “tenho uma aplicação instalada da CNN onde consigo ler os títulos das notícias e rapidamente com o clique consigo entrar a ler a notícia toda”.
- IV. Os *podcasts*, igualmente associados a um consumo de conveniência, revelam como o formato áudio é valorizado para aproveitar tempos mortos, como deslocações para o trabalho ou universidade, com destaque para resumos diários como o “Expresso da Manhã”. Conforme explica Entrevistado 10, “O principal meio é um *podcast* chamado Expresso da Manhã”. De forma idêntica Entrevistado 25 refere que ouve *podcasts* de política como os da “Fundação Francisco Manuel dos Santos” e o “Despolariza”.

#### 4.1.2. Meios híbridos: A televisão e a rádio

Estes meios ocupam um lugar intermédio, dependendo de contextos específicos e rotinas herdadas.

- I. A televisão, frequentemente associada a um hábito familiar durante as refeições, embora muitos jovens a considerem “ruído de fundo”, continua a ser vista como um selo de credibilidade para confirmar notícias vistas *online*. Como refere Entrevistado 4, “tínhamos muito o hábito de jantar a ver as notícias. Era uma espécie de tradição”. Entrevistado 24 refere-se ao telejornal noturno como o momento principal de consumo de notícias: “principalmente à noite, por ser esse momento de família”.
- II. A rádio é um meio cujo consumo é quase exclusivamente limitado ao tempo passado no carro, sendo o meio preferencial para quem conduz para a faculdade ou trabalho. Fora desse contexto, a rádio perde expressão em relação ao *streaming* de música: a rádio é uma memória e um hábito de viagem; “a rádio também teve presente, mas só nas viagens de carro” (Entrevistado 23).

#### 4.1.3. Meios menos utilizados: o declínio do analógico

Alguns suportes tradicionais e plataformas digitais mais antigas perderam relevância para esta geração.

- I. O consumo de notícias na imprensa em suporte de papel (jornais e revistas físicas) é residual. A maioria dos entrevistados apenas folheia jornais em cafés ou através de exemplares que os pais e avós trazem para casa. O formato físico é frequentemente visto como “confuso” ou pouco prático, tal como refere Entrevistado 5: “papel nada, só tudo no digital. Sou muito ecológica”. Entrevistado 2 recorda o pai a ler o jornal físico, mas menciona que ele próprio “deixou de subscrever... até nunca mais ia ler o jornal”.
- II. As redes sociais Facebook e Twitter/X apresentam um declínio. Embora alguns ainda utilizem o Facebook por hábito ou o Twitter para discussões políticas rápidas, nota-se um abandono progressivo destas redes devido à perceção de toxicidade ou desinteresse. A este respeito, Entrevistado 16 declara que decidiu abandonar o Twitter (X) recentemente: “apaguei-o para aí há um mês ou dois... influencia muito o pensamento. Causa muita ansiedade”
- III. Relativamente a revistas de especialidade, verifica-se que consumo de revistas informativas (como a Visão ou Sábado) é muito pontual, muitas vezes associado a memórias de infância ou leitura em salas de espera e transportes.

O perfil de consumo destes 25 entrevistados revela um consumo noticioso digital e fragmentado. O meio mais utilizado é o *smartphone* (via redes sociais e apps), que substituiu a primazia da televisão. O meio menos utilizado é o jornal em papel, que sobrevive apenas como um símbolo de prestígio ou curiosidade ocasional. A televisão e a rádio mantêm-se relevantes apenas quando integradas em rotinas específicas (refeições e condução).

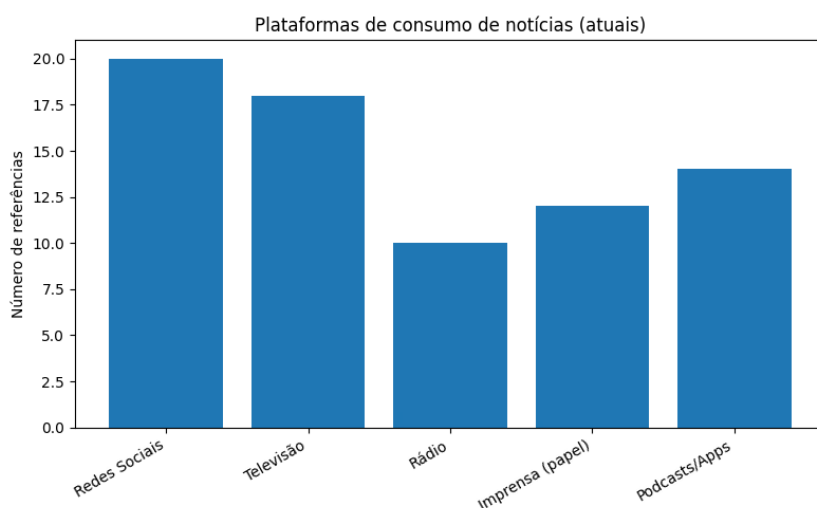


Figura 1. perfil de consumo dos 25 entrevistados relativamente às plataformas utilizadas

4.2. *Percepções e memórias*

4.2.1. *Memórias sobre jornalismo, credibilidade e desinformação*

A reflexão sobre a credibilidade da informação contemporânea entre os jovens adultos revela uma transição complexa entre o legado da confiança institucional e a vigilância crítica perante o ecossistema digital. Esta dualidade manifesta-se através de uma confiança residual no jornalismo profissional, que contrasta com um ceticismo profundo em relação à lógica das redes sociais.

Tabela 2. Influência das memórias de infância na confiança atual

| Dimensão da Influência                                  | Memórias e Rituais de Infância                                                                        | Impacto na Confiança e Atitude Atual                                                                                                                       | Entrevistados Representativos                                     |
|---------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|
| O Ritual como Selo de Credibilidade                     | Ver o telejornal em família como um “horário sagrado” durante as refeições.                           | Mantém a televisão e as marcas tradicionais como o porto de abrigo informativo em que mais confiam, em detrimento do digital.                              | Entrevistado 24, Entrevistado 4, Entrevistado 13.                 |
| Modelos de Autoridade Familiar                          | Ver pais e avós a ler jornais físicos (Expresso, JN) ou a ouvir rádio (TSF, Antena 1).                | Associam as marcas consumidas pelos ascendentes a fontes sérias e de prestígio, replicando frequentemente as assinaturas digitais dessas marcas.           | Entrevistado 3, Entrevistado 9, Entrevistado 10, Entrevistado 14. |
| Da Ingenuidade ao Espírito Crítico                      | Percepção da notícia na infância como uma “verdade absoluta” e inquestionável.                        | A transição para a idade adulta e a formação académica transformaram a ingenuidade em confiança vigiada, onde se cruzam fontes para detetar fake news.     | Entrevistado 7, Entrevistado 25, Entrevistado 21.                 |
| Desencantamento e Ceticismo                             | Memória do ritual de “absorção” de notícias pelo pai (jornal à porta às 6h).                          | O conhecimento atual sobre o modelo de negócio do jornalismo (luta por cliques e audiências) gera uma profunda desconfiança em relação ao sensacionalismo. | Entrevistado 2, Entrevistado 20.                                  |
| Apego ao Serviço Público                                | Consumo de canais públicos (RTP) em casa dos avós como referência constante.                          | Identifica a RTP como a fonte mais isenta e credível por ser pública e menos dependente de interesses económicos ou sensacionalismo.                       | Entrevistado 9, Entrevistado 13, Entrevistado 3.                  |
| Conexão Emocional com “Rostos dos meios de comunicação” | Identificação visual e auditiva com pivôs específicos desde criança (ex: Rodrigo Guedes de Carvalho). | As figuras de referência criam um sentimento de segurança e autoridade, funcionando como validadores da informação recebida.                               | Entrevistado 9, Entrevistado 14, Entrevistado 21.                 |

As memórias de infância desempenham um papel fundamental na construção da confiança atual destes jovens no jornalismo, funcionando como uma base de credibilidade que, embora muitas vezes questionada na idade adulta, mantém as marcas tradicionais (RTP, SIC, TVI, Expresso) como os seus principais portos de abrigo informativo:

*i. Confiança no jornalismo ancorada na tradição familiar*

A confiança destes jovens no jornalismo está, na sua maioria, ancorada em memórias de infância e rituais familiares, como o telejornal à hora de jantar, que era visto como uma “verdade absoluta”. Atualmente, embora mantenham uma confiança institucional em órgãos de referência (como a RTP, SIC ou Expresso), esta é uma confiança vigiada. Os entrevistados reconhecem que o jornalismo pode ser influenciado por interesses económicos, agendas políticas ou pela luta por audiências: Entrevistado 2 recorda o pai a buscar o jornal à porta todas as manhãs como um ritual de “absorção”, mas hoje é extremamente desconfiado por perceber que as notícias são também um “negócio” com agendas ideológicas, algo que não percecionava em criança. Mesmo os jovens mais críticos, como Entrevistado 8 ou Entrevistado 15, tendem a confiar em jornalistas e instituições de “grande nome” ou com “história”, nomes que já ouviam em casa quando eram pequenos.

Por outro lado, o serviço público, como a RTP, é frequentemente citado como a fonte mais credível por ser um canal público e estar presente nas memórias de infância em casa dos avós, sendo vista como mais isenta e menos dependente de sensacionalismo.

No entanto, os jornalistas profissionais ainda são vistos como atores éticos e necessários para filtrar a realidade e mediar a informação, ao contrário de influenciadores que muitas vezes não citam fontes. A identificação visual e auditiva com pivôs (como Rodrigo Guedes de Carvalho ou Clara de Sousa) cria uma ligação de proximidade e autoridade que remete para a infância e gera segurança no recetor.

Entrevistado 7 admite que, na infância, o que era transmitido na televisão era visto como uma “verdade absoluta”. Esse hábito de ver o telejornal ao jantar, descrito por Entrevistado 24 como um “horário sagrado”, cria uma confiança residual nos meios televisivos que persiste até hoje, sendo preferidos ao jornalismo da web.

Os modelos de autoridade, no contexto familiar também influenciam essa credibilidade. Assim, ver pais e avós a ler jornais físicos (como o *Jornal de Notícias* ou o *Expresso*) ou a ouvir rádio no carro incutiu a ideia de que esses meios são fontes sérias. Entrevistado 10, por exemplo, associa a sua confiança atual na SIC e na RTP ao facto de os seus avós e pais consumirem esses canais desde a sua infância.

## *ii. Ceticismo em Relação às Redes Sociais*

Existe uma consciência aguda de que as redes sociais são veículos de desinformação e *fake news*, motivadas pela procura incessante de envolvimento e lucro. Os inquiridos manifestam um ceticismo crescente face aos algoritmos, que acusam de criar “bolhas de informação” que apenas reforçam as suas crenças anteriores em vez de oferecerem um panorama neutro do mundo. Este ceticismo leva a que muitos utilizem as redes apenas para o consumo de títulos rápidos, sentindo a necessidade imediata de cruzar essa informação com *sites* oficiais ou ferramentas de *fact-checking* para confirmar a sua veracidade. Entrevistado 24 relata um “choque de realidade” nas eleições americanas: o seu Instagram e a sua rede de amigos indicavam que Kamala Harris ganharia, mas a vitória de Trump provou como ela estava presa numa bolha de informação que apenas reforçava as suas crenças: “Uhum. E quando o Trump ganhou, foi um choque de realidade”. Entrevistado 3 tomou a medida drástica de desinstalar as redes sociais (exceto o LinkedIn) por sentir que o que consumia era controlado por “engenheiros numa sala” e que isso prejudicava o seu sentido crítico.

## *iii. Meios tradicionais vs. Plataformas: Credibilidade vs. Conveniência*

A comparação entre os meios tradicionais e as plataformas digitais é marcada pela tensão entre autoridade e comodidade/conveniência. Assim, os meios tradicionais (TV, Rádio, Papel) são associados à credibilidade histórica e ao aprofundamento das notícias.

As plataformas digitais são formas preferenciais devido ao imediatismo e portabilidade, permitindo o acompanhamento minuto a minuto. Contudo, os entrevistados notam que o papel mediador do jornalismo tradicional está a ser enfraquecido, uma vez que as plataformas permitem que figuras públicas comuniquem diretamente com as massas sem qualquer escrutínio jornalístico, o que consideram perigoso para a democracia.

Entrevistado 5 usa o TikTok pela rapidez e pelos vídeos curtos e chamativos, mas, por ser “muito desconfiada”, vai sempre confirmar a informação em *sites* de referência como o *Expresso* ou o *Diário de Notícias*. Entrevistado 25 destaca a conveniência: no secundário via notícias uma vez por dia na TV, mas hoje utiliza uma app da CNN para ler títulos “minuto a minuto”.

Em suma, embora os jovens reconheçam que o jornalismo mudou (tornando-se mais sensacionalista e focado em tragédias do que no passado), a matriz de confiança está ancorada nos hábitos herdados da família, que servem de filtro para distinguir o “jornalismo sério” da desinformação *online*.

4.2.2. Memórias sobre acontecimentos marcantes

Com base nos testemunhos recolhidos nas entrevistas, os eventos mais recordados pelos participantes dividem-se entre crises globais de saúde, conflitos geopolíticos, tragédias de grande escala e a morte de figuras públicas.

Tabela 3. Memórias de eventos

| Categoria do Evento        | Notícia ou Evento Específico                                                 | Entrevistados que Recordaram (Citações)                                                                                                                                                                                |
|----------------------------|------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Crises Globais de Saúde    | Pandemia de COVID-19                                                         | Entrevistado 2, Entrevistado 4, Entrevistado 6, Entrevistado 7, Ciro, Entrevistado 9, Entrevistado 11, Entrevistado 14, Entrevistado 15, Entrevistado 17, Entrevistado 24, Entrevistado 25.                            |
| Conflitos e Geopolítica    | Guerra na Ucrânia                                                            | Entrevistado 3, Entrevistado 4, Entrevistado 5, Entrevistado 6, Entrevistado 8, Entrevistado 9, Entrevistado 10, Entrevistado 15, Entrevistado 16, Entrevistado 19, Entrevistado 21, Entrevistado 23, Entrevistado 24. |
|                            | Conflito Israel-Palestina / Irão                                             | Entrevistado 3, Entrevistado 16, Entrevistado 19, Entrevistado 20, Entrevistado 24.                                                                                                                                    |
|                            | Eleições (Donald Trump / EUA)                                                | Entrevistado 3, Entrevistado 10, Entrevistado 13, Entrevistado 14, Entrevistado 22, Entrevistado 24, Entrevistado 25.                                                                                                  |
| Tragédias e Desastres      | Inundações na Madeira (20 de fevereiro)                                      | Entrevistado 13, Entrevistado 18.                                                                                                                                                                                      |
|                            | Ataques Terroristas (9/11 e Paris)                                           | Entrevistado 1, Entrevistado 18, Entrevistado 25.                                                                                                                                                                      |
|                            | Incêndio na Boate Kiss (Brasil)                                              | Entrevistado 1.                                                                                                                                                                                                        |
|                            | Tsunami de 2004                                                              | Entrevistado 17.                                                                                                                                                                                                       |
|                            | Atentado na Univ. de Ciências (Lisboa)                                       | Entrevistado 13.                                                                                                                                                                                                       |
| Figuras Públicas / Social  | Morte de Celebridades (Matthew Perry, Liam Payne, Michael Jackson, Maradona) | Entrevistado 5, Entrevistado 23, Entrevistado 20, Entrevistado 22.                                                                                                                                                     |
|                            | Morte de Pinto da Costa / Jorge Nuno                                         | Entrevistado 20, Entrevistado 22.                                                                                                                                                                                      |
|                            | Desaparecimento de Madeleine McCann                                          | Entrevistado 10, Entrevistado 20.                                                                                                                                                                                      |
| Crises e Política Nacional | Caso José Sócrates / Corrupção                                               | Entrevistado 13, Entrevistado 17.                                                                                                                                                                                      |
|                            | Crise do FMI / Troika (2008-2011)                                            | Entrevistado 17, Entrevistado 25.                                                                                                                                                                                      |
| Eventos Recentes           | Apagão Elétrico (recentemente citado)                                        | Entrevistado 9, Entrevistado 14, Entrevistado 19.                                                                                                                                                                      |
|                            | Queda do Governo / Orçamento                                                 | Entrevistado 15, Entrevistado 20.                                                                                                                                                                                      |

A elevada preponderância das memórias relacionadas com conflitos e geopolítica é claramente visível na Fig. 2 abaixo:

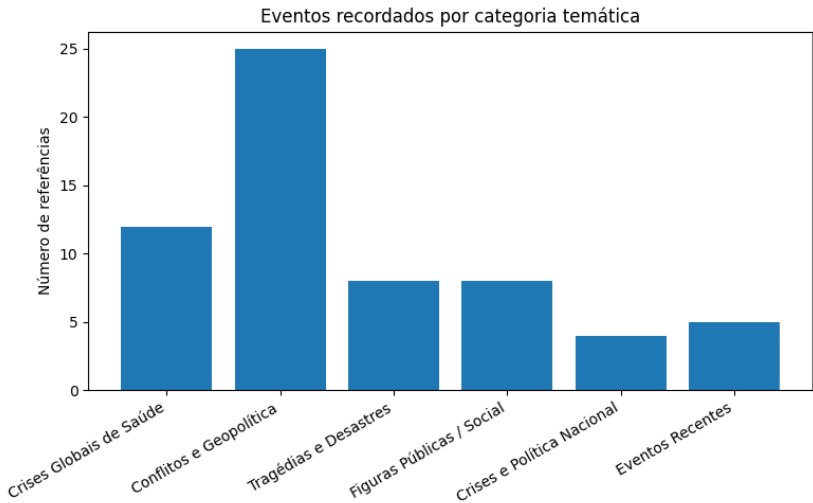


Figura 2. Eventos que evocaram maior número de recordações (por categoria temática)

A Pandemia de COVID-19 e a Guerra na Ucrânia são os eventos mais transversais, recordados tanto pelo impacto direto nas rotinas (quarentena) como pela exposição intensiva a imagens chocantes na televisão e redes sociais.

Sobre a Pandemia, verifica-se que é recordada pelo seu impacto nas rotinas e pelo sentimento de incerteza e medo. Entrevistado 8 refere: “Para mim o COVID foi talvez das notícias mais tenebrosas que recebi... ficámos com a vida suspensa e todos os dias acompanharmos o número de mortos... o número de casos a aumentar”. Relatos idênticos surgem de outros entrevistados, como Entrevistado 24: “Foi um momento em que estávamos todos em casa e desconhecíamos muito daquilo que se passava... foi um momento muito assustador”; Entrevistado 9: “Tínhamos o noticiário sempre ligado na televisão a ver os supermercados a ficarem vazios... era logo algo que nos dava ansiedade” e Entrevistado 2: “Foi aqui que houve a tal separação entre eu ver as notícias como uma utilidade pública e comecei a perceber que as notícias eram, na verdade, e são um negócio”.

Relativamente à Guerra na Ucrânia, este conflito é recordado pelo imediatismo visual das “últimas horas” e pela proximidade emocional. Veja-se o relato de Entrevistado 3: “Lembro-me de estar no ginásio... olhar para o lado e ver, em primeira mão... aqueles títulos mais americanizados, dizer Breaking News... Rússia invade oficialmente a Ucrânia”, bem como de Entrevistado 15: “Recordo-me de falarmos muito, ir para a escola e estar toda a gente a falar do mesmo... eu lembro-me que eu fiquei assustada porque é algo que não estava à espera”, e de Entrevistado 23: “No secundário recebi uma colega

ucraniana na escola... essa notícia que se calhar parecia tão longínqua começou a fazer parte da minha realidade”.

Outros eventos, pela proximidade geográfica, impactaram os entrevistados da Madeira, designadamente as inundações de 2010, que constituem um marco de memória coletiva e familiar. Para os entrevistados madeirenses, este é um marco de tragédia regional. Entrevistado 13 refere: “Quando houve o 20 de Fevereiro... houve propagação da informação, só que eles também tentaram ocultar um pouco quantos mortos tinham sido”, tal como Entrevistado 18: “Lembro-me bastante eles [pais] falarem... daquela tragédia aqui na Madeira... principalmente na altura do inverno, muitas vezes dava nas notícias a relembrar”.

Já para os estudantes em Lisboa, o alerta de atentado na Faculdade de Ciências foi citado como um momento de consumo de notícias por proximidade física. Entrevistado 13: “O atentado à Universidade de Ciências que ficava mesmo atrás da minha... foi os primeiros dias intensos de tentar ver se acontecia mais alguma coisa”.

As notícias relacionadas com figuras públicas ocupam também os relatos de memórias noticiosas. Particularmente, a morte de celebridades ou figuras influentes gera picos de consumo informativo nas redes sociais. Vejam-se os relatos de Entrevistado 5: “O que mais me chocou foi, claramente, a morte de um ator, que foi o Matthew Perry... como eu tenho um afeto pela série [Friends], essa notícia bateu muito mais forte”; de Entrevistado 23: “A morte do cantor Liam Payne... causou um impacto gigante... o meu Instagram foi bombardeado com essa notícia, toda a gente a partilhar nas InstaStories” e de Entrevistado 20: “Lembro-me de quando o Michael Jackson morreu... lembro-me da foto dele no Jornal de Notícias ser assustadora e foi uma coisa que me impactou”.

As crises e a política nacional/internacional geram também memórias noticiosas, em especial eventos de corrupção ou eleições globais, que são recordados como momentos de despertar para a cidadania. Entre outros, a memória de notícia de José Sócrates, referida por Entrevistado 17: “Na fase do José Sócrates aquilo parecia que era todos os dias sempre à volta daquele tema... falavam de quem é que estava no governo, escândalos, corrupção”. Já Entrevistado 14 refere: “Tenho esta memória vivida da primeira vez que o Trump foi eleito... foi quando eu fui mais atrás e perguntar aos meus pais... e lembro até que chorei”.

São de salientar igualmente a memórias relacionadas com interesses pessoais, tais como o consumo de notícias de desporto (futebol, transferências de jogadores, Fórmula 1), referidas por Entrevistado 22 e Entrevistado 10.

A consciência histórica do 25 de Abril é frequentemente mencionada, não como memória vivida, mas como um evento aprendido e reforçado anualmente pela cobertura mediática e celebrações.

## Conclusões

Os resultados evidenciam uma transformação significativa nos modos de consumo de notícias entre os jovens adultos, marcada pela centralidade das plataformas digitais e pela emergência de repertórios híbridos. Vão ao encontro dos dados coligidos nos relatórios aqui mencionados, do *European Audiovisual Observatory*, 2025, e do Obercom, 2025, bem como os estudos que apontam para estas tendências (Ahlers, 2006; Geers, 2020; Strömbäck et al., 2018). Apesar desta transição, mantém-se uma valorização dos órgãos de comunicação social tradicionais enquanto principais referências de credibilidade e validação da informação. As memórias mediáticas revelam a persistência de práticas associadas à televisão, à rádio e à imprensa, evidenciando a importância dos contextos familiares na formação dos hábitos informativos.

Permitem, de certa forma, responder às questões colocadas, designadamente relativamente aos i) Meios preferenciais e alterações no consumo, sendo que, atualmente, os meios preferenciais são o telemóvel, a internet e as redes sociais, com destaque para o Instagram e o TikTok, que oferecem imediatismo e conveniência. As principais alterações manifestam-se na transição de um consumo passivo e coletivo da televisão e do jornal físico (frequentes na infância) para um consumo individual, fragmentado e digital através de aplicações, *newsletters* e *podcasts*. A televisão resiste sobretudo como um hábito familiar durante a hora de jantar.

Relativamente à ii) Confiança e credibilidade, verificou-se que são depositadas maioritariamente nos órgãos de comunicação tradicionais e marcas estabelecidas, como a RTP, SIC, Expresso e Público, em detrimento de conteúdos gerados exclusivamente para redes sociais. Os canais públicos são mencionados como fontes mais isentas e confiáveis, associados ao serviço público. Embora desconfiem do sensacionalismo e dos algoritmos, os jovens confiam no trabalho dos jornalistas profissionais para validar a informação e combater a desinformação.

Sobre a terceira questão, iii) Meios que geraram as principais memórias, a televisão é o meio que mais gerou memórias de notícias, estando associada a rituais de infância e ao impacto visual de grandes eventos como a Pandemia de COVID-19 ou a Guerra na Ucrânia. A rádio também é uma fonte de memória significativa, ligada às viagens de carro com pais ou avós durante a juventude. Adicionalmente, o jornal em papel surge nas recordações através dos hábitos de leitura de ascendentes masculinos (pais e avós).

Os acontecimentos identificados como mais impactantes pelos entrevistados são dominados por crises globais de saúde e conflitos geopolíticos, com especial destaque para a Pandemia de COVID-19, recordada pelo sentimento de medo e pelas rotinas de isolamento, e a Guerra na Ucrânia, que marcou os jovens pela proximidade e pelo fluxo constante

de imagens de violência. No contexto nacional e regional, as memórias centram-se em casos de corrupção e crises políticas, como o processo de José Sócrates e a intervenção da Troika, e, para os residentes na Madeira, a tragédia das inundações de 20 de fevereiro de 2010. Eventos de grande repercussão mediática, como o desaparecimento de Madeleine McCann, as eleições de Donald Trump e a morte de figuras públicas de renome, surgem também como marcos que geraram reações emocionais e consumo informativo intenso. Por fim, o apagão elétrico recente em Portugal é destacado como um momento de incerteza que sublinhou a importância da rádio e da credibilidade das fontes oficiais.

Relativamente aos repertórios de consumo de notícias, trata-se de um grupo muito homogêneo, na medida em que possui qualificações académicas substanciais, por um lado, e com uma formação que os predispõe para a atenção a notícias. De acordo com Strömbäck (2018) e Geers (2020), corresponderiam, numa análise geral, ao grupo dos omnívoros e dos consumidores digitais. Porém, a natureza da própria entrevista, que se debruça sobre o que recordam, e não sobre se consomem notícias, predispõe os entrevistados para tecerem comentários sobre o consumo noticioso e não sobre a sua (eventual) ausência. Mesmo com um interesse por notícias, reconhecendo a maior credibilidade dos meios tradicionais, este grupo reflete os hábitos peculiares desta transição nas formas de consumo de notícias, incluindo o *news snacking* (Couraceiro e Paisana, 2024) e confirmando a conveniência dos meios digitais.

## Referências bibliográficas

- Abrams, L. (2016). *Oral history theory* (2<sup>nd</sup> ed). Routledge.
- Ahers, D. (2006). News consumption and new electronic media. *The International Journal of Press/Politics*. 11(1), 29-52.
- Carvalho, J., & Tomás, D. (2014). Receção mediática e história oral: Operárias da Covilhã no Estado Novo. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*. 2(1), 123-143.
- Council of Europe, European Audiovisual Observatory. (2025). *News media, pluralism and journalism in the digital age*. <https://rm.coe.int/iris-2025-news-sector-en/488029c71f>
- Couraceiro, P., & Paisana, M. (2024). Da personalização algorítmica à mediação jornalística: Mudanças nas preferências dos jovens portugueses no consumo de notícias online. *Media & Jornalismo*, 24(45), e4504. [https://doi.org/10.14195/2183-5462\\_45\\_](https://doi.org/10.14195/2183-5462_45_).
- Moraes, R., & Galiuzzi, M. C. (2006). *Análise textual discursiva*. *Ciência & Educação*, 12(1), 117–128. <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/wvLhSxkz3JRgv3mcXHBWSXB/>
- OberCom – Observatório da Comunicação. (2025). *Digital News Report Portugal 2025*. <https://www.obercom.pt/digital-news-report-portugal-2025/>
- Oliveira, L. (2010). A história oral em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 63, 2010, 139-156.
- Palacios, M. (2016). Memória: Jornalismo, memória e história na era digital. In J. Canavilhas, (Ed.) *WebJornalismo7 Características que marcam a diferença* (pp. 89-110): LabCom Books.

Pavlik, J. (1999). New media and news: Implications for the future of journalism. *New Media and Society*, 1(1), 54-59.

Strömbäck, J., Falasca, K., & Kruikemeier, S. (2018). The mix of media use matters: Investigating the effects of individual news repertoires on offline and online political participation. *Political Communication*, 35(3), 413–432. <https://doi.org/10.1080/10584609.2017.1385549>.

# Consumo e Receção de Notícias entre Jovens Portuguesas: Um Estudo na Região Norte

Samanta Souza Fernandes

Universidade Fernando Pessoa • ICNOVA – Instituto de Comunicação da NOVA

[samantasf31@gmail.com](mailto:samantasf31@gmail.com)

**Resumo:** Esta investigação analisa os modos de consumo e receção de notícias por 10 jovens mulheres (18-35 anos) da região Norte de Portugal, a partir de entrevistas de história oral. O estudo investiga como juventude e género influenciam as práticas mediáticas num contexto digital, dialogando com os trabalhos sobre usos femininos dos *media*. A revisão de literatura integra contributos sobre juventude, género e *media*, destacando a centralidade das redes sociais no acesso à informação e a persistência de estereótipos de género nos *media* portugueses. As entrevistas revelam preferência por plataformas digitais, preocupação com a fiabilidade das notícias e percepção de sub-representação feminina na cobertura noticiosa. As participantes valorizam a rapidez e diversidade de fontes, mas reconhecem desafios na verificação da informação e sentem distanciamento face à política institucional. Os resultados sugerem que, apesar das mudanças tecnológicas, persistem obstáculos estruturais na relação das mulheres com os *media*. O artigo conclui que promover literacia mediática crítica e sensível ao género é essencial para fortalecer a participação informada das jovens portuguesas na esfera pública.

**Palavras-chave:** Receção de Notícias, Jornalismo, Mulheres Jovens, Estudos de Género, *media* em Portugal, História Oral.

A proliferação de plataformas digitais transformou significativamente o consumo de notícias nas últimas duas décadas. Em Portugal, este fenómeno é evidente entre os jovens adultos, onde as práticas informativas migram progressivamente das fontes tradicionais para ecossistemas mediáticos digitais (OberCom, 2024). Segundo o Digital News Report Portugal 2024, mais de 80% dos portugueses consomem vídeos de notícias online, com um terço destes consumindo este formato entre quatro a seis dias por semana, padrão pronunciado entre as faixas etárias mais jovens (Reuters Institute for the Study of Journalism, 2024).

Esta transformação não ocorre neutramente. Os algoritmos das plataformas online desempenham um papel fundamental como mediadores, determinando quais notícias ganham destaque e quais permanecem ocultas. Como argumenta Eli Pariser (2011) em *The Filter Bubble*, os sistemas de recomendação personalizada criam bolhas informativas que fragmentam a experiência coletiva de consumo noticioso, potencialmente reforçando vieses preexistentes e limitando a exposição a perspetivas divergentes. Este fenómeno adquire

---

<sup>1</sup> Investigação realizada no âmbito do projeto de investigação exploratório MemNews - História oral e memória(s) das práticas e hábitos de consumo e receção noticiosa e da experiência das notícias em Portugal a partir dos testemunhos dos cidadãos – a parte que falta para uma história do jornalismo em Portugal, com a referência 2023.15210.PEX, é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P, tendo a Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa como Instituição Proponente e a Universidade Fernando Pessoa como Instituição de Acolhimento. DOI: <https://doi.org/10.54499/2023.15210.PEX>

particular relevância quando consideramos que 71% dos portugueses manifestam preocupação com a desinformação na Internet, nomeadamente em relação a conteúdos produzidos por influencers e atores políticos (OberCom, 2024).

Simultaneamente, a concentração de propriedade dos *media* portugueses e a fragmentação de audiências colocam desafios estruturais ao ecossistema informativo nacional. Estes fatores intersectam-se com dinâmicas de género, criando cenários onde determinadas vozes—das mulheres—permanecem sub-representadas nos processos de produção e circulação de notícias (Silveirinha, 2004; Subtil & Silveirinha, 2017).

A compreensão das práticas de consumo de notícias entre jovens mulheres portuguesas assume uma relevância crescente num contexto mediático em rápida transformação, marcado pela digitalização, fragmentação das audiências e emergência de novas plataformas informativas. Em Portugal, tal como noutros países europeus, as gerações mais jovens tendem a privilegiar o acesso a notícias via meios digitais, sobretudo redes sociais, em detrimento dos *media* tradicionais. No entanto, pouco se sabe sobre como estas práticas se articulam com as dimensões de género e idade, entre mulheres jovens, cujas experiências e perspetivas permanecem, em grande medida, sub-representadas na literatura académica.

Apesar do aumento de estudos sobre consumo mediático juvenil, verifica-se uma lacuna significativa no que respeita à análise interseccional de género e idade. A maioria das investigações centra-se em padrões gerais de acesso e uso dos *media*, negligenciando as especificidades das jovens mulheres enquanto grupo social com vivências, desafios e expectativas próprias. Esta ausência torna-se ainda mais evidente no contexto português, onde os estudos sobre receção noticiosa tendem a privilegiar perspetivas masculinas ou a tratar o público jovem como um bloco homogéneo, ignorando as dinâmicas de género que permeiam o acesso, a interpretação e a apropriação das notícias.

Neste sentido, a presente investigação propõe-se responder à seguinte questão: Como as jovens portuguesas (18-35 anos) da região Norte obtêm, recebem, interpretam e interagem com as notícias e com os meios jornalísticos, e de que forma o género influencia este processo no contexto sociocultural português contemporâneo?

Para dar resposta a esta questão, o estudo define os seguintes objetivos específicos:

- Analisar os padrões atuais de obtenção e consumo de notícias entre mulheres portuguesas jovens (18-35 anos);
- Examinar as perceções destas mulheres sobre a representação feminina nos *media* noticiosos portugueses;
- Explorar como as notícias influenciam as decisões e a participação cívica das participantes;

- Investigar a confiança das mulheres jovens nos *media* noticiosos e as suas percepções sobre possíveis vieses de género;
- Examinar como as experiências pessoais e o contexto sociocultural português moldam a interpretação das notícias por este grupo.

Optou-se pela metodologia de história oral, por permitir captar as experiências subjetivas, as memórias e as narrativas individuais das participantes, valorizando as suas vozes e perspetivas num campo de estudo ainda marcado por silenciamentos e generalizações. Esta abordagem possibilita uma compreensão mais profunda e contextualizada das práticas mediáticas das jovens mulheres portuguesas, contribuindo para colmatar as lacunas existentes na investigação sobre género, juventude e *media* em Portugal.

## 1. Estado da questão e marco teórico

A história oral emerge como metodologia privilegiada para compreender as práticas mediáticas e a receção de notícias através das narrativas vividas dos sujeitos. Paul Thompson (2002), em *The Voice of the Past*, estabelece a história oral como mais do que um método de recolha de dados: trata-se de uma abordagem epistemológica que reconhece a subjetividade narrativa como fonte legítima de conhecimento histórico. Thompson (2002) argumenta que as memórias individuais, ainda que não isenta de distorções, revelam verdades sobre como os sujeitos experienciaram e interpretaram eventos históricos.

Alessandro Portelli (2016) aprofunda esta perspetiva, enfatizando que o valor da história oral reside precisamente na sua capacidade de capturar a dimensão subjetiva e interpretativa da experiência vivida. Para Portelli (2016), as narrativas orais não são meros registos factuais, mas construções de sentido através das quais os sujeitos negociam identidades, memórias e pertencimentos sociais. Esta dimensão é relevante quando estudamos receção mediática, pois permite aceder aos processos cognitivos e emocionais através dos quais os indivíduos interpretam e integram informações mediáticas nas suas narrativas de vida.

A memória coletiva, conceito desenvolvido por Maurice Halbwachs (1992), fornece o enquadramento teórico para compreender como as memórias individuais se articulam com estruturas sociais e culturais mais amplas. Halbwachs (1992) demonstra que a memória não é um processo puramente individual, mas socialmente construído por meio de marcos de referência coletivos. No contexto desta investigação, a memória mediática familiar—como as mulheres jovens recordam e narrativizam o seu consumo de notícias em contextos familiares—constitui uma expressão de memória coletiva que revela estruturas de poder, socialização e transmissão de valores.

Contudo, Pierre Bourdieu (1986) oferece uma crítica metodológica crucial: a “ilusão biográfica” adverte-nos contra a tendência de conferir coerência narrativa retrospectiva a trajetórias que foram, de facto, fragmentárias e contingentes. Bourdieu (1986) sugere que as narrativas orais tendem a linearizar e racionalizar experiências vividas de forma muito mais caótica. Esta cautela é fundamental na análise de histórias de vida mediáticas, onde os sujeitos podem reconstruir narrativamente as suas práticas de consumo de forma mais coerente do que aquela que foi efetivamente vivida.

A história oral, enquanto metodologia de investigação, tem vindo a afirmar-se como uma ferramenta fundamental para o estudo das práticas de receção mediática, permitindo aceder a dimensões subjetivas, memórias individuais e processos de construção de sentido que frequentemente escapam às abordagens quantitativas ou meramente descritivas. Como sublinha Thompson (1978), a história oral não se limita à recolha de testemunhos, mas constitui um processo de valorização das vozes e experiências de sujeitos historicamente marginalizados, contribuindo para uma compreensão mais plural e democrática do passado e do presente.

Ritchie (2011) reforça esta perspetiva ao salientar que a história oral possibilita a reconstrução de narrativas pessoais e coletivas, cruzando memórias individuais com contextos sociais, culturais e políticos mais amplos. Portelli (2006), por sua vez, destaca a dimensão interpretativa da história oral, sublinhando que o valor dos testemunhos não reside apenas na sua factualidade, mas sobretudo na forma como os sujeitos atribuem significado às suas vivências. Assim, a história oral revela-se adequada para investigar fenómenos como a receção de notícias, onde as experiências, percepções e emoções dos indivíduos desempenham um papel central na apropriação dos conteúdos mediáticos.

No contexto português, os estudos de Carvalheiro (2013, 2014) constituem uma referência incontornável para a compreensão dos usos femininos dos *media* em contextos de opressão e resistência. O autor analisou as experiências de receção mediática das operárias da Covilhã durante o Estado Novo, recorrendo a entrevistas de história oral para reconstruir as formas como estas mulheres acediam, interpretavam e negociavam os conteúdos radiofónicos num ambiente marcado por restrições políticas, sociais e de género. Carvalheiro (2014) demonstra que, mesmo em contextos de forte controlo e censura, as mulheres desenvolveram estratégias criativas de apropriação dos *media*, utilizando a rádio não apenas como fonte de informação, mas também como espaço de sociabilidade, lazer e construção de identidade.

Esta abordagem revela a importância de considerar as condições materiais, culturais e simbólicas que moldam a receção mediática, bem como a necessidade de valorizar as narrativas das mulheres enquanto agentes ativos na produção de sentido. Ao estabelecer um diálogo com estes estudos, a presente investigação procura compreender de que

forma as jovens portuguesas da atualidade, embora inseridas num contexto sociotécnico radicalmente distinto, continuam a negociar o seu lugar nos *media*, enfrentando desafios próprios relacionados com o género, a idade e a pertença territorial.

Bourdon (2011) acrescenta a esta discussão a relação entre *media*, memória e sociedade, argumentando que os *media* desempenham um papel central na construção das memórias coletivas e individuais. A forma como as notícias são recebidas, recordadas e reinterrpretadas ao longo do tempo é profundamente influenciada pelos contextos mediáticos e pelas trajetórias pessoais dos sujeitos. Assim, o estudo da receção noticiosa através da história oral permite não só mapear práticas de consumo, mas também compreender como estas práticas se inscrevem em processos mais amplos de construção identitária, pertença social e participação cívica.

### *1.1. Consumo de notícias entre jovens*

Os jovens adultos constituem um grupo demográfico com práticas de consumo informativo distintas. Segundo o Digital News Report Portugal 2024 (OberCom, 2024), os portugueses entre 25 e 34 anos são os que manifestam menor confiança nas notícias, padrão que se estende a outras faixas etárias jovens. Este fenómeno não é exclusivamente português; Boczkowski & Mitchelstein (2013), em “The News Gap”, demonstram que existe uma lacuna significativa entre as preferências informativas dos *media* tradicionais e as práticas reais de consumo dos públicos entre audiências mais jovens.

As plataformas digitais— Instagram, TikTok e WhatsApp—tornaram-se espaços privilegiados de consumo informativo entre jovens. Amaral, Flores & Antunes (2024), em “Apps e Jovens Adultos”, mapeiam como as aplicações móveis mediam práticas quotidianas de jovens adultos portugueses, incluindo consumo de notícias. Os autores demonstram que o consumo informativo não é uma atividade isolada, mas integrado em práticas de socialização, entretenimento e comunicação interpessoal. Esta integração transforma a notícia de objeto de consumo deliberado em artefato que circula através de redes sociais, frequentemente descontextualizado da sua fonte original.

Henry Jenkins (2006), em *Convergence Cultura*, conceptualiza os jovens como “prosumidores”—produtores e consumidores simultâneos de conteúdo. Jenkins (2006) argumenta que a cultura de convergência mediática permite aos públicos não apenas consumir, mas participar ativamente na produção, circulação e transformação de narrativas. Esta dinâmica é evidente em plataformas como TikTok e Instagram, onde jovens não apenas consomem notícias, mas as reinterpretam, comentam e recontextualizam através de formatos visuais e interativos.

Danah boyd (2014), em *It's Complicated*, examina como os jovens negociam privacidade, identidade e participação cívica em ambientes mediáticos digitais. Boyd (2014) demonstra que os jovens não são consumidores passivos de tecnologia, mas atores reflexivos que desenvolvem estratégias sofisticadas de navegação em ecossistemas mediáticos complexos. Esta perspetiva é crucial para evitar determinismos tecnológicos que apresentam os jovens como vítimas de algoritmos ou desinformação, reconhecendo antes a sua agência e capacidade de negociação.

O consumo de notícias por jovens adultos tem sido objeto de crescente atenção académica, sobretudo face às profundas transformações que caracterizam o ecossistema mediático contemporâneo. A emergência das redes sociais, a multiplicação de plataformas digitais e a fragmentação das audiências alteraram radicalmente os modos de acesso, circulação e apropriação da informação noticiosa. Marchi (2012) argumenta que a juventude atual não é menos informada do que as gerações anteriores, mas consome notícias de forma diferente, privilegiando formatos mais visuais, interativos e personalizados.

Buckingham (2019) reforça esta ideia ao sublinhar que a redefinição das notícias e do jornalismo na era digital implica uma renegociação dos papéis tradicionais de produtores e recetores de informação. Os jovens não são apenas consumidores passivos, mas também produtores, curadores e disseminadores de conteúdos, participando ativamente na construção de agendas e na circulação de narrativas. Esta dinâmica é visível nas redes sociais, onde a partilha de notícias se cruza com práticas de autoexpressão, ativismo e construção de identidade.

Em Portugal, Brites (2015) analisou a relação entre o consumo de notícias e a participação cívica entre os jovens, concluindo que o acesso à informação está fortemente mediado por fatores como a literacia mediática, o capital cultural e as redes de sociabilidade. Os jovens tendem a valorizar fontes informativas que consideram próximas, relevantes e credíveis, mas manifestam também um elevado grau de desconfiança face aos *media* tradicionais, frequentemente associados a agendas políticas e económicas pouco transparentes. A participação cívica, por sua vez, assume formas diversificadas, que vão desde o ativismo digital à intervenção local, passando pela discussão de temas de interesse coletivo em espaços informais.

Estes estudos evidenciam a necessidade de adotar uma perspetiva contextualizada e sensível às especificidades geracionais, reconhecendo que as práticas mediáticas dos jovens são moldadas por fatores como a idade, o género, a classe social e o território. No caso das jovens mulheres portuguesas, importa ainda considerar as dinâmicas de género que atravessam o acesso, a interpretação e a apropriação das notícias, bem como as estratégias de resistência e negociação que desenvolvem face aos desafios e constrangimentos do contexto mediático nacional.

## 1.2. Género e media

Compreender a representação e receção de notícias entre mulheres jovens exige um enquadramento teórico robusto sobre género e *media*. Judith Butler (2006), em *Gender Trouble*, estabelece que o género não é uma categoria essencial ou biológica, mas uma atuação iterativa através da qual os sujeitos constituem identidades de género. Butler (2006) argumenta que o género é produzido mediante atos reiterados, citações de normas e práticas sociais que, ao serem repetidas, adquirem aparência de naturalidade. Esta perspetiva é crucial para compreender como os *media* participam na produção e retificação de normas de género, não meramente representando diferenças pré-existentes, mas ativamente constituindo-as.

Gaye Tuchman (1978), em *The Symbolic Annihilation of Women by the Mass Media*, demonstra que a sub-representação de mulheres nos *media* não é simplesmente uma questão quantitativa, mas constitui uma forma de aniquilação simbólica. Tuchman (1978) argumenta que quando as mulheres são sistematicamente ausentes, marginalizadas ou estereotipadas nas narrativas mediáticas, esta invisibilidade simbólica reforça estruturas de subordinação social. No contexto português, Silveirinha (2004) e Subtil & Silveirinha (2017) documentam como esta dinâmica de aniquilação simbólica persiste nas estruturas do jornalismo português, onde as mulheres permanecem sub-representadas tanto em posições de poder editorial como em temas de cobertura.

Kimberlé Crenshaw (1989) desenvolve o conceito de interseccionalidade<sup>2</sup>, demonstrando que as experiências de discriminação não são aditivas, mas multiplicativas. Crenshaw (1989) argumenta que mulheres negras, por exemplo, não experienciam simplesmente sexismo mais racismo, mas uma forma qualitativa e distinta de opressão resultante da intersecção destas categorias. Aplicado ao contexto desta investigação, a interseccionalidade permite compreender como as mulheres jovens portuguesas experienciam o jornalismo não apenas através da lente de género, mas através da intersecção de múltiplas categorias: idade, classe social, etnia, localização geográfica, entre outras.

No jornalismo desportivo, a sub-representação feminina é pronunciada. Hardin (2005) e Hardin & Shain (2005) documentam como as mulheres jornalistas desportivas enfrentam barreiras estruturais significativas na cobertura de eventos desportivos. Em Portugal, um estudo recente sobre a cobertura do Euro 2024 demonstra que as mulheres permane-

---

<sup>2</sup> A interseccionalidade, cunhada por Kimberlé Crenshaw (1989, 1991), descreve como múltiplas identidades (género, raça, classe, idade) se cruzam, criando experiências únicas de discriminação e privilégio. Neste estudo, reconhece-se que o consumo de notícias por jovens portuguesas é moldado pela intersecção do seu género e idade com a sua classe social, etnia e origem. Esta abordagem evita generalizações, permitindo uma análise mais rica das suas interações com os *media*.

ram “poucas e silenciadas” no telejornalismo desportivo, com representação mínima em posições de comentário e análise (Poucas e silenciadas, 2025).

A análise das relações entre género e *media* constitui um campo de investigação consolidado, mas em permanente atualização, face às mudanças sociais, culturais e tecnológicas que marcam o século XXI. Van Zoonen (1994) foi pioneira ao defender que o género não é apenas uma variável demográfica, mas uma construção social e simbólica que estrutura as práticas mediáticas e as experiências de receção. A autora argumenta que os *media* desempenham um papel central na produção e reprodução de identidades de género, oferecendo modelos, narrativas e representações que influenciam as perceções, expectativas e comportamentos dos indivíduos.

Ross (2010) aprofunda esta análise ao explorar a negociação das identidades de género através do consumo mediático, sublinhando que as mulheres jovens, em particular, enfrentam desafios específicos relacionados com a representação, a visibilidade e a credibilidade nos espaços noticiosos. A presença das mulheres nos *media*, embora crescente, continua a ser marcada por estereótipos, invisibilidades e desigualdades, que limitam o seu acesso à informação e a sua participação na esfera pública.

Silveirinha (2004) analisou a representação das mulheres nos *media* nacionais, concluindo que, apesar dos avanços legislativos e sociais, persistem padrões de discriminação e marginalização. As mulheres são frequentemente retratadas em papéis secundários, associadas a temas “femininos” ou a situações de vitimização, enquanto os homens ocupam maioritariamente posições de autoridade, especialização e liderança. Estas representações têm implicações profundas para a igualdade de género, influenciando não só as perceções do público, mas também as oportunidades de participação e reconhecimento das mulheres no campo mediático.

A literatura internacional e nacional converge, assim, na necessidade de adotar uma abordagem interseccional e crítica ao estudo do consumo de *media*, reconhecendo que as experiências das mulheres jovens são atravessadas por múltiplos eixos de diferenciação e poder. O género, longe de ser uma categoria estática, constitui um campo de negociação, resistência e criatividade, onde as jovens mulheres desenvolvem estratégias próprias para aceder, interpretar e apropriar-se das notícias, desafiando estereótipos e reivindicando novos espaços de visibilidade e influência.

### *1.3. O Contexto Mediático Português*

O panorama mediático português tem conhecido profundas transformações nas últimas décadas, refletindo tendências globais de digitalização, concentração de propriedade e

fragmentação das audiências, mas também especificidades históricas, culturais e políticas. Sousa (2021, 2022) traça uma história do jornalismo em Portugal marcada por períodos de censura, resistência e renovação, destacando o papel dos *media* na consolidação da democracia e na promoção do debate público.

A transição para a democracia, após o 25 de Abril de 1974, abriu caminho a uma maior pluralidade e liberdade de expressão, mas o setor mediático continuou a enfrentar desafios estruturais, como a concentração de grupos económicos, a precariedade laboral e a dependência de receitas publicitárias. Nos últimos anos, a emergência de plataformas digitais e redes sociais veio acentuar a crise dos *media* tradicionais, obrigando jornalistas e organizações a reinventar modelos de negócio, formatos e linguagens para captar a atenção de públicos cada vez mais fragmentados e exigentes.

Pinto et al. (2011) sublinham a importância da educação para os *media* como resposta a estes desafios, defendendo que a literacia mediática é fundamental para capacitar os cidadãos a navegar num ambiente informativo complexo, avaliar criticamente as fontes e participar de forma informada na vida pública. Em Portugal, apesar de algumas iniciativas pioneiras, a educação para os *media* permanece limitada, sobretudo entre os jovens e em contextos de maior vulnerabilidade social e económica.

No que respeita ao género, o contexto mediático português reflete, em grande medida, as tendências internacionais de sub-representação e estereotipia das mulheres, mas apresenta também especificidades relacionadas com a história política, a cultura e as dinâmicas regionais. Estudos recentes apontam para uma lenta, mas progressiva, abertura dos *media* à diversidade de vozes e experiências femininas, impulsionada por movimentos sociais, políticas públicas e iniciativas de autorregulação. No entanto, persistem obstáculos significativos, nomeadamente ao nível do acesso a cargos de decisão, da visibilidade de temas considerados “femininos” e da cobertura de questões de igualdade de género.

Neste contexto, a investigação sobre o consumo de notícias por jovens mulheres portuguesas adquire particular pertinência, permitindo mapear práticas, perceções e desafios num cenário em constante mutação. A articulação entre história oral, estudos de receção, análise de género e compreensão do contexto mediático nacional oferece uma perspetiva integrada e inovadora, capaz de iluminar as continuidades e ruturas que marcam a relação das mulheres jovens com os *media* em Portugal.

O marco teórico aqui apresentado evidencia a necessidade de uma abordagem multidimensional e crítica ao estudo do consumo de notícias entre jovens mulheres portuguesas. A história oral emerge como metodologia privilegiada para captar as experiências subjetivas e as memórias individuais, valorizando as vozes das participantes e permitindo uma análise aprofundada das dinâmicas de receção mediática. Os estudos sobre juventude e

consumo de *media* sublinham a centralidade das redes sociais e das plataformas digitais, bem como a importância da literacia mediática e da participação cívica. A análise de género revela os desafios persistentes de representação, visibilidade e igualdade, enquanto a compreensão do contexto mediático português permite situar estas práticas e perceções num quadro histórico, cultural e político específico.

Ao cruzar estes eixos, a presente investigação procura contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre as dinâmicas de género e juventude no consumo de notícias em Portugal, oferecendo pistas para a promoção de uma literacia mediática crítica, inclusiva e sensível às especificidades das jovens mulheres.

## 2. Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, centrada na história oral, visando compreender em profundidade as experiências, perceções e práticas de consumo de notícias entre jovens mulheres portuguesas da região Norte. A opção pela história oral justifica-se pela sua capacidade de valorizar as vozes individuais, captar memórias subjetivas e reconstruir trajetórias pessoais, permitindo aceder a dimensões do quotidiano e da receção mediática que frequentemente escapam a métodos quantitativos ou padronizados. Conforme defendido por Thompson (1978) e Portelli (2006), a história oral é adequada para explorar fenómenos sociais complexos, como a relação entre género, juventude e *media*, ao privilegiar a narrativa, a subjetividade e o contexto.

A amostra do estudo é composta por dez jovens mulheres, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos, residentes na região Norte de Portugal. A adequação da amostra fundamenta-se na epistemologia da história oral e nos critérios de saturação de dados em pesquisa qualitativa. Conforme Braun e Clarke (2019), a saturação de dados constitui o indicador mais confiável para determinar suficiência amostral em estudos qualitativos, ocorrendo quando a coleta adicional de informações não produz novos insights significativos.

Esta investigação adota uma abordagem qualitativa baseada em análise temática indutiva, seguindo o protocolo estabelecido por Braun & Clarke (2006) em “Using Thematic Analysis in Psychology”. Braun & Clarke (2006) definem análise temática como um método para identificar, analisar e reportar padrões (temas) dentro de dados qualitativos. Os autores enfatizam que a análise temática é um método flexível, não vinculado a uma teoria epistemológica específica, permitindo aplicações em diversos contextos investigativos.

A saturação teórica—conceito desenvolvido por Glaser & Strauss (1967) no contexto da grounded theory—guia a determinação do tamanho amostral. Glaser & Strauss (1967) ar-

gumentam que a recolha de dados deve continuar até ao ponto em que novos dados não geram novas categorias analíticas, indicando que a compreensão teórica do fenómeno atingiu maturidade. Nesta investigação, a amostra de dez participantes foi determinada pelo critério de saturação teórica, onde após a oitava entrevista, os dados recolhidos não produziram novas dimensões analíticas significativas.

A triangulação de métodos e fontes constitui estratégia central para garantir rigor investigativo. Norman Denzin (1978) define triangulação como a utilização de múltiplas fontes de dados, métodos ou investigadores para corroborar achados. Nesta investigação, a triangulação ocorre através da combinação de entrevistas em profundidade com análise de documentos mediáticos e observação de práticas digitais. Esta abordagem multi método permite validar achados mediante perspetivas complementares.

Lincoln & Guba (1985), em *Naturalistic Inquiry*, estabelecem critérios de rigor para investigação qualitativa alternativos aos paradigmas positivistas. Os autores propõem credibilidade (equivalente à validade interna), transferibilidade (equivalente à validade externa), dependabilidade (equivalente à fiabilidade) e confirmabilidade (equivalente à objetividade) como critérios apropriados para avaliar qualidade em investigação qualitativa. Estes critérios orientaram o desenho e condução desta investigação.

Charmaz (2006) ressalta que a história oral, enquanto metodologia que prioriza a profundidade narrativa e a compreensão contextualizada das experiências vividas, é adequada a amostras reduzidas e intencionais. No contexto deste estudo, a seleção de dez mulheres jovens portuguesas—considerando critérios de diversidade em termos de educação, ocupação e contexto geográfico—permitiu capturar a multiplicidade de perspetivas necessária para uma análise interseccional robusta, sem comprometer a profundidade analítica.

As narrativas coletadas revelaram-se suficientemente densas para identificar padrões temáticos consistentes sobre consumo de notícias, confiança nos *media* e influências de género, confirmando que a amostra atende aos critérios de adequação e saturação estabelecidos pela literatura de história oral.

A recolha de dados foi efetuada por meio de entrevistas semiestruturadas em profundidade, realizadas presencialmente, gravadas e disponibilizadas no Youtube. O guião da entrevista foi elaborado com base nos objetivos do estudo e incluiu questões sobre hábitos de consumo de notícias, fontes e plataformas preferidas, perceções sobre a representação de género nos *media*, confiança nas notícias, influência das notícias na vida quotidiana e participação cívica, bem como experiências pessoais de interpretação e apropriação dos conteúdos noticiosos. A estrutura semiestruturada permitiu adaptar a entrevista ao percurso e interesses de cada participante, promovendo um ambiente de diálogo aberto e reflexivo.

## *2.1. Procedimentos de Análise de Dados - Abordagem Analítica e Codificação*

A análise dos dados coletados seguiu uma abordagem temática indutiva, permitindo que os temas emergissem das narrativas das participantes em vez de serem impostos a priori. Conforme Braun e Clarke (2019), a análise temática indutiva é apropriada para estudos de história oral por respeitar a agência das vozes narrativas e permite a identificação de padrões significativos no discurso das participantes. O processo de codificação foi conduzido em duas fases: (1) codificação aberta inicial, na qual cada transcrição foi lida integralmente e segmentos de texto foram identificados e etiquetados com códigos descritivos que capturavam o significado das narrativas; (2) codificação axial, na qual os códigos iniciais foram agrupados em categorias temáticas mais amplas, estabelecendo conexões entre conceitos relacionados.

Todas as dez entrevistas transcritas foram inseridas no programa de análise qualitativa MaxQDA 2024, que funcionou como ferramenta de gestão e organização sistemática dos dados. O MaxQDA permitiu a criação de um sistema de códigos hierárquico, facilitando tanto a codificação quanto a recuperação eficiente de segmentos textuais relacionados. Durante a codificação, foram criados doze códigos iniciais que, após revisão e consolidação, resultaram em seis temas principais e dois subtemas, organizados numa estrutura temática coerente.

## *2.2. Triangulação de Dados e Métodos*

A triangulação foi implementada em múltiplas dimensões para fortalecer a validade dos achados (Denzin, 1978; Flick, 2018):

**Triangulação de Dados:** As narrativas das dez participantes foram analisadas em busca de padrões convergentes e divergentes. Segmentos de texto que ilustravam temas recorrentes foram comparados sistematicamente, permitindo identificar tanto consensos quanto variações nas experiências de consumo de notícias entre as participantes. O MaxQDA facilitou essa comparação através da função de “busca por código”, que permitiu recuperar todos os segmentos associados a um tema específico e compará-los lado a lado.

**Triangulação de Métodos:** Os dados narrativos coletados por meio de entrevistas de história oral foram complementados por observações contextuais registradas durante as entrevistas (ambiente, linguagem corporal, ênfase nas narrativas) e por anotações reflexivas da investigadora. Essas múltiplas fontes de dados foram integradas na análise, permitindo uma compreensão mais holística das experiências das participantes.

**Triangulação de Pesquisadores:** Discussões regulares entre a investigadora principal e orientadores especializados em história oral e estudos de gênero foram realizadas ao longo do processo analítico. Essas discussões permitiram que perspectivas externas fossem incorporadas na interpretação dos temas, reduzindo o viés individual e enriquecendo a análise.

**Auditoria de Decisões Analíticas:** Um registro detalhado de todas as decisões analíticas foi mantido ao longo do processo, incluindo justificativas para a criação, modificação ou exclusão de códigos, bem como as razões para o agrupamento de códigos em temas. Este “trilho de auditoria” permitiu rastreabilidade completa do processo analítico e facilitou a revisão crítica das decisões tomadas.

**Análise de Casos Negativos:** Durante a codificação, foram identificados e analisados segmentos de texto que não se alinhavam perfeitamente com os temas emergentes ou que apresentavam perspectivas divergentes. Esses “casos negativos” foram integrados na análise, enriquecendo a compreensão dos temas e evitando interpretações simplistas ou homogeneizantes das experiências das participantes.

**Reflexividade e Posicionamento da investigadora:** A investigadora manteve um diário reflexivo ao longo do processo de coleta e análise de dados, documentando pressupostos, preconceitos potenciais e como a sua posição como mulher, jornalista e investigadora pode ter influenciado a interpretação dos dados. Esta prática de reflexividade, recomendada por Braun e Clarke (2019) e Charmaz (2006), permitiu uma consciência crítica contínua sobre o papel da investigadora na construção do conhecimento.

### 3. Síntese e Apresentação dos Achados

Os temas identificados foram organizados numa estrutura hierárquica, com temas principais e subtemas relacionados. Exemplos representativos de cada tema foram selecionados das transcrições originais, preservando a linguagem e a autenticidade das narrativas das participantes. Esses exemplos foram integrados na apresentação dos resultados, permitindo que o leitor acesse as vozes diretas das participantes e avalie a adequação da interpretação temática.

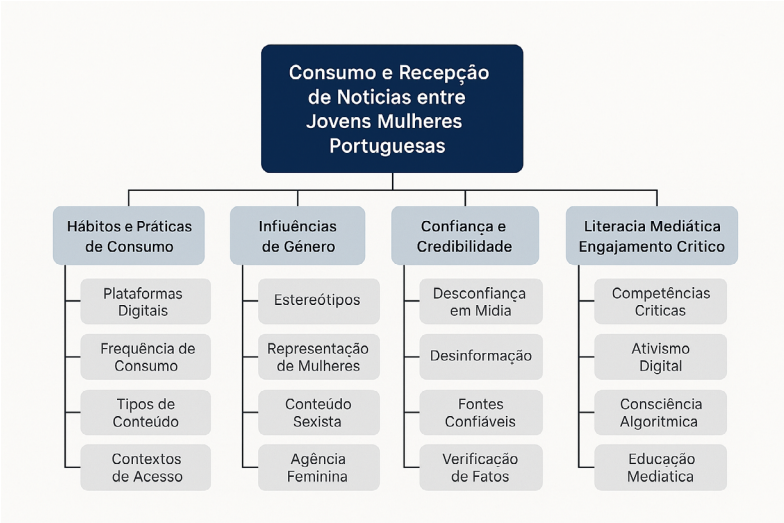


Figura 1. Mapa temático hierárquico

Para a análise dos dados, recorreu-se à análise temática, uma abordagem flexível e rigorosa que permite identificar, organizar e interpretar padrões significativos nas narrativas recolhidas. As entrevistas foram transcritas integral e posteriormente codificadas com o apoio do software MaxQda, facilitando a organização dos dados, a identificação de temas recorrentes e a comparação entre diferentes perfis de participantes. A análise temática possibilitou, assim, uma compreensão aprofundada das experiências individuais, sem perder de vista as tendências coletivas e os contextos socioculturais que as enquadram.

No que respeita às considerações éticas, todas as participantes foram devidamente informadas sobre os objetivos do estudo, os procedimentos de recolha e análise de dados, e os seus direitos enquanto participantes. Foi obtido consentimento informado por escrito.

Quadro 1. Entrevistadas

| Participantes | Idade | Género | Local de nascimento  | Profissão                                                   | Escolaridade      |
|---------------|-------|--------|----------------------|-------------------------------------------------------------|-------------------|
| P1            | 20    | F      | Santa Maria da Feira | Estudante de Psicologia                                     | Ensino Secundário |
| P2            | 33    | F      | Vila Nova de Gaia    | Estudante de Relações Internacionais                        | Ensino Secundário |
| P3            | 19    | F      | Matosinhos           | Estudante de Ciências da Informação                         | Ensino Secundário |
| P4            | 24    | F      | Porto                | Mestre em Psicologia das Organizações, Social e do Trabalho | Ensino Superior   |
| P5            | 24    | F      | Porto                | Estudante de Auxiliar de Veterinária                        | Ensino Secundário |
| P6            | 34    | F      | Santa Maria da Feira | Empreendedora na Área da Comunicação                        | Ensino Superior   |

| Participantes | Idade | Género | Local de nascimento  | Profissão                                 | Escolaridade      |
|---------------|-------|--------|----------------------|-------------------------------------------|-------------------|
| P7            | 21    | F      | Vila Nova de Gaia    | Estudante de Mestrado em História da Arte | Ensino Superior   |
| P8            | 19    | F      | Santa Maria da Feira | Estudante de Licenciatura em Comunicação  | Ensino Secundário |
| P9            | 19    | F      | Maia                 | Estudante de Licenciatura em Comunicação  | Ensino Secundário |
| P10           | 31    | F      | Bragança             | Empresária                                | Ensino Superior   |

Reconhecem-se, contudo, algumas limitações metodológicas, nomeadamente o tamanho reduzido da amostra e a impossibilidade de generalizar os resultados para o conjunto da população jovem feminina portuguesa. Ainda assim, a natureza qualitativa e exploratória do estudo permite aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas de receção noticiosa neste grupo, oferecendo pistas relevantes para investigações futuras e para a reflexão sobre políticas de literacia mediática e igualdade de género.

Antes da realização de cada entrevista, foi feita uma aproximação prévia a cada participante, recorrendo a uma conversa informal. Este momento inicial permitiu não só estabelecer uma relação de confiança, mas também conhecer brevemente a biografia de cada jovem, clarificar os objetivos da investigação, apresentar o guião da entrevista e solicitar o preenchimento e assinatura das declarações de consentimento informado e de cedência de dados, cujo conteúdo foi devidamente explicado. Foram sublinhados os direitos das participantes, consoante o Código Europeu para a Integridade da Pesquisa, incluindo o direito à imagem relevante devido à gravação das entrevistas em áudio e vídeo.

Optou-se, por razões de eficácia e comparabilidade, pela utilização de um guião pré-estabelecido, adaptado do projeto MemNews<sup>3</sup>, embora a entrevistadora tenha mantido liberdade para explorar outras questões pertinentes que emergissem no decurso da conversa.

No início de cada entrevista, recolheram-se elementos de identificação (nome, idade, ocupação, habilitações académicas), seguindo-se um convite à participante para relembrar a sua história de vida, com especial atenção à infância, juventude, percurso escolar, entrada no mundo do trabalho e experiências de vida. Posteriormente, introduziram-se as ques-

<sup>3</sup> O projeto “Para uma história do jornalismo em Portugal”, liderado pelo Investigador Responsável deste projeto, Prof. Doutor Jorge Pedro Sousa, produziu, pela primeira vez, histórias gerais e segmentadas do jornalismo em Portugal, centradas nos produtores de notícias, nas mensagens e nos *media*, considerando o contexto cultural, legal, político e económico. Não se debruçou sobre a experiência histórica da receção das notícias. Este novo projeto pretende colmatar essa lacuna, respondendo à questão “que práticas e experiências de consumo os portugueses tiveram de notícias desde 1930 e como reagiram a elas e que fatores afetaram a memória das notícias e as práticas com as notícias?”. Através da história oral, portugueses de diferentes idades, com diferentes percursos de vida e condições contextuais de receção, contam as suas experiências com as notícias divulgadas pelos meios jornalísticos ao longo dos tempos. Parte-se do pressuposto de que os públicos fazem parte do processo jornalístico e o influenciam e que, por isso, são parte integrante de uma história do jornalismo português. Saiba mais em: <https://memnews.fundacaofernandopessoa.pt/o-projeto>

tões relativas às formas e padrões de consumo noticioso, privilegiando uma cronologia que respeitasse os marcos geracionais e a introdução progressiva de novos meios e plataformas (imprensa, rádio, televisão, Internet, redes sociais), bem como acontecimentos nacionais e internacionais significativos para a geração em estudo.

As entrevistas foram planificadas de modo a permitir compreender os vínculos entre o contexto histórico-temporal e mediático e as mudanças experienciadas pelas participantes ao longo das suas vidas. Seguindo Meihy (1996), as entrevistas foram transcritas integralmente, incluindo perguntas, respostas, repetições, hesitações e interjeições. Numa segunda fase, procedeu-se à depuração e textualização das transcrições, removendo elementos sem peso semântico. Por fim, realizou-se uma análise crítica e comparativa, centrada na identificação de segmentos discursivos significativos, considerando a cronologia adotada e as convergências e divergências das memórias evocadas.

Na análise, foi tida em conta a advertência de Carvalheiro (2014), reconhecendo que os modos de utilização dos *media* são ações subjetivas e sociais, com sentidos partilhados, mas cuja significação atribuída pelos próprios sujeitos pode ser mais ou menos explícita, refletida e consciente, sendo sempre mediada pelo presente e pela memória. Assim, a história oral foi utilizada não para buscar uma verdade absoluta sobre o consumo noticioso, mas para expor as experiências, usos e gratificações relatadas pelas jovens, tal como foram evocadas e reinterpretadas à luz das suas trajetórias de vida e do contexto da própria entrevista. Reconhece-se, portanto, que o resultado é já uma construção historiográfica, moldada tanto pela perspetiva das participantes como pela atuação da investigadora.

#### 4. Resultados e Discussão

A análise das entrevistas com jovens mulheres portuguesas revelou padrões consistentes e achados significativos relacionados com os seus hábitos de consumo de notícias, perceções sobre representação de género nos *media*, níveis de confiança no jornalismo e formas de participação cívica. Os resultados são apresentados em articulação com o referencial teórico mobilizado, oferecendo uma compreensão aprofundada das experiências e perspetivas das participantes. Conforme previsto pela literatura sobre consumo noticioso juvenil na era digital (Marchi, 2012; Buckingham, 2007; Brites, 2015), as práticas destas jovens portuguesas refletem transformações estruturais no ecossistema mediático contemporâneo, onde plataformas digitais, algoritmos e redes sociais redefinem não apenas como as notícias são consumidas, mas também o que constitui uma notícia relevante e quem tem autoridade para a produzir.

## 4.1. Hábitos de Consumo e Obtenção de Notícias

### *Predominância das Plataformas Digitais: Entre Algoritmos e Agência*

Os dados revelam uma dependência significativa das plataformas de redes sociais — Instagram, TikTok, Twitter (agora X) e YouTube — como fontes primárias de informação noticiosa entre as jovens portuguesas. Esta preferência não é meramente geracional, mas reflete uma adaptação às dinâmicas da ecologia mediática contemporânea, onde a informação circula de forma fragmentada, algorítmica e personalizada. Estes achados alinham-se com a literatura internacional sobre consumo noticioso juvenil (Boyd, 2014; Marchi, 2012; Buckingham, 2007), que documenta uma transição estrutural dos *media* tradicionais para plataformas digitais.

Contudo, a utilização destas plataformas revela uma sofisticação notável. Uma das participantes expressou de forma clara:

“Passo muito tempo em aplicações como o Facebook e o Instagram. Nessas aplicações, eu sigo páginas como o Público, Expresso, SIC Notícias e outras, e é através dessas páginas que vou tendo informação sobre a atualidade e o que está a acontecer. Não é que eu vá diretamente ao site do Público ou ao site do Expresso, mas sigo as páginas deles nas redes sociais e é através dessas páginas que me vão aparecendo notícias no feed” (P2).

Isso evidencia um padrão crucial: as redes sociais não substituem os *media* tradicionais, mas funcionam como interfaces de redistribuição de conteúdos produzidos por organizações jornalísticas estabelecidas. Este achado dialoga diretamente com a perspectiva de Bourdon (2013) sobre a “memória mediática”, sugerindo que, apesar da rutura digital nas modalidades de acesso, persiste uma valorização dos *media* de referência enquanto produtores de informação credível.

A utilização destas plataformas não se limita ao consumo passivo. As entrevistadas demonstram estar conscientes de que os algoritmos desempenham um papel crucial na curadoria dos seus feeds noticiosos. Uma participante expressou isso com clareza:

“Sei que o algoritmo me mostra aquilo que eu já gosto, aquilo com que eu já interajo. Portanto, se gosto de notícias sobre política, ele vai-me mostrar mais notícias sobre política. Se gosto de notícias sobre cultura, vai-me mostrar mais notícias sobre cultura. Isto cria uma espécie de bolha, não é? Em que eu só vejo aquilo com que já concordo ou aquilo que já me interessa» (P1).

Isso representa uma dimensão crítica da literacia mediática digital e ecoa as preocupações de Pariser (2011) sobre “bolhas informativas” (filter bubbles), onde a personalização algorítmica pode limitar a exposição a perspetivas diversas e reforçar visões de mundo preexistentes. Contudo, a consciência desta dinâmica não se traduz necessariamente em práticas efetivas de mitigação, sublinhando a complexidade da literacia mediática contemporânea e a necessidade de educação formal sistemática.

Um achado central desta investigação é o papel determinante que os algoritmos das plataformas digitais exercem na mediação do consumo informativo entre as participantes. Especificamente, as participantes descrevem como o Instagram e o TikTok apresentam notícias de forma altamente personalizada, criando experiências informativas que diferem significativamente entre indivíduos. Este fenómeno alinha-se com a teoria da “filter bubble” desenvolvida por Eli Pariser (2011).

Pariser (2011) argumenta que os algoritmos de personalização, ao aprenderem preferências individuais, criam bolhas informativas onde cada utilizador é exposto preferencialmente ao conteúdo que reforça as suas perspetivas preexistentes. O autor demonstra que este processo, embora tecnicamente sofisticado, tem consequências políticas significativas: reduz a exposição a perspetivas divergentes, fragmenta a esfera pública e potencialmente radicaliza posições políticas. As narrativas das participantes sugerem que este processo ocorre de forma invisível, com as jovens mulheres desconhecendo frequentemente o papel ativo dos algoritmos na curação do seu consumo informativo.

Tarleton Gillespie (2010), em *The Politics of Platforms*, oferece uma análise crítica de como as plataformas digitais exercem poder político mediante decisões técnicas aparentemente neutras. Gillespie (2010) argumenta que os algoritmos não são simplesmente ferramentas de filtragem, mas instrumentos políticos que refletem valores, prioridades comerciais e assunções sobre o que constitui conteúdo “relevante” ou “de qualidade”. Aplicado ao contexto desta investigação, os algoritmos do Instagram e TikTok não apenas refletem as preferências das participantes, mas ativamente as moldam, criando ciclos de reforço entre consumo, algoritmo e apresentação de conteúdo.

Do ponto de vista da história oral (Thompson, 1992; Portelli, 1997), estas narrativas revelam não apenas práticas individuais, mas memórias coletivas de uma geração que experienciou a transição dos *media* tradicionais para as plataformas digitais, oferecendo testemunhos preciosos sobre transformações estruturais no consumo mediático. Isso evidencia como a transição para o digital não é apenas técnica, mas molda memórias coletivas de uma geração.

#### *4.2. WhatsApp e a Dimensão Interpessoal: Pontes Intergeracionais*

Para além das redes sociais tradicionais, o WhatsApp emerge como um canal relevante de receção de notícias, operando via redes interpessoais — familiares e amigos. Este fenómeno sublinha a dimensão social e relacional do consumo de notícias entre jovens mulheres. Uma das participantes descreveu:

“Tenho WhatsApp, TikTok e Instagram, e costumo aceder às notícias pelas redes sociais. Principalmente pelo Instagram, por vezes aparece-me uma notícia no TikTok, mas é mais raro. E no WhatsApp, ocasionalmente, a minha madrinha ou o meu pai mandam-me uma notícia, embora seja raramente. Normalmente são notícias que eles acham importantes ou que acham que me pode interessar. Às vezes é sobre política, às vezes é sobre coisas que acontecem na nossa zona” (P5).

Isso ilustra o carácter ocasional, mas significativo, da circulação de notícias através do WhatsApp mediada por figuras familiares de gerações mais velhas. Esta descoberta ressoa com estudos sobre a “socialização da notícia” (news socialization) (Kümpel, Karnowski & Keyling, 2015), que demonstram que as redes interpessoais continuam a desempenhar um papel crucial na disseminação e validação de informação.

O WhatsApp funciona, assim, como ponte intergeracional, permitindo que pais e familiares — socializados em práticas de consumo mediático mais tradicionais — partilhem notícias que consideram relevantes com as suas filhas. Outra participante capturou isso bem:

“O meu pai, por exemplo, vê sempre o telejornal à noite, e depois, se há uma notícia que ele acha que me interessa ou que é importante, ele manda-me pelo WhatsApp. Normalmente é uma fotografia do ecrã da televisão ou então um link para o site da RTP ou da SIC. Ele faz isso porque sabe que eu não vejo o telejornal, então é a maneira dele de manter-me informada sobre coisas que ele acha que são importantes” (P3).

Essa dinâmica de mediação parental adaptada às tecnologias contemporâneas sublinha que, apesar da rutura nas modalidades de consumo, as relações intergeracionais continuam a moldar as práticas noticiosas. Do ponto de vista da história oral (Thompson, 1992; Carvalheiro, 2016), estas narrativas revelam como as memórias familiares e as práticas de transmissão intergeracional se adaptam às novas tecnologias, mantendo funções de curadoria e mediação informativa.

Este padrão de consumo híbrido — combinando plataformas algorítmicas com redes de comunicação interpessoal — sugere que as práticas noticiosas das jovens portuguesas são multifacetadas e contextualmente negociadas, longe de serem determinadas exclusi-

vamente por tecnologias ou algoritmos. Isso sugere que as práticas noticiosas permanecem enraizadas em relações humanas, mesmo no digital.

### 4.3. Declínio dos Media Tradicionais: A Metáfora do “Fast Food Informativo”<sup>4</sup>

Os *media* tradicionais — jornais impressos, revistas e noticiários televisivos — registam uma utilização limitada entre as participantes. Este afastamento não parece derivar necessariamente de desinteresse pela informação noticiosa em si, mas de uma preferência por formatos mais dinâmicos, acessíveis e integrados nas práticas digitais quotidianas. Este padrão é consistente com tendências globais de declínio do consumo de *media* tradicionais entre audiências jovens (Newman et al., 2021; Brites, 2015).

Uma das participantes relatou:

“De vez em quando, o meu pai comprava o Público, mas o formato fazia-me confusão. Era muito texto, muito denso, e eu não sabia bem por onde começar a ler. Lia mais revistas, como a Sábado ou a Caras, mas eram mais as partes de entretenimento, os testes, as coisas mais leves. Só recentemente é que presto mesmo atenção às notícias, às partes mais sérias. Durante a infância, quando o meu pai comprava o jornal, eu interessava-me mais pelo entretenimento, jogos, sudoku, essas coisas” (P6).

Isso ilustra uma relação ambivalente com os *media* tradicionais: embora presentes no ambiente familiar, não conseguiram captar o interesse autónomo da participante na juventude. A expressão “o formato fazia-me confusão” é reveladora, sugerindo que a arquitetura informacional dos jornais impressos — com a sua densidade textual, organização hierárquica e ausência de interatividade — contrasta fortemente com os formatos digitais a que as jovens estão habituadas.

Outra entrevistada sintetizou isso com uma metáfora clara:

“Há, de facto, um desinteresse pelas notícias normais ou tradicionais e um grande consumo de informação ‘fast food’, por assim dizer. As pessoas querem notícias

---

<sup>4</sup> O “jornalismo fast food” designa um modelo de produção, distribuição e consumo de notícias que privilegia velocidade, fragmentação e conteúdo “snackable” sobre investigação aprofundada. Fundamenta-se em processos de polarização ideológica através de “câmaras de eco” (Sunstein, 2002; Pariser, 2011), na economia da atenção que incentiva sensacionalismo (Davenport & Beck, 2001), e nas transformações estruturais do ecossistema mediático digital que reduzem investimentos em jornalismo de qualidade (Anderson, 2011; McChesney, 2015).

rápidas, já mastigadas, fáceis de consumir. Não têm paciência para ler um artigo longo ou para ver um telejornal de 30 minutos. Querem ver um vídeo de 30 segundos no TikTok ou no Instagram que lhes diga logo o essencial. É uma geração que está habituada a tudo ser rápido e imediato” (P2).

A metáfora da “informação fast food” é reveladora, sugerindo que as jovens percecionam o consumo noticioso contemporâneo como rápido, fragmentado e imediatamente acessível. Esta metáfora ecoa debates críticos sobre a “mcdonaldização” da informação (Ritzer, 2013), onde a lógica da eficiência, calculabilidade e previsibilidade se estende ao consumo de notícias, potencialmente em detrimento da profundidade, contexto e reflexão crítica.

Marchi (2012) argumenta que o consumo noticioso juvenil não deve ser interpretado como “declínio” ou “desinteresse”, mas como uma reconfiguração das modalidades e expectativas relativamente à informação noticiosa. As jovens portuguesas não rejeitam as notícias, por assim dizer, mas os formatos tradicionais que não dialogam com as suas competências digitais e ritmos de vida contemporâneos.

Contudo, como será explorado adiante, esta aparente rejeição dos *media* tradicionais não é absoluta: estas plataformas mantêm uma função específica como instâncias de verificação, sugerindo uma hierarquia persistente de credibilidade onde os *media* estabelecidos conservam autoridade epistémica. Isso indica uma hierarquia de credibilidade que persiste, ancorando a confiança em meio ao fluxo digital.

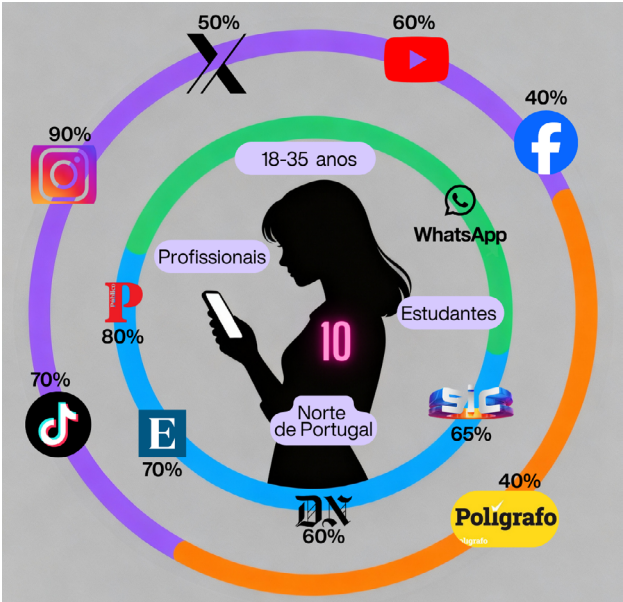


Figura 2. Usos de plataformas digitais

#### 4.4. Consciência da Sub-representação: Uma Perspetiva Longitudinal e Interseccional

As entrevistadas manifestam uma clara perceção de sub-representação histórica das mulheres nos *media* noticiosos portugueses. Uma das participantes relatou:

“Hoje em dia já existe muito mais representação feminina nos *media* do que quando eu era mais pequena. Lembro-me de, quando era criança, ver muito menos mulheres nas notícias, muito menos mulheres jornalistas, muito menos mulheres como fontes. Via mais homens em tudo — nos telejornais, nos debates, nas entrevistas. Agora, já vejo mais mulheres, mas acho que ainda não está 100% solidificada essa igualdade. Ainda há áreas onde as mulheres estão sub-representadas, e não é só com as mulheres, é também com as minorias — pessoas de diferentes etnias, pessoas LGBTQ+, pessoas com deficiência. Até então há muito caminho a percorrer” (P7).

Isso evidencia uma consciência longitudinal das transformações na representação feminina, ao mesmo tempo que reconhece a persistência de desigualdades estruturais. A observação de que o problema afeta “não só as mulheres, mas também as minorias” revela uma sensibilidade interseccional (Crenshaw, 1989; Hooks, 1984), reconhecendo que múltiplas categorias de identidade — género, mas também raça, classe, orientação sexual — são objeto de marginalização mediática.

Esta perspetiva interseccional é significativa, ao revelar que as jovens mulheres portuguesas não compreendem a desigualdade de género isoladamente, mas articulada com outras formas de opressão e marginalização. Este achado dialoga com a crítica feminista interseccional (Crenshaw, 1989) que argumenta que as experiências de opressão não podem ser compreendidas mediante uma única categoria de identidade.

As participantes relatam preocupações específicas sobre o tratamento dado às jornalistas mulheres, aquelas que cobrem política. Outra entrevistada observou:

“Quando era mais nova, via o jornalista como um homem ‘por defeito’. Se alguém me dissesse ‘jornalista’, eu imaginava automaticamente um homem. Hoje em dia já há mais mulheres jornalistas, já se vê mais mulheres nos telejornais, mas continua a haver diferença no tratamento. Em política, por exemplo, há menos cuidado com as mulheres jornalistas. Vê-se diferença no tratamento, principalmente em debates. Os homens políticos interrompem mais as mulheres jornalistas, falam por cima de-

las, não as levam tão a sério. E nos debates entre jornalistas, também se vê que as mulheres têm de se esforçar mais para serem ouvidas” (P2).

A expressão “jornalista como um homem ‘por defeito’” é reveladora de como as normas de género estruturam as expectativas sobre quem ocupa posições de autoridade informativa. Este achado confirma a análise de Ross e Carter (2011) sobre a “masculinização” da profissão jornalística, onde o jornalista ideal é imaginado como masculino, e as mulheres são vistas como exceções ou intrusas num espaço tradicionalmente masculino.

A sub-representação é notória no jornalismo desportivo. Uma participante sintetizou:

“Hoje em dia já vemos muita mais variedade, já se vê homens e mulheres nos telejornais. No entanto, na parte desportiva, eu acho que ainda vivemos muito o público masculino e não muito o público feminino. Há muito pouca cobertura de desporto feminino, e quando há, é sempre tratado como secundário. O futebol masculino tem horas e horas de cobertura, mas o futebol feminino quase não aparece. E mesmo as jornalistas desportivas são muito poucas” (P5).

O jornalismo desportivo mantém-se como um reduto resistente à equidade de género (Hardin & Whiteside, 2009), tanto na cobertura de atletas femininas como na presença de jornalistas mulheres, refletindo a histórica associação entre desporto, masculinidade e *media*.

Isso não se traduz numa avaliação simplista da presença ou ausência de mulheres, mas numa análise mais sofisticada da qualidade da representação. Uma das entrevistadas argumentou:

“Vejo muitas mulheres na televisão, vejo mulheres jornalistas, mulheres comentadoras, mulheres entrevistadas. Mas a representatividade verdadeira não passa só por ter mulheres visíveis. Passa por haver mais vozes que contraponham discursos patriarcais, sejam homens ou mulheres. Porque podemos ter muitas mulheres na televisão, mas se elas reproduzem os mesmos discursos patriarcais, se não questionam as estruturas de poder, então a representatividade é só cosmética. O que precisamos é de vozes que desafiem as coisas como são, que tragam perspetivas diferentes, que questionem as narrativas dominantes” (P6).

Isso desloca a questão da mera presença feminina para a dimensão da pluralidade discursiva e contra-hegemónica. Esta perspetiva alinha-se com análises feministas mais sofisticadas (hooks, 1984; Van Zoonen, 1994) que argumentam que a representatividade não se esgota na visibilidade, mas requer vozes que desafiem ativamente as estruturas patriarcais. Isso sugere uma visão mais ampla das desigualdades, enraizada nas experiências

reais das participantes. Isso evidencia uma maturidade analítica nas participantes, indo além da superfície.

#### *4.5. Demanda por Diversidade: Para Além da “Correção Política”*

As reivindicações das participantes por maior diversidade e pluralidade dialogam com perspectivas feministas interseccionais, que argumentam que a justiça mediática requer não apenas a inclusão de mulheres, mas a transformação das estruturas de poder que determinam quais vozes são ouvidas e valorizadas. Uma das participantes sintetizou:

“Seria positivo haver mais foco em mulheres e minorias nas notícias, sobretudo em horário nobre. Porque o horário nobre é quando mais pessoas veem televisão, é quando as notícias têm mais impacto. Se as mulheres e as minorias só aparecem em horários marginais ou em programas específicos, isso perpetua a ideia de que são temas secundários, não tão importantes como os temas ‘principais’ que passam no horário nobre” (P1).

É a crítica à natureza da cobertura quando as mulheres são, efetivamente, o foco das notícias. Uma participante relatou:

“Principalmente no desporto ainda falta representação, falta visibilidade para as atletas femininas. Mas eu sinto que as notícias abordam temas relevantes para mulheres jovens em Portugal, só que acho que são temas maus, temas negativos. Por exemplo, quando alguém é violada, quando alguém aborta, quando há violência doméstica. São sempre notícias sobre mulheres como vítimas. Não são temas positivos, não são notícias sobre conquistas de mulheres, sobre mulheres que fizeram coisas importantes, sobre mulheres em posições de liderança. As mulheres aparecem nas notícias quando sofrem violência, não quando fazem coisas importantes” (P4).

As participantes frequentemente mencionam que ‘não veem muitas mulheres em notícias sobre política’. Esta percepção alinha-se com dados do Global Media Monitoring Project (2020)<sup>5</sup>, que documentam que mulheres representam apenas 19% das pessoas mencionadas em notícias sobre política globalmente, e 17% em Portugal (ERC, 2019).

---

<sup>5</sup> Dados do Global Media Monitoring Project (2020) revelam que mulheres representam apenas 24% das pessoas mencionadas em notícias globalmente, com representação ainda menor em política (19%), economia (15%) e tecnologia (8%). Em Portugal, mulheres representam 22% das pessoas mencionadas em notícias (ERC, 2019), com padrões similares de sub-representação em tópicos “sérios”. Quando representadas, mulheres frequentemente aparecem em papéis estereotipados (35% dos casos), reforçando desigualdades de género (GMMP, 2020; Machado, 2014).

Esta observação é crucial, pois identifica um padrão de vitimização na cobertura noticiosa sobre mulheres. Este padrão reflete o que Tuchman (1978) designou como “aniquilação simbólica” das mulheres nos *media*, onde a sua representação é simultaneamente escassa e estereotipada, focando-se em contextos de violência, trauma ou controvérsia moral, raramente em contextos de agência, conquista ou liderança.

A demanda por diversidade estende-se para além das questões de género. Como argumenta uma das entrevistadas.

“Acho que ainda existem poucas entrevistas a pessoas, efetivamente discriminadas em Portugal, nas mais variadas vertentes — seja a nível de classe social, seja a nível de género, seja a nível da cor da pele, seja a nível de orientação sexual. Acho que se podiam fazer matérias mais alargadas sobre isso, dar voz a essas pessoas, perceber as suas experiências, as suas perspetivas. Porque isso enriquece o debate público, permite-nos ver o mundo de formas diferentes. É como viajar — quando viajas, vês outras realidades, outros modos de vida, e isso alarga os teus horizontes. É a mesma coisa com os *media*. Quando vês várias perspetivas, os teus horizontes alargam e tornas-te uma pessoa muito mais rica, muito mais diversa, muito mais tolerante” (P6).

A diversidade mediática não pode limitar-se a uma única categoria de identidade. A metáfora da viagem é eloquente, sugerindo que a exposição a perspetivas diversas não é uma concessão ou “correção política”, mas uma condição para uma compreensão mais rica e mais completa da realidade social. Isso aponta para uma cobertura que reforça estereótipos em vez de desafiá-los. Isso reforça a importância de uma representação que eduque e expanda horizontes.

#### *4.6. Sensibilidade à Linguagem Inclusiva: Para Além das Palavras*

A análise das entrevistas revela uma sensibilidade linguística notável entre as participantes. Esta consciência metalinguística alinha-se com debates feministas sobre o papel da linguagem na reprodução ou contestação de desigualdades de género (Cameron, 1992; Silveirinha, 2004). Uma das entrevistadas argumentou:

“Sinto que falta linguagem inclusiva na televisão. Quando os jornalistas falam, usam sempre o masculino como genérico. Dizem ‘os portugueses’, ‘os eleitores’, ‘os trabalhadores’, mesmo quando se referem a homens e mulheres. Isso invisibiliza as mulheres, faz parecer que só os homens existem ou que os homens são a norma e as mulheres são a exceção. Acho que os jornalistas deviam ter mais cuidado com a linguagem, deviam usar linguagem mais inclusiva” (P5).

Outra entrevistada estabeleceu uma conexão entre forma e conteúdo:

“Seria importante que os jornalistas utilizassem uma linguagem um pouco mais inclusiva e que abordassem mais temas femininos, temas que interessam às mulheres. Assim podiam estar a auxiliar as mulheres, a dar visibilidade aos problemas que as mulheres enfrentam. A linguagem inclusiva não é só uma questão de palavras, é uma questão de atitude, de reconhecer que as mulheres existem, que as mulheres têm experiências próprias, que as mulheres têm problemas específicos que precisam de ser abordados” (P8).

A atenção dada à sensibilidade na abordagem de temas afetam mulheres. Uma das participantes relatou uma experiência pessoal:

“Houve uma vez que vi uma notícia sobre violência doméstica, e a forma como foi abordada fez-me sentir muito desconfortável. Senti-me desrespeitada pela falta de sensibilidade. O jornalista estava a fazer perguntas muito invasivas à vítima, estava a insistir em detalhes que não eram necessários, estava a espetacularizar o sofrimento da mulher. Sinto que houve falta de responsabilidade na forma como a notícia foi abordada. As vítimas de violência já sofrem muito, não precisam de ser revitimizadas pelos *media*” (P1).

Esta observação amplia a questão da linguagem inclusiva para além do uso de termos neutros relativamente ao género, abrangendo também a ética jornalística na cobertura de temas sensíveis. A linguagem inclusiva, nesta perspetiva mais ampla, implica não apenas escolhas lexicais, mas uma postura de respeito, cuidado e responsabilidade na forma como as histórias são narradas quando envolvem vulnerabilidades ou traumas. Isso amplia o debate para uma ética jornalística mais ampla

#### 4.7. *Confiança nos Media e Estratégias de Verificação*

Os achados relacionados com a confiança no jornalismo inserem-se num contexto mais amplo de “crise de confiança” nos *media* documentado internacionalmente (Newman et al., 2021; Edelman Trust Barometer, 2023). Esta crise não é exclusivamente portuguesa, mas reflete tendências globais de erosão da confiança nas instituições tradicionais, incluindo o jornalismo.

As participantes expressam desconfiança em relação a notícias que consomem em redes sociais. Esta desconfiança alinha-se com dados globais<sup>6</sup>: apenas 31% dos respondentes globais confiam em notícias de redes sociais (Edelman 2024), e em Portugal apenas 22% dos jovens confiam nesse tipo de conteúdo (Reuters Institute 2023).

Um achado preocupante desta investigação é o nível elevado de desconfiança que as participantes manifestam relativamente aos *media* tradicionais. Este padrão alinha-se com dados do Digital News Report Portugal 2024 (OberCom, 2024), que demonstra que os portugueses entre 25 e 34 anos são os que menos confiam nas notícias. Simultaneamente, o Edelman Trust Barometer 2024 revela que a confiança nos *media* declinou globalmente, com apenas 46% da população global confiando nos *media* para fornecer informação precisa (Edelman, 2024).

As participantes atribuem esta desconfiança a múltiplos fatores: viés editorial percebido, priorização de sensacionalismo sobre contexto, influência de interesses comerciais e políticos, e falta de representação de perspetivas diversas. Estas críticas refletem análises desenvolvidas no campo da economia política dos *media*. Robert McChesney (2008), em *The Political Economy of Media*, argumenta que a estrutura proprietária dos *media*—caracterizada por concentração de propriedade e imperativos comerciais—compromete a capacidade dos *media* de servir funções democráticas. McChesney (2008) demonstra que os *media* corporativos, ao priorizarem lucro sobre informação pública, tendem a produzir conteúdo que reforça estruturas de poder existentes e marginaliza perspetivas críticas.

No contexto português, Silveirinha (2020) examina as tensões entre objetividade jornalística e perspetiva feminista, argumentando que a pretensão de objetividade mascara vieses estruturais que marginalizam perspetivas de género. Silveirinha (2020) demonstra que a objetividade jornalística, longe de ser neutra, reflete assunções androcêntricas<sup>7</sup> sobre o que constitui notícia “relevante” e “importante”. Esta crítica é pertinente para compreender como as participantes experienciam desconfiança: não meramente como ceticismo sobre factos específicos, mas como reconhecimento de que as estruturas mediáticas refletem e replicam vieses estruturais. Isso reforça a necessidade de reformas estruturais no jornalismo.

---

6 Confiança nos *media* global está em crise: apenas 46% dos respondentes globais confiam em notícias (Edelman Trust Barometer 2024), em declínio de 52% em 2015. Em Portugal, confiança é ligeiramente superior (47%), mas em tendência de queda (Reuters Institute 2023). Jovens (18-34) têm menos confiança (42% globalmente, 41% em Portugal) em notícias de redes sociais (22% em Portugal). A crise de confiança resulta de múltiplos fatores: polarização política (64% percebem viés), desinformação (71% dos portugueses consideram fake news um problema grave), e crise económica do jornalismo.

7 O conceito de androcentrismo refere-se à supervalorização do homem, e de suas experiências e comportamentos, não assumindo os seres humanos como igualitários, desvalorizando geralmente as experiências das mulheres ou a busca pelos seus direitos.

#### *4.8. Crise de Confiança: Da Missão Informativa ao Imperativo Comercial*

Um achado preocupante é o declínio generalizado da confiança no jornalismo entre as participantes. Uma das participantes articulou isso:

“Acho que o jornalismo de antigamente estava mais centrado em informar e partilhar conhecimento. O objetivo principal era informar as pessoas, educar as pessoas, contribuir para uma sociedade mais informada e mais democrática. Agora sinto que o foco são as audiências, os clicks, as visualizações. Muitas vezes sinto que as notícias são enviesadas por interesses — interesses económicos, interesses políticos. As notícias são, muitas vezes, demasiado alarmistas, demasiado sensacionalistas, centradas no que choca ou causa pânico, porque isso é o que dá audiências. Mas isso não é informar, isso é manipular. E isso preocupa-me muito, porque o jornalismo tem um papel fundamental na democracia, e se o jornalismo perde a credibilidade, a democracia também perde” (P4).

Esta observação identifica uma reorientação fundamental do campo jornalístico: de uma lógica centrada na missão informativa e no serviço público para uma lógica orientada pelas métricas de audiência e pelos imperativos comerciais. Este diagnóstico ecoa análises críticas sobre a “tabloidização” e “comercialização” do jornalismo (McNair, 2000; Sousa, 2008), onde a lógica de mercado coloniza progressivamente a esfera da produção noticiosa.

As jovens mulheres entrevistadas parecem reconhecer que a crise de confiança está enraizada em problemas estruturais. Uma das participantes expressou isso:

“No geral, confio no jornalismo português. Mas algumas publicações, especificamente, não confio. Por isso é que não as consumo, não as leio, não as sigo. Porque acredito que algumas publicações procuram as vendas mais do que a verdade. Querem vender jornais, querem ter clicks, querem ter audiências, e para isso estão dispostas a distorcer a verdade, a exagerar, a ser sensacionalistas. Prefiro não consumir essas publicações e focar-me naquelas que ainda têm credibilidade, que ainda fazem jornalismo sério” (P3).

Esta afirmação revela uma desconfiança seletiva e fundamentada: as participantes desenvolveram a capacidade de distinguir entre órgãos que priorizam o rigor informativo e aqueles que subordinam a verdade a objetivos comerciais.

É preocupante a percepção de que o jornalismo está a perder espaço para fontes não credenciadas. Uma entrevistada alertou:

“O que me preocupa muito é que os jovens, neste momento, não estão a consumir informação dos órgãos de comunicação social tradicionais. Estão a consumir informação diretamente das redes sociais, de plataformas ou pessoas que não são credíveis, que não têm formação jornalística, que não têm ética jornalística, e estão a assumir aquilo como verdades absolutas. E isso, mais uma vez, impacta a visão delas do mundo, a forma como interpretam a realidade. E depois vê-se jovens a defender posições até extremistas, posições radicais, porque a informação que elas têm é enviesada, é manipulada, é falsa. E isso é muito perigoso para a democracia” (P6).

Esta observação identifica um círculo vicioso preocupante: a perda de confiança no jornalismo institucional leva os jovens a procurar informação em fontes alternativas, frequentemente menos rigorosas; o consumo destas fontes pode resultar em visões distorcidas da realidade e, em casos extremos, na adoção de posições radicais.

As participantes demonstram também consciência de que os problemas do jornalismo não se devem necessariamente à má vontade individual dos profissionais. Uma das entrevistadas sintetizou:

“Eu acho que os jornalistas, na sua maioria, estão a fazer aquilo que podem. Muitos deles estão a fazer um bom trabalho, estão a tentar fazer jornalismo sério, rigoroso, independente. Mas estão constrangidos por um modelo económico que não funciona. Os jornais estão a perder dinheiro, estão a despedir jornalistas, estão a cortar em recursos. E isso obriga os jornalistas a fazer mais com menos, a produzir mais notícias em menos tempo, e isso inevitavelmente afeta a qualidade. Por isso, acho que é preciso revir o modelo económico do jornalismo. Precisamos de encontrar formas de financiar o jornalismo de qualidade que não dependam apenas da publicidade ou das vendas” (P3).

Esta perspetiva é sofisticada, por distinguir entre a agência individual dos jornalistas e as estruturas económicas e organizacionais que moldam o seu trabalho. A solução, nesta ótica, não passa por responsabilizar individualmente os profissionais, mas por transformar o modelo de negócio que os constrange. Isso aponta para reformas sistémicas urgentes.

#### *4.9. Estratégias Híbridas: Verificação como Literacia Prática*

Apesar da crise de confiança, as entrevistadas não são vítimas passivas da desinformação, mas desenvolveram estratégias híbridas de verificação. Uma das participantes relatou:

“Quando vejo uma notícia que me chama a atenção no Facebook ou no Instagram se é uma notícia muito chocante ou muito surpreendente, eu não acredito logo.

Vou diretamente ao site do Público, ou da SIC Notícias, ou do Expresso, para ver se aquilo é verdade, se há mais informação sobre aquilo, se a notícia está a ser reportada por fontes credíveis. Porque nas redes sociais há muita desinformação, há muitos títulos enganosos, há muitas coisas que são exageradas ou distorcidas. Então tenho sempre esse cuidado de verificar” (P6).

Isso exemplifica um padrão recorrente: as redes sociais funcionam como espaços de descoberta e alerta inicial, enquanto os *media* estabelecidos servem como instâncias de validação. Esta prática revela uma hierarquia implícita de credibilidade, onde os jornais de referência (Público, Expresso, Diário de Notícias, SIC Notícias) mantêm um estatuto de autoridade epistémica. Isso demonstra uma literacia prática que equilibra o digital com o tradicional.

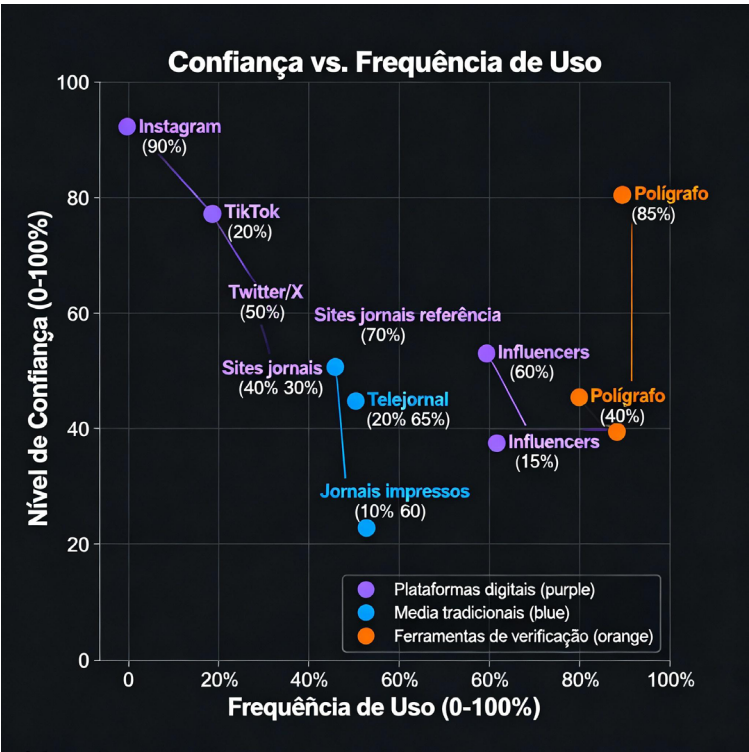


Figura 3. Confiança nos *media*

O recurso das ferramentas especializadas de verificação evidencia sofisticação adicional:

“Eu recorro bastante ao Polígrafo, que é uma plataforma portuguesa de fact-checking. Quando há uma declaração política controversa, ou quando há uma notícia que parece duvidosa, vou ao Polígrafo para ver se eles já verificaram aquilo, se é

verdade ou se é falso. Também acho muito úteis as notas comunitárias no Twitter, agora X. Porque às vezes aparece uma publicação com uma notícia ou uma informação, e logo abaixo aparece uma nota da comunidade a dizer ‘atenção, isto é falso’ ou ‘isto está fora de contexto’. Isso ajuda muito a não cair em desinformação” (P10).

Significativo é o desenvolvimento de heurísticas de desconfiança:

“Tenho muita consciência de que existem notícias falsas nas redes sociais. Então quando vejo algo muito chocante, algo que parece demasiado bom ou demasiado mau para ser verdade, desconfio logo. Porque normalmente as notícias falsas são criadas para chocar, para causar reações emocionais fortes, para serem partilhadas. Então quando algo me choca muito, em vez de partilhar logo ou de acreditar logo, paro e penso: ‘Será que isto é verdade? Vou verificar.’ E normalmente quando verifico, descubro que é falso ou que está muito exagerado” (P9).

Esta literacia mediática prática — adquirida mais pela experiência do que por educação formal — representa uma resposta adaptativa às condições da desinformação digital, embora seja reconhecidamente desigual e incompleta.

Os achados desta investigação sugerem a necessidade urgente de fortalecer programas de educação para os *media* em Portugal. A UNESCO (2011), em *Media and Information Literacy: Curriculum for Teachers*, estabelece diretrizes internacionais para educação mediática, enfatizando a importância de desenvolver competências críticas de análise, compreensão de estruturas mediáticas e capacidade de produção de conteúdo. Segundo o *Digital News Report Portugal 2024* (OberCom, 2024), apenas 41% dos portugueses entre 18 e 24 anos afirmam ter recebido algum tipo de formação em literacia mediática, indicando uma lacuna significativa.

Em Portugal, Pereira & Tomé (2018) documentam o estado atual da educação para os *media*, identificando desafios estruturais: falta de integração curricular sistemática, ausência de formação adequada de professores e recursos limitados. Pereira, Moura & Silveirinha (2020) propõem recomendações específicas para o contexto português, incluindo integração obrigatória de literacia mediática no currículo nacional, formação de professores em análise crítica de *media* e desenvolvimento de recursos educativos que abordem especificamente questões de género e representação.

As recomendações desta investigação alinham-se com estas propostas, sugerindo que programas de educação para os *media* devem: (1) desenvolver competências de análise crítica de algoritmos e bolhas de filtro; (2) examinar dinâmicas de representação de género nos *media*; (3) promover compreensão de estruturas proprietárias dos *media* e os seus

impactos na produção informativa; (4) capacitar jovens para produção de conteúdo alternativo e participação cívica digital.

#### *4.10. Socialização Mediática Familiar e Participação Cívica*

Os achados relacionados com as influências no consumo noticioso dialogam com teorias sobre socialização política e mediática (McLeod, 2000; Thompson, 1992), que enfatizam o papel de contextos familiares na formação de hábitos informativos.

A investigação revela que a receção de notícias não é um processo individual, mas profundamente social, mediado por dinâmicas familiares, de pares e comunitárias. Este achado alinha-se com a teoria da memória coletiva desenvolvida por Maurice Halbwachs (1992) e com investigações contemporâneas sobre memória mediática. Barbie Zelizer (2008), em *Taking Journalism Seriously*, argumenta que a memória coletiva é produzida por meio de narrativas mediáticas, e que jornalistas funcionam como “custódias de memória” que moldam como as comunidades recordam e interpretam eventos históricos.

Nesta investigação, as participantes descrevem como as suas práticas de consumo de notícias foram socializadas mediante dinâmicas familiares, onde membros de gerações anteriores transmitiram não apenas informação, mas orientações normativas sobre qual informação é importante, como interpretá-la e qual é o papel apropriado do cidadão relativamente aos *media*. Este processo de transmissão intergeracional de literacia mediática é pouco estudado em Portugal, constituindo uma lacuna que esta investigação ajuda a preencher.

Nico Carpentier (2011), em *Media and Participation*, argumenta que a participação mediática não é meramente um direito individual, mas um processo social através do qual os sujeitos negociam pertencimento, identidade e agência. Carpentier (2011) demonstra que formas de participação mediática—desde comentar notícias em redes sociais até produzir conteúdo alternativo—constituem expressões de cidadania. As participantes desta investigação descrevem múltiplas formas de participação: partilha de notícias em WhatsApp, comentários críticos em Instagram, produção de conteúdo próprio. Estas práticas, frequentemente invisibilizadas em análises tradicionais de consumo mediático, constituem expressões significativas de agência e participação cívica.

Lance Bennett (2008), em *Actualizing Democracy*, propõe o conceito de “cidadania digital” para descrever como os jovens contemporâneos negociam participação política via plataformas digitais. Bennett (2008) argumenta que as formas tradicionais de participação cívica (voto, filiação partidária) estão em declínio entre jovens, enquanto emergem novas formas de engajamento político por meio de redes sociais, campanhas online e ativismo

digital. As participantes desta investigação exemplificam este padrão: enquanto manifestam desengajamento de instituições políticas tradicionais, simultaneamente participam em debates políticos por plataformas digitais.

#### *4.11. Memória Mediática Familiar: Rituais e Transmissões Intergeracionais*

Os hábitos familiares emergem como fatores significativos. Como relatou uma das participantes:

“Durante toda a minha infância e adolescência, lá em casa, assistíamos sempre ao telejornal durante o jantar. Era um ritual familiar. Às 20h00, jantávamos todos juntos a ver o telejornal. E muitas vezes, durante ou depois do telejornal, o meu pai fazia comentários sobre as notícias, explicava-nos coisas que não entendíamos, discutia connosco sobre política. Isso foi muito importante para a minha formação, para a minha consciência política e cívica. Aprendi muito sobre o mundo através desses momentos familiares de consumo de notícias” (P7).

Esta dimensão intergeracional da socialização mediática é sublinhada pela literatura sobre mediação parental (Livingstone & Helsper, 2008; Buckingham, 2007). Do ponto de vista da história oral (Thompson, 1992; Portelli, 1997), estas narrativas revelam memórias coletivas de rituais familiares que estão a desaparecer nas gerações mais recentes.

Contudo, uma das participantes alerta para as implicações da perda desta mediação familiar:

“O que me preocupa é que os jovens de agora, as gerações mais novas, consomem notícias individualmente nas redes sociais, nos seus telemóveis, sozinhos nos seus quartos, sem o contexto familiar, sem a orientação de adultos. E isso pode ser muito perigoso. Porque quando consumes notícias com a família, há discussão, há questionamento, há adultos que te podem explicar as coisas, que te podem dar contexto, que te podem alertar quando algo é manipulação ou propaganda. Mas quando consumes sozinho, não tens esse filtro, essa orientação. E aí é mais fácil seres manipulado, seres enganado, desenvolveres visões distorcidas da realidade” (P5).

Esta transformação não é apenas tecnológica, mas social e geracional: de um consumo coletivo, contextualizado e mediado por adultos, para um consumo individual, descontextualizado e mediado por algoritmos.

#### *4.12. Distanciamento Político: Rejeição da Forma, Não do Conteúdo*

Apesar de demonstrarem interesse em estar informadas, as entrevistadas manifestam um distanciamento da política institucional tradicional. Como expressam várias participantes:

“Sinceramente, não me interessa muito por política. Acho aborrecido, acho que não me representa. Quando vejo notícias sobre política, são sempre os mesmos políticos a dizer as mesmas coisas, a fazer as mesmas acusações uns aos outros. Parece tudo um teatro, um espetáculo para as câmaras. Não vejo ali nada que se relacione com a minha vida, com os meus problemas, com as minhas preocupações. Por isso, acabo por me desinteressar” (P1).

O sentimento de falta de representatividade emerge como fator crucial:

“Sinto que há falta de representatividade na política. A política não me representa. Os políticos são na sua maioria homens, de meia-idade, de classe média-alta. Eu, como mulher jovem, não me vejo representada ali. As minhas preocupações — alterações climáticas, igualdade de género, habitação acessível, precariedade laboral — não estão no centro da agenda política. Então sinto-me desconectada da política institucional” (P2).

Este padrão alinha-se com estudos sobre participação política juvenil (Bennett, 2008; Brites, 2015) que identificam uma transição de formas convencionais de participação para formas mais fluidas centradas em causas específicas.

### **5. Conclusão**

Esta investigação, ancorada na metodologia de história oral e orientada por uma perspetiva interseccional que articula juventude e género, oferece uma compreensão aprofundada sobre como jovens mulheres portuguesas da região Norte navegam e se relacionam com o ecossistema mediático contemporâneo. Os achados desafiam narrativas simplistas sobre apatia geracional ou consumo passivo de informação, revelando um grupo demográfico criticamente engajado, estrategicamente adaptativo e conscientemente resistente às limitações dos sistemas mediáticos tradicionais e digitais.

#### *5.1. Principais Contribuições Empíricas*

Consumo híbrido e estratégico. As participantes demonstraram práticas que combinam plataformas digitais (Instagram, TikTok, X, YouTube, WhatsApp) como canais primários de

acesso a notícias, valorizadas pela imediatez e formato visual, com *media* tradicionais (televisão, rádio, jornais) reapropriados como ferramentas de verificação e contextualização. Esta descoberta revela que jovens mulheres não estão a migrar simplesmente de um ecossistema para outro, mas construindo dietas mediáticas complexas e complementares que combinam velocidade digital com percepção de credibilidade institucional.

Todas as participantes identificaram com precisão padrões estruturais de sub-representação, estereotipagem e narrativas redutoras de mulheres no jornalismo português. Reconheceram que mulheres aparecem predominantemente como vítimas ou em áreas “femininas”, estando ausentes como especialistas em economia, tecnologia e política. Criticaram a linguagem generificada (“histórica”, “emotiva”) e o foco em aparência física em vez de competências profissionais. Crucialmente, não se limitaram a criticar — articularam demandas específicas: diversificação de fontes, eliminação de linguagem sexista, representação de mulheres como agentes complexas e multidimensionais, e maior diversidade interseccional.

#### *Confiança mitigada e verificação sofisticada*

O ceticismo em relação ao jornalismo institucional, fundamentado em preocupações sobre vieses políticos, pressões comerciais e sensacionalismo, levou ao desenvolvimento de estratégias híbridas de verificação: triangulação de fontes, recurso a fact-checkers (Polígrafo), utilização de notas comunitárias, busca de fontes primárias e consulta aos *media* tradicionais. Estas práticas revelam agência epistémica notável — as participantes posicionam-se como investigadoras ativas, não recetoras passivas. Simultaneamente, demonstraram autoconsciência realista sobre limitações de tempo, energia e competências, reconhecendo lacunas na sua literacia mediática.

#### *Consciência algorítmica emergente*

As participantes demonstraram compreensão crescente de que feeds de redes sociais resultam de sistemas de personalização que moldam exposição informacional, reconhecendo riscos dos filtros de bolhas. Face a isto, algumas desenvolveram estratégias de diversificação: seguir contas com perspetivas divergentes, usar múltiplas plataformas, realizar “experiências” algorítmicas e praticar detox digital. No entanto, expressaram frustração com a falta de controlo, demandando maior soberania digital.

#### *Influências socializadoras múltiplas*

A família (pais que valorizavam estar informado) moldou hábitos precoces, embora várias participantes descrevam inversão de papéis, tornando-se educadoras mediáticas dos pais. A educação universitária foi valorizada, mas identificou-se lacuna crítica no ensino

básico e secundário. Experiências pessoais de discriminação de género emergiram como catalisadoras de consciência crítica.

### *Implicações Teóricas e Metodológicas*

Os achados contribuem para teorias sobre audiências ativas, demonstrando que jovens mulheres são cocriadoras dos seus ambientes informacionais mediante seleção, verificação, reinterpretação e partilha. Esta agência, contudo, é constrangida por estruturas algorítmicas, económicas e políticas, sugerindo necessidade de modelos teóricos que reconheçam simultaneamente agência e constrangimento estrutural.

A perspetiva interseccional revelou-se fundamental, demonstrando como juventude e género intersectam com classe, educação e localização para produzir experiências específicas. Análises futuras devem aprofundar esta perspetiva, explorando como etnia, orientação sexual, capacidade física e estatuto migratório moldam consumo de notícias.

A história oral como metodologia não apenas gerou dados ricos, mas constituiu ato de reconhecimento epistémico, validando conhecimento situado de jovens mulheres. As entrevistas funcionaram como espaços de reflexividade, sugerindo que investigação qualitativa pode ter efeitos performativos.

### *Limitações e Direções Futuras*

A amostra de dez participantes, embora apropriada para investigação qualitativa, limita transferibilidade. O confinamento geográfico e aparente homogeneidade étnica significam que experiências de jovens mulheres racializadas, imigrantes ou de classes trabalhadoras precárias podem não estar adequadamente representadas. Investigações futuras devem: (1) expandir e diversificar amostras; (2) adotar triangulação metodológica (observação etnográfica, análise de conteúdo, diários mediáticos); (3) implementar desenhos longitudinais para capturar trajetórias e transformações; (4) integrar análise de audiências com análise sistemática de conteúdo mediático português.

### *Recomendações Práticas*

Para organizações jornalísticas: diversificar fontes especialistas (meta de 40-50% fontes femininas), implementar formação obrigatória em perspetiva de género, revir guias de estilo, desenvolver formatos para audiências jovens, aumentar transparência.

Para plataformas digitais: aumentar transparência algorítmica, integrar ferramentas de verificação, dar maior controlo aos utilizadores sobre personalização.

Para instituições educativas: integrar literacia mediática como disciplina obrigatória desde o ensino básico, formar professores, desenvolver recursos digitais de acesso livre.

Para decisores políticos: criar legislação de paridade nos *media*, estabelecer fundos de apoio a jornalismo com perspetiva de género, fortalecer capacidades regulatórias.

### *Reflexão Final*

Esta investigação revela que jovens mulheres portuguesas são agentes críticas e estratégicas, não vítimas passivas. Identificam com precisão limitações e vieses mediáticos e articulam demandas claras por transformação. No entanto, a responsabilidade pela mudança não pode recair exclusivamente sobre indivíduos que já realizam trabalho cognitivamente exigente de verificação, diversificação e resistência.

A transformação necessária requer mudanças estruturais em práticas jornalísticas, desenho de plataformas, currículos educativos e regulação mediática. As vozes das participantes constituem um apelo à ação: “Vemos os problemas. Sabemos o que precisa de mudar. Estamos prontas para ser parceiras. Mas precisamos que instituições nos encontrem a meio caminho”.

A questão que permanece não é se jovens mulheres estão preparadas para navegar e transformar o ecossistema mediático — esta investigação demonstra inequivocamente que estão. A questão é: Estarão as instituições preparadas para ouvir, aprender e transformar-se? Esta investigação oferece não apenas diagnóstico do presente, mas mapa para futuros possíveis — futuros em que *media* representam autenticamente a diversidade social, plataformas empoderam em vez de manipular, e jovens mulheres são reconhecidas como cidadãs críticas e agentes de transformação social.

## Referências bibliográficas

- Anderson, C. W. (2011). Post-industrial journalism: Adapting to the present. Columbia Journalism Review. Recuperado de [https://www.cjr.org/analysis/post-industrial\\_journalism](https://www.cjr.org/analysis/post-industrial_journalism)
- Andrejevic, M. (2013). Infoglut: How too much information is changing the way we think and know. New York: Routledge.
- Banwart, M. C. (2010). Gender and candidate communication: Videostyle, webstyle, and newsstyle. New York: Routledge.
- Boczkowski, P. J. (2004). Digitizing the news: Innovation in online newspapers. Cambridge, MA: MIT Press.

Boczkowski, P. J., Matassi, M., & Garay, M. V. (2018). Incidental news consumption on social media: How habit and happenstance, not algorithmic filtering, fuel popularly shared COVID-19 content. *Media and Communication*, 6(4), 42-50.

Bourdon, J. (2013). The media and the teenage brain: The construction of a moral panic. Em D. Buckingham (Ed.), *Youth, risk and media* (pp. 11-26). London: Routledge.

Boyd, D. (2014). *It's complicated: The social lives of networked teens*. New Haven, CT: Yale University Press.

Braun, V., & Clarke, V. (2019). Reflecting on reflexive thematic analysis. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health*, 11(4), 589-597.

Buckingham, D. (2007). Youth, identity, and digital media. Em D. Buckingham (Ed.), *Youth, identity, and digital media* (pp. 1-14). Cambridge, MA: MIT Press.

Buckingham, D. (2015). Defining digital literacy: What do young people need to know about digital media? *New Media & Society*, 12(3), 472-488.

Buolamwini, J., & Buolamwini, J. (2018). Gender shades: Intersectional accuracy disparities in commercial gender classification. *Conference on Fairness, Accountability and Transparency*, 77-91.

Carvalho, J. (2013). *Jovens e notícias: Consumo, produção e participação*. Coimbra: Grácio Editor.

Carvalho, J. (2014). *Os jovens e as notícias: Um estudo sobre o consumo, a produção e a participação noticiosa dos jovens portugueses*. Lisboa: Observatório da Comunicação (OberCom).

Charmaz, K. (2006). *Constructing grounded theory: A practical guide through qualitative analysis*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Collins, P. H. (2015). Intersectionality's definitional dilemmas. *Annual Review of Sociology*, 41, 1-20.

Craft, S., & Wanta, W. (2004). Women in the newsroom: Influences of female editors and reporters on news coverage. *Howard Journal of Communications*, 15(3), 193-207.

Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(1), 139-167.

D'Cruz, H., Gillingham, P., & Melendez, S. (2007). Reflexivity, its meanings and relevance for social work: A critical appraisal of the literature. *British Journal of Social Work*, 37(1), 73-90.

Davenport, T. H., & Beck, J. C. (2001). *The attention economy: Understanding new currencies of business*. Boston: Harvard Business School Press.

Denzin, N. K. (1978). *The research act: A theoretical introduction to sociological methods* (2.ª ed.). New York: McGraw-Hill.

Edelman. (2023). *Edelman Trust Barometer 2023*. Recuperado de <https://www.edelman.com/trust-barometer>

Edelman. (2024). *2024 Edelman Trust Barometer: Global report*. Recuperado de <https://www.edelman.com/trust/2024/trust-barometer>

Entidade Reguladora para a Comunicação Social. (2019). *Relatório sobre qualidade jornalística em Portugal*. Lisboa: ERC.

Finlay, L. (2002). Outing the researcher: The provenance, process, and practice of reflexivity. *Qualitative Health Research*, 12(4), 531-545.

Flick, U. (2018). *Doing triangulation and mixed methods* (2.ª ed.). London: Sage Publications.

Gerbner, G., Gross, L., Morgan, M., & Signorielli, N. (1994). Growing up with television: The cultivation perspective. Em J. Bryant & D. Zillmann (Eds.), *Media effects: Advances in theory and research* (pp. 17-41). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.

Gillespie, T. (2014). The relevance of algorithms. Em T. Gillespie, P. J. Boczkowski, & K. A. Foot (Eds.), *Media technologies: Essays on communication, distribution, and difference* (pp. 167-193). Cambridge, MA: MIT Press.

Global Media Monitoring Project. (2020). Who makes the news? Global Media Monitoring Project 2020. Recuperado de <https://whomakesthenews.org/>

Guillemin, M., & Gillam, L. (2004). Ethics, reflexivity, and “ethically important moments” in research. *Qualitative Inquiry*, 10(2), 261-280.

Kitchin, R., & Lauriault, T. P. (2018). Data justice and algorithmic justice. Em R. Kitchin & T. P. Lauriault (Eds.), *Data justice* (pp. 1-24). London: Routledge.

Kovach, B., & Rosenstiel, T. (2014). *The elements of journalism: What newspeople should know and the public should expect* (3.<sup>a</sup> ed.). New York: Three Rivers Press.

Lambrecht, A., & Tucker, C. (2019). Algorithmic bias? An empirical study of apparent gender-based discrimination in the display of STEM career ads. *Management Science*, 65(7), 2966-2981.

Landis, J. R., & Koch, G. G. (1977). The measurement of observer agreement for categorical data. *Biometrics*, 33(1), 159-174.

Lincoln, Y. S., & Guba, E. G. (1985). *Naturalistic inquiry*. Beverly Hills, CA: Sage Publications.

Livingstone, S. (2004). Media literacy and the challenge of new information and communication technologies. *The Communication Review*, 7(1), 3-14.

Livingstone, S., & Helsper, E. (2010). Balancing active and passive media use: Parental mediation of children’s encounters with the internet. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 87(3-4), 563-584.

Livingstone, S., & Helsper, E. J. (2008). Parental mediation of children’s internet use. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 52(4), 581-599.

Machado, U. (2014). *Mulheres jornalistas em Portugal: Estudo sobre a profissão e as práticas*. Lisboa: Associação Portuguesa de Imprensa.

Malterud, K. (2001). Qualitative research: Standards, challenges, and guidelines. *The Lancet*, 358(9280), 483-488.

Marchi, R. (2012). Youth, new media, and the news. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 56(2), 200-217.

McChesney, R. W. (2015). *Rich media, poor democracy: Communication politics in dubious times*. New York: The New Press.

McCombs, M. E., & Shaw, D. L. (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36(2), 176-187.

Meihy, J. C. S. B. (1996). *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola.

Newman, N., Fletcher, R., Robertson, C. T., & Nielsen, R. K. (2021). *Reuters Institute Digital News Report 2021*. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism.

Noble, S. U. (2018). *Algorithms of oppression: How search engines reinforce racism*. New York: NYU Press.

Pariser, E. (2011). *The filter bubble: What the Internet is hiding from you*. New York: Penguin Press.

Pérez-Tornero, J. M., & Varis, T. (2010). *Media literacy in Europe: Controversies, challenges and perspectives*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona.

Pillow, W. S. (2003). Confession, catharsis, or cure? Rethinking the uses of reflexivity as methodological power in qualitative research. *International Journal of Qualitative Studies in Education*, 16(2), 175-196.

Portelli, A. (1997). *The battle of Valle Giulia: Oral history and the art of dialogue*. Madison, WI: University of Wisconsin Press.

Portelli, A. (2006). *The order has been carried out: History, memory, and truth-telling in My Lai*. New York: Palgrave Macmillan.

Reuters Institute for the Study of Journalism. (2023). *Digital news report 2023*. Recuperado de <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report>

Ross, K. (2014). *Women, men and media: Representations and realities*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers.

Scheufele, D. A., & Tewksbury, D. (2007). Framing, agenda setting, and priming: The evolution of three media effects models. *Journal of Communication*, 57(1), 9-20.

Shoemaker, P. J., & Vos, T. P. (2009). *Gatekeeping theory*. New York: Routledge.

Simon, H. A. (1971). Designing organizations for an information-rich world. Em M. Greenberger (Ed.), *Computers, communication, and the public interest* (pp. 40-41). Baltimore: Johns Hopkins Press.

Sunstein, C. R. (2002). *Republic.com: Dealing with extreme speech on the internet*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Thompson, P. (1992). *The voice of the past: Oral history* (2.<sup>a</sup> ed.). Oxford: Oxford University Press.

Thompson, P. (2000). *The voice of the past: Oral history* (3.<sup>a</sup> ed.). Oxford: Oxford University Press.

VERBI Software. (2022). *MaxQDA 2022: The art of data analysis* [Software de computador]. Recuperado de <https://www.maxqda.com/>

Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). *Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Strasbourg: Council of Europe.

Wardle, C., & Ward, J. (2019). *Misinformation is complicated*. Recuperado de <https://firstdraftnews.org/>

Zuboff, S. (2019). *The age of surveillance capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power*. New York: PublicAffairs.

# Dinâmicas de Socialização Mediática: Continuidades, Rupturas e Resistências no Contexto Insular Madeirense

Samuel Mateus

Universidade da Madeira • LabCom

[samuelmateus@uma.pt](mailto:samuelmateus@uma.pt)

**Resumo:** Este artigo examina os processos de socialização mediática familiar a partir do estudo comparativo de sete jovens universitários da Região Autónoma da Madeira. Baseado em entrevistas semi-diretivas realizadas no âmbito do projeto MemNews e inscrito na literatura sobre transformações digitais e identidades territoriais, o estudo explora as mutações nos hábitos de consumo noticioso entre gerações, a hibridização entre práticas tradicionais e digitais, os paradoxos da desinformação no contexto português e as formas emergentes de resistência crítica.

A análise revela como a exposição familiar aos *media* tradicionais na infância evoluiu para modalidades diversificadas de consumo mediático autónomo na juventude, evidenciando tanto continuidades territoriais quanto rupturas geracionais de alcance considerável. Os testemunhos de Bruna (18 anos), António (22 anos), Laura F. (18 anos), Ana Lara (21 anos, brasileira), Laura P. (19 anos), Leonor (24 anos) e Margarida (20 anos) — com nítida predominância do género feminino (6 mulheres em 7 participantes) — oferecem perspectivas convergentes e divergentes sobre confiança mediática, literacia digital e consciência crítica. Os dados confirmam os paradigmas teóricos de Jenkins sobre cultura da convergência e as teses de Morley sobre persistência territorial em contextos globalizados.

Os resultados têm implicações diretas para as políticas de literacia mediática e para a sustentabilidade dos *media* regionais: demonstram que a competência crítica se forja tanto na experiência biográfica quanto na socialização familiar, e que as identidades territoriais persistem — e podem mesmo intensificar-se — através das infraestruturas digitais, exigindo respostas educativas e comunicacionais que reconheçam esta complexidade. Urge considerar que a mediatização social não produz sujeitos passivos nem competências homogêneas: produz trajetórias — biográficas, territoriais, críticas — que só uma escuta metodologicamente atenta consegue restituir na sua densidade e relevância para a teoria da comunicação.

**Palavras-chave:** Socialização mediática; literacia mediática; desinformação; identidades regionais; jovens e redes sociais; insularidade; dieta mediática; news avoidance.

## Introdução

A socialização mediática constitui um processo fundamental através do qual os indivíduos interiorizam normas, valores e práticas relacionadas com o consumo e a interpretação das formas discursivas dos *media*. Nas sociedades contemporâneas, este processo assume particular relevância dada a crescente mediatização da experiência social e a complexificação — estrutural, tecnológica e semiótica — do ecossistema mediático. As consequências desta transformação não são meramente técnicas: afetam profundamente os modos como os sujeitos constroem sentido, estabelecem vínculos identitários e desenvolvem relações de confiança ou ceticismo face às instituições informacionais. Como sublinha Castells (2002), a sociedade em rede caracteriza-se pela centralidade dos fluxos informacionais na estruturação das relações sociais e das identidades coletivas, o que implica que

o acesso, a interpretação e a avaliação crítica da informação se converteram em dimensões constitutivas da cidadania contemporânea.

A literatura contemporânea sobre socialização mediática evidencia transformações significativas nos padrões familiares de consumo mediático. Por exemplo, Brito et al. (2017) documentam como famílias portuguesas negoceiam tensões entre práticas tradicionais — nomeadamente o consumo televisivo partilhado — e tendências individualizantes associadas ao consumo digital personalizado. O Digital News Report Portugal (Cardoso et al. 2025), que acompanha sistematicamente os hábitos noticiosos dos portugueses utilizadores da internet, confirma esta tendência: a televisão continua a ser uma das fontes de notícias mais utilizadas pelos portugueses mais velhos, enquanto entre os jovens as redes sociais emergem como principal via de acesso à informação, com 39% dos jovens entre os 18 e os 24 anos a indicá-las como a sua fonte principal de notícias. Estes dados quantitativos enquadram e contextualizam os testemunhos qualitativos recolhidos no presente estudo. Esta hibridização levanta questões cruciais sobre como captar processos de mudança que estão ainda em curso, particularmente em contextos insulares que apresentam especificidades territoriais únicas.

O presente estudo analisa estas dinâmicas através dos testemunhos de sete jovens universitários da Região Autónoma da Madeira: Bruna (18 anos), António (22 anos), Laura F. (18 anos), Ana Lara (21 anos, natural do Brasil), Laura P. (19 anos), Leonor (24 anos) e Margarida (20 anos), todos estudantes de Comunicação, Cultura e Organizações na Universidade da Madeira. Não é de somenos a predominância do género feminino na amostra — seis mulheres e apenas um homem —, aspeto que, embora decorrente dos critérios de amostragem intencional, pode refletir a composição demográfica do curso e convida a futura investigação sobre eventuais diferenças de género nos repertórios de consumo mediático e nos padrões de confiança. Os percursos biográficos destes sete entrevistados evidenciam as transformações geracionais no consumo mediático, oferecendo perspetivas convergentes e divergentes sobre a evolução da confiança mediática e o desenvolvimento de competências críticas. A inclusão de uma perspetiva transnacional, através do testemunho de Ana Lara, enriquece a análise comparativa e introduz um eixo diferencial de grande fertilidade interpretativa.

Como argumenta Anderson (2006), as comunidades imaginárias constituem-se através de práticas mediáticas partilhadas que criam sentimentos de pertença e de identificação coletiva. No caso português, e particularmente nas regiões autónomas, esta dimensão assume contornos específicos, que convém não subestimar. Fidalgo (2021) documenta como as pressões económicas e as transformações tecnológicas ameaçam a viabilidade dos *media* regionais, que historicamente desempenharam papel crucial na manutenção de identidades territoriais. Emergem assim novos desafios para a transmissão intergeracional de práticas mediáticas locais, colocando em tensão a lógica global das plataformas digitais e a lógica local da identificação territorial.

As entrevistas oferecem uma janela privilegiada para compreender os processos de socialização mediática familiar e revelam, não apenas mudanças nos hábitos de consumo, mas também continuidades que evidenciam a persistência de lógicas territoriais e familiares na estruturação da experiência mediática contemporânea. Esta coexistência de continuidade e rutura constitui, precisamente, o núcleo problemático que o presente artigo se propõe explorar.

## 1. Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa baseada em entrevistas semi-diretivas em profundidade, seguindo os princípios metodológicos da história oral tal como conceptualizados por Thompson (2017). O carácter semi-diretivo das entrevistas — estruturadas em torno de um guião temático flexível que orientou a conversa sem a constranger — revelou-se particularmente adequado para aceder às memórias mediáticas dos entrevistados, permitindo simultaneamente uma comparabilidade analítica entre os sete casos e a emergência de dimensões não antecipadas nos instrumentos de recolha. A metodologia qualitativa impõe-se, por conseguinte, não apenas como opção técnica, mas como imperativo epistemológico: trata-se de dar voz a experiências que, de outro modo, permaneceriam invisíveis nas abordagens quantitativas.

Reconhecem-se os desafios específicos identificados por Livingstone e Blum-Ross (2020) sobre como memórias de práticas mediáticas familiares são frequentemente “contaminadas” por experiências posteriores e discursos sociais dominantes sobre transformação digital. Nomeadamente o facto de as memórias dos pais sobre essas práticas serem frequentemente reconstruídas à luz de experiências e discursos posteriores. Este fenómeno de contaminação mnésica opera através de vários mecanismos convergentes: a interiorização retroativa de normas de “bom comportamento digital” que leva os indivíduos a reinterpretar práticas passadas permissivas como mais controladas do que efetivamente foram; a projeção de ansiedades contemporâneas de riscos digitais sobre decisões tomadas num contexto discursivo distinto; a periodização mítica de uma rutura tecnológica que tende a idealizar o passado mediático familiar e a condenar o presente; e a ativação de mecanismos de desejabilidade social em contexto de entrevista, que orienta os relatos retrospectivos no sentido da conformidade com os valores dominantes do momento da recolha de dados. Estes processos de reescrita mnésica não invalidam a pertinência metodológica dos relatos autobiográficos, mas exigem que a análise os entenda, não como descrições fiéis de práticas passadas, mas sim como construções discursivas situadas, reveladoras tanto das práticas recordadas como dos quadros normativos que estruturam a sua evocação.

Porém, longe de invalidar a abordagem biográfica, esta contaminação revela-se metodologicamente produtiva já que ela permite aceder às formas como os indivíduos narrativizam

e conferem sentido às suas experiências de mudança, articulando o vivido e o representado numa unidade analítica de elevada riqueza.

As entrevistas foram conduzidas no âmbito do projeto MemNews<sup>1</sup>, dedicado ao estudo da receção e consumo da experiência noticiosa em Portugal. Os sete participantes foram seleccionados através de amostragem intencional, privilegiando a diversidade de experiências dentro de um grupo etário relativamente homogéneo de jovens universitários madeirenses, com a inclusão de uma perspetiva transnacional através da participante brasileira. A amostra é maioritariamente feminina: seis das sete entrevistadas são mulheres (Bruna, Laura F., Ana Lara, Laura P., Leonor e Margarida), sendo António o único participante do género masculino. Esta predominância do género feminino, ainda que não constituindo um critério de seleção intencional, configura um dado a considerar na leitura dos resultados. Esta escolha metodológica responde às observações de Ponte et al. (2019) sobre como práticas de mediação familiar digital se tornam subtis para os próprios atores, exigindo técnicas metodológicas específicas que permitam aceder a processos automatizados e não-reflexivos.

No que respeita ao procedimento técnico de tratamento dos dados, as entrevistas foram gravadas e transcritas com recurso a uma ferramenta de inteligência artificial generativa. Posteriormente foram sujeitas a processo de depuração, revisão e validação humana, de modo a assegurar a fidelidade ao registo oral dos participantes. O tratamento interpretativo e qualitativo das entrevistas seguiu os princípios da análise temática, com identificação de categorias emergentes que foram sistematicamente confrontadas entre si e com a literatura. Esta articulação entre textualização assistida por IA e tratamento interpretativo humano assinala uma modalidade metodológica híbrida que importa tornar explícita, dado que combina a eficiência instrumental das tecnologias de transcrição com a profundidade analítica indispensável à investigação qualitativa em ciências da comunicação.

A análise centra-se, então, nas narrativas biográficas dos entrevistados, identificando padrões transversais e especificidades individuais nos processos de socialização mediática. Da análise temática, foram identificadas categorias emergentes relacionadas com: (1) modalidades de socialização mediática familiar; (2) transformações digitais e práticas híbridas; (3) experiência da desinformação; (4) modalidades de confiança mediática e resistência crítica; e, por fim, (5) tipologias de consumo noticioso. Esta organização tipológica não deve ser entendida como hierárquica, apenas como uma estrutura analítica que permite mapear a complexidade de um fenómeno irreduzível a qualquer modelo simplificado.

---

<sup>1</sup> Este projeto de investigação exploratório, com a referência 2023.15210.PEX, é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P, tendo a Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa como Instituição Proponente e a Universidade Fernando Pessoa como Instituição de Acolhimento. DOI: <https://doi.org/10.54499/2023.15210.PEX>

## 2. Análise e Resultados

### 2.1. *Modalidades de Socialização Mediática Familiar*

A análise dos testemunhos revela cinco modalidades distintas de socialização mediática familiar (exposição involuntária, interiorização passiva, integração quotidiana, socialização regional, e relação autodidata) que correspondem, em termos gerais, a tipologias teóricas de mediação identificadas na literatura: Estas modalidades refletem os padrões de comunicação familiar conceptualizados por Chaffee et al. (1971) e McLeod e Chaffee (1972), cujos trabalhos demonstraram como estruturas comunicacionais familiares — orientadas para o conceito (concept-orientation) ou para a conformidade social (socio-orientation) — moldam as práticas mediáticas dos jovens. Como sublinham Livingstone e Helsper (2008), a mediação parental dos *media* constitui um processo através do qual as famílias reproduzem os seus valores face a sistemas de significado externos, adaptando estratégias que vão desde o co-visionamento ativo até às restrições técnicas. Simultaneamente, a teoria cognitiva social de Bandura (2001) ilumina como a aprendizagem observacional, mesmo quando não-intencional, estrutura a aquisição de competências e disposições mediáticas.

Importa, desde já, apontar um padrão transversal às cinco modalidades identificadas, isto é, a presença de pontos de convergência e de divergência entre os entrevistados. Em termos de convergência, todos os sete participantes evidenciam uma trajetória comum de hibridização entre práticas de consumo tradicional herdadas da socialização familiar — a televisão, a rádio, a imprensa regional — e práticas digitais autónomas construídas na adolescência e juventude. Esta convergência é reforçada pela preferência generalizada pelos *media* regionais madeirenses como âncoras identitárias, dado transversal a quase todos os testemunhos. Já em termos de divergência, os percursos evidenciam diferenças significativas nas modalidades de confiança, nos graus de ceticismo e nas estratégias de verificação adotadas, diferenças que se explicam, provavelmente, e em grande medida, pelas experiências biográficas específicas de cada entrevistado e não por determinismos de geração ou de género.

#### *Exposição Involuntária*

Bruna experienciou uma modalidade de socialização por “exposição involuntária”, caracterizada pela imposição espontânea de hábitos mediáticos através de familiares: “era difícil conciliar o tempo para estarem comigo. Então, muitas das vezes eu ficava com os meus tios, vários tios, sempre que eu estava com eles, eles viam as notícias, passavam a tarde toda a ver notícias”. Esta modalidade corresponde ao que Bandura (2001) designa como aprendizagem observacional não-intencional, onde a criança absorve comportamentos mediáticos sem participação ativa ou escolha consciente.

As consequências desta forma de socialização são de natureza paradoxal: trata-se de uma incorporação de práticas que ocorre pela via da resistência, como ilustra a expressão de Bruna — “eu era pequenina e queria ver desenhos animados, só que pronto, eu também tinha que respeitar porque era a casa deles” —, revelando como a socialização mediática pode inicialmente processar-se através de tensão e imposição, transformando o constrangimento em disposição durável. Esta paradoxalidade merece problematização à luz da investigação de Valenzuela, Bachmann e Aguilar (2019), a qual demonstrou que a comunicação familiar orientada para o conceito — mesmo quando não intencional — predispõe os jovens para o consumo noticioso através do desenvolvimento de necessidades cognitivas de processamento de informação. O que o testemunho de Bruna revela é, precisamente, que esta predisposição pode consolidar-se mesmo na ausência de qualquer intenção pedagógica, e mesmo contra a vontade momentânea da criança. A convivência prolongada com adultos que consomem notícias constitui por si só uma forma eficaz de transmissão de disposições mediáticas.

Importa, porém, interrogar os limites desta moldura teórica. A aprendizagem observacional não-intencional de Bandura pressupõe um sujeito relativamente passivo perante os modelos que o rodeiam. O que o relato de Bruna sugere é algo mais complexo: uma agência constrangida que, através da negociação e da resistência, paradoxalmente consolida aquilo a que resiste. Esta dinâmica aproxima-se do que Morley (2000) identificou como a política do espaço doméstico, em que as hierarquias geracionais e relacionais estruturam os padrões de acesso e exposição aos *media* de forma tão determinante quanto qualquer estratégia de mediação deliberada. A naturalização posterior do consumo noticioso — aquilo que começou como imposição transforma-se em hábito — configura um mecanismo de socialização que opera pela sedimentação de rotinas, e não pela transmissão explícita de valores, o que o distingue das formas mais estudadas de mediação parental ativa.

### *Interiorização Passiva*

A socialização mediática de António desenvolveu-se através de uma modalidade de “interiorização passiva”, caracterizada pela absorção gradual de hábitos paternos sem envolvimento direto: “posso dizer que tenho várias memórias do meu pai a ver notícias quando era mais novo [...] todos os dias às seis da manhã o meu pai acordava para ir à porta de casa buscar o jornal”. Esta modalidade evidencia como a socialização pode processar-se através do que António designa como “ricochete” — “as minhas interações com estes meios eram sempre de ricochete, nunca era direto” —, metáfora que ilumina a transmissão indireta e não-intencional de práticas mediáticas. Teoricamente, esta modalidade demonstra que a socialização não requer envolvimento explícito nem intenção pedagógica: a simples copresença com o consumo mediático adulto pode constituir, por si só, um processo formativo de longo alcance. Este resultado reitera as conclusões do estudo longitudinal de Paus-Hasebrink et al. (2019), que demonstrou como o *habitus* mediático se constitui

menos por transmissão deliberada do que pela incorporação progressiva das práticas observadas no ambiente doméstico, num processo que opera através de estruturas de atenção seletiva e de exposição repetida — o que a teoria da domesticação designaria como a fase de incorporação temporal (Silverstone et al., 1992).

### *Integração Quotidiana*

Laura F. e Margarida experienciaram uma modalidade de “integração quotidiana”, onde os *media* se incorporam naturalmente nas rotinas familiares. Laura F. relata que “o meu pai, como trabalha num restaurante, trazia sempre todos os dias os jornais para ir vendo”, enquanto Margarida descreve como “os meus pais sempre tiveram esse hábito. Por exemplo, às vezes estávamos a jantar e a televisão estava ligada nas notícias”. Esta modalidade caracteriza-se pela naturalização dos *media* como componente normal do ambiente familiar, onde a informação jornalística se inscreve no ritmo quotidiano sem necessidade de legitimação explícita. Além disso, a integração processa-se também através da mobilidade urbana, como evidencia Laura F. — “quando me iam pôr à escola, eu também tinha sempre o rádio ativo para ver as notícias” —, demonstrando como os *media* acompanham as rotinas de deslocação familiar.

Esta modalidade de socialização é particularmente ilustrativa do processo de domesticação tal como conceptualizado por Silverstone et al. (1992): os *media* não são aqui um objeto de reflexão ou de negociação explícita, mas uma presença incorporada nas rotinas do lar, funcionando como o que Morley (2000) designa como infraestrutura temporal da vida doméstica.

### *Socialização Regional*

Leonor é a entrevistada que relata uma modalidade mais evidente de “socialização regional”, caracterizada por uma rotina familiar intensa centrada no consumo televisivo de proximidade: “ao jantar vemos sempre o telejornal na RTP Madeira”. Esta lealdade mediática regional demonstrou-se inquebrável mesmo em contextos de emigração: “também quando estivémos fora, tentamos sempre ver pela RTP Madeira, porque sempre fomos habituados a isso”. A persistência desta prática durante a sua estadia na Suíça, mantendo o consumo da RTP Madeira através do RTP Play, evidencia como a identidade mediática territorial pode transcender as limitações geográficas através da adaptação tecnológica. Porém, mais do que uma simples preferência de consumo, estamos perante um fenómeno identitário complexo, confirmando as teses de Morley (2000) sobre persistência territorial em contextos globalizados.

Este fenómeno pode ser teorizado à luz do conceito de *polymedia* desenvolvido por Madianou e Miller (2013), que descreve o modo como os utilizadores se apropriam de

um ambiente comunicacional integrado de plataformas, escolhendo entre elas em função de imperativos relacionais e identitários. O que Leonor descreve não é uma fidelidade a um canal enquanto suporte técnico, mas a mobilização das possibilidades tecnológicas disponíveis — a RTP Madeira e a RTP Play em contexto de emigração — para preservar uma prática identitária que a tecnologia anterior tornava geograficamente impossível. Esta dinâmica ilustra o que Georgiou (2010) identificou como a especificidade das identidades diaspóricas: ancoradas em espaços distintos e frequentemente concorrentes, dependentes de memórias e mitos partilhados, e inseparáveis dos *media* que as sustentam à distância. A identidade mediática regional de Leonor não é uma nostalgia passiva: é uma prática ativa de pertença que a plataforma digital permite manter, transformando o consumo televisivo doméstico numa forma quotidiana de afirmação territorial.

Bruna expressa esta dimensão identitária de forma particularmente reveladora: “era o jornal da Madeira. É o nosso jornal”. O pronome possessivo “nosso” revela um processo de identificação coletiva que transcende as preferências individuais. Leonor justifica a preferência regional com clareza: “nós gostamos mais de saber a nível regional de política, porque estamos a ver aqui, então preferimos [...] o regional”. A hibridização entre proximidade territorial e plataformas globais evidencia-se de forma consistente: Laura F. “costumo seguir, por exemplo, o Jornal da Madeira no Instagram”, Laura P. refere o TikTok como veículo para influenciadores tratarem de acontecimentos regionais, e Margarida mantém ligação aos *media* regionais através de múltiplas plataformas, ilustrando processos complexos de glocalização onde conteúdos locais circulam através de infraestruturas globais. Este padrão é coerente com a investigação de Ahmed e Veronis (2020), que demonstrou como as comunidades de diáspora e de pertença territorial constroem espaços de mediação “entre-dois” (in-between spaces), combinando consumo de *media* de proximidade e *media* da sociedade mais alargada para satisfazer necessidades simultaneamente locais e globais. O caso madeirense apresenta, contudo, uma especificidade relevante: ao contrário das comunidades estudadas por esses autores, a orientação para os *media* regionais não é necessariamente motivada pela experiência de emigração, mas constitui uma disposição identitária de base que a emigração apenas torna mais consciente e deliberada.

### *Relação Autodidata*

O testemunho de Laura P. representa uma modalidade de “ausência familiar e construção autodidata”, caracterizada pela rutura com padrões familiares de socialização mediática: “particularmente com a minha família nunca consumi assim muitas notícias”. O seu interesse pelos *media* e pela informação desenvolveu-se autonomamente através da educação superior: “conforme fui crescendo e eu fui entrando nesta área da comunicação das línguas, humanidades, eu comecei a sentir essa necessidade”. Esta trajetória autodidata sugere que a ausência de socialização familiar pode, paradoxalmente, estimular formas de literacia mediática mais reflexivas e voluntariamente construídas.

Estas declarações merecem ser comparadas com a investigação de Edgerly et al. (2018a), que demonstrou como o modelo parental de aprendizagem noticiosa — em que os jovens desenvolvem hábitos de consumo pela exposição ao comportamento dos pais — permanece o preditor mais robusto da socialização mediática, mesmo num ambiente de *media* fragmentado.

Ana Lara oferece uma variante transnacional desta modalidade, com socialização mediática fundamentada na formação profissional brasileira em jornalismo: “Lá no Brasil eu fazia jornalismo que também era na área da comunicação”. Ambas as entrevistadas desenvolveram estratégias proativas de curadoria digital: Laura P. explica que “a primeira coisa, das primeiras coisas que eu fiz foi pesquisar as páginas que eu achava mais confiáveis e comecei a seguir”, evidenciando como a ausência de socialização familiar pode gerar competências críticas autodidatas mais elaboradas.

## *2.2. Transformações Digitais e Práticas Híbridas: Dietas Mediáticas e Repertórios de Consumo*

As entrevistas realizadas tendem a conformar as teses de Jenkins (2006) sobre cultura da convergência, evidenciando como a transição digital se processa através de hibridização entre práticas tradicionais e emergentes, e não por substituição linear de um paradigma por outro. Para descrever com precisão estas modalidades, importa recorrer ao conceito de dieta mediática (Hasebrink & Popp, 2006), entendido como o conjunto estruturado e relativamente estável de fontes e plataformas que um indivíduo mobiliza regularmente para se informar, e ao conceito correlato de repertórios de consumo (Hasebrink & Popp, 2006; Edgerly et al., 2018), que designa as configurações específicas — combinando *media* tradicionais e digitais, notícias nacionais e regionais, consumo ativo e incidental — através das quais estes jovens constroem a sua relação quotidiana com a informação.

Os sete entrevistados demonstram padrões consistentes nos quais a televisão mantém centralidade nas suas dietas mediáticas, mas as redes sociais emergem como espaços complementares de descoberta e aprofundamento informativo. Esta coexistência funcional desafia as narrativas que opõem *media* “velhos” e “novos” como se de uma relação de exclusão se tratasse, propondo, em alternativa, uma lógica de recomposição e rearticulação funcional. Vázquez-Herrero, Negreira-Rey e Sixto-García (2022) confirmam, num estudo com jovens europeus, a preeminência das redes sociais como canais de informação alternativos aos *media* tradicionais, com um consumo distribuído ao longo do dia — padrão que se replica, com especificidades territoriais, nos dados do presente estudo.

Laura F. exemplifica esta hibridização de forma eloquente: “estou sempre ligada a isso através das redes sociais e sempre que abro o Instagram ou Facebook, tá sempre as

notícias de dia presentes”. Simultaneamente, mantém práticas televisivas familiares: “o meu pai quando tá a fazer o jantar e diz-me para ligar a TV”. Margarida confirma este padrão híbrido com uma nuance temporal relevante: consome “mais internet nos dias de semana e televisão ao fim de semana, em casa dos pais”, evidenciando como diferentes contextos — universitário e familiar — ativam diferentes modalidades de consumo mediático.

Cabe aqui introduzir uma distinção de particular relevância analítica que os testemunhos tornaram saliente: a diferença entre aceder diretamente aos órgãos de comunicação social — visitando o site do Jornal da Madeira, abrindo a aplicação da RTP Madeira, seguindo a página de um jornal no Instagram — e receber notícias por via indireta, através de agregadores de informação como o SAPO Notícias, que compilam conteúdos provenientes de múltiplas fontes jornalísticas sem que o utilizador estabeleça uma relação direta com cada um desses órgãos. Esta distinção é teoricamente relevante porque, no primeiro caso, o consumidor mantém uma relação de identificação e potencial responsabilização com um órgão de comunicação social específico, ao passo que, no segundo, a curadoria algorítmica do agregador interpõe-se entre o utilizador e os produtores de informação, diluindo a identidade da fonte e reconfigurando os regimes de confiança mediática. Como demonstram Russmann e Hess (2020), o consumo de notícias mediado por plataformas de agregação tende a produzir uma relação mais episódica e menos comprometida com a informação jornalística, o que tem implicações diretas nos modos como a confiança se constrói e os processos de verificação se ativam.

António evidencia estratégias de resistência à curadoria algorítmica que merecem atenção particular: “comecei também a evitar tudo o que me aparecia nas redes sociais, que é honestamente o principal ponto de onde eu recebo informação”. Esta resistência demonstra como os jovens desenvolvem competências críticas sobre os mecanismos de funcionamento das plataformas digitais, recusando a passividade face à lógica da personalização algorítmica. Tal posição contrasta com a abordagem mais pragmática de Ana Lara, que aceita a multiplicidade de fontes como característica positiva da era digital.

### *2.3. Experiência da Desinformação*

A experiência direta com a desinformação emerge, nos testemunhos analisados, como momento formativo crucial no desenvolvimento da consciência mediática. Os relatos revelam como estas experiências funcionam como “momentos de ensino” não-intencionais, que intensificam a reflexividade sobre os *media* e produzem formas de ceticismo informado — uma vigilância crítica que não equivale a desconfiança generalizada, mas antes a uma calibração mais precisa da credibilidade informacional.

O caso paradigmático de Bruna ilustra como um erro jornalístico pode gerar consciência crítica duradoura: “houve uma jornalista que nos tirou uma fotografia e escreveu no site online de um jornal regional: ‘Casal de turistas aflitos no mar’”. A sua análise crítica — “primeiro nós não somos um casal: é um pai e uma filha; e segundo nós nos jogámos porque quisemos” — evidencia competências de verificação de factos (fact-checking) desenvolvidas a partir da experiência pessoal, confirmando a tese de que o contacto direto com a inexactidão jornalística pode funcionar como poderoso catalisador de literacia mediática.

Laura F. relata uma experiência semelhante com a desinformação meteorológica local: “começou a aparecer várias notícias por sites desconhecidos que iríamos ficar dois dias em casa devido a isso [mau tempo]. e não saiu no Jornal da Madeira”. A sua estratégia de verificação — basear a credibilidade na ausência de confirmação por parte dos *media* regionais de referência — evidencia o desenvolvimento de práticas heurísticas ancoradas na confiança institucional dos *media*. Leonor acrescenta uma dimensão prospetiva: “com a inteligência artificial, cada pessoa para pegar na notícia e transformar a imagem da notícia [...] basta alterar um pormenor e a notícia fica deturpada”. Esta preocupação com a IA demonstra como os jovens antecipam criticamente desenvolvimentos tecnológicos, estendendo a sua reflexividade mediática para além do presente imediato.

Ana Lara contextualiza a desinformação na transformação estrutural do ecossistema mediático: “hoje a gente tem muita informação e outras pessoas também têm essa liberdade de expressão [...] hoje as pessoas estão cada vez mais aptas a falar, a dar o seu ponto de vista”. Esta análise sistémica contrasta com as experiências mais pontuais das colegas madeirenses e propõe uma leitura que articula a proliferação da desinformação com a democratização da produção mediática.

## 2.4. Modalidades de Confiança Mediática e Resistência Crítica

A análise revela, igualmente, cinco modalidades distintas de relação com a confiança mediática (confiança condicionada, ceticismo estrutural, confiança instrumental e confiança transnacional reflexiva e confiança regional condicionada) que refletem diferentes trajetórias de desenvolvimento de consciência crítica, experiências biográficas e contextos culturais. Estas modalidades expandem os modelos tradicionais de literacia mediática (Hobbs, 2010; Potter, 2019), demonstrando que a confiança nos *media* não constitui variável dicotómica, mas antes um espectro complexo de disposições críticas, moduladas por fatores biográficos, culturais e institucionais. Como argumenta Papacharissi (2015), a confiança mediática contemporânea estrutura-se através de «públicos afetivos» onde razão e emoção se entrelaçam na avaliação de credibilidade, tornando inadequadas as abordagens que reduzem a confiança a um cálculo racional de custo-benefício.

### *Confiança Condicionada*

Bruna desenvolve uma modalidade de “confiança condicionada”, moldada pela experiência direta com a desinformação: “confiar é uma palavra muito forte [...] porque já tive aquela má experiência”. Esta cautela não elimina, porém, o reconhecimento da função social dos *media*: “é através deles que temos as notícias, por isso eles são basicamente a fonte essencial para o que circula na internet”. A modalidade evidencia um processo de calibração crítica no qual experiências negativas não produzem rejeição absoluta, mas antes vigilância informada. Esta forma de confiança qualificada corresponde ao que Potter (2019) conceptualiza como “literacia mediática de segunda ordem”. De forma convergente, Strömbäck et al. (2020) sustentam que a confiança nos *media* é um fenómeno multidimensional que inclui confiar na seleção de tópicos, na exatidão das representações e na avaliação jornalística — dimensões que Bruna mobiliza, precisamente, de forma seletiva e criticamente diferenciada.

Laura F. partilha uma modalidade similar, baseando a confiança na credibilidade institucional: “se viesse de um órgão de comunicação social e do jornalista tenderia a confiar mais”. Ambas desenvolvem heurísticas práticas para avaliar credibilidade — combinando experiência biográfica com conhecimento institucional — que permitem navegação eficaz num ecossistema informacional complexo. Esta estratégia ilustra como jovens desenvolvem o que Edgerly et al. (2020) designam como “competências de navegação informacional”. As suas abordagens mantêm expectativas normativas sobre o jornalismo combinadas com vigilância crítica baseada na experiência pessoal, demonstrando uma sofisticação que ultrapassa os modelos binários de confiança/desconfiança.

### *Ceticismo Estrutural*

António desenvolve uma modalidade de “ceticismo estrutural” que articula uma crítica sistemática aos fundamentos económicos do jornalismo contemporâneo: “eu sou desconfiado, lá está, porque são negócios [...] o objetivo principal deles nunca vai ser nos informar justamente, vai ser ter o lucro”. Esta posição não reflete mero cinismo, mas antes uma compreensão informada da economia política dos *media*. A sua análise estende-se à concentração mediática: “existem seis grandes companhias que são donas de todos os canais e plataformas de notícias que nós conhecemos”, evidenciando consciência sofisticada sobre estruturas de propriedade e controlo mediático.

Este ceticismo estrutural conecta-se, além disso, ao fenómeno do news avoidance — o evitamento deliberado e seletivo de informação noticiosa (Skovsgaard & Andersen, 2020). António confessa ter “começado a evitar tudo o que me aparecia nas redes sociais”, o que configura uma estratégia de news avoidance ativa e reflexiva, motivada não por desinteresse, mas precisamente pelo reconhecimento crítico das lógicas comerciais que governam a curadoria algorítmica das plataformas. Esta posição distingue-se da forma mais passiva de

evitamento identificada em estudos recentes (de Bruin et al., 2024), que catalogam diferentes perfis de news avoiders — desde os que evitam por saturação emocional, aos que o fazem por desinteresse, até aos que restringem o consumo por razões de bem-estar psicológico. António aproxima-se antes de um perfil de ceticismo ativo, que a literatura começa a designar como *minimalista crítico*: um consumidor que reduz deliberadamente a exposição noticiosa como estratégia de resistência epistemológica e não de alheamento cívico.

António expressa simultaneamente otimismo sobre a evolução da consciência crítica coletiva: “eu sinto as pessoas a acordar relativamente a este tema”, combinando o pessimismo estrutural com esperança na capacidade de mudança social.

### *Confiança Instrumental*

Laura P. e Margarida demonstram uma modalidade de “confiança instrumental”, baseada na utilidade social percebida da função jornalística. Laura P. define o papel do jornalismo como o de “informar as pessoas sobre as notícias verdadeiras”, articulando uma expectativa normativa clara sobre a função mediática. Margarida valoriza particularmente a função dos *media* regionais na construção da memória comunitária. Ambas identificam tensões entre conveniência digital e valor dos *media* tradicionais, mas mantêm confiança básica nas instituições mediáticas, combinada com estratégias pragmáticas de verificação. Esta modalidade reflete o que Valenzuela et al. (2019) identificam como “socialização para uso noticioso”, na qual gratificações percebidas e necessidades de processamento informacional moldam os padrões de confiança.

### *Confiança Transnacional Reflexiva*

A posição de Ana Lara configura uma modalidade de “confiança transnacional reflexiva”, caracterizada pela transferência de responsabilidade crítica para o recetor: “[o jornalismo] está fazendo seu papel e eu acho que cabe à gente ver a veracidade do assunto”. Esta perspetiva desloca o foco da confiança institucional para a competência individual, refletindo uma cultura mediática que normaliza a verificação como responsabilidade do cidadão. O seu diagnóstico — “Antigamente a gente tinha o jornalismo, era aquilo ali, e pronto” — contrasta com a atual “liberdade de falar” que exige “cuidado” constante na avaliação de fontes. Esta abordagem exemplifica o que pode ser designado como “confiança distribuída”, onde a autoridade epistémica se fragmenta entre múltiplos atores e a responsabilidade de síntese crítica recai predominantemente sobre o recetor.

### *Confiança Regional Condicionada*

Leonor sugere uma modalidade de “confiança regional condicionada”, caracterizada pela articulação entre fidelidade aos *media* locais e crítica ao jornalismo sensacionalista.

A sua confiança nos jornalistas é “até o ponto de provarem que não vale a pena confiar”, refletindo uma vigilância crítica constante que opera dentro de uma relação afetiva com os meios de comunicação de proximidade. A sua aversão ao “jornalismo da tragédia” manifesta-se na declaração: “se o jornalismo continuar a aumentar mais a área da tragédia, se calhar vou começar a reduzir mais o consumo”. Esta declaração articula-se com o fenómeno do news avoidance motivado por saturação emocional e por preocupações de bem-estar (Newman et al., 2023). Para Leonor, a confiança é territorialmente ancorada: a identidade regional fornece a base para expectativas elevadas sobre o desempenho mediático local, criando uma forma particular de accountability fundamentada em comunidades de pertença.

### *2.5. Tipologias de Consumo Noticioso: News Snacking, News Finds Me e Consumo Regional*

A análise das dietas mediáticas dos entrevistados permite identificar, nos seus repertórios de consumo, padrões que a literatura especializada tem conceptualizado sob diferentes tipologias. Merece destaque, em particular, a articulação entre duas formas de consumo noticioso contemporâneo: o news snacking e a perceção news finds me.

O news snacking (Costera Meijer & Groot Kormelink, 2015) designa um padrão de consumo noticioso fragmentado e efémero, caracterizado por consultas breves, frequentes e descontínuas de informação ao longo do dia, favorecido pela lógica das plataformas móveis e das notificações push. Este padrão está bem documentado no estudo de Russmann e Hess (2020) sobre jovens adultos austríacos, que demonstra como o consumo noticioso digital tende a ser incidental, passivo e condicionado pela arquitetura informacional das plataformas. No presente estudo, esta forma de consumo é reconhecível em vários testemunhos: Laura F. refere estar “sempre ligada” às redes sociais onde as notícias aparecem “vagamente” no fluxo do dia; Margarida descreve um consumo digital mais intenso nos dias de semana, pontuado por breves consultas das redes sociais, alternando com o visionamento televisivo dos fins de semana em contexto familiar.

A perceção news finds me (Gil de Zúñiga, Weeks & Ardèvol-Abreu, 2017) designa a crença, amplamente documentada entre jovens, de que as notícias importantes chegarão ao utilizador sem que este precise de as procurar ativamente, por via das redes sociais e dos mecanismos algorítmicos de distribuição. Vázquez-Herrero, Negreira-Rey e Sixto-García (2022) confirmam a relevância deste fenómeno entre jovens europeus, sublinhando como a curadoria algorítmica das plataformas reforça esta perceção de ubiquidade informativa. No presente estudo, esta perceção é particularmente saliente em entrevistadas como Laura F., que descreve a chegada passiva das notícias pelo Instagram, e em Ana Lara, que enquadra positivamente a multiplicidade de vozes na era digital. A este padrão contras-

ta-se a postura de António, que desenvolve uma resistência ativa à lógica news finds me, recusando a passividade informacional como estratégia crítica de consumo.

Existe ainda, neste conjunto de entrevistados, uma terceira tipologia de consumo que poderíamos designar como consumo regional proativo, representada de forma paradigmática por Leonor: não se trata de news snacking nem de news finds me, mas antes de uma procura deliberada e identitariamente motivada dos conteúdos regionais, que persiste mesmo em contextos de mobilidade geográfica e se adapta às plataformas digitais disponíveis (RTP Play, Instagram do Jornal da Madeira) sem perder o seu carácter intencional e vinculante. Esta tipologia não está suficientemente teorizada na literatura dominante, centrada nos contextos anglo-saxónicos e nórdicos, e constitui, por isso, uma contribuição específica deste estudo para a compreensão das dietas mediáticas em contextos de insularidade.

### 3. Discussão

#### 3.1. *Especificidades do Contexto Regional Madeirense*

As modalidades de socialização mediática e as modalidades de confiança acima descritas devem ser lidas especificamente no contexto madeirense, o qual parece modular os processos de socialização mediática. A insularidade cria condições únicas onde a intensificação de conexões locais coexiste com a abertura global, confirmando e refinando as observações de Morley (2000) sobre como o confinamento geográfico pode intensificar — em vez de erodir — a identificação territorial. Esta tensão entre localização e globalização não é vivida como contradição, mas antes como complementaridade funcional, onde as plataformas globais se convertem em instrumentos de afirmação de identidades locais.

A preferência consistente pelos órgãos de comunicação social regionais — Jornal da Madeira, RTP Madeira — evidencia resiliência cultural face às pressões estruturais documentadas por Fidalgo (2021). Como confirma o Digital News Report Portugal (Cardoso et al., 2025), Portugal apresenta uma das taxas de confiança nos *media* mais elevadas da Europa, com a RTP como a marca mais confiada, o que encontra eco na fidelidade dos entrevistados à RTP Madeira como âncora identitária e informativa. Porém, esta resiliência sugere algo teoricamente relevante: pelo menos no contexto madeirense, existem fatores culturais e identitários que protegem parcialmente os *media* regionais da erosão de audiências documentada noutros contextos.

A análise revelou três características específicas do contexto insular madeirense que moldam a socialização mediática: a intensificação da socialização familiar, decorrente da maior proximidade social; o fortalecimento da identidade mediática regional como forma

de distinção cultural; e a hibridização entre abertura global — através de plataformas digitais — e enraizamento local — por meio de conteúdos regionais.

Contudo, a dependência crescente de plataformas globais para acesso a conteúdos locais evidencia uma vulnerabilidade estrutural que merece atenção: os jovens madeirenses mantêm preferências por conteúdos locais, mas acedem-lhes através de infraestruturas controladas por empresas transnacionais e, frequentemente, por via de agregadores de conteúdo como o SAPO Notícias, que compilam notícias de múltiplos órgãos sem que o utilizador estabeleça uma relação direta e conscientemente mediada com cada fonte específica. Esta intermediação algorítmica, identificada na literatura como potencialmente erosiva da confiança institucional diferenciada (Strömbäck et al., 2020), cria tensões entre a autonomia cultural e a dependência tecnológica que as políticas de comunicação — nacionais e regionais — não podem ignorar.

### *3.2. Contribuições para os Estudos da Comunicação*

Os resultados refinam várias perspetivas teóricas sobre transformações mediáticas contemporâneas. Em primeiro lugar, desafiam empiricamente a narrativa simplista da substituição mediática, demonstrando que antigos e novos *media* coexistem através de práticas híbridas e funcionalmente complementares. A persistência da televisão como medium central, combinada com as redes sociais como espaços de descoberta noticiosa, confirma o modelo do sistema mediático híbrido proposto por Chadwick (2017).

Em segundo lugar, os dados lançam luz sobre a mediação familiar digital (cf. Raffaghelli, 2026). A identificação de cinco modalidades distintas de socialização — exposição involuntária, observação passiva, integração quotidiana, socialização regional e construção autodidata — evidencia maior complexidade do que os modelos binários tradicionalmente assumidos.

Em terceiro lugar, os resultados questionam a tese de que a geração de nascimento determina as competências críticas face aos *media*. Os dados contradizem este pressuposto: as cinco modalidades diferenciadas de confiança mediática identificadas demonstram heterogeneidade intra-geracional significativa, evidenciando que são as experiências biográficas específicas — e não a exposição tecnológica per se — que moldam o grau de sofisticação crítica. Como argumentam boyd (2014) e Van Dijk (2005), o acesso às tecnologias não garante, por si só, competência crítica; é a qualidade das experiências mediáticas que a produz.

Quarto, as entrevistas enriquecem a literatura sobre mediação parental ao demonstrar que as práticas de socialização descritas por Livingstone e Helsper (2008) — co-visionamento,

restrição, orientação ativa — constituem apenas uma parte do espectro possível. As modalidades identificadas incluem formas de socialização não-intencionais e não-diretivas que escapam às tipologias clássicas, sugerindo que a transmissão mediática intergeracional opera frequentemente abaixo do limiar da consciência pedagógica.

Em quinto lugar, a perspectiva transnacional oferecida por Ana Lara sugere que diferentes culturas mediáticas moldam expectativas e práticas críticas de forma significativa. A sua modalidade de “confiança transnacional reflexiva” — que transfere a responsabilidade crítica para o recetor — contrasta com as modalidades mais institucionalmente centradas das colegas madeirenses, aproximando-se das análises de Papacharissi (2015) sobre como diferentes ecologias mediáticas produzem distintas formas de subjetividade informacional.

### *3.3. Implicações Metodológicas para a História Oral dos media*

A análise das entrevistas de história oral também insinua potencialidades e limitações específicas da história oral para captar transformações mediáticas contemporâneas. As memórias de práticas mediáticas são “contaminadas” por discursos públicos sobre transformação digital. Contudo, esta “contaminação” revela-se metodologicamente produtiva, permitindo aceder às formas como os indivíduos narrativizam e dão sentido às suas experiências de mudança. O testemunho biográfico não é, pois, um mero espelho de uma realidade passada: é também uma construção interpretativa do presente que revela como os sujeitos constroem narrativas de continuidade e rutura.

No entanto, a metodologia usada apresenta igualmente limitações que importa reconhecer: a seletividade da memória, a influência dos discursos dominantes sobre digitalização e a dificuldade em aceder a práticas automatizadas e não-reflexivas constituem desafios que a triangulação metodológica pode atenuar, mas não eliminar.

### *3.4. Limitações e Direções para Investigação Futura*

Este estudo apresenta várias limitações que devem ser reconhecidas. Em primeiro lugar, a amostra, embora diversificada internamente, mantém-se geograficamente específica e socioeconomicamente homogénea — estudantes universitários —, limitando a generalização dos resultados. A especificidade insular madeirense pode não ser representativa de outros contextos regionais portugueses ou de jovens com diferentes trajetórias educativas.

Em segundo lugar, o foco em estudantes de comunicação pode enviesar os resultados na direção de maior consciência crítica mediática e de um vocabulário mais especializado para articular experiências. Em terceiro lugar, a abordagem transversal não permite cap-

turar dinâmicas evolutivas dos processos de socialização. O desenvolvimento de estudos longitudinais constituiria uma contribuição valiosa para compreender as temporalidades das modalidades identificadas. Seria igualmente relevante investigar as especificidades dos contextos insulares na socialização mediática, particularmente através de estudos comparativos entre diferentes regiões autónomas — nomeadamente a Macaronésia — e outras ilhas europeias.

## Conclusão

Este capítulo contribui para a compreensão dos processos contemporâneos de socialização mediática através da análise comparativa de sete casos que, na sua singularidade e diversidade, refletem tendências sociais mais amplas relacionadas com a mediatização da sociedade contemporânea. O que os testemunhos revelam, em síntese, é que a socialização mediática é irredutível a um único modelo: ela pluraliza-se, contextualiza-se e individualiza-se de formas que a teoria deve ser capaz de acolher sem as forçar num molde único.

Apresentamos, de seguida, as dez conclusões principais que refinam substancialmente a compreensão teórica sobre socialização mediática familiar.

Primeiro, a socialização mediática familiar processa-se através de cinco modalidades distintas — exposição involuntária, interiorização passiva, integração quotidiana, socialização regional e ausência familiar e construção autodidata — que produzem trajetórias diferenciadas de literacia mediática.

Segundo, a transformação digital caracteriza-se por hibridização complexa entre práticas tradicionais e emergentes, corroborando as teses de Jenkins (2006) sobre cultura da convergência, e evidenciando coexistência funcional em vez de substituição linear. Os dados do Digital News Report Portugal (Cardoso et al., 2025) contextualizam quantitativamente este padrão no ecossistema mediático português, confirmando a prevalência das redes sociais entre os jovens como via de acesso à informação.

Terceiro, o desenvolvimento de literacia mediática produz cinco modalidades de confiança — confiança condicionada, ceticismo estrutural, confiança instrumental, confiança transnacional reflexiva e confiança regional condicionada — que refletem experiências biográficas e contextos culturais mais do que determinismos etários. Entre estas modalidades existem convergências — nomeadamente na valorização dos *media* regionais e na perceção da necessidade de verificação — e divergências significativas nos graus de ceticismo e nas estratégias de curadoria adotadas.

Quarto, a experiência direta com desinformação constitui momento formativo crucial, funcionando como “ensino não-intencional” que intensifica a reflexividade sobre o funcionamento dos *media* e desenvolve competências críticas autodidatas.

Quinto, as conclusões sugerem que as identidades territoriais persistem e se reconfiguram em contextos digitais globais através de processos de glocalização que contrariam narrativas de homogeneização cultural.

Sexto, os jovens desenvolvem estratégias de resistência à curadoria algorítmica e de navegação crítica no ecossistema mediático híbrido, desafiando narrativas pessimistas sobre as competências da “geração digital”. Esta resistência inclui práticas de news avoidance ativo e reflexivo que não equivalem a desinteresse, mas a formas sofisticadas de cidadania mediática crítica.

Sétimo, a especificidade insular madeirense evidencia como as características territoriais modulam profundamente os processos de socialização, criando tensões entre autonomia cultural e dependência tecnológica, e reforçando a necessidade de distinguir entre o acesso direto aos órgãos de comunicação social e a receção indireta via agregadores e plataformas algorítmicas.

Oitavo, a perspetiva transnacional sugere a existência de variações culturais significativas nas modalidades de confiança mediática, evidenciando necessidade de abordagens comparativas sistemáticas.

Nono, a heterogeneidade intra-geracional demonstra ser tão ou mais significativa do que as diferenças inter-geracionais, exigindo revisão dos modelos baseados em determinismos etários.

Décimo, a história oral constitui uma metodologia privilegiada para captar as múltiplas temporalidades da mudança mediática, permitindo aceder tanto a práticas individuais quanto a transformações estruturais potencialmente invisíveis a outras abordagens. A utilização de ferramentas de inteligência artificial generativa na fase de transcrição constitui, além disso, um dado metodológico a considerar em futuras reflexões sobre os protocolos de investigação qualitativa em ciências da comunicação.

Todas estas conclusões apresentam corolários relevantes. Para a teoria da comunicação, evidenciam a necessidade de modelos que reconheçam a complexidade, heterogeneidade e especificidade cultural dos processos de socialização mediática. Para as políticas de educação e literacia mediática, os resultados recomendam abordagens que reconheçam e valorizem as cinco modalidades distintas de socialização identificadas. A conversão de experiências de desinformação em oportunidades de aprendizagem emerge como estra-

tégia pedagógica promissora, particularmente relevante dado o papel formativo que estas experiências demonstram ter no desenvolvimento de competências críticas. Em relação a políticas de *media*, este capítulo demonstra a tensão complexa entre a procura cultural persistente por conteúdos locais e as fragilidades estruturais dos *media* regionais — tensão que as plataformas de agregação de conteúdo, ao diluírem a identidade das fontes jornalísticas, não ajudam a resolver.

A socialização mediática resiste, pois, à simplificação: dinâmica, multifacetada e culturalmente situada, ela exige abordagens que não sacrifiquem a densidade do real à elegância do modelo. Compreendê-la implica aceitar a complexidade como ponto de chegada, e não como problema a resolver.

## Referências Bibliográficas

- Anderson, B. (2006). *Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*. Verso.
- Bandura, A. (2001). Social cognitive theory: An agentic perspective. *Annual Review of Psychology*, 52, 1–26.
- boyd, d. (2014). *It's complicated: The social lives of networked teens*. Yale University Press.
- Brito, R., Francisco, R., Dias, P., & Chaudron, S. (2017). Family dynamics in digital homes: The role played by parental mediation in young children's digital practices around 14 European countries. *Contemporary Family Therapy*, 39(4). <https://doi.org/10.1007/s10591-017-9431-0>
- Cardoso, G., Paisana, M., & Pinto-Martinho, A. (2025). *Digital News Report Portugal 2025*. OberCom – Observatório da Comunicação. <https://doi.org/10.5281/zenodo.15599072>
- Castells, M. (2002). *The Internet galaxy: Reflections on the Internet, business, and society*. Oxford University Press.
- Chadwick, A. (2017). *The hybrid media system: Politics and power* (2nd ed.). Oxford University Press.
- Chaffee, S. H., McLeod, J. M., & Atkin, C. K. (1971). Parental influences on adolescent media use. *American Behavioral Scientist*, 14(3), 323–340.
- Costera Meijer, I., & Groot Kormelink, T. (2015). Checking, sharing, clicking and linking: Changing patterns of news use between 2004 and 2014. *Digital Journalism*, 3(5), 664–679.
- de Bruin, K., Vliegthart, R., Kruikemeier, S., & de Haan, Y. (2024). Who Are They? Different Types of News Avoiders Based on Motives, Values and Personality Traits. *Journalism Studies*, 25(12), 1404–1422. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2024.2321537>
- Edgerly, S., Vraga, E. K., Bode, L., et al. (2018). New media, new relationship to participation? A closer look at youth news repertoires and political participation. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 95(1), 192–212.
- Edgerly, S., Thorson, K., Thorson, E., Vraga, E. K., & Bode, L. (2018a). Do parents still model news consumption? Socializing news use among adolescents in a multi-device world. *New Media & Society*, 20(4), 1263–1281. <https://doi.org/10.1177/1461444816688451>

Edgerly, S., Thorson, K., & Wells, C. (2020). Young citizens, social media, and the dynamics of political learning in the United States. *Political Communication*, 37(1), 22–42.

Fidalgo, J. (2021). Portugal: Impoverished media struggling for survival. In *The media for democracy monitor 2021: How leading news media survive digital transformation*, (J. Trappel & T. Tomaz, Eds.) (pp. 297–352). Nordicom.

Gil de Zúñiga, H., Weeks, B., & Ardèvol-Abreu, A. (2017). Effects of the news-finds-me perception in communication: Social media use implications for news seeking and learning about politics. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 22(3), 105–123.

Hasebrink, U., & Popp, J. (2006). Media repertoires as a result of selective media use: A conceptual approach to the analysis of patterns of exposure. *Communications*, 31(3), 369–387.

Hobbs, R. (2010). *Digital and media literacy: A plan of action*. Aspen Institute.

Jenkins, H. (2006). *Convergence culture: Where old and new Media collide*. NYU Press.

Livingstone, S., & Helsper, E. J. (2008). Parental mediation of children's Internet use. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 52(4), 581–599.

Livingstone, S., & Blum-Ross, A. (2020). *Parenting for a Digital Future: How Hopes and Fears about Technology Shape Children's Lives*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oso/9780190874698.001.0001>

Madianou, M., & Miller, D. (2013). Polymedia: Towards a new theory of digital media in interpersonal communication. *International Journal of Cultural Studies*, 16(2), 169–187. <https://doi.org/10.1177/1367877912452486>

McLeod, J. M., & Chaffee, S. H. (1972). The construction of social reality. In J. T. Tedeschi (Ed.), *The social influence processes* (pp. 50–99). Aldine-Atherton.

Morley, D. (2000). *Home territories: Media, mobility and identity*. Routledge.

Newman, N., Fletcher, R., Eddy, K., Robertson, C. T., & Nielsen, R. K. (2023). *Reuters Institute digital news report 2023*. Reuters Institute for the Study of Journalism.

Papacharissi, Z. (2015). *Affective publics: Sentiment, technology, and politics*. Oxford University Press.

Paus-Hasebrink, I., Kulterer, J., & Sinner, P. (2019). *Social inequality, childhood and the media: A longitudinal study of the mediatization of socialisation*. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-02653-0>

Ponte, C., & Simões, J. A. (2019). Implicados, intermitentes, desengajados? Estilos de mediação de pais de crianças de 3-8 anos que usam a internet. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 91, 39–58. <https://doi.org/10.7458/SPP20199112332>

Potter, W. J. (2019). *Media literacy* (9th ed.). SAGE Publications.

Raffaghelli, J. E., Restiglian, E., Scarcelli, C. M., & Blanco-Navarro, M. P. (2026). Media consumption and families' (post)digital literacies: A national survey. *Digital Education Review*, (48), 36–54. <https://doi.org/10.1344/der.2026.48.36-54>

Russmann, U. and Hess, A. (2020). News consumption and trust in online and social Media: An in-depth qualitative study of young adults in Austria. *International Journal of Communication*, 14, pp.18-28.

- Silverstone, R., Hirsch, E., & Morley, D. (1992). Information and communication technologies and the moral economy of the household. In R. Silverstone & E. Hirsch (Eds.), *Consuming technologies: Media and information in domestic spaces* (pp. 15–31). Routledge.
- Skovsgaard, M., & Andersen, K. (2020). Conceptualizing news avoidance: Towards a shared understanding of different causes and potential solutions. *Journalism Studies*, 21(4), 459–476.
- Strömbäck, J., Tsfati, Y., Boomgaarden, H., et al. (2020). News media trust and its impact on media use: Toward a framework for future research. *Annals of the International Communication Association*, 44(2), 139–156.
- Strömbäck, J., Djerf-Pierre, M., & Shehata, A. (2016). A question of time? A longitudinal analysis of the relationship between news media consumption and political trust. *International Journal of Press/Politics*, 21(1), 88–110.
- Swart, J. (2023). Tactics of news literacy: How young people access, evaluate, and engage with news on social media. *New Media & Society*, 25(3), 505–521. <https://doi.org/10.1177/14614448211011447>
- Thompson, P. (2017). *The voice of the past: Oral history* (4th ed.). Oxford University Press.
- Valenzuela, S., Bachmann, I., & Aguilar, M. (2019). Socialized for news media use: How family communication, information-processing needs, and gratifications determine adolescents' exposure to news. *Communication Research*, 46(8), 1095–1118.
- Van Dijk, J. (2005). *The deepening divide: Inequality in the information society*. SAGE Publications.
- Vázquez-Herrero, J., Negreira-Rey, M.-C., & Sixto-García, J. (2022). Mind the gap! Journalism on social media and news consumption among young audiences. *International Journal of Communication*, 16, 3822–3842.

# A relação com os *media* nos Açores: apontamentos e memórias

Catarina Rodrigues

Universidade dos Açores • LabCom

[catarina.sl.rodrigues@uac.pt](mailto:catarina.sl.rodrigues@uac.pt)

**Resumo:** O arquipélago dos Açores tem uma identidade fortemente marcada pelo seu posicionamento geográfico. Território caracterizado pela atividade sísmica e vulcânica, é uma das nove zonas ultra-periféricas da União Europeia, com uma longa tradição de emigração para o continente americano. A sua localização no meio do Atlântico implicou, ao longo da história, distância e isolamento, bem como diferentes temporalidades de acesso aos meios de comunicação.

Atendendo aos principais objetivos do projeto MemNews, este trabalho procura contribuir para o registo e a análise da relação com os *media* e do consumo de notícias no contexto açoriano. Com base numa metodologia assente na história oral, são considerados testemunhos de diferentes cidadãos, obtidos através da realização de entrevistas.

Os resultados evidenciam a importância dos jornais regionais, com notável relevância histórica no arquipélago, mas também da rádio e, sobretudo, da televisão, enquanto meios de aproximação entre ilhas geograficamente distantes.

**Palavras-chave:** *Media*; memória; insularidade; Açores.

“Às nove horas, depois de quarenta quilómetros de ilha e mais nove de Canal, desembarcávamos, finalmente, na Horta, a cidade em frente. Esse tempo era o de meados da década de cinquenta no Pico. E a duração da viagem entre a Piedade, no extremo leste da ilha, e o Faial, costumo usá-la como medida de referência: cinco horas dão hoje para chegarmos de Ponta Delgada a Boston. Bem sei, tudo é relativo e, na altura, seria outro o tempo necessário para cobrir a distância entre as ilhas e o continente a oeste; mesmo assim, na sua dimensão relativamente imperfeita, essa medida serve para mostrar como os Açores de hoje já não são os dessa década, simultaneamente próxima e remota: afastada já na folha dos calendários e no rol das suas dramáticas condições de vida, ela continua presente e íntima no modo como aprendemos a aprender o mundo e a situar-nos nele” (Bettencourt, 2021, p. 9-10).

## Introdução

Recolher memórias sobre a relação com os *media*, tendo por base testemunhos dos cidadãos, e registar práticas e experiências de consumo de notícias são alguns dos objetivos desta pesquisa, teoricamente enquadrada em perspetivas sobre a história oral (Portelli, 2009, 2010; Álvarez, 2017; Caprino e Perazzo, 2011; Oliveira, 2010; Maia, 2006) e em estudos de receção noticiosa (Carvalho e Tomás, 2014; Carvalho, 2013). Integrado numa investigação mais vasta no âmbito do projeto “MemNews – História oral e memória(s)

das práticas e hábitos de consumo e receção noticiosa e da experiência das notícias em Portugal a partir dos testemunhos dos cidadãos – a parte que falta para uma história do jornalismo em Portugal”, o presente capítulo procura identificar experiências de consumo dos *media* e das notícias no caso concreto do arquipélago dos Açores, considerando especificidades locais. Nesse sentido, importa equacionar a forma como diferentes contextos mediáticos e informativos podem ter influenciado o registo memorialístico de determinados acontecimentos (Neiger, Meyers e Zandberg, 2011).

De forma a desenvolver um mapeamento de experiências e memórias da receção de notícias, foram realizadas oito entrevistas semiestruturadas a cidadãos residentes nos Açores com mais de 60 anos, sendo que para o presente texto serão considerados especificamente os contributos dos quatro entrevistados com mais de 71 anos. As entrevistas procuraram caracterizar o consumo noticioso ao longo do tempo, bem como as memórias associadas a determinados acontecimentos. Os resultados apontam para a existência de características próprias da insularidade e de práticas fortemente marcadas pela situação geográfica que valoriza de forma significativa a informação de proximidade. As diferentes temporalidades de acesso a determinados meios de comunicação, distintas de outras regiões, valoriza a relevância histórica da imprensa regional nos Açores, mas também da rádio e da televisão. Cinquenta anos após a primeira emissão da RTP Açores, realizada a 10 de agosto de 1975, torna-se particularmente relevante revisitar a história deste meio, atendendo às especificidades dos meios audiovisuais. A televisão chega aos Açores num contexto nacional pós-revolucionário e, no arquipélago, em pleno processo de afirmação da Autonomia, assumindo-se como um dos seus pilares simbólicos e estruturais. Marcada pela insularidade e por constrangimentos geográficos e tecnológicos, a história da televisão nos Açores evidencia desafios singulares que moldaram a evolução do serviço público de *media* na região. Neste enquadramento, procura-se compreender de que forma a televisão contribuiu para aproximar um território disperso e fragmentado. Para o efeito, e de forma complementar, são também analisados testemunhos incluídos no documentário *50 anos RTP Açores* (2025), da autoria de Herberto Gomes.

A memória dos entrevistados revela interessantes dicotomias em relação ao papel dos *media*. Por um lado, a possibilidade de ligação ao mundo “lá fora”, por outro a ausência do arquipélago das temáticas que compõem a agenda noticiosa de âmbito nacional, fator associado à incontornável condição geográfica. Os depoimentos recolhidos permitem identificar momentos marcantes, nomeadamente na história da televisão no arquipélago. Nas memórias televisivas destacam-se ainda produções de ficção, impulsionadas após a criação do Centro Regional dos Açores em 1980, e a transmissão de acontecimentos que reforçaram a ligação à diáspora. Simultaneamente são desvendadas memórias que relembram as especificidades de contextos sociais, políticos e culturais arquipelágicos. Os testemunhos recolhidos permitem assinalar semelhanças e diferenças em relação a outras regiões e constituem interessantes contributos para aprofundar a história dos *media* e do

jornalismo em Portugal, integrando as experiências e vivências de um território periférico que frequentemente permanece à margem da agenda mediática nacional.

## 1. Enquadramento teórico

Numa era em que a lógica imediatista parece imperar, ganha espaço a generalização dos ecrãs (Lipovetsky e Serroy, 2010), assente em processos comunicativos em rede (Castells et al., 2007), caracterizados pela velocidade e liquidez, como propõe Bauman (2014). A relação com os *media* em geral e com as notícias em particular transformou-se de forma significativa e é neste cenário de mutação constante que a recuperação de memórias assume especial relevância, na medida em que permite contrariar a tendência para o esquecimento acelerado. É neste enquadramento que se insere o projeto MemNews, cujo objetivo passa por registar e analisar testemunhos de portugueses de diferentes idades, gerações e contextos, centrando-se nas suas experiências de acesso e consumo de notícias ao longo do tempo.

Isabel Babo (2018) entende que “prática jornalística do relato dos acontecimentos pode ser entendida como uma atividade que dá a conhecer, confere sentido e é uma prática de memória, porque retém e regista, e a retenção e reprodução auxiliam a lembrança ou a recordação” (p. 79). Nessa medida, a autora defende que os *media* “fazem história”, entrando no terreno da historiografia, e “fazem memória”, participam e contribuem para o processo de construção da memória coletiva. Babo lembra, contudo, que “a história e a memória não podem ser colocadas como equivalendo-se” (p. 82), desde logo, porque, esta última, “como conhecimento, requer distanciamento”, ou a “memória verificada”, como defendia Ricoeur (2000). “Ao recorrer-se à memória dos relatos e testemunhos das épocas passadas, estas narrativas transformam-se em história e um conjunto de factos ganha sentido” (Babo, 2018, p. 85). A reflexão sobre memória torna-se ainda mais complexa quando considerada à luz das transformações introduzidas pela cultura digital. Mateus (2022) analisa o que considera ser o encurtamento e a poluição da memória provocada pelos *media* digitais, considerando “a internet como uma espécie de memória palimpséstica da atualidade”. O autor (2022) percorre as principais correntes de pensamento dos estudos da memória, como Henri Bergson (1999) e Maurice Halbwachs (2004) sublinhando a sua dimensão transdisciplinar. É também neste quadro que se inscreve a história oral, entendida não apenas como metodologia, mas como prática interpretativa. “A memória é uma das coisas que nos ajudam a dar um sentido ao mundo em que vivemos”. As palavras são de Alessandro Portelli, teórico da história oral, numa entrevista a Paulo Álvarez Bravo (2017). O autor, para quem “o trabalho com as fontes orais é, em primeiro lugar, uma arte de escutar” (Portelli, 2014, p. 183), argumenta que a memória não é um registo estático, mas sim uma construção dinâmica que confere significado às experiências humanas, considerando que “a entrevista da história oral é uma experiência de aprendizagem” (Álvarez Bravo, 2017, p. 546).

O conceito de memória “tem vindo a ser dissecado por inúmeras áreas do conhecimento, desde a psicologia, as neurociências, a filosofia, a antropologia, a sociologia, a história, ou até as atuais ciências da computação” (Cerqueira, Mendes e Pereira, 2017, p.1). Exige reflexão sobre as suas limitações e a complementaridade com outras fontes, mas representa “um contributo essencial e, muitas vezes, insubstituível para a análise dos problemas históricos, permitindo investigar novas questões, formular novas hipóteses e chegar a novos resultados. Com a utilização da história oral, é uma outra história que é possível” (Oliveira, 2010, p. 152). Caprino e Perazzo (2011) expõem o carácter multidisciplinar da história oral procurando analisar as possibilidades da utilização deste método no âmbito da pesquisa empírica em comunicação. As autoras defendem como alvo do uso da metodologia baseada em história oral pesquisas “que tenham preocupações relacionadas aos universos multiculturais, às identidades locais, às comunidades e às relações existentes entre as pessoas e os processos de comunicação, bem como usos e consumos mediáticos” (Caprino & Perazzo, 2011, p. 803-804). As entrevistas podem constituir-se como um elemento fundamental para recuperar a história social e cultural considerando determinados contextos e períodos temporais. Os possíveis diálogos entre a comunicação, a história e a memória são analisados por Barbosa (2019) que questiona a neutralidade das fontes, que não configuram representações exatas do passado, não refletem automaticamente uma verdade objetiva e carecem de uma interpretação crítica. “Os vestígios do passado, sejam eles um testemunho ou um documento, só se transformam em fontes históricas no momento em que o pesquisador lhes atribui essa qualificação” (Barbosa, 2019, p. 15). A entrevista, instrumento basilar da história oral, deve ser complementada com outros procedimentos que contribuam para a análise (Cerqueira, Mendes e Pereira, 2017).

Considerando que o projeto MemNews se centra na história oral e nas memórias das práticas e hábitos de consumo, com base no testemunho de cidadãos, analisando também a receção noticiosa, importa desenvolver algumas reflexões em torno deste conceito. Neste domínio, o projeto encontra inspiração em investigações anteriores, como o estudo “*Media, Recepção e Memória: Audiências femininas no Estado Novo*” (2012–2014), coordenado por José Ricardo Carvalheiro, que analisou a receção de diferentes meios de comunicação por mulheres entre as décadas de 1930 e 1960. Carvalheiro (2013) sublinha a importância de “ultrapassar uma noção vaga do que é a receção mediática (por vezes usada para designar imprecisamente tudo o que se passa do lado das audiências) (p. 71)”. A análise da forma como as pessoas recebem, interpretam e usam os conteúdos mediáticos é sempre desafiante, mais ainda se o estudo for em relação ao passado. Carvalheiro e Tomás (2014) distinguem diferentes dimensões do conceito de receção e diferenciam noções de usos dos *media* e apropriação mediada de formas simbólicas. A ideia de usos pressupõe os modos e as circunstâncias em que, por exemplo, as pessoas ouvem rádio ou veem televisão. “Nesta base é possível mapear historicamente a atividade das várias audiências em termos de usos individuais, contextos familiares ou reuniões coletivas, assim como em termos de espaços domésticos ou espaços públicos, e ainda considerar o

conjunto de interações sociais em que os sujeitos se envolvem enquanto usam os *media*” (Carvalho e Tomás, 2014, p. 124). Para os autores, o conceito de receção adquiriu um sentido específico dentro da tradição dos estudos de receção, “onde o aspeto considerado fundamental na atividade das audiências é o processo de interpretação dos textos mediáticos” (Carvalho e Tomás, 2014, p. 124). As pesquisas no âmbito da receção constituem um campo que pode beneficiar do recurso a uma metodologia que se baseie na história oral. “Os estudos de receção têm, justamente, procurado investigar como as pessoas se apropriam e reelaboram os conteúdos dos meios de comunicação, aspetos que podem ser levantados por meio dos testemunhos e narrativas orais” (Caprino & Perazzo, 2011, p. 811).

O projeto MemNews posiciona-se na interseção entre os estudos da memória, a história oral e os estudos de receção mediática, procurando compreender não apenas os usos dos *media* ao longo do tempo, mas também os processos de construção de sentido associados a essas práticas.

## 2. Sobre a história dos *media* nos Açores e o papel da televisão regional

O arquipélago dos Açores regista importantes contributos para a história do jornalismo em Portugal, nomeadamente em relação à sua longevidade e diversidade, num contexto que, desde logo, geograficamente, apresenta muitas limitações e constrangimentos. “Nos Açores, desde a introdução da imprensa, que ocorreu durante as lutas liberais, houve uma grande profusão de jornais, de variada tipologia, desde informativos aos satíricos, religiosos, culturais e políticos” (Cordeiro e Silva, 2009). Dos jornais publicados entre 1830 e 1926, alguns resistiram até hoje, é o caso do *Açoriano Oriental* (1835), do *Diário dos Açores* (1870) e do *Correio dos Açores* (1920). Destaca-se em número e variedade de títulos a imprensa da ilha de S. Miguel, seguida, com alguma distância, pela das ilhas da Terceira e do Faial (Cordeiro e Silva, 2009). No domínio da imprensa, nos anos 80 e 90 do século XIX, todo o arquipélago, à exceção da ilha do Corvo, conheceu uma verdadeira efervescência de publicações periódicas. A circulação de jornais tornou-se um aspeto integrante do quotidiano continental e insular, exercendo uma grande influência sobre uma crescente opinião pública (Tengarrinha, 1989, pp. 204-206).

O *Açoriano Oriental* é o mais antigo jornal português (em publicação contínua e regular com o mesmo nome), foi fundado a 18 de abril de 1835, em Ponta Delgada, por Manuel António Vasconcelos. Passou de semanário a diário em 1979, e conta 191 anos de existência. “A imprensa regional continua a ser um elemento essencial de afirmação das periferias regionais, de combate ao centralismo e, por conseguinte, muito necessária às populações insulares sempre ávidas, também, de pontes de ligação ao Continente e ao mundo” (Silva, 2011). Num arquipélago localizado no meio do Atlântico, entre os Estados Unidos da

América e a Europa, encontramos 9 ilhas com realidades muito distintas. “Um jornal publicado em Ponta Delgada, por exemplo, não terá o mesmo impacto no público do que um publicado em Santa Cruz da Graciosa” (Cordeiro e Silva, 2009, p. 16). Só em 2021 nasceu o primeiro jornal de que há registo no Corvo, a mais pequena ilha dos Açores, o *Tramela Aberta*, uma publicação trimestral com uma tiragem de 200 exemplares.

O século XIX foi rico em quantidade e variedade de novas publicações. Ainda que muitos tenham tido curta duração, “entre 1830 e 1899 vieram a público perto de 400 títulos, com claro destaque para as décadas de 80 e 90” (Cordeiro e Silva, 2009, p. 15). Naturalmente debruçada sobre temáticas locais e regionais, destacando-se o conceito de proximidade, cuja análise é particularmente interessante quando pensamos num território tão disperso, a imprensa açoriana tem tido ao longo da sua história um papel importante no debate sobre a Autonomia. Esta discussão que frequentemente envolve temas como o centralismo e o regionalismo testemunha “o relevo que a imprensa tem vindo a assumir na defesa e projeção de causas essenciais e estruturantes da sociedade açoriana” (Cordeiro e Silva, 2009, p. 18).

No caso específico da rádio é importante registar o surgimento do *Emissor Regional dos Açores da Emissora Nacional* a 28 de maio de 1941. Merece também referência a *Asas do Atlântico*, fundada em 1946, e a *Rádio Clube de Angra*, que nasceu em 1949, estações mencionadas pelos entrevistados no âmbito deste trabalho, como veremos mais adiante. Não terá sido por acaso que, no contexto do 50.º Aniversário do 25 de Abril de 1974, o Ecomuseu do Corvo escolheu um aparelho de rádio como peça emblemática e de elevada importância para a ilha. Foi através deste meio que muitas notícias chegaram aos açorianos antes da chegada da televisão.

Nobre-Correia lembra o tardio e lento desenvolvimento da televisão em Portugal ao referir “os recetores são apenas 46 372 em 1960, mas passam a 305 mil em 1968. Nos meios rurais a implementação é tanto mais lenta que, em 1960, uns 60% da população vive em alojamentos desprovidos de eletricidade” (2021, p. 395). Por esta altura a televisão ainda estava longe de chegar aos Açores. “É nos anos 70 que se vai assistir a uma massificação da televisão” (Nobre-Correia, 2021, p. 396). É nesta década que a televisão é finalmente inaugurada nos Açores, a 10 de agosto de 1975, sem qualquer cerimónia oficial, ao contrário do que tinha acontecido no continente e na Madeira. Esta ausência de pompa e circunstância talvez encontre justificação no enquadramento político da época, na sequência do processo revolucionário, e é devidamente assinalada no livro da autoria de Emanuel Carreiro sobre os primeiros 30 anos da RTP Açores. Ana Maria Cordeiro foi a primeira cara a surgir no ecrã para anunciar a emissão do novo canal. O Telejornal desse primeiro dia foi apresentado por Emanuel Carreiro e Paulo Martinho. “Ninguém guardou, infelizmente, o alinhamento ou o texto desse telejornal. Hoje, seria um documento histórico – ‘o 1.º telejornal da televisão açoriana’, do qual não há também qualquer gravação, mesmo que apenas sonora” (Carreiro, 2005, p.13). Interessante observar que “as notícias dos primeiros

telejornais eram emitidas não por ordem de importância ou tema, mas sim pela localização geográfica – notícias de S. Miguel – notícias da Terceira – notícias do Faial; no dia seguinte trocava-se a ordem” (Carreiro, 2005, p.13).

A televisão começou nos Açores 18 anos depois do continente e três anos depois da Madeira e foram muitas as limitações de recursos humanos e técnicos. “Ao longo das primeiras emissões, as interrupções por avaria eram frequentes” (Carreiro, 2005, p. 25). A partir de 18 de dezembro de 1977 passou a ser possível a transmissão por satélite para os Açores. Em 1978 e 1979 são abertas delegações da RTP Açores na Terceira e no Faial. “As Flores e Corvo vão ter acesso, finalmente, às emissões da RTP/A em 1988, 13 anos após o arranque da televisão no arquipélago” (Carreiro, 2005, p. 59). Também neste caso, de facto, parecia ser outro “o tempo necessário para cobrir a distância entre ilhas”, como bem notou Urbano Bettencourt (2021).

### 3. Metodologia

Tendo por base a metodologia do projeto MemNews baseada na história oral, e de forma a contribuir para um mapeamento de experiências e memórias sobre a relação com os *media* e a receção de notícias, foram realizadas entrevistas semiestruturadas a cidadãos residentes na Ilha de São Miguel, nos Açores, com mais de 60 anos. Para o presente texto são considerados especificamente os contributos dos quatro entrevistados com mais de 71 anos (quadro 1). Este grupo integra um conjunto mais vasto de ‘estudantes’ que frequenta a Academia Sénior da Universidade dos Açores (UAc) e aceitou participar no projeto. Todas as entrevistas foram realizadas presencialmente na UAc, entre os meses de junho e dezembro de 2025, registadas em vídeo e disponibilizadas no site oficial do projeto MemNews e no canal criado no YouTube.

No guião previamente definido as questões estão distribuídas por cinco áreas fundamentais numa perspetiva diacrónica: a caracterização pessoal e o contexto; o consumo de notícias ao longo do tempo e na atualidade; a receção e perceção das notícias durante o Estado Novo; do 25 de Abril de 1974 ao presente; e por fim, o impacto dos meios de comunicação e das notícias no passado e na atualidade. Este trabalho incide apenas em algumas questões colocadas: as memórias dos meios de comunicação no contexto familiar (juventude) e memórias dos primeiros meios de comunicação utilizados no âmbito informativo; as notícias mais marcantes (e outros programas); e alguns apontamentos sobre os *media* e as notícias no contexto do Estado Novo e da Revolução de Abril.

Como defendem Wimmer e Dominick (1996), “a principal vantagem da entrevista em profundidade reside na riqueza de detalhes que acrescenta” (p.158). As entrevistas realizaram-se num estilo conversacional e aberto, considerando o guião, mas deixando espaço para

a exposição e partilha de assuntos relacionados com as temáticas abordadas. Palacios e Díaz Noci (2009) recomendam o uso de entrevistas semiestruturadas, na medida em que estas “possibilitam um certo controlo sobre as respostas do entrevistado, mas ao mesmo tempo facilitam um elevado grau de liberdade ao entrevistado e ao entrevistador para manterem uma conversação distendida” (p. 101). Neste âmbito importa sublinhar que “as respostas de cada indivíduo, grupo ou comunidade (restrita) valem por si próprias e não como representativas de outros indivíduos ou comunidades” (Espírito Santo, 2010, p. 31).

A informação recolhida através das diferentes colaborações permitiu registar interessantes memórias sobre a relação com os *media* e o seu papel no contexto insular. Reconhecemos, contudo, que o estudo poderia ser enriquecido com o contributo de entrevistados com um perfil mais diversificado, nomeadamente em relação à formação, aos estratos sociais e aos locais de residência (abrangendo diferentes ilhas do arquipélago). Considerando as especificidades sócio-económicas dos Açores, marcadas, entre outros fatores, por desigualdades sociais, a inclusão de participantes com perfis mais diversos beneficiaria a pesquisa desenvolvida. Até ao momento, tal não foi possível, mas constitui uma linha de investigação que merece ter continuidade. Tendo em conta os elementos recolhidos nas entrevistas realizadas, considerámos igualmente pertinente incluir nesta análise contributos presentes no documentário *50 anos RTP Açores*, da autoria de Herberto Gomes, os quais, no nosso entender, complementam de forma rigorosa a informação obtida.

**Quadro 1.** Entrevistados e entrevistadas.

| Nome       | Idade | Género    | Local de residência | Profissão                           |
|------------|-------|-----------|---------------------|-------------------------------------|
| Aline*     | 85    | Feminino  | S. Miguel, Açores   | Professora de Enfermagem Aposentada |
| Carlos*    | 77    | Masculino | S. Miguel, Açores   | Engenheiro Agrónomo Aposentado      |
| Margarida* | 74    | Feminino  | S. Miguel, Açores   | Enfermeira Aposentada               |
| Mário*     | 75    | Masculino | S. Miguel, Açores   | Bancário Aposentado                 |

## 4. Resultados e discussão

### 4.1. A importância da televisão e os outros meios

Ao partilhar memórias sobre a sua relação com os *media* ao longo do tempo, e mais concretamente sobre o consumo de notícias em família, quando era jovem, Aline, 85 anos, professora de enfermagem aposentada, lembra que o pai era assinante de três jornais regionais: o *Açoriano Oriental*, o *Diário dos Açores* e o *Correio dos Açores*. Quando a mãe faleceu, ficou apenas com o *Açoriano Oriental* e ainda hoje continua a ser assinante. Recorda-se de ver jornais em casa desde sempre, o que impulsionou o seu gosto pela leitura. Ficava feliz quando no Natal recebia um livro (6:49). Lembra-se de obras que lhe estavam interditas,

como *O Crime do Padre Amaro*, de Eça de Queirós. Tem memória de ouvir rádio em casa na sua juventude, porque o “pai tinha rádio” (5:33), mas não se lembra exatamente quando começou a ter interesse por notícias. Com 17 anos foi estudar para Coimbra. “Foi a primeira vez que saí de casa”, conta (7:33). A viagem foi de barco e durou vários dias com paragem na ilha da Madeira. Foi em Coimbra que viu televisão pela primeira vez.

Televisão, lembro-me sempre foi em Coimbra. Eu estava num lar e as freiras deram a autorização para nós irmos a um restaurante-café que havia do outro lado da ponte. Era logo o primeiro. A primeira coisa que vi foi o casamento da princesa Margarida. Mas tínhamos de ir todas e regressarmos às tantas horas (Aline, 85 anos, 9:17).

Viveu posteriormente em Lisboa, onde sentiu o sismo de 1969 e percebeu diferenças significativas em relação à vida na ilha, nomeadamente no que diz respeito ao acesso à informação e à quantidade e diversidade de jornais disponíveis.

Margarida, enfermeira aposentada, de 74 anos, nasceu em São Vicente Ferreira, na ilha de São Miguel. O pai era agricultor e emigrou para o Canadá em 1957, quando ela tinha 5 anos. Os pais tinham a quarta classe, “mas eram pessoas com pensamento muito além para uma freguesia no meio rural, São Vicente Ferreira, que fica a 10 km [de Ponta Delgada], mas naquela altura era muito longe” (01:57). Neste período era frequente a emigração de açorianos para os Estados Unidos e Canadá.

O meu pai sempre gostou muito de ler e escrevia poesia, e a minha mãe também. Cantavam ao desafio um com o outro. E sempre teve o gosto que as filhas estudassem e foi por isso que, em 1957, ele emigrou para o Canadá. Ficou sempre lá. Só veio cá pela primeira vez quando eu já tinha 18 anos, ou seja, 13 anos depois. Ele tinha algum receio de vir porque era contra o regime (Margarida, 74 anos, 01:57).

Quando questionada sobre o consumo de notícias na sua juventude, Margarida diz não ter memória da leitura de jornais, mas recorda-se de ouvir rádio, nomeadamente das radionovelas: *A Gata e Simplesmente Maria*.

Lembro-me da rádio, devia ter uns 7 ou 8 anos. Lembro-me e estou a ver o aparelho em si, marca Philips. Quando tivemos rádio foi por volta do início dos anos 60, talvez. Nessa altura ouvíamos rádio, ouvíamos notícias... Já nessa altura a minha mãe dizia: “credo, ninguém pode ouvir notícias, isto é só desgraças (Margarida, 74 anos, 21:52).

Neste contexto, Margarida destacou também a importância da fotografia na sua vida. Tem muitas fotografias da infância, “porque todos os anos a mãe tirava fotografias para lhe enviar a ele [o pai], para ver como nós íamos crescendo. Ele não vinha cá, mas não perdeu nunca o interesse pela família” (13:01). Os registos fotográficos eram feitos pelo

fotógrafo Gilberto Nóbrega que tinha um estúdio com o seu apelido no centro de Ponta Delgada: a Foto Nóbrega, que existiu entre 1943 e 2018. Também Laudalino da Ponte Pacheco, conhecido fotógrafo micalense, que nas décadas de 60 e 70 retratou a vida quotidiana da ilha, registou algumas imagens. O acesso à televisão aconteceu em agosto de 1975, com o início das emissões da RTP Açores. Dos primeiros tempos recorda-se de ver o Telejornal. “Já era casada, mas o meu marido não comprou logo, logo. Primeiro vi a televisão do meu cunhado, marido da irmã dele. Foi em meados de agosto, na altura da festa de São Vicente e ele levou a televisão. Era uma coisa muito importante” (Margarida, 74 anos, 24:05).

A televisão permitiu-nos conhecer melhor os Açores, conhecer as outras ilhas que nós não conhecíamos. Por acaso, eu já tinha estado nelas quase todas, a minha viagem de finalistas foi pelas ilhas, no Carvalho Araújo, o barco, mas num dia de visita em cada ilha pouco ou nada se conhece. Foi uma semana, na Páscoa, em 1969. O Carvalho Araújo só atracava em Angra e no Faial. Penso que nas outras não... íamos em barquinhos pequeninos. Não fui ao Corvo, porque tive medo. Na Graciosa tinha ido para um barquinho que quase se desfazia e quando chegou ao Corvo não fui. Penso que o barco também atracou em S. Jorge. Sei que na Graciosa, Flores e Corvo não atracou. S. Jorge e Pico não tenho a certeza, mas penso que não. Apesar de ter feito esta viagem pelas ilhas do grupo central e ocidental (Santa Maria foi só em 84), o que nos deu a todos o conhecimento das outras ilhas, de como vivem, das diferenças, foi a televisão (Margarida, 74 anos, 52:40).

Num território tão vasto e tão disperso com tantas diferenças, a RTP Açores tem tido a “função de ligar e congregar” (Margarida, 74 anos, 54:50). Neste âmbito são interessantes as referências às especificidades geográficas, seja nos 10 km que separam uma freguesia da cidade de Ponta Delgada, ou na distância que separa as diferentes ilhas, e que a televisão veio aproximar.

Mário, 75 anos, nasceu em Ponta Delgada, na freguesia de São Sebastião. Viajou pela primeira vez ao continente em 1969, por integrar um grupo de folclore. “Fomos de barco, um barco que já não existe, que ficará para sempre na memória e da minha geração. Três dias para chegar a Lisboa, parávamos no Funchal e depois mais um dia até Lisboa”. Foi aí que o interesse pela comunicação social começou a despertar. “Gravámos dois programas para a televisão a nível nacional ainda a preto e branco” (15:39). Recorda que a família sempre teve o *Açoriano Oriental* em casa. Deixou recentemente de assinar o jornal por considerar que já “tem acesso a muitas notícias”. Dos tempos de juventude também se lembra de uma revista chamada *Flama*, cujos exemplares, no final do ano, o pai encadernava. Lembra que ouvia a *Asas do Atlântico*, da ilha de Santa Maria. Para além desta e da rádio pública, em algumas partes da ilha de São Miguel ouvia-se a *Rádio Clube de Angra*, nomeadamente na zona da Ribeira Grande, na costa norte de S. Miguel. Também Margarida, que nunca foi

leitora de jornais, ouvia a *Rádio Clube de Angra*, a *Asas do Atlântico* e a emissora regional (28:42). Ainda que não houvesse emissão 24 horas por dia, terá sido marcante o momento em que o aparelho radiofónico passou a fazer parte da casa de Mário.

“Lembro-me de um rádio Grundig comprado aqui em Ponta Delgada, numa empresa que já não existe, é uma loja de vestuário. E na rua António José de Almeida, lembro-me do chamado Pereira & Pereira. Na altura vendiam rádios, gira-discos, que hoje em dia estão de volta. Lembro-me desse rádio chegar a casa, ser posto com todo o cuidado em cima da mesa de jantar. Lembro-me do familiar que foi lá a casa para nos ensinar como é que aquilo trabalhava. Era diferente dos rádios habituais, tinha uma coluna de cada lado, tinha um sistema de graves e agudos. E o primeiro noticiário que eu ouvi neste rádio foi a morte do presidente Kennedy nos Estados Unidos da América. Nunca mais me esqueço. Está sempre presente na minha memória e quando olho para aquele rádio lembro-me sempre disso. Não sei porquê, mas pronto. É daquelas coisas que nos ficam marcadas para o resto da vida” (Mário, 75 anos, 17:35).

Para além dos filmes, que despertavam a curiosidade sobre o que se passava além-mar, nomeadamente nos Estados Unidos e no Canadá, Mário também recorda os espaços noticiosos com os quais se deparava nas idas ao cinema.

Eu perdi a minha mãe muito cedo, tinha 16 anos na altura, e nós tínhamos duas cadeiras reservadas no Teatro Micaelense para ir ao domingo ao cinema. No intervalo dos filmes, havia o chamado *Pathé Magazine*, onde vinham algumas notícias, não só do país, mas também algumas além-fronteiras. No caso concreto, privilegiavam as notícias de França, a divulgação de filmes, por exemplo (Mário, 75 anos, 21:51).

Da infância e juventude, Aline também lembra as idas ao cinema. Viu o filme *Quo Vadis* no Cine Marítimo (que já não existe) e também recorda as sessões de cinema ao ar livre, que eram regulares no Verão, no Jardim António Borges, em Ponta Delgada, e noutros lugares da ilha. Também Margarida tem memórias do cinema ao ar livre, bem como das idas ao cinema em frente à casa onde morava. Recorda filmes como *Cantinflas* e *Bucha e Estica*. “Eu ia com uma amiga minha porque a minha mãe não ia. Havia esse pormenor do recato de uma mulher com marido embarcado: não vai para festas, não vai ao cinema. Ela ficava em casa”, conta (Margarida, 74 anos, 25:58). Este testemunho é interessante por permitir recuperar diferenças de género bem vincadas, que também podemos identificar em afirmações anteriores como a referência ao pai que tinha rádio ou ao marido que não comprou logo a televisão, assinalando funções que estavam definidas.

Mário viu televisão pela primeira vez na base americana, nas Lajes, e também se recorda do início da televisão nos Açores em 1975. Como consta no documentário *50 anos RTP*

Açores (2025), da autoria de Herberto Gomes, “antes de 1975 só os açorianos que já tinham saído do arquipélago ou os que moravam na proximidade da Base das Lajes, na ilha Terceira, sabiam o que era ver televisão. A TV americana da base começara em 1954” Em Lisboa, as emissões regulares da RTP tiveram início em 1957 e na Madeira em 1972”. Ramalho Eanes, presidente da Administração da RTP, entre outubro de 1974 e março de 1975, foi fundamental para que a televisão chegasse finalmente aos Açores. Como é mencionado no documentário que assinalou meio século de existência da televisão regional, a emissão não cobriu logo todas as ilhas e localidades, Flores e Corvo ficaram de fora durante mais de uma década, para além de várias zonas de outras ilhas. Nos primeiros tempos as emissões eram de apenas 3 horas por dia, 6 aos fins de semana. Às segundas não havia emissão para dar folga a cerca de duas dezenas de funcionários. No mesmo documentário, onde não faltam registos de situações caricatas, é assinalado que em dezembro desse primeiro ano, uma avaria fez com que os açorianos ficassem sem televisão durante um fim de semana inteiro. Mário não resiste a contar um episódio demonstrativo do interesse suscitado pelo “novo” meio na maior cidade dos Açores.

Havia uma empresa junto ao edifício da Câmara Municipal de Ponta Delgada. Ainda hoje essa empresa existe, mas já não tem rádios nem televisões, o negócio é outro [...]. Eles punham um televisor na montra e juntavam-se centenas de pessoas à volta para ver as notícias a preto e branco com muita interferência, com “muita chuva” naquela altura. Lembro-me perfeitamente bem disso. Depois tive um televisor des-ses em casa (Mário, 75 anos, 29:55).

De referir neste ponto que, nas primeiras emissões experimentais da RTP, o número de televisores existentes era muito reduzido. No programa comemorativo dos 50 anos, dois pioneiros da estação pública portuguesa, o jornalista Vasco Hogan Teves, e a apresentadora Isabel Wolmar, recordaram o fascínio das pessoas pelos televisores que eram poucos e se encontravam em montras de lojas de eletrodomésticos, por exemplo<sup>1</sup>. Como bancário de profissão, Mário teve oportunidade de observar que o interesse era tal que a própria banca beneficiou com a venda de televisores em prestações. Apesar de reconhecer que inicialmente a RTP Açores atravessou dificuldades, também refere que “houve uma altura em que se desenvolveu bastante com a produção própria” (Mário, 75 anos, 34:09). Aqui não hesita em referir um nome que tem como referência: Zeca Medeiros, e a importância de séries como *Xailes Negros*. No documentário já citado, Lopes Araújo, diretor da RTP Açores entre 1984 e 1995, explica como procurou impulsionar a produção televisiva regional, o que passaria por promover a área da ficção e estreitar a ligação à diáspora.

---

<sup>1</sup> <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/especial-rtp-50-anos/>

Eu fui o primeiro diretor civil, o primeiro diretor não militar da RTP Açores. Quando chego aos Açores com 27 anos, bastante jovem, para ocupar a direção da RTP Açores, entendi que, era esse o meu entendimento e continua a ser, aquele projeto audiovisual dos Açores da RTP, Serviço Público, e note-se que na altura não havia outra televisão que não a RTP Açores, para o bem e para o mal, só faria sentido se fosse um projeto cultural de uma forma abrangente. Eu acho que a primeira vez que os açorianos se reveem no ecrã, e esse é um choque para os próprios açorianos, para mim foi um choque, é quando nós fazemos a primeira ficção e a ficção é um passo em frente na evolução da produção audiovisual. (Lopes Araújo, *50 anos RTP Açores*, 14:40).

*Xailes Negros* (1986), foi uma produção da RTP-Açores, realizada por Zeca Medeiros, baseada no romance de José de Almeida Pavão, sobre uma freguesia rural açoriana, no princípio dos anos setenta, que retratava uma geração dividida entre o apelo da emigração e os traumas da guerra colonial. Zeca Medeiros foi também o realizador de séries como *O Barco* e *o Sonho* (1989), *Mau Tempo no Canal* (1992), *Gente Feliz com Lágrimas* (2000), entre outras.

Carlos, 77 anos, nasceu em Paço de Arcos, Oeiras, e só depois do 25 de abril foi viver para S. Miguel, já formado e depois de casar com uma estudante universitária dos Açores que conheceu em Lisboa. Carlos conta que a família se interessava por notícias, sobretudo o pai. “Eu lembro-me perfeitamente de receber às 8 da noite um telefonema a avisarem o meu pai que o presidente John F. Kennedy tinha acabado de ser assassinado” (10:59). Os meios de comunicação eram importantes no seu contexto familiar.

A televisão tinha a sua sala da televisão, não podia interferir com a sala de estar, havia a sala de estar da família onde conversávamos, líamos o jornal, quem queria ver televisão ia para outra sala. Apesar de nós seguirmos religiosamente os telejornais até muito tarde, sempre, os telejornais eram sagrados. Essas notícias do mundo sempre nos interessaram (Carlos, 77 anos, 11:36).

Carlos recorda a primeira televisão que houve no bairro onde vivia e que era de um vizinho, o comandante da TAP Solano de Almeida. Nas suas memórias televisivas destaca ainda os programas de Vitorino Nemésio. “Eu às vezes ainda hoje me pergunto como é que aquele homem conseguia ter a minha família toda, os meus pais, rapazes e raparigas de todas as idades sentados ouvi-lo” (19:16). Admiravam, na altura, aquele senhor que “vinha lá de umas ilhas muito longínquas” cujo discurso fluía com naturalidade. “E por isso é que eu continuo a dizer, aquele homem abriu ou deu a conhecer aos portugueses os Açores, porque eu conhecia os Açores de ouvir falar do Vulcão dos Capelinhos” (19:57).

Desde que mudou para os Açores é assinante de dois jornais regionais: o *Açoriano Oriental* e o *Correio dos Açores*. Sobre a leitura de publicações periódicas, Carlos lamenta

que se tenham perdido alguns hábitos sociais de outrora. “Sempre, aos sábados de manhã, aqui em Ponta Delgada, até há bem poucos anos, era sagrado ir tomar o café ao Café Central, ir comprar o *Expresso*, a *Visão* e a *Sábado*” (22:32). Uma rotina que reunia vários amigos e famílias e que, entretanto, se perdeu. Nunca foi um grande consumidor de rádio, mas ouvia no carro. “Procurava um bocadinho mais música e menos as notícias, mais música para me fazer companhia pela estrada. Portanto, ia buscar sempre um bocadinho a *Asas do Atlântico* de Santa Maria”. (35:29). Pela TV regional diz que tem vindo a perder o interesse, devido à “degradação da qualidade dos nossos governantes e políticos” (31:55). Neste ponto, refere, por exemplo, a linguagem usada nos debates da Assembleia Regional, com transmissão televisiva. Em relação aos Açores, falamos de nove ilhas, com semelhanças, mas também com muitas diferenças, nomeadamente em termos de cobertura informativa. “Roubaram os jornais que eu levava do avião quando cheguei ao Corvo!”, conta (1:11:31). Do seu percurso profissional nos Açores, Carlos lembra as visitas que fazia regularmente a diferentes propriedades de lavradores. “Eles ouviam imenso a rádio (...) e a televisão estava quase sempre ligada no canal regional” (1:12:21).

Questionados sobre qual o meio de comunicação que mais os marcou, todos os entrevistados deram a mesma resposta sem hesitar: a televisão. Aline, professora aposentada que diz continuar a gostar de saber o que vai no mundo, considera que “antigamente a gente vivia aqui isolados” (28:52). Esta afirmação, associada à força da imagem televisiva, talvez ajude a explicar os acontecimentos que mais ficaram na memória dos entrevistados como é o caso do sismo na ilha Terceira (1980); dos acidentes de aviação em Santa Maria (1989) e em São Jorge (1999); da tragédia da Ribeira Quente (1997); e da visita do Papa João Paulo II às ilhas Terceira e São Miguel (1991). Margarida menciona também a revolta dos lavradores em 1975 nas ruas de Ponta Delgada, e os movimentos da FLA (Frente de Libertação dos Açores).

Carlos esteve na Ribeira Quente no dia seguinte à tragédia. Antes de chegar à localidade já estava a par da informação. Apesar da distância curta, a RTP Açores não foi a primeira a chegar ao local para fazer a cobertura do sucedido.

Estevão Gago da Câmara, da SIC, que tem casa nas Furnas, conseguiu fazer aquele caminho todo a pé, fez quase 10 km a pé por cima de lama e foi das primeiras pessoas a chegar lá e a dar a notícia a nível nacional. Isso foi marcante e muito, muito, chocante (Carlos, 77 anos, 1:15:23).

Carlos recorda os acidentes aéreos, nomeadamente o que ocorreu em Santa Maria, mas tem memórias de um desastre anterior, “um avião cheio de estudantes que vinha da Venezuela e caiu na Terceira” (1:16:07). Efetivamente, um acidente envolveu um avião da Força Aérea Venezuelana e provocou a morte da tripulação e dos passageiros, incluindo os elementos do Orfeão da Universidade Central da Venezuela, a 3 de Setembro de 1976.

## 4.2. Estado Novo e a Revolução

Um dos objetivos do projeto MemNews passa também por observar a relação com as notícias durante o “Estado Novo” e a Revolução, nomeadamente no que diz respeito à consciência da censura e dos seus efeitos. No período da revolução, Aline estava em S. Miguel, e foi através da rádio, que alguém ouvia no autocarro, que teve conhecimento do 25 de abril (21:46). Curiosamente, também a enfermeira aposentada Margarida diz ter recebido a notícia “na camioneta” a caminho de casa, depois de uma noite de trabalho. Ouvia “uns senhores a dizer que tinha havido uma revolução”. Depois perguntou à mãe, que não sabia de nada, e foi dormir.

Quando acordei é que a minha mãe já tinha ouvido na rádio sobre o acontecimento e fiquei muito contente com aquela revolução! (...) Porque ia acabar a guerra do Ultramar. Para mim a importância do 25 de abril não foi o regime político, porque eu não fazia a mínima ideia. Sabia que não gostava, mas porquê não sei. Não sabia. Desconhecia. Para mim, a minha alegria aquando da revolução do 25 de abril foi porque ia terminar a guerra em África (Margarida, 74 anos, 32:10).

Margarida até recorda referências do pai ao Cardeal Cerejeira, mas não fazia ideia de quem se tratava.

Na verdade, até ao 25 de abril nós, sobretudo as raparigas, não sabíamos nada de nada da política nacional. A verdade é essa. O meu pai tinha muito receio de vir e de não o deixarem voltar por causa daquilo que escrevia. Semanalmente a minha mãe tinha uma carta. Portanto, ele só veio a primeira vez já eu estava no primeiro ano de Enfermagem, em dezembro de 69. Ele emigrou em abril de 57 e só regressou em dezembro de 69” (Margarida, 74 anos, 03:38).

A referência ao 25 de abril serve para Mário recordar que as publicações nacionais chegavam à ilha com dois dias de atraso. Consumia sobretudo jornais regionais, mas destaca também *A Bola*, “os gloriosos tempos do Eusébio, da seleção nacional na Inglaterra” (1:05:34), mas também as crónicas publicadas neste jornal desportivo.

Confessa que tinha alguma perceção sobre a censura existente. No 25 de abril estava em Moçambique a cumprir o serviço militar obrigatório como furriel miliciano. Quase no fim de uma comissão de 24 meses, ainda teve de fazer mais quatro, regressando a Portugal a 3 de Outubro desse ano. Nesses meses, entre o 25 de abril e o regresso a Portugal teve muitas dúvidas sobre as notícias que chegavam. No contexto da guerra referiu os dramas que se passavam em frente ao Convento da Esperança, em Ponta Delgada, antes do embarque.

Notícias não havia, não havia. Quais notícias? Era capa de jornal, digamos assim, a fotografia da despedida da companhia. Lembro-me de alguns levarem a imagem do Senhor Santo Cristo, outros a Nossa Senhora de Fátima, o pranto das mães, algumas de xaile e cobertas já fazendo um luto (Mário, 75 anos, 1:05:34).

Questionada sobre notícias da guerra colonial, Aline respondeu que a notícia mais triste que teve foi sobre um colega do irmão que tinha falecido. Foi uma informação recebida por carta (17:39). Neste ponto confunde-se informação e notícias, dando relevância à receção de uma informação pessoal que não passou pelos *media*. Margarida acrescenta a função desempenhada pela rádio na troca de mensagens neste contexto.

Morria muita gente, morriam muitos jovens, por acaso da minha freguesia morreu apenas um, que era da minha idade, foi meu colega na quarta classe. Foi o único que morreu na guerra, mas havia muitos que morriam. Que iam e não voltavam, ou que iam e não sabiam se iam voltar. Recordo que na rádio havia aquelas mensagens para as madrinhas de guerra e eles transmitiam. No Natal havia tardes inteiras com eles a mandarem mensagens para as mães e para os pais e para as namoradas e era uma coisa angustiante. Então esse foi o principal motivo de felicidade com o 25 de abril (33:24).

Sobre o processo de descolonização, Margarida diz ter acompanhado o que era transmitido pelos telejornais e “os barcos cheios de gente”.

Recordo que ficámos todos furiosos porque eles vinham roubar os nossos lugares nos trabalhos. Eles eram muito mais desenvolvidos do que nós, nós éramos uns atrasados. Mesmo uns anos depois ouvíamos a expressão: “ele é retornado” (com tom depreciativo). Houve muita resistência relativamente aos retornados (Margarida, 74 anos, 39:17).

Parece notar-se nestas afirmações uma certa influência da atualidade sobre as memórias do passado, identificando agora, e com distanciamento, comportamentos que teriam sido reprováveis, processo para o qual também pode ter contribuído a interpretação de conteúdos noticiosos que têm marcado a agenda mediática.

Carlos ainda estudava em Lisboa e no dia 25 de abril de 1974 foi para a universidade de elétrico sem saber de nada. “Só quando cheguei à universidade é que os meus colegas me disseram: ‘Olha, houve uma revolução’. Foi assim que soube. Imagine, meia dúzia de pessoas. Voltei para casa” (Carlos, 77 anos, 39:29). Diz lembrar-se perfeitamente do processo de descolonização, mas quando questionado sobre a informação que lhe chegou sobre o assunto responde que “a informação era muito mais verbal do que do que lida” (53:41).

## Considerações finais

O trabalho desenvolvido procurou contribuir para o registo de memórias relacionadas com os meios de comunicação e com a receção de notícias nos Açores, com particular foco na Ilha de S. Miguel. De um modo geral, destacam-se mais as circunstâncias em que as pessoas utilizaram os diferentes meios do que propriamente os processos de interpretação e construção de sentido associados a essas práticas. Regista-se uma valorização dos *media* regionais, com destaque para a televisão que deu a conhecer as ilhas aos próprios açorianos.

Tendo em conta a insularidade e a dispersão geográfica que caracterizam o arquipélago, os testemunhos obtidos permitiram identificar, de uma forma generalizada, diferentes temporalidades de acesso aos meios de comunicação tradicionais (imprensa regional, rádio e televisão). Se nas outras ilhas podemos considerar a existência de uma dupla insularidade, também em locais mais remotos de S. Miguel terão ocorrido diferenças assinaláveis no acesso aos *media* e à informação noticiosa.

Tratando-se de uma pesquisa baseada na história oral, devem ser sublinhados alguns riscos e constrangimentos, desde logo, as falhas e distorções da memória, que exigem uma verificação das informações obtidas (através de documentação ou outras fontes). Por exemplo, uma das entrevistadas recorda as imagens do sismo de Angra, mas contextualiza o acontecimento no ano errado, 1988 em vez de 1980. Outro depoimento refere um acidente aéreo no Faial em dezembro, mas o acidente foi em S. Jorge. Por outro lado, temáticas mais recentes relacionadas com a imigração podem ter influenciado, por exemplo, algumas referências que foram feitas aos retornados, no que pode ser entendido como um risco de influência do presente sobre o passado. Poderá também ter existido seletividade da informação transmitida, bem como algum grau de influência do entrevistador, ainda que de forma involuntária. Importa igualmente referir que o estudo apenas incluiu entrevistas realizadas a residentes em S. Miguel, a maior ilha dos Açores, onde vive mais de metade da população do arquipélago, que tem nove ilhas distintas entre si, com idiossincrasias próprias. Este conjunto de limitações constitui simultaneamente uma oportunidade para continuar o aprofundamento da investigação nesta área, nomeadamente através do alargamento do leque de entrevistados, da inclusão de novas vozes, e da integração de outras variáveis, designadamente em relação à formação e proveniência geográfica.

## Referências bibliográficas

- Álvarez Bravo, P. (2017). La historia oral es un arte de la escucha. Entrevista a Alessandro Portelli. *Kamchatka. Revista de análisis Cultural*, (9), pp. 543–552.
- Babo, I. (2018). Média, tempo e memória. *Vista – Revista de Cultura Visual*, n.º 2, *Memória cultural, imagem e arquivo*, Sopcom, pp. 77-95.
- Barbosa, M. (2019). Comunicação, história e memória. *MATRIZes*, 13(1), pp. 13-25.
- Bauman, Z. (2014). *Vigilância líquida. Diálogos com David Lyon*. Zahar. <https://ciberativismoeguerria.files.wordpress.com/2016/09/vigilc3a2ncia-lc3adquida.pdf>
- Bergson, H. (1999). *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Martins Fontes.
- Bettencourt, U. (2021). *O Inverno de Passagem*. Companhia das Ilhas.
- Bourdon, J. (2003). Some sense of time: Remembering television. *History and Memory*, 15(2), 5-35. <https://doi.org/10.1353/ham.2003.0008>
- Carvalho, J.R. (2013). Sobre recepção, história e memória: Notas Epistemológicas e metodológicas. *Media & Jornalismo*, 22, pp. 71-100. <https://shortlink.uk/1os-o>
- Carvalho, J. R., & Tomás, D. G. (2014). Recepção mediática e história oral: Operárias da Covilhã no Estado Novo. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 2(1), pp. 123–143. <https://rlec.pt/index.php/rlec/issue/view/93>
- Caprino, M. P., & Perazzo, P. F. (2011). História oral e estudos de comunicação e cultura. *Revista FAMECOS*, 18(3), pp. 801–815.
- Carreiro, E. (2005). *1975 – 2005: 30 anos de RTP Açores*. Nova Gráfica.
- Castells, M., Fernández-Ardèvol, M., Qiu, J. L., Sey, A. (2007). *Comunicación Móvil y Sociedad. Una perspectiva global*. Ariel – Fundación Telefónica: <http://www.eumed.net/libros/2007c/312/indice.htm>
- Cordeiro, C., Silva, S.S. (2009). *A História da Imprensa e a Imprensa na História. O contributo dos Açores*. Centro de Estudos Gaspar Frutuoso.
- Espírito Santo, P. (2010). *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais. Génesis, Fundamentos e Problemas*. Edições Sílabo.
- Halbwachs, M. (2004). *Los marcos sociales de la memoria*. Anthropos.
- Lipovetsky, G. & Serroy, J. (2010). *O ecrã global. Cultura mediática e cinema na era hipermoderna*. Edições 70.
- Maia, M. R. (2006). A história oral como recurso metodológico. *Contracampo*, (15), pp. 137-150.
- Mateus, S. (2022). Mediatização da memória. *MATRIZes*, 16(2), pp. 137-149. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i2p137-149>
- Neiger, M., Meyers, O., Zandberg, E. (Eds. 2011), *Media memory: collective memory in a new media age* (pp. 62-73). Palgrave Macmillan.
- Nobre-Correia, J.-M. (2021). *História dos Média na Europa*. Almedina.
- Oliveira, L. (2010). A História Oral em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 63, pp. 139-156. <https://revistas.rcaap.pt/sociologiapp/issue/view/464>

Palacios, M. & Díaz Noci, J. (eds., 2009). *Ciberperiodismo: Métodos de Investigación: Una Aproximación Multidisciplinar en perspectiva comparada*. Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco. <https://web-argitalpena.adm.ehu.es/pdf/UWLGCI7246.pdf>

Portelli, A. (2014). *Historia oral, diálogo y géneros narrativos*. Anuário, n.º 26, pp. 9-30: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6692734>

Portelli, A. (2010). *Ensaio de história oral*. Letra e Voz.

Portelli, A. (2009). What Makes Oral History Different. In Giudice, L.D. (eds). *Oral History, Oral Culture, and Italian Americans*. Palgrave Macmillan, pp. 21-30. [https://doi.org/10.1057/9780230101395\\_2](https://doi.org/10.1057/9780230101395_2)

Ricoeur, P. (2000). *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Seuil.

RTP 50 anos de História: <https://museu.rtp.pt/livro/50Anos/Livro/default.htm>

Silva, S.S. (2011). *Açoriano Oriental: 1835-2000*. Açormedia.

Sousa, J. P. (2021). *Portugal. Pequena história de um grande jornalismo I. Da manufatura à indústria*. Livros ICNOVA.

Wimmer, R. D., & Dominic, J. R. (1996). *La investigación científica de los medios de comunicación: una introducción a sus métodos*. Editorial Bosch.

## *Recursos audiovisuais*

Gomes, H. (2025). Documentário 50 anos RTP Açores: <https://acores.rtp.pt/programa/50-anos-rtp-acores>



# Um panorama da evolução do consumo de notícias em Portugal – Projeto MemNews e Serviço Público de *Media*

Ana Santos

Universidade Fernando Pessoa • CECS

[ana.santos@ufp.edu.pt](mailto:ana.santos@ufp.edu.pt) & [acsanttos@gmail.com](mailto:acsanttos@gmail.com)

Patrícia Weber

Universidade Fernando Pessoa • LabCom

[pweber@ufp.edu.pt](mailto:pweber@ufp.edu.pt)

Renato Pinto Ferreira

Universidade Fernando Pessoa

[rpferreira@ufp.edu.pt](mailto:rpferreira@ufp.edu.pt)

**Resumo:** Neste artigo temos como objetivo traçar uma linha panorâmica da evolução do consumo de notícias em Portugal, partindo de uma amostra de 15 entrevistados do Projeto MemNews nascidos antes de 1965, centrando a nossa atenção no assimilar de conteúdos vindos do Serviço Público de *Media* (SPM). Assim, cruzaremos a história do SPM em Portugal com a verbalização de experiências (enquanto consumidores de *media*) dos entrevistados da nossa amostra. Deste modo, utilizamos o método da história oral relacionado com referencial bibliográfico pertinente aos nossos objetivos. Através deste cruzamento, almejamos: a) construir pontes entre o discurso oral dos entrevistados do Projeto MemNews com a história do SPM em Portugal – aferindo se há ou não diferenças na percepção entre consumo de notícias do serviço público e do serviço privado dos *media*; b) verificar a sua percepção sobre a transição dos *media* a partir do 25 de abril de 1974, traçando dinâmicas de influência entre serviço público e privado de *media* – a partir de casos concretos de coberturas mediáticas de grandes eventos/factos/notícias; e c) dar exemplos de programas e/ou jornalistas/apresentadores que foram/são referência para a amostra de entrevistados do Projeto MemNews, inserindo-os (esses exemplos) na história do serviço (público e privado) de *media* em Portugal.

**Palavras-chave:** Projeto MemNews; história oral; consumo de notícias; Serviço Público de *Media*; jornalismo em Portugal.

## Introdução

A partir do Projeto MemNews e de 15 das 94 entrevistas realizadas ao longo do ano de 2025, este capítulo visa verificar a relação destas pessoas com o Serviço Público de *Media* (SPM). Assim, através de seus relatos, procuramos compreender se há memória preservada dos SPM e qual o sentido que produziram ou produzem na vida dos entrevistados. Em cada uma destas falas, tornamos a “vivenciar as experiências do outro”, como explica Alberti (2004, p. 19). Falas estas que, entrecruzadas com os fatos oficiais, permitem, através da história oral, mostrar as diferentes narrativas construídas sobre os mesmos factos através de múltiplas vozes. Neste contexto, o objetivo é o de aferir o consumo de notícias nos momentos de transição, não apenas política e económica, mas também tecnológica.

Como delimita o Projeto, “parte-se do pressuposto de que os públicos fazem parte do processo jornalístico e o influenciam e que, por isso, são parte integrante de uma história do

jornalismo português” (Projeto MemNews, 2025). Com o propósito de cruzar a história oral com a história oficial procuramos compreender o significado das transformações sociais. Tendo como base a mesma metodologia utilizada no Projeto, realizamos, no entanto, apenas uma análise do conteúdo qualitativa a partir das referências dos entrevistados relativamente ao SPM. A nossa amostra contempla exclusivamente um grupo de entrevistados ouvidos no primeiro semestre do ano de 2025, com mais de 60 anos de idade.

Assim, tendo por base estes testemunhos recolhidos no âmbito do Projeto MemNews, utilizando a metodologia da história oral, temos três objetivos. O primeiro refere-se a construir pontes entre o discurso oral dos entrevistados com a história do SPM em Portugal, tendo como pano de fundo as transformações sociais e económicas das últimas décadas no país, bem como analisando se há ou não diferenças na perceção entre o entendimento de serviço público e privado dos *media* e sobre o consumo de notícias. O segundo ponto é verificar a perceção das pessoas sobre a transição dos órgãos de comunicação a partir do 25 de abril de 1974. A partir de casos concretos de coberturas mediáticas, foram exploradas as influências dos *media* públicos e privados na memória dos entrevistados. E por fim, pretendemos identificar exemplos dos meios e nomes dos profissionais de referência no universo ouvido.

## 1. Estado da questão

Neste capítulo, há duas questões que colocamos como centrais: a história oral apresentada como contraponto no contexto de receção do que se considera oficial e o valor do SPM na narrativa pessoal criada a partir desta receção pelos entrevistados.

Antes de mais, precisamos retomar o compromisso dos SPM, segundo Lopes (2023, p. 11) no “Serviço Público de Média: Livro Branco”:

Em tempo de transformação digital, a hora é de compromisso com o serviço público, que hoje já não é apenas de rádio e de televisão, mas de média. É esse o conceito que usaremos neste documento – Serviço Público de Média (SPM). Face à fragmentação dos públicos, à crise de vários grupos de média, à dispersão dos valores e à erosão das democracias, o SPM ganha hoje uma relevância ímpar: a de ser referente de qualidade, meio de coesão social, garante do pluralismo e da diversidade, lugar de independência e de confiança, laboratório de inovação e de experimentalismo, bem como espaço de responsabilidade centrado no interesse público. Sendo um elo de ligação de todos/as os/as cidadãos/ãs, o SPM deve reclamar o lugar de charneira do ecossistema mediático, assumindo-se como um dos pontos centrais do espaço público.

É a partir das entrevistas que procuramos compreender como os participantes do Projeto MemNews se referem aos SPM, no caso RTP e Emissora Nacional, se há uma percepção sobre a diferença dos *media* privados e públicos, da produção e papel dos mesmos, bem como das referências criadas por estes nas suas trajetórias pessoais. Com estes objetivos no horizonte, antes da apresentação das impressões dos entrevistados, importa compreender a evolução da comunicação social em Portugal, através de uma pesquisa bibliográfica sobre as investigações já realizadas.

Como referido por Sousa (2021), entre 1641 e 1926, foram vários os meios jornalísticos que surgiram e desapareceram em Portugal. O autor destaca os diferentes períodos da imprensa nos seus livros sobre a história do jornalismo no país: o periodismo artesanal noticioso até os anos de 1730; a segmentação da imprensa e o domínio da imprensa artesanal informativa até os anos 1820; a imprensa artesanal segmentada e o domínio da imprensa artesanal política na década que se seguiu; a imprensa pré-industrial segmentada até 1864 e, por fim, a imprensa industrial segmentada e dos diários noticiosos de massas. Porém, é a partir de 1926, com o golpe militar, que o país passa a viver o processo de segmentação mediática, com a difusão do rádio e da televisão; seguido pelas novas plataformas de difusão de mensagens e da digitalização (Sousa, 2022).

É neste ínterim da ditadura em Portugal que ocorre a criação da Emissora Nacional, em 1935, e da RTP, em 1957, as duas emissoras de SPM que permanecem vivas até os dias atuais, sendo hoje a emissora de rádio denominada de Antena 1. Mas o início da rádio foi marcado pela grande penetração da Rádio Clube Português, criada em 1931, a partir da fusão das rádios Club de Portugal e Club da Costa do Sol. Podemos considerar que os *media* em Portugal (sobretudo jornais e rádios) surgiram, em grande parte, de iniciativas privadas, mas é evidente o forte condicionamento pela censura ao longo dos anos do Estado Novo. Além disso, nem todos os *media* eram totalmente independentes, muitos deles estavam alinhados com o poder ou eram influenciados por ele.

Num relatório que procura “identificar os principais desafios para os *media*” (Vasconcelos et al., 2025, p. 3) nos 50 anos que se seguiram ao 25 de abril, o Obercom assinala “uma crescente complexidade do campo comunicacional” em Portugal. Este mesmo documento destaca “a redefinição do papel dos *media* na sociedade portuguesa” no momento de transição democrática. Antes do 25 de abril, como vimos, e fruto do regime autoritário em que o país estava mergulhado, os meios de comunicação, censurados e controlados pelo governo, funcionavam como veículos de propaganda do Estado Novo, limitando a liberdade de expressão e o acesso à informação. Porém, a Revolução dos Cravos trouxe a democracia e consagrou a liberdade de expressão nos meios de comunicação através da promulgação da Lei da Imprensa, em fevereiro de 1975. Apesar da instabilidade social e política que Portugal atravessava, “os portugueses procuravam entender o que se passava no país através dos *media*” (Vasconcelos et al., 2025, p. 6), realidade que se refletiu, de

acordo com o documento, num “espetacular” aumento de “tiragens dos principais jornais” (Vasconcelos et al., 2025, p. 6), com o Expresso a liderar as preferências dos portugueses.

A partir de 1974, novos desafios se impuseram aos órgãos de comunicação com a transição democrática. Um regime político diferente e a aprovação da Constituição da República Portuguesa, em abril de 1976, trouxeram outro folego aos *media*, assegurando a liberdade de imprensa privada e o pluralismo ideológico dos meios estatais. Ainda num sinal claro de viragem do jornalismo, com aposta na qualidade, surge, no início da década de 80, na Universidade Nova de Lisboa, a primeira licenciatura em Comunicação Social (Vasconcelos et al., 2025), de onde saíam alguns dos profissionais que contribuíram para implementação dos primeiros meios de comunicação privados.

Num curto espaço de tempo, emergiram muitas e diversificadas alternativas de rádios, publicações e canais de televisão que apontavam para um jornalismo mais popular, em alguns casos até sensacionalista, que deu voz e rosto ao povo e roubou a exclusividade às fontes oficiais e do Estado. Nascia, assim, um jornalismo mais humanizado, de proximidade e onde a história ganha destaque e se assume o compromisso de investigar profundamente, nem que para isso signifique ir aos locais mais remotos, como tão bem retrata o emblemático lema da TSF – “Por uma boa história vamos ao fim da rua, vamos ao fim do mundo”. Mas este era também um jornalismo com um olho no lucro, na procura de audiências e públicos, na capitalização privada e na reconfiguração da propriedade dos *media* em busca de novos equilíbrios entre Estado, mercado e esfera pública.

Ao falar de serviço de *media* privado em Portugal, referimo-nos a empresas de comunicação social, como jornais, revistas, rádios, estações de televisão e plataformas digitais que operam tendo como objetivo maior a obtenção de lucro, em contraste com o serviço público, cuja face mais visível sempre foi e continua a ser a Rádio Televisão Portuguesa (RTP). Apesar de a discussão em torno da criação de *media* privados no nosso país ter começado nos anos 80, tendo culminado numa revisão constitucional em 1989 e na promulgação de uma nova Lei da Televisão em 1990, só em 1992, com o arranque das primeiras emissões da SIC (Sociedade Independente de Comunicação), a 06 de outubro, se tornou real esta incursão dos meios de comunicação na esfera privada. Como refere Francisco Rui Cádima, “a paisagem mediática estava em grande mudança na Europa”, e já com uma candidatura na calha do país à Comunidade Europeia, tornou-se inevitável a adesão “à causa da liberalização da lei da TV” (Cádima, 2020, p. 134). A revisão constitucional de 1989 e as alterações feitas ao Artigo 38.º desbravaram, assim, caminho para a abertura da televisão ao setor privado, pondo fim ao monopólio público (exclusivo à RTP, desde 1957) e consagrando a necessidade de concursos públicos para atribuição de licenças de radiodifusão e radiotelevisão. Ao longo deste período revolucionário e pós-revolucionário, há retratos de uma relação complexa e conturbada entre os sistemas político e mediático, que nas palavras de Cádima pode, em muitas situações, ter sido “assintomática”. Ou seja, explica o autor:

Integravam o “vírus” deste sistema de facilidades mútuas e sobretudo de controlo ou “sequestro” dos *media* pelo sistema político, sem que esse conúbio fosse em boa parte das vezes detectado pela opinião pública, ou denunciado pelos próprios agentes no terreno (Cádima, 2020, pp. 138-139).

A década de 80 trouxe consigo a criação de grandes grupos, que, suportados pelas alterações legais, mas também pelas inovações tecnológicas e pelas receitas publicitárias disponíveis, potenciaram a privatização dos sistemas mediáticos. A rádio e a imprensa já tinham dado os primeiros passos em direção à privatização, nomeadamente com o surgimento de títulos como o Correio da Manhã (1979) e o Tal e Qual (1980) e das inúmeras rádios piratas, como a já referida TSF, por exemplo, que viria a tornar-se numa estação legal e de referência no panorama informativo, mas deve-se à televisão o grande marco de viragem. O lançamento dos canais privados nos anos 90 foi crucial e transformou profundamente o acesso e o consumo de *media* em Portugal. Numa primeira fase, e pela mão do seu impulsionador Francisco Pinto Balsemão, a SIC foi pioneira, inovou e desafiou o cinzentismo e a hegemonia da RTP. E em apenas três anos conquistou, pela primeira vez, a liderança de audiências à RTP (Vasconcelos et al., 2025).

Francisco Pinto Balsemão é figura incontornável neste processo de abertura à iniciativa privada. Jornalista, político e empresário, trata-se de um homem altamente visionário, que quis deixar “um Mundo Melhor”, e que elegeu como “objetivo cimeiro” para a sua vida a “luta pela liberdade de expressão e pelo direito à informação” como se lê na edição do jornal Expresso de 24 outubro 2025, que assinala a morte do seu fundador e lhe dedica muitas das suas páginas. Balsemão criou o grupo Impresa em 1973, com o lançamento do semanário Expresso e fez a diferença no cenário televisivo, como vimos, com a criação da SIC e mais tarde da SIC Notícias e, ainda recentemente ao lançar o serviço de streaming OPTO e a série de podcast “Deixar o Mundo Melhor”. Nas palavras de Fernando Paulino, Liziane Guazina e Madalena Oliveira, o final da década de 80 foi “vigoroso do ponto de vista mediático em Portugal” (Paulino et al., 2016, p. 3) pelo que importa ainda fazer menção de outro grande grupo, o grupo Media Capital, criado em 1989, que se destacou pela luta pela TVI (Televisão Independente), o segundo canal privado que surgiu, inicialmente como “o 4”, fruto da liberalização do setor da televisão, em fevereiro de 1993.

No que se refere ao compromisso da televisão pública, em 1999, Felisbela Lopes, tendo por base o Tratado de Amsterdão onde os Estados-Membros da EU se propunham a “definir e organizar aquilo que entende por serviço público”, questiona a essência dos SPM. Refere a autora: “olhando diariamente os programas da RTP, a interrogação é inevitável: onde está a ‘televisão de referência’ ou a ‘fonte de programação alternativa à televisão comercial’, prometidas pelo contrato de Dezembro de 1996?” (Lopes, 1999, p. 2-4).

Em 2009, Carvalho reafirma a crise na RTP. A emissora “atravessava porventura a mais grave crise desde a sua fundação” (2009 cit. in Silva & Ribeiro, 2013, p. 186), situação que ocasionou uma disputa entre os partidos políticos. Na mudança de governo, PS para coligação PSD e CDS-PP, chegou-se a cogitar o fim da Antena 2 e do canal generalista de televisão (Silva & Ribeiro, 2013, p. 186). O problema financeiro foi superado a partir da reestruturação da empresa e do financiamento público. Entretanto, a programação permaneceu como assunto de debate.

No que se refere, por exemplo, à cobertura eleitoral de 2001, Caleiro (2005, p. 471) revela na sua tese que a investigação mostrou que não havia “diferenças significativas entre o canal público e os canais comerciais”, destacando que o enquadramento era o mesmo, mas a “linguagem dos jornalistas” da RTP era mais formal. Ao mesmo tempo, Lopes (2007) destaca que o canal público, ainda que se tenha dedicado mais aos programas de entrevistas, debates, grandes reportagens e programas de desporto entre 1993 e 2003, não privilegiou a integração dos cidadãos e, em geral, “recentrou-se nos políticos, excluindo dos seus plateaux vastas camadas da sociedade portuguesa” (Lopes, 2007, p. 144).

No que se refere ao SPM, em Portugal, verificamos que grande parte da pesquisa encontrada se refere ao Serviço Público de Televisão. Felisbela Lopes está entre os principais autores que têm investigado a questão. Entre tantos projetos, a investigadora participou da elaboração do “Serviço Público de Média: Livro Branco” (2022/2023), RTP: 60 anos no Porto (2019), Jornalismo televisivo e cidadania: os desafios da esfera pública na era digital (2010/2013) e o MediaSCÓPIO (2003/2006) que analisou a transformação e evolução dos *media* e da comunicação em Portugal. De modo geral, o conteúdo esteve relacionado com o meio televisivo. Destacamos, ainda, o artigo da autora publicado com Paulo Couraceiro, Miguel Paisana, António Vasconcelos e Gustavo Cardoso em 2025, denominado “Building legitimacy: Audience trust as a pillar of public service media”.

Ainda em Portugal, Nelson Ribeiro é outro nome que tem analisado o SPM, mas no que se refere à sua produção. Além dos investigadores portugueses, o trabalho realizado pelo grupo Novos Medios, da Universidade de Santiago de Compostela (USC-Espanha), formado pelos investigadores Francisco Campos Freire, Miguel Túnhez López, Marta Rodríguez Castro, Tania Fernández Lombao, Isaac Maroto González, César Fieiras Ceide, Martín Vaz Álvarez e Juanma Prieto Arosa, tem realizado projetos de referência com outros grupos europeus.

É interessante verificar que nos últimos três anos, a partir de uma pesquisa na base de dados Scopus, foram encontrados quatro trabalhos realizados na área pelos autores: dois com o cunho de um grupo de investigação da USC e os outros de autoria dos dois pesquisadores citados anteriormente. A realidade de Espanha fica evidenciada, assim como a de outros países europeus, a partir das publicações produzidas e disponíveis no site [psmresearchteam.com](http://psmresearchteam.com) (2025) da USC.

Voltando ao contexto português, são poucos os trabalhos que se seguiram aos projetos realizados por Felisbela Lopes. Fator que poderá contribuir para um desconhecimento sobre os *media* públicos locais tanto por parte da academia, quanto do entendimento da sua importância e a de sua valorização pela sociedade

O cenário apresentado reforça, assim, a importância de registrar as opiniões e percepções daqueles que foram os ouvintes das histórias, tanto através dos SPM, quanto dos *media* privados. Os seus relatos, com base nas suas memórias, denotam como as diferenças sociais e económicas possibilitaram visões díspares sobre as notícias, apesar de confirmarem certezas que havia na época. Através das suas narrativas fica demonstrada a impossibilidade de saber o que realmente acontecia na comunicação social oficial, o medo de comentar o que ocorria em Portugal na maioria das casas, a falta de acesso da informação no período do Estado Novo, e a constatação de uma abundância de notícias. Situações que os entrevistados colocam como geradoras de incerteza do que se publicava no pós-25 de abril. Atualmente, as divergentes informações, o excesso de plataformas e a falta de confirmação das notícias levam a uma percepção de deterioração da qualidade da produção dos *media*. Para além disso, verificamos, como apresentado posteriormente, que os diferentes desígnios dos SPM e privados parecem estar apagados das memórias.

## 2. Metodologia

Com base nas obras de Verena Alberti (2004; 2005), a pesquisa serve-se da história oral para compreender e “vivenciar as experiências do outro” ao longo da história oficial de Portugal. Assim, com o cruzamento das investigações realizadas por diferentes autores (Lopes, 1999 e 2007; Caleiro, 2005; Silva & Ribeiro, 2013; entre outros), torna-se possível construir diferentes narrativas sobre os eventos e transformar as impressões dos entrevistados num cenário concreto de conhecimento.

As 15 entrevistas realizadas são maioritariamente com pessoas que vivem no norte do país, sendo somente duas de habitantes da região centro. Optámos por este universo, por representar as entrevistas iniciais realizadas dentro do Projeto MemNews, com participantes com idade superior a 60 anos. Englobando quatro mulheres e 11 homens, no primeiro semestre de 2025, a faixa etária era representada da seguinte forma: sete estão na faixa etária dos 60 anos, quatro dos 70 anos e os demais (quatro) têm mais de 84 anos.

Como técnica, a história oral prevê a possibilidade de uma entrevista aberta, mas com tópicos a serem abordados. Por ser uma pesquisa qualitativa e exploratória, como explica Duarte (2011, p. 64), trata-se de um tipo de entrevista em profundidade “útil para apreensão de uma realidade tanto para tratar de questões relacionadas ao íntimo do entrevistado, como para descrição de processos complexos nos quais está ou esteve envolvido”. Neste

sentido, o pesquisador deve ser considerado “um participante interessado em apreender o que o outro tem para oferecer sobre o assunto”. Necessariamente, esta técnica não prevê uma “sequência predeterminada de questões ou parâmetros de respostas” (Duarte, 2011, p. 65), tendo como objetivo abordar um tema ou questão livremente. Da mesma forma, cabe ao entrevistador orientar as respostas para aprofundá-las a partir das respostas do próprio entrevistado.

Todas as entrevistas realizadas no âmbito do Projeto MemNews foram disponibilizadas no canal criado no YouTube para a divulgação do estudo (<https://www.youtube.com/@ProjetoMemNews>) e transcritas para a produção deste artigo.

Após a transcrição e realização de pesquisa bibliográfica sobre a investigação em torno do consumo de notícias em Portugal e do Serviço Público de *Media*, foi elaborada uma análise de conteúdo de modo a verificar: a possibilidade de construir pontes entre o discurso oral dos entrevistados do Projeto MemNews e a história do SPM em Portugal, a sua percepção sobre a transição dos *media* a partir do 25 de abril de 1974, a influência do serviço público e privado de *media* e nomes de possíveis referências na evolução dos *media* do país. Por fim, as observações foram divididas nas diferentes fases da vida dos entrevistados, como proposto na sequência das entrevistas realizadas ao longo do projeto: infância e juventude; vida adulta e o pós-25 de abril; e atualidade. Deste modo, a categorização proposta por Bardin (2001) procura reconstruir cronologicamente a história a partir da memória.

Através desta análise, e com base nas pesquisas já realizadas por outros autores, chegamos à discussão dos resultados.

### 3. Entrevistas

Os relatos dos 15 entrevistados mostram como a situação socioeconômica, a sua origem e a escolaridade afetaram diretamente o consumo de notícias e sua percepção sobre a informação ao longo da vida. A infância e juventude em famílias com menor poder de compra ou residentes em pequenas comunidades foram fatores citados como limitadores no acesso aos *media* por alguns dos entrevistados. A vida adulta e pós-25 de abril é caracterizada pela proliferação da informação tanto nos SPM, quanto nos *media* privados. Na atualidade, verificamos uma crítica generalizada em relação ao rigor do jornalismo e o reconhecimento da crise do setor da comunicação.

### 3.1. *Infância e juventude*

De acordo com as memórias dos entrevistados, na sua infância e juventude, o acesso às notícias era dominado pela imprensa escrita através da leitura de vários títulos, mas a rádio é também descrita como um meio central, chegando a muitas das casas dos participantes através da Emissora Nacional. Entre os jornais, entendidos como meio fundamental para o consumo de notícias e para a valorização da informação, destacam o O Primeiro de Janeiro, o Jornal de Notícias, O Século e O Comércio do Porto. Alguns dos entrevistados fazem também referência ao consumo de notícias no cinema (*Mundo em Notícias*), atividade tida como complemento importante no acesso à informação. João, 84 anos, José, 77 anos, e Eduardo, 68 anos, recordam esses momentos e referem que o cinema também fazia parte do ritual de consumo de informação, pois os noticiários eram exibidos antes dos filmes.

De forma generalizada, na infância não era muito evidente o interesse por política e questões sociais/ambientais, surgindo apenas mais tarde, na juventude. Eduardo, 68 anos, relata, no entanto, a existência de momentos de debate e discussão em sua casa, sobretudo devido à presença de estudantes universitários. A sua família tinha a assinatura de vários jornais do Porto (O Primeiro de Janeiro, O Comércio do Porto e Jornal de Notícias). Em contraste, Carlos, 68 anos, e Adelaide, 87 anos, referem que os assuntos relacionados com política eram falados “a medo” e com “muita cautela” com receio de denúncias e da atuação da polícia do regime. Há relatos de João, 84 anos, e Salvato, 77 anos, de que a informação circulava de “forma clandestina”. José, 72 anos, explica que se sabia muito pouco sobre a guerra colonial através dos *media* oficiais e que as rádios piratas ou clandestinas eram fonte de informação privilegiada. Teresa, 63 anos, conta que as notícias de maior interesse, sobretudo as de política, eram as que menos se falava abertamente. Havia uma grande preocupação de “contenção” e sempre que conversavam sobre estes assuntos a “mãe pedia para falarem baixo por causa deles [a polícia política]”. José, 89 anos, recorda-se de o “pai e os amigos ouvirem as notícias da BBC às escondidas” durante a Segunda Guerra Mundial e faz referência ao facto de o seu interesse pela leitura de notícias ter começado logo após ter “começado a soletrar na escola”. Como o seu pai gostava de O Comércio do Porto este era o título mais comum lá por casa e era o que ele lia. José, 77 anos, refere O Norte Desportivo devido à ligação do pai ao Boavista Futebol Clube e conta que recorria, também, aos jornais de parede em frente às redações como as do O Comércio do Porto e Jornal de Notícias para acompanhar as notícias e os resultados desportivos.

Nos meios rurais ou em ambientes de maiores dificuldades económicas destaque para a dominância da rádio (Emissora Nacional, Rádio Clube Português e Rádio Renascença). Para Dolores, 68 anos, a principal fonte de notícias era a rádio que escutava em conjunto com a sua mãe através da “Emissora Nacional”. Salvato, 77 anos, oriundo de uma aldeia

do Minho tinha como único meio de comunicação um rádio Philips que usava para ouvir os noticiários que “ditavam o horário das refeições”. Sem possibilidade de comprar jornais, o primeiro contacto com o jornalismo deu-se através do folheto da missa, tendo começado a ler jornais, apenas mais tarde, nos cafés de Ponte de Lima e de Viana do Castelo. João, 84 anos, também cresceu em ambiente rural, com poucos recursos económicos, e recorda que a família “não tinha acesso à imprensa nem tempo para ler jornais”, encontrando na rádio o primeiro meio de comunicação para se informar e ouvir os relatos de futebol. Vítor, 62 anos, relata uma situação semelhante. A impossibilidade de comprar jornais e um televisor fez com que encontrasse na rádio o principal meio para aceder às notícias e às radionovelas. O pouco contacto que tinha com a televisão era esporádico e em casa de um vizinho para escutar Marcelo Caetano. Para José, 72 anos, a rádio também tinha destaque entre os *media*. Como “não havia dinheiro para comprar jornais”, quando podia, consultava-os nos cafés e tinha num rádio a pilhas a sua principal fonte de informação. Para José, 77 anos, a rádio era um veículo de notícias e cultura entendido como um meio importante de acesso à atualidade e a sua “companhia ao adormecer”. Justino, 86 anos, entrou cedo no seminário, onde não entrava a comunicação social, desconhecendo o que se “passava lá fora”. Tentando contornar esta restrição, confessa que usava um pequeno rádio a pilhas, que colocava debaixo da almofada para ouvir as notícias à noite.

A televisão era vista como um “luxo”. Muitos dos entrevistados relatam que o primeiro contacto com este meio foi em casa de vizinhos, familiares ou coletividades. Carlos, 68 anos, refere que a televisão era de “acesso limitado” e Arlindo, 76 anos, partilhou a história peculiar de ter assistido pela primeira vez a uma emissão de televisão no quartel da Guarda Republicana. No caso de Dolores, 68 anos, a sua família teve um dos primeiros televisores na aldeia onde vivia e recorda “o famoso locutor Henrique Mendes a apresentar os noticiários”. Nuno, 69 anos, lembra-se de ter acompanhado os pais na compra de um televisor, pouco depois do início das emissões, em 1957. Já em casa de Judite, 60 anos, o ambiente era “propício à leitura”: tinha disponíveis livros, jornais diários e revistas. O pai “foi assinante do O Primeiro de Janeiro, primeiro, e do O Comércio do Porto, depois e, por fim, do Jornal de Notícias”, mas foi a televisão o primeiro meio a ser usado com regularidade. A família teve televisão a preto e branco muito cedo e assistia “diariamente” ao Telejornal. Teresa, 63 anos, também refere o hábito “quase religioso” de assistir aos noticiários da RTP.

### *3.2. Vida Adulta e Pós-25 de Abril*

O 25 de Abril e a consequente transição para um regime democrático é, unanimemente, visto como um marco importante na vida dos entrevistados porque trouxe a liberdade de expressão e conduziu a uma “explosão” de jornais diários e semanários, muitos deles com vincada conotação política, descritos pelos entrevistados como “jornais de facção” e “excessivamente ideológicos”. De facto, o fim da censura criou condições para uma

“overdose” ou “sobrecarga” informativa, como recorda Eduardo, 68 anos, e nem sempre havia preocupações com “a isenção, a objetividade ou a idoneidade da informação”. A conotação ideológica dos órgãos de comunicação social, muitas vezes “assumidamente de esquerda”, era aceite como fazendo parte da transição democrática em curso. A rádio também desempenhou um papel crucial no acompanhamento da Revolução. Com o fim do regime, as notícias passaram a ser consumidas livremente e discutidas em cafés e tertúlias, servindo estes espaços como fóruns de debate entre amigos e familiares. Carlos, 68 anos, considera que o fim do regime “melhorou muito” o acesso à informação e recorda que no dia 25 de abril viu as pessoas “agarradas aos rádios” e “toda a gente falava do mesmo assunto”. A partir dessa altura, começou a ler mais jornais e a acompanhar as notícias pela televisão. Já João, 84 anos, acompanhou os acontecimentos do 25 de abril praticamente “in loco”. Em 1974 encontrava-se em Lisboa e soube do que estava a acontecer por uma vizinha. A partir desse momento, não largou a rádio e comprou ativamente os jornais desse dia e dos seguintes.

Salvato, 77 anos, soube dos acontecimentos do 25 de abril em Luanda, através da Emissora Nacional. Descreve o jornalismo no PREC como “excessivamente ideológico” e de “fação”. Teresa, 63 anos, conta que o evento ocorreu quando tinha 12 anos e foi “muito marcante”. Recorda que a família ficou “todo o dia colada às notícias” e que, nas primeiras horas, “a rádio teve um papel muito importante” por ter a capacidade de “fazer fluir a informação”, tendo-lhe ficado para sempre na memória auditiva o “som da multidão que saiu à rua para gritar liberdade”. Apesar da importância que atribuiu aos *media*, aponta um “silenciamento” de notícias sobre os portugueses que viviam em África (os retornados). Nuno, 69 anos, também é crítico da atuação dos *media* no “rescaldo da Revolução”, sentindo que havia “muita confusão” e “fontes contraditórias”.

Dolores, 68 anos, recorda na sua entrevista a passagem da censura caracterizada pela “falta de informação” para uma “liberdade total”, após o 25 de abril e descreve um cenário de “caos”, de “muita confusão” e de “grande incerteza”, mas também de “liberdade de expressão”, em que as pessoas podiam finalmente “desabafar” e “falar abertamente” sobre todos os assuntos. José, 72 anos, assume ter sido “um grande consumidor de jornais e revistas durante o Período Revolucionário em Curso (PREC), comprando jornais diariamente e revistas estrangeiras. Eduardo, 68 anos, refere que a transição democrática introduziu uma variável “extraordinariamente importante” no consumo de notícias e destaca o facto de ainda durante muito tempo a RTP e a Agência Lusa continuarem com uma conotação de órgãos oficiais do Estado. Judite, 60 anos, fala da introdução de dois jornais de referência, O Independente e o Expresso. Justino, 86 anos, sempre se manteve fiel ao Jornal de Notícias, título que lê desde 1965, embora, depois de 1974, tenha passado a “ler ativamente” também alguns semanários como o Expresso, revistas como a Visão e a Sábado e publicações especializadas em economia e habitação. Vítor, 62 anos, refere o jornal O Jogo e o Público como títulos de eleição na sua vida adulta e no pós 25 de abril.

Entre as notícias que mais impacto geraram na vida dos entrevistados estão acontecimentos como o “25 de abril”, o “11 de setembro” e a “morte de Sá Carneiro”. José, 77 anos, descreve o 25 de abril de 1974 como a notícia que mudou a sua vida, mas destaca também o ataque às Torres Gêmeas, a 11 de setembro de 2001. Uma das notícias que Carlos, 68 anos, mais recorda é o ato de assinatura do acórdão de adesão de Portugal à Comunidade Europeia, na década de 80, que assistiu pela televisão. Judite, 60 anos, também refere como notícia marcante a adesão de Portugal à CEE e a assinatura nos Jerónimos e o “11 de setembro”. Já Justino, 86 anos, elege uma notícia sobre ele mesmo como fundamental para a sua vida. Foi preso, vítima da polícia política, e terá sido um artigo do jornalista Germano Silva, publicado no Jornal de Notícias, a devolver-lhe a liberdade. A morte de Sá Carneiro é outro dos acontecimentos que menciona como importantes para si.

### *3.3. Perceção do Jornalismo Hoje*

O consumo de notícias é maioritariamente descrito como “misto” ou “híbrido”, capaz de combinar a televisão (serviços de informação noturnos e canais 24horas), a rádio (sobretudo de manhã e no carro) e um crescente recurso à Internet para aceder a notícias escritas. A compra de jornais em papel parece estar definitivamente em declínio, sendo as plataformas online a alternativa citada pela maioria dos entrevistados. Arlindo, 76 anos, é o único que diz ter deixado de ver televisão e ouvir rádio, dedicando o seu tempo apenas à leitura de notícias nas plataformas digitais com recurso a subscrições digitais de jornais como o Público e o El País.

De um modo generalizado, os entrevistados veem o jornalismo como essencial, mas apontam para um setor em crise, com falhas não só no que respeita à sua qualidade, mas também relativamente à incapacidade de cumprir o seu papel social. As principais causas apontadas para a degradação da qualidade são a perda de “rigor deontológico”, a “falta de independência financeira” e “a influência e domínio dos *media* por grupos económicos”, cujo objetivo maior são as audiências e a obtenção de lucros. Dolores, 68 anos, considera que o jornalismo “não cumpre o seu papel na sociedade tão bem como deveria” e tem dificuldade em confiar na informação de forma generalizada, reconhecendo que é necessário “muito cuidado” com o que se consome. Apesar das críticas, expressa o desejo que “as coisas mudem” e que a informação possa chegar com mais qualidade aos consumidores, ainda que tenha dificuldade em acreditar que tal seja possível. Já Salvato, 77 anos, entende que o jornalismo se degradou sobretudo por falta de qualidade, que há necessidade de profissionais informados e que apresentem os acontecimentos de modo fundamentado. Considera, ainda, que a Internet, apesar dos seus aspetos positivos, acelerou o processo de “desintegração do jornalismo”, introduzindo a “facilidade da cópia sem verificação” e a “falta de rigor” e critica fervorosamente a “cumplicidade excessiva entre jornalistas e políticos”, concluindo que o jornalismo português, apesar de gozar de liberda-

de, é atualmente visto como pouco independente. Vítor, 62 anos, também menciona esta ideia de que “infelizmente, o jornalismo de hoje não cumpre tanto o seu papel, como no passado” e a sua principal crítica incide na forma como os jornalistas atuam nas entrevistas, nomeadamente a políticos, sendo demasiado “interventivos”.

A “crise de confiança” é também muitas vezes citada ao longo das entrevistas. Eduardo, 68 anos, prefere confiar em jornalistas particularmente em vez de em instituições e reconhece que o jornalismo atual se vê confrontado com novos desafios, nomeadamente porque o consumo de notícias foi substituído pela partilha de informações, o que não é bem a mesma coisa. Acredita que apenas “uma elite” consome notícias de facto, no entanto, considera que para um jornalismo de qualidade “vai haver sempre mercado e vai haver sempre quem compre e esteja disposto a pagar caro por um jornal”. Adelaide, 87 anos, também mantém a confiança individual nos “bons profissionais” e, embora considere o jornalismo atual como “positivo”, deseja que as notícias se tornem “menos dramáticas”, reforçando a importância de acompanhar o que se passa no mundo. Na sua opinião, as notícias influenciam a nossa perceção dos acontecimentos. José, 77 anos, apesar de demonstrar uma “preocupação séria” com a crise de confiança no jornalismo, descreve a sua relação com os jornalistas no contexto da sua atividade profissional como “altamente meritória e de mútuo aprendizado”.

Carlos, 68 anos, destaca o facto de na sua opinião o jornalismo em Portugal se “mover por extremos”. No passado (antes de 1974) havia um “exagero na censura”, no presente assistimos, no seu entender, a “um exagero na liberdade”, o que prejudica a confiança. João, 84 anos, recorda um tempo em que havia “grandes mestres” e “mais rigor”, enfatizando que a qualidade do jornalismo em Portugal se degradou “perigosamente”. José, 72 anos, confessa o seu interesse por “crónicas culturais e humorísticas” promovidas por Ricardo Araújo Pereira, por exemplo, e critica vigorosamente o facto de o jornalismo já não ser a “descrição do facto”, mas sim uma constante de opiniões sobre factos, o que, no seu entender, desvirtua a informação.

A desinformação e as fake news, assim como o excesso de informação, são encarados como uma ameaça ao jornalismo. Eduardo, 68 anos, e Nuno, 69 anos, defendem que o consumo de notícias foi substituído pela “partilha” ou por “flashes de notícias superficiais”, estando a leitura mais aprofundada de informação limitada a um grupo mais restrito de audiência. De um modo geral, há um reconhecimento de que a informação instantânea exige atenção redobrada, alertando para os perigos de notícias falsas. Carlos, 68 anos, reconhece que o acesso à informação está muito facilitado e manifesta um grande receio da desinformação. Opinião partilhada por José, 89 anos, quando este reconhece que, com a rapidez dos novos meios, a informação instantânea exige atenção redobrada, pois as notícias “tanto podem ser falsas ou verdadeiras”.

Judite, 60 anos, avalia negativamente os canais de 24 horas, considerando que a necessidade de alimentar uma emissão em contínuo obriga à repetição constante de conteúdos, conduzindo à saturação da audiência. Teresa, 63 anos, concorda com Judite, 60 anos, afirmando que há “canais que preenchem todo o dia com notícias de pouca substância” e desaprova, ainda, a dramatização, a espetacularização e a exibição de imagens chocantes. Ao longo da sua entrevista defende que “a educação para os *media* é fundamental” e que o público deveria usar o seu “pensamento crítico” para “premiar ou penalizar” os meios sem qualidade. Já para Nuno, 69 anos, a maior preocupação vai para com a existência de “lobbies políticos” em torno dos *media*.

O sentimento dominante é o de que o jornalismo não cumpre hoje tão bem o seu papel, contrariamente ao que conseguiu fazer no passado e que a sua qualidade “se degradou”. Ainda assim, é unânime a opinião de que o jornalismo é importante para uma sociedade livre e independente e que um jornalismo saudável é um pilar essencial para uma sociedade mais justa e equilibrada. Para Eduardo, 68 anos, o jornalismo “é indissociável da democracia e deve exercer escrutínio”, mas a sua função é “muitas vezes deficitária e ameaçada pelo sensacionalismo”.

#### 4. Resultados e discussão

As memórias e o discurso dos entrevistados revelam uma clara transição de um cenário de escassez e controlo estatal para um de abundância de meios baseados no digital e na fragmentação das audiências. De um modo geral, esta facilidade de acesso à informação nem sempre é encarada de forma positiva. É comum um sentimento de nostalgia e saudosismo relativamente a um jornalismo rigoroso e independente.

Entre 1940 e 1960, o consumo era dominado pela rádio, a Emissora Nacional, e pelos jornais impressos como O Comércio do Porto, Jornal de Notícias e O Primeiro de Janeiro. A televisão, cujas primeiras emissões datam de 1957, era, inicialmente, vista como “um bem de luxo”, acessível apenas a quem tinha maior poder de compra e muitas vezes consumido coletivamente em cafés ou em casa de familiares ou vizinhos.

De modo transversal, a perceção de serviço público evoluiu de um instrumento de propaganda do regime para um pilar de credibilidade e independência no pós-25 de abril. É comum os entrevistados reconhecerem à RTP1 e à RTP2 uma conduta isenta, capazes de disponibilizar conteúdos de qualidade, em contraste com os canais privados. O surgimento dos operadores privados no início da década de 90, primeiro a SIC, depois a TVI, e, mais tarde, dos canais de notícias 24 horas, é entendido como um marco de democratização e diversificação da oferta, mas também como fator de declínio da qualidade. A palavra “crise” é recorrente no discurso dos entrevistados e remete para um certo jornalismo “sen-

sacionalista”, para a “espetacularização da informação” e para o fenómeno do “telelixo”, frequentemente associados a estações de televisão, como a CMTV, e para a lógica mercantil das audiências.

Relativamente à imprensa escrita, a transição para o consumo digital (portal Sapo, edição de jornais online, redes sociais) é entendida também como um elemento facilitador de acesso e de democratização de consumo, porém, responsável por fazer emergir a desinformação e constituir uma ameaça ao papel de mediador e curador de conteúdos do jornalista.

Em síntese, de um modo geral, os entrevistados estabelecem pontes claras entre a evolução histórica do Serviço Público de *Média* e a sua experiência pessoal. A Antena 1 e a RTP são recorrentemente citadas como “emissoras de referência” e vistas como “pilares da informação séria”, sendo o programa mais mencionado o “Telejornal”. O serviço público é valorizado pelos debates e por uma programação dita de qualidade, enquanto o serviço privado é visto como estando permanentemente focado no lucro e na sustentabilidade empresarial em detrimento da missão informativa.

A memória da transição mediática também está indissociavelmente ligada ao fim da censura. São muitos os entrevistados que citam o “lápiz azul” como ferramenta de opressão à liberdade de expressão e de oposição ao pensamento crítico e livre. No tempo da ditadura, o consumo de notícias era marcado pelo medo e pela necessidade de “ler nas entrelinhas”. São comuns os relatos de episódios de escuta de emissões clandestinas da BBC ou da Rádio Portugal Livre como forma de driblar o regime e o bloqueio no acesso a uma informação livre. O 25 de abril significou um “estouro absoluto” de informação isenta de censura. Os entrevistados recordam inúmeros casos que remontam a este período e que ficaram marcados nas suas memórias. São exemplo disso o “Caso República” como referencial das lutas ideológicas e do controlo da informação no período revolucionário (PREC); a “ocupação da Rádio Renascença”, um aceso confronto entre fações políticas opostas refletido nos *mídia* e “a cobertura da descolonização e dos ‘retornados’”, sendo comum a perceção de que, apesar da evidente liberdade, o drama daqueles que regressavam, por vezes considerados “do lado errado da história” nem sempre teve espaço nos *mídia* e foi muitas vezes silenciado pela opinião pública.

Quando questionados sobre as memórias no que se refere a eventos internacionais ou nacionais de relevo, os participantes referem à “chegada do Homem à lua” em 1969, o “assassinato de Kennedy”, em 1963, e as “cheias de 1967” na região de Lisboa. Acontecimentos que funcionam como âncoras temporais que demonstram como os *mídia* moldam a memória coletiva antes da plena liberdade de imprensa.

No que respeita a meios, programas e profissionais, o universo dos entrevistados identifica figuras e conteúdos que se tornaram icónicos nos cenários mediático e cultural do país. Entre os mais citados estão profissionais da rádio e da televisão. Artur Agostinho é invocado como referência no entretenimento e no desporto. O nome de Joaquim Furtado é associado à voz e à coragem informativa do 25 de abril. Henrique Mendes é visto como o galã das primeiras emissões da televisão. Já Germano Silva e José Gomes Ferreira, são nomes mais contemporâneos. O primeiro referido pelo seu papel de relevo no jornalismo de investigação e de proximidade e o segundo ganha destaque pelo trabalho que desenvolve na área da economia e comentário político na atualidade. Ribeiro Cristóvão é reconhecido pelo seu papel e longevidade no comentário desportivo.

Entre os programas mais citados estão “Conversas em Família”, em que, no final do Estado Novo, Marcelo Caetano fazia uso político da televisão; “País País” programa que ajudou a redescobrir a identidade geográfica de Portugal; “TV Rural” um clássico da informação setorial e líder de audiências do, para muitos saudoso, Sousa Veloso; “Zip-Zip” pioneiro na oferta de conteúdos culturais e musicais; “Em Órbita”, programa de rádio dedicado à educação musical e ativismo jovem; e por fim, o carismático “Telejornal”, o espaço de informação por excelência, descrito por muitos dos entrevistados como um momento “quase religioso” de acesso à informação em reunião familiar, à hora da refeição.

A televisão é identificada como o meio que fixou na memória dos entrevistados, as “imagens dos acontecimentos”, enquanto a rádio fornecia o relato imediato e os jornais a análise detalhada.

## Conclusões

Concluimos de forma tripartida: retirando dos nossos entrevistados as principais ideias sobre os *media*, o jornalismo e o seu consumo dentro das três fases da vida de cada um deles que já referimos – a infância e juventude; a vida adulta/pós-25 de abril e a atualidade.

Na infância e na juventude, os entrevistados que compõem a nossa amostra (15 entrevistados – todos eles com mais de 60 anos) – utilizaram na sua maioria, e começando pela infância (desde que se lembram), o rádio como primeiro meio de comunicação para o consumo de notícias. Esta maioria, concretamente, compõe-se dos entrevistados Adelaide, 87 anos, Dolores, 68 anos, João, 84 anos, José, 72 anos, José, 89 anos, Justino, 86 anos, Vítor, 62 anos, e Salvato, 77 anos. Os outros entrevistados têm lembranças de terem começado ou logo pela televisão (que chegou em 1957) – Judite, 60 anos – ou pelos jornais – Carlos, 68 anos, Eduardo, 68 anos, e José, 77 anos. Nota-se que, em contexto de escassez económica, o rádio acabaria por ganhar ainda mais preponderância, entre a amostra. Em agregados familiares com maior capital cultural ou económico, a imprensa escrita teve

mais importância – quer através de assinaturas ou compra de jornais. Na maioria dos casos, o interesse pelas notícias na infância é reduzido, algo “em segundo plano”, sendo que a situação se altera ou por aumento da escolaridade dos próprios entrevistados (chegados à juventude), ou por motivos instrumentais (emprego) ou por influência do ambiente familiar.

Outra das considerações que podemos fazer é o facto de que o consumo de notícias (na infância e na juventude destes 15 entrevistados) assumiu às vezes um carácter coletivo e ritualizado, principalmente no rádio e na televisão nos seus tempos iniciais: havia mesmo silêncio e solenidade durante os momentos dos noticiários televisivos (nos casos de Teresa, 63 anos, e Vítor, 62 anos); ou reuniões informais em casas de vizinhos ou cafés; ou horários das refeições organizados em função dos noticiários (Salvato, 77 anos).

Reforçando o papel dos *media* como mediadores da memória coletiva, há certos episódios relatados nas entrevistas – como por exemplo o assassinato de John Kennedy (1963), a ida do Homem à lua (1969), a queda da cadeira de António de Oliveira Salazar (1968) ou os discursos de Marcelo Caetano – que sublinham o facto linear, simples e objetivo (mas nunca de importância residual) do poder dos *media* em narrar o rumo dos acontecimentos que marcam a história de um país e do mundo.

A discussão das notícias era condicionada pelo contexto político, social e cultural do Estado Novo. Nos casos de Carlos e Dolores, ambos com 68 anos, Teresa, 63 anos, e Vítor, 62 anos, havia clima de contenção e receio. Devido ao medo de represálias e da polícia política, as notícias políticas eram evitadas ou limitadas no seu comentário, tanto em casa como na vizinhança. Os temas seguros eram o futebol ou grandes acidentes, para essa discussão de notícias que eram veiculadas pelos *media* de então.

No caso de José, 89 anos, e parcialmente no caso de Adelaide, 87 anos, as notícias eram comentadas pelos adultos, não por eles, o que nos pode levantar a questão de que isso poderá relacionar-se com a limitação da participação política ativa e com o bloquear da consciência política desses nossos entrevistados e poderá fornecer uma pista para extrapolarmos para muitas outras “casas” durante a vigência do Estado Novo em Portugal – pista essa que poderá interessar a futuros investigadores nesta área.

Na vida adulta destes nossos 15 entrevistados, que coincide com o pós-25 de abril em Portugal, eis as principais reflexões e considerações que julgamos serem mais pertinentes: o 25 de abril de 1974 é vivido pelos entrevistados (por esta amostra, mais concretamente) como um ponto de rutura no que diz respeito ao consumo de notícias. Todos eles identificam esta data como um acontecimento marcante, quer vivido diretamente, quer mediado pelo contexto familiar. O que é certo é que no pós-25 de abril viveu-se um período eufórico no que diz respeito à liberdade informativa.

Antes do 25 de Abril, a confiança é frequentemente acrítica, pela ausência de alternativas e pelo desconhecimento dos mecanismos concretos de censura. Nos primeiros tempos da democracia, essa confiança aumenta, impulsionada pela percepção de libertação e pluralismo. No entanto, há que referir que, com o passar do tempo, contudo, instala-se um olhar mais céptico e reflexivo, talvez marcado pela consciência das influências ideológicas, institucionais e partidárias a que os meios de comunicação social não conseguiam fugir.

Ou seja, a cidadania, também através do consumo mediático, alterou-se, na sua forma de ser vivida, após a vinda da democracia em Portugal. Passaram de um regime de silêncio para um de abundância (que, por sua vez, levou à necessidade do desenvolvimento de competências críticas). Os *media*, espaços de disputa simbólica, foram (e são) centrais para o acompanhamento da história a acontecer ao minuto.

Na atualidade, e de forma transversal, os entrevistados sublinham a tal abundância de informação que: a) por um lado é vista como uma oportunidade – com mais fontes, mais velocidade e maior democratização da informação; b) por outro lado é vista como um potencial problema – devido à sobrecarga de informação, à desinformação e à potencial perda de rigor. Ainda nos problemas possíveis, alguns elementos desta amostra das entrevistas realizadas no âmbito do Projeto MemNews referenciam uma degradação da qualidade das notícias, pela superficialidade das mesmas, por uma velocidade excessiva e nefasta, pela repetição de conteúdos e esquecimento do interesse público (atentando mais ao provável “clique” do internauta). Também a confusão entre informação e opinião (dentro do jornalismo) é referida, bem como a dependência dos *media* a interesses económicos e publicitários. Do lado positivo, dentro desta amostra de entrevistados, a valorização (de alguns) aos bons profissionais e ao papel social do jornalismo.

Ainda nesta viagem pelo jornalismo que se faz na atualidade, sem que os entrevistados façam rigorosa distinção entre *media* de serviço público e privado, consideram a existência de uma dramatização excessiva nas/das notícias, sobretudo nos canais de informação contínua (canais de 24 horas de notícias existentes), com a lógica do escândalo a prevalecer e a ser prioritária na agenda mediática, o que pode comprometer o seu papel na democracia do país. Também a concentração dos *media* em poucos grupos económicos pode ser um entrave a um verdadeiro escrutínio dos *media* (mais concretamente do jornalismo) do poder político e económico.

## Referências bibliográficas

- Alberti, V. (2004). Ouvir contar: textos em história oral. Ed. FGV.
- Alberti, V. (2005). Manual de história oral (3.<sup>a</sup> ed.). Editora FGV.
- Bardin, L. (2001). Análise de conteúdo (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trads.). Edições 70. (Obra original publicada em 1977).
- Cádima, R. (2020). A televisão no Portugal pós-revolucionário. *Media & Jornalismo*, 20(37), 131-141. 10.14195/2183-5462\_37\_7
- Caleiro, M.E.R.S. (2005). Para um estudo do jornalismo em Portugal (1976-2001) - Padrões jornalísticos na cobertura de eleições presidenciais. [Tese de doutoramento do ISCTE-IUL. <http://hdl.handle.net/10071/623>
- Duarte, J. (2011). Entrevista em Profundidade. In J. Duarte & A. Barros, A. (Orgs.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (2.<sup>a</sup> ed.), pp. 62-83. Atlas.
- Jornal Expresso. (2025/10/24). Francisco Pinto Balsemão – 1/9/1937-21/10/2025. Edição Especial.
- Lopes, F. (1999). Serviço Público de Televisão: a crise, a identidade e os desafios. Comunicação apresentada ao I Congresso das Ciências da Comunicação, Lisboa. [https://www.academia.edu/6671430/Servi%C3%A7o\\_P%C3%BAblico\\_de\\_Televis%C3%A3o\\_a\\_crise\\_a\\_identidade\\_e\\_os\\_desafios?email\\_work\\_card=thumbnail](https://www.academia.edu/6671430/Servi%C3%A7o_P%C3%BAblico_de_Televis%C3%A3o_a_crise_a_identidade_e_os_desafios?email_work_card=thumbnail)
- Lopes, F. (2007). Dos excessos da TV generalista: retratos da informação semanal emitida em horário nobre. *Comunicação e sociedade*, 11, 135-148. <https://projetoatlantico.paginas.ufsc.br/files/2024/04/a-regula%C3%A7%C3%A3o-dos-media-em-portugal-2007.pdf>
- Lopes, F. (Coord.), Burnay, C. D., Santos, C. A., Santos, F. S., Wemans, J., Romano, R., & Silva, S. G. (2023). Serviço Público de Média: Livro Branco. Ministério da Cultura.
- Novos Medios. (s.d.). Novos Medios. <https://novosmedios.gal/>
- Paulino, F. O., Guazina, L., & Oliveira, M. (2016). Serviço público de mídia e comunicação pública: Conceito, contextos e experiências. *Comunicação e Sociedade*, 30, 55–70. [https://doi.org/10.17231/comsoc.30\(2016\).2485](https://doi.org/10.17231/comsoc.30(2016).2485)
- Projeto MemNews. (2025). História oral e memória(s) das práticas e hábitos de consumo e receção noticiosa e da experiência das notícias em Portugal a partir dos testemunhos dos cidadãos – a parte que falta para uma história do jornalismo em Portugal. <https://memnews.fundacaofernandopessoa.pt/>
- @Projeto MemNews. (2025). Entrevistas do Projeto História oral e memória(s) das práticas e hábitos de consumo e receção noticiosa e da experiência das notícias em Portugal a partir dos testemunhos dos cidadãos – a parte que falta para uma história do jornalismo em Portugal. [www.youtube.com/@ProjetoMemNews](https://www.youtube.com/@ProjetoMemNews)
- Silva, A.S. & Ribeiro, M.J. (2013). O Serviço público de comunicação social como recurso da política cultural – A experiência portuguesa, 2002-2012. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 1 (1), 183-205. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/70864/2/51154.pdf>
- Sousa, J. P. (2021). Portugal: Pequena história de um grande jornalismo I: da manufatura à indústria. ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova. <https://doi.org/10.34619/hyc1-qblv>

Sousa, J. P. (2022). Portugal. Pequena história de um grande jornalismo

II. Livros ICNOVA. <https://doi.org/10.34619/p27e-5jla>

Vasconcelos, A., Paisana, M., Couraceiro, P., Pais, P.C., Cardoso, G., &

Baldi, V. (2025). Anuário da Comunicação 2025. OberCom – Observatório da Comunicação. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17018886>

Vieira, J. (coord) (2010). A Nossa Telefonía: 75 Anos de Rádio Pública em Portugal. Tinta da China.



Ebook de resultados do projeto de investigação exploratório 2023.15210.PEX, financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P, tendo a Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa como Instituição Proponente e a Universidade Fernando Pessoa como Instituição de Acolhimento.

DOI: <https://doi.org/10.54499/2023.15210.PEX>

**fct** Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia

 **REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

 PUBLICAÇÕES  
FUNDAÇÃO  
FERNANDO  
PESSOA

